

Relatório de Gestão do Exercício de 2015



Brasília, 2016



Ministério da Integração Nacional - MI

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba ó Codevasf

Relatório de Gestão do Exercício de 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do Órgão de Controle Interno (Portaria-CGU nº 500, de 08 de março de 2016).

Área de Gestão Estratégica

Brasília, 2016

Lista de Siglas e Abreviações

AA - Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico ó Codevasf
ACT - Acordo Coletivo de Trabalho
AD - Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura ó Codevasf
AE - Área de Gestão Estratégica ó Codevasf
AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGESPISA - Águas e Esgotos do Piauí
AI - Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação ó Codevasf
APL - Arranjo Produtivo Local
AR - Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - Codevasf
ASO - Atestados de Saúde Ocupacional
ASSIEG - Associação dos Proprietários Irrigantes da Margem Esquerda do Rio Gorutuba
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
AUPIT - Associação dos Usuários do Perímetro Tourão
AUPPI - Associação dos Usuários do Projeto Pirapora
BD - Benefício Definido
BDI - Benefício e Despesas Indiretas
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CARPIL - Cooperativa Agropecuária Regional de Palmeira dos Índios Ltda
CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas
CASEC - Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da Codevasf
CD - Contribuição Definida
CDRU - Concessão do Direito Real de Uso
CEBATSA - Centro de Bases Tecnológicas para o Semiárido
CEFIR - Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais.
CELG - Companhia Elétrica de Goiás
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco
CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais
CERAQUA - Centro de Referência em Aquicultura e Pesca do Vale do Parnaíba
CGPAR - Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGU - Controladoria Geral da União
CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CIB - Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Bebedouro
CIEE - Centro de Integração Empresa Escola
CIGRES - Consórcio Intermunicipal de Conselheiro Lafaiete
CIRPA - Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COGEX - Comitês de Gestão Executiva das Superintendências Regionais
COMIG - Companhia Mineradora de Minas Gerais
COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONBEP - Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca
CONSAD - Conselho de Administração da Codevasf
COOMAF - Cooperativa Mista de Agricultores Familiares
COOMARITUBA - Cooperativa de Colonização Agropecuária e de Piscicultura de Penedo
COOPERC - Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma
COPASA - Companhia de Saneamento de MG
CORTRAP - Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção
CPATSA - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido da Embrapa

CPGF - Cartão de Pagamentos do Governo Federal
CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente - PE
CT - Contrato
CV - Convênio
DBR - Declaração de Bens e Renda
DELIQ - Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
DEST - Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DFL - Disponibilidade Financeira Líquida
DIB - Distrito de Irrigação do Projeto Boacica
DIC - Distrito de Irrigação do Projeto Curaçá
DICOP - Distrito de Irrigação do Projeto Cotinguiba/Pindoba
DIF - Distrito de Irrigação do Projeto Formoso
DIJ - Distrito de Irrigação do Projeto Jaíba
DIMAND - Distrito de Irrigação do Projeto Mandacaru
DIPE - Distrito de Irrigação do Projeto Estreito
DIPI - Distrito de Irrigação do Projeto Itiúba
DIPIB - Distrito de Irrigação do Projeto Bebedouro
DIPIM - Distrito de Irrigação do Projeto Mirorós
DIPP - Distrito de Irrigação do Projeto Própria
DISB - Distrito de Irrigação São Desiderio/Barreiras Sul
DISNC - Distrito de Irrigação do Projeto Senador Nilo Coelho
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNR - Distrito de Irrigação de Nupeba e Riacho Grande
DOU - Diário Oficial da União
DR - Ação Recebida por Destaque Orçamentário
EBC - Empresa Brasil de Comunicação
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EEAT - Estação Elevatória de Água Tratada
EEE - Estações Elevatórias de Esgoto
EFA - Escolas Famílias Agrícolas
EIA - Estudos de Impacto Ambiental
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBASA - Empresa Baiana de Água e Saneamento
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ER - Estações de Recalque
ERA - Relatório de Acompanhamento de Empreendimentos
ETE - Estação de Tratamento de Esgoto
FSFSS - Fundação São Francisco de Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
FUNDER - Fundação de Desenvolvimento Regional
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEPI - Instituto de Desenvolvimento do Piauí
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IN/STN - Instrução Normativa / Secretaria do Tesouro Nacional
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC - Índice Nacional de Preço ao Consumidor
ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
LDO - Lei das Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MF - Ministério da Fazenda
MI - Ministério da Integração Nacional

MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia
MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MST - Movimento dos Sem Terra
MT - Ministério dos Transportes
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NBR - 15682 - Tanque Estacionário Rotomoldado em Polietileno para Acondicionamento de Águas
OCI - Órgão de Controle Interno
OECF - Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OGU - Orçamento Geral da União
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PAINT - Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna
PAS - Plano de Assistência Social
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PAT - Programa de Amparo ao Trabalhador
PBSM - Plano Brasil Sem Miséria
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
PCPR - Prestação de Contas da Presidenta da República
PCS - Plano de Cargos e Salário
PDI - Programa de Desligamento Incentivado
PDRHBSF - Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PFG - Plano de Funções e Gratificações
PGA - Plano de Gestão Administrativa
PGAI - Programa de Gestão Ambiental Integrado e do Programa de Supressão de Vegetação e Limpeza de Áreas do Reservatório
PIAUIFLORA - Associação de Reposição Florestal do Estado do Piauí
PISF - Programa de Integração do São Francisco
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMBOK - Conjunto de Práticas em Gestão de Projetos
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPA - Plano Plurianual
PPP - Parceria Público Privada
PR - Presidência - Codevasf
PR/SL - Secretaria de Licitações - Codevasf
PRBHSF - Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco
PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PROINE - Programa de Irrigação do Nordeste
PROMESO - Promoção da Sustentabilidade dos Espaços Sub-Regionais
PROSB - Programa de Segurança de Barragens da Codevasf
RAC - Relatório de Acompanhamento de Contrato
RDC - Regime Diferenciado de Contratações
RENIVA - Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Mandioca
REPALMA - Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Palma Forrageira
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
RP - Restos a Pagar
RURALMINAS - Fundação Rural Mineira
SAN - Sistema de Atos Normativos
SARA - Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco
SCVA - Sistema de Controle de Veículo Automotor
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional

SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário
SEAPA - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MG
SEDUR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - SE
SEINFRA - Secretaria de Estado da Infraestrutura
SEMA - Secretaria do Meio Ambiente - BA
SEMAD - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - MG
SEMAR - Secretaria de Meio Ambiente-PI
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPAC - Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SES - Secretaria de Estado de Saúde
SES - Sistema de Esgotamento Sanitário
SESI - Serviço Social da Indústria
SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos/Pão de Açúcar-AL
SGI - Sistema de Gestão de Informações do PAC
SIAA - Sistema Integrado de Abastecimento de Água
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAMP - Sistema Integrado de Administração de Material e Patrimônio
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGA - Sistema de Informações Gerenciais de Auditoria
SIGEC - Sistema de Gestão de Contratos e Convênios
SIH/MI - Secretaria de Infraestrutura Hídrica
SINPAF - Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário
SIOP - Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho
SISAC - Sistema de Apreciação dos Atos de Admissão e Concessões
SISP - Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPS - Sistema de Programas Sociais
SR - Superintendência Regional
SRD - Secretaria de Desenvolvimento Regional
SRD - Sistema de Rastreamento de Documentos
SSAA - Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRAM - Superintendência Regional de Regularização Ambiental
TAC - Termos de Ajustamento de Conduta
TCE - Tomada de Contas Especial
TCE - Tribunal de Contas do Estado - PE
TCT - Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
TP - Tempo Planejado
TR - Tempo Real (tempo de disponibilização dos recursos da ação orçamentária em meses)
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UJ - Unidade Jurisdicionada
UME - Unidade de Manutenção Eletromecânica
UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco
UPROPIC - União dos Produtores do Perímetro Curaçá
USACE - Corpo de Engenheiros do Exército Americano
UTT - Unidade de Transferência de Tecnologia de Ovino
VBP - Valor Bruto da Produção

Copyright© 2016, Codevasf.

Permitida a reprodução, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte e o sítio da internet no qual pode ser encontrado o original.

Disponível em: <http://www2.codevasf.gov.br/empresa/relatorios-de-gestao>

Acompanha CD ROM

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf

SGAN - Quadra 601, Conjunto I, Asa Norte

Edifício Deputado Manoel Novaes

CEP: 70.830-019 - Brasília - DF

Telefone: (61) 2028-4611 / 4640

Fax: (61) 2028-4726

www.codevasf.gov.br

Ouvidoria da Codevasf: (61) 2028-4610

e-mail: ouvidoria@codevasf.gov.br

Responsável pela elaboração e publicação

Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos: Maurício Pietro da Rocha

Equipe técnica

Carla Roberta Alves dos Santos

Carpegiane Sodré de Araújo

Claudia Fernanda Miguel Silva

Cristiano Augusto Hummel Mendes

Fernando de Oliveira

Márcio Jânderson Guedes de Carvalho

Margareth Viana.

Normalização: Biblioteca Geraldo Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C737r

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Relatório de Gestão 2015 / Companhia de Desenvolvimento dos Vales do
São Francisco e do Parnaíba. - Brasília : Codevasf, 2016.

382 p. : il. color.

1. Relatório de gestão. 2. Prestação anual de contas. I. Título.

CDU 35.077.7620156(047.32)

Lista de Tabelas, Quadros, Gráficos e Figuras

Quadro 2.3 - Área de Atuação da Codevasf (Bacias Hidrográficas).....	19
Figura 2.3 ó Mapa de abrangência do PISF.....	20
Figura 2.5.1 - Estrutura Organizacional da Sede	24
Figura 2.5.2 - Estrutura Organizacional das Superintendências Regionais	25
Quadro 2.5 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	26
Tabela 2.8 - Participações acionárias ou quotas de capital em outras empresas (Inclusive Sociedades de Propósitos Específicos ó SPE).....	33
Quadro 3.1.1.1 - Principais programas e objetivos do PPA 2012-2015 com atuação da Codevasf.....	35
Tabela 3.1.1.1 - Programas Federais com atuação direta da Codevasf.....	36
Figura 3.2 ó Modelo de monitoramento e avaliação ó Planejamento MI.....	40
Quadro 3.3.1.1.1 - Descrição dos investimentos adicionais para o Projeto Marrecas/Jenipapo - PI.....	42
Tabela 3.3.1.1.1 - Estágio das intervenções de processos erosivos nos estados beneficiados ó 2007/2015 (Quant.).....	59
Tabela 3.3.1.1.2 - Produção de Alevinos ó 2012 a 2015 (R\$ MIL)	73
Gráfico 3.3.1.1 - Produção de alevinos em 2015 (em mil).....	74
Tabela 3.3.1.1.3 - Quantidade de pesquisas e publicações realizadas pelos Centros Integrados - 2015.....	74
Tabela 3.3.1.1.4 - Estágio das obras de esgotamento sanitário nos municípios beneficiados (quant. de intervenções) ...	75
Tabela 3.3.1.1.5 - Relação de Obras Paralisadas - Sistemas de Esgotamento Sanitário ó SES.....	76
Tabela 3.3.1.1.6 - Estágio das obras de resíduos sólidos (quantidade de sistemas)	79
Tabela 3.3.1.1.7 - Estágio das obras de sistemas de abastecimento de água nos estados (localidades).....	80
Tabela 3.3.1.1.8 - Execução Orçamentária e financeira ó PAC Prevenção (S.A.A)	81
Tabela 3.3.1.1.9 - Estágio das obras de sistemas de abastecimento de água nos estados (municípios).....	82
Tabela 3.3.1.1.10 - Estágio de construção de módulos sanitários e ligações intradomiciliares (Quantidades).....	83
Quadro 3.3.1.2.1 - Empenhos realizados para regularização ambiental dos projetos de irrigação - 2015.....	86
Gráfico 3.3.1.3.1 - Execução de restos a pagar inscritos e pagos anuais ó 2013 a 2015	113
Gráfico 3.3.1.3.2 - Saldo de restos a pagar em 2015 (emissão do empenho de 2002 a 2014)	113
Quadro 3.3.1.3 - Restos a Pagar Não Processados ó Exercício 2015	114
Gráfico 3.3.1.3.3 - Restos a pagar não processados - Exercício 2015.....	115
Quadro 3.3.3 - Identificação da Conta Contábil	119
Quadro 3.3.4 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	120
Quadro 3.3.5.1 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos três últimos exercícios	121
Quadro 3.3.5.2 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela Codevasf	122
Quadro 3.3.5.3.1 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão	122
Quadro 3.3.5.3.2 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	122
Gráfico 3.3.5.4.1 - Quantidades de convênios celebrados e volume repassado ó 2013 a 2015.....	124
Gráfico 3.3.5.4.2 - Quantidades de termo de compromisso celebrado e volume repassado ó 2013 a 2015.....	124
Gráfico 3.3.6.1 - Evolução das despesas empenhadas ó Exercício 2015.....	126
Gráfico 3.3.6.2 - Comparativo das despesas empenhadas por grupo de ação (2014 x 2015)	126
Quadro 3.3.7.1 - Concessão de suprimento de fundos	130
Quadro 3.3.7.2 - Utilização de suprimento de fundos	131
Quadro 3.4.1 - Resultados alcançados ó Exercícios 2012 a 2015	132
Tabela 3.4.1 - Relação de obras paralisadas (Dez/2015).....	134
Tabela 3.5.2.1 - Indicadores operacionais de qualificação social e profissional (Projeto Amanhã).....	141
Tabela 3.5.2.2 - Indicadores das atividades de inclusão produtiva	141
Tabela 3.5.2.3 - Indicadores operacionais de desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura.....	142
Tabela 3.5.2.4 - Indicadores operacionais de ATER dos perímetros públicos de irrigação.....	143

Tabela 3.5.2.5 - Indicadores operacionais relacionados à administração, operação e manutenção dos perímetros de irrigação	143
Tabela 3.5.2.6 - Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	145
Tabela 3.5.2.7 - Indicadores gerenciais sobre patrimônio e material	147
Tabela 3.6 - Ações orçamentárias relacionadas ao Programa de Revitalização - 2015	157
Quadro 3.6.2 - Critérios do Plano Decenal de Recursos Hídricos ó PBHSF 2004-2013.....	157
Tabela 4.2.1 - Composição do Conselho de Administração da Codevasf ó 31/12/2015	166
Tabela 4.2.2 - Composição do Conselho Fiscal da Codevasf ó 31/12/2015.....	166
Tabela 4.2.3 - Composição da Diretoria Executiva da Codevasf ó 31/12/2015.....	167
Quadro 4.5 - Quantidade de procedimentos disciplinares - 2015	170
Gráfico 4.5 - Quantidade de procedimentos disciplinar ó Exercício de 2015.....	171
Quadro 4.7.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	175
Quadro 4.7.2 - Resumo sintético das remunerações.....	175
Quadro 4.9 - Previsão de sentenças judiciais para a elaboração da Proposta Orçamentária Anual ó PLOA 2016.....	178
Gráfico 5.3 - Demandas recebidas pela Ouvidoria ó Exercício 2015.....	181
Quadro 6.1 - Resumo por categoria de gasto ó Exercício 2015	182
Quadro 7.1.1.1.1 - Força de trabalho da Empresa ó Situação apurada em 31/12/2015	184
Quadro 7.1.1.1.2 - Força de trabalho distribuída por cargos ó Situação apurada em 31/12/2015	185
Gráfico 7.1.1.1.1 - Evolução do quadro efetivo da Codevasf ó Situação em 31/12/2015	185
Gráfico 7.1.1.1.2 - Distribuição de Empregados efetivos por Lotação ó Situação em 31/12/2015	186
Quadro 7.1.1.1.3 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	186
Quadro 7.1.1.1.4 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas (31/12/2015)	187
Quadro 7.1.2 - Custo de pessoal por tipologia e cargo nos exercícios de 2014 e 2015	190
Gráfico 7.1.2 - Custo de pessoal no exercício de 2015 (Valores R\$ mil).....	190
Quadro 7.1.4.1 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade ó 2015.....	192
Tabela 7.1.4.1.1 - Composição do quadro de pessoal da Codevasf - Exercício 2015	198
Tabela 7.1.4.1.2 - Contratação de mão de obra de apoio - Exercício 2015.....	198
Quadro 7.1.4.2.1 - Composição do quadro de estágio por trimestre ó Exercício de 2015.....	199
Quadro 7.1.4.2.2 - Evolução das quantidades de estagiários e das despesas nos últimos anos (2013 a 2015).....	199
Gráfico 7.1.4.2 - Despesas com estagiários (R\$) ó Exercícios 2013 a 2015.....	199
Quadro 7.1.4.2.3 - Contratos de prestação de serviços estagiários e menores aprendizes.....	200
Tabela 7.2.1.1 - Quantidade de veículos por grupo em uso ou na responsabilidade da Codevasf	201
Tabela 7.2.1.2 - Frota de veículos próprios por unidade	201
Tabela 7.2.1.3 - Frota de veículos próprios e de terceiros	201
Tabela 7.2.1.1.1 - Frota de veículos de terceiros por grupo e Superintendências Regionais	202
Tabela 7.2.1.1.2 - Informações sobre veículos de propriedade de terceiros (km rodados, idade média e custos).....	202
Quadro 7.2.1.1 - Frota de terceiros por empresa contratada ó Exercício 2015	202
Tabela 7.2.2 - Veículos considerados inservíveis (em desuso ou recuperação antieconômica).....	203
Quadro 7.2.3.2.1 - Distribuição e características dos bens imóveis de uso especial da União.....	204
Quadro 7.2.3.2.2 - Contratos de cessão dos bens imóveis de uso especial da União	204
Tabela 7.3.3 - Sistemas mantidos em produção ou em desenvolvimento ó Dez/2015	207
Quadro 7.3.4 - Treinamento de pessoal de TI ó Exercício 2015.....	213
Tabela 7.3.5.1 - Quantitativo de empregados de TI - Sede.....	213
Tabela 7.3.5.2 - Quantitativo de empregados de TI ó Superintendências Regionais.....	213
Tabela 7.3.7 - Projetos desenvolvidos ou desenvolvimentos ó 2015/2016.....	214
Quadro 7.4.1 - Aspectos da Gestão Ambiental.....	217
Quadro 7.4.2 - Consumo de materiais ó Exercícios 2014 e 2015	218

Gráfico 7.4.2 - Consumo de material e serviços ó Exercícios 2014 e 2015.....	219
Tabela 7.4.2 - Adesão a programas de sustentabilidade ambiental	219
Quadro 8.1.1 - Série histórica das determinações e recomendações dos órgãos de controle (TCU e CGU)	220
Quadro 8.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 2015	221
Quadro 8.1.3 - Deliberações do TCU que devam ser tratadas no relatório de gestão anual por força de acórdão específico	227
Tabela 8.2 - Processos de sindicâncias com possível dano ao erário ó Exercício 2015	228
Quadro 8.2.2 - Medidas adotadas em caso de dano ao erário ó Exercício 2015	228
Tabela 8.4 - Detalhamento sobre os contratos revisados (vigentes e encerrados).....	230
Tabela 8.5 - Despesas com publicidade legal ó Exercício 2015	231

Lista de Anexos e Apêndices

ANEXOS E APÊNDICES.....	232
Anexo 1 - Resultados dos Indicadores de Desempenho.....	233
Tabela 1 - Indicadores de desempenho LOA 2015.....	234
Tabela 2 - Indicador dos serviços dos perímetros públicos de irrigação atendidos com ATER.....	240
Tabela 3 - Indicador de eficiência operacional dos perímetros públicos de irrigação.....	242
Tabela 4 - Indicador de rentabilidade da água fornecida ao produtor dos perímetros públicos de irrigação.....	243
Tabela 5 - Indicador da taxa recebimento da tarifa de K2 dos perímetros públicos de irrigação.....	244
Tabela 6 - Indicador de autossuficiência financeira dos perímetros públicos de irrigação.....	245
Tabela 7 - Indicador inadimplência nas tarifas K2 dos perímetros públicos de irrigação.....	246
Anexo 2 - Dados Complementares de Perímetros Públicos de Irrigação.....	247
Quadro 1 - Situação da Emancipação dos Perímetros Irrigados da Codevasf.....	248
Quadro 2 - Medidas para Redução da Inadimplência no Pagamento da Tarifa de Água e na Amortização dos Lotes ..	249
Tabela 1 - Taxas de Inadimplência dos Componentes K1 e K2 da Tarifa de Água e da Amortização de Lotes Agrícolas por Perímetro de Irrigação.....	251
Tabela 2 - Montante Acumulado de Valores Inadimplidos no Pagamento dos Componentes K1 e K2 - Tarifa de Água e Amortização de lotes agrícolas.....	252
Tabela 3 - Valores Faturados e Recebidos de K2 por Perímetro de Irrigação ó Exercício 2015.....	253
Tabela 4 - Montante Reinvestido da Receita de K1 e Montante de Despesas em Operação e Manutenção por Perímetro de Irrigação	254
Tabela 5 - Amortização dos Investimentos Públicos nas Obras de Infraestrutura de Irrigação de Uso Comum.....	255
Tabela 6 - Ocupação dos Perímetros Públicos - Codevasf	256
Tabela 7 - Produção dos Perímetros Irrigados por Ocupação - Codevasf	257
Tabela 8 - Produção dos Perímetros Irrigados por Tipo de Cultura - Codevasf.....	258
Tabela 9 - Produção dos Perímetros Irrigados do Sistema Itaparica por Tipo de Cultura	259
Anexo 3 - Informações sobre o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.....	260
Tabela 1 - Fluxo de recursos aplicado nos projetos do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e do Parnaíba - 2015.....	261
Tabela 2 - Lista das licitações realizadas pela Codevasf do Programa de Revitalização da Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e do Parnaíba.....	262
Tabela 3 - Lista de Contratos assinados pela Codevasf do Programa de Revitalização da Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e do Parnaíba.....	263
Tabela 4 - Lista de Convênios assinados pela Codevasf do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e do Parnaíba.....	320
Anexo 4 - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	363
Balanço Patrimonial Realizado em 31 de dezembro de 2015.....	364
Demonstração de Resultado do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015.....	365
Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício 2015	366
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício de 2015.....	367
Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2015 - Acordão TCU 23/2008 - Conciliação das Demonstrações Contábeis	368
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Elaboradas em 31 de dezembro de 2015.....	370
Anexo 5 - Suprimento de Fundos.....	378
Quadro 1 - Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência.....	379

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	13
2. Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas	16
2.1. Finalidade e Competências.....	16
2.2. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade.....	16
2.3. Breve Histórico da Entidade.....	19
2.4. Ambiente de Atuação.....	21
2.5. Organograma.....	24
2.6. Macroprocessos	30
2.6.1. Macroprocessos Finalísticos	30
2.6.2. Macroprocessos de Apoio.....	31
2.7. Composição Acionária do Capital Social.....	32
2.8. Participação em Outras Sociedades	32
2.9. Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício	33
3. Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional	34
3.1. Planejamento Organizacional.....	34
3.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	34
3.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....	37
3.1.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	38
3.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução dos Resultados dos Planos.....	38
3.3. Desempenho Orçamentário	41
3.3.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual	41
3.3.2. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	117
3.3.3. Obrigações Assumidas sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento.....	119
3.3.4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	120
3.3.4.1 Análise Crítica	121
3.3.5. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	121
3.3.6. Informações sobre a Execução das Despesas.....	126
3.3.7. Suprimentos de Fundos, contas Bancárias tipo òBò e Cartões de Pagamento do Governo Federal.....	130
3.4. Desempenho Operacional	132
3.5. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	137
3.5.1. Metodologia para Definição dos Indicadores e Avaliação de Resultados.....	138
3.5.2. Resultados dos Indicadores de Desempenho	140
3.5.3. Análise Crítica dos Indicadores de Desempenho	149
3.6. Informações Sobre as Ações Relativas ao Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	155
4. Governança	159
4.1. Descrição da Estrutura de Governança	159
4.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados	164
4.3. Política de Designação de Representantes nas Assembleias e nos Colegiados de Controladas, Coligadas e Sociedades de Propósito Específico	168
4.4. Atuação da Unidade de Auditoria Interna	168
4.5. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	169
4.5.1. Principais Eventos Apurados e Providências (decisões homologadas/julgamentos - 2015)	171
4.6. Gestão de Riscos e Controles Internos.....	173
4.7. Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados.....	174
4.7.1. Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	175

4.7.2. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	175
4.7.3. Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores	176
4.8. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada.....	177
4.9. Informações sobre ações trabalhistas contra a entidade	178
4.10. Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais	178
5. Relacionamento com a Sociedade	180
5.1. Canais de Acesso do Cidadão.....	180
5.2. Carta de Serviços ao Cidadão.....	180
5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	181
5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade	181
6. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis.....	182
6.1. Desempenho Financeiro no Exercício	182
6.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	182
6.3. Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.....	183
6.4. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas	183
7. Áreas Especiais da Gestão.....	184
7.1. Gestão de Pessoas.....	184
7.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade	184
7.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	190
7.1.3. Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.....	191
7.1.4. Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos	192
7.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	200
7.2.1. Gestão da Frota de Veículos	200
7.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais.....	203
7.2.3. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	203
7.3. Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	205
7.3.1. Descrição do Plano Diretor do TI (PDTI).....	205
7.3.2. Informações do Comitê de Tecnologia da Informação (COMTI)	206
7.3.3. Descrição dos Principais Sistemas de Informação da Codevasf.....	206
7.3.4. Descrição do Plano de Capacitação do Pessoal de TI.....	213
7.3.5. Descrição de Quantitativo de Pessoas que Compõe a Força de Trabalho de TI.....	213
7.3.6. Descrição dos Processos de Gerenciamento de Serviços TI Implementados na Unidade.....	213
7.3.7. Descrição dos Projetos de TI Desenvolvidos no Período	214
7.3.8. Medidas para Mitigar Eventual Dependência Tecnológica de Empresas Terceirizadas	216
7.4. Gestão Ambiental e Sustentável	217
7.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental	217
7.4.2. Informações Sobre Material de Consumo.....	218
8. Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle.....	220
8.1. Tratamento de Determinações e Recomendações dos Órgãos de Controle.....	220
8.2. Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário.....	227
8.3. Demonstrações da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	229
8.4. Informações sobre Revisão de Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento	229
8.5. Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda	231

1. Apresentação

A prestação de contas dos gestores públicos responsáveis pela Codevasf ao Tribunal de Contas da União objetiva evidenciar a regular aplicação dos recursos públicos tanto sob a ótica do controle da conformidade como do desempenho da gestão. O presente Relatório de Gestão, principal peça da prestação de contas, está organizado conforme os dispositivos legais estabelecidos pelos órgãos de controle. Esse relatório está estruturado para permitir uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão durante o exercício financeiro de 2015, contendo documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim – Codevasf vem atuando, ao longo de seus mais de 40 anos de existência, em áreas onde a presença do poder público se faz necessária para dotar territórios carentes de infraestrutura, bem como fomentar e apoiar o seu desenvolvimento de forma sustentável. A missão institucional da Empresa está estritamente alinhada a um dos objetivos fundamentais previstos na Carta Magna, que é de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Não obstante a quase totalidade dos estados situados na região em que a Codevasf atua vir apresentando índices de crescimento superior à média nacional, muitos dos municípios ainda congregam os piores indicadores socioeconômicos do país. Essa situação tende a ser mais grave nas áreas rurais e no sertão nordestino, que vem vivenciando, nos últimos anos, um período de seca sem precedentes.

Mesmo diante de tantas adversidades, sejam climáticas, econômicas, culturais, políticas, a Codevasf desenvolveu uma extraordinária capacidade de transformar a realidade da sua área de atuação por meio de um modelo que potencializa as vocações locais, o que vem contribuindo efetivamente para melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas.

Assim, são desenvolvidas, por meio de execução direta ou parcerias, expressiva quantidade de programas e ações relacionadas à **agricultura irrigada** - implantação e gestão de projetos públicos de irrigação; à **revitalização de bacias hidrográficas** – esgotamento sanitário, controle de processos erosivos, resíduos sólidos e oferta de água; à **inclusão produtiva** - arranjos produtivos locais de apicultura, ovinocaprinocultura, fruticultura e aquicultura; à **oferta de água** – adutoras, barragens e sistemas de abastecimento de água; e à **universalização do acesso e uso da água** – cisterna, sistemas simplificados de abastecimento, poços - e outras inúmeras intervenções.

A despeito da crise fiscal que o país atravessa, que reduziu o montante de investimentos em 2015, com contingenciamento de 48% da dotação orçamentária; a Codevasf buscou estratégias para se alinhar às diretrizes governamentais advindas deste novo cenário. Para tanto, redefiniu prioridades com foco em ações de elevado valor público, está priorizando recursos para empreendimentos em fase avançada de execução; renegociou contratos e adotou políticas de racionalização das despesas administrativas, bem como iniciou processo de desmobilização de ativos que não guardam mais relação com o negócio da instituição (imóveis funcionais, fazenda e terrenos) e por fim vem buscando elevar a sua eficiência operacional.

No exercício, destacaram-se os investimentos realizados no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, mais especificamente nos segmentos de Revitalização das Bacias Hidrográficas do São Francisco e do Parnaíba, Agricultura Irrigada e Oferta de Água que totalizaram R\$ 140,7 milhões, e investimentos de R\$ 38,1 no Programa Água para Todos do Plano Brasil sem Miséria - BSM.

A crise hídrica que vem assolando grande parte do país nos últimos anos e a degradação dos mananciais é a prova cabal de que é necessário empreender esforços no sentido de preservar e

recuperar os ecossistemas. Ademais, investimentos em saneamento básico proporcionam ganhos ambientais, melhoram a qualidade da saúde pública e aumentam a produtividade do trabalhador impactando positivamente no crescimento econômico. Deste modo, a Codevasf deu continuidade às suas ações do Programa de Revitalização com destaque para as seguintes entregas: **i)** sistemas de esgotamento sanitário em 10 municípios, beneficiando 79.451 pessoas; **ii)** implantação 12.346 ligações intradomiciliares em 7 municípios em Minas Gerais; **iii)** entregue Aterro Sanitário do Consórcio Cigres, que deverá beneficiar mais de 205 mil em 12 municípios do estado de Alagoas; e **iv)** concluídas 3 ações de recuperação e controle de processos erosivos.

No tocante à agricultura irrigada, foi dada continuidade às obras de modernização e implantação da infraestrutura de perímetros públicos de irrigação, contribuindo para manutenção e geração de empregos. Busca-se, com os investimentos na modernização dos perímetros em operação, a transferência de gestão para os distritos de irrigação. Os projetos públicos de irrigação da Codevasf trouxeram expressivos benefícios sociais e econômicos às populações do Vale do São Francisco.

A produção agrícola em 2015 foi de 3,3 milhões de toneladas, que gerou uma receita de R\$ 2,27 bilhões em área cultivada de 85,6 mil hectares. A fruticultura é o maior atrativo de investimentos.”

Na modernização desses projetos foram investidos R\$ 80,4 milhões nas atividades de operação, manutenção e reabilitação dos componentes das infraestruturas dos perímetros.

Fato relevante nesse segmento foi a transferência para a gestão da Codevasf de 10 perímetros irrigados do Sistema Itaparica, construídos pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Tal transferência ocorreu sem o suficiente aporte de recursos orçamentários, o que, associado ao cenário fiscal restritivo, vem trazendo sérias dificuldades para a continuidade do fornecimento de energia elétrica e dos serviços de operação e manutenção.

Para mitigar os impactos da crise hídrica e seus reflexos nos projetos públicos de irrigação e no abastecimento de água para a população que vive nas cidades e agrovilas, o que provocaria significativos prejuízos humanos, sociais e econômicos em toda região do Polo Petrolina-Juazeiro e Baixo São Francisco, foram investidos recursos da ordem de R\$ 38,3 milhões na aquisição de bombas anfíbias, moto bombas flutuantes e ações de desassoreamento.

O Programa Água para Todos, integrante do Plano Brasil Sem Miséria, que visa promover a universalização do acesso à água em áreas rurais, tanto para consumo humano como para produção agrícola, beneficiando, principalmente, as famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único do Bolsa Família, a Codevasf manteve-se como a principal executora no âmbito do MI, tendo instalado cerca de 35 mil cisternas; construídos 31 barreiros, instalados 302 poços tubulares; e concluídos 4 sistemas simplificados de abastecimento de água, beneficiando mais de 42 mil famílias em diversos municípios.

Na aquicultura, a operação de 7 centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura resultou na produção anual de 17,4 milhões de alevinos. Estima-se que 5 mil pessoas são beneficiadas, entre produtores, pescadores, acadêmicos, estudantes, comerciantes e técnicos, em cerca de 120 municípios, tanto pelos peixamentos realizados, como pelos cursos, capacitações, apoio e assistência técnica aos pequenos produtores e às associações.

O Projeto "Rotas de Integração Nacional" foi a principal estratégia de atuação no adensamento de arranjos produtivos locais – APL's. Em 2015, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR/MI, a Codevasf aplicou R\$ 13,7 milhões dos recursos disponibilizados, beneficiando 3.369 famílias.

Com a edição do Decreto nº 8.207/2014, que atribuiu à Codevasf a operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF, em 2015 foram

desenvolvidas diversas ações visando preparar a Empresa para esse grande desafio. Destacam-se a aquisição de energia no mercado livre, a continuidade da construção do modelo de governança e gestão, acompanhamento das obras e ações preparatórias para contratação de empresa especializada na pré-operação do projeto. Trata-se de projeto complexo e de gigantismo sem precedentes, que está exigindo um reposicionamento da Codevasf, o que significa não só reestruturá-la atribuindo nova personalidade a algumas de suas funções, mas, também desenvolver novas competências e parcerias nas esferas federal e estadual e junto a instituições multilaterais e da sociedade civil organizada.

Num esforço de preparar a organização para os desafios assumidos e aperfeiçoar a gestão corporativa, a administração tem promovido ações direcionadas ao mapeamento, melhoria e racionalização dos principais processos de negócio, aperfeiçoamento da gestão de projetos, desenvolvimento de sistemas informatizados e governança em tecnologia da informação. Busca, ainda, readequar o seu quadro de pessoal por meio da valorização e capacitação dos empregados.

Por fim, acreditamos que a prestação de contas gera uma interação benéfica entre as instituições do poder executivo e os órgãos de controle, contribuindo para o aperfeiçoamento da governança e da gestão pública na medida em que promove a elevação da capacidade do setor público de responder às demandas da sociedade, a transparência às ações do poder público e a responsabilização dos agentes políticos e administradores públicos pelos seus atos.

Brasília, DF, maio de 2016.

Codevasf

2. Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas

2.1. Finalidade e Competências

A Codevasf, empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, busca convergir as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo órgão supervisor por meio do Decreto nº 6.047 de 22 de fevereiro de 2007, que criou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, contribuindo para a superação das desigualdades regionais e inclusão social, por meio de ações de incentivo aos sistemas produtivos locais, revitalização das bacias hidrográficas e irrigação.

A missão da Codevasf é o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos vales dos Rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, podendo, coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários e obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, em articulação com os órgãos federais competentes além de ser a empresa designada a operar o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, que visa garantir à segurança hídrica e a promoção do desenvolvimento da região receptora, nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, observadas as visões de médio e longo prazo, que deve permear o desenvolvimento regional do Nordeste, especialmente do semiárido setentrional.

A Codevasf tem como visão estratégica ser reconhecida nacional e internacionalmente por pessoas, empresas e governos, especialmente pela utilização sustentável dos recursos naturais; pela estruturação de atividades produtivas; e pela liderança no processo de articulação para o desenvolvimento das regiões onde atua.

2.2. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Norma de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974 – Dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf - e dá outras providências. ▪ Lei nº 9.954 de 06 de janeiro de 2000 – Autoriza o Poder Executivo a alterar a razão social para Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf e alterar os arts. 2º e 4º e o inciso III do art. 9º da Lei n. 6.088, de 16 de julho de 1974. Com isto a Codevasf passa a atuar nos vales dos rios São Francisco e do Parnaíba, nos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Piauí e Maranhão. ▪ Lei nº 12.040, de 1º de outubro de 2009 – Altera o art. 2º da Lei n.º 6.088, de 16 de julho de 1974, modificada pela Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000, passando a Codevasf a atuar no Estado do Ceará, na parte integrante do vale do Rio Parnaíba e dá outras providências. ▪ Lei nº 12.196, de 14 de janeiro de 2010 – Altera a Lei no 6.088, de 16 de julho de 1974, modificada pela Lei nº 12.040, de 1º de outubro de 2009, expandindo a área de atuação da Codevasf para os vales dos rios Itapecuru e Mearim, localizados no estado do Maranhão e dá outras providências. ▪ Decreto nº 8258 de 29 de maio de 2014 – Aprova a consolidação do Estatuto Social da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf. A Codevasf passa a ser regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre sociedade por ações. Ficam revogados os Decretos nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, nº 4.694, de 12 de maio de 2003, e nº 5.859, de 26 de julho de 2006.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

- Estatuto da Empresa (Aprovado pela Resolução nº 1063 de 25 de setembro de 2013, Deliberação nº 11 de 05 de novembro de 2013 e pelo Decreto nº 8258 de 29 de maio de 2014. Alterações realizadas com base na Lei 12.040, de 01 de outubro de 2009, na Lei 12.196, de 14 de janeiro de 2010, na Lei 12.353, de 28 de dezembro de 2010, na Portaria 26 – MP, de 11 de março de 2011, nas resoluções nº 02 e 03 da CGPAR, de 31 de dezembro de 2010 e em recomendações do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST constantes da Nota Técnica nº 121/CGGOR/DEST/SE-MP).
- Regimento Interno do Website da Codevasf (Resolução nº 450, de 9 de setembro de 1998).
- Regimento Interno do Comitê de Gestão Executiva das Superintendências Regionais (Resolução nº 1042 de 27 de setembro de 2011).
- Regimento Interno da Codevasf (Resolução nº 769, de 02 de dezembro de 2014 e Deliberação nº 23, de 11 de dezembro de 2014).
- Regimento Interno da Diretoria Executiva – DEX (Deliberação nº 03, de 6 de março de 2013).
- Regimento Interno da CPAD (Resolução nº 594, de 18 de junho de 2013).
- Regulamento de Pessoal (Resolução nº 153, de 18 de fevereiro de 2009, aprovado “ad referendum” do Conselho de Administração).
- Regulamento para Ocupação de Funções Especiais (Resolução nº 119 de 06 de fevereiro de 2013).
- Regulamento da Auditoria Interna (Resolução nº 350 de 14 de maio de 2015).
- Instrumento de Avaliação do Consad, da DEX e de seus membros (Resolução nº 633 de 25 de junho de 2013 e Deliberação nº 08 de 08 de julho de 2013).
- Plano de Cargos, Salários e Carreiras – PCSC (Resolução nº 950 de 20 de dezembro de 2001).
- Plano de Carreiras e Salários – PCS (Resolução nº 152, de 18 de fevereiro de 2009).
- Plano de Funções e Gratificações – PFG (Aprovado pela Resolução nº 1097 de 24 de setembro de 2009 e alterado pelas Resoluções nº 1.642 de 10 de dezembro de 2012; Resolução nº. 1.045 de 18 de dezembro de 2012; Resolução nº. 119 de 06 de fevereiro de 2013 e Resolução nº 196 de 18 de junho de 2014).
- Plano Diretor de Tecnologia de Informação – PDTI (2011/2013).
- Sistemática Anual de Progressão Salarial (Resolução nº 1.052, de 18 de dezembro de 2012).
- Acordo Coletivo de Trabalho 2015 (Acordo firmado entre o Sindicato de representação dos empregados e a Codevasf, com vigência no período de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016 e a data-base da categoria em 1º de maio).
- Resoluções nº 02 e 03 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, de 31 de dezembro de 2010 – Determina a adoção pelas empresas estatais de diretrizes objetivando o aprimoramento das suas práticas corporativas.
- Resolução nº 05 Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, de 29 de setembro de 2015, que estabelece a obrigatoriedade para as empresas estatais federais de divulgar em seus respectivos sítios eletrônicos, informações de caráter estatutário, colegiado, estratégico e de gestão e ainda manter canal para atendimento e recebimento de denúncias.
- Resolução nº 05 Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, de 29 de setembro de 2015, que estabelece a obrigatoriedade para as empresas estatais federais de submeter suas demonstrações financeiras anuais à auditoria independente.
- Resolução nº 05 Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, de 29 de setembro de 2015, que estabelece a obrigatoriedade para os conselhos fiscais das empresas estatais federais de adotar plano de trabalho anual.
- Portaria nº 26 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 11 de março de 2011 - Estabelece instruções sobre a participação de representante dos empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista.
- Norma de Pagamento de 13º Salário (Resolução nº 326 de 06 de maio de 2015)
- Norma de Promoção Vertical, Reclassificação e Remanejamento (Resolução nº 229, 1986).
- Norma Interna para Ressarcimento de Investimentos em Irrigação (Resolução nº 163, de 18 de maio de 1988).

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

- Norma para Enquadramento no Plano de Classificação de Cargos e Salários (Resolução nº 174, 1988).
- Norma de Promoção por Antiguidade (Resolução nº 354, 18 de dezembro de 1989).
- Norma de Controle de Semoventes (Resolução nº 185, 25 de junho de 1992).
- Norma de Apresentação e Publicação de Trabalhos Técnicos (Resolução nº 294, 12 de agosto de 1993).
- Norma de Utilização dos Serviços de Protocolo (Resolução nº 13 de 07 de maio de 2014)
- Norma de Reprografia (Resolução nº 254, 1º de setembro de 1995).
- Norma de Treinamento (Resolução nº 236, 1º de setembro de 1995).
- Norma de Aplicação do Prêmio por Assiduidade (Resolução nº 683, 2000).
- Norma de Auditoria (Deliberação nº 003, 21 de fevereiro de 2001).
- Norma de Organização do Sistema Normativo, Elaboração e Implantação dos Documentos Normativos da Codevasf (Resolução nº 310, de 17 de setembro de 2007).
- Norma de Comunicação (Resolução nº 556, de 06 de dezembro de 2007).
- Norma de Ajuda de Custo (Resolução nº 616, de 13 de agosto de 2008).
- Norma de Material (Resolução nº 822, de 23 de outubro de 2008).
- Norma de Ocupação dos Projetos de Irrigação (Resolução nº 839, de 23 de outubro de 2008).
- Norma de Utilização do Correio Eletrônico (Resolução 758, de 15 de julho de 2009).
- Norma de Férias (Resolução nº 1.628, de 10 de dezembro de 2009).
- Norma Disciplinar (Resolução 1.798, de 17 de dezembro de 2009).
- Norma de Segurança dos Prédios da Codevasf (Resolução nº 1.001, de 19 de agosto de 2010).
- Norma para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Corporativos (Res. 1.045, de 25 de agosto de 2010).
- Norma de Gestão de Documentos (Resolução nº 1.295, de 27 de outubro de 2010).
- Norma de Controle de Frequência (N-210) – estabelece critérios e procedimentos, em atendimento ao disposto na Portaria nº 1.510, de 21/08/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, para o registro eletrônico de ponto dos empregados da Codevasf (Resolução nº 212 de 18 de fevereiro de 2011).
- Norma de Concessão e Uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (N-253) - estabelece critérios e procedimentos que disciplinam a concessão e o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF no âmbito da Codevasf, para pagamento das despesas (Resolução nº 385, de 12 de agosto de 2014).
- Norma de Custeio de Viagem (N-201) – estabelece critérios e procedimentos relativos à concessão de diárias para atender despesas de viagem a serviço (Resolução nº 114, de 24 de fevereiro de 2015).
- Norma para Alienação de Bens (Resolução nº 003, 9 de janeiro de 2012).
- Norma de Transporte (Resolução nº 282, de 3 de julho de 2012).
- Norma de Ressarcimento de Contas de Telefone Celular (Resolução nº 400, de 25 de abril de 2013).
- Critérios Gerais para Controle e Responsabilidade sobre os Bens Patrimoniais da Codevasf (Resolução nº 236 de 6 de agosto de 1992).
- Limites de Competência para Licitação (Resolução nº 944 de 02 de dezembro de 2015).
- Instruções para Utilização da Logomarca da Codevasf (Resolução nº 118 de 22 de maio de 2012).

Fonte: Área de Gestão Estratégica – AE/GPE/UGP (intranet).

2.3. Breve Histórico da Entidade

A Codevasf, quando de sua criação pela Lei nº 6.088/1974, tinha suas ações restringidas à bacia do Rio São Francisco, abrangendo os municípios dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Distrito Federal. Pela Lei nº 9.954/2000, a Codevasf teve sua área de atuação ampliada com a inclusão dos Estados do Piauí e do Maranhão, pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, passando a denominar-se Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf.

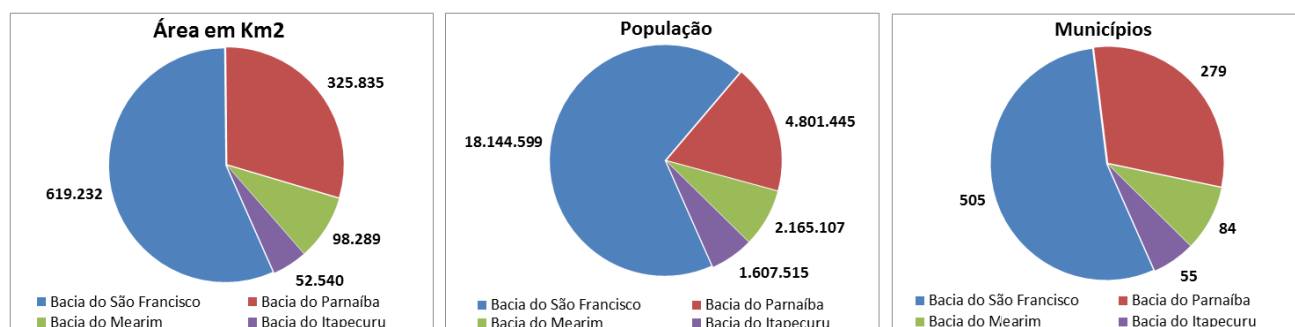
Posteriormente, a Lei nº 6.088/1974 foi alterada pela Lei nº 12.040/2009 para incluir o Estado do Ceará, que embora faça parte da bacia hidrográfica do Parnaíba, por conta dos rios Poti e Longá-Pirangi (afluentes do Parnaíba), não foi incluso quando aprovada e sancionada a Lei nº 9.954/2000. A Lei nº 12.196/2010 incluiu as bacias hidrográficas dos Rios Itapecuru e Mearim, na área de atuação da Codevasf.

A Codevasf passou dos 619 mil km² iniciais para 1.095 mil km², abrangendo, aproximadamente, 13% do território nacional, conforme explicitado no quadro abaixo:

Quadro 2.3 - Área de Atuação da Codevasf (Bacias Hidrográficas)

Bacia	Superintendências	UF	Nº de Municípios	Área (km ²)	População (habitantes)
Bacia do São Francisco	1ª SR	MG	239	228.939,78	9.029.424
		DF	1	1.303,21	2.562.963
		GO	3	3.000,26	153.998
	2ª SR	BA	88	221.800,13	1.953.883
	3ª SR	PE	69	67.533,34	1.948.787
	4ª SR	SE	28	7.083,59	358.420
	5ª SR	AL	50	13.896,59	1.150.728
6ª SR	BA	27	75.674,91	986.396	
TOTAL			505	619.231,81	18.144.599
Bacia do Parnaíba	7ª SR	CE	19	16.317,49	698.320
		MA	38	245.023,61	3.111.852
		PI	222	64.493,70	991.273
TOTAL			279	325.834,80	4.801.445
Bacia do Itapecuru	8ª SR	MA	55	52.540,06	1.607.515
Bacia do Mearim	8ª SR	MA	84	98.289,05	2.165.107
Total Codevasf			923	1.095.895,72	26.718.666
TOTAL (Exceto municípios Comuns às Bacias)			894	-	-

Fonte: Unidade de Suporte Geotecnológico - AE/GPE/USG (19-08-2015)



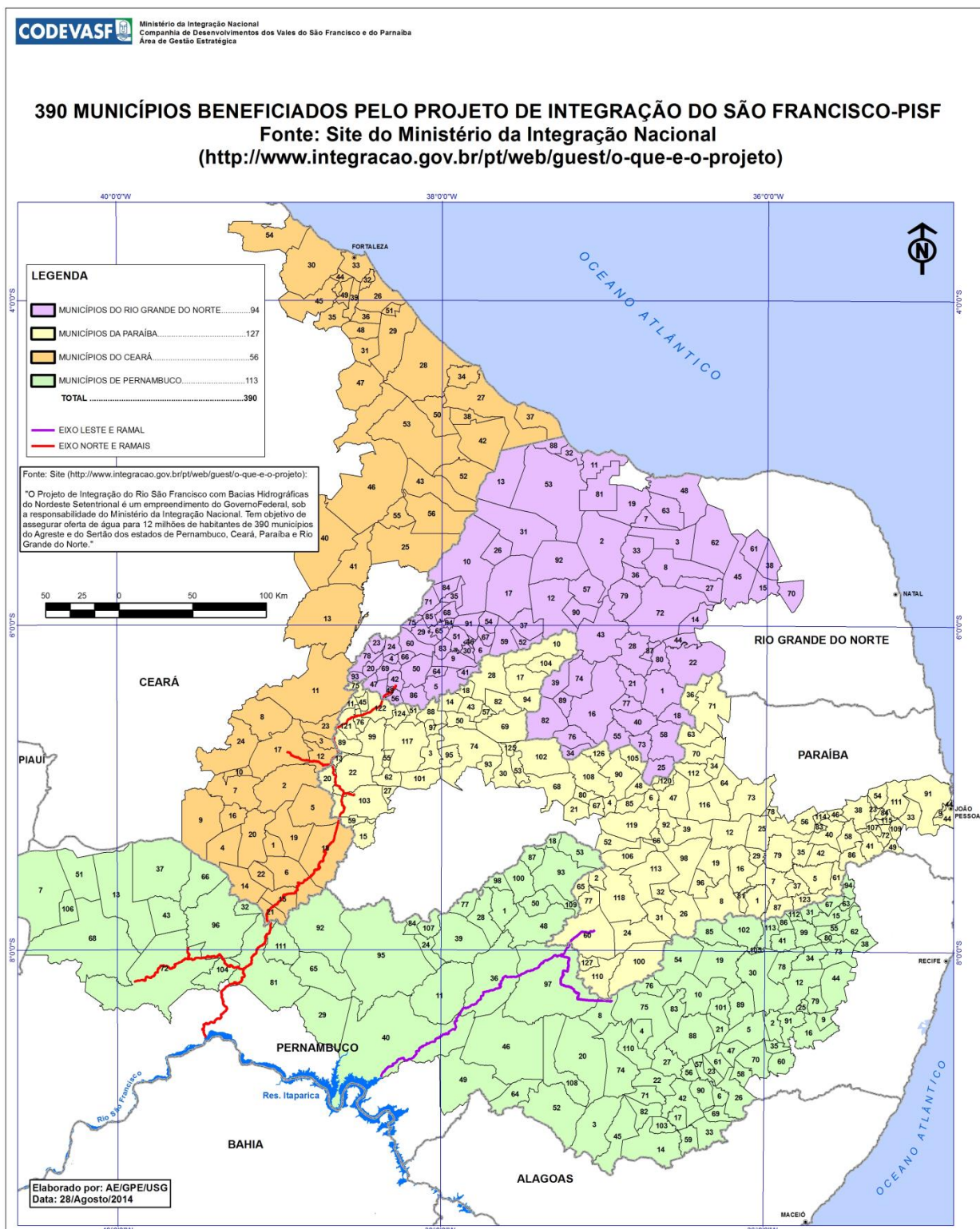
Nota 1: Áreas calculadas a partir do somatório dos municípios, referindo-se apenas as áreas internas as bacias.

Nota 2: O somatório da população considerou apenas os municípios cujas sedes estejam dentro das bacias respectivas, não foi utilizada a contagem censitária.

Nota 3: Para o somatório do número de municípios de atuação da Codevasf, considerou-se uma única vez os comuns a mais de uma bacia (Parnaíba, Itapecuru e Mearim).

Em 14 de março de 2014, por meio do Decreto nº 8.207/2014, que alterou o Decreto nº 5.995/2006, que instituiu o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, a Codevasf foi oficialmente designada para exercer a função de Operadora Federal do PISF, destinado a assegurar oferta de água, até 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de 390 municípios do agreste e do sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Figura 2.3 – Mapa de abrangência do PISF



2.4. Ambiente de Atuação

Caracterização e o comportamento do mercado de atuação

O mercado de atuação da Codevasf abrange a região das bacias hidrográficas dos Rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, envolvendo os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Sergipe e o Distrito Federal. A partir de março de 2014, a Codevasf passou a ser a Operadora Federal do PISF, que envolve territórios dos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

O território de atuação da Codevasf é predominantemente caracterizado por ser uma região semiárida, com exceção da região da “Amazônia legal”, onde se localizam os vales dos Rios Itapecuru e Mearim, no estado do Maranhão. Não obstante, quase todos os estados da área de abrangência da atuação da Empresa apresentaram, nos últimos anos, taxas de crescimento econômico superior à média nacional, muitos dos municípios ainda congregam os piores indicadores socioeconômicos do país.

Apesar dos problemas climáticos, essas regiões têm grandes potencialidades para o desenvolvimento pleno, os quais não são totalmente aproveitados, com destaque para agricultura irrigada, com o aproveitamento e utilização racional das águas dos rios, o qual beneficia famílias gerando renda e movimentação econômica local.

Na sua região de abrangência, a Codevasf desenvolve por meio de execução direta ou parcerias, expressivo número de obras e ações relacionadas à implantação e gestão de perímetros de irrigação; revitalização de bacias hidrográficas (esgotamento sanitário, controle de processos erosivos, resíduos sólidos e oferta de água); estruturação de atividades produtivas (apicultura, ovinocaprinocultura, fruticultura, etc.); obras de infraestrutura hídrica (adutoras, sistemas simplificados de abastecimento, barragens) e piscicultura, entre outras. Através de um modelo de atuação que potencializa as vocações locais, a Empresa contribui para a melhoria de vida e desenvolvimento socioeconômico da sua área de atuação.

Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

Existem alguns parceiros e/ou “concorrentes” da Codevasf que executam algumas atividades similares, entre os quais:

- ✓ **Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS:** elabora projetos de engenharia e executa obras de captação, acumulação, condução, distribuição, proteção e utilização de recursos hídricos (barragens, adutoras, sistemas de abastecimento de água), além de implantar e gerir projetos de irrigação.
- ✓ **Ministério do Desenvolvimento Social – MDS:** instala cisternas para armazenar água da chuva - Programa “Água Para Todos”.
- ✓ **Ministério das Cidades:** implantação de obras de saneamento básico.
- ✓ **Fundação Nacional de Saúde – FUNASA:** implantação de obras de saneamento básico.
- ✓ **Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA:** implantação de infraestrutura de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização do pescado e de fomento à pesca e aquicultura; e fomento da produção pesqueira e aquícola, entre outras.
- ✓ **Ministério do Meio Ambiente - MMA:** executa ações de revitalização de bacias hidrográficas.
- ✓ **Empresas de saneamento estaduais:** implantação de obras de saneamento básico.

Expectativa da população ou de estrato da população quanto à atuação da Empresa

Conhecer as potencialidades das regiões e levantar as necessidades da população é atividade fundamental para se planejar as ações que a empresa tem que desenvolver visando à promoção do desenvolvimento da região onde atua. Desta forma, a empresa implanta projetos relacionados às características de cada região, facilitando o processo de gerenciamento, acompanhamento, operacionalização, articulação institucional e fiscalização, aumentando as chances de sucesso dos projetos implantados.

A Codevasf desenvolve diversas atividades que beneficiam diretamente a população, entre as quais se destacam: a implantação de perímetros públicos de irrigação, de Arranjos Produtivos Locais (APLs), as ações de esgotamento sanitário, a implantação de cisternas de consumo, que atendem as necessidades da população, gerando emprego e renda, levando a redução dos fluxos migratórios causados em função dos efeitos econômicos e sociais das secas e inundações frequentes e, ainda, proporciona a preservação dos recursos naturais nas bacias onde a Empresa atua.

A Codevasf possui 8 (oito) Superintendências Regionais e cada uma implanta projetos de acordo com as potencialidades das regiões onde estão instaladas e de acordo com as necessidades da população local. Abaixo segue as ações e projetos desenvolvidos em cada região de atuação da Empresa:

- **Alto e médio São Francisco** – A Codevasf atua por meio da 1ª Superintendência Regional, localizada em Montes Claros/MG, e da 2ª Superintendência Regional, em Bom Jesus da Lapa/BA. Na área da 1ª SR, foram instalados Arranjos Produtivos Locais em apicultura, ovinocultura e piscicultura, sendo que o destaque produtivo está no projeto Jaíba, com a fruticultura irrigada, principalmente de banana, manga e limão. Na região da 2ª SR, os projetos de irrigação em destaque são o Baixio de Irecê, Barreiras do Norte e do Sul, Estreito e Formoso. Nesses perímetros o destaque vai para a fruticultura irrigada, com o cultivo de banana e manga, bem como a produção de grãos em Barreiras do Norte. A região está desenvolvendo fortemente a aptidão para o uso da bioenergia por meio do etanol e do biodiesel.
- **Submédio do Rio São Francisco** – A Codevasf atua por meio da 3ª Superintendência Regional, localizada em Petrolina/PE e com a 6ª Superintendência Regional, localizada em Juazeiro/BA. A fruticultura irrigada é bem desenvolvida nessa região, com destaque para a manga, uva e coco.
- **Baixo São Francisco** – Nesta região estão instaladas a 4ª Superintendência Regional, em Aracaju/SE e a 5ª Superintendência Regional, localizada em Penedo/AL. Devido às condições de topografia plana, baixa altitude e da abundância de recursos hídricos, a região desenvolveu com excelência a rizicultura e está desenvolvendo sua vocação na piscicultura em tanques escavados, produzindo tambaquis e tilápias para o mercado regional.
- **Bacia do Rio Parnaíba** - A Codevasf atua por meio da 7ª Superintendência Regional, localizada em Teresina/PI. Nessa região o foco está na apicultura e pecuária caprina como atividades econômicas sustentáveis.
- **Bacias dos Rios Itapecuru e Mearim** – A atuação da Empresa é realizada pela 8ª Superintendência Regional, localizada em São Luís/MA. Nesta região o foco está no fortalecimento da apicultura, por ser uma região de grande diversidade de biomas.

A implantação do PISF aguçou expectativa na população, pois trará segurança hídrica nesta região extremamente afetada pela seca, trazendo a possibilidade da geração de emprego e renda com o atrativo de novos investimentos.

Oportunidades e ameaças quanto à atuação da empresa

Dentre as oportunidades para a Codevasf no seu ambiente de atuação, podemos dividi-las em três partes:

• Oportunidades de Desenvolvimento Econômico:

- Consolidar e potencializar um programa de desenvolvimento de infraestrutura logística usando os investimentos governamentais e parcerias com a iniciativa privada.
- Estruturar um projeto regional visando à identificação e realização de investimentos adicionais necessários para a consolidação do corredor multimodal no Rio São Francisco, integrando logisticamente modais hidroviários, rodoviários e ferroviários.
- Buscar fontes de financiamento e alternativas para o desenvolvimento regional.
- Revitalizar e/ou construir barragens.
- Realizar investimentos em projetos de geração e transmissão de energia elétrica.
- Desenvolver projetos para geração de energias alternativas.
- Disseminar a cultura associativa/empresarial visando à abertura de canais de comercialização para atividades agropecuárias.
- Gerar tecnologias adequadas e estruturar a cadeia de produção para sustentar a viabilidade econômica da produção de biodiesel.
- Estimular o turismo, por meio de investimentos públicos e privados em logística, equipamentos, sinalização, segurança e limpeza.

• Oportunidades de Desenvolvimento Ambiental:

- Aprimorar os sistemas de licenciamento e fiscalização ambientais.
- Conciliar os condicionantes ambientais, econômicos e sociais na formulação de estratégias ambientais.
- Investir em programas governamentais para o meio ambiente.
- Expandir o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

• Oportunidades de Desenvolvimento Social:

- Melhorar a infraestrutura urbana e rural dos municípios da área de atuação da Empresa.
- Investir em tecnologia e elaborar modelos de gestão eficientes nos programas públicos de agricultura irrigada, englobando perímetros de irrigação e a infraestrutura de preservação de corpos d'água e aproveitamento dos recursos hídricos.
- Expandir os serviços de educação, acompanhada de um salto qualitativo com maior integração das ações às efetivas necessidades das atividades produtivas locais, à cultura local e um maior foco na consciência ambiental.
- Promover a integração da população assentada em atividades produtivas econômica e ambientalmente sustentáveis.
- Realizar o processo de titulação de propriedades, facilitando o direcionamento de crédito para os produtores assentados.

2.5. Organograma

Figura 2.5.1 - Estrutura Organizacional da Sede

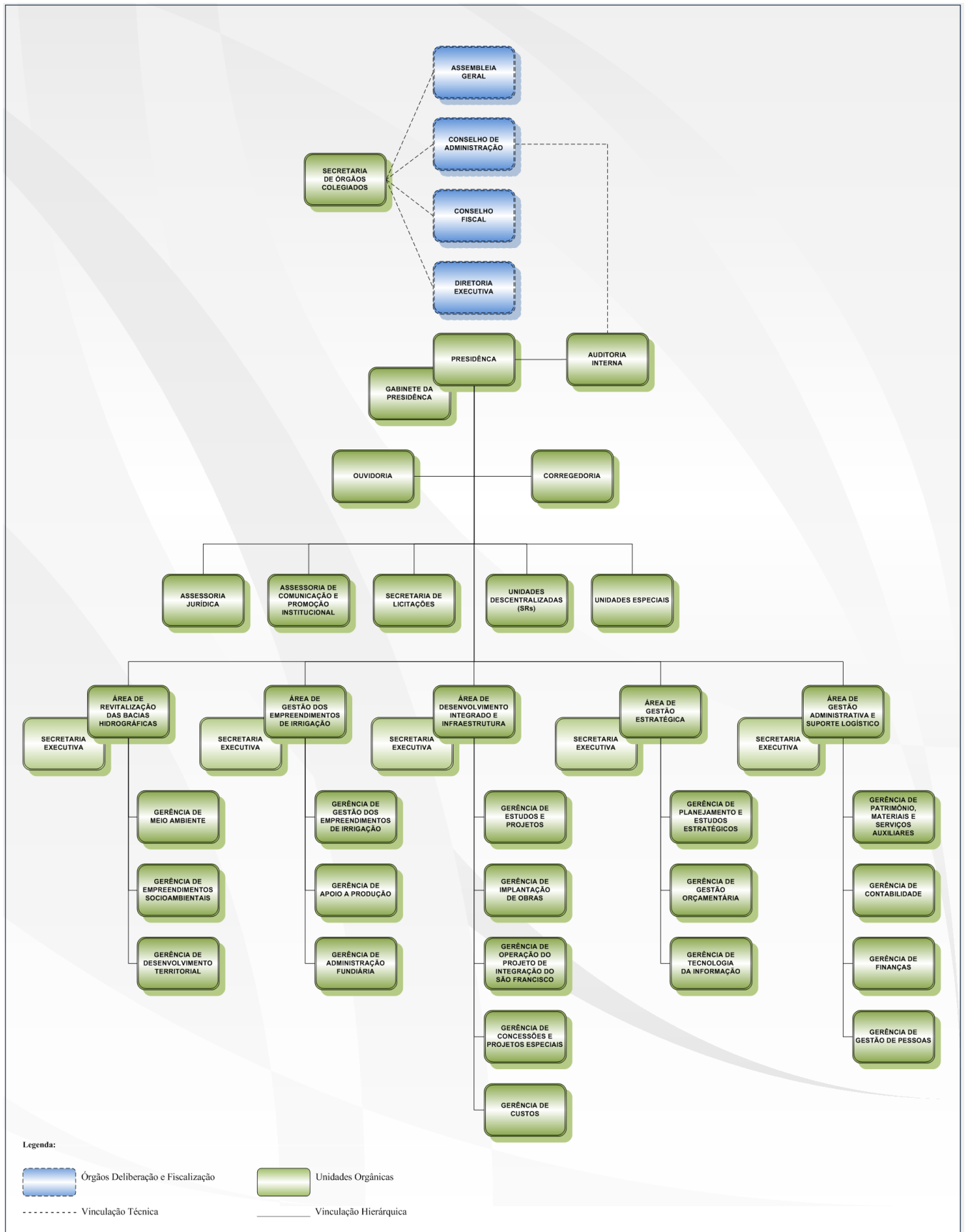
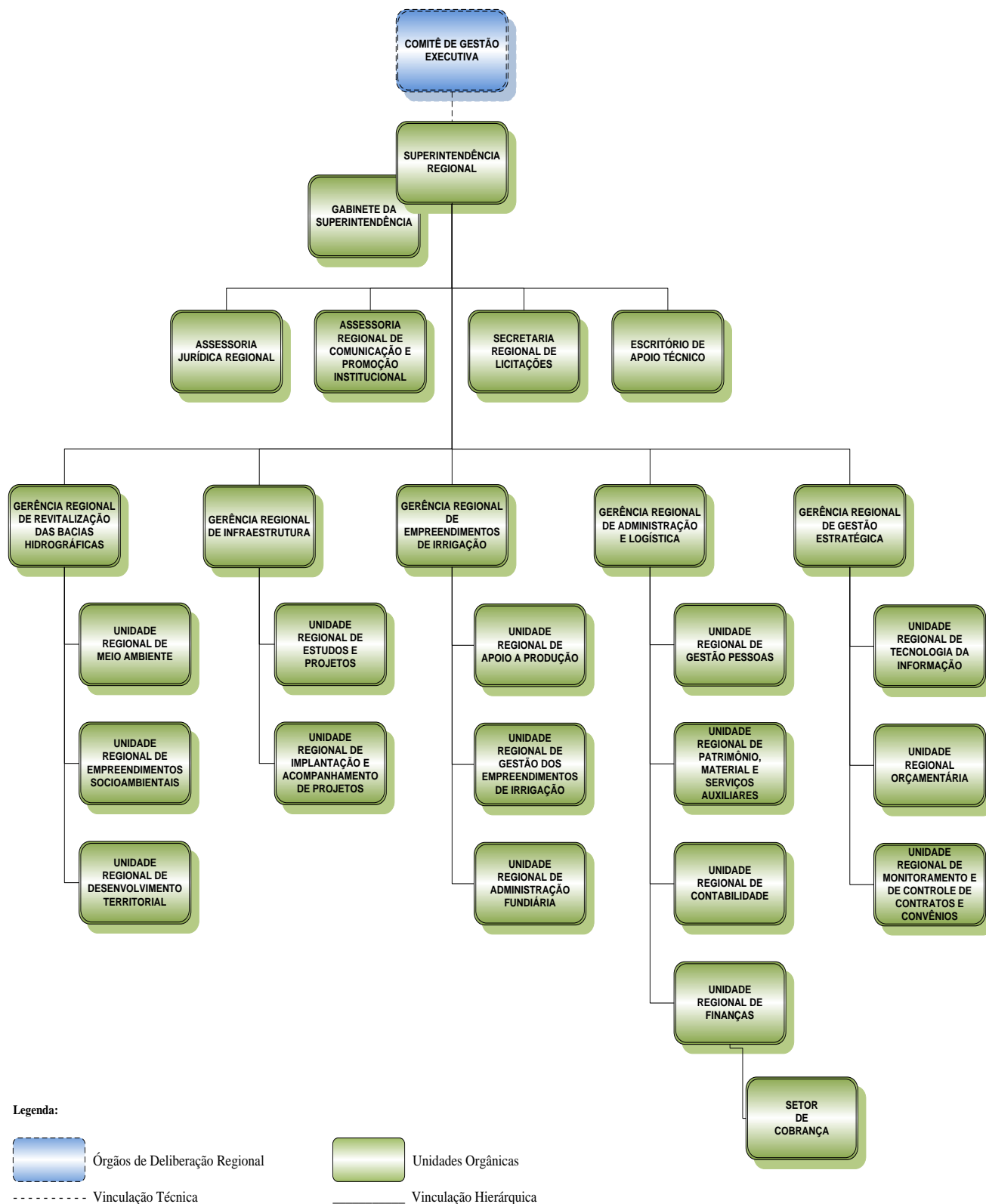


Figura 2.5.2 - Estrutura Organizacional das Superintendências Regionais



Quadro 2.5 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação	Competências
Presidência	Felipe Mendes de Oliveira	Presidente	A partir de 19/05/15	Supervisionar as atividades da Empresa; zelar pelo cumprimento das normas; presidir as reuniões da Diretoria Executiva; conferir aos Diretores outros encargos que não àqueles da respectiva Área; designar o substituto eventual; nomear, promover, designar, exonerar, dispensar, punir, transferir e demitir empregados; representar a Empresa, judicial e extrajudicialmente; assinar instrumentos celebrados pela Empresa; submeter ao Ministro da Integração Nacional os assuntos de alçada desta autoridade; baixar atos <i>ad referendum</i> ; designar dirigentes para emitir, assinar e endossar títulos de crédito e ações da Empresa.
	Elmo Vaz Bastos de Matos	Presidente	04/05/12 a 19/05/15	
Gabinete da Presidência	Lucianita Ribeiro Dayrell	Chefe de Gabinete	A partir de 14/09/15	Assessorar o Presidente, política e socialmente; transmitir ordens emanadas do Presidente; controlar procedimentos administrativos; orientar a tramitação de documentos e processos e submetê-los ao Presidente.
	Fábio Almeida Monteiro	Chefe de Gabinete	01/06/15 a 14/09/15	
	Silvia Rodrigues de Moura Santos	Chefe de Gabinete (Substituta)	18/05/15 a 31/05/15	
	Paulo Vasconcelos	Chefe de Gabinete	05/02/15 a 18/05/15	
	Maria Auxiliadora Rocha Cavalcanti	Chefe de Gabinete	22/10/12 a 05/02/15	
Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas	Eduardo Jorge de Oliveira Motta	Diretor	A partir de 22/05/14	Definir diretrizes para gerir ações referentes à revitalização das bacias hidrográficas; coordenar ações de integração com órgãos públicos, privados e sociedade civil organizada; desenvolver ações de apoio a arranjos e atividades produtivas; gerir resultados alcançados.
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação	Luís Napoleão Casado Arnaud Neto	Diretor	A partir de 05/08/15	Definir diretrizes: a) para a gestão integrada e para transferência dos perímetros de irrigação; b) dos modelos de ocupação e gestão fundiária; c) da implantação do modelo produtivo; d) da consolidação dos projetos de irrigação e drenagem; e) da gestão dos resultados.
	José Sólton de Oliveira Braga Filho	Diretor	09/12/11 a 05/08/15	
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura	Luiz Augusto Costa Fonseca	Diretor	A partir de 21/09/15	Definir diretrizes com vistas a desenvolver oportunidades de atuação, negócios e financiamentos; definir parâmetros, padrões e serviços para a elaboração de projetos de infraestrutura; gerir resultados de desenvolvimento regional; analisar e avaliar custos e orçamentos; subsidiar o procedimento de licitação e a gestão dos contratos e convênios.
	Sérgio Antônio Coelho	Diretor	25/04/14 a 21/09/15	
Área de Gestão Estratégica	Sergio Paulo de Miranda	Gerente-Executivo	A partir de 28/8/08	Formular políticas e diretrizes para o desenvolvimento gerencial e organizacional; definir diretrizes de apoio às propostas de projetos e ações finalísticas; apoiar o planejamento estratégico e a atualização de cenários; acompanhar a execução dos planos, programas, ações, projetos e atividades da Empresa; definir política de gestão da informação e da informática; programar e executar orçamento; acompanhar e controlar contratos, convênios e instrumentos congêneres; dar suporte geotecnológico; resgatar, preservar e divulgar o Acervo Memória Institucional; gerenciar as atividades dos acordos de cooperação técnica internacionais.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação	Competências
1ª Superintendência Regional	Aldimar Dimas Rodrigues	Superintendente	A partir de 12/5/10	<p>Coordenar e controlar as atividades no âmbito de atuação da 1ª SR; presidir o Comitê de Gestão Executiva da 1ª SR; zelar pelo cumprimento das políticas e dos atos emanados do Comitê de Gestão Executiva, da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e da Presidência; representar a Empresa judicial e extrajudicialmente, mediante delegação; articular com órgãos públicos e/ou privados visando o cumprimento das ações da 1ª SR; propor, celebrar e controlar a execução de contratos, convênios e instrumentos congêneres, quando autorizado; dar apoio ao Presidente e aos Diretores; indicar os empregados para o exercício de funções gratificadas e substituições, no âmbito de sua competência.</p>
2ª Superintendência Regional	Prudente José de Moraes	Superintendente	A partir de 24/09/15	
	Lourival Soares Gusmão	Superintendente	23/12/11 a 24/09/15	
3ª Superintendência Regional	Luciano Fernandes de Albuquerque	Superintendente	A partir de 11/08/15	
	João Bosco L. de Alencar	Superintendente	30/01/14 a 11/08/15	
4ª Superintendência Regional	Said Jorge Novaes Schoucair	Superintendente	A partir de 18/07/14	
5ª Superintendência Regional	Luciano José Chagas de Santana	Superintendente	A partir de 13/07/15	
	Ivan Craveiro Barros	Superintendente	16/12/13 a 13/07/15	
6ª Superintendência Regional	José Hailton Carneiro de Oliveira	Superintendente	A partir de 09/10/15	
	Alaor Grangeon de Siqueira	Superintendente	11/12/13 a 09/10/15	
7ª Superintendência Regional	Inaldo Pereira Guerra Neto	Superintendente	A partir de 25/03/14	
8ª Superintendência Regional	Celso Adriano Costa Dias	Superintendente	A partir de 26/08/15	
	Hosana de Freitas Silva	Superintendente (Substituta)	23/12/14 a 26/08/15	
Ouvidoria	Rita de Cássia Costa Minervino	Chefe da Ouvidoria	A partir de 27/12/13	<p>Receber denúncias, reclamações, sugestões, opiniões, perguntas, elogios ou desvios na atuação da Empresa; encaminhar e apurar as denúncias sobre ilícitos funcionais para análise da Corregedoria.</p>
Corregedoria	Aunize Matias Barbosa	Assessora	A partir de 06/07/15	<p>Planejar, coordenar, organizar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades correcionais; apurar a responsabilidade dos empregados por irregularidades cometidas; instaurar processos administrativos disciplinares.</p>
	Flavia Martins Borges	Assessora	30/12/13 a 06/07/15	
Auditoria Interna	André Marcelo Gusmão Tavares de Oliveira	Chefe de Auditoria Interna	A partir de 29/10/14	<p>Elaborar e executar planos de inspeção preventiva e corretiva das atividades da Empresa; emitir parecer acerca da prestação de contas anual e das tomadas de contas especiais instauradas pela Codevasf; dar apoio aos órgãos de controle externo e ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal; fortalecer e racionalizar as ações de controle; assessorar e orientar preventivamente os órgãos e as autoridades da Empresa.</p>
Assessoria Jurídica	Alessandro Luiz dos Reis	Chefe de Assessoria da Presidência - Assessoria Jurídica	A partir de 06/06/12	<p>Prestar assessoria e consultoria jurídicas à Diretoria Executiva, ao Presidente, aos Diretores e aos Gerentes-Executivos; assistir e orientar juridicamente às unidades orgânicas; propor atos normativos, revisar editais, elaborar minutas de instrumentos contratuais, de convênios e instrumentos congêneres; revisar atos e documentos; coordenar as Assessorias Jurídicas Regionais; ratificar pareceres emitidos pelas Assessorias Jurídicas Regionais, a critério do Presidente ou da Diretoria Executiva; zelar pela uniformidade de entendimento e pelas normas da Empresa.</p>

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação	Competências
Assessoria de Comunicação e Promoção Institucional	Marta Morosini	Chefe da Assessoria de Comunicação e Promoção Institucional	A partir de 16/06/15	Elaborar e implementar as políticas de promoção institucional; coordenar a participação da Empresa em eventos relacionados a sua área de atuação; desenvolver ações que assegurem o uso correto e padronizado dos elementos de identidade visual da organização; promover e acompanhar pesquisas de opinião relativas a atuação da Codevasf; coordenar e aprovar as ações de divulgação da Empresa; produzir publicações jornalísticas; coletar e organizar matérias de interesse da Codevasf; elaborar boletins informativos.
	Jaciara de Aguiar Alves	Chefe da Assessoria de Comunicação e Promoção Institucional	03/06/15 a 16/06/15	
	Ludmilla Duarte Santana e Souza	Chefe da Assessoria de Comunicação e Promoção Institucional	20/06/12 a 03/06/15	
Secretaria de Órgãos Colegiados	Vânia Elizabete de Oliveira	Chefe da Secretaria da Presidência - Órgãos Colegiados	A partir de 31/03/08	Apoiar administrativamente e divulgar os atos emanados do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e a da Diretoria Executiva; manter registrados os atos dos Comitês de Gestão Executiva das SR.
Secretaria de Licitações	Luciana Mota Coelho	Chefe da Secretaria da Presidência - Licitação	A partir de 09/01/08	Planejar, coordenar e executar os processos licitatórios, bem como prestar assessoramento às Áreas e orientação às Secretarias Regionais de Licitações em matéria de licitação.
Escritório de Representação de Recife	Marcelo Luiz Cavalcanti Teixeira	Chefe de Escritório	A partir de 05/10/06	Promover contatos com entidades públicas e privadas do local; identificar, viabilizar e propor parcerias com vistas a incrementar as atividades da Empresa;
Escritório de Representação de Salvador	Leandro Sergio Pontes Gaudenzi	Chefe de Escritório	A partir de 5/3/2011	Promover contatos com entidades públicas e privadas do local; identificar, viabilizar e propor parcerias com vistas a incrementar as atividades da Empresa;
Escritório de Representação de Belo Horizonte	Maria de Fátima Tolentino Bessa Martinez	Chefe de Escritório	A partir de 05/10/06	Promover contatos com entidades públicas e privadas do local; identificar, viabilizar e propor parcerias com vistas a incrementar as atividades da Empresa;
Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos	Maurício Pietro da Rocha	Gerente	A partir de 15/9/08	Coordenar os estudos de cenários e a elaboração/revisão dos planos estratégico, tático e operacional; promover estudos para o desenvolvimento organizacional por meio da melhoria da gestão dos processos; propor métodos de avaliação econômica, social e ambiental; acompanhar contratos, convênios e instrumentos congêneres; prestar suporte geotecnológico; gerenciar acordos de cooperação técnica internacionais.
Gerência de Tecnologia da Informação	Ricardo Guimarães Mueller Rocktaeschel	Gerente	A partir de 07/12/09	Supervisionar o desenvolvimento e acompanhar a implantação da Política de Gestão da Tecnologia da Informação; planejar, coordenar e controlar a construção e a manutenção de sistemas e o gerenciamento dos projetos de TI; prestar suporte aos usuários de informática.
Gerência de Gestão de Pessoas	Adalberto Marques Aredes Teixeira Almeida	Gerente	A partir de 29/07/14	Planejar, coordenar, controlar, orientar e executar as ações relativas à política e gestão pessoas.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação	Competências
Gerência de Empreendimentos Sócio Ambientais	Fabício de Sousa Libano	Gerente	A partir de 07/01/15	Propor, coordenar, supervisionar, fiscalizar e implementar ações de revitalização nas bacias inseridas na área de atuação da Codevasf.
	Sérgio Henrique Alves	Gerente	01/07/14 a 07/01/15	
Gerência de Meio Ambiente	Sérgio Henrique Alves	Gerente	A partir de 07/01/015	Coordenar e executar programas e projetos de regularização ambiental dos empreendimentos da Empresa; dar suporte técnico às ações de revitalização das bacias inseridas na área de atuação da Codevasf
	Antonio Alipio de Souza Mustafa	Gerente	01/07/14 a 07/01/15	
Gerência de Desenvolvimento Territorial	Walber Santana Santos	Gerente	A partir de 18/05/15	Definir, implementar, controlar, coordenar, supervisionar as ações de desenvolvimento econômico, social e tecnológico de atividades produtivas; capacitar jovens e adultos.
	Izabel Maria de Araújo Aragão	Gerente	11/11/13 a 18/05/15	
Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação	Carlos Alberto Pinheiro	Gerente	A partir de 16/11/15	Planejar, orientar, coordenar, controlar e executar as atividades decorrentes da gestão integrada e da transferência dos perímetros de irrigação; dos modelos de ocupação e gestão fundiária; da implantação do modelo produtivo; da consolidação dos projetos de irrigação e drenagem; e da gestão dos resultados.
	Manoel de Oliveira Bessa Filho	Gerente	04/09/13 a 12/11/15	
Gerência de Apoio à Produção	Luciana Queiroz de Melo	Gerente	01/08/12	Elaborar projetos e executar ações relacionadas de assistência técnica e exploração das áreas dos projetos de irrigação; elaborar e manter estudos e informações de desempenho econômico e técnico operacional; instituir indicadores de desempenho.
Gerência de Administração Fundiária	Wagner Zani Sena	Gerente	A partir de 07/12/09	Definir diretrizes e executar ações para desenvolver a produção e ocupação dos lotes; coordenar, supervisionar e executar as atividades de regularização dos perímetros de irrigação.
Gerência de Estudos e Projetos	Rodrigo Marques Beneveli	Gerente	A partir de 13/11/13	Propor diretrizes e padronização de projetos; supervisionar, coordenar, analisar e elaborar estudos de viabilidade, projetos básicos e executivos.
Gerência de Implantação de Obras	Ramon Gonçalves de Lima	Gerente	A partir de 02/07/12	Programar, implementar, coordenar, controlar, supervisionar e fiscalizar a implantação de infraestrutura de desenvolvimento regional.
Gerência de Concessões e Projetos Especiais	Alvane Ribeiro Soares	Gerente	A partir de 04/06/13	Definir, acompanhar e executar ações de desenvolvimento dos modelos de atuação; intensificar os investimentos em infraestrutura; elaborar estudos para implementação de modelagens técnica e financeira de parcerias; elaborar projetos de engenharia; supervisionar e fiscalizar os projetos especiais.
Gerência de Operação do Projeto de Integração do São Francisco	Danielson Vieira de Araújo	Gerente	A partir de 18/08/14	Programar, supervisionar, fiscalizar e executar as atividades de segurança, operação e manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

Fonte: Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos – AE/GPE

2.6. Macroprocessos

2.6.1. Macroprocessos Finalísticos



2.6.2. Macroprocessos de Apoio

GESTÃO EMPRESARIAL

FORMA DE CONDUÇÃO

O Macroprocesso é instanciado para:

- Gerir patrimônio e serviços auxiliares;
- Gerenciar a guarda do acervo documental;
- Administrar compras;
- Administrar almoxarifados;
- Orientar, capacitar e disseminar boas práticas na gestão de contratos e convênios do interesse da empresa;
- Gerir informações de instrumentos resultantes de contratos e convênios firmados pela empresa;
- Acompanhar e avaliar indicadores de desempenho para projetos e programas;
- Desenvolver inter-relações de apoio a instituições públicas e privadas;
- Divulgar informações relativas aos planos de trabalho referentes aos destaques orçamentários que favoreçam a empresa;
- Prospectar novas tecnologias de informação;
- Maximizar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação em meio digital;
- Desenvolver e manter sistemas de informação;
- Apoiar e prestar suporte ao uso da tecnologia da informação;
- Gerenciar e manter o parque de equipamentos e acessórios empregados em tecnologia da informação;
- Elaborar e administrar registros contábeis;
- Executar atividades de Programação e Execução Orçamentária;
- Planejar, coordenar e executar procedimentos licitatórios;
- Fornecer apoio na montagem e elaboração de procedimentos licitatórios;
- Gerir a capacitação e o desenvolvimento profissional realizando a avaliação de desempenho de técnicos e gestores;
- Gerir o programa de estágio;
- Gerir o plano de cargos e salários;
- Atuar em negociações trabalhistas e no acordo coletivo de trabalho;
- Gerir e executar recursos orçamentários do quadro de pessoal da empresa;
- Gerir planos de benefícios;
- Gerir recolhimentos legais instituídos;
- Instruir processos administrativos e prestar informações a órgãos controladores internos e externos.

ASSESSORIA EMPRESARIAL

FORMA DE CONDUÇÃO

O Macroprocesso é instanciado para:

- Consolidar e prover informações demandadas por órgãos de controle externo;
- Emitir e acompanhar recomendações de auditoria;
- Elaborar relatórios gerenciais;
- Acompanhar sindicâncias e PAD's;
- Realizar auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional na empresa;
- Emitir pareceres sobre demonstrações contábeis e financeiras;
- Avaliar justificativas e relatórios procedentes das unidades organizacionais da empresa;
- Auditar compras e serviços;
- Acompanhar o registro de atos e fatos no SIAFI;
- Prestar assessoria e consultoria jurídica à empresa;
- Analisar, prover estudos e emitir pareceres em atos normativos e administrativos;
- Propor, orientar, elaborar, recorrer e acompanhar matérias de âmbito contencioso do interesse da empresa;
- Produzir, coordenar e acompanhar publicações e matérias jornalísticas do interesse da empresa;
- Exercer a governança dos portais da Codevasf ;
- Prestar assessoria de imprensa;
- Coordenar participações em eventos relacionados à área de atuação da empresa;
- Padronizar e supervisionar o uso da marca e demais elementos de identidade visual;
- Coordenar a criação e aprovar peças de divulgação publicitária e promocional da empresa;
- Executar ações sociais e educativas para a interação da empresa com o público interno e externo;
- Promover e acompanhar pesquisas de opinião sobre os serviços prestados pela empresa.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

FORMA DE CONDUÇÃO

O Macroprocesso é instanciado para:

- Elaborar e manter o planejamento estratégico;
- Elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária;
- Elaborar o plano anual de trabalho (PAT);
- Propor métodos, técnicas e soluções aplicáveis à governança organizacional;
- Consolidar planos de ação;
- Planejar o desenvolvimento das regiões de atuação de forma sustentável;
- Conceber indicadores de desempenho organizacional;
- Gerir processos de organização, sistemas e métodos;
- Elaborar e manter o plano diretor de tecnologia da informação (PDTI);
- Elaborar e implementar políticas de marketing, endomarketing e promoção institucional;
- Planejar a estratégia de RH.

2.7. Composição Acionária do Capital Social

CODEVASF COMO INVESTIDA – POSIÇÃO EM 31/12/2015			
Denominação completa: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf			
AÇÕES ORDINÁRIAS (%)			
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014
Governo	Tesouro Nacional	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-
	Fundos de Pensão	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-
	% Governo	100%	100%
Free Float	Pessoas Físicas	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-
	% free float	-	-
Subtotal Ordinárias (%)		100%	100%
AÇÕES PREFERENCIAIS (%)			
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014
Governo	Tesouro Nacional	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-
	% Governo	0%	0%
Free Float	Pessoas Físicas	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-
	% free float	0%	0%
Subtotal Preferenciais (%)		-	-
Total		100%	100%

Fonte: Gerência de Finanças – AA/GFN

2.8. Participação em Outras Sociedades

CODEVASF COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2015		
Denominação Investidora (UPC)	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	
Ações Ordinárias (% de participação)	Posição em	
Empresa investida	31/12/2015	31/12/2014
Celpe - Cia Energética de Pernambuco	0,314767	0,314767
Cia. de Desenv. e Rec. Hídricos e de Irrigação de Sergipe – COHIDRO	0,044714	0,044714
OI S/A	0,000297	0,000297
Ações Preferenciais (% de participação)	Posição em	
Empresa investida	31/12/2015	31/12/2014
Agrovale – Ind. do Vale do São Francisco S/A	1,320400	1,320400
Casal – Cia. de Saneamento de Alagoas	0,004700	0,004700
Celpe - Cia Energética de Pernambuco	0,274053	0,274053
Cia. de Desenv. e Rec. Hídricos e de Irrigação de Sergipe – COHIDRO	0,022393	0,022393
Cia. de Saneamento de Sergipe – DESO	0,001075	0,001075
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - Embasa	0,010000	0,010000
OI S/A	0,000033	0,000033

Fonte: Gerência de Finanças – AA/GFN

Tabela 2.8 - Participações acionárias ou quotas de capital em outras empresas (Inclusive Sociedades de Propósitos Específicos – SPE)

Empresa	% do capital Votante	% do capital Total
Agrovale – Ind. do Vale do São Fco. S/A	-	1,320400
Celpe – Cia. Energética de Pernambuco	0,314767	0,310232
Casal –Cia. de Saneamento de Alagoas	-	0,004700
Cia. de Desenv. e Rec. Hídricos e de Irrigação de Sergipe – COHIDRO	0,045022	0,067107
Cia. de Saneamento de Sergipe – DESO	-	0,001000
Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa	-	0,010000
Oi S/A	0,000297	0,000033

Fonte: Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico – AA/GFN

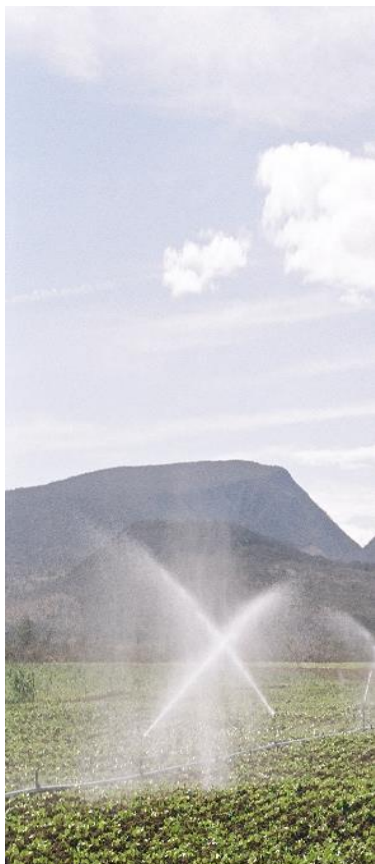
2.9. Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício

No exercício de 2015 não foram realizadas aquisições ou vendas de ações das sociedades em que a Codevasf figura como parte. Nos quadros “[Composição Acionária do Capital Social](#)” e “[Participação em Outras Sociedades](#)” é possível verificar que não ocorreram alterações na composição ou participação acionária da empresa nos últimos dois anos.

Cabe ainda esclarecer que todas as participações acionárias da Codevasf foram transferidas para a custódia do BNDES no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, conforme Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994.

3. Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

Elementos Referenciais Estratégicos



Missão

Promover o desenvolvimento e a revitalização das bacias dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim com a utilização sustentável dos recursos naturais e estruturação de atividades produtivas para a inclusão econômica e social.

Visão

Ser reconhecida nacional e internacionalmente por pessoas, empresas e governos como a referência na utilização sustentável dos recursos naturais, na estruturação de atividades produtivas e na liderança do processo de articulação para o desenvolvimento das regiões aonde atua.

Objetivos

- ✓ Articular e firmar parcerias com instituições públicas e privadas para garantir a efetividade de suas ações.
- ✓ Implantar projetos e ações de comprovado resultado social e econômico, integrados a uma visão de mercado.
- ✓ Atuar, de forma positiva e mensurável, para a melhoria dos indicadores sociais, econômicos e ambientais.
- ✓ Criar novas competências e habilidades para liderar o processo de desenvolvimento regional.

Fonte: Realinhamento Estratégico da Codevasf, 2006.

3.1. Planejamento Organizacional

Como principal braço executivo do Ministério da Integração Nacional, a Codevasf possui seu planejamento organizacional em sintonia com seu órgão supervisor, que em resumo tem por planejamento maior conceber e executar políticas públicas e programas, voltados à redução das desigualdades regionais, por meio de ações que conduzem ao desenvolvimento socioeconômico das regiões mais pobres do País, em especial a região semiárida.

Orientada pelos objetivos estratégicos do MI, pela PNDR, pelo Plano Plurianual 2012-2015 e pelos regulamentos a ela atribuídos, a Codevasf executa suas ações devidamente alinhada com as diretrizes governamentais.

3.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

A Codevasf atua em diversos programas temáticos que integram o PPA 2012-2015, que contribuem para o desenvolvimento da agricultura irrigada, revitalização das bacias hidrográficas e mitigação dos efeitos da estiagem com a oferta de água para população beneficiada, proporcionando-lhes melhores condições de vida e consequente diminuição das desigualdades inter e intra regionais.

Quadro 3.1.1.1 - Principais programas e objetivos do PPA 2012-2015 com atuação da Codevasf

Área temática	Programa	Objetivos
Desenvolvimento Produtivo com Sustentabilidade	(2013) Agricultura Irrigada	(0175) Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.
		(0543) Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional.
		(0544) Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.
	(2026) Conservação e Gestão de Recursos Hídricos	(0665) Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.
	(2052) Pesca e Aquicultura	(0572) Implementar infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, para promover a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais.
(0567) Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplorados e inexplorados.		
	(2066) Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	(0421) Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.
Soberania e Território	(2029) Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	(0840) Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva
		(0789) Formular e implementar os marcos legais das políticas nacionais de desenvolvimento regional e de ordenamento territorial contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território
Direitos Humanos e Segurança Pública	(2044) Autonomia e Emancipação da Juventude	(0989) Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.
Planejamento Urbano, Habitação, Saneamento e usos do Solo	(2051) Oferta de Água	(0479) Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.
		(0480) Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.
	(0549) Formular a política nacional de infraestrutura hídrica – PNIH e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do estado.	
	(2068) Saneamento Básico	(0355) Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Área temática	Programa	Objetivos
		(0610) Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.
	(2040) Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	(0174) Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.
Seguridade Social Ampliada	(2069) Segurança Alimentar e Nutricional	(0614) Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional
Mobilidade Urbana e Transportes	(2073) Transporte Hidroviário	(0234) Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

Fonte: PPA Mais Brasil - Plano Plurianual 2012-2015 do Governo federal

A atuação da Codevasf em 2015, também, esteve atrelada aos principais Programas Federais, na sua maioria, integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do Programa Brasil Sem Miséria, onde a Codevasf é o principal braço executor do MI:

Tabela 3.1.1.1 - Programas Federais com atuação direta da Codevasf

Programas Federais	Ações desenvolvidas	Favorecidos
Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco	Implantação de poços; cisternas; e sistemas simplificados de abastecimento.	Municípios selecionados pela Codevasf
Água para Todos	Implantação de sistemas coletivos de abastecimento de água; Barreiros ou pequenas barragens; Cisternas de consumo; Caminhões-Pipa para Municípios do Semiárido com menos de 50 mil habitantes; Comboios de Perfuração para Estados Afligidos pela Seca; e Kits de irrigação	a) Municípios com população com renda mensal per capita de até R\$ 140,00; b) Municípios que, entre os anos de 2003 a 2012, recorrentemente foram reconhecidos pela Secretaria Nacional de Defesa Civil em Situação de Emergência ou Calamidade Pública por conta de estiagem, seca, ou similar; c) municípios em que a população rural, segundo os dados do IBGE, não possua acesso adequado às fontes hídricas para consumo humano ou dessedentação animal.
Agricultura Irrigada	Implementação da infraestrutura pública de irrigação	Municípios selecionados pela Codevasf e banhados pelos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru ou Mearim
Revitalização das Bacias Hidrográficas dos Rios São Francisco e Parnaíba	Esgotamento Sanitário; Manejo de Resíduos Sólidos; Recuperação e Controle de Processos Erosivos; e Ligações Intradomiciliares e construção de módulos sanitários	Municípios selecionados pela Codevasf

Programas Federais	Ações desenvolvidas	Favorecidos
Rotas de Integração Nacional - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	Elaboração de projetos integrados de estruturação e adensamento de arranjos produtivos locais, construção e reforma de unidades produtivas e pontos de comercialização, compra de máquinas, equipamentos e insumos, capacitação de técnicos e produtores, promoção comercial	Estados e consórcios municipais

Fonte: Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos – AE/GPE

3.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A Codevasf está envidando esforços para revisão e execução do seu planejamento estratégico. Nesse sentido, em julho de 2013, a Área de Gestão Estratégica submeteu à direção Termos de Referência para contratação de consultoria especializada no tema, incluindo os seguintes módulos:

1. Alinhamento estratégico da Codevasf;
2. Gerenciamento de Portfólio e elaboração de sistemática de monitoramento dos projetos estratégicos;
3. Mapeamento da cadeia de valor agregado, seu desdobramento em macroprocessos e revisão da estrutura organizacional; e
4. Elaboração e implementação de sistemática de remuneração variável. Em razão da indisponibilidade de recursos no exercício, o processo foi arquivado (nº 59500.001630/2013-36).

No final de 2015 iniciou-se os pressupostos e as diretrizes para elaboração do Planejamento Institucional da Codevasf a partir do Termo de Abertura do Projeto com o objetivo de reformular as diretrizes organizacionais (missão, visão, valores e objetivos estratégicos) aprovadas em 2006, elaborar indicadores de resultado, construir o mapa estratégico da Empresa, além de definir metas organizacionais e sistemática de monitoramento e controle. O Plano de Trabalho para o projeto deverá ser concluído em breve com o início dos trabalhos previsto para o segundo semestre de 2016.

A iniciativa deverá propiciar a adequação e alinhamento da estrutura orgânica da Empresa a seus processos finalísticos e de suporte mediante o estabelecimento de um Plano Anual de Trabalho que possibilite materializar a execução das metas idealizadas para cada exercício tendo como grande desafio recolocar novamente a Empresa em plano direcionado ao cumprimento de sua missão alinhada às novas linhas de negócio em execução.

3.1.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

A Codevasf executa suas ações orientadas pelas diretrizes estratégicas do MI e os estabelecidos no PPA. O Planejamento Estratégico da empresa necessita de revisão para se adequar às competências institucionais agregadas a partir de 2006. Durante esse período, houve expansão da área de atuação para a parte integrante da bacia do Rio Parnaíba, no estado do Ceará, e das bacias hidrográficas dos rios Itapecuru e Mearim, no estado do Maranhão, e novos projetos e ações de Governo foram assumidos, a exemplo do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, PAC Prevenção à Seca, Programa Água para Todos (BSM) e, por último, a operação do PISF, de acordo com o Decreto nº 8.207/20141, que designa à Codevasf a função de Operadora Federal, contudo sem que houvesse a devida conformação dos componentes estratégicos da Empresa (missão, visão, valores e diretrizes) a estes novos desafios, o que gera perda de foco e desperdício da força de trabalho em projetos não prioritários para a organização.

3.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução dos Resultados dos Planos

A Codevasf está inserida no contexto do Plano Plurianual – PPA 2012-2015, atuando em diversos programas temáticos na sua área de atuação, por meio de ações que contribuem para o desenvolvimento regional, buscando atingir metas associadas aos objetivos estratégicos estabelecidos pelo Governo Federal, destacando a execução de ações prioritárias do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do Programa Água para Todos - BSM, além das ações discricionárias que contribuem para inserção produtiva e na geração de emprego e renda.

Os objetivos do PPA expressam o que deverá ser feito, por meio de um conjunto de iniciativas, atributo que declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações governamentais, decorrentes ou não do orçamento. As metas são um atributo de medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa (Lei nº 12.593/2012).

Atualmente, o acompanhamento das metas é realizado semestralmente para efeito de cumprimento dos objetivos estratégicos do PPA, informações essas prestadas aos órgãos responsáveis pela composição, análise e inserção no módulo de monitoramento do sistema SIOP; e anualmente são levantadas as realizações de execução das ações da Lei Orçamentária Anual – LOA, registradas diretamente no SIOP (módulo de acompanhamento orçamentário); sendo que ambas constam do Relatório de Gestão.

Apesar de cumprir com as obrigações legais, atendendo essencialmente aos órgãos de controle e prestando contas dos recursos públicos aplicados, pode-se afirmar que o monitoramento interno apresenta-se deficiente, pois existem objetivos e metas para os planos/programas do governo federal (PPA, PAC, Água para Todos), entretanto não há replicação e método uniformizado de acompanhamento de execução efetiva dos planos e dos empreendimentos, análise e avaliação permanente dos resultados alcançados.

Em 2011, a Empresa foi inserida no contexto do Planejamento Estratégico do Ministério da Integração Nacional – MI, 2011/2014, que tinha por objetivo sistematizar e ordenar os esforços, buscando atingir metas prioritárias de forma alinhada com os princípios e valores estabelecidos pelo Governo Federal e presentes no PPA. O planejamento foi elaborado com a participação das Secretarias e entidades vinculadas ao Ministério, e foi subdividido em 5 (cinco) eixos estratégicos:

¹ O Decreto nº 8.207, 14 de março de 2014, altera o Decreto nº 5.995/2006 e designa a Codevasf oficialmente para exercer a função de Operadora Federal do PISF, tendo a missão de promover a sustentabilidade na operação, eficiência na gestão e coordenação das ações entre União, Estados receptores e sociedade, atendendo às diretrizes políticas de garantia de segurança hídrica e promoção do desenvolvimento da região semiárida receptora, nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, observadas as visões de médio e longo prazo, que deve permear o desenvolvimento regional do Nordeste, especialmente do semiárido setentrional. O Decreto 8.207/2014 estabeleceu também: a delimitação da chamada região de integração; determinou a composição do conselho gestor que vai gerir o PISF e apontou as diretrizes das atribuições do conselho.

1. Superar Desigualdades Regionais e Erradicar a Miséria;
2. Ampliar e Garantir a Eficiência da Irrigação;
3. Garantir Segurança Hídrica;
4. Assegurar Proteção Civil; e
5. Implementar Gestão Eficiente, Eficaz e Efetiva.

A diretriz central desse modelo era permite o alinhamento estratégico do MI e entidades vinculadas num único planejamento estratégico, evitando que órgãos atuem diferentemente do que aponta a estratégia global do Governo.

O modelo funcionou a contento no período de 2011 a 2013, sendo realizadas mensalmente reuniões de monitoramento com agenda pré-definida; realizado acompanhamento continuo dos planos operativos de projetos prioritários (resultados, restrições e providências); e realizado acompanhamento efetivo dos encaminhamentos pactuados em sala de situação entre os gestores e o Sr. Ministro, porém não se permitiu a definição de metas estratégicas e/ou organizacional.

Posteriormente, foi adquirida ferramenta informatizada denominada *Painel de Controle*, que permitiu maior agilidade, integração e controle dos prazos dos planos operativos. No sistema foram investidos, por parte do MI, recursos significativos no desenvolvimento, customização e capacitação de técnicos, passando a ser utilizado por todas as Secretárias e Empresas vinculadas até o final de 2014.

Enquanto durou, o processo de monitoramento estratégico dos projetos sob responsabilidade da Codevasf, vinculado ao planejamento estratégico do Ministério, trouxe benefícios para a empresa:

- ✓ maior foco na atividade de gerenciamento de projetos, observado pela melhoria do processo de monitoramento, evidenciado pelo cumprimento dos prazos e nos controles dos planos operativos dos empreendimentos;
- ✓ melhoria no processo de padronização na consolidação das informações que são enviadas ao MI e aos órgãos de controle; e
- ✓ fortalecimento do espírito de responsabilidade dos técnicos, na medida em que possibilitou um melhor gerenciamento do cumprimento das tarefas no qual cada empregado foi designado.

A continuidade e o amadurecimento desta iniciativa podem contribuir na consolidação de uma cultura de fundamental importância na gestão dos negócios da Codevasf, baseadas nas boas práticas de governança e gestão e, como em toda mudança, o processo de monitoramento estratégico deve ser contínuo na busca de melhorias, para então alcançar os resultados almejados, traduzidos em maior eficiência e eficácia na gestão pública.

Portanto, cabe a Empresa instituir modelo de monitoramento de projetos com avaliação de metas e indicadores de desempenho, sustentados por planos e objetivos estratégicos amplamente disseminados na Organização, servindo ao processo de tomada de decisão e ao aperfeiçoamento contínuo da gestão que permitam oferecer serviços e produtos de qualidade à população beneficiada, e não somente prestar contas aos órgãos de controle ao final do exercício.

Figura 3.2 – Modelo de monitoramento e avaliação – Planejamento MI



Conforme escrito no item anterior [3.1.2 - Estágio de implementação do planejamento estratégico](#), O Planejamento Estratégico da Codevasf deverá ser revisado em 2016, contemplando o mapa estratégico, além de definir metas organizacionais e sistemática de monitoramento e controle.

A Área de Gestão Estratégica reconhece tais dificuldades e tem se esforçado junto à gestão da Empresa no sentido de conseguir patrocínio para revisar o Planejamento, bem como promover mudanças necessárias no modelo de governança, entre outras:

1. gestão de riscos;
2. melhorias de processos;
3. adequar a estrutura organizacional para transversalidade e dar maior eficiência;
4. promover a capacitação dos gestores em técnicas de gerenciamento de projetos e processos;
5. implantar a gestão de projetos por meio de metodologia existente, preferencialmente utilizando o sistema de gerenciamento de projetos – Project, adquirido recentemente;
6. estabelecer metas de produtividade baseadas no resultado dos projetos; e
7. implantar gestão documental (utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI para gestão documental ao aderir ao Processo Eletrônico Nacional - PEN).

Essas iniciativas, se bem planejadas, articuladas, patrocinadas e executadas, deverão produzir grande salto de eficiência na gestão e administração da Empresa, e efetividade nos serviços prestados pela Empresa à população beneficiada.

3.3. Desempenho Orçamentário

3.3.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual

No exercício de 2015, a Empresa empreendeu esforços na busca de melhores resultados na execução das ações previstas no Orçamento Anual 2015, totalizando 57 ações de programas temáticos, organizadas em quadros de forma individualizada e distribuídos nos tópicos abaixo:

Tópicos	Aplicação
3.3.1.1. Ações - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS	Apresentado para as ações que a Codevasf foi responsável por executar integralmente os valores consignados à ação
3.3.1.2. Ações/Subtítulos - OFSS	Apresentado no caso em que a Codevasf seja responsável apenas por um ou mais subtítulos da ação.
3.3.1.3. Ações não Previstas na LOA 2015 - Restos a Pagar não Processados - OFSS	Apresentado em casos em que a Codevasf tiver executado, em 2015 e a título de restos a pagar não processados e não mais previstas na LOA.

Os quadros a seguir evidenciam a execução orçamentária e financeira das ações, resultados alcançados no exercício, análises das metas e os fatores intervenientes que de alguma forma tenham prejudicado o andamento regular das atividades.

No que tange à execução de recursos inscritos em restos a pagar, uma das principais características das atividades desenvolvidas pela Codevasf é a execução de projetos com duração que excedem o exercício, devido a necessidade de prazo hábil para articulação com os entes parceiros, definição de estratégias e instrumentos para viabilizar os projetos, realização de processos licitatórios, além da recorrente liberação de recursos orçamentários somente ao final do exercício.

Pelos motivos expostos, faz parte da gestão orçamentária na Codevasf à utilização dos recursos na consecução do objetivo específico de cada ação, de modo quase indistinto entre a execução física dos recursos da LOA e de Restos a Pagar, visando garantir continuamente a cobertura das despesas no projeto. Desta forma, a inscrição dos recursos em restos a pagar, ainda que possa ensejar distorções e possíveis pontos negativos na execução da despesa pública, apresenta-se como forma necessária à viabilização dos projetos executados na Empresa.

3.3.1.1. Ações - OFSS

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	12FT		Tipo: Projeto			
Título	Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí					
Iniciativa	00GB - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo/PI					
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa	2013 - Agricultura Irrigada		Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
6.300.000	6.300.000	0	0	0	0	0
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante			Realizado	
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Obra executada	percentual de execução física	16	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
19.861.186	8.636.648	0	Obra executada	percentual de execução física	7	

O Projeto de Irrigação do assentamento Marrecas, no município de São João do Piauí, conta atualmente com aproximadamente 500 famílias assentadas, em 100 ha. Devido à necessidade de relacionar-se institucionalmente com a Codevasf - 7ª SR, essas famílias se organizaram e formaram a Associação dos Produtores e Irrigantes de Marrecas - APIM, com sede constituída no próprio Assentamento. A entidade foi capaz de implantar e gerir infraestruturas relacionadas à irrigação e fruticultura de forma bastante exitosa, através de convênios firmados com a Codevasf. Também, o Governo do Estado do Piauí participou na implantação da infraestrutura. Os recursos investidos no Projeto somam aproximadamente R\$ 51,0 milhões (cinquenta e um milhões de reais).

Atualmente o assentamento conta com 24,0 (vinte e quatro) hectares de fruticultura irrigada, tipo micro aspersão, conseguindo realizar o manejo de culturas como a viticultura, e 71,0 hectares de irrigação tipo aspersão fixa, onde são cultivadas culturas de ciclo temporário, totalizando 95,0 hectares irrigados.

É com o objetivo de dar continuidade à exploração racional da fruticultura naquela área, ampliando a geração de empregos e melhoria de renda dos assentados que se realiza a implantação de uma área adicional de 1.000 ha nominado de Projeto Marrecas-Jenipapo.

O Projeto possui como meta a implantação de obras de infraestrutura de uso comum de irrigação em 1.000 ha no assentamento do INCRA/MST, com 200 lotes familiares de cinco hectares cada. O sistema levará água do rio Piauí, a partir da barragem Jenipapo.

Em decorrência da implantação do projeto, estudos de viabilidade indicam que 200 empregos diretos e 600 empregos indiretos serão criados e a produção agrícola do município deverá subir de 5.684 toneladas por ano para 17.584 toneladas e alavancar a renda média anual do agricultor familiar de R\$ 822,06 para R\$ 5.427,57.

Os investimentos poderão criar condições para inserir o estado do Piauí no mercado de frutas da região Nordeste, especialmente de uva, devido à existência de condições favoráveis de solo, clima e disponibilidade de água, fatores essenciais para uma produção de qualidade. A localidade já dispõe de infraestrutura de 25 km de estradas, dois sistemas de abastecimento de água, 22 km de ligações elétricas, duas escolas e um posto médico. Atualmente, aproximadamente 75 famílias vivem exclusivamente da produção de frutas no assentamento.

As obras de implantação do perímetro se encontram com 63% de execução física, tendo sido realizados 7%² em 2015. No ano não houve liberação de crédito orçamentário na LOA, sendo as obras realizadas com recursos de Restos a Pagar. Ressalta-se que o contrato está sendo executada em ritmo lento devido às pendências financeiras com a contratada, que solicitou a paralisação do mesmo. Para o cumprimento da meta é necessário além da disponibilização de recursos financeiros, também a aprovação pelo Comitê Gestor do PAC – CGPAC, de investimentos adicionais no valor R\$ 18,8 milhões, cuja Nota Técnica justificando a necessidade foi encaminhada à Secretaria do PAC – SEPAC/MP em 04/12/2014, para providências.

Quadro 3.3.1.1.1 - Descrição dos investimentos adicionais para o Projeto Marrecas/Jenipapo - PI

Descrição dos serviços adicionais do perímetro	Valor r\$
1 - Obras e serviços	59.676.113,28
+ Valor inicial do Contrato	46.510.739,38
+ 1º Aditivo contratual	6.364.073,10
+ 2º Aditivo contratual	4.657.849,68
+ Previsão de Reajustamento contratual ao contrato de obras	2.143.451,12
2 - Apoio à fiscalização e supervisão técnica	2.151.544,91
+ Valor inicial	2.046.000,48
+ Reajustamento contratual ao contrato de apoio	105.544,43

² Registra-se a divergência entre o percentual de execução física entre este Relatório e o informado no sistema Siop, que deverá ser ajustado no próximo acompanhamento orçamentário.

Descrição dos serviços adicionais do perímetro	Valor r\$
3 - Suporte energético em 69/13.8 KV	6.000.000,00
4 - Estimativa para pré-operação	2.000.000,00
TOTAL (1+2+3+4)	70.027.658,19
(-) Valor aprovado no PAC 2	51.028.976,39
= Investimento adicional	18.798.681,80

Como observado no quadro acima, o valor do investimento aprovado no PAC é de R\$ 51,03 milhões. O investimento adicional solicitado de R\$ 18,8 milhões é para cobrir despesas, tais como:

- ✓ Dois aditivos ao Contrato no valor de R\$ 6,4 e R\$ 4,7 milhões, justificados pela necessidade de alteração no projeto;
- ✓ Implantação de Suporte energético em 69/13, 8 KV, para atender a demanda energética do projeto, em obediência às exigências da concessionária Eletrobrás, estimado em R\$ 6 milhões. Tais serviços não foram previstos inicialmente, pois se previu utilizar o sistema energético existente, que atualmente se encontra funcionando no seu limite, pois as redes de energia existentes atendem aos pequenos consumidores que ali estão. As entradas das cargas a serem implantadas nas Estações de Bombeamento extrapolarão os limites destas redes; e
- ✓ Pré-operação por um período de 12 meses, no valor estimado de R\$ 2 milhões, necessários para cobrir as futuras despesas com energia, vigilância e pré-operação para os 12 meses subsequentes ao da conclusão da implantação, onde serão organizadas a ocupação e a administração do perímetro. Tais recursos não estavam na previsão inicial.

Os investimentos aprovados no PAC, no valor de R\$ 51,03 milhões foram integralmente empenhados, e R\$ 39,8 milhões liquidados. Portanto, aguarda-se a aprovação dos recursos necessários para a retomada e efetiva conclusão da obra.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	140C			Tipo: Projeto		
Título	Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano no Estado de Alagoas					
Iniciativa	022T - Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano (AL)					
Objetivo	0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.					
Programa	2013 - Agricultura Irrigada			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
16.290.000	11.403.000	138.162	129.064	17.851	111.213	9.098
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto executado	percentual de execução física	13	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
7.781.001	3.105.549	772.000	Projeto executado	percentual de execução física	6	

O Projeto Canal do Sertão Alagoano é considerado a maior obra de infraestrutura hídrica no Estado de Alagoas. Além do consumo humano, a água do Canal do Sertão Alagoano servirá também para a atividade agrícola nos municípios de Delmiro Gouveia, Pariconha, Água Branca, Inhapi, São José da Tapera, Monteirópolis, Olho D'Água das Flores, Carneiros, Olivença e Santana do Ipanema.

Quando na inauguração dos primeiros 65 km do Canal, em março de 2013, pelo Ministério da Integração Nacional, foi autorizada a elaboração dos Projetos Executivos dos futuros perímetros irrigados de Delmiro Gouveia (6.200 ha) e Pariconha (6.500 ha). Posteriormente foram autorizados os estudos para os perímetros irrigados Inhapi (4.990 ha) e Tapera-Carneiro (13.000 ha).

O investimento total aprovado no PAC para a realização dos estudos e para a implantação das obras é de R\$ 161 milhões. Os recursos realmente necessários serão conhecidos após a conclusão dos projetos Básicos e Executivos.

Em 2015, com os recursos da LOA concomitantemente com os de restos a pagar, a empresa obteve as seguintes realizações:

- ✓ Conclusão da consolidação do Projeto Básico existente e da elaboração do Projeto Executivo do Perímetro Irrigado Pariconha, no valor total de R\$ 2,4 milhões;
- ✓ Conclusão da consolidação do Projeto Básico existente e da elaboração do Projeto Executivo do Perímetro Irrigado Delmiro Gouveia, no valor total de R\$ 3,34 milhões; e
- ✓ Realização de 23% do contrato celebrado para a execução dos serviços de consolidação do Projeto Básico existente e da elaboração do Projeto Executivo do Perímetro Irrigado Inhapi, totalizando 45% de execução física total do contrato. Esse estudo foi contratado pelo valor de R\$ 2,61 milhões, mas em vista do atraso nos pagamentos das notas fiscais superior a 90 dias o mesmo foi paralisado conforme extrato do DOU de 3/9/2015 (art. 78. Inciso XV da Lei 8.666/93).

Devido às restrições orçamentária e fiscal, foi revogada a licitação para a contratação da elaboração do estudo de viabilidade técnica, econômico e ambiental e a elaboração do Anteprojeto de Engenharia do Projeto de Irrigação Tapera-Carneiros (fax encaminhado aos licitantes em 23/12/15).

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	1686			Tipo: Projeto		
Título	Implantação do Perímetro de Irrigação Marituba com 3.136 ha no Estado de Alagoas					
Iniciativa	00GA - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marituba/AL					
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos					
Programa	2013 - Agricultura Irrigada			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba -					
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
300.000	300.000	35.727	29.727	29.727	0	6.000
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto executado	percentual de execução física	5	1	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
1.736.242	231.871	497.469	Projeto executado	percentual de execução física	0	

O projeto Marituba, localizado no município de Penedo, estado de Alagoas, teve início em 1999, com a implantação de obras de contenção de cheias e drenagem, mediante a construção de dique de

proteção circundado o perímetro com 28,4 km de extensão e o respectivo sistemas de drenagem, viário e irrigação, totalizando 4.200 ha. No período de 2007-2010 (PAC-1) foram investidos no projeto R\$ 17 milhões, não havendo previsão de recursos no PAC-2.

Em 2010, foi disponibilizada área de 3.136 ha para irrigação e assinado contrato com a Cooperativa dos Produtores de Cana de Açúcar da Colônia Pindorama, localizada em Penedo/AL, para a Concessão do Direito Real de Uso – CDRU, com prazo de término em 11/01/2025.

A concessão tem por finalidade a ocupação e exploração agrícola da área, com encargos de subconcessão, integração de pequenos produtores rurais e de manutenção e operação da infraestrutura de uso comum do projeto, com predominância na produção de leite, bem como agricultura familiar em obediência aos preceitos de desenvolvimento regional sustentável.

Em 2015, essa ação sofreu restrição orçamentária de quase R\$ 265 mil. Os recursos liberados permitiu arcar basicamente com o custeio do Perímetro, sendo R\$ 24.000,00 de parcelas de uso de recursos hídricos de domínio da União do Projeto Marituba; e pagamento de R\$ 5.726,74 do Imposto Territorial Rural - ITR.

Os recursos inscritos em restos a pagar foram utilizados no pagamento de energia elétrica, referente contribuição de iluminação pública; e cobertura de despesas no valor de R\$ 231.784,64 para os serviços de vigilância armada, em conformidade com o plano de segurança no perímetro.

Em 2015, registra-se a conclusão do Convênio nº 5.002.00/2011, firmado com a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar da Colônia Pindorama Ltda (Cooperativa Pindorama), no valor R\$ 1.342.000,00, sendo repassados R\$ 1.225.000,00, objetivando a aquisição de máquinas, equipamentos, insumos, materiais e ferramentas e contratação de recursos humanos e serviços especializados para estruturação administrativa, produtiva e operacional da Cooperativa Marituba (COOMARITUBA).

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	1692			Tipo: Projeto		
Título	Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 31.305 ha no Estado da Bahia					
Iniciativa	00GH - Implantação do Projeto Público de Irrigação Salitre (BA).					
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa	2013 - Agricultura Irrigada			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
31.500.000	25.200.000	16.097.851	14.484.957	13.895.138	589.819	1.612.894
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto executado	percentual de execução física	8	5	4		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
28.031.681	11.091.685	14.635	Projeto executado	percentual de execução física	0	

O projeto Salitre, localizado no município de Juazeiro/BA, compreenderá uma área de 24.504,90 ha dividido em 5 etapas (1ª etapa: 5.099 ha, 2ª etapa: 6.442,90 ha, 3ª etapa: 3.204,00 ha, 4ª etapa:

6.299,00 ha e 5ª etapa: 3.460,00 ha). Estima-se que a conclusão do projeto gere 24.000 empregos diretos e 48.000 indiretos, beneficiando uma população de cerca de 180.000 pessoas no município e em regiões circunvizinhas.

A iniciativa compreende a realização de estudos e projetos, aquisição de terras e a implantação da infraestrutura básica de uso comum. Inclui, ainda, administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial.

O empreendimento teve sua Etapa I concluída em novembro de 2010 e a Etapa II encontra-se com 18% de execução, não havendo alteração em relação ao ano anterior.

Em 2015, como recursos da LOA, foram liquidadas despesas no valor de R\$ 14,5 milhões objetivando dar continuidade à execução do contrato de consultoria técnica especializada para a estruturação dos serviços de administração, operação e manutenção da etapa 1 do Perímetro, por meio do instrumento nº 0.004.00/2013, celebrado em 22/02/2013 com a Empresa Granville & Bazan Ltda, no valor original de R\$ 7.247.539,55, prorrogado até 18/02/2016, conforme aditivos, sendo solicitada à Empresa expressa comunicação de aceite de renovação do contrato por mais um ano. Também foram realizadas despesas com energia, vigilância, manutenções, taxas e diária.

Além disso, com os recursos de Restos a Pagar, foram liquidadas despesas no valor de R\$ 11,09 milhões na realização dos seguintes serviços:

- Realizados 99% do contrato para a elaboração do Projeto Executivo da Etapa 2;
- Realizados 100% do fornecimento, teste, transporte, carga e descarga de válvulas quebra-vácuo e acessórios integrantes do sistema de recalque das estações de bombeamento - EB's 100 a 500 do projeto salitre;
- Realizados 100% do contrato de serviços de apoio à gestão, planejamento, estruturação e formação de organização dos usuários e serviços de assistência técnica e extensão rural – ATER (*não há previsão de novo contrato para o momento em razão da crise financeira*);
- Realizado 41% do contrato de execução de serviços de implantação de drenos coletores abertos e suas respectivas obras especiais; e
- Realização de serviços continuados de vigilância e fornecimento de energia.

A execução da iniciativa tem sido prejudicada pela dificuldade na regularização das terras da Etapa II, devido à ausência ou insuficiência de documentação legal das propriedades. Tais terras foram adquiridas com a permissão do Decreto de Desapropriação de Terras que venceu em janeiro de 2013. Portanto, aguarda-se a publicação do novo Decreto pela Casa Civil, que autorizará a aquisição do restante das áreas.

Além disso, ocorreu a invasão da Etapa 1, desde 2013, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST em 300 ha da área delimitada pela rodovia BA-210. Por consequência, os irrigantes legitimamente assentados não se propõem a pagar a tarifa d'água devido à utilização pelos "sem terra" de forma livre, e quanto aos lotes empresariais não há segurança para investimento.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO		
Código	5260	Tipo: Projeto
Título	Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.811,9 ha no Estado de Pernambuco	
Iniciativa	00GE - Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal (PE).	
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.	
Programa	2013 - Agricultura Irrigada	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	
Ação Prioritária	PAC	
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015		
Execução Orçamentária e Financeira		

Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
13.500.000	10.800.000	5.148.413	2.325.962	1.784.967	540.995	2.822.452
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto executado	percentual de execução física	37	18	7		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
38.961.987	17.197.671	0	Projeto executado	percentual de execução física	0	

O Perímetro de Pontal é abastecido pelo Rio São Francisco e abrangem duas áreas contíguas, Sul e Norte, harmonicamente integrados e separados pelo riacho Pontal, afluente do São Francisco pela margem esquerda, totalizando área de aproximadamente 29 mil hectares, dos quais 5,79 mil compõe a área destinada à reserva legal. A área irrigável, dividida em seis módulos, abrange 10,7 mil ha, sendo que 7,7 mil são irrigáveis (3,6 mil ha no Pontal Sul e 4,1 mil ha no Norte).

Também faz parte do Perímetro uma área denominada Pontal Sequeiro, com 8.061 mil hectares, que desde o ano de 2012 beneficia 139 pequenos produtores, que desenvolvem atividades tradicionais como ovinocaprinocultura (carne, leite, queijo...) e cultivo de umbu (polpa, geleia...), e que recebem da Codevasf assistência técnica, capacitação e apoio à organização produtiva.

A Codevasf e o MI, em parceria com o Banco Mundial e o Rabobank Brasil, grupo financeiro holandês voltado para o agronegócio, passaram a estudar alternativas para viabilizar a conclusão das obras e promover a ocupação do Perímetro de Irrigação Pontal. De forma a tornar o investimento mais seguro e, conseqüentemente, atrativo, adotou-se a estratégia de dividir o Pontal em duas licitações: uma para a exploração agrícola, por meio da concessão do direito real de uso (CDRU), e outra para conclusão da infraestrutura e operação do sistema comum de irrigação.

A finalidade da celebração do Contrato de CDRU para o Projeto Público de Irrigação do Pontal é criar condições que possibilitem o uso produtivo das áreas que compõem as áreas irrigáveis e de áreas não irrigáveis de ocupação autorizada, mediante empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais, promovendo-se a função social da terra e o desenvolvimento econômico da região e de sua comunidade.

A proposta é fomentar a produção integrada com agricultores e suas famílias, por isso, pelo menos 25% da área irrigada deverá ser destinada à inclusão de pequenos produtores rurais, mediante sub concessão, em cujos lotes terão área mínima de 5 (cinco) hectares e área máxima de 20 (vinte) hectares para cada integrado. A expectativa de acordo com o Banco Mundial, para cada hectare irrigado obtém-se, em média, um emprego direto e 1,5 empregos indiretos. Assim, a exploração das áreas irrigáveis do Pontal promoverá a geração de quase 20 mil empregos, dos quais 7,8 mil diretos.

O empreendimento total encontra-se 49% de execução, sendo realizados 98% das obras de infraestrutura e serviços do Pontal Sul e adquiridos cerca de 70% dos equipamentos hidromecânicos do Pontal Norte, além de obtidas as licenças ambientais para implantação do Pontal Norte.

Em 2013, foi firmado contrato (nº 0.061.00/2013) com a licitante vencedora, Polo de Consultoria e Marketing Ltda. O referido contrato tem vigência de 45 anos (Cláusula 3ª) e responsabiliza a Concessionária pela “implantação de projeto de desenvolvimento agrícola na Área Irrigável, nos termos da sua Qualificação Técnica por meio do estímulo, orientação, coordenação e promoção da produção agrícola nas Áreas Irrigáveis do Perímetro” (Cláusula 4ª).

O contrato em tela prevê que a Concessionária pague à Codevasf, em contrapartida ao Direito Real de Uso de áreas públicas, duas tarifas (Cláusula 8ª): a Tarifa de Serviço de Irrigação, referente à

operação e manutenção da infraestrutura de uso comum; e a Tarifa Variável, alusiva aos custos de outorga de uso da água e de energia elétrica.

A Concessionária firmou contratos de subconcessão com a empresa Arborem Agroflorestal e Participações S.A., para gestão dos módulos agrícolas 01, 02, 03, 05 e 06, e com a empresa Queiroz Galvão, para ocupação do módulo 04.

A Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para exploração agrícola da Área Sul: inicialmente concedida pela Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) de Petrolina/PE para o Lote Empresarial 06/Módulo 2, onde a Concessionária instalou o viveiro de mudas que abastecerá a exploração agrícola irrigada; a ASV para o Pontal Sul (Módulos 1 a 4), por sua vez, foi solicitada em outubro de 2013, pela Concessionária, foi concedida em junho de 2014 a autorização de captura e afugentamento de animais, à qual está vinculada à ASV.

Em 2015, a empresa Polo de Consultoria e Marketing Ltda suspendeu a realização do cronograma previsto de ocupação em função da invasão pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) em 30 hectares irrigáveis do Lote Empresarial nº 06, no Pontal Sul. Em consequência, o contrato encontra-se suspenso por solicitação da Concessionária, que registrou boletim de ocorrência e solicitou à Justiça estadual a reintegração de posse, que até dezembro de 2015 não foi executada.

Cronograma para início da plantação nos módulos irrigáveis (Antes da invasão pelo MST):

- 1º trimestre/2015: implantação do viveiro (30 ha);
- 3º trimestre/2015: início do plantio, com a integração de pequenos produtores através da produção de maracujá (68 ha) e posteriormente com o plantio de caju (257 ha) e abacaxi (54 ha);
- 2016: plantio de goiaba (207 ha), manga (355 ha) e uva (274 ha).
- 2017: início do projeto de pecuária (350 ha) e plantio de coco (380 ha).
- 2018: expansão dos plantios de uva (439 ha) e coco (266 ha).
- 2019: expansão do plantio de coco (266 ha).

A infraestrutura de uso comum do Pontal Sul encontra-se com 98% de execução física. No ano de 2015, houve avanço de 3% da Etapa com a realização de 57% do contrato de obras complementares e com a conclusão da aquisição de tubulações para complementação das adutoras TR-1 e TR-2 e CF-3 e CF-4.

Também foi emitida a Renovação da Licença de Operação com validade até 30/04/2023, porém faltam recursos orçamentários para o cumprimento da compensação ambiental.

No Pontal Norte, devido à restrição orçamentário-financeira, em 2015 não foi emitido ordem de serviço para a execução das obras de implantação da infraestrutura de uso comum, no valor de R\$ 41.742.101,88, e para a aquisição e montagem do restante dos equipamentos no valor estimado de R\$ 69.978.396,22.

Para a área norte foi obtida a autorização de supressão vegetal (ASV) do eixo do canal e aprovado o plano de afugentamento de fauna.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	5314				Tipo: Projeto	
Título	Implantação do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê com 47.924,5 ha no Estado da Bahia					
Iniciativa	00G0 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê (BA)					
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa	2013 - Agricultura Irrigada				Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
21.600.000	16.461.596	6.275.480	3.332.553	3.326.775	5.778	2.942.927
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto executado	percentual de execução física	56	21	11		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
59.258.541	2.914.928	50.436.954	Projeto executado	percentual de execução física	0	

O Projeto Baixio de Irecê localiza-se à margem direita do Rio São Francisco, ao norte da região do Médio São Francisco, nos municípios de Xique-Xique/BA e Itaguaçu da Bahia/BA, região central do Estado da Bahia. A capital mais próxima do Projeto Baixio de Irecê é Salvador, distante 500 km.

Os primeiros estudos relativos à área datam de 1961, elaborados pela Comissão do Vale do São Francisco. Em 1979, a Codevasf contratou o levantamento de reconhecimento de solos e classificação de terras para a irrigação, abrangendo mais de 338 mil ha, dos quais 252 mil foram considerados irrigáveis. Em 1981, foi contratado o projeto de irrigação e drenagem, envolvendo uma área de 284 mil ha. Na época do PROINE (1986), a região foi incluída no elenco de projetos que seriam contemplados com financiamento do BIRD. Em julho/1986, foi licitado o estudo de viabilidade de uma área de 140 mil ha.

Em 1989, foi concluído o estudo de análise incremental, passando a área para 250 mil ha. Em 1993, o estudo de viabilidade foi limitado a uma área única de 167 mil ha, concluído. Em 1995, foi elaborado projeto básico e, em 1999, o projeto executivo. Em 1999, foram iniciadas as obras civis da 1ª etapa.

As obras foram paralisadas em 2002 e retomadas em 2007 com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, prevendo a implantação de infraestrutura hidráulica para irrigar 59.375 ha, com a construção prevista em 9 (nove) etapas. Essa iniciativa compreende ações de estudos e projetos, aquisição de terras, infraestrutura básica de uso comum e medidas de proteção ambiental. Inclui, ainda, administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial.

As etapas 1 e 2 do Projeto tem potencial para gerar aproximadamente 16,5 mil empregos diretos e 20 mil empregos indiretos (França, 2001)³. Contabilizados os recursos provenientes do PAC, foram aplicados R\$ 303,4 milhões.

O Empreendimento encontra-se com 60% de execução total, sendo realizados 94% da implantação da 1ª Etapa e executados 40% da implantação da 2ª etapa, que possuem 4.207,86 e 12.269,60 hectares irrigáveis, respectivamente.

Em 2015, com recursos orçamentários - Loa, foram liquidadas despesas no valor de R\$ 3,33 milhões nas seguintes realizações:

- Continuação dos serviços de encascalhamento de 7 km de estradas – 98% Executado;
- Continuação dos serviços de georreferenciamento, desmembramento das unidades parcelares e execução de peças técnicas para certificação dos imóveis rurais das áreas da Etapa 1 (contrato iniciado em 01/04/2014, com 95% de execução total, pendente a entrega de peças técnicas.);
- Concluído o contrato de prestação de serviços de operação e manutenção do sistema adutor da Etapa 1; e
- Serviços de vigilância, fornecimento de energia elétrica, taxas, manutenção, diárias e passagens (serviços continuados).

E com os recursos inscritos em Restos a Pagar liquidados, no valor de R\$ 2,9 milhões, realizou-se:

- A conclusão da elaboração do Projeto Executivo do Módulo II da Estação de Bombeamento Principal, objetivando o reforço hídrico para as etapas subsequentes;
- A conclusão da atualização e adequação do Projeto Executivo da Etapa 1; e
- A realização de serviços de vigilância e fornecimento de energia elétrica (serviços continuados).

Em 3 de setembro de 2013, publicou-se o edital nº 036/2013 de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU⁴, para viabilizar a completa implantação da Etapa 1 com área de 4.207,86 ha irrigáveis, distribuídos em 216 lotes, num prazo de 35 anos. Ao fim do certame, obteve-se êxito no processo de seleção de agricultores para apenas 142 lotes, que representa a ocupação de 2.976,02 ha de áreas irrigáveis. A ocupação dos 74 lotes restantes, com 1.231,84 ha, que não obteve sucesso nesse certame, foi licitada em 2014.

Em 14 de outubro de 2014, foi publicado o Edital nº 52/2014, tendo por objeto a Concessão de Direito Real de Uso de forma a viabilizar a Etapa 2, visando a conclusão de obras de captação de água, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum, ocupação da área, e a realização da integração de produtores rurais nos propósitos de produção agrícola, em uma área de R\$ 12.201,37. Também foi objeto de licitação desse Edital a ocupação de 1.231,84 ha da Etapa 1, remanescentes da licitação realizada anteriormente (Edital 36/2013). Nesse certame foi licitado, portanto, um total de 13.433,21ha irrigáveis. Esses lotes são de caráter empresarial.

Em 18/11/2015 foi assinado o Contrato com a empresa Associação Irriga Bahia vencedora do processo licitatório do Edital 52/2014 de 14/10/2014.

³Utilizando-se o método de criação direta de emprego calculada com base na força de trabalho efetivamente empregada nas unidades de agricultura irrigada, tem-se um coeficiente de 1,0 emprego direto por hectare e 1,2 emprego indireto gerado por hectare como impacto do projeto de irrigação no semiárido nordestino. FRANÇA, F.M.C. A importância do agronegócio da irrigação para o desenvolvimento do Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001. V. 1.

⁴ A CDRU para perímetro irrigado cria condições que possibilitam o uso produtivo das áreas irrigáveis e não irrigáveis por meio de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais. O modelo pressupõe a exploração das terras em sistema de gestão produtiva e negocial, que se desviada ou não atingida poderá causar o término da concessão, respeitado o prazo estabelecido para ocupação. O formato de ocupação permite ao irrigante oferecer o direito real de uso como garantia em financiamentos e aplicar os recursos destinados na aquisição da unidade parcelar em meios de produção.

Em 09/12/2015 deu início às assinaturas dos Contratos de CDRU com pequenos produtores, vencedores do certame referente ao Edital nº 36/2013 de 03/09/2013, para ocupação, nesse primeiro momento, de 51 lotes da Etapa 1, com seis hectares cada.

Sobre a Concessão de Direito Real de Uso – CDRU do Projeto de Irrigação Baixio de Irecê: O Agricultor irrigante deverá ocupar a sua unidade parcelar com início máximo de 12 (doze) meses, a partir da notificação pela Codevasf, de entrada em operação do projeto. Além disso, deverá garantir que 50% da área concedida estejam com a atividade agropecuária implantada até o segundo ano, e que no prazo máximo de 4 (quatro) anos a implantação da área irrigável da unidade parcelar esteja 100% em produção.

Para a efetiva ocupação da etapa 1 (médios produtores) faz-se necessária a conclusão das obras dos controladores de nível e tomadas d'água dos lotes. E para a ocupação da etapa 2, falta a conclusão das obras complementares - drenos, adutoras, montagem de ER's, tomada d'água. Ressalta-se que foi emitida em 1º/04/2015 a licença de Autorização de Supressão de Vegetação da Etapa 1.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	5322			Tipo: Projeto		
Título	Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba no Estado de Minas Gerais					
Iniciativa	00GS - Implantação do Projeto Público de Irrigação Jaíba (MG).					
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa	2013 - Agricultura Irrigada			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
9.000.000	6.300.000	99.772	99.772	2.695	97.077	0
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto executado	percentual de execução	32	1	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
18.078.441	5.792.171	159.676	Projeto executado	percentual de execução	0	

O Perímetro Irrigado de Jaíba beneficia os municípios de Jaíba, Matias Cardoso e Verdelândia no Estado de Minas Gerais e atende a 2.140 pequenos produtores, gerando com sua atividade aproximadamente 6.600 empregos diretos e 9.800 indiretos. Na divisão da área irrigada há predominância de lotes empresariais e culturas permanentes, 55% e 91% respectivamente, destacando-se a fruticultura.

A ação foi concebida para a implantação de infraestrutura hidráulica para atendimento às etapas 3 e 4 (21.000 ha) do Perímetro Jaíba. Todavia, as ações nesse sentido foram paralisadas em virtude da abrangência do bioma de “Mata Seca”, que fica na zona de transição entre a Mata Atlântica, Cerrado e a Caatinga, e que impõe restrições à realização de obras e desmatamento.

Com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-1) foram investidos no projeto R\$ 60,4 milhões com aquisição e montagem de conjuntos de motobombas nas estações de bombeamento principais, objetivando o reforço hídrico e viabilização da implantação dessas novas etapas e fornecimento e instalação de sensores e sistema de monitoração completo para essas EB's.

No exercício de 2015, foram concluídas obras civis visando à reabilitação de obras na infraestrutura do Perímetro Jaíba com recursos da Loa e com recursos de Restos a Pagar. Foram executadas ações para garantir de regularidade ambiental; elaboração de projeto executivo de melhoramento da infraestrutura de uso comum de irrigação da Gleba D, aquisição de equipamentos hidro eletromecânicos recuperação de estradas vicinais.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	5330			Tipo: Projeto		
Título	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro com 2.091 ha no Estado de Pernambuco					
Iniciativa	00HQ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro/PE					
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa	2013 - Agricultura Irrigada			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
2.862.504	2.290.003	0	0	0	0	0
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	15	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
286.084	133.948	0	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	0	

O perímetro de irrigação, localizado no município de Petrolina/PE, possui área irrigável de 2.418 ha e atende a 121 pequenos produtores, gerando com sua atividade aproximadamente 1.700 empregos diretos e 2.600 empregos indiretos.

Há predominância de lotes familiares e culturas permanentes, representando 88% e 51%, respectivamente da área irrigável. Dentre as culturas destaca-se a fruticultura em particular a manga e a uva. Os principais sistemas de irrigação adotados são irrigação por superfície, micro aspersão e gotejamento.

Esta ação tem por objetivo a prestação de assistência técnica aos 159 pequenos produtores. Até o exercício de 2015, foram executadas 57% das ações de melhoria previstas para o empreendimento Bebedouro.

Em 2015 com recursos de restos a pagar foram concluídos: o fornecimento de 03 bombas centrífugas para a reabilitação de estação de bombeamento; elaboração do Plano Diretor do perímetro e a elaboração do projeto de reabilitação dos reservatórios; fornecimento de licenciamento de uso do Software Arcgis e o fornecimento de 3 bombas centrífugas para a reabilitação de estação de bombeamento do perímetro.

Em razão de fatores referentes à restrição orçamentária não foi dada continuidade aos demais serviços programados, os quais se encontram sem previsão de realização. Por orientação da SEPAC/MPOG a Codevasf priorizou a reabilitação de apenas 4 (quatro) perímetros irrigados. Nos demais os investimentos foram suspensos e as atividades devem ser retomadas em 2017.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	5348			Tipo: Projeto		
Título	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós com 2.145 ha no Estado da Bahia					
Iniciativa	00HZ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós/BA					
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa	2013 - Agricultura Irrigada			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
3.806.376	2.264.035	0	0	0	0	0
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	15	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
1.857.225	0	0	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	0	

O perímetro de irrigação fica localizado nos municípios de Gentio do Ouro e Ibipêba/BA, no Médio São Francisco, possui área irrigável de 2.159 ha e atende a 186 produtores, gerando com sua atividade aproximadamente 2.100 empregos diretos e 2.700 empregos indiretos. Há predominância da exploração de banana, representando em 2014, 90% da área empresarial sob cultivo. Os principais sistemas de irrigação são a micro aspersão e o gotejamento.

Esta ação tem como objetivo a prestação de assistência técnica aos pequenos produtores, com o apoio ao funcionamento da organização de produtores que administra o perímetro e execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso comum.

Até o exercício de 2015, foram realizados 69% das ações de melhoria previstas para o empreendimento em razão de fatores referentes à restrição orçamentária não foi dada continuidade aos demais serviços programados.

Por orientação da SEPAC/MPOG a Codevasf priorizou a reabilitação de apenas 4 (quatro) perímetros irrigados. Nos demais os investimentos foram suspensos e as atividades devem ser retomadas em 2017. No Perímetro Irrigado de Mirorós encontram-se paralisados: a reabilitação de 35 km da rede de drenagem (realizado 55%); a reabilitação e revestimento da estrada de acesso para escoamento da produção, realizados 82%. Está prevista para maio de 2016 a conclusão dos serviços de cadastramento no CAR (Cadastro Ambiental Rural) para a regularização fundiária do empreendimento.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	5354				Tipo: Projeto	
Título	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho com 18.857 ha no Estado de Pernambuco					
Iniciativa	0010 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Mendubim (RN).					
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa	2013 - Agricultura Irrigada				Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
10.418.121	6.378.987	0	0	0	0	0
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante			Realizado	
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	10	0	0	0	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
13.969.762	6.381.774	0	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	2	

O perímetro de irrigação está localizado nos Municípios de Casa Nova/BA e Petrolina/PE, possui área irrigável de 18.563 ha e atende a 2.337 produtores, gerando aproximadamente 19.000 empregos diretos e 27.000 empregos indiretos. As culturas temporárias ocuparam apenas 10% da área cultivada e os lotes familiares foram responsáveis por 66% da área sob cultivo.

Esta ação tem como objetivo a prestação de assistência técnica aos pequenos produtores, apoiando o funcionamento do Distrito de Irrigação até a obtenção da maturidade do Projeto e execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento do empreendimento.

Até o exercício de 2015, foram realizados 70% das ações de melhoria previstas para o empreendimento Nilo Coelho.

No exercício de 2015, foi concluída a elaboração do Plano Diretor do perímetro, do diagnóstico e projeto básico de reabilitação da adutora subterrânea de sucção, recalque e galeria de abrigo da Estação de Bombeamento Principal.

Em 2015 houve o fornecimento de licenciamento de Software Arcgis; aquisição de flanges em aço carbono galvanizado para montagem de cavaletes hidráulicos.

Foram utilizados recursos de restos a pagar para a elaboração do projeto executivo para construção de 9 (nove) reservatórios pulmão, 5 (cinco) estações de bombeamento e demais obras associadas.

Encontra-se em andamento o fornecimento de materiais e serviços para atualização tecnológica dos sistemas de automação dos perímetros Senador Nilo Coelho e Maria Tereza, o projeto e execução da reabilitação elétrica das estações de bombeamento dos perímetros Nilo Coelho e Maria Tereza; execução de obras e serviços de recuperação e ampliação da capacidade de acumulação dos reservatórios existentes nas estações de bombeamento; reabilitação do sistema de distribuição de água para as parcelas do perímetro.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	5368			Tipo: Projeto		
Título	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Formoso com 12.048 ha no Estado da Bahia					
Iniciativa	00HV - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Formoso/BA					
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa	2013 - Agricultura Irrigada			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
7.288.738	6.632.752	0	0	0	0	0
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	68	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
1.490.329	1.007.656	1	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	0	

O perímetro de irrigação localizado no município de Bom Jesus da Lapa (BA), no Médio São Francisco, possui área irrigável de 12.159 ha e atende a 1.166 produtores, gerando com sua atividade aproximadamente 12.000 empregos diretos e 13.600 empregos indiretos.

Há predominância da exploração da banana na área empresarial, que representou 81% da área cultivada em 2015, seguida pelas culturas do feijão e pastagem. As culturas permanentes ocuparam 96% da área empresarial. Os principais sistemas de irrigação utilizados são a aspersão convencional e a micro aspersão.

Esta ação tem como objetivo a prestação de assistência técnica aos pequenos produtores, por meio de apoio ao funcionamento da Organização de Produtores que administra o Perímetro e Execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso comum.

Até o exercício de 2015, foram realizados 78% das ações de melhoria previstas para o empreendimento Formoso.

Com recursos de restos a pagar foi concluída recuperação do Sistema de Proteção a Descargas Atmosféricas - SPDA, das estações de bombeamento dos Perímetros Irrigados Formoso A e H e a recuperação de uma bomba da estação principal de bombeamento do Perímetro Formoso A.

A licitação para automação das comportas dos canais de irrigação foi concluída, mas permanece sem previsão de contratação. Encontra-se em execução serviços de peritagem em 5 (cinco) bombas centrífugas da estação de bombeamento principal (EPB), do perímetro de irrigação Formoso A.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	5370			Tipo: Projeto		
Título	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba com 5.286 ha no Estado de Minas Gerais					
Iniciativa	00HW - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba/MG					
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa	2013 - Agricultura Irrigada			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
13.500.000	7.300.000	0	0	0	0	0
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	24	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
18.774.885	12.173.386	0	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	0	

O perímetro de irrigação, localizado no município de Nova Porteirinha/MG, no Médio São Francisco, possui área irrigável de 4.734 ha e atende a 458 produtores, gerando com sua atividade aproximadamente 3.100 empregos diretos e 4.700 empregos indiretos.

As culturas permanentes ocuparam 98% da área cultivada e área cultivada em lotes empresariais correspondeu a 52% da área sob cultivo no perímetro, destacando-se dentro da fruticultura o cultivo de banana, correspondente a cerca de 80% da área cultivada do perímetro, em 2015. Os principais sistemas de irrigação são a aspersão convencional, a micro aspersão e por sulcos.

Esta ação tem como objetivo a prestação de assistência técnica aos pequenos produtores, com apoio ao funcionamento do Distrito de Irrigação até a obtenção da maturidade do Projeto e execução de obras de recuperação e melhoramento necessárias ao perfeito funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso comum.

Até o exercício de 2015, foram realizados 26% das ações de melhoria previstas para o empreendimento Gorutuba.

Encontra-se em execução a elaboração de projeto executivo, fornecimento, execução de obras e serviços, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para entrega final do objeto, visando à recuperação do canal principal e a transformação dos demais canais abertos por tubulação, incluindo a automação do Perímetro de Irrigação Gorutuba.

O contrato de execução dos serviços especializados de apoio técnico e gerenciamento dos estudos, projetos, obras e serviços, visando à transferência de gestão dos perímetros de irrigação da Codevasf, foi paralisado em razão da imprevisibilidade orçamentária e iminência de esgotamento dos recursos empenhados para a cobertura do contrato.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	5378			Tipo: Projeto		
Título	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá com 4.350 ha no Estado da Bahia					
Iniciativa	00HS - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá/BA					
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa	2013 - Agricultura Irrigada			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
2.340.407	2.106.366	0	0	0	0	0
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	12	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
4.138.815	383.026	0	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	0	

O perímetro de irrigação, localizado no município de Juazeiro/BA, no Submédio São Francisco, possui área irrigável de 4.203 ha e atende a 288 produtores, gerando com sua atividade aproximadamente 4.100 empregos diretos e 6.100 empregos indiretos. Há predominância de lotes familiares e culturas permanentes representando 59% e 96%, respectivamente.

Destaca-se a fruticultura, com o cultivo de manga seguido da produção de coco e uva. Entre as culturas temporárias, a melancia e o milho. Os principais sistemas de irrigação são a irrigação por micro aspersão, gotejamento, superfície e aspersão.

Até o exercício de 2015, foram realizados 55% das ações de melhoria previstas para o empreendimento Curaçá.

No exercício de 2015 foi concluída a construção de 2 (dois) reservatórios de compensação no Perímetro de Irrigação Curaçá. A modernização e automação das estações de bombeamento encontram-se paralisada, com 70% de realização.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	5442			Tipo: Projeto		
Título	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba com 4.293 ha no Estado da Bahia					
Iniciativa	00HY - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba/BA					
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa	2013 - Agricultura Irrigada			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
1.236.803	1.113.123	0	0	0	0	0

Execução Física das Ações - Metas					
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	25	0	0	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES					
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado
487.124	140.000	0	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	5

O perímetro de irrigação, localizado no município de Juazeiro (BA), no Submédio São Francisco, possui área irrigável de 4.160 ha e atende a 319 produtores, gerando com sua atividade aproximadamente 4.000 empregos diretos e 6.000 empregos indiretos.

Há predominância de lotes familiares e culturas permanentes representando 64% e 96%, respectivamente, destacando-se na fruticultura o cultivo de manga, seguidos da produção de uva e coco. Os principais sistemas de irrigação são a irrigação por superfície, aspersão, micro aspersão e, em menor escala, gotejamento.

Até o ano de 2015, foram realizados 70% das ações de melhoria previstas para o empreendimento Maniçoba. No exercício foram utilizados recursos de restos a pagar para o fornecimento, transporte, carga e descarga, instalação, adaptações e testes operacionais de 9 (nove) atuadores elétricos completos, com motor elétrico e painel de comando automático e manual para uso na estação de bombeamento.

Não existe previsão para a republicação de edital para a modernização (automação) das estações de bombeamento.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	10ZW			Tipo: Projeto		
Título	Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba					
Iniciativa	02H3 - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba					
Objetivo	0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.					
Programa	2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
19.800.000	15.840.000	11.919.717	958.743	958.743	0	10.960.974
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Obra concluída	unidade	1	1	1		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
40.250.779	10.803.146	2.426.121	Obra concluída	unidade	2	



As demandas propostas ao Programa de Recuperação das Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e Parnaíba foram submetidas pela Codevasf à aprovação da Casa Civil da Presidência da República em março de 2007, no âmbito do PAC/Codevasf/MI/PRBHSF-Parnaíba 2007-2010, sendo delegada a Codevasf a responsabilidade pela gestão executiva da ação.

A Codevasf, por meio dessa ação, tem por objetivo apoiar estados e municípios na identificação e mapeamento de áreas críticas submetidas a processos erosivos por água de chuva, implementação de medidas e ações que favoreçam a infiltração da água no solo, controle do escoamento superficial e restauração de ecossistemas.

Os projetos de recuperação e controle de processos erosivos constituem-se de intervenções de proteção, preservação, conservação e recuperação ambiental para uso sustentável dos recursos naturais e melhoria das condições socioambientais, com o objetivo de aumentar a quantidade e melhorar a qualidade das águas da bacia hidrográfica. Trata-se, portanto de um conjunto de intervenções sobre componentes importantes do ciclo hidrológico (impacto, infiltração e escoamento da água de chuva no solo) com vistas a reduzir/mitigar os efeitos do uso inadequado e alteração da cobertura do solo, sobre a disponibilidade dos recursos hídricos.

O investimento total previsto nas ações de processos erosivos para o PAC (2007-2018) é de R\$ 277,26 milhões. Na fase concluída entre 2007 a 2015, foram pagos R\$ 190,6 milhões, correspondente a 69% do total de investimento previsto, sendo concluídos 48 empreendimentos.

Tabela 3.3.1.1.1 - Estágio das intervenções de processos erosivos nos estados beneficiados – 2007/2015 (Quant.)

ESTÁGIO	BSF*	AL	BA	MG	PE	SE	BP**	CE	MA	PI	Total
Ação Preparatória	0		3	1	1		1				6
Em licitação											0
Em execução	1	2	3	11	2	1	1			3	24
Paralisadas			1								1
Concluídas (PAC-2)			5	5	2					2	14
TOTAL PAC 2	1	2	12	17	5	1	2	0	0	5	45
Em redefinição de escopo (PAC-1)		2	3	2	2	2					11
Em Execução (PAC-1)										1	1
Concluídas (PAC-1)		3	5	7	6	4		2	2	5	34
TOTAL GERAL	1	7	20	26	13	7	2	2	2	11	91

Fonte: Área de Revitalização (Balanço PAC: 31/12/2015)

* Bacia do São Francisco – intervenções regionais

** Bacia do Parnaíba – intervenções regionais

No ano de 2015, foram pagas despesas no valor de R\$ 9,91 milhões em continuidade das ações de recuperação e controle de processos erosivos em municípios nos estados Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Piauí e Maranhão.

No exercício, destacaram-se a conclusão de 3 (três) empreendimentos:

Com recursos orçamentários: Recuperação de áreas degradadas em processo de desertificação no município de Gilbués/PI (Núcleo de Desertificação de Gilbués);

Com recursos inscritos em Restos a Pagar: Elaboração de Projeto Básico e execução das respectivas obras de contenção de barrancas na calha do rio São Francisco em Muquém de São Francisco/BA; e Trafegabilidade da estrada de acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra (São Roque de Minas e Três Marias/MG).

A Carteira de processos erosivos da Codevasf conta, ainda, com diversos projetos em execução, e que contribuirão para a recuperação dos passivos ambientais das bacias dos rios São Francisco e do Parnaíba, tendo como meta a melhoria da qualidade e disponibilidade da água:

No estado de Minas Gerais

- ✓ Implantação de infraestrutura de produção de alevinos, aquisição de equipamentos para o Centro Integrado de Revitalização de Recursos Pesqueiros - Município de Nova Porteirinha/MG (*execução de 65%*).
- ✓ Recuperação ambiental da calha do São Francisco com a implantação de infraestrutura para conservação e revitalização de sub-bacias, abrangendo 46 municípios em Minas Gerais: construção de barraginhas, proteção de nascentes, proteção de mata ciliar e de topo de morros, readequação de estradas vicinais e implantação de terraços (*execução de 38%*).
- ✓ Recuperação ambiental de sub-bacia hidrográfica com a readequação de estradas vicinais, terraceamento e construção de “barraginhas” em Paraopeba e Paracatu (*execução de 38%*).
- ✓ Recuperação ambiental na sub-bacia hidrográfica nos Rio Jequitaiá, Rios das Velhas, Rio Pará, Rio Verde Grande, Rio Abaeté, Riachão e Rio Urucuia, com a implantação de infraestrutura para conservação e revitalização (*execução de 38%*).

No estado da Bahia

- ✓ Implantação de infraestrutura de produção de alevinos, aquisição de equipamentos para o Centro Integrado de Revitalização de Recursos Pesqueiros - município de Xique-Xique/BA (*execução de 60%*).
- ✓ Execução das obras de contenção de barrancas na calha do rio São Francisco, nos municípios de: Muquém de São Francisco/BA, Sítio do Mato/BA e Malhada/BA (*execução de 70%*).

No estado do Piauí

- ✓ Contenção de área de 131 ha de dunas, além de biocoberturas de 6.405 m, no perímetro urbano do município de Ilha Grande (*execução de 83%*).
- ✓ Implantação de viveiros de referência nas principais sub-bacias do Piauí (*execução 80%*).
- ✓ Implantação de rede de monitoramento qualitativo e quantitativo da água nos reservatórios da bacia do rio Parnaíba, no estado do Piauí (*execução de 10%*).

No estado de Alagoas

- ✓ Implantação de infraestrutura de produção de alevinos, aquisição de equipamentos para o Centro Integrado de Revitalização de Recursos Pesqueiros de Porto Real do Colégio (*execução de 82%*).
- ✓ Implantação do Centro de Referência de Recuperação de Áreas Degradadas, na bacia do rio São Francisco pela UFAL, no município de Arapiraca, no estado de Alagoas (*execução de 93%*).

No estado de Sergipe

- ✓ Implantação de infraestrutura de produção de alevinos, aquisição de equipamentos para o Centro Integrado de Revitalização de Recursos Pesqueiros de Betume - município de Neópolis/SE (*execução de 84%*).

No estado de Pernambuco

- ✓ Elaboração do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Araripe, composto de Plano de implantação de florestas exóticas (eucaliptos) para atender à demanda de carvão vegetal dos fornos do complexo industrial gesseiro do Araripe; Plano Manejo da Caatinga; e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (*execução de 6%*).
- ✓ Implantação do Centro de Referência em recuperação de áreas degradadas do semiárido em Serra Talhada (*execução de 20%*).

Na Bacia do Rio Parnaíba

- ✓ Implantação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba⁵, que abrangerá parte dos estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Bahia (*execução de 31%*).

Na Bacia do Rio São Francisco

- ✓ Encontra em execução o contrato celebrado com o “United States Army Corps of Engineers – USACE”, para a prestação de assistência técnica ao longo do rio São Francisco, em regime de tempo integral, com especialistas nas áreas de hidráulica, geotécnica, dragagem e engenharia de construção, incluindo outras especialidades a serem requeridas pela Empresa, com experiência em estabilização de margens de rio, controle de erosão, dragagem, escavação em rocha e navegação.

Os fatores que dificultaram a execução das ações de contenção de processos erosivos estão a relacionados ao tempo necessário para obter adesão dos proprietários aos projetos; a autorização para implementação das ações; e o compromisso de manutenção das intervenções. Também houve demoras por motivos de aditivo de prazo em contratos, sobretudo, em função de atrasos em processos licitatórios realizados pelos convenentes.

Registra-se, que 26 de maio de 2014, a Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPA/MP) excluiu 15 empreendimentos da Carteira do Programa de Recuperação e Controle de Processos da Codevasf-MI, sendo 7/BA, 6/MG, 1/SE e 1/Bacia do São Francisco.

Prêmios e Reconhecimento

Em 2015, o trabalho realizado pela Codevasf na contenção de processos erosivos e na revitalização do meio ambiente foi reconhecido pelo programa “Dryland Champions”, promovido no Brasil pela UNCCD (Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O programa destaca pessoas, organizações e empresas que desenvolvem projetos de convivência sustentável com a semiaridez e de combate à degradação de terras e à desertificação. O certificado emitido pelo programa Dryland Champions reconhece a Codevasf como “parte essencial do combate à degradação do solo, à desertificação e à seca”.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	12P6			Tipo: Projeto		
Título	Recuperação de 53,5 Km de Estradas Vicinais, no Estado da Bahia					
Iniciativa	03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e aos arranjos produtivos locais					
Objetivo	0840 - Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.					
Programa	2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
552.000	552.000	551.937	551.937	25.364	526.574	0

⁵ O Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba é um parque nacional brasileiro criado através de Decreto de 19 de Julho de 2005 Fica localizado na divisa dos estados do Piauí, do Maranhão, da Bahia e do Tocantins. Tem o objetivo de assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, recreação e turismo ecológico. Possui uma área de 729.813,551 hectares. É administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Nacional_das_Nascentes_do_Rio_Parna%C3%ADBa

Execução Física das Ações - Metas					
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra executada	percentual de execução física	1	1	1	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES					
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado
500.000	0	500.000	Obra executada	percentual de execução física	0

Os recursos desta ação têm por objetivo concluir a recuperação de 53,5 km de estradas vicinais nas localidades do Distrito de Itiúba/divisa com Rio do Pires/Distrito de Cabrália/Lagoa dos Bastos/divisa com o município de Boninal e sede divisa com Mucugê-Piatã, no estado da Bahia, por meio de serviços de terraplenagem e revestimento primário (encascalhamento), cumprindo, dessa forma, a determinação constante do item 9.6 do Acórdão nº 617/2010-TCU Plenário.

Em outubro de 2014, visando atender essa determinação, foi celebrado o contrato nº 2.027.00/2014, entre a Codevasf e Construtora Elo Ltda, no valor R\$ 1.051.937,06, tendo como objetivo a recuperação de estradas vicinais que ligam a Cabrália/Lagoa dos Bastos a Divisa com Boninal, Sede de Piatã para Mucugê/Divisa e Distrito de Núbria para Rio do Pires/Divisa, todas na zona rural do município de Piatã, totalizando 53,5 km de estrada.

Em 2015, como previsto no contrato, foi concluída a recuperação de 53,5 km de estradas vicinais.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	20NC		Tipo: Atividade			
Título	Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs					
Iniciativa	03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e aos arranjos produtivos locais					
Objetivo	0840 - Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.					
Programa	2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscrito 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
180.000	180.000	137.573	128.741	117.699	11.042	8.832
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Unidade mantida	unidade	2	2	2		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
5.523	66	455	Unidade mantida	unidade	2	

As atividades previstas no escopo da ação 20NC têm por objetivo promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração visando o desenvolvimento regional e territorial dos municípios beneficiados pela transposição do Rio São Francisco.

No exercício foram realizadas despesas de manutenção e operação das seguintes estruturas:

No estado da Bahia:

Serviços de administração, manutenção e operação do Centro de Capacitação em Bases Tecnológicas para o Semiárido-CEBATSA, no município de Itaguaçu da Bahia, na área sob a jurisdição da 2ª Superintendência Regional.

No estado de Minas Gerais:

Serviços de administração, manutenção e operação da Unidade de Bovinocultura de Brasilândia, na área sob a jurisdição da 1ª Superintendência Regional.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	4786			Tipo: Atividade		
Título	Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)					
Iniciativa	047D - Qualificação profissional e capacitação de jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais para o trabalho, cidadania e organização social, por meio de					
Objetivo	0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.					
Programa	2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
1.500.000	1.500.000	243.925	192.277	167.539	24.737	51.649
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Jovem capacitado	unidade	810	132	599		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
355.526	273.549	27.307	Jovem capacitado	unidade	0	

O objetivo geral da ação é a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio do Projeto Amanhã, iniciativa de responsabilidade social instituída pela Codevasf em 1993. Desde seu início, o projeto já capacitou mais de 26 mil jovens residentes nos municípios dos vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, complementando as atividades educativas com cursos, palestras, dias de campo, práticas de empreendedorismo e associativismo.

Os indicadores utilizados no Projeto Amanhã são:

- 1) Percentual de jovens que concluem a capacitação;
- 2) Percentual de jovens capacitados que participam em associações ou cooperativas até um ano após a conclusão da capacitação; e
- 3) Nível de satisfação dos jovens com relação às capacitações.

Em 2015, com recursos da Loa e Restos a Pagar, o Projeto Amanhã capacitou mais 599 jovens, ultrapassando a meta nacional prevista para o PPA 2012 – 2015, atingindo 3.524 jovens, sendo: região Nordeste (1.999 jovens capacitados) e Sudeste (1.525 jovens capacitados).

A meta da Região Sudeste para todo PPA foi superada já no ano de 2013. Isso se deve porque Minas Gerais possui um Telecentro, no município de Nova Porteirinha e várias parcerias, como o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o Sesi (Serviço Social de Indústria), onde

são realizados vários cursos, entre os quais, cursos de eletricitista de manutenção eletroeletrônica, mecânica de máquinas industriais (Convênio SESI/SENAI/Jaíba e recursos do Projeto Amanhã), mecânica e manutenção de trator, elétrica de equipamentos agrícolas, mecânica e manutenção de sistemas hidráulicos.

Realizados cursos de artesanato com materiais diversos (convênio SENAI/GO - Contrato nº 1.101.00/2012) e cursos têxteis, estilismo, corte e costura, modelagem básica (parceria com a Prefeitura de Brasilândia e Contrato nº 1.125.00/2012), photoshop, informática básica, corel draw e montagem e manutenção de computadores (parceria com a Prefeitura de Nova Porteirinha e contrato nº 1.129.00/2012).

As principais capacitações foram realizadas por meio de palestras, dias de campo, práticas de empreendedorismo e associativismo e, por meio dos seguintes cursos: modelagem, corte e costura; inclusão digital; administração de empresa rural; beneficiamento de mel; introdução à agroecologia; básico sobre irrigação; preparação de viveiros para piscicultura; manejo alimentar na piscicultura; operação de tratores e máquinas agrícolas; segurança do trabalho e produção de hortifrutigranjeiros (macaxeira, milho, horticultura, acerola e melancia).

Destaca-se, ainda, realização de oficinas sobre vermicompostagem e compostagem, além de outras práticas educativas, tais como: campanhas de arrecadação, distribuição de alimentos e vestuários, oficinas de educação ambiental e sobre esgotamento sanitário.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	7G88			Tipo: Projeto		
Título	Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí					
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas					
Objetivo	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas					
Programa	2051 - Oferta de Água			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
7.623.000	7.623.000	0	0	0	0	0
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Obra executada	percentual de execução	8	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
4.143.600	4.143.600	0	Obra executada	percentual de execução	0	

A Barragem de Atalaia localiza-se no município de Sebastião Barros, no estado do Piauí. Ocupará uma área de 2,7 mil hectares e terá a capacidade de armazenamento de 211 milhões de m³ de água visando abastecimento humano, desenvolvimento da agricultura, pecuária e da piscicultura, resultando em crescimento da renda da população beneficiada nos municípios de Sebastião dos Barros, Cristalândia, Corrente e Parnaíba, além de perenizar os rios Correntes, Paraím e Gurguéia os quais alimentarão os lençóis freáticos do baixo Gurguéia, um importante rio da região Sul Piauiense.

A construção da Barragem de Atalaia é executada através do convênio nº 7.028.00/2010 celebrado em 1/7/2010 entre a Codevasf e o Instituto de Desenvolvimento do Piauí – IDEPI, no valor total de R\$ 76.647.610,22, sendo R\$ 68.910.000,00 da Codevasf e R\$ 7.737.610,22 de contrapartida. A previsão de conclusão do empreendimento está prevista para 15/06/2016. A estrutura da Barragem se caracteriza pelo tipo “terra zoneada” e o sangradouro “Perfil Creager”.

As obras de implantação da barragem tiveram início em 2/7/2010, encontra-se com 92% de execução física, porém paralisadas desde 2013 devido às pendências a serem solucionadas pelo Instituto de Desenvolvimento do Piauí – IDEPI, a saber:

- Sanar as pendências relativas ao projeto de reassentamento da população da área de inundação;
- Encaminhar à Codevasf o Projeto Executivo completo da Barragem em meio físico e digital e inseri-lo no Siconv;
- Apresentar a prestação de contas relativa à 9ª parcela do Convênio; e
- Depositar contrapartida no valor de R\$ 2.744.650,69 na conta do Convênio.

Registra-se que o Ministério Público do Piauí, por meio da Promotoria de Justiça do município de Corrente, realizou, em junho de 2014, audiência pública com o tema Responsabilidade Social e Ambiental – Perspectivas da Barragem de Atalaia, onde estiveram presentes moradores da região, representantes municipais, e entidades envolvidas interessadas no empreendimento dos municípios de Corrente, Sebastião Barros e de Parnaíba, sendo apresentado pelo IDEPI um Plano para reassentar a população situada na área de inundação.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	12G5			Tipo: Projeto		
Título	Implantação do Sistema Adutor de Guanambi - 1ª Etapa - com 355 km no Estado da Bahia					
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas					
Objetivo	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas					
Programa	2051 - Oferta de Água			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
8.190.000	733.000	0	0	0	0	0
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto executado	percentual de execução física	10	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
21.993.426	2.535	0	Projeto executado	percentual de execução física	4	

Em 1966, o DNOCS construiu a barragem de Ceraíma, com capacidade de armazenamento de 58 milhões de metros cúbicos visando o suprimento da cidade de Guanambi e irrigação de uma área de 670 ha. Utilizando-se desse manancial, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento - Embasa implantou uma Estação de Tratamento de Água para os municípios de Guanambi, Candiba e Pindaí, no estado da Bahia.

A quantidade de água armazenada na barragem de Ceraíma não foi suficiente para suprir a cidade e o perímetro de irrigação e, diante disso, como alternativa para solucionar o problema de abastecimento humano na região, a Codevasf elaborou, em 1998, um estudo de reconhecimento de um sistema de abastecimento de água da região de Guanambi por meio de captação de água no rio São Francisco.

Em abril de 2005, a Codevasf construiu a barragem do Poço do Magro, com capacidade de armazenamento de 37 milhões de metros cúbicos para reforço do sistema de abastecimento de Guanambi, Candiba e Pindaí, bem como irrigação à jusante, entretanto, este reservatório não atingiu sua capacidade máxima e a adutora idealizada para reforço do abastecimento não foi construída. Apesar da construção das duas barragens, o problema de abastecimento de água ainda persistia.

Em dezembro de 2005, a Codevasf celebrou convênio com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - Embasa para ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Guanambi, Candiba, Pilões, Pindaí e outras localidades situadas ao longo da adutora, a partir do reservatório da Barragem do Poço do Magro, localizada no município de Guanambi/BA.

Em dezembro de 2008, foi concluída a adutora, com captação na barragem de Poço do Magro, que se encontra em operação com uma vazão final na estação de tratamento de água da Embasa, em Ceraíma, de 473,00 m³/h. Com o sistema de abastecimento humano na região, a escassez de água foi resolvida em parte. Porém, a questão da indisponibilidade de água para a irrigação ainda não tinha sido resolvida, além do fato da qualidade da água de Poço do Magro. Diante disso, a Codevasf contratou, em 2009, os estudos de viabilidade e projeto básico da Adutora de Guanambi e, em 2010, a elaboração do Projeto Executivo.

A implantação da Adutora de Guanambi iniciou-se em 2010, com recursos emergenciais do Ministério da Integração Nacional – MI, em razão da escassez de água na região, sendo investidos R\$ 54,7 milhões na aquisição de tubulações. Em 2011, o empreendimento passa a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC com investimento adicional de R\$ 144,3 milhões.

Em 11/03/2011 foi celebrado o Termo de Compromisso nº 0.006.00/2011, firmado entre a Codevasf e a Embasa, no valor inicial de R\$ 75.752.543,37 para a execução das obras civis e montagem dos equipamentos hidromecânicos e elétricos referente a 1ª Etapa do empreendimento, trecho Malhada – Guanambi.

A primeira etapa foi entregue em 9/11/2012, sendo 90 km da adutora principal e 175,53 km de adutoras secundárias, totalizando 265,53 km, com a captação no rio São Francisco no município de Malhada, e com capacidade de vazão de 450 litros/s. Com isso, 226 mil pessoas tiveram oportunidade de acesso ao abastecimento de água nos municípios de Malhada (sede e distrito de Julião), Iuiú, Palmas de Monte Alto, Guanambi (sede e distritos de Mutãs e Ceraíma), Candiba (sede e distrito de Pilões), Pindaí (sede e distrito de Guirapá), Matina e Caetité (localidade Pajeú do Vento).

A execução da 2ª Etapa teve início em 01/06/2012, através do aditivo ao Termo de Compromisso nº 0.006.00/2011, no valor de R\$ 44.393.563,67, também com recurso do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que compreende dois trechos:

- 1) Trecho Caetité-Maniaçu: Construção de adutora com extensão de 82,9 km de tubulação para atendimento dos municípios de Caetité (sede e as localidades Velha Rita, Tanque do Caldeirão, Capoeira de Dentro, Rio Grande, Vargem, Lagoa de Fora, Lagoa de Dentro, Maniaçu e Brejinho das Ametistas) e Guanambi (distrito de Morrinhos); e
- 2) Trecho Caetité-Lagoa Real-Ibitira: Estudos em andamento para construção da adutora com extensão de 82,5 Km para atender o município de Lagoa Real e distrito de Ibitira (município de Rio do Antônio).

O Trecho Caetité-Maniaçu tem por objetivo principal ampliar e melhorar o abastecimento de água da Sede do município de Caetité/BA e distritos de Maniaçu, Lagoa de Dentro, Lagoa de Fora e

Morrinhos, possibilitando o atendimento de 33 mil habitantes, além de diversas localidades situadas ao longo da adutora.

O sistema possui 7 (sete) estações elevatórias, 5 (cinco) caixas de passagens e 3 (três) unidades de reservatórios. No projeto executivo foi prevista a implantação de 82,9 km de tubulação de adutora com diâmetro variando de 50 a 400mm e 7,5 km de tubulação de rede de distribuição com diâmetro variando de 50 a 100mm.

Previa-se para início de 2015 a conclusão das obras do Trecho que se encontravam, no final do exercício de 2014, com 95% de execução física. Porém devido ao atraso no fornecimento do conjunto de motobombas previsto para dezembro/2014, a empresa contratada pela Embasa para execução das obras e montagem não aceitou aditamento de prazo, obrigando a realização de nova licitação. Assim, a previsão de conclusão das obras do referido Trecho passou para abril de 2016.

O sistema passou a funcionar (parcialmente) com bombas emprestadas pela Embasa, para auxiliar a população que sofria com a falta de água.

Atualmente, as obras e serviços de implantação desse Trecho encontram-se com 99% de execução física.

Em 2015, não houve liberação de crédito orçamentário da LOA. As obras desse trecho foram executadas pela Embasa através dos recursos do convênio, inscritos em Restos a Pagar (processados), sendo realizado o pagamento de R\$ 5.300.000,00 pela Codevasf. Além disso, foram realizados pagamentos de R\$ 1.147.131,16 pelos serviços de apoio à fiscalização.

O Trecho Caetité-Lagoa Real-Ibitira encontra-se em fase de elaboração dos Projetos Básico e executivo pela Embasa, o qual estava previsto para concluir em 2015. Porém a empresa contratada pela Concessionária abandonou o contrato, obrigando a realização de nova licitação. A previsão de conclusão do projeto está prevista para junho de 2016.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	13RU			Tipo: Projeto		
Título	Projeto para Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Paraguaçu, Salitre, Jacuípe, Curaçá-Vargem, Macururê, Tourão-Poções, Itapicuru e Vaza-Barris (Eixo Sul)					
Iniciativa	023J - Elaboração de planos e estudos no âmbito da infraestrutura hídrica					
Objetivo	0549 - Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica					
Programa	2051 - Oferta de Água			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
7.920.000	13.738.404	13.738.404	5.515.388	3.000.000	2.515.388	8.223.016
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto implantado	percentual de execução	100	100	20		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
102.697	75.514	0	Projeto implantado	percentual de execução	0	

Projeto Canal do Sertão Baiano – Eixo Sul, visa garantir o suprimento hídrico às bacias hidrográficas de Tatauí, Salitre, Tourão/Poções, Itapicuru e Jacuípe, no estado da Bahia.

Esta ação consiste em elaboração de estudos e projetos para integração de bacias visando aumentar a oferta hídrica per capita em médio prazo para o consumo humano, atividades agrícolas e industriais, viabilizando maior igualdade de oportunidades de emprego e renda para a população residente, por meio da garantia de fornecimento de água para o uso múltiplo.

Em 12/12/2013 foi celebrado contratado nº 0.179.00/2013 com a empresa Geohidro Consultoria Sociedade Simples Ltda, no valor atual de R\$ 20.759.453,11, objetivando a elaboração do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental e elaboração do anteprojeto de engenharia do Canal do Sertão Baiano, a partir do rio São Francisco, de modo a garantir o suprimento hídrico das bacias hidrográficas de Tatauí, Salitre, Tourão/Porções, Itapicuru e Jacuípe, no estado da Bahia, com data término de 6/1/2016. Pelo contrato foram realizados pagamentos na ordem de R\$ 14.939.994,02.

Em 2015, utilizando os recursos da LOA concomitantemente com os recursos inscritos em Restos a Pagar, foram aplicados R\$ 5.590.901,69 em continuidade ao Contrato. Os estudos encontram-se em andamento com 65% de execução física, dos quais 20% foram realizados no exercício. A conclusão do estudo é prevista para julho de 2016, conforme balanço do PAC.

Registra-se a paralização do contrato em 6/4/2015 em razão da necessidade de ampliação dos investimentos aprovado no PAC, bem como o limite orçamentário, os quais foram aprovados em dezembro/2015 pelo Comitê Gestor do PAC – CGPAC, permitindo a retomada dos serviços no final do exercício.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	14RX			Tipo: Projeto		
Título	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Campo Alegre de Lourdes no Estado da Bahia					
Iniciativa	04AL - Implantação da Adutora de Campo Alegre de Lourdes/BA					
Objetivo	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas					
Programa	2051 - Oferta de Água			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
19.800.000	13.662.000	670.000	0	0	0	670.000
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Obra executada	percentual de execução física	32	2	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
16.309.082	11.821.039	0	Obra executada	percentual de execução física	9	

O Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIAA) de Campo Alegre de Lourdes/BA integra a Carteira de Obras de Combate à Seca no semiárido nordestino, e tem por objetivo levar água potável para 27 mil pessoas em 70 localidades rurais nos municípios de Pilão Arcado, Remanso e Campo Alegre de Lourdes, além da sede deste município, no estado da Bahia.

O sistema consiste na construção de uma adutora de 455,3 km, sete reservatórios e 3.854 ligações domiciliares, com uma extensão total de rede de 98,9 km. A captação será do tipo flutuante e utilizará como manancial o Lago de Sobradinho, abastecido pelo Rio São Francisco, próximo à localidade de Passagem, no município de Pilão Arcado, com previsão de vazão de 236,48 m³/h.

Em 25/11/2013, foi emitida a Ordem de Serviço ao Contrato, licitado pelo Regime Diferenciado de Contratação – RDC, que visa à elaboração do Projeto Executivo e a execução das obras de implantação do Sistema. No ano de 2014, executou-se 65% do contrato.

Em 2015, buscou-se priorizar a conclusão das obras do sistema pela sua importância para a região, contudo, a execução sofreu desaceleração no período compreendido entre maio e agosto, em função da falta de recursos financeiros para cobrir os serviços faturados. Foram liquidados recursos no valor de R\$ 11,8 milhões, a obra avançou mais 9% de execução física, perfazendo um total 74% de execução. Em 16/07/2015 o contrato teve que ser aditado, passando a data término para o mês de novembro de 2016.

Ainda em 2015 foi contratado com recursos de LOA o serviço de instalação da energização do sistema no valor de R\$ 670 mil.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	141H			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Canal do Sertão Pernambucano no Estado de Pernambuco					
Iniciativa	01LC - Implantação do Canal do Sertão Pernambucano (PE)					
Objetivo	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas					
Programa	2051 - Oferta de Água			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
900.000	27.000	10.200	1.877	1.877	0	8.323
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Obra executada	percentual de execução física	2	1	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
3.571.922	885.226	372	Obra executada	percentual de execução física	0	

O empreendimento Canal do Sertão Pernambucano tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da região semiárida do Nordeste por meio da disponibilização de recursos hídricos para a agricultura irrigada, incorporando mais de 45 mil ha ao processo produtivo, possibilitando elevar a produção e a produtividade das safras agrícolas, gerando renda, aumento da oferta de alimentos e expansão da pecuária leiteira, beneficiando municípios dos estados de Pernambuco e Bahia.

O projeto prevê a construção de 176 km de canal, com a captação de aproximadamente 73m³/s de água no reservatório de Sobradinho, no município de Casa Nova, na Bahia. O canal se estenderá até a região do Sertão Pernambucano, conhecida como Sertão do Araripe, no oeste do Estado. O projeto prevê a exploração de múltiplos usos, entre os quais, abastecimento humano (urbano e rural), agricultura irrigada, agroindústria e pecuária.

Foi concluída a Adequação e Atualização dos Estudos de Aproveitamento Integrado dos Recursos Hídricos (Adequação dos Estudos de Viabilidade). Os estudos concluíram por indicar a implantação da alternativa que abrange os municípios de Casa Nova, Petrolina, Afrânio, Dormentes, Santa Cruz e Santa Filomena. Porém, os estudos indicaram também a possibilidade de o canal se estender até

os municípios de Parnamirim, Araripina, Trindade, Ipubi e Ouricuri. A decisão quanto ao até onde o canal se estenderá se dará de acordo com o orçamento destinado para a ação.

Em 2015, devido à crise fiscal, todos os contratos celebrados para dar andamento aos estudos foram paralisados, são eles:

- i) Levantamento cartográfico aerofotogramétrico digitalizado, de áreas do oeste de Pernambuco localizadas nos municípios de Santa Cruz, Santa Filomena, Dormentes, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, totalizando uma área de 2.925 km² (executados 50%);
- ii) Levantamento de informações cadastrais, físicas, agrícolas, e socioeconômicas das áreas da faixa do canal (km 0 ao 193,5) do Projeto Sertão Pernambuco, localizado no município de Casa Nova, no estado da Bahia, e nos municípios de Petrolina, Dormentes e Santa Cruz, no estado de Pernambuco, totalizando 18.560 há (executados 25%);
- iii) Elaboração de estudos pedológicos e classificação de terras para irrigação, localizadas nos municípios de Santa Cruz, dormentes e Santa Filomena, abrangendo uma área de 30.631 ha e estudos detalhados em 16.089 ha na mancha “Casa Nova”, localizada entre Casa Nova/BA e Petrolina/PE (executados 27%).

Também não foram priorizadas as publicações dos Editais de licitação para a adequação do EIA/RIMA e adequação do Projeto Básico do trecho inicial, da captação ao reservatório de Rajada (km 50) e para a elaboração do Projeto Básico até o reservatório de São Bento (km 130).

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	5308				Tipo: Projeto	
Título	Construção da Barragem Jequitáí no Estado de Minas Gerais					
Iniciativa	01LL - Implantação do Sistema Jequitáí (MG)					
Objetivo	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas					
Programa	2051 - Oferta de Água				Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
26.100.000	14.355.000	1.517.790	505.592	127.810	377.782	1.012.198
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante			Reprogramado	Realizado
		Previsto				
Obra executada	percentual de execução física	32			3	0
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
47.688.817	11.546.256	3.499.159	Obra executada	percentual de execução física	0	

A potencialidade da região do Jequitáí foi identificada em 1970, mediante um dos primeiros estudos realizados no vale do São Francisco, denominado - Reconhecimento dos Recursos Hidráulicos e de Solos da Bacia do Rio São Francisco. Os estudos de viabilidade, concluídos em 1989, definiram a alternativa de engenharia, composto por dois barramentos no Rio Jequitáí, localizado em Minas Gerais, e um arranjo geral do projeto de irrigação, constituindo em um empreendimento de usos múltiplos e de desenvolvimento regional.

O aproveitamento de barragens de uso múltiplo Jequitaiá (Barragem Jequitaiá I e II) deverá alavancar a economia da região localizada o norte de Minas Gerais, que possui um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proporcionando a geração de 3.000 empregos diretos na fase de construção e beneficiados 147.000 habitantes, residentes na área de abrangência do Projeto (municípios de Jequitaiá, Engenheiro Navarro, Claro dos Poções e Francisco Dumont, na região norte do estado de Minas Gerais).

As duas barragens têm potencial para acumular 800 milhões de metros cúbicos de água, contribuindo para o abastecimento humano, e no desenvolvimento da agricultura irrigada em uma área aproximada de 18.500 ha, que por consequente deve gerar 18 mil empregos diretos e 36 mil indiretos, além da geração de energia, regularização e controle de cheias, e na perenização do Rio Verde Grande, um dos principais afluentes do Rio São Francisco, em Minas Gerais.

Os projetos básicos da barragem Jequitaiá II e do perímetro de irrigação encontram-se concluídos desde 1996. O projeto executivo das barragens Jequitaiá I e II encontram-se concluído desde 2012 e 2014, respectivamente.

Em 2011, iniciaram as ações de implantação do empreendimento por meio de Termo de Compromisso firmado com a Fundação Rural Mineira – Ruralminas, visando à atualização do cadastro fundiário; avaliação e aquisição das terras; atualização do inventário socioeconômico com vista ao remanejamento e reassentamento de populações residentes na área de abrangência do Projeto Barragem Jequitaiá I, e proceder à participação conjunta no processo de licenciamento ambiental da obra e na elaboração de estudos de viabilidade direcionados para parceria e outras providências em torno do projeto. Por essa parceria de fundamental importância para a implantação do projeto, serão aplicados R\$ 145.563.217,42, sendo R\$ 131.006.895,67 por parte da Codevasf e R\$ 14.556.321,75 por parte da Ruralminas.

O Termo de Compromisso teve início em 27/4/2011 e o término está previsto para abril de 2018. Em 2015, devido às restrições orçamentárias e financeiras os trabalhos em campo relativos ao cumprimento do Programa de Gestão Ambiental Integrado – PGAI foram readequados, ficando somente em execução aqueles programas necessários para manter vigente a Licença de Instalação obtida em 2013. O instrumento está com 55% de execução física.

Encontra-se pendente o pagamento das duas últimas parcelas do Termo de Compromisso no valor de R\$ 38.506.895,68. Para a efetiva cobertura desse valor, faz-se necessário realizar o empenho de R\$ 13.677.922,68, porém a LOA 2016 prevê apenas R\$ 420,8 mil. O último repasse realizado para a Ruralminas foi em maio/2013.

Em razão da crise fiscal alguns contratos foram paralisados:

- Execução das obras civis da barragem I, no valor de R\$ 67.111.786,85 (22% executados);
- Supervisão e Apoio à Fiscalização das Obras da barragem I, no valor de R\$ 5.964.043,37 (22% executado);
- Atualização e Adequação dos Projetos Executivos das obras da Barragem de Uso Múltiplo Jequitaiá I, no valor de R\$ 765.895,87 - 5% executados;
- Execução do Programa de Monitoramento Sismológico na área de influência do reservatório a ser formado com a implantação da Barragem Jequitaiá I, no Estado de Minas Gerais - Resolução 785/2015 de 04/11/2015 autoriza a celebração de Termo de Compromisso com a Universidade de Brasília - UNB no valor total de R\$ 313.467,00, porém, o início não foi autorizado.

Em 2015, com recursos de Restos a Pagar, foram concluídos dois contratos:

- Serviços de fornecimento de equipamentos hidromecânicos específicos para Barragem de Jequitaiá I;

- Serviço de Operação e manutenção das redes hidrométricas nas principais sub-bacias dos tributários mais expressivos dos rios Paracatu, Urucuia, das Velhas e Jequitaiá, localizados nos estados de Minas Gerais e Goiás.

Dos recursos inscritos em Restos a Pagar não processados, a Codevasf liquidou R\$ 11,5 milhões dos quais foram pagos R\$ 6,2 milhões, encerrando, portanto, o ano com um saldo de R\$ 5,4 milhões liquidados e não pagos, cujos serviços são descritos abaixo com o respectivo valor devido:

- Serviços de fornecimento de equipamentos hidromecânicos específicos para Barragem de Jequitaiá I (R\$ 1.719.527,37);
- Execução das obras civis da Barragem I (R\$ 1.774.860,69);
- Supervisão e apoio à fiscalização das obras da Barragem I (R\$ 236.783,22); e
- Aquisição de imóveis visando ao reassentamento de famílias (R\$ 1.635.324,23).

Os recursos empenhados em 2015, no valor de R\$ 1.517.790,00, foram para dar cobertura às despesas com: atualização e adequação dos Projetos Executivos das obras da Barragem de Uso Múltiplo Jequitaiá I; fornecimento de energia para o canteiro de obras; pagamento de taxas, impostos, vigilância e despesas com fiscalização.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	2819			Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura					
Iniciativa	026M - Operação de centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura, estações de piscicultura e centro de pesquisa em aquicultura					
Objetivo	0567 - Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplorados					
Programa	2052 - Pesca e Aquicultura			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
4.700.000	5.065.726	2.579.498	2.012.037	1.798.637	213.399	567.461
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Centro/estação mantido(a)	unidade	6	8	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
886.736	838.007	1.358	Centro/estação mantido(a)	unidade	0	

As ações da Empresa para o desenvolvimento da aquicultura e recursos pesqueiros tiveram início com o advento das grandes barragens hidroelétricas no Rio São Francisco, as quais provocaram profundas modificações na composição e no comportamento da ictiofauna, com substancial redução dos estoques pesqueiros naturais, com grande impacto nas comunidades de pescadores artesanais e, por conseguinte, na oferta de pescado à população ribeirinha.

Os Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura – CIRPA e as unidades demonstrativas de Aquicultura da Codevasf tornaram-se referência em atividades como pesquisa e reprodução de peixes para repovoamento do rio e fomento à aquicultura como forma de inclusão

produtiva de ribeirinhos e pequenos produtores. Entre seus principais objetivos estão: o desenvolvimento de tecnologias de reprodução artificial, larvicultura e alevinagem de espécies nativas da bacia do rio São Francisco; estudos físicos, químicos e biológicos, para o monitoramento da qualidade da água da bacia, o fomento a aquicultura na área de atuação da Empresa, alicerçada nos conceitos de sustentabilidade social, ambiental e econômica; e a capacitação de pescadores, produtores e profissionais ligados à aquicultura.

A Codevasf opera e mantém 7 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura (2/ Minas Gerais: Três Marias e Nova Porteirinha; 2/Bahia: Guanambi e Xique-Xique; 1/Pernambuco: Petrolina; 1/Sergipe: Neópolis; e 1/Alagoas: Porto Real do Colégio), e mantém por meio de parceria o Centro de Referência em Aquicultura e Pesca do Vale do Parnaíba - CERAQUA-PHB, no município de Parnaíba/PI. Esses Centros, face ao caráter integrador, têm consolidado ações conjuntas com diversas entidades como ANA, IBAMA, MPA, Embrapa, Cemig, universidades e centros de pesquisa, tais como a PUC/MG, UFAL, Univasf, entre outras.

O CERAQUA-PHB, implantado pela Codevasf juntamente com o Governo do Estado do Piauí para desenvolver estudos com espécies estuarinas e marinhas, foi construído com a concepção de ser um centro gerador e difusor de tecnologia de produção em aquicultura, maricultura (carcinicultura, ostreicultura, piscicultura de peixes marinhos e estuarinos) e em pesca artesanal, dotado de infraestrutura para promover a capacitação técnica e gerencial de recursos humanos e para fornecer suporte técnico ao planejamento, implantação e operação de projetos voltados aos arranjos produtivos locais (APL's) em piscicultura, no Vale do Parnaíba.

A Codevasf, o Governo do Estado do Piauí, a Embrapa e o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA celebraram um Acordo de Cooperação Técnica e Operacional com o objetivo de viabilizar o funcionamento do referido Centro em 2015.

No período de 2012/2015, conforme Tabela 3.3.1.1.2, os Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura já produziram mais de 54 milhões de alevinos.

Tabela 3.3.1.1.2 - Produção de Alevinos – 2012 a 2015 (R\$ MIL)

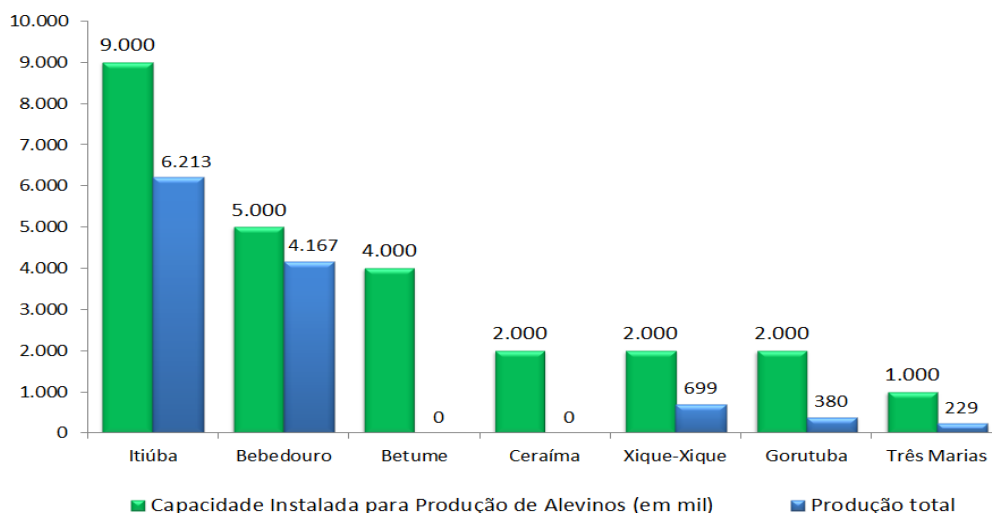
Ano	Revitalização	Inclusão Produtiva (capacitação)	Total	Varição Total	% Revitalização	% Capacitação
2012	5.450	6.300	11.750	-22%	46%	54%
2013	5.840	8.330	14.170	21%	41%	59%
2014	3.611	8.076	11.687	-18%	31%	69%
2015	7.907	9.100	17.007	46%	45%	55%
TOTAIS	22.808	31.806	54.614	-	42%	58%

Fonte: Gerência de Desenvolvimento Territorial – AR/GDT

Em 2015, os Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura produziram aproximadamente 17,4 milhões de alevinos. Desta produção, 7,9 milhões (45%) foram de espécies nativas, destinados principalmente para recomposição da ictiofauna e 9,11 milhões (55%) de alevinos exóticos destinados à piscicultura extensiva, à capacitação/piscicultura intensiva e para pesquisas.

Com relação ao desempenho da produção no exercício, o CIRPA de Betume teve baixa produção devido à reforma em andamento, que foi estendida a conclusão para meados de 2016. O Centro de Ceraíma pouco produziu em função da escassez de água na região. Já nos Centros de Xique-Xique e de Gorutuba a produção foi afetada por problemas na estrutura das instalações, todavia, será realizada uma reforma a ser iniciada em 2016.

Gráfico 3.3.1.1 - Produção de alevinos em 2015 (em mil)



De acordo com a Tabela 3.3.1.1.3, foram publicadas 16 pesquisas e 20 estudos científicos nas áreas de sanidade, biologia reprodutiva, embriologia, nutrição, taxonomia, biologia pesqueira, piscicultura, limnologia, zootécnica e nutrição.

Tabela 3.3.1.1.3 - Quantidade de pesquisas e publicações realizadas pelos Centros Integrados - 2015

Centro de Recursos Pesqueiros	Pesquisas	Publicações revistas científicas
Três Marias – MG	7	16
Gorutuba – MG	6	0
Ceraíma – BA	0	0
Xique-Xique - BA	3	2
Bebedouro – PE	0	0
Betume – SE	0	0
Itiúba – AL	0	2
Total	16	20

Fonte: Gerência de Desenvolvimento Territorial – AR/GDT

No exercício de 2015, houve um contingenciamento de recursos que prejudicou sobremaneira as ações realizadas pelos Centros Integrados, além disso, os constantes aumentos dos contratos de serviços de vigilância e limpeza associados à elevação no preço de insumos, principalmente ração, não foram acompanhados com o respectivo aumento nos recursos recebidos. Entretanto, as metas estão sendo atingidas devido às articulações com diversas instituições e ministérios para viabilização de recursos extras, permitindo assim uma eficiente operação e manutenção dos Centros. É imprescindível que haja um maior aporte de recursos anuais para que os Centros possam executar suas atribuições de forma efetiva, sem que suas atividades sejam prejudicadas.

Assim, foram realizadas despesas com aquisição de passagens e combustíveis, pagamento de diárias para deslocamentos de técnicos para o acompanhamento de ações da Empresa; manutenção de veículos, serviços de vigilância armada e desarmada, administração, manutenção e operação dos 7 (sete) Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura e do CERAQUA-PHB.

Cumprir informar que, durante o monitoramento via Sistema SIOP (Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento), inequivocadamente, não foram cadastrados os resultados alcançados em relação à execução física desta ação. Portanto, registra-se que foram mantidos em operação oito centros de aquicultura, conforme valor reprogramado.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	10RM			Tipo: Projeto		
Título	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba					
Iniciativa	02DQ - Implantação, ampliação ou melhorias nos sistemas públicos de esgotamento sanitário					
Objetivo	0610 - Implementar medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico.					
Programa	2068 - Saneamento Básico			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
112.500.000	90.000.000	47.084.574	8.622.690	7.858.811	763.878	38.461.884
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Sistema implantado	unidade	20	10	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
219.831.910	52.755.039	27.624.616	Sistema implantado	unidade	10	

Esta ação consiste na implantação, ampliação e melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário, que incluem ligações intradomiciliares, unidades sanitárias, coleta, elevação, tratamento e destinação final de efluentes, em municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Piauí.

No período de 2011-2015 foram realizados R\$ 710 milhões em elaboração / adequação de projetos e implantação de obras. Nesse período foram elaborados foram concluídas 75 obras de esgoto sanitário, que beneficiarão mais de 725 mil pessoas.

Até 2013, a carteira PAC-2 contava com 192 obras distribuídas em 183 municípios, porém, a partir de maio de 2014, em razão da crise orçamentária e financeira, a Secretaria do PAC - SEPAC/MP recomendou a exclusão de alguns empreendimentos, alterando a meta de 192 obras para 165. Essa foi a meta trabalhada em 2015.

Tabela 3.3.1.1.4 - Estágio das obras de esgotamento sanitário nos municípios beneficiados (quant. de intervenções)

Estágio	AL	BA	MA	MG	PE	PI	SE	Total
Ação Preparatória	0	1	0	1	0	0	0	2
Em Licitação	0	0	0	0	0	0	0	0
Em Execução	8	2	0	7	8	3	1	29
Paralisada - Total	0	9	3	13	2	4	5	36
Paralisada - Ação preparatória	0	9	3	13	2	4	4	35
Paralisada - Em licitação	0	0	0	0	0	0	0	0
Concluídas PAC 2	4	21	6	28	6	9	1	75
Concluídas PAC 1	0	5	1	13	4	0	0	23
Total	12	38	10	62	20	16	7	165

Fonte: Balanço PAC-2 (Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas – AR)

Em 2015, foram liquidadas despesas no valor 61,38 milhões dando continuidade no desempenho das ações, pois das 75 obras concluídas no período de 2011-2015 (PAC-2), 10 tiveram sua conclusão no ano de 2015, são elas: Jaramataia, no estado de Alagoas; Pilão Arcado, no estado da Bahia; Jequitaí, Lontra, Paineiras, Ubaí, no estado de Minas Gerais; Ouricuri, no estado de Pernambuco; Joca Marque, Madeiro e Porto no estado do Piauí, beneficiando 79.451 pessoas.

Também, realizou-se em 2015 a conclusão do Projeto Básico para a implantação de sistema de esgotamento sanitário no município de São João das Missões, no estado de Minas Gerais.

Nesse ano, teve início a obra de implantação do sistema de Piaçabuçu, no estado de Alagoas, através de convênio com o Estado. Devido à política de contenção de despesas, buscou-se priorizar as obras que se encontravam em execução, nenhuma obra paralisada foi retomada. Mesmo assim, 11 obras foram paralisadas no período: Chorrochó no estado da Bahia; Bom Despacho, Juvenília, Matias Cardoso no estado de Minas Gerais; Floriano - 1ª etapa e 2ª etapa e Uruçuí, no estado de Piauí; Ilha das Flores, Itabi, Pacatuba e São Francisco, no estado de Sergipe.

O saneamento básico proporciona a melhoria da qualidade da saúde da população, constituindo em uma importante medida preventiva de risco à saúde pública e ambiental, o desenvolvimento econômico e a preservação da qualidade dos corpos hídricos.

Um fato relevante a ser mencionado e que reforça os resultados satisfatórios já alcançados até o momento com a ação, é que segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, o Brasil conseguiu reduzir à metade o percentual da população sem acesso à água e esgoto, atingindo uma das metas dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” pactuadas com as Organizações das Nações Unidas (ONU). Em 1990, apenas 53% da população moravam em residências com rede coletora de esgoto e 70% tinham acesso à água. Em 2012, as taxas aumentaram para 58,5% e 77% respectivamente, indicando mais uma vez que estamos no caminho certo para o desenvolvimento sustentável das regiões da área de atuação da Codevasf⁶.

As dificuldades na execução da meta estão relacionadas ao acompanhamento dos contratos e termos de compromisso em razão do reduzido número de funcionários; problemas fundiários e ambientais, que culminaram na demora de liberação de áreas para implantação de estações elevatórias e estações de tratamento de esgotos; abandono de obras por parte das contratadas; demora na aprovação de aditivos contratuais; projetos básicos mal elaborados; demora na análise e autorização de serviços por parte de órgãos governamentais, atraso no pagamento das faturas devido à restrição orçamentária e financeira do exercício de 2015.

Tabela 3.3.1.1.5 - Relação de Obras Paralisadas - Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES

UF	Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES	UF	Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES
BA	Campo Formoso	MG	Ponto Chique
BA	Canarana	MG	Presidente Juscelino
BA	Central	MG	Prudente de Moraes
BA	Chorrochó	MG	Taquaraçu de Minas
BA	Jacaraci	MG	Verdelândia
BA	Jeremoabo	PE	Araripina
BA	Malhada	PE	Calumbi
BA	Morpará	PE	Floresta - 2ª etapa
BA	Ourolândia	PE	Itacuruba
BA	Paramirim	PE	Petrolândia
BA	Remanso	PE	Ibimirim
BA	Santa Maria da Vitória	PE	Iguaraci

⁶ Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento / Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília : Ipea : MP, SPI, 2014.

UF	Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES	UF	Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES
BA	São Félix do Coribe	PE	Moreilândia
BA	Tanque Novo	PE	Sertânia
BA	Umburanas	PE	Tabira
BA	Xique-Xique	PI	Floriano - 1ª etapa
MA	Araioses	PI	Floriano - 2ª etapa
MA	Coelho Neto	PI	Luzilândia
MA	Magalhães de Almeida	PI	Uruçuí
MA	Santa Quitéria do Maranhão	SE	Cedro de São João
MG	Bocaiúva	SE	Gararu
MG	Bom Despacho	SE	Ilha das Flores
MG	Buritizinho	SE	Itabi
MG	Capitólio	SE	Japoatã
MG	Espinosa	SE	Malhada dos Bois
MG	Juvenília	SE	Pacatuba
MG	Matias Cardoso	SE	São Francisco

Fonte: Balanço PAC

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	10RP			Tipo: Projeto		
Título	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba					
Iniciativa	02DO - Ampliar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos com prioridade para os municípios operados mediante mecanismos de gestão associada					
Objetivo	0610 - Implementar medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico.					
Programa	2068 - Saneamento Básico			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
4.500.000	4.500.000	0	0	0	0	0
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto concluído	unidade	1	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
3.168.203	261.934	189.636	Projeto concluído	unidade	1	

Objetiva a prestação sustentável e universal dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, visando à salubridade ambiental e eliminação de lixões. A programação prevista era a implantação, ampliação ou melhoria de 10 sistemas públicos de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e elaboração de 8 (oito) projetos, contudo em 26/5/2014 a Secretaria do PAC - SEPAC/MP recomendou a redução do escopo, em função da necessidade de contenção de despesas. A nova meta passou a ser a implantação de 7 (sete) obras de resíduos sólidos, que atenderá a população de diversos municípios dos estados Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco.

No período de 2011 a 2015, foram realizados R\$ 5,33 milhões em obras ou elaboração de projetos de sistemas de coleta e tratamento de resíduos sólidos. Ao todo foram concluídas 7 (sete) obras, atendendo 31 municípios das Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e do Parnaíba, beneficiando população estimada em 1 milhão de pessoas, e contratada a elaboração de 5 (cinco) projetos.

Em 2015, não houve realização de empenhos, pois em 26/05/2014 foram cancelados os investimentos inicialmente aprovados no PAC que não havia sido empenhados até aquela data. Nesse ano houve liquidação de restos a pagar não processado no valor de R\$ 262 mil na realização de serviços administrativos para acompanhamento das atividades, bem como para a conclusão da implantação do Aterro Sanitário no Município de Olho d'Água das Flores, que compõe o Consórcio CIGRES, no estado de Alagoas.

Em Alagoas

- Implantado o Aterro Sanitário do Consórcio Cigres/AL, que deverá beneficiar mais de 205 mil em 12 municípios (Olho d'Água das Flores, Carneiros, Senador Rui Palmeira, São José da Tapera, Olivença, Monteirópolis, Jacaré dos Homens, Batalha, Santana de Ipanema, Major Isidoro, Jaramataia e Pão de Açúcar); e
- Contratada a elaboração do Projeto Básico, Projeto Executivo de engenharia e estudos específicos para licenciamento ambiental, até a emissão da licença prévia, possibilitado a implantação das obras para um sistema Integrado dos Recursos Sólidos Urbanos do Consórcio Público de Saneamento CIGRES (obras complementares), paralisado em setembro de 2015.

Na Bahia

- Implantado o Aterro sanitário do Consórcio Desenvolvimento Sustentável de Irecê/BA, beneficiando 10 municípios: Central, Gentio do Ouro, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibai e Xique-Xique; e
- Implantada a remediação ambiental do lixão do município de Juazeiro/BA.

Em Minas Gerais

- Implantado no Aterro sanitário do Consórcio ECOTRES, beneficiando os municípios de Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco/MG;
- Implantado o Aterro Sanitário no município de Curvelo, que beneficiará o município de Curvelo e Inimutaba; e
- Implantado o Aterro sanitário, remediação do lixão e unidade de triagem, beneficiando os municípios de Janaúba e Nova Porteirinha/MG.

Em Pernambuco

- Implantado o Aterro sanitário do município de Ibimirim/PE;
- Concluídos 2 projetos básicos/executivos dos consórcios Itaparica/Moxotó e Resíduos Sólidos - Consórcio Região Moxotó/Agreste; e
- Contratada a elaboração do Projeto Básico, Projeto Executivo de engenharia e estudos específicos para licenciamento ambiental, até a emissão da licença prévia, possibilitado a implantação das obras para um sistema Integrado dos Recursos Sólidos Urbanos do Consórcio de Integração dos Municípios do Pajeú – CIMPAJEU (paralisado em setembro de 2015).

Em Sergipe

- Contratada a elaboração do Projeto Básico, Projeto Executivo de engenharia e estudos específicos para licenciamento ambiental, até a emissão da licença prévia, possibilitado a implantação das obras para um sistema Integrado dos Recursos Sólidos Urbanos do Consórcio Público de Saneamento Básico do Baixo São Francisco Sergipano (paralisado em setembro de 2015).

Tabela 3.3.1.1.6 - Estágio das obras de resíduos sólidos (quantidade de sistemas)

Estágio	AL	BA	MG	PE	Total
Em Execução	0				0
Concluídas (PAC-1) 2007-2010			1	1	2
Concluídas (PAC-2) 2011-2014	1	2	2		5
Total	1	2	3	1	7

Fonte: Balanço PAC-2 (Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas – AR)

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	116F			Tipo: Projeto		
Título	Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água Para Todos					
Iniciativa	011Q - Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de 0355 - Implementar medidas estruturais e estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das					
Objetivo	0355 - Implementar medidas estruturais e estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das					
Programa	2068 - Saneamento Básico			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
18.000.000	14.400.000	2.761.940	16.074	16.074	0	2.745.865
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Sistema implantado	unidade	7	1	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
53.039.188	20.993.958	5.959.485	Sistema implantado	unidade	3	

A ação de Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água Para Todos, objetiva a implantação de sistemas de abastecimento de água em municípios da calha do rio São Francisco, nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, garantindo água potável para as comunidades rurais distantes até 15 km do rio. A meta consiste em implantar sistemas de abastecimento de água para atendimento de 528 localidades na calha do Rio São Francisco, sendo 410 localidades referentes ao PAC e 118 localidades do Plano de Prevenção à Seca.

O foco é suprir as necessidades no atendimento à população em comunidades rurais difusas, quanto à garantia de oferta hídrica, onde a escassez de água constitui um forte entrave ao desenvolvimento socioeconômico e, até mesmo, à subsistência da população.

A ação inclui a implantação de adutoras para abastecimento de água com captação direta no rio São Francisco ou outro manancial superficial disponível ou poço tubular já perfurado, fornecimento de equipamentos e instalação de poços tubulares e construção de cisternas.

No período de 2011 a 2015, foram liquidadas despesas de R\$ 88,4 milhões na adequação de projetos e na implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água. Nessa ação, foram concluídas obras para atendimento a 258 localidades rurais, que beneficiou aproximadamente 115 mil pessoas em comunidade ribeirinhas do Rio São Francisco.

Empreendimentos Água para Todos - PAC (2011 a 2015)

No período de 2011 a 2015, foram realizados R\$ 51,91 milhões dos recursos da carteira Água Para Todos – PAC, que corresponde a 67% do investimento aprovado para o período 2011-2018, no valor de R\$ 77,03 milhões. Foram concluídos sistemas de abastecimento de água para atender 242 localidades (2/AL, 176/BA, 1/MG, 38/PE e 25/SE).

Tabela 3.3.1.1.7 - Estágio das obras de sistemas de abastecimento de água nos estados (localidades)

Estágio	AL	BA	MG	PE	SE	Total
Paralisada		41		21	3	65
Em execução		39		24		63
Concluídas (PAC-1) – 2007/2010	13	20	4	3		40
Concluídas (PAC-2) – 2011/2015	2	176	1	38	25	242
TOTAIS	15	276	5	86	28	410

Fonte: Balanço PAC-2 (Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas – AR)

Em 2015, foram liquidadas despesas no valor de R\$ 11,4 milhões, referentes a Restos a Pagar não-processados. Nesse ano foram concluídas obras para atender 4 (quatro) localidades rurais, sendo 03/Porto da Folha/SE (localidades: Araticum, Serra do Moreira e José Unaldo de Oliveira); e 01/Bom Jesus da Lapa/BA (Localidade: Piranhas), que beneficiará população de mais 1.265 pessoas.

Com a crise financeira e o contingenciamento dos recursos da LOA, a Codevasf estabeleceu uma estratégia para obter melhor resultado na ação, qual seja:

- Priorizar os contratos das obras que estão em execução; e
- Aguardar a regularização da disponibilidade financeira para retomada de obras paralisadas.

Portanto, obras que se encontravam em licitação em 2014 não foram contratadas em 2015, bem como não houve paralisações de novos contratos, coroando o esforço da empresa de concluir os contratos em execução.

Em execução encontram-se as obras em 63 localidades, sendo: 39 localidades no estado da Bahia (5/Bom Jesus da Lapa, 9/Carinhanha, 4/Paulo Afonso e 21/Sento Sé); 24 localidades em Pernambuco (2/Itacuruba, 7/Jatobá, 8/Petrolândia, 5/Tacaratu e 2/Petrolina). Tais obras beneficiarão uma população estimada de 53.570 habitantes.

Paralisadas estão as obras em 65 localidades, sendo: 41 localidades no estado da Bahia (14/Pilão Arcado, 26/Remanso e 1/Sobradinho); 21 localidades em Pernambuco (12/Orocó, 1/Petrolina e 8/Santa Maria da Boa Vista); e 3 localidades em Sergipe no município de Nossa Senhora de Lourdes. Com a retomada e a efetiva conclusão dessas obras espera-se atender a uma população de aproximadamente 43.800 pessoas.

Empreendimentos Água para Todos - PAC Prevenção à Seca (2012 a 2015)

O Plano de Prevenção à Seca foi lançado em maio de 2012 pelo Governo Federal, com ações de prevenção de desastres naturais no país e emergenciais contra a seca no semiárido buscando a ampliação da oferta de água e garantia da segurança hídrica para abastecimento humano, com a execução de obras de implantação de infraestruturas hídricas, em especial sistemas simplificados de abastecimento de água, construção de barragens, adutoras, canais e suas estruturas associadas.

A Carteira do PAC Prevenção à Seca contempla 18 (dezoito) projetos de implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água para atendimento de 118 localidades rurais situadas na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, estados de Alagoas, Bahia e Minas Gerais.

Tabela 3.3.1.1.8 - Execução Orçamentária e financeira – PAC Prevenção (S.A.A)

(Valores R\$ Milhões)

Nº Projetos	Projeto	UF	PAC-2 (2011-2014) e pós 2014				Estágio
			Investimento (2011-2018)	Valores empenhados	Despesas Liquidadas	% Liquidado	
1	Pão de Açúcar	AL	7,72	7,72	0,74	10%	Obra em execução
2	Piranhas	AL	2,55	0,00	0,00	0%	Obra não iniciada
3	Porto Real do Colégio	AL	6,50	0,00	0,00	0%	Obra não iniciada
4	Casa Nova	BA	24,40	18,25	16,35	90%	Obra em execução
5	Ibotirama	BA	6,91	6,89	6,89	100%	Obra concluída
6	Morpará	BA	7,71	0,00	0,00	0%	Obra não iniciada
7	Muquém do São Francisco	BA	7,50	7,33	5,48	75%	Obra em execução
8	Paratinga	BA	8,00	5,80	1,59	27%	Obra paralisada
9	Buritizeiro	MG	0,02	0,02	0,02	100%	Projeto concluído
10	Itacarambi	MG	0,19	0,19	0,06	29%	Projeto em adequação
11	Januária	MG	0,20	0,20	0,20	100%	Projeto concluído
12	Manga	MG	0,04	0,04	0,04	100%	Projeto concluído
13	Moema	MG	0,04	0,04	0,04	100%	Projeto concluído
14	Pedras de M. da Cruz	MG	11,03	0,14	0,14	100%	Projeto concluído
15	Ponto Chique	MG	0,20	0,20	0,20	100%	Projeto concluído
16	São Francisco	MG	11,03	0,14	0,14	100%	Projeto concluído
17	São Romão	MG	0,25	0,25	0,25	100%	Projeto concluído
18	Várzea da Palma	MG	4,37	4,37	4,37	100%	Obra concluída
TOTAL			98,65	51,57	36,49	71%	-

Fonte: Planilha de acompanhamento do PAC – 31-12-2015 - AE/GPE/UAV

No período de 2011 a 2015 (PAC-2) foram realizados investimentos de R\$ 36,49 milhões, que representa 37% dos recursos aprovados no valor de R\$ 98,65 milhões para a carteira de empreendimentos do PAC-Prevenção até 2018.

Desses recursos realizados, R\$ 10,20 milhões foram em 2015, com recursos originários de restos a pagar (não processados), aplicados nas atividades a seguir, com destaque para a conclusão dos sistemas de Ibotirama/BA, que beneficiará 13 localidades, e atenderá 1.735 pessoas.

Conclusão de obras ou revisão/atualização de Projetos Básicos:

- Obras do sistema de Ibotirama, no estado da Bahia, beneficiando 13 localidades rurais - Andorinha, Caraíbas, Cariri, Fazenda Nova, Ilha do Gado Bravo, Ilha do Saco, Ilha Grande, Juá Novo, Novo Horizonte e Areia Branca, Barro Alto, Santa Clara e Sangrador; com população estimada em 1.735 pessoas;
- Revisão e atualização dos Projetos Básicos para os sistemas localizados nos municípios de Buritizeiro, Manga, Moema, Ponto Chique, Januária e São Romão no município de Minas Gerais. Somados esses sistemas visa atender a 24 comunidades rurais com uma população estimada em 4.585 pessoas; Ressalta-se que não há previsão de início das obras desses sistemas, devido a atual crise financeira.

Continuidade de obras ou revisão/atualização de Projetos Básicos:

- Sistema em Muquém do São Francisco, no estado da Bahia, beneficiando 8 localidades rurais - Baraúna, Barreiro da Passagem, Barreiro do Pernambuco, Itain, Mangas, Pedrinhas, Periperi e Quebra Linha; com uma população estimada em 2.060 pessoas;
- Sistema de Casa Nova, no estado da Bahia, que se encontra com 90% de execução física, e beneficiará 36 comunidades rurais com população estimada em 3.000 pessoas;

- Sistema de Pão de Açúcar, no estado de Alagoas, que se encontra com 12% de execução física, e beneficiará 6 comunidades rurais com população estimada em 1.560 pessoas;
- Sistema de Paratinga, no estado da Bahia. A contratada declarou problemas financeiros e rescindiu o contrato com 26% de execução física (Obra paralisada por falta de pagamento das faturas). O sistema de Paratinga objetiva atender 5 comunidades rurais com uma população estimada em 1.150 pessoas; e
- Revisão e atualização do Projeto Básico de Itacarambi, no estado de Minas Gerais.

Tabela 3.3.1.1.9 - Estágio das obras de sistemas de abastecimento de água nos estados (municípios)

Estágio	AL	BA	MG	PE	SE	Total
Paralisada		1				1
Ação preparatória	2	1	9			12
Em licitação						
Em execução	1	2				3
Concluída PAC-2		1	1			2
Total	3	5	10	0	0	18

Fonte: Balanço PAC-2 (Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas – AR)

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	141J			Tipo: Projeto		
Título	Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba					
Iniciativa	02DQ - Implantação, ampliação ou melhorias nos sistemas públicos de esgotamento					
Objetivo	0610 - Implementar medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico.					
Programa	2068 - Saneamento Básico			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Ação Prioritária	PAC					
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
4.500.000	4.500.000	789.899	0	0	0	789.899
Execução Física das Ações - Metas						
Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Obra executada	unidade	8	1	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
27.038.838	9.440.021	2.036.724	Obra executada	Unidade (município)	7	

Consiste na implantação de ligações intradomiciliares de esgotos sanitários e módulos sanitários domiciliares na Bacia do Rio São Francisco e do Parnaíba, abrangendo os estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

Registra-se que a partir de maio de 2014 a ação foi redimensionada e sofreu redução por parte da SEPAC, mais da metade das obras da Carteira de Ligações Intradomiciliares foram excluídas, sendo alterada de 179.958 para 84.501 e, em 2015, fixada em 77.833 ligações.

As obras de implantação das ligações intradomiciliares são executadas através de Convênios ou Termos de Compromissos celebrados com as concessionárias ou Prefeituras Municipais,

responsáveis pela administração do sistema de esgotamento sanitário implantado no município pela Codevasf.

No período de 2011 a 2015, essa ação obteve como resultado a conclusão das obras de implantação de 14.993 ligações intradomiciliares. Em 2015, foram concluídas as obras de implantação de 12.346 ligações beneficiando 7 municípios, todos do estado de Minas Gerais (Bom Despacho - 2.216 ligações, Jaíba - 2.273 ligações, Mirabela - 1.340 ligações, Morada Nova de Minas – 881 ligações, São Roque de Minas – 410 ligações, Três Marias - 2.361 ligações, Várzea da Palma - 2.865 ligações.

Em 2015, a Codevasf realizou a liquidação de R\$ 9,44 milhões, sendo R\$ 7,4 milhões destinados a pagamento da 1ª (primeira) parcela do Termo de Compromisso nº 0.157.00/2013 celebrado com Companhia de Água e Esgoto do Piauí - AGESPISA, que visa à implantação de 26.006 ligações intradomiciliares de esgoto em benefício dos municípios de Ilha Grande, Porto, Murici dos Portelas, Guadalupe, União, Amarante, Madeiro, Joça Marques, Luzilândia, Santa Filomena, Ribeiro Gonçalves, Uruçui, Oeiras e Floriano.

O restante dos recursos liquidados no valor de R\$ 2,04 milhões foi destinado à Empresa Baiana de Águas e Esgoto S/A – Embasa, para pagamento da segunda parcela dos Termos de Compromissos celebrados:

- TC nº 0.049.00/2013 que visa à implantação de 2.296 ligações em Várzea Nova;
- TC nº 0.052.00/2013 que visa à implantação de 2.660 ligações em Morro do Chapéu; e
- TC nº 0.050.00/2013 que visa à implantação de 767 ligações em Gentio do Ouro.

No momento, encontram-se em execução os instrumentos para a implantação das obras de 12.919 ligações intradomiciliares, sendo 10.756 ligações no estado da Bahia, nos municípios de Canápolis, Caturama, Gentio do Ouro, Glória, Ibotirama, Ipupiara, Morro do Chapéu, Muquém do São Francisco, Santa Brígida e Várzea Nova; e 2.163 no estado do Piauí, nos municípios de Porto Alegre do Piauí, Ribeiro Gonçalves e Porto.

Tabela 3.3.1.1.10 - Estágio de construção de módulos sanitários e ligações intradomiciliares (Quantidades)

Estágio	AL	BA	MA	MG	PE	PI	SE	Total
Ação Preparatória	6.900	9.934	0	299	6.101	0	2.548	25.782
Em Licitação		0				24.139		24.139
Em Execução	0	10.756		0		2.163		12.919
Concluída				14.993				14.993
Total	6.900	20.690	0	15.292	6.101	26.302	2.548	77.833

Fonte: Balanço PAC-2 (Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas – AR)

Destaca-se a restrição orçamentária e financeira como principal fator para o não avanço da ação em 2015. Dos recursos aprovados na LOA 2015 no valor de R\$ 4,5 milhões, somente R\$ 789,9 mil foram empenhados.

O empenho foi realizado para o Governo do Estado de Sergipe para a execução de ligações intradomiciliares e cumprimento de condicionante ambiental imposta pela ADEMA - Administração Estadual do Meio-Ambiente, visando dar funcionalidade ao sistema de esgoto sanitário do município de Canindé do São Francisco/SE, o qual deverá beneficiar 14.067 pessoas.

3.3.1.2. Ações/Subtítulos - OFSS

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	10BC					Tipo: Projeto	
Título	Implantação de Projetos de Irrigação						
Iniciativa	022E - Implantação de Perímetros de Irrigação - Nacional						
Objetivo	0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.						
Programa	2013 - Agricultura Irrigada					Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0022 - No Estado do Piauí	850.000	850.000	0	0	0	0	0
1865 - No Município de Cedro de São João - SE	287.300	287.300	0	0	0	0	0
7004 - Peritoró - MA	150.000	150.000	0	0	0	0	0
Total	1.287.300	1.287.300	0	0	0	0	0
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0022 - No Estado do Piauí	Projeto apoiado	unidade	10	0	0		
1865 - No Município de Cedro de São João - SE	Projeto apoiado	unidade	1	0	0		
7004 - Peritoró - MA	Projeto apoiado	unidade	1	0	0		
Total	Projeto apoiado	unidade	12	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							

O valor orçamentário desta ação foi totalmente contingenciado

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	12OB					Tipo: Projeto	
Título	Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação						
Iniciativa	00I3 - Transferência de Perímetros Públicos de Irrigação						
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.						
Programa	2013 - Agricultura Irrigada					Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não
0001 - Nacional	15.715.119	13.011.396	9.938.098	7.511.151	6.507.647	1.003.504	2.426.947
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001 - Nacional	Perímetro irrigado transferido	unidade	12	9	0		

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas		
Subtítulo (cod/desc)	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado
0001 - Nacional	2.827.184	42.450	12	Perímetro irrigado transferido	unidade	0

Foram concluídos com recursos de restos a pagar a elaboração do plano diretor dos perímetros irrigados senador Nilo Coelho e Bebedouro - Petrolina; manutenção e seguro de veículos; fornecimento de tubos e conexões para implantação de adutora em lotes do perímetro de irrigação Nupeba; manutenção e calibração de medidores de vazão e seus periféricos utilizados nos perímetros públicos irrigados de Nilo Coelho, Curaçá, Mandacaru, Maniçoba e Gortuba.

Foram executados serviços continuados de vigilância armada; despesas com energia elétrica e viagens; pagamento de taxas, contribuições e cobranças pelo uso de recursos hídricos de domínio da União dos Perímetros Públicos de Irrigação Bebedouro, Betume, Boacica, Cotinguiba-Pindoba, Curaçá, Itiúba, Jaíba, Mandacaru, Maniçoba, Nilo Coelho, Pirapora, Propriá e Tourão.

Em execução levantamento cadastral das infraestruturas de uso comum do perímetro de irrigação de Bebedouro, Petrolina-PE; serviços de vigilância; prestação de serviço de atualização, customização e treinamento para o Sistema de Apoio à Gestão de Perímetros - GAPI, instalado no Escritório de Apoio Técnico de Barreiras e serviços de assistência técnica e extensão rural - ATER nos Perímetros de Irrigação de Curaçá, Maniçoba, Mandacaru e Tourão.

Perímetro Tourão - BA

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 14.237 ha e atende a 51 produtores. Os recursos inscritos em restos a pagar foram utilizados na recuperação de 09 (nove) transformadores de força das estações de bombeamento; fornecimento, testes, carga e transporte de chaves de partida suave, relógios, reles de proteção e chaves corta circuito, visando a modernização das estações de bombeamento no perímetro irrigado de Tourão.

Perímetro Bebedouro - PE

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 2.418 ha com um total de 121 produtores. Em 2015 foi concluída a elaboração do Plano Diretor dos perímetro. Em execução os serviços de assistência técnica e extensão rural para os pequenos produtores – ATER e elaboração de projeto de recuperação de áreas degradadas – PRAD, bem como efetuado pagamento de taxas e contribuições.

Perímetro Nilo Coelho – PE

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 18.562 ha e atende a 2.337 produtores. Em 2015, foi concluída a elaboração do Plano Diretor dos perímetro. Em execução os serviços de assistência técnica e extensão rural para os pequenos produtores – ATER e elaboração de projeto de recuperação de áreas degradadas – PRAD.

Perímetro Mirorós - BA

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 2.159 ha e atende a 186 produtores. Em 2015, foram destinados recursos da para operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum, despesas com energia elétrica, vigilância armada; manutenção do medidor de vazão do perímetro; pagamento de taxas e contribuições e despesas com manutenção de veículos.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	140X					Tipo: Projeto	
Título	Regularização Ambiental e Fundiária de Perímetros Públicos de Irrigação						
Iniciativa	00HD - Promover a regularização ambiental e fundiária em projetos públicos de irrigação com transferência da titularidade dos lotes aos produtores						
Objetivo	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.						
Programa	2013 - Agricultura Irrigada					Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0001 - Nacional	850.000	850.000	619.130	252.562	33.993	218.569	366.568
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001 - Nacional	Regularização efetivada	unidade	8	6	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas			
Subtítulo (cod/desc)	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
0001 - Nacional	4.726.611	253.430	0	Regularização efetivada	unidade	0	

A maioria dos projetos possui situações ambientais passíveis de regularização, que estão sendo trabalhadas por meio do cumprimento das condicionantes à medida que são aportados recursos. As principais ações objetivam ao atendimento das condicionantes presentes nas licenças de operação dos Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf.

No ano de 2015, foram empenhados recursos em ações ambientais no valor de R\$ 464.544,15, conforme discriminado no quadro abaixo.

Quadro 3.3.1.2.1 - Empenhos realizados para regularização ambiental dos projetos de irrigação - 2015

Local de Empenho	Finalidade	Valor
Sede	Estudos ambientais, CAR, etc.	381.921,20
1ª/SR	Manutenção da Reserva Legal do Projeto Jaíba	52.273,00
2ª/SR	Capacitação - INEMA - CEFIR	2.813,20
2ª/SR	Custas cartoriais - Regularização - CEFIR	1.582,50
2ª/SR	Vistorias – Ações de Educação Ambiental	19.567,37
6ª/SR	Capacitação INEMA - CEFIR	2.348,34
6ª/SR	Custas cartoriais - Regularização CEFIR	4.038,54
TOTAL		464.544,15

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	20EY			Tipo: Atividade			
Título	Administração de Perímetros Públicos de Irrigação						
Iniciativa	021B - Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse social						
Objetivo	0543 - Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional						
Programa	2013 - Agricultura Irrigada			Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0001 - Nacional	47.578.321	84.155.103	69.841.373	59.588.568	52.804.937	6.783.632	10.252.805
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001 - Nacional	Perímetro irrigado mantido	unidade	19	16	15		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas			
Subtítulo (cod/desc)	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
0001 - Nacional	22.820.759	13.190.406	15.950	Perímetro irrigado mantido	unidade	4	

Recursos da Loa e de restos a pagar foram utilizados concomitantemente para as atividades de operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum dos perímetros de irrigação.

No exercício de 2015 foram utilizados recursos para pagamento de despesas com limpeza de canais e galerias de sucção em estações de bombeamento e despesas administrativas nos escritórios de apoio na administração do Sistema Itaparica.

Executados serviços técnicos especializados para supervisão e fiscalização das atividades de operação e manutenção nos perímetros de Pedra Branca, da Borda do Lago, Rodelas e Glória.

Em execução serviços de apoio técnico à manutenção eletromecânica da infraestrutura de uso comum dos Perímetros Irrigados do Boacica e do Itiúba, fabricação e o transporte de 1.500 caixas de concreto armado para os perímetros de Irrigação Fulgêncio, Brígida e Icó-Mandantes; serviços técnicos de gestão integrada de operação e manutenção das infraestruturas de irrigação de uso comum, assim como, apoio técnico às atividades produtivas dos perímetros de irrigação Apolônio Sales, Barreiras, Icó-Mandantes e Manga de Baixo.

Perímetro de Irrigação Betume - SE

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 2.860 ha e atende a 753 produtores.

Recursos de restos a pagar foram utilizados para limpeza interna e externa de canais de irrigação; execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER para os pequenos produtores; aquisição de manilhas, para melhoria do sistema de drenagem e irrigação dos lotes do perímetro; aquisição de peças para utilização na recuperação de eletrobomba.

Perímetro de Irrigação Cotinguiba/Pindoba – SE

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 2.232 ha e atende a 475 produtores.

Em 2015, foram destinados recursos para operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum, com a execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER para os pequenos produtores; recuperação de veículos; aquisição de combustíveis e rolamentos para utilização na manutenção preventiva de motores elétricos.

Perímetro de Irrigação Propriá – SE

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 1.177 ha e atende a 311 produtores. Em 2015, foram realizados serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER para os pequenos produtores, aquisição de combustíveis e adquiridos materiais para fabricação de 250 comportas; adquiridos materiais para utilização na modernização da estação de bombeamento do perímetro; serviços de fornecimento de energia elétrica.

Perímetro de Irrigação Itiúba - AL

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 900 ha e atende a 229 produtores. Em 2015, foram destinados recursos para operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum; prestados serviços de ATER aos pequenos irrigantes do perímetro.

Perímetro de Irrigação Apolônio Sales – PE

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 808 ha e atende a 101 produtores. Foram utilizados recursos para concluir a execução do projeto de automação do perímetro; na revitalização dos canais de aproximação do perímetro e manutenção de equipamentos de informática.

Perímetro de Irrigação Barreiras (Blocos 1 e 2) – PE

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 778 ha e atende a 138 produtores. Foram concluídas a execução do projeto de automação do perímetro e a revitalização dos canais de aproximação do perímetro.

Perímetro de Irrigação Icó-Mandantes – PE

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 2.187 ha e atende a 650 produtores. Recursos de restos a pagar foram utilizados para revitalização dos canais de aproximação do perímetro; fornecimento, transporte e instalação de 02 conjuntos de barriletes para as estações de bombeamento EB 04 e EB 05 e manutenção de equipamentos de informática.

Perímetro de Irrigação Glória – BA

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 368 ha e atende a 126 produtores. Foram realizados serviços técnicos e fornecimentos para gestão da operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum do perímetro; execução dos serviços técnicos de gestão da operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum do perímetro.

Perímetro de Irrigação Rodelas – BA

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 1.210 ha e atende a 401 produtores. Em 2015, executados serviços de administração, operação e manutenção do perímetro e fornecimentos de veículos, motocicletas e máquinas, peças de reposição.

Perímetro de Irrigação Brígida - PE

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 1.435 ha e atende a 428 produtores. Em 2015, foram destinados recursos para operação, manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum e apoio técnico às atividades produtivas do perímetro e manutenção de equipamentos de informática.

Perímetro de Irrigação Fulgêncio - PE

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 4.716 ha e atende a 1.554 produtores. Em 2015, foram destinados recursos para operação, manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum, apoio técnico às atividades produtivas do perímetro e manutenção de equipamentos de informática.

Perímetro de Irrigação Pedra Branca - BA

O perímetro de irrigação possui área irrigável de 2.371 ha e atende a 693 produtores. Em 2015, foram destinados recursos para operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum; pagamento de energia elétrica; serviços de medição da vazão das estações de bombeamento; despesas referentes ao levantamento de bens patrimoniais; prestação dos serviços de monitoramento e controle de qualidade da água dos serviços de abastecimento da água potável das agrovilas dos Perímetros.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	20WP					Tipo: Atividade	
Título	Reabilitação de Perímetros Públicos de Irrigação						
Iniciativa	021B - Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse social						
Objetivo	0543 - Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional						
Programa	2013 - Agricultura Irrigada					Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	PAC						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0001 - Nacional	6.647.823	6.647.823	6.202.424	600.471	575.700	24.771	5.601.953
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001 - Nacional	Perímetro reabilitado	unidade	5	5	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas			
Subtítulo (cod/desc)	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
0001 - Nacional	31.740.960	17.942.233	47.392	Perímetro reabilitado	unidade	0	

Esta ação contempla os perímetros do Baixo São Francisco (Propriá, Cotinguiba-Pindoba, Betume, Boacica e Itiúba), localizados nos estados de Sergipe e Alagoas, além do Perímetro Estreito, estado da Bahia, inseridos no Programa Mais Irrigação – PAC.

O objetivo da ação é revitalizar as infraestruturas de uso comum e concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da operação dos perímetros públicos de irrigação existentes, objetivando a transferência da gestão às organizações de produtores dos perímetros economicamente viáveis.

Perímetro de irrigação: Estreito (BA)

O perímetro de irrigação de estreito está localizado no município de Urandi, estado da Bahia, possui área irrigável de 7.973 ha e atende a 563 produtores.

Até 2015, foram realizados 17% das ações de reabilitação e modernização do empreendimento.

Em 2015, foram concluídas a recuperação de bombas das estações de bombeamento; executadas obras e serviços de modernização das estações de bombeamento.

Encontra-se com 78% de execução a recuperação hidro-eletromecânica das estações de bombeamento do nos setores: Maria Machado, Melk, Nacib I e Nacib II e fornecimento e montagem de conjuntos motobomba flutuantes de captação na Barragem de Cova da Mandioca.

Perímetro de irrigação: Betume (SE)

O perímetro de irrigação está localizado no município de Neópolis, estado de Sergipe, possui área irrigável de 2.860 ha e atende a 753 produtores.

Até 2015, foram realizados 22% das ações de reabilitação e modernização do empreendimento.

Em 2015 foram concluídos serviços de reabilitação parcial dos sistemas de drenagem; aquisição de eletrobombas.

Os recursos de restos a pagar na pavimentação granítica (paralelepípedos) de 8,5 km de trechos de corredores de escoamento da produção nos perímetro; execução de serviços de reabilitação mecânica de conjuntos de eletrobombas e serviços de georreferenciamento, cadastramento físico, jurídico, agrícola e econômico social das áreas do perímetro.

Perímetro de irrigação: Cotinguiba-Pindoba (SE)

O perímetro de irrigação Cotinguiba-Pindoba está localizado nos municípios de Propriá, Neópolis e Japoatã, estado de Sergipe, possui área irrigável de 2.232 ha e atende a 475 produtores.

Até 2015, foram realizados 23% das ações de reabilitação e modernização do empreendimento.

Concluídos serviços de reabilitação parcial dos sistemas de drenagem; aquisição de eletrobombas.

Os recursos de restos a pagar foram utilizados na pavimentação granítica (paralelepípedos) de 18,1 km de trechos de corredores de escoamento da produção com a construção de uma ponte sobre o riacho Pilões, dentro dos limites do perímetro; serviços de reabilitação mecânica de conjuntos de eletrobombas.

Perímetro de irrigação: Propriá (SE)

O perímetro de irrigação de Propriá está localizado no município de Propriá, estado de Sergipe, possui área irrigável de 1.177 ha e atende a 311 produtores.

Até 2015, foram realizados 23% das ações de reabilitação e modernização do empreendimento.

Concluídos serviços de reabilitação parcial dos sistemas de drenagem; aquisição de eletrobombas.

Os recursos de restos a pagar foram utilizados para execução serviços de pavimentação granítica (paralelepípedos) de 10,4 km de trechos de corredores de escoamento da produção nos perímetros; serviços de reabilitação mecânica de conjuntos de eletrobombas.

Perímetro de irrigação: Boacica (AL)

O perímetro de irrigação Boacica está localizado no povoado Coqueiro, município de Igreja Nova, estado de Alagoas, com área irrigável de 2.761 ha e atende a 770 produtores.

Até 2015, foram realizados 38% das ações de reabilitação e modernização do empreendimento.

Concluído a recuperação de canais de irrigação; fornecimento e instalação de centros de controle de motores - CCM, para reabilitação e modernização das instalações elétricas das estações de bombeamento; Fornecimento, carga, transporte e descarga materiais para bombas.

Foram concluídos com recursos de restos a pagar os serviços de elaboração do Projeto Básico de recuperação da estrutura da Estação de Bombeamento Principal – EBP

Os recursos de restos a pagar foram utilizados na elaboração dos projetos básicos de recuperação e adequação das redes de irrigação, drenagem, viária e de proteção interna do perímetro; contrato de aquisição de combustíveis; instalação de uma estrutura de captação e bombeamento de água; serviços de reabilitação mecânica de conjuntos de eletrobombas.

Perímetro de irrigação: Itiúba (AL)

Esse perímetro de irrigação de Itiúba está localizado no município de Porto Real do Colégio, estado de Alagoas, possui área irrigável de 900 ha e atende a 229 produtores.

Até 2015, foram realizados 21% das ações de reabilitação e modernização do empreendimento.

Foram concluídos com recursos de restos a pagar o fornecimento de 06 (seis) conjuntos de comportas deslizantes, com acionamento elétrico para o dique de contenção do Rio Itiúba; fornecimento e instalação de seis centros de controle de motores - CCM, para reabilitação e modernização das instalações elétricas das estações de bombeamento;

Em execução com recursos de restos a pagar a recuperação de canais de irrigação; elaboração dos projetos básicos de recuperação e adequação das redes de irrigação, drenagem, viária e de proteção interna dos perímetros.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	20N7					Tipo: Atividade	
Título	Provimento de Infraestrutura Produtiva para Arranjos Produtivos Locais - APLs - Plano Brasil sem Miséria						
Iniciativa	03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e aos arranjos produtivos locais						
Objetivo	0840 - Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.						
Programa	2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária					Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	BSM						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0001 - Nacional	200.000	200.000	133.883	110.801	110.801	0	
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001 - Nacional	Arranjo produtivo local apoiado	unidade	40	27	1		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas			
Subtítulo (cod/desc)	Valor em		Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
	01/01/2015	Liquidado					
0001 - Nacional	11.427	5.688	0	Arranjo produtivo local apoiado	unidade	15	
0060 - 5a. Regional - No Estado de Alagoas	12.032	0	0	Arranjo produtivo local apoiado	unidade	0	
Total	23.459	5.688	0	Arranjo produtivo local apoiado	unidade	15	

Em 2015, a grande maioria das ações de inclusão produtiva executadas pela Codevasf foram viabilizadas por meio da parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR/MI). Foram aplicados R\$ 13,5 milhões oriundos de movimentação de crédito por destaque orçamentário recebido, que possibilitaram o apoio a projetos e manutenção de estruturas preexistentes e apoio às ações de inclusão produtiva referente às rotas do mel, fruticultura, caprinocultura, agricultura familiar e do peixe, beneficiando 3.006 famílias.

Essas ações permitem a estruturação e o fortalecimento de processos produtivos, por meio da implantação de infraestrutura e aquisição de equipamentos e materiais para empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, visando criar acesso às oportunidades de mercado e desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de arranjos produtivos locais.

As atividades previstas no escopo da ação 20N7 são classificadas e apresentadas por Unidade Federativa, conforme detalhamento abaixo:

No estado de Alagoas

Foram realizadas a aquisição de material e equipamentos para ações de apoio e estruturação da apicultura (Rota do Mel) e aquicultura e pesca (Rota do Peixe) no Estado e a contratação dos serviços visando à construção de uma casa de farinha no povoado Konrad no município de Penedo.

No estado de Pernambuco

Foram realizadas despesas com a contratação de serviços continuados de apoio técnico para implantação de Kit's de produção do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, visando à estruturação das atividades produtivas no Estado; fornecimento, transporte, carga e descarga de tratores e máquinas agrícolas para ações de apoio e estruturação da agricultura familiar e da pecuária no Estado; contratação dos serviços visando à construção de duas unidades de beneficiamento de mel nos perímetros de irrigação Apolônio Sales e Icó Mandantes, no

município de Petrolândia; contratação de serviços para a reforma da unidade de beneficiamento de mel no Sítio Saquinho, no município de Manari; contratação dos serviços visando à construção dos Centros de Manejo Reprodutivo e Melhoramento Genético dos municípios de Parnamirim e Serrita; aquisição, transporte, carga e descarga de 40 reprodutores caprinos e ovinos, destinados à implantação e ampliação da capacidade de operação dos Centros de Manejo Reprodutivo e Melhoramento Genético de Santa Cruz, Parnamirim, Serrita e outros municípios, relativas ao Programa Brasil Sem Miséria – Inclusão Produtiva no Estado; contratação dos serviços relativos à implantação de dez Unidades de Multiplicação de Palma Irrigada (UMPs), nos municípios de Cedro, Bodocó, Serra Talhada, Ipubi e Águas Belas, do Projeto REPALMA; contratação dos serviços relativos à implantação de quinze Unidades de Multiplicação de Maniva Irrigada - UMMIs nos municípios de Araripina, Ipubi, Exu, Bodocó, Cedro, Buique, Caetés e Paranatama do Projeto RENIVA.

No estado de Sergipe

Foram realizadas despesas com contratação de serviços continuados de apoio técnico na implantação e acompanhamento de atividades relacionadas com apicultura, relativas ao Plano Brasil Sem Miséria – Inclusão Produtiva e aos Arranjos Produtivos Locais no Estado; aquisição de equipamentos completos para desintegrar, moer e picar capim, palma, milho, cana e mandioca, visando à estruturação das atividades produtivas no Estado.

Destaque para doação de 36 máquinas forrageiras/ensiladeiras para famílias apoiadas no âmbito das ações de fortalecimento da pecuária no estado.

No estado da Bahia

Foram realizadas despesas com a contratação dos serviços visando à construção de bodódromo na sede do município de Lapão; aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e implementos agrícolas para ações de apoio e estruturação da agricultura familiar, apicultura e aquicultura e pesca no Estado, na área sob a jurisdição da 2ª Superintendência Regional; contratação de serviços de apoio técnico na implantação de Kit's de produção para o apoio e estruturação da apicultura nos municípios de Remanso, Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado; aquisição de veículo, equipamentos, máquinas e implementos agrícolas para ações de apoio e estruturação da agricultura familiar no Estado.

Destaque para doação de 50 máquinas forrageiras/ensiladeiras para famílias apoiada em ações de fortalecimento da pecuária.

No estado do Piauí

Foram realizadas despesas com a contratação de empresa para a gestão técnica e operacional do Centro Tecnológico de Apicultura-CENTAPI e da Unidade Incubadora de Colméias, no município de Picos; aquisição, transporte, carga e descarga de equipamentos e materiais, destinados à implantação de ações de apicultura, agricultura familiar, aquicultura e demais atividades produtivas relativas ao Plano Brasil sem Miséria – Inclusão Produtiva e aos Arranjos Produtivos Locais no Estado. Está em executando a reforma/adequação de 20 unidades de extração de produtos da abelha.

No estado do Maranhão

Foram realizadas despesas com a aquisição de equipamentos de apoio e estruturação das atividades de industrialização e processamento de caju; aquisição de tanques de expansão para resfriamento de leite (2.000 litros) para ações de apoio e estruturação da ovinocaprinocultura e bovinocultura no Estado; aquisição de 1.127 caixas d'água de polietileno (500 litros) para ações de apoio e estruturação da agricultura familiar no Estado; contratação de serviços de apoio técnico para implantação de Kit's de produção do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água e do Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, visando à estruturação das atividades produtivas, bem como economia criativa.

No estado de Minas Gerais

Foi implantado um entreposto de mel no município de Bocaiúva.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	20N8					Tipo: Atividade	
Título	Promoção de Iniciativas para o Aprimoramento da Produção e Inserção Mercadológica - Plano Brasil sem Miséria						
Iniciativa	03G7 - Promoção e desenvolvimento dos canais de comercialização, do encadeamento produtivo e do desenvolvimento de fornecedores fixados no território						
Objetivo	0840 - Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.						
Programa	2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária					Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	BSM						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0001 - Nacional	400.000	400.000	112.058	70.229	70.229	0	41.828
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001 - Nacional	Tecnologia aplicada	unidade	3	1	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas			
Subtítulo (cod/desc)	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
0001 - Nacional	119.945	57.150	4.884	Tecnologia aplicada	unidade	12	

Os recursos destinados para esta ação objetivam a capacitação e o intercâmbio de produtores, a promoção de eventos técnicos e o apoio na participação em eventos de comercialização e contratação de consultorias, visando criar acesso às oportunidades de mercado, desenvolver os canais de comercialização, de encadeamento produtivo e de desenvolvimento de fornecedores nas economias em múltiplas escalas.

A maior parte dos recursos desta ação é oriunda da parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR/MI). No Exercício foram liquidados um total de R\$ 3,3 de recursos de Loa e Restos a Pagar, onde R\$ 3,2 milhões são provenientes do Ministério da Integração Nacional - MI.

As principais realizações no exercício, por estado foram:

No estado de Alagoas

Foram realizadas despesas com a locação de veículos e pagamento de diárias para deslocamentos de técnicos para o acompanhamento de ações da Empresa; a contratação de serviços de vigilância armada e desarmada e de serviços de administração, manutenção e operação para o Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Itiuba; contratação de serviços de vigilância armada e desarmada para a Unidade de Beneficiamento de Pescado de Penedo/AL; contratação dos serviços de capacitação dos beneficiários dos Kit's de apicultura; aquisição de ração para peixes visando à estruturação e apoio às atividades de aquicultura e pesca no Estado; locação de veículos e publicações institucionais, na área sob jurisdição da 5ª Superintendência Regional

No estado da Bahia

Foram realizadas despesas com aquisição de passagens e pagamento de diárias para deslocamentos de técnicos para o acompanhamento de ações da Empresa no estado da Bahia; contratação de serviços de vigilância armada e desarmada para o Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e

Aquicultura de Ceraíma; serviços de administração, manutenção e operação dos Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Ceraíma e de Xique-Xique e do Centro de Capacitação em Bases Tecnológicas para o Semiárido-CEBATSÁ; aquisição de combustível e publicações institucionais, na área sob a jurisdição da 2ª e da 6ª Superintendências Regionais.

No estado de Minas Gerais

Foram realizadas despesas com a manutenção de veículos; com a manutenção e operação do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Três Marias; com a manutenção e operação da Unidade de Bovinocultura de Brasilândia, na área sob a jurisdição da 1ª Superintendência Regional; aquisição de passagens e pagamento de diárias para deslocamentos de técnicos para o acompanhamento de ações da Empresa e manutenção de veículos; contratação de serviços de vigilância armada e desarmada para o Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Gorutuba, na área sob jurisdição da 1ª Superintendência Regional; contratação de serviços de atualização e reedição do Manual de Criação de Caprinos e Ovinos e de serviços de diagramação dos documentos técnicos produzidos respectivamente pelo Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Três Marias e pelo Escritório de Apoio Técnico de Morada Nova de Minas; contratação de serviços de hospedagem de pequenos produtores em visita técnica às estruturas de produção e beneficiamento de produtos apícolas na cidade de Ipatinga-MG; manutenção de veículos; e publicações institucionais, na área sob a jurisdição da 1ª Superintendência Regional.

No estado do Maranhão

Foram realizadas despesas com o fornecimento, transporte, carga e descarga de ração extrusada para peixe, destinada a implantação de ações relativas ao Programa Brasil Sem Miséria - Inclusão Produtiva e com publicação institucional, na área sob a jurisdição da 8ª Superintendência Regional.

No estado de Pernambuco

Foram realizadas despesas com a contratação de serviços de vigilância armada e desarmada, administração e manutenção e operação do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Bebedouro; pagamento de despesas de diárias para deslocamentos de técnicos para o acompanhamento de ações da Empresa, na área sob a jurisdição da 3ª Superintendência Regional.

No estado do Piauí

Despesas com a contratação de serviços para a capacitação de ovinocaprinocultores e apicultores; contratação de serviços de vigilância armada no Centro de Referência em Aquicultura e Recursos Pesqueiros do Parnaíba-CERAQUA; contratação de empresa para elaboração de projetos executivos, inclusive regularização ambiental e fundiária, para reforma e adequação de Unidades de Extração dos Produtos de Abelha-UEPAS em diversos municípios e elaboração do projeto executivo de reforma e adequação do prédio da Central de Cooperativas do Semiárido Piauiense-CASA APIS, na área sob a jurisdição da 7ª Superintendência Regional.

No estado do Sergipe

Foram realizadas a contratação de serviços de vigilância armada e desarmada, administração, manutenção e operação do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Betume; pagamento de diárias para deslocamentos de técnicos para o acompanhamento de ações da Empresa; contratação de serviços de análise de solo; manutenção de veículos e equipamentos de informática; publicações institucionais, na área sob jurisdição da 4ª Superintendência Regional.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	20N9					Tipo: Atividade	
Título	Apoio ao Associativismo e Cooperativismo - Plano Brasil sem Miséria						
Iniciativa	03G3 - Apoio e institucionalização de associações e cooperativas, inclusive com a consolidação de redes de APLs						
Objetivo	0840 - Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.						
Programa	2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária					Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	BSM						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0001 - Nacional	200.000	200.000	51.418	46.938	46.938	0	4.480
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001 - Nacional	Organização apoiada	unidade	40	10	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas			
Subtítulo (cod/desc)	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
0001 - Nacional	132.641	49.362	48.179	Organização apoiada	unidade	6	

Os recursos destinados para esta ação visam o desenvolvimento de atividades voltadas para cooperativas e associações de produtores localizadas em arranjos produtivos locais identificados pelo Ministério da Integração Nacional, tendo como foco a promoção de seminários e oficinas de planejamento, o apoio à instalação de redes de informação e de instrumentos de comunicação, a capacitação de recursos humanos, a estruturação de serviços de apoio aos sistemas produtivos locais, entre outras. Essa ação objetiva ampliar as oportunidades de acesso ao mercado e ao desenvolvimento do arranjo produtivo local, apoiar a organização social de atores, fomentar a gestão compartilhada do desenvolvimento, estimular a sinergia de ações, o comprometimento e a capacidade de identificação e encaminhamento de demandas, por meio da formação de capital social, dar maior viabilidade e sustentabilidade às atividades produtivas, fortalecendo o associativismo e o cooperativismo como opções de organização social e produtiva.

Em 2015, foram realizadas despesas com a aquisição e fornecimento de ração para peixes; aquisição de peças, pagamento de seguro e manutenção de veículos pertencentes às frotas da 1ª e 6ª Superintendências Regionais; fornecimento de coffee break durante o 12º Seminário de Apicultura; serviço de Internet e telefone; e pagamento de serviços de publicações pela Imprensa Nacional; serviços de operação do Entrepasto de Mel de Campo Maior e com publicações institucionais na área sob a jurisdição da 7ª Superintendência Regional; contratação de serviços de apoio ao XII Seminário de Apicultura do Norte de Minas Gerais e manutenção de veículos, na área sob a jurisdição da 1ª Superintendência Regional.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	20WQ					Tipo: Atividade	
Título	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial						
Iniciativa	035S - Estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional						
Objetivo	0789 - Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial.						
Programa	2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária					Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0001 – Nacional	297.087	297.087	0	0	0	0	0
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001 - Nacional	-	-	0	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas			
Subtítulo (cod/desc)	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
0001 - Nacional	52.476	0	0	-	-	-	

Em 2013, foi contratada a empresa H.J. Freire Macedo para "Elaboração do Plano de Ação da Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE da Grande Teresina/PI", no valor de R\$ 291 mil. Em 2014, foram concluídos 86% dos serviços de elaboração do Plano de Ação com a entrega dos 4 (quatro) produtos que integram o contrato, sendo:

Produto 01 - Documento Técnico das Atividades Preliminares.

Produto 02 - Diagnóstico Situacional Participativo.

Produto 03 - Linhas Estratégicas de Intervenção.

Produto 04 - Plano de Ação Consolidado (foi concluído, mas aguarda evento de lançamento).

Em 9/9/2015, o Presidente da Codevasf, Sr. Felipe Mendes, após analisar a versão preliminar do Plano, sugeriu que fossem feitas algumas adequações. Em 12/11/2015, foi deliberado na 7ª Superintendência Regional o roteiro a ser seguido para a elaboração das modificações sugeridas pelo Presidente. Estas adequações serão realizadas e incorporadas ao Plano para conclusão do contrato nº 7.096.00/2013, que foi prorrogado por mais 180 dias (Resolução Regional nº 20/2016 de 9/3/2016), alterando o prazo de vigência para 7/9/2016.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO	
Código	7K66 Tipo: Projeto
Título	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado
Iniciativa	03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e aos arranjos produtivos locais
Objetivo	0840 - Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.
Programa	2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária

LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015

Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0021 - No estado do Maranhão	3.200.000	3.200.000	1.500.000	0	0	0	1.500.000
0022 - No estado do Piauí	37.856.600	39.856.600	18.284.596	473.001	473.001	0	17.811.595
0026 - No estado de Pernambuco	11.012.000	12.012.000	7.212.661	131.419	131.419	0	7.081.242
0027 - No estado de Alagoas	11.262.300	11.262.300	3.720.231	6.209	6.209	0	3.720.231
0029 - No estado da Bahia	34.738.100	35.738.100	23.605.616	627.607	573.204	54.403	22.978.008
0031 - No estado de Minas Gerais	19.671.750	19.671.750	8.864.272	278.486	278.486	0	8.585.786
0553 - No município de Aldeias Altas - MA	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0
0572 - No município de Balsas - MA	2.000.000	2.000.000	0	0	0	0	0
0577 - No município de Bela Vista do Maranhão - MA	1.250.000	1.250.000	978.100	7.883	5.966	1.917	970.217
0621 - No município de Fortaleza dos Nogueiras-MA	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0
0632 - No município de Grajaú - MA	2.700.000	2.700.000	1.200.000	0	0	0	1.200.000
0640 - No município de Itapecuru Mirim - MA	1.250.000	1.250.000	978.100	0	0	0	978.100
0690 - No município de Peritoró - MA	874.600	874.600	800.000	0	0	0	800.000
0708 - No município de Sambaíba - MA	1.000.000	1.000.000	249.502	0	0	0	249.502
0722 - No município de São Domingos do Azeitão - MA	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0
0739 - No município de São Raimundo das Mangabeiras - MA	1.700.000	1.700.000	0	0	0	0	0
0755 - No município de Tuntum - MA	1.000.000	1.000.000	1.000.000	14.822	12.872	1.950	985.178
0779 - No município de Arraial - PI	270.000	270.000	270.000	13.500	13.500	0	256.500
0800 - No município de Brejo do Piauí - PI	800.000	800.000	800.000	40.000	40.000	0	760.000
0801 - No município de Aroeiras do Itaim - PI	270.000	270.000	270.000	13.500	13.500	0	256.500
0814 - No município de Canto do Buriti - PI	500.000	500.000	0	0	0	0	0
0830 - No município de Corrente - PI	500.000	500.000	0	0	0	0	0
0840 - No município de Domingos Mourão - PI	270.000	270.000	0	0	0	0	0
0848 - No município de Floriano - PI	500.000	500.000	0	0	0	0	0

Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0860 - No município de Inhuma - PI	2.000.000	2.000.000	2.000.000	100.000	100.000	0	1.900.000
0863 - No município de Itainópolis - PI	270.000	270.000	270.000	13.500	13.500	0	256.500
0865 - No Município de Jacobina do Piauí - PI	270.000	270.000	270.000	10.462	10.462	0	259.538
0873 - No município de José de Freitas - PI	500.000	500.000	0	0	0	0	0
0904 - No município de Nossa Senhora dos Remédios - PI	800.000	800.000	800.000	40.000	40.000	0	760.000
0905 - No município de Novo Oriente do Piauí - PI	662.300	662.300	662.300	33.115	33.115	0	629.185
0906 - No município de Novo Santo Antônio - PI	270.000	270.000	270.000	0	0	0	270.000
0907 - No município de Oeiras - PI	612.300	612.300	612.300	30.615	30.615	0	581.685
0910 - No município de Paes Landim - PI	300.000	300.000	0	0	0	0	0
0916 - No município de Parnaíba - PI	500.000	500.000	0	0	0	0	0
0925 - No município de Picos - PI	4.000.000	4.000.000	0	0	0	0	0
0926 - No município de Pimenteiras - PI	500.000	500.000	300.000	0	0	0	300.000
0942 - No município de Santa Filomena - PI	270.000	270.000	270.000	0	0	0	270.000
0943 - No município de Santa Luz - PI	270.000	270.000	270.000	0	0	0	270.000
0947 - No município de Santo Antônio dos Milagres - PI	270.000	270.000	0	0	0	0	0
0979 - No município de Tamboril do Piauí - PI	700.000	700.000	400.000	0	0	0	400.000
0980 - No município de Tanque do Piauí - PI	300.000	300.000	300.000	0	0	0	300.000
0986 - No município de Várzea Grande - PI	300.000	300.000	0	0	0	0	0
0987 - No município de Vera Mendes - PI	270.000	270.000	270.000	0	0	0	270.000
1039 - No município de Crateús - CE	300.000	300.000	0	0	0	0	0
1689 - No município de Petrolina - PE	250.000	250.000	0	0	0	0	0
1816 - No município de Pão de Açúcar - AL	1.000.000	1.000.000	680.744	22.743	22.743	0	658.002
1821 - No município de Penedo - AL	700.000	700.000	481.592	0	0	0	481.592
1973 - No município de Bom Jesus da Lapa - BA	1.200.000	1.200.000	0	0	0	0	0
2020 - No município de Central - BA	500.000	500.000	0	0	0	0	0
2083 - No município de Ibititá - BA	1.000.000	1.000.000	1.000.000	27.449	20.969	6.480	972.551
2145 - No município de Jussara - BA	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0
2155 - No município de Lapão - BA	2.500.000	2.500.000	2.000.000	5.351	5.351	0	1.994.649
2283 - No município de São Gabriel - BA	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0
2445 - No município de Cabeceira Grande - MG	280.000	280.000	280.000	10.876	10.876	0	269.124
6500 - Nacional (Crédito Extraordinário)	0	5.000.000	5.000.000	0	0	0	5.000.000

Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
7082 - Em municípios - No estado da Bahia	1.000.000	1.000.000	900.000	0	0	0	900.000
7084 - Em municípios - No estado do Maranhão	2.162.300	2.162.300	972.115	0	0	0	972.115
7088 - Em municípios - No estado de Minas Gerais	9.112.300	9.112.300	3.228.539	118.354	118.354	0	3.110.185
7096 - Em municípios - No estado do Piauí	7.904.600	7.904.600	1.560.000	69.830	69.830	0	1.490.171
7140 - Na região metropolitana de São Luis - No estado do Maranhão	28.686.002	28.686.002	0	0	0	0	0
Total Geral	207.285.152	216.285.152	92.530.668	2.088.722	2.023.972	64.750	90.448.156

Execução Física das Ações - Metas						
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
0021 - No estado do Maranhão	Projeto apoiado	unidade	4	2	0	
0022 - No estado do Piauí	Projeto apoiado	unidade	253	116	16	
0026 - No estado de Pernambuco	Projeto apoiado	unidade	81	49	0	
0027 - No estado de Alagoas	Projeto apoiado	unidade	50	17	0	
0029 - No estado da Bahia	Projeto apoiado	unidade	192	127	0	
0031 - No estado de Minas Gerais	Projeto apoiado	unidade	172	78	0	
0553 - No município de Aldeias Altas - MA	Projeto apoiado	unidade	1	0	0	
0572 - No município de Balsas - MA	Projeto apoiado	unidade	2	0	0	
0577 - No município de Bela Vista do Maranhão - MA	Projeto apoiado	unidade	2	2	0	
0621 - No município de Fortaleza dos Nogueiras - MA	Projeto apoiado	unidade	1	0	0	
0632 - No município de Grajaú - MA	Projeto apoiado	unidade	1	0	0	
0640 - No município de Itapecuru Mirim - MA	Projeto apoiado	unidade	2	2	0	
0690 - No município de Peritoró - MA	Projeto apoiado	unidade	1	1	0	
0708 - No município de Sambaíba - MA	Projeto apoiado	unidade	2	1	0	
0722 - No município de São Domingos do Azeitão - MA	Projeto apoiado	unidade	2	0	0	
0739 - No município de São Raimundo das Mangabeiras - MA	Projeto apoiado	unidade	1	0	0	
0755 - No município de Tuntum - MA	Projeto apoiado	unidade	2	2	0	
0779 - No município de Arraial - PI	Projeto apoiado	unidade	1	1	0	
0800 - No município de Brejo do Piauí - PI	Projeto apoiado	unidade	1	1	0	
0801 - No município de Aroeiras do Itaim - PI	Projeto apoiado	unidade	1	1	0	
0814 - No município de Canto do Buriti - PI	Projeto apoiado	unidade	2	0	0	
0830 - No município de Corrente - PI	Projeto apoiado	unidade	2	0	0	
0840 - No município de Domingos Mourão - PI	Projeto apoiado	unidade	1	0	0	
0848 - No município de Floriano - PI	Projeto apoiado	unidade	2	0	0	
0860 - No município de Inhuma - PI	Projeto apoiado	unidade	1	1	0	
0863 - No município de Itainópolis - PI	Projeto apoiado	unidade	1	1	0	
0865 - No município de Jacobina do Piauí - PI	Projeto apoiado	unidade	1	1	0	
0873 - No município de José de Freitas - PI	Projeto apoiado	unidade	2	0	0	
0904 - No município de Nossa Senhora dos Remédios - PI	Projeto apoiado	unidade	1	1	0	
0905 - No município de Novo Oriente do Piauí - PI	Projeto apoiado	unidade	2	2	0	
0906 - No município de Novo Santo Antônio - PI	Projeto apoiado	unidade	1	1	0	
0907 - No município de Oeiras - PI	Projeto apoiado	unidade	1	1	0	
0910 - No município de Paes Landim - PI	Projeto apoiado	unidade	1	0	0	
0916 - No município de Parnaíba - PI	Projeto apoiado	unidade	2	0	0	
0925 - No município de Picos - PI	Projeto apoiado	unidade	1	0	0	

Execução Física das Ações - Metas					
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
0926 - No município de Pimenteiras - PI	Projeto apoiado	unidade	2	1	0
0942 - No município de Santa Filomena – PI	Projeto apoiado	unidade	1	1	0
0943 - No município de Santa Luz - PI	Projeto apoiado	unidade	1	1	0
0947 - No município de Santo A. dos Milagres - PI	Projeto apoiado	unidade	1	0	0
0979 - No município de Tamboril do Piauí – PI	Projeto apoiado	unidade	2	1	0
0980 - No município de Tanque do Piauí – PI	Projeto apoiado	unidade	1	1	0
0986 - No município de Várzea Grande - PI	Projeto apoiado	unidade	1	0	0
0987 - No município de Vera Mendes - PI	Projeto apoiado	unidade	1	1	0
1039 - No município de Crateús - CE	Projeto apoiado	unidade	1	0	0
1689 - No município de Petrolina - PE	Projeto apoiado	unidade	1	0	0
1816 - No município de Pão de Açúcar - AL	Projeto apoiado	unidade	1	1	0
1821 - No município de Penedo - AL	Projeto apoiado	unidade	1	1	0
1973 - No município de Bom Jesus da Lapa-BA	Projeto apoiado	unidade	2	0	0
2020 - No município de Central - BA	Projeto apoiado	unidade	1	0	0
2083 - No município de Ibititá - BA	Projeto apoiado	unidade	1	1	0
2145 - No município de Jussara - BA	Projeto apoiado	unidade	1	0	0
2155 - No município de Lapão - BA	Projeto apoiado	unidade	1	1	0
2283 - No município de São Gabriel - BA	Projeto apoiado	unidade	1	0	0
2445 - No município de Cabeceira Grande–MG	Projeto apoiado	unidade	1	1	0
6500 - Nacional (Crédito Extraordinário)	Projeto apoiado	unidade	0	0	0
7082 - Em municípios - No estado da Bahia	Projeto apoiado	unidade	12	11	0
7084 - Em municípios - No estado do Maranhão	Projeto apoiado	unidade	5	2	0
7088 - Em municípios - No estado de Minas Gerais	Projeto apoiado	unidade	144	51	0
7096 – Em municípios - No estado do Piauí	Projeto apoiado	unidade	32	6	0
7140 - Na região metropolitana de São Luis - No estado do Maranhão	Projeto apoiado	unidade	8	0	0
Total Geral	Projeto apoiado	unidade	1016	489	0

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas		
Subtítulo (cod/desc)	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado
0022 - No estado do Piauí	51.777.335	39.048.163	44.466	Projeto apoiado	unidade	3
0026 - No estado de Pernambuco	8.466.519	4.886.906	12.894	Projeto apoiado	unidade	0
0027 - No estado de Alagoas	12.939.911	7.436.953	129.834	Projeto apoiado	unidade	12
0029 - No estado da Bahia	26.334.904	15.372.079	295.441	Projeto apoiado	unidade	700
0031 - No estado de Minas Gerais	12.158.691	7.658.917	723.608	Projeto apoiado	unidade	372
0058 - Oeiras – PI	40.118	0	0	Projeto apoiado	unidade	0
0062 – Em municípios - No estado da Bahia	1.092.500	665.000	0	Projeto apoiado	unidade	0
0066 – Em municípios - No Estado da Bahia	1.560.001	417.997	20.082	Projeto apoiado	unidade	0
0068 – Em municípios - No estado de Alagoas	529.856	0	0	Projeto apoiado	unidade	0
0076 – Em municípios - No estado de Minas Gerais	507.964	296.832	0	Projeto apoiado	unidade	0
0084 - 2ª e 6ª SR - No Estado da Bahia	575.982	29.290	151.421	Projeto apoiado	unidade	0
0086 - Bacabal – MA	475.000	475.000	0	Projeto apoiado	unidade	0
0118 – No município de Timon - No estado do Maranhão	19.076	0	0	Projeto apoiado	unidade	0
0138 – Em municípios - No estado de Minas Gerais	394.655	46.156	0	Projeto apoiado	unidade	0
0360 – No município de Itacuruba – PE	5.520.733	114.618	0	Projeto apoiado	unidade	0
0611 – No município de Coroatá – MA	637.765	9.790	0	Projeto apoiado	unidade	0
0639 – No município de Itaipava do Grajaú – MA	500.000	25.000	0	Projeto apoiado	unidade	0

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas		
Subtítulo (cod/desc)	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado
0718 – No município de Santo Antônio dos Lopes – MA	3.803.142	3.800.867	0	Projeto apoiado	unidade	0
0752 - no município de Timon - MA	68.478	68.478	0	Projeto apoiado	unidade	0
0925 - No município de Picos - PI	1.425.000	1.425.000	0	Projeto apoiado	unidade	0
1689 - No município de Petrolina - PE	250.000	0	0	Projeto apoiado	unidade	0
2855 - No município de Natalândia-MG	76.382	76.382	0	Projeto apoiado	unidade	0
7000 - Em municípios - No estado de Alagoas	9.002.846	8.279.989	0	Projeto apoiado	unidade	0
7004 - Em municípios - No estado do Piauí	17.711.849	14.186.111	0	Projeto apoiado	unidade	2
7006 - Em municípios - No estado de Alagoas	825.544	29.943	0	Projeto apoiado	unidade	1
7008 - 2ª e 6ª SRs - No estado da Bahia	741.500	347.693	0	Projeto apoiado	unidade	0
7024 - Em municípios - No estado do Ceará	1.425.000	1.425.000	0	Projeto apoiado	unidade	0
7028 - Em municípios - No estado de Minas Gerais	3.034.929	1.166.185	115.731	Projeto apoiado	unidade	327
7040 - Em municípios - No Estado da Bahia	5.009.470	2.385.154	0	Projeto apoiado	unidade	0
7082 - Em municípios - No estado da Bahia	571.188	532.956	35.343	Projeto apoiado	unidade	18
7084 - Em municípios - No estado do Maranhão	6.946.412	5.570.624	4.257	Projeto apoiado	unidade	476
7088 - Em municípios - No estado de Minas Gerais	4.200.551	2.847.457	294.936	Projeto apoiado	unidade	327
7094 - Em municípios - No estado de Pernambuco	1.000.000	50.000	0	Projeto apoiado	unidade	0
7096 - Em municípios - No estado do Piauí	5.690.295	3.342.360	18.462	Projeto apoiado	unidade	2
Total Geral	185.313.594	122.016.900	1.846.473	Projeto apoiado	unidade	2240

A ação tem como finalidade a realização de ações voltadas ao fortalecimento da capacidade produtiva local, inclusive com a aquisição de máquinas e equipamentos, construção de equipamentos urbanos, implantação de infraestrutura social de apoio à produção, construção de obras civis, implantação de sistemas de geração de energia, canalização, tratamento e abastecimento de água e transporte, melhorando a qualidade de vida nos municípios localizados em regiões estagnadas e proporcionando dinamização das economias locais.

Seus recursos orçamentários são oriundos de emendas parlamentares que, em sua maioria, têm as metas e objetos definidos ou ajustados no final do exercício, impossibilitando a execução/conclusão das ações no mesmo exercício, gerando os restos a pagar, cujas liquidações só ocorrerão ao longo dos exercícios seguintes.

Parte dos recursos desta ação foram utilizados para cobertura de despesas necessárias para dar suporte à execução dos projetos/atividades desenvolvidos nas superintendências regionais nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí, tais como deslocamento de funcionários, combustíveis, publicidade, serviços, materiais e equipamentos e aquisição de veículos.

No Estado do Piauí – (Subtítulos: 0022,7004 e 7096)

Concluídos com restos a pagar recuperação de 5,13km de estradas no município de Jatobá do Piauí e elaboração de projetos executivos para pavimentação de vias públicas, construção e/ou reforma de praças públicas municipais e construção de casas de farinha, incluindo regularização ambiental e fundiária, nos municípios de Olho d'Água do Piauí, Santa Rosa do Piauí, São João da Varjota, São Luis do Piauí, São Pedro do Piauí, Boqueirão, Caxingó, Monte Alegre, Queimada Nova, Santo

Antônio dos Milagres, Pajeú do Piauí, Corrente,, Cristino Castro e Vila Nova do Piauí, no Estado do Piauí.

Adquirido servidor de rede da marca DELL; execução das obras de pavimentação em paralelepípedo município de Santo Antônio dos Milagres, no estado do Piauí.

Adquiridos com restos a pagar uma retroescavadeira e uma pá carregadeira sobre rodas.

No Estado de Pernambuco – (Subtítulo: 0026)

Com recursos de restos a pagar foi concluída a readequação do sifão dos taludes da barragem do Cachimbo no município de Parnamirim; adquiridos tablets, impressoras, aparelhos de TV; 15 computadores completos, 12 aparelhos de ar condicionado e 10 refrigeradores tipo frigobar.

Encontra-se em andamento as obras e serviços relativos à manutenção e limpeza do reservatório, execução das obras e serviços necessários para perfuração e instalação de poços tubulares; construção/reforma/ampliação das adutoras na comunidade de Ponta da Serra no município de Petrolina.

No Estado de Alagoas – (Subtítulo: 0027)

Em 2015 com recursos de restos a pagar foram adquiridas 1.404 máquinas destinadas a implantação de ações de pecuária e agricultura familiar visando a inclusão produtiva e o fortalecimento do Arranjos Produtivos Locais, adquiridos 06 tratores agrícolas, 06 carretas agrícolas e 06 grades aradoras; fornecimento de máquinas e equipamentos para cooperativa CPLA, em apoio a em apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local.

No Estado da Bahia – (Subtítulos: 0029, 0066, 2083 e 7082)

Com recursos da Loa foram adquiridos tubos e reservatórios para implantação de sistema de abastecimento de água em diversas localidades rurais no âmbito da 2ª SR/BA, bem como veículos e equipamentos.

Em 2015 foram utilizados recursos de restos a pagar para aquisição de máquinas, equipamentos, veículos e implementos agrícolas; aquisição de caminhão basculante e cilindro hidráulico; aquisição de equipamentos e materiais para realização de serviço de instalação de rede lógica e telefônica; caminhão motor, sistema de tração 6x4, 280 CV e fornecimento de uma centrífuga radial elétrica 110 ou 220 V; recuperação de estradas vicinais e pavimentação asfáltica de ruas.

Com recursos de restos a pagar foram concluídas: as obras de construção de ponte de concreto armado no município de Mansidão; obras e serviços de construção de módulos de banheiros com vaso sanitário, lavatório, reservatório tanque séptico e sumidouro em diversos municípios na abrangência da 2ª SR/BA; perfuração de 98 poços tubulares e montagem de 76 poços tubulares em 11 municípios; Recuperação de estradas vicinais e perfuração de poços no município de Lapão – BA; serviço de limpeza e desassoreamento de aguadas nos municípios de Jaguarari, Pilão Arcado e Remanso; fornecimento reservatórios de 5.000 e 10.000 litros para aquisição de água potável.

Foram adquiridos conjunto de eletrobombas e materiais eletromecânicos para modernização do perímetro irrigado do Tatauí no município de Sobradinho, maquinas como assadeira para pão francês; fornecimento, transporte, carga e descarga de 340 unidades de kits de madeira aparelhada; adquiridos 72.500 kg de ração extrusada; caixa fabricada em isopor, com capacidade de 180 litros; adquiridos desintegrador, rolo compactador rebocável e uma máquina de costura industrial.

No Estado de Minas Gerais – (Subtítulos: 0031, 0076, 7028 e 7088)

Em 2015 foram realizados com recursos de restos a pagar a perfuração de poços tubulares no âmbito de atuação da 1ª SR/MG; pavimentação de ruas nos municípios de Ubaí, Bonito de Minas e Buritizero - MG; pavimentação e drenagem nos municípios de Manga, São João da Ponte, Janaúba e fornecimento de kits de irrigação para uso em pequenas áreas.

Adquiridos os seguintes itens: fornecimento de 13 caminhões, 07 compactadores de lixo, 03 pipa, 01 leve e 02 basculante; 180 máquinas de costura e tecidos para atender 45 APLs – Arranjos

Produtivos Locais; 02 barcos com motores para atividade pesqueira; 225 (duzentos e vinte e cinco) cadeiras giratórias destinadas a APLs de Corte e Costura; 45 máquinas para bater botões e ilhoses destinadas ao atendimento de APLs; equipamentos destinados a utilização na pesca para apoio a pescadores e piscicultores; implementos agrícolas - 41 grades aradoras, 36 tratores; 04 colhedoras, 02 picadeiras/ensiladeiras, 08 plantadeiras, 20 desintegradores/moedores/picadores, 43 carretas agrícolas, 04 distribuidores de calcário, 19 guinchos, 03 sulcadores leves, 01 roçadeira, máquinas agrícolas, 03 pás carregadeiras, 05 tanques de 800 litros e 04 tanques de 1500 litros; material de avicultura; material permanente destinado à Assoc. dos Prod. de Palmito da Estrada Real da Região dos Inconfidentes; kits de irrigação para atendimento a pequenos produtores rurais do município de Bonfinópolis de Minas/MG; reservatórios de polietileno de 5.000 e 10.000 litros.

No Estado do Maranhão – (Subtítulos: 0021, 0577, 0752, 0755 e 7084)

Em 2015 foram liquidados recursos oriundos da LOA visando execução de obras do sistema de prevenção e combate a incêndio e adequação a acessibilidade e mobilidade das instalações do edifício da 8ª SR/MA; instalação e manutenção de sistema de segurança eletrônica no galpão do programa 2029 (Brasil Sem Miséria) em São Luís/MA; pavimentação asfáltica no município de Bela Vista e Tuntum.

Em execução: com 90% de realização as obras e serviços de recuperação das paredes dos tanques e execução da drenagem superficial da área da unidade de piscicultura do IFMA de São Raimundo das Mangabeiras/MA; recuperação de estradas vicinais no município de Gonçalves Dias e celebrados convênios visando implantação de infraestrutura nos municípios no estado do Maranhão.

Com restos a pagar foram adquiridos máquinas agrícolas e kits de irrigação com capacidade para irrigar área de 500m²; aquisição de alevinos para atender a Unidade de Piscicultura da Associação de Piscicultura Familiar do Riacho Fundo, no Município de São João dos Patos.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	10GM					Tipo: Projeto	
Título	Estudos e Projetos de infraestrutura Hídrica						
Iniciativa	023J - Elaboração de planos e estudos no âmbito da infraestrutura hídrica						
Objetivo	0549 - Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica						
Programa	2051 - Oferta de Água					Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	PAC						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0001 - Nacional	2.700.000	2.700.000	290.968	6.184	6.184	0	284.784
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001 - Nacional	Estudo realizado	unidade	2	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas			
Subtítulo (cod/desc)	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
0001 - Nacional	9.757.205	1.842.491	529.964	Estudo realizado	unidade	1	

Esta ação visa à elaboração de estudos de reconhecimento, técnico-econômicos, estudos de pré-viabilidade, estudos de viabilidade e estudos ambientais (EIA's), elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia para serem utilizados como subsídios na confecção de projetos de infraestrutura hídrica.

Devido às restrições orçamentárias e financeiras no exercício de 2015, foram realizadas, com recursos da LOA, apenas despesas administrativas, tendo como destaque o pagamento da taxa de Autorização de Supressão de Vegetação do Canal Xingó - SE.

Com os recursos inscritos em Restos a Pagar foi possível dar continuidade a estudos que estavam em andamento, destacando a conclusão do anteprojeto de engenharia do Estudo dos Diques da Baixada Maranhense – MA.

Segue abaixo a situação dos estudos de cada empreendimento cobertos por esta ação orçamentária em 2015.

Estudos dos Diques da Baixada Maranhense – MA

Os Diques da Baixada Maranhense são uma obra de engenharia com extensão de 71 km que permitirá a contenção de água doce nos campos naturais durante a estação chuvosa, retardando o seu escoamento para o mar sem alterar as cotas máximas naturais de inundação.

Calcula-se que essa água poderá chegar a beneficiar uma área de aproximadamente 1,5 milhão de hectares: além de servir ao consumo humano da população do entorno, ampliará o período de pesca artesanal, matará a sede das criações animais, poderá ser usada em agricultura familiar irrigada, pastagens irrigadas para pecuária leiteira, circulação de canoas, e ainda abrir a possibilidade do uso do dique para tráfego leve (bicicleta, motocicletas, carroças).

A área inundada (lago formado) está estimada em 618 mil hectares. Os efeitos ambientais esperados com a obra são a proteção das áreas mais baixas contra a entrada de água salgada pelos talwegues naturais (igarapés), protegendo assim os ecossistemas e os mananciais de água doce da região.

Além disso, os diques vão passar a armazenar a água da chuva que provém de uma precipitação média de 2 mil milímetros de janeiro a junho, e que no restante do ano é praticamente zero.

O aumento da oferta hídrica deverá contribuir para reduzir a pobreza na região e o êxodo rural em direção às metrópoles, propiciando novas alternativas de trabalho e renda para a população de Bacurituba, Cajapió, Matinha, Olinda Nova do Maranhão, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana, Arari, Cajari e Vitória do Mearim.

Em 2015 foi finalizada a elaboração do Anteprojeto de Engenharia que possibilitará dar início ao processo de implantação das obras dos diques de contenção.

Estudos do Canal do Xingó – SE

O Projeto Canal do Xingó, concebido pela Codevasf, caracteriza-se por um sistema adutor principal gravitatório, em segmentos de canais revestidos a céu aberto, intercalados por túnel, reservatórios e aquedutos, com captação no reservatório de Paulo Afonso IV, extensão total de 305,7 km e vazão de dimensionamento no seu trecho inicial de 32,99 m³/s. O trecho final foi dimensionado para a vazão máxima de 8,29 m³/s.

O arranjo geral do sistema adutor do Canal Xingó cruza os municípios de Paulo Afonso e Santa Brígida, no Estado da Bahia, e os municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória, no Estado de Sergipe.

O Sistema Xingó é um projeto sustentável de sistema adutor para abastecimento hídrico humano, industrial, animal e irrigação.

A região de interesse concentra os municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano nos Estados de Sergipe e Bahia (exceto Paulo Afonso) e, conseqüentemente, entre os mais baixos da Região Nordeste.

A população beneficiada está incluída em diversos segmentos:

- Assentamentos do INCRA (que são vários, muitos dos quais ainda não demarcados);

- Abastecimento urbano e rural;
- Modelos de desenvolvimento (pecuária, sequeiro e agroindústrias) em propriedades lindeiras ao longo da faixa do canal (10 km) e
- Em manchas de solo inaptas para irrigação, porém com potencial para outros usos.

Em 26/05/2014 foi dado início à elaboração do Anteprojeto de Engenharia da Fase I, que compreende desde a tomada d'água no Reservatório de Paulo Afonso IV até o denominado Reservatório R-5, no município de Poço Redondo/SE.

Essa fase I do sistema adutor é constituído por um túnel (logo a jusante da captação no reservatório de Paulo Afonso IV), 14 segmentos de canais (extensão total de 119,07 km), cinco barragens (R-1 a R-5) e oito aquedutos. O arranjo geral do sistema adutor da Fase I do Canal Xingó possui extensão total de 129,0 km.

Em 2015 o estudo foi paralisado por falta de recursos orçamentários e financeiros. Nesse ano foi executado 24% da elaboração do Anteprojeto, totalizando 40% de execução física.

Estudos de Perenização da Bacia do Rio Jacaré – BA

Com recursos da Secretaria de Infraestrutura Hídrica – SIH/MI, foi concluído a elaboração de estudos de pré-viabilidade, visando diagnosticar a situação atual da Bacia do Rio Jacaré, com área de 18.328 km² e propor alternativas para incrementar a oferta de água nesta região, formada por 23 municípios.

O estudo, concluído em 12/12/2014, demonstrou a inviabilidade das obras para a perenização da Bacia do Rio Jacaré.

Estudos do Sistema Adutor Rio São Francisco - Bacia do Rio Verde – BA

O projeto está localizado na região norte do estado da Bahia em áreas dos municípios de Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia, Gentio do Ouro e Ibipeba.

Além de garantir segurança hídrica à bacia do rio Verde a partir do rio São Francisco, o objetivo do estudo é ampliar essa garantia para outras fontes até a barragem de Mirorós, visando fornecer o reforço hídrico necessário à Adutora do Feijão, bem como proporcionar a segurança hídrica ao perímetro irrigado Mirorós.

A realização dos trabalhos envolve levantamentos de campo e ensaios geotécnicos para que se tenha a segurança necessária das soluções a serem apresentadas. Para tanto, deverão ser considerados os aspectos de engenharia, bem como aqueles relacionados às restrições e condicionantes ambientais que permeiam a melhor solução que deverá ser adotada.

Por meio dos estudos, será apresentado o diagnóstico da situação atual, propondo alternativas para incrementar a oferta de água na bacia do rio Verde com a possibilidade de construção de novos barramentos, poços tubulares, canais, adutoras, entre outros.

Será analisada também a viabilidade de suprimento hídrico a ser realizado diretamente do rio São Francisco e/ou do canal do projeto Baixio de Irecê, com as respectivas avaliações técnicas, econômicas e ambientais.

O aproveitamento dos recursos hídricos deverá se dar em harmonia com as peculiaridades da região, com visibilidade dos impactos negativos e positivos decorrentes das intervenções propostas.

Será considerada a inserção regional do empreendimento no desenvolvimento econômico e social, proteção do meio ambiente e transformações econômicas, sociais e ambientais da área de influência direta e indireta, dentre outros fatores.

Em 08/07/2014 a Codevasf contratou a elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental com elaboração do AIA, e a elaboração do anteprojeto de engenharia. Em 2015, devido à crise fiscal o contrato foi paralisado.

Estudos do Canal de Integração do Sertão Piauiense – PI

Visa a elaborar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, com elaboração do AIA – Avaliação de Impacto Ambiental, bem como, elaborar os Anteprojeto de Engenharia da

alternativa a ser selecionada, numa área de 138.541,00 km², localizada na Bacia Hidrográfica dos Rios Canindé/Piauí, Itaúeiras e Gurgueia, no estado do Piauí.

O estudo não foi iniciado, porque para a sua realização são necessários investimentos no valor de R\$ 22,7 milhões, porém apenas R\$ 2,5 milhões foram aprovados pelo Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (CGPAC).

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	140N				Tipo: Projeto		
Título	Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas						
Iniciativa	01LP - Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco (CE/PB/PE/RN)						
Objetivo	0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção						
Programa	2051 - Oferta de Água				Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0001 - Nacional	500.000	500.000	410.000	165.204	0	165.204	244.796
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001 - Nacional	Obra apoiada	unidade	4	3	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas			
Subtítulo (cod/desc)	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
0001 - Nacional	669.247	222.330	0	Obra apoiada	unidade	3	

Esta ação tem a finalidade de executar estudos, projetos e obras de revitalização ou recuperação e adequação de infraestruturas hídricas e ações complementares para assegurar a continuidade do abastecimento de água, por meio da revitalização de infraestruturas hídricas.

Com recursos inscritos em Restos a Pagar foram concluídas a recuperação de 3 (três) barragens em Alagoas: município de Feira Grande (Barragem Mercado dos Pereira) e no município de Campo Grande (barragens Mercado Grande e Itapicuru).

Essas barragens foram inseridas no Programa de Segurança de Barragens da Codevasf (PROSB), que tem por objetivo adequar a gestão de segurança estrutural e hídrica das barragens estratégicas, visando à redução de riscos de desastres e manutenção do abastecimento de água para seus empreendimentos, além da reabilitação e transferência das barragens construídas pela Empresa aos seus usuários, adequando-se às exigências da Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei nº 12.334/10).

Com recursos da Loa foram executados 40% da execução das obras e serviços necessários à recuperação da Barragem Água Fria, localizada no município de Floresta/PE.

Os estudos e projetos de recuperação de barragens deverão ser realizados com recursos inscritos em Restos a Pagar, no valor de R\$ 642.371,12, da Ação 8621 - Estudos para Obras de Infraestrutura Hídrica, conforme previstos no Programa de Segurança de Barragens da Codevasf (PROSB).

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	14RP					Tipo: Projeto	
Título	Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas						
Iniciativa	01LP - Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco (CE/PB/PE/RN)						
Objetivo	0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção						
Programa	2051 - Oferta de Água					Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	PAC						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0001 - Nacional	4.510.040	4.510.040	0	0	0	0	0
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001 - Nacional	Infraestrutura recuperada	unidade	22	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas			

As ações consistem na execução de estudos, projetos e obras de revitalização ou recuperação e adequação de infraestruturas hídricas e de ações complementares para assegurar a continuidade do abastecimento de água, por meio da revitalização de infraestruturas hídricas, com vistas a garantir a sua segurança.

O orçamento dessa ação foi totalmente contingenciado no exercício de 2015. As atividades foram desenvolvidas com recursos da Ação 20N4 - Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	14VI					Tipo: Projeto	
Título	Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água						
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas						
Objetivo	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas						
Programa	2051 - Oferta de Água					Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	PAC						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0001 - Nacional	29.700.000	10.760.000	1.166.644	284.586	0	284.586	882.058
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001 - Nacional	Obra executada	unidade	3	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas			
Subtítulo (cod/desc)	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
0001 - Nacional	37.134.243	24.747.304	0	Obra executada	unidade	0	

Os projetos dessa ação integram, na sua maioria, o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, também conhecidos como PAC Prevenção, lançado no mês de agosto de 2012 pelo Governo Federal, visando à execução de obras de ampliação da oferta de água no semiárido e para prevenção de inundações e deslizamentos. Os projetos a serem executados pela Codevasf visam à construção de barragens, adutoras e implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água.

A seguir são discriminadas as realizações em 2015 por estado:

No estado do Piauí

Em 2014 foram concluídas as elaborações dos projetos básicos das adutoras de Dirceu Arcoverde (10 km), Queimada Nova (18,3 km), São Raimundo Nonato (150 km) e Vila Nova (42,7 km), que são sistemas de captação, tratamento, adução, reservação e distribuição de água potável, incluindo regularização ambiental e fundiária, que visam atender a demanda de água potável de seus municípios e localidades. Em 2015 somente a Adutora Queimada Nova teve o Edital de obras publicado (em 30/04/2015), cuja licitação está em fase de conclusão. As obras das demais adutoras, devido às restrições orçamentárias e financeiras, não foram priorizadas nesse ano.

A Adutora Lagoa do Barro com extensão de 22,77 km de adutora e captação na Barragem Nova Fortaleza, localizada no município de Lagoa do Barro, teve suas obras contratadas em 2014, mas, em 2015 devido à crise fiscal não foram iniciadas.

Em 2015 foi dada continuidade às obras de implantação da Adutora Massapê com extensão de 12,02 km de extensão, localizada no município de Massapê, obtendo um avanço de 23% nesse ano, totalizado 63% de execução física.

Em 2014 foram iniciadas as ações para conclusão do Sistema Adutor do Sudeste Piauiense, que constitui a continuação da construção de adutora com extensão de 90 km (parte da Codevasf) e de extensão total de 142 km, contendo estações elevatórias, reservatórios de equalização. A adutora beneficiará as populações dos municípios de Padre Marcos, Caldeirão Grande, Marcolândia, Francisco Macedo, Belém do Piauí, Jaicós e Alegrete, no estado do Piauí. Em 2015 as obras foram paralisadas pela convenente, SEINFRA/PI, que afirma a necessidade de alteração no Plano de Trabalho para a continuidade das obras, porém a Secretaria não encaminhou o Plano à Codevasf para análise.

Em 2015 foi dada continuidade às obras de construção da 4ª etapa da Barragem Tinguis, localizada no município de Brasileira, região norte do Piauí, que terá capacidade de armazenar aproximadamente 295.000.000 m³ de água, e também foi dada continuidade às obras de construção da Barragem Pedregulho, em Dirceu Arcoverde/PI, com capacidade de 9.244.000m³ de água.

Vale ressaltar alguns fatores intervenientes que atrasaram a execução das obras dos empreendimentos citados acima:

- **Barragem Tinguis** - Atraso na entrega do Plano de Trabalho referente à 4ª etapa da obra pelo Instituto de Desenvolvimento do Piauí (IDEPI), órgão responsável pela execução da obra; Decreto Estadual de desapropriação vencido (emissão do novo Decreto ocorreu em setembro/2015); e atraso, por parte da Codevasf, na liberação dos recursos referentes à 7ª parcela do convênio; e
- **Barragem Pedregulho** - Atraso, por parte da Codevasf, na liberação dos recursos referentes à 10ª parcela do convênio com a Prefeitura de Dirceu Arcoverde.

No estado de Alagoas

Em 2015 foi dada continuidade à elaboração de projetos básicos de sistemas de abastecimento d'água (SAA) para consumo humano e aproveitamento hidroagrícola em comunidades rurais difusas localizadas nos municípios de Pariconha, Delmiro Gouveia e Água Branca, estado de Alagoas, localizados na área de influência do canal do Sertão Alagoano. O contrato encontra-se com 11% de execução física e a previsão de conclusão é para dezembro de 2016.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO		
Código	1851	Tipo: Projeto
Título	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica	
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas	
Objetivo	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas	
Programa	2051 - Oferta de Água	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária	
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015		
Execução Orçamentária e Financeira		

Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0026 - No estado de Pernambuco	3.244.600	3.244.600	2.695.673	0	0	0	2.695.673
0029 - No estado da Bahia	3.874.600	3.874.600	1.640.273	328.814	318.264	10.550	1.311.459
0031 - No estado de Minas Gerais	600.000	600.000	479.872	8.307	8.307	0	471.565
1576 - No município de Araripina - PE	150.000	150.000	75.000	0	0	0	75.000
1664 - No município de Lagoa Grande - PE	100.000	100.000	50.000	0	0	0	50.000
2324 - No município de Uibaí-BA	100.000	100.000	0	0	0	0	0
7010 - Em municípios - No estado de Pernambuco	1.800.000	1.800.000	990.272	7.021	4.561	2.460	983.251
7036 - Complexo de Abastecimento de Água Bom Jesus / Morro Cabeça no Tempo - No estado do Piauí	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0
7038 - Projeto de Irrigação Hildo Diniz - Em Colônia do Gurguéia - No estado do Piauí	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0
7042 - RIDE de Petrolina - No estado de Pernambuco	16.000.000	16.000.000	0	0	0	0	0
7046 - Interligação do Rio Parnaíba no município de União - PI ao Rio Marataoã no município de Barras - PI e ao Rio Longá no município de Buriti dos Lopes - PI	28.600.000	28.600.000	0	0	0	0	0
Total Geral	56.469.200	56.469.200	5.931.090	344.142	331.132	13.010	5.586.948

Execução Física das Ações - Metas						
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
0026 - No estado de Pernambuco	Obra executada	unidade	10	8	0	
0029 - No estado da Bahia	Obra executada	unidade	123	52	0	
0031 - No estado de Minas Gerais	Obra executada	unidade	20	16	0	
1576 - No município de Araripina - PE	Obra executada	unidade	1	1	0	
1664 - No município de Lagoa Grande - PE	Obra executada	unidade	1	1	0	
2324 - No município de Uibaí - BA	Obra executada	unidade	1	0	0	
7010 - em municípios - No estado de Pernambuco	Obra executada	unidade	11	6	0	
7036 - Complexo de Abastecimento de Água Bom Jesus / Morro Cabeça no Tempo - No estado do Piauí	Obra executada	unidade	1	0	0	
7038 - Projeto de Irrigação Hildo Diniz - Em Colônia do Gurguéia - No Estado do Piauí	Obra executada	unidade	1	0	0	
7042 - RIDE de Petrolina - No estado de Pernambuco	Obra executada	unidade	3	0	0	
7046 - Interligação do Rio Parnaíba no município de União - PI ao Rio Marataoã no Município de Barras - PI e ao Rio Longá no Município de Buriti dos Lopes - PI	Obra executada	Unidade	1	0	0	
Total Geral	Obra executada	Unidade	173	84	0	

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas		
Subtítulo (cod/desc)	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado
0021 - No estado do Maranhão	475.000	0	0	Obra executada	unidade	0
0026 - No estado de Pernambuco	2.219.620	412.131	0	Obra executada	unidade	29
0029 - No estado da Bahia	4.376.831	1.557.770	112.915	Obra executada	unidade	268
0031 - No estado de Minas Gerais	29.408	0	0	Obra executada	unidade	0
0058 - Em municípios do Norte do estado de Minas Gerais	51.209	50.286	0	Obra executada	unidade	0
0092 - 2ª e 6ª SR - No Estado da Bahia	74.090	40.890	0	Obra executada	unidade	0
0164 - Em Municípios - No estado de Pernambuco	192.371	0	0	Obra executada	unidade	0
7002 - Em Municípios - No estado da Bahia	889.960	118.776	0	Obra executada	unidade	0
7008 - Em Municípios - No estado de Pernambuco	3.154.286	997.857	0	Obra executada	unidade	0
7010 - em Municípios - No estado de Pernambuco	963.000	390.002	0	Obra executada	unidade	1
7012 - 2ª e 6ª SRs - No estado da Bahia	469.452	100.697	0	Obra executada	unidade	0
Total Geral	12.895.227	3.668.409	112.915	Obra executada	unidade	298

Esta ação tem a finalidade de executar obras de construção da infraestrutura hídrica de pequeno vulto, bem como suas ações complementares, visando assegurar o aumento da oferta de água em quantidade e qualidade de forma sustentável à população.

Os recursos orçamentários desta ação são oriundos de emendas parlamentares, as quais têm as metas e objetos definidos ou ajustados, em sua maioria, no final do ano, impossibilitando a execução/conclusão das ações no mesmo exercício, gerando os restos a pagar, cujas liquidações só ocorrerão ao longo dos exercícios seguintes.

Os resultados alcançados em 2015 por estado da federação foram:

No estado da Bahia (Subtítulo: 0029,0092,7002 e7012)

Com recursos da Loa foram realizados serviços de limpeza e desassoreamento de aguadas no estado da Bahia; adquiridos 2.296 caixas d'água de material fibra de vidro com capacidade 1.000, para acondicionamento de água potável, beneficiando 15.000 pessoas.

Com recursos de Restos a Pagar foram realizados a execução do serviço de recuperação e limpeza de 268 aguadas em diversos municípios no estado da Bahia e fornecimento de 368 kits de irrigação com capacidade para irrigar uma área de 500m².

No estado de Minas Gerais (Subtítulos: 0031 e 0058)

Os recursos da Loa e Restos a pagar foram utilizados para execução de serviços de perfuração de poços e aquisição de materiais para rede de abastecimento de água.

No estado de Pernambuco (Subtítulos: 7008 e 7010)

Com recursos da Loa e recursos de restos a pagar foi concluído o sistema simplificado de água no município de Ouricuri, estado de Pernambuco. Também foram executados obras e serviços relativos à manutenção e limpeza do reservatório de compensação, construção/reforma/ampliação das adutoras principal e secundária do Projeto de Irrigação da Comunidade de Ponta da Serra, zona rural, no Município de Petrolina; perfuração e instalação de poços.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	20N4					Tipo: Atividade	
Título	Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas						
Iniciativa	01LO - Operação e manutenção de infraestruturas hídricas						
Objetivo	0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção						
Programa	2051 - Oferta de Água					Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0001 - Nacional	700.000	700.000	241.537	37.074	26.365	10.710	204.463
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001 - Nacional	Infraestrutura mantida	unidade	2	1	1		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas			
Subtítulo (cod/desc)	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado	
0001 - Nacional	60.122	8.949	9.900	Infraestrutura mantida	unidade	0	

A Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), instituída pela Lei 12.334/2010, objetiva garantir a observância de padrões de segurança das barragens, através da fiscalização do poder público sobre o empreendedor, de maneira a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências, em especial, junto à população potencialmente afetada. Basicamente a PNSB define: as características das barragens que se enquadram na nova política, os instrumentos de controle e monitoramento, a competência dos fiscalizadores, e as responsabilidades do empreendedor da barragem.

A Lei determina ao empreendedor a responsabilidade legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-la, que inclui:

- i) operação e manutenção
- ii) inspeção periódica; e
- iii) elaboração, divulgação e atualização do Plano de Segurança de Barragens.

O artigo 18 da referida lei é específico sobre a necessidade de recuperação de barragens:

“Art. 18. A barragem que não atender aos requisitos de segurança nos termos da legislação pertinente deverá ser recuperada ou desativada pelo seu empreendedor, que deverá comunicar ao órgão fiscalizador as providências adotadas”.

O Programa de Operação Continuada (PROOC) da Codevasf objetiva a operação e manutenção contínua das 44 barragens da Empresa, bem como o atendimento dos monitoramentos e inspeções exigidos pela Lei 12.334/10 (Política Nacional de Segurança de Barragens) e Lei 9.433/97 (Política Nacional de Recursos Hídricos). A plena operação e manutenção das 44 barragens foram estimados em R\$ 3.000.000,00/ano.

Em 2015, foram realizadas as seguintes atividades: custeio das Inspeções Regulares de Segurança das 44 barragens construídas pela Codevasf (sendo 14 de propriedade da Codevasf); pagamento de

taxas e impostos; custeio dos serviços de vigilância da barragem Bico da Pedra (MG); limpeza e manutenção básica das barragens de Cova da Mandioca e Poço do Magro (BA).

Atualmente, os recursos orçamentários e humanos são insuficientes para atendimento das exigências da Lei 12.334/10 (Política Nacional de Segurança de Barragens).

Uma das alternativas para garantir a sustentabilidade orçamentária/financeira é que parte dos recursos das Taxas de Recursos Hídricos sob gestão das Agências Nacional de Águas (ANA) seja repassada à Codevasf para tal finalidade. Também, há necessidade de criação de uma unidade orgânica responsável pela gestão dessas infraestruturas hídricas e de funções de supervisores regionais de barragens, bem como a ampliação e qualificação da equipe.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	212M					Tipo: Atividade	
Título	Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Rios, Grandes Reservatórios e Canais de Perímetros de Irrigação						
Iniciativa	04EO - Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola						
Objetivo	0567 - Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplorados						
Programa	2052 - Pesca e Aquicultura					Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf						
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária						
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Subtítulo (cod/desc)	Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2015	
	Inicial	Atual	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processado
0001 - Nacional	400.000	400.000	29.832	21.138	21.138	0	8.694
Execução Física das Ações - Metas							
Subtítulo (cod/desc)	Descrição da Meta	Unidade Medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0001 - Nacional	Produtor capacitado	unidade	100	8	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Execução Orçamentária Financeira				Execução Física - Metas			

Não houve valores inscritos em Restos a Pagar Não Processado

A ação visa oferecer alternativa de trabalho a pequenos e médios produtores/irrigantes e a pescadores artesanais, inserindo-os na cadeia produtiva da aquicultura; revitalizar a pesca profissional a partir da diminuição do esforço de pesca sobre os estoques pesqueiros naturais, com possibilidade de recuperação de espécies de peixes em processo de extinção; e aumentar a produção de pescado.

Os recursos são destinados a atividades de manutenção e operação de unidades de capacitação em piscicultura, tanques-rede e viveiros escavados e capacitação de pequenos produtores, promovendo o incentivo ao crescimento da atividade piscícola.

Em 2015, devido ao contingenciamento orçamentário não foi possível realizar as capacitações previstas, sendo apenas realizadas despesas de segurança e locação de equipamentos com câmara e sistema de alarme; fornecimento de combustível para abastecimento dos veículos a serviço da Codevasf; locação de veículo e mão de obra para transporte, carga e descarga de equipamentos e materiais; e aquisição de equipamento de informática.

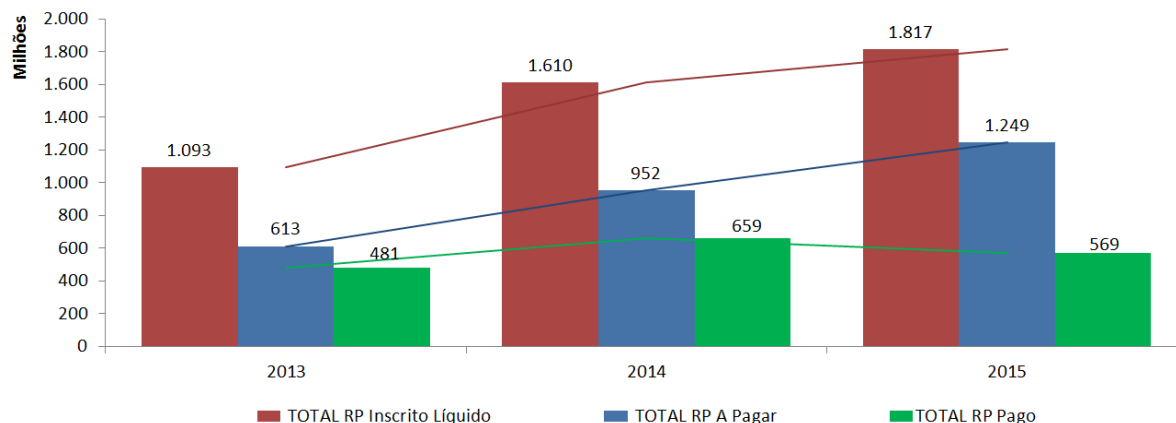
3.3.1.3. Ações não Previstas na LOA 2015 - Restos a Pagar não Processados - OFSS

Os Restos a Pagar – RP constituem compromissos financeiros exigíveis, que compõem a dívida flutuante e podem ser caracterizados como despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro. Na Codevasf, o total de restos a pagar inscritos para realização de investimentos, anualmente, abeirar-se a 80% dos valores empenhados (empenhos – valor pago) para execução nos anos seguintes.

O exercício de 2015 começou com saldo de R\$ 1,932 bilhão de Restos a Pagar do grupo de investimento, inclusive os recursos com origem nas movimentações de crédito via destaques, objetivando a continuidade de projetos iniciados em anos anteriores, ou para subsidiar ações ainda vigentes. Em razão de rescisões e outros fatores diversos foram cancelados R\$ 115,1 milhões de RP, restando R\$ 1,817 bilhão para execução das obras e serviços contratados pela Empresa. Desse total, foram realizados pagamentos na ordem de R\$ 568,6 milhões, superando em muito os valores pagos do orçamento anual, que totalizaram R\$ 68 milhões, influenciado pela crise econômica e fiscal verificada nos últimos anos.

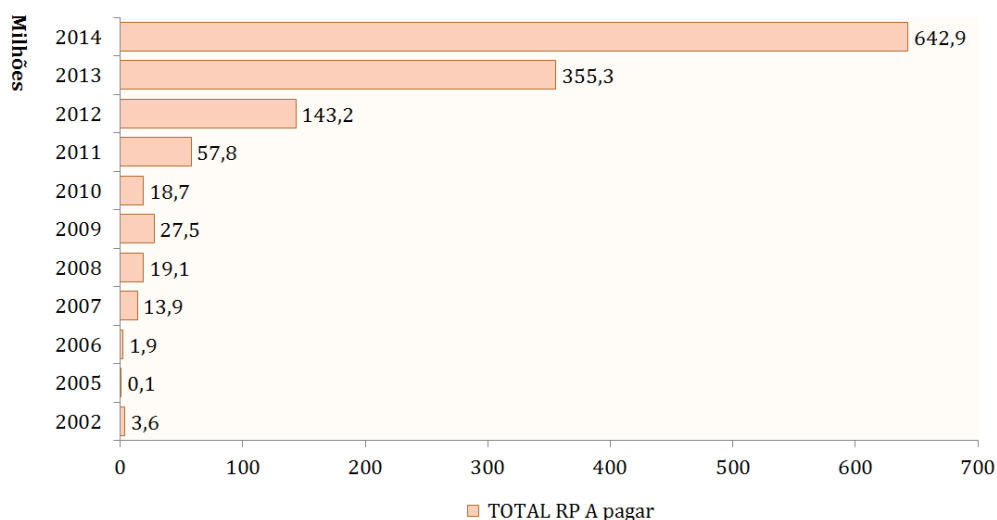
Conclui-se, que os restos a pagar tiveram significativa relevância na execução dos projetos no exercício, contudo espera-se maior equilíbrio nos anos vindouros.

Gráfico 3.3.1.3.1 - Execução de restos a pagar inscritos e pagos anuais – 2013 a 2015



O saldo de Resto a pagar constitui uma obrigação, pois pressupõe que as obras e serviços já foram contratados e estão em execução com exceção dos paralisados por motivos diversos. O gráfico abaixo demonstra os valores de RP a Pagar por ano de emissão do empenho (2002 a 2014), cujo montante totaliza R\$ 1,284 bilhão, incluindo despesas de custeio e investimentos.

Gráfico 3.3.1.3.2 - Saldo de restos a pagar em 2015 (emissão do empenho de 2002 a 2014)



Os Restos a Pagar não processados atingiram R\$ 1,482 bilhão, que corresponde a 77% do total de RP. Pelo quadro abaixo se observa que a Empresa possui mais de R\$ 322 milhões de RP não processados liquidado a pagar, ou seja, trata de obras e serviços executados pendente de pagamento (nessa conta incluem-se as transferências voluntárias que possui dinâmica diferenciada).

O Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional, que aporta recursos para Água para Todos do Governo Federal configura no topo da lista com mais de R\$ 300,0 milhões a pagar.

Quadro 3.3.1.3 - Restos a Pagar Não Processados – Exercício 2015

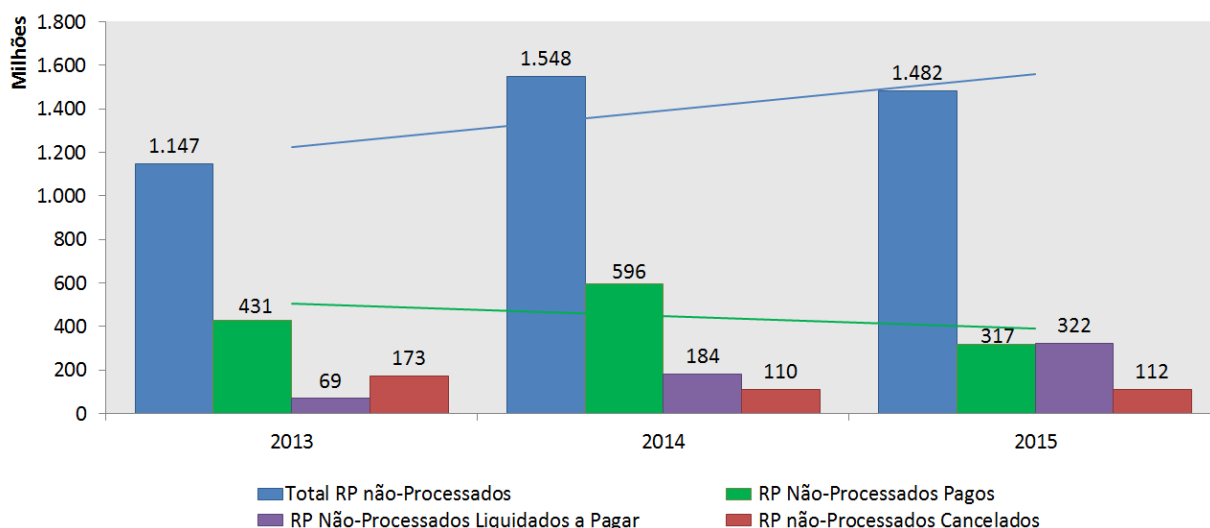
Valores em R\$ 1,00

Cod.	Descrição do Programa	Total RP não-Processados líquidos (*)	RP Não-Processados Pagos	RP Não-Processados a Pagar	RP Não-Proc. Liquidados a Pagar
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	366.672.566,38	66.170.267,06	300.502.299,32	128.443.428,03
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	258.718.698,06	64.393.393,81	194.325.304,25	101.068.777,24
2068	Saneamento Básico	236.552.916,73	70.805.309,44	165.747.607,29	10.637.011,78
2013	Agricultura Irrigada	200.291.034,54	63.040.712,40	137.250.322,14	33.887.269,43
2051	Oferta de Água	162.048.398,55	32.312.218,91	129.736.179,64	34.535.454,02
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	51.967.669,42	1.521.443,61	50.446.225,81	759.390,04
2026	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos	20.763.390,81	8.259.571,83	12.503.818,98	2.543.574,09
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	22.492.049,13	4.643.970,48	17.848.078,65	3.616.633,27
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	15.594.989,40	51.606,16	15.543.383,24	74.862,48
1025	Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO	12.814.267,95	428.996,62	12.385.271,33	1.511.660,73
2073	Transporte Hidroviário	6.464.313,02	1.963.028,93	4.501.284,09	144.913,85
1027	Prevenção e Preparação para Desastres	4.905.508,92	0,00	4.905.508,92	3.442.963,38
0515	Infraestrutura Hídrica	3.903.935,59	15.176,24	3.888.759,35	1.622.896,39
2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	3.844.873,53	1.768.231,52	2.076.642,01	146.070,85
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.017.449,54	1.008.744,00	8.705,54	0,00
2076	Turismo	1.000.000,00	649.386,56	350.613,44	0,00
2052	Pesca e Aquicultura	287.696,78	14.672,00	273.024,78	0,00
0757	Gestão da Política de Integração Nacional	128.630,49	0,00	128.630,49	0,00
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido - Conviver	125.761,78	19.796,21	105.965,57	33.384,80
1430	Desenvolvimento Macrorregional Sustentável	98.131,81	0,00	98.131,81	0,00
2066	Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	50.460,32	50.460,32	0,00	0,00
TOTAIS		1.369.742.742,75	317.116.986,10	1.052.625.756,65	322.468.290,38

Fonte: Sistema Tesouro Gerencial (31-12-2015)

(*) Restos a Pagar não processados inscritos menos os cancelamentos ocorridos ao longo do exercício.

Gráfico 3.3.1.3.3 - Restos a pagar não processados - Exercício 2015



As análises abaixo retratam a execução das principais ações por atividade principal da Codevasf, considerando o saldo de recursos inscritos em Restos a Pagar.

A) Agricultura Irrigada

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO					
Código	1622			Tipo: Projeto	
Título	Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba com 3.150 ha no Estado de Sergipe				
Iniciativa	00G7 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba/SE				
Objetivo	0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.				
Programa	2013 - Agricultura Irrigada			Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf				
Ação Prioritária	PAC				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES					
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado
2.434.981	2.434.981	2.434.981	Projeto executado	% de execução física	4

No Programa de Agricultura Irrigada, destacou-se a conclusão da implantação de 3.150 ha do projeto Jacaré-Curituba, localizado no estado de Sergipe. Este projeto tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da região semiárida através da agricultura irrigada, dentro da sustentabilidade ambiental, elevar a produção e a produtividade das safras agrícolas, gerando renda, aumento da oferta de alimentos e propiciando a abertura de empregos diretos e indiretos em benefício de 700 familiares em 134 lotes agrícolas. No momento, a Codevasf tenta realizar a transferência do projeto ao governo do Estado de Sergipe.

B) Oferta de Água

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO					
Código	11PO	Tipo: Projeto			
Título	Implantação de Sistemas de Poços de Água Subterrânea				
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas				
Objetivo	0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.				
Programa	2051 - Oferta de Água	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES					
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado
455.693	110.343	0	Poço Implantado	Unidade	248

As ações do Programa de Oferta de Água visam mitigar os efeitos da estiagem, principalmente na região semiárida, com a implantação de tecnologias hídricas sociais, como por exemplo: cisternas, poços e construção ou recuperação de barragens.

Em 2015, foram adquiridas 248 unidades de reservatórios de polietileno para populações difusas situadas no estado de Minas Gerais; e dado continuidade a execução dos serviços de recuperação da Barragem de Zabumbão, localizada no município de Paramirim-BA, estando com 98% de execução física.

C) Inclusão Produtiva

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO					
Código	20B4	Tipo: Atividade			
Título	Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais no Semiárido				
Iniciativa	Sem Iniciativa				
Objetivo	Sem objetivo				
Programa	1047 - Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido - CONVIVER	Tipo: Finalístico			
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES					
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado
33.384	33.384	0	Arranjo produtivo local viabilizado	Percentual de realização	100

Objetivando o provimento, operação e manutenção de infraestruturas logística e urbana para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais, visando à melhoria da qualidade de vida nos municípios localizados em regiões estagnadas, proporcionando dinamização das economias locais, a Codevasf realizou as seguintes atividades com recursos de restos a pagar:

Concluído a construção de entreposto de mel na comunidade de Santarém, município de Casa Nova/BA, beneficiando 220 famílias. A implantação de unidades para processamento de mel tem como objetivo garantir outra fase da produção apícola, que é a industrialização, favorecendo melhor comercialização dos produtos.

A “Rota do Cordeiro” tem como objetivo a promoção de ações de desenvolvimento sustentável com apoio ao Arranjo Produtivo Local da Ovinocaprinocultura. Os recursos inscritos em Restos a Pagar foram utilizados para dar continuidade a construção e implantação de 6 (seis) unidades de Transferência de Tecnologia de Ovinos - UTTs, nos municípios de Jacobina, Paulistana e Dom Inocêncio; e Construção de 01 (uma) Central de Terminação de Ovinos e Caprinos – CT, no município de Dom Inocêncio, todos no estado do Piauí.

Celebrados convênios visando à execução de 5.404,03m² de pavimentação asfáltica no município de São Gonçalo do Piauí; e Pavimentação da rua projetada com área total de 6.957,00m², na localidade Boi Morto, no município de Agricolândia.

D) Transportes

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO					
Código	10RF	Tipo: Projeto			
Título	Vetor Logístico Nordeste Meridional				
Iniciativa	Sem Iniciativa				
Objetivo	Sem Objetivo				
Programa	1460 - Vetor Logístico Nordeste Meridional	Tipo: Finalístico			
Unidade Orçamentária	53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
Ação Prioritária	Não é Ação Prioritária				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES					
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade Medida	Realizado
1.060.289	1.008.744	42.839	Obra Executada	Percentual de Execução Física	

Em parceria com o Banco Mundial (BIRD), a Codevasf realiza estudos de viabilidade logística de transporte, econômico-financeiros, jurídicos e ambientais visando à implementação do corredor multimodal no rio São Francisco e respectivas áreas de influência.

O objetivo do projeto é ampliar, integrar e articular a estrutura hidroviária, rodoviária, ferroviária e portuária da bacia hidrográfica do São Francisco. O governo federal instituiu em novembro de 2012 um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para monitorar e avaliar o projeto realizado pelo Banco Mundial por meio do contrato com a Codevasf. A Companhia integra o GTI ao lado do Ministério dos Transportes - MT, Ministério da Integração Nacional - MI, DNIT, Antaq e do Governo da Bahia - este último como membro convidado.

O estudo iniciou em 2011 e encontra-se com 99% de execução. O modelo projetado pelos técnicos do BIRD segue exemplos de três grandes rios do mundo: o rio Danúbio, na Europa; o Mississipi, nos Estados Unidos; e o Yang Tzé, na China. De acordo com o Banco Mundial, o Corredor Multimodal do rio São Francisco tem potencial para reduzir custos logísticos no fluxo de cargas de regiões como o Oeste Baiano em pelo menos 15%.

3.3.2. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

O orçamento relativo ao exercício de 2015 da Codevasf atualizado foi de R\$ 1,1 bilhão, dos quais R\$ 311,5 milhões foram destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, R\$ 140,8 milhões para as despesas Discricionárias, R\$ 377,6 milhões para as despesas obrigatórias e R\$ R\$ 274,2 milhões para emendas parlamentares.

O Decreto que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira estipulou os limites orçamentários para os órgãos do governo federal estabelecendo um contingenciamento da ordem de 20% para as ações orçamentárias classificadas como discricionárias em relação à dotação inicial. As

implicações do referido contingenciamento sobre as despesas suportadas pelas ações orçamentária desse grupo foram impactadas de forma significativa tendo em vista que foi agregada a esse grupo de despesas compromissos do Complexo de Itaparica (energia elétrica e operação e manutenção), transferidos pela Chesf para a Codevasf, sem o suficiente aporte de recursos orçamentários.

O reduzido limite orçamentário destinado às despesas discricionárias impactou significativamente na operação, manutenção e recuperação de infraestruturas hídricas, nas despesas relacionadas aos perímetros públicos de irrigação, tais como a assistência técnica e extensão rural – ATER, energia elétrica, administração, operação e manutenção, pagamento de impostos e taxas, trazendo ainda, consequências para a população da região de atuação da Empresa, bem como no alcance das metas e resultados assumidos pela Codevasf na Lei Orçamentária Anual - LOA e no Plano Plurianual – PPA.

Ademais, a não destinação de recursos suficientes para outros projetos previstos na LOA, a exemplo da ação orçamentária Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas gera risco de rompimento de barragens, trazendo consequências graves, desabastecimento de água, danos econômicos e ambientais, além da dificuldade de manutenção das atividades essenciais da máquina, tais como as realizadas pela ação 2000 - Administração da Unidade, como manutenção predial, telefonia, combustível, impostos, taxas, serviços de limpeza, etc.

A dotação destinada aos projetos que integram o PAC sofreu limitação de recursos de aproximadamente 72%, impactando de forma significativa as ações orçamentárias relacionadas aos temas de Revitalização, Agricultura Irrigada e Infraestrutura Hídrica, fato esse que gerou a paralisação de diversas obras e serviços, acarretando prejuízos e gerando acréscimos no valor contratual, além de despesas com a manutenção de serviços inacabados e guarda de equipamentos fornecidos e não instalados, sem serventia, além de inúmeros danos na ordem social oriundos da não prestação de serviços, causando a falta, ou atraso, na melhoria da qualidade de vida da sociedade que anseia pela prestação desses serviços públicos.

Em relação às ações de Revitalização, a ação de Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba foi integralmente contingenciada. Por sua vez, a ação Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água para Todos sofreu paralisação de diversas obras em fase de conclusão.

Para as ações relacionadas à implantação de infraestruturas hídricas cabe ressaltar que houve corte em praticamente todas as ações, quase de maneira integral, o que provocou a não realização de licitações, que gerará atrasos na execução e a paralisação de obras como a construção da barragem Atalaia, no estado do Piauí, com mais de 90% de execução física, e do sistema adutor de Guanambi, no estado Bahia, à exceção da ação Projeto para Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos rios Paraguaçu, Salitre, Jacuípe, Curaca-Vargem, Macururé, Tourão-Poções, Itapicuru e Vaza-Barris (Eixo Sul), que recebeu toda sua dotação orçamentária com a finalidade de pagamento de contrato de vigilância armada, contrato de operação e manutenção da infraestrutura, energia elétrica, assim como a conclusão do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do Canal.

Sobre os projetos relacionados à Agricultura Irrigados a limitação orçamentária culminou com a não conclusão da implantação da Etapa 1 do projeto de irrigação Baixio de Irecê (BA), que consiste em desmatamento, preparo e correção de solo e encascalhamento das estradas secundárias, o que ocasionará consequentemente atrasos na execução das demais etapas da obra. No perímetro de irrigação Salitre (BA) ocorreu à paralisação do contrato de ATER e no perímetro de irrigação Pontal (PE) a não aquisição dos equipamentos e materiais fundamentais para a continuidade do Projeto Pontal Norte.

Já a dotação destinada às emendas parlamentares sofreu um contingenciamento de 60% devendo ser evidenciado que o controle pelas liberações de limites para o referido grupo é efetuado pela Casa Civil e que da provisão recebida pela Codevasf, no valor de R\$ 98,6 milhões, 99,45% de seus recursos foram devidamente empenhados no exercício de 2015.

3.3.3. Obrigações Assumidas sem Respetivo Crédito Autorizado no Orçamento
Quadro 3.3.3 - Identificação da Conta Contábil

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
2.1.3.1.1.04.00		Contas a Pagar Credores Nacionais			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
195006	13.017.620/0001-63	76.164.410,85	0,00	6.835.589,15	83.000.000,00

Fonte: Gerência da Contabilidade - AA/GCB

3.3.3.1 Análise Crítica

Referência: Processo Administrativo nº 59.500.002017/2011-74 e Processos de Ações Judiciais de Cobrança nº 0043672-34.2007.4.01.3400 e nº 9912556-39.2009.4.01.3400 da empresa ENERGISA Sergipe - Distribuidora de Energia S/A.

Objetivo: (Registros do Reconhecimento de Passivos) - Macro Função 02.11.44 STN “Quitação de débito proveniente do fornecimento de energia elétrica, referente ao período de janeiro de 1994 a fevereiro de 2005, para os Perímetros Irrigados do Baixo São Francisco”.

Análise Técnica: O registro de Reconhecimento de Passivos tem suporte na função da execução Orçamentaria/Financeira, estabelece que as obrigações devam ser reconhecidas no momento do fato gerador. Assim, em atendimento ao Princípio da competência constante na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750/93, à Lei Complementar nº 101/2000 no inciso II, do art. 50, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP, parte II (procedimentos Contábeis Patrimoniais), às normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16.4 Transações no Setor Público) e outros atos normativos que dispõem sobre a contabilidade geral e pública, ocorrendo o fato gerador de uma despesa, mesmo nos casos sem dotação no orçamento, a contabilidade deverá registrá-la.

Fundamento Legal: Princípio da competência constante na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750/93, à Lei Complementar nº 101/2000 no inciso II, do art. 50, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NCASP, parte II (procedimentos Contábeis Patrimoniais), às normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16.4 Transações no Setor Público) e outros atos normativos que dispõem sobre a contabilidade geral e pública.

Em referência aos processos da Empresa Energisa supracitados, de acordo com Nota Técnica nº 001/2014 da Área de Gestão Estratégica, de 27/03/2014, a Codevasf foi condenada ao pagamento das faturas de energia elétrica inadimplentes, referente ao período de janeiro de 1994 a fevereiro de 2005, decorrentes do descumprimento do Convênio nº 0/34/83-I, firmado entre a Codevasf e a Chesf, o qual previa a obrigação pela Chesf de liquidação das faturas de energia elétrica dos Perímetros de Irrigação do baixo São Francisco, localizados nos estados de Sergipe e Alagoas, atingidos pela construção do reservatório de Sobradinho, os quais estão sob a gestão da Codevasf.

O valor atualizado da dívida pela taxa Selic para 30/11/2012 é de R\$ 73.816.960,06, mas houve acordo entre a Codevasf e a empresa Energisa para o pagamento no valor de 70 milhões. O processo judicial já foi sentenciado, a decisão foi objeto de recurso de apelação, sem julgamento até o momento.

Considerações Finais: Diante dos fatos ora mencionados nos processos de Cobrança Judicial e Administrativos, bem como dos Ofícios nº 02/DGE/SECEX/MI de 04 de janeiro de 2013, Ofício nº

87/DGE/SECEX/MI de 28 de dezembro de 2012, Nota Técnica emitida pela empregada Maria Clara Netto Oliveira para Secretaria de Órgãos Colegiados em 17/07/2013, e-mail de Gilberto Pompílio de Melo Filho e CE ENERGISASE/VPF/Nº 001/2013 de 07/05/2013. O valor da proposta é que o pagamento da dívida, no montante de R\$ 70 milhões, seja efetuado em 3 (três) parcelas: a primeira no montante de R\$ 23,4 milhões em 2013, e a segunda e terceira em montantes de R\$ 23,3 milhões referidos a esta data, sejam pagas no primeiro e segundo semestre de 2014, respectivamente, *cujos valores devem ser atualizados até a data de pagamento pelos índices de atualização autorizados pela justiça federal, já que o acordo será homologado no âmbito judicial.*

Diante dos fatos acima relatados, foi realizado o registro no SIAFI por meio da 2015NL004079 referente à atualização monetária no valor R\$ 6.835.589,15 (seis milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quinze centavos), passando de R\$ 76.164.410,85 (setenta e seis milhões cento e sessenta e quatro mil quatrocentos e dez reais e oitenta e cinco centavos), para o total de R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais), conforme processo nº 59500.002460/2013-15.

3.3.4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 3.3.4 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	872.975.583,54	264.697.281,47	8.342.157,12	599.936.144,95
2013	442.208.548,68	68.660.965,10	57.016.009,97	316.531.573,61
2012	109.388.112,60	12.478.997,61	13.634.675,25	83.274.439,74
2011	44.994.189,56	1.694.100,59	8.196.657,00	35.103.431,97
2010	14.214.673,04	1.087.128,28	5.140.481,96	7.987.062,80
2009	30.848.880,36	47.487,93	8.070.535,43	22.730.857,00
2008	7.991.077,31		549.401,39	7.441.675,92
2007	16.130.367,60	13.657,74	11.374.760,90	4.741.948,96
TOTAIS	1.538.751.432,69	348.679.618,72	112.324.679,02	1.077.747.134,95

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	163.422.806,59	120.456.763,22	19.915,85	42.946.127,52
2013	125.476.084,06	88.230.131,63	99.562,58	37.146.389,85
2012	80.110.253,74	20.070.711,50	115.539,99	59.924.002,15
2011	35.534.014,08	11.762.917,52	1.048.684,52	22.722.412,04
2010	26.263.849,35	15.549.902,33		10.713.947,02
2009	7.159.273,31	1.111.791,76	1.288.746,86	4.758.734,69
2008	12.024.589,17	349.868,31		11.674.720,86
2007	9.555.695,02	1.353.200,72	584.190,81	7.618.303,49
2006	1.993.699,39	99.560,00	6.546,88	1.887.592,51
2005	50.143,00		143,00	50.000,00
2002	3.605.000,00			3.605.000,00
TOTAIS	465.195.407,71	258.984.847,09	3.163.330,49	203.047.230,13
TOTAIS (RPNP + RPP)	2.003.946.840,40	607.664.465,81	115.488.009,51	1.280.794.365,08

Fonte: Tesouro Gerencial (31-12-2015)

Nota: Foram considerados os valores de Restos a Pagar executados pelo órgão 22203 – Codevasf, incluindo os Destaques Recebidos.

3.3.4.1 Análise Crítica

Em 2015, o saldo a pagar de Restos a Pagar Não Processados foi de R\$ 1.077.747.134,95. Percebe-se que no ano de 2013 teve inscrição de R\$ 442.208.548,68 (28,74% do total inscrito). Em 2014 o valor inscrito foi de R\$ 872.975.583,54, (56,73% do total inscrito). Os valores reinscritos de 2007 a 2012 totalizam R\$ 223.567.300,47, representando (14,53% do total inscrito).

Os pagamentos efetuados no exercício em análise representam (22,66% do total inscrito) em 01/01/2015. Os valores cancelados (7,30% do total inscrito), e os valores a pagar em 31/12/2015 representam (70,04% do total inscrito).

Pelo quadro acima nota-se um aumento dos Restos a Pagar Não Processados, isso, porque em 2014 teve aumento da atividade econômica do Estado, gerando maior número de processos licitatórios iniciados com dotação empenhada. No exercício 2015, este aumento de inscrição de Restos a Pagar traduz na menor capacidade do Governo Federal em honrar seus compromissos em face de diminuição da arrecadação.

A maior parte do saldo a pagar remanescente no final de 2015 referem-se a valores do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e do Programa Brasil Sem Miséria – PBSM (movimentação de créditos via destaques recebidos).

Para assumir seus compromissos mais iminentes, sem prejuízo da empresa e de seus credores a Codevasf busca efetuar seus pagamentos pela ordem cronológica.

A permanência e o aumento dos restos a pagar processados e não processados vigorando por mais de um exercício financeiro, além de estar fundamentado em Decreto Presidencial, justifica-se pela crise econômica que passa o País nos últimos anos.

Os empreendimentos com aplicação direta, em sua maioria, ultrapassam mais de um exercício financeiro, cujos pagamentos estão atrelados às medições realizadas pelos fiscais durante a execução das obras/serviços. Dessa forma, os recursos são inscritos em Restos a Pagar para pagamentos nos exercícios seguintes. Os demais empreendimentos foram realizados por meio das transferências voluntárias, cujo pagamento das parcelas depende do andamento da execução dos convênios de responsabilidade do conveniente.

Cabe destacar que os valores de restos a pagar registrados no sistema Siafi do Governo Federal, de exercícios anteriores a 2014, foram prorrogado por Decreto, ou seja, não há valores inscritos sem que sua vigência tenha sido prorrogada.

3.3.5. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

3.3.5.1 Visão gerencial dos Instrumentos de Transferência e dos Montantes Transferidos

Quadro 3.3.5.1 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos três últimos exercícios

Valores em R\$ 1,00

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
CNPJ:	00.399.857/0001-26					
UG/GESTÃO:	11201					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	187	211	88	93.872.747,87	60.548.973,81	148.336.442,67
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	0	0	-	-	-
Termo de Compromisso	2	17	48	24.826.967,15	47.506.884,99	177.553.747,72
Totais	189	228	136	118.699.715,02	108.055.858,80	325.890.190,39

Fonte: Sistema Sigec (Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos - AE/GPE/UCC)

3.3.5.2 Visão gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Receptores
Quadro 3.3.5.2 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela Codevasf

Valores em R\$ 1,00

Unidade concedente					
Nome: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf					
CNPJ: 00.399.857/0001-26		UG/GESTÃO: 11201			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Compromisso	Contratos de Repasse
2015	Contas Prestadas	<i>Quantidade</i>	32	5	-
		Montante Repassado (R\$)	40.560.050	2.974.239	-
	Contas NÃO Prestadas	<i>Quantidade</i>	43	13	-
		Montante Repassado (R\$)	36.867.513	60.433.462	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	<i>Quantidade</i>	197	-	-
		Montante Repassado (R\$)	235.611.283	-	-
Totais	Contas Prestadas e NÃO Prestadas	Quantidade	272	18	-
		Montante Repassado (R\$)	313.038.846	63.407.701	-

Fonte: Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos - AE/GPE/UCC

3.3.5.3 Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas
Quadro 3.3.5.3.1 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade concedente ou contratante				
Nome: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
CNPJ: 00.399.857/0001-26		UG/GESTÃO: 11201		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Termo de Compromisso	Contratos de Repasse
Contas analisadas	<i>Quantidade aprovada</i>	18	5	-
	<i>Quantidade reprovada</i>	5	-	-
	<i>Quantidade de TCE instauradas</i>	6	-	-
	Montante Repassado (R\$)	23.740.124	2.974.239	-
Contas NÃO analisada	<i>Quantidade</i>	29	-	-
	Montante Repassado (R\$)	50.062.441	-	-

Fonte: Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos - AE/GPE/UCC

Quadro 3.3.5.3.2 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por receptores de recursos

Valores em R\$ 1,00

Unidade concedente ou contratante					
Nome: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
CNPJ: 00.399.857/0001-26		UG/GESTÃO: 11201			
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênio	2	-	-	-	37
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	1
Totais	2	-	-	-	38

Fonte: Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos - AE/GPE/UCC

3.3.5.4. Análise Crítica

Na Codevasf, os recursos repassados aos estados e municípios, para a realização de obras e/ou serviços de interesse comum, ocorrem mediante a celebração de convênios e de termos de compromisso. Os convênios, na sua maioria, são recursos oriundos de emendas parlamentares e está em consonância com a Portaria Interministerial nº 507/2011 e a celebração destes instrumentos ocorreram diretamente no Siconv, sistema do Governo Federal que permite melhor controle na aplicação de recursos públicos.

Por ser um sítio disponível pela internet, possibilita que qualquer cidadão acompanhe o andamento de um convênio de localidade de seu município, bem como cobrar dos responsáveis o correto andamento do processo. Já os termos de compromisso são recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cuja celebração obedece a Lei nº 11.578/2007 e o registro realizado no sistema Siafi.

As informações das transferências realizadas pela Codevasf estão disponibilizadas no endereço eletrônico: http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/sistemas_de_consulta/sigec; no portal de convênios do Governo Federal: <https://portal.convenios.gov.br/pagina-inicial>; e no Portal da Transparência da CGU: <http://www.codevasf.gov.br/transparencia>.

Ao final de 2015, a Codevasf contava com 759 instrumentos vigentes, sendo 687 convênios e 72 termos de compromisso. Desse total de convênios, 71 ainda sobre a égide da IN 01/1997, ou seja, convênios registrados no Siafi.

Mesmo não havendo um número expressivo de celebrações no exercício de 2015, que somaram 189 instrumentos, percebe-se que a quantidade instrumentos vigentes vêm crescendo gradativamente nos últimos exercícios. Isso se explica devido às diversas prorrogações de prazo realizadas nos instrumentos, que se justifica pela ausência de recursos financeiros para continuar a execução conforme estabelecido nos planos de trabalho.

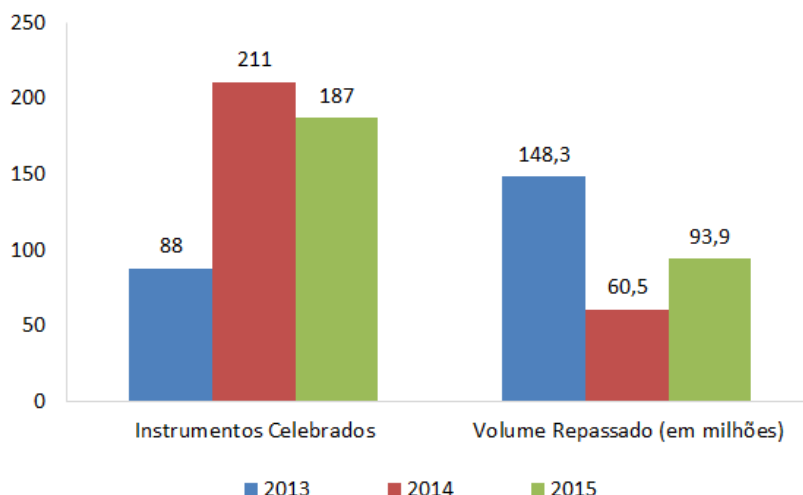
Visando sanear as inadimplências das prestações de contas, a Codevasf encaminha ofícios e comunicações ao conveniente ou compromitente solicitando a regularização das pendências que gerou a respectiva inadimplência. O encaminhamento desses ofícios e comunicações é feito devido à necessidade de esgotamento de todas as medidas administrativas antes da instauração de TCE. Caso o conveniente ou compromitente não regularize as pendências encontradas, providencia-se a instauração de Tomada de Contas Especial (TCE) ou a cobrança judicial, conforme necessidade.

Em 6/3/2015, por meio da Decisão nº 403, foi constituída Comissão com a finalidade de levantar todos os convênios, termos de compromisso e instrumentos afins pendentes de apresentação ou aprovação de prestação de contas, bem como apontar providências a serem adotadas por cada unidade orgânica da empresa para regularização da situação. Esta Comissão apontou, dentre outras medidas, que fosse elaborado documento com vistas a regulamentar os procedimentos para cobrança de créditos decorrentes de prestação de contas irregulares com valores abaixo de R\$ 75.000,00 (limite de valor em que a TCE não é encaminhada à CGU) e em situação de inadimplência.

Em atendimento às recomendações da referida Comissão, a Empresa elaborou normativo intitulado “Procedimento para Cobrança de Crédito” definindo responsabilidades e atividades desempenhadas para saneamento das pendências. Espera-se com essas medidas uma diminuição da situação de inadimplência, principalmente àquelas com valores abaixo de R\$ 75.000,00).

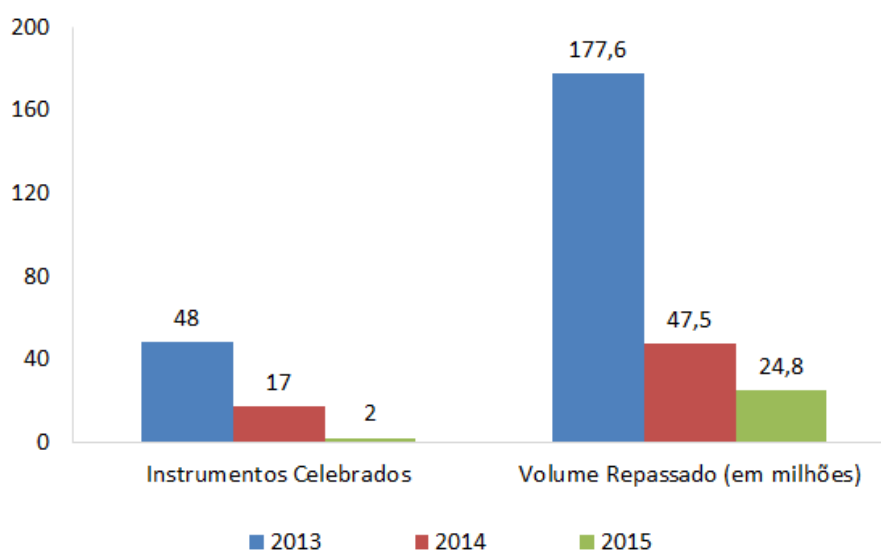
As oscilações na quantidade e no volume de recursos repassados nos últimos exercícios deram-se em virtude da restrição orçamentária, reflexo da atual crise econômica que iniciou em 2014. Apesar das dificuldades econômicas que enfrenta o país, as transferências na modalidade convênio se mostram dentro da normalidade quando comparado aos exercícios anteriores, tanto em quantidade quanto ao volume de recursos, logo que na sua maioria trata de recursos de emendas parlamentares que fazem parte do orçamento impositivo.

Gráfico 3.3.5.4.1 - Quantidades de convênios celebrados e volume repassado – 2013 a 2015



As transferências na modalidade “Termo de Compromisso” tiveram quedas acentuadas se comparado ao exercício de 2013, tanto na quantidade de instrumentos celebrados quanto no volume de recursos repassados, tendo em vista que essa modalidade é utilizada na execução descentralizada de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual teve fortes cortes orçamentários.

Gráfico 3.3.5.4.2 - Quantidades de termo de compromisso celebrado e volume repassado – 2013 a 2015



Com relação ao comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares, verifica-se uma demora por parte de alguns convenientes ou comprometentes em apresentar a prestação de contas dentro do prazo legalmente estipulado. Nesses casos, após o prazo de 60 dias, encaminha-se ofício estabelecendo o prazo de mais 30 (trinta) dias para prestação de contas ou recolhimento dos recursos.

O quantitativo de repasse efetuado pela Codevasf, em sua maioria, é para pequenos municípios, os quais apresentam deficiência de: estrutura física, meios informatizados e de pessoal treinado para operacionalizar o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – Siconv, principalmente quanto ao módulo de prestação de contas que foi disponibilizado bem depois da implantação do Sistema.

Com a implantação do Siconv, muitas dificuldades foram identificadas pelas prefeituras para celebração de convênios, dificuldades essas que já não são mais tão acentuadas, mas que ainda refletem na prestação de contas. Ainda são encontradas informações incompletas como ausência de

inserção de dados regulares, documentos inconsistentes, ausência de extratos da conta bancária, etc. Nesses casos, a Codevasf, por meio das superintendências regionais, disponibiliza equipe multidisciplinar para prestar orientações aos convenientes. Isso justifica o número ainda considerável de prestações “não prestadas”, conforme verificado no quadro “[Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela Codevasf](#)”.

Uma das formas de promover o seu papel, que é o desenvolvimento econômico e social, é utilizado a descentralização de recursos a Estados e municípios, por meio de transferências realizadas via convênio ou termo de compromisso. Assim, em parceria com esses entes, consegue atingir seus objetivos como, por exemplo, execução de obras de infraestrutura hídrica, fortalecimento da capacidade produtiva, inclusive com a aquisição de equipamentos; construção e recuperação de estradas (rodovias estaduais, estradas vicinais, obra de arte, pontes); implantação da infraestrutura social de apoio à produção, construção de obras civis, implantação de sistemas de geração de energia, canalização, tratamento e abastecimento de água além de outras ações que visem melhorar a qualidade de vida das populações.

Portanto, tendo em vista que os estados e municípios cumprem com o Plano de Trabalho aprovado e executa o objeto de acordo com o pactuado, pode-se dizer que a execução descentralizada se tem mostrado efetiva e auxiliado na implementação de políticas de responsabilidade da Codevasf.

3.3.5.5. Informações sobre a Estrutura de Pessoal para Análise das Prestações de Contas

A estrutura organizacional da Codevasf passa por uma Sede, localizada em Brasília, e oito superintendências regionais, localizadas em 7 (sete) estados da federação.

Uma vez que a Codevasf não possui uma única área que executa todos os procedimentos referentes à gestão e ao acompanhamento dos convênios, o processo de análise das prestações de contas segue a mesma estrutura, são realizadas de forma descentralizada em toda a Empresa.

As prestações de contas são analisadas em dois aspectos: execução física e financeira/contábil.

A análise física é realizada por fiscais da área fim orientados para, através de acompanhamento “in loco”, verificar a execução física do objeto. Ao final da vigência do convênio, após constatar a execução física do objeto disponibiliza a Prestação de Contas para análise contábil.

Na análise financeira/contábil, por sua vez, verificam-se os extratos da conta bancária, os rendimentos da aplicação financeira e sua forma de utilização e/ou devolução, assim como os documentos fiscais, seu pagamento e suas retenções de tributos.

O quantitativo de repasse efetuado, em sua maioria é com pequenos municípios dos estados da sua área de atuação que carecem de estrutura física, de pessoal treinado e de meios de informática para operar o SICONV. O resultado são informações ausentes ou incompletas que dificultam a análise das contas e ou atrasos nas prestações.

A Codevasf tem um volume significativo de convênios e termos de compromisso. Muitas das prestações de contas são parciais (termos de compromisso), ocasionando um volume maior de prestações de contas para serem analisadas ao mesmo tempo com vencimentos na mesma data ou datas próximas, todavia, as unidades responsáveis têm se esforçado para analisar essas contas em prazo razoável. Ocorre que, muitas vezes, devido ao número reduzido de pessoal em algumas superintendências regionais ou à grande quantidade de trabalho nos setores contábeis, há uma dificuldade em analisar as prestações de contas rapidamente. Quando o problema se agrava é providenciada uma força tarefa para prestar apoio às unidades contábeis que se encontram com essa dificuldade.

Atualmente, a maior quantidade de transferências está na 7ª SR localizada no Piauí, representando mais de 50% do total de transferências. A SR possui um quadro de pessoal reduzido frente ao volume de recursos e instrumentos celebrados.

Assim, o quantitativo de prestações “não prestadas” apresentado no [quadro 3.3.5.2](#), deve-se considerar o enorme trabalho realizado frente à análise das prestações de contas parciais ou prestações de contas finais que, em sua análise técnica ou contábil, apresentaram algum de tipo de pendência, mas foram incluídas como “não prestada”.

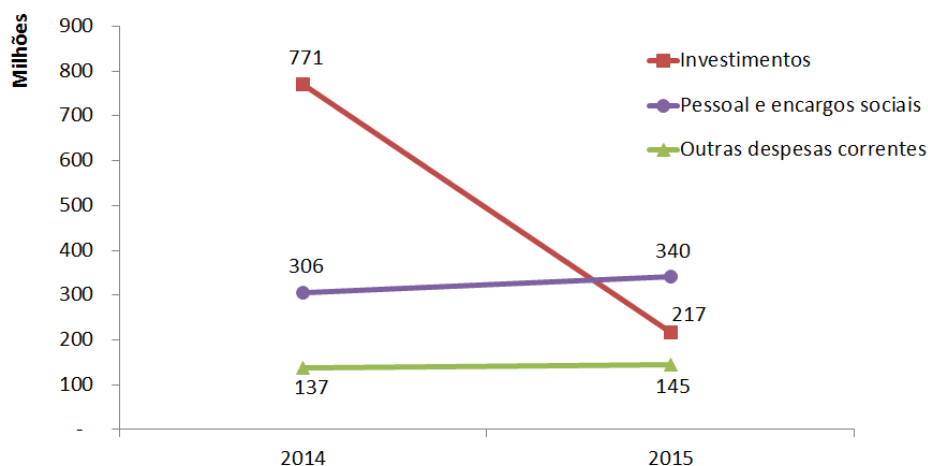
Para melhorar o processo de prestação de contas, a empresa vem desenvolvendo alguns meios de controle, como, por exemplo, implantação recente do módulo de prestação de contas no Sigec.

3.3.6. Informações sobre a Execução das Despesas

No exercício de 2015, a Codevasf teve execução orçamentária de R\$ 702,1 milhões, que equivale a 58% da execução verificada em 2014, conforme gráfico abaixo.

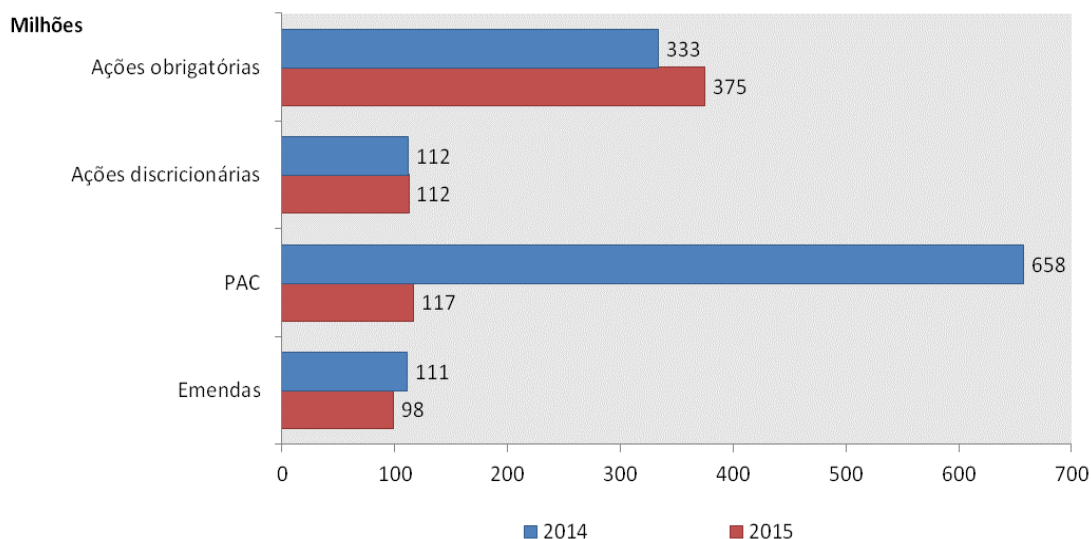
A execução das despesas foi impactada pelos ajustes fiscais restritivos para os gastos do Governo Federal, afetando sobremaneira o orçamento das empresas estatais dependentes do tesouro. Com isso, os recursos destinados aos investimentos foram diminuídos em 72% em relação ao exercício anterior. Essas restrições orçamentárias exigirá que a Companhia aperfeiçoe a sua gestão em busca de maior eficiência operacional e priorize os programas e empreendimentos que gerem maior valor para a sociedade.

Gráfico 3.3.6.1 - Evolução das despesas empenhadas – Exercício 2015



Os investimentos com recursos do PAC, que representava mais de 50% da execução orçamentária da Codevasf, foram fortemente impactados com redução de 82% em relação ao ano anterior.

Gráfico 3.3.6.2 - Comparativo das despesas empenhadas por grupo de ação (2014 x 2015)



3.3.6.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: Codevasf	Código UO: 53201		UGO: 195007	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	83.153.380,17	253.951.700,72	70.217.396,57	190.481.711,23
a) Convite	3.867,00	129.479,19	3.867,00	129.479,19
b) Tomada de Preços	1.413.269,38	3.038.303,90	1.013.369,07	2.100.755,46
c) Concorrência	48.523.160,35	155.757.924,90	37.109.178,48	120.639.335,55
d) Pregão	33.192.314,43	52.810.528,85	32.070.213,01	36.327.462,46
e) Concurso	0,00	280,00	0,00	280,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	20.769,01	42.215.183,88	20.769,01	31.284.398,57
2. Contratações Diretas (h+i)	55.201.585,50	23.125.383,31	52.518.986,40	22.339.945,62
h) Dispensa	30.153.940,83	17.758.872,47	28.396.416,14	17.199.787,59
i) Inexigibilidade	25.047.644,67	5.366.510,84	24.122.570,26	5.140.158,03
3. Regime de Execução Especial	137.664,26	145.121,14	137.664,26	145.121,14
j) Suprimento de Fundos	137.664,26	145.121,14	137.664,26	145.121,14
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	341.049.004,99	303.083.079,27	337.494.910,42	298.239.617,70
k) Pagamento em Folha	338.998.478,51	300.542.865,75	335.445.151,64	295.728.374,13
l) Diárias	2.050.526,48	2.540.213,52	2.049.758,78	2.511.243,57
5. Outros	18.193.202,80	93.978.089,76	11.949.311,93	46.109.607,48
6. Total (1+2+3+4+5)	497.734.837,72	674.283.374,20	472.318.269,58	557.316.003,17

Fonte: Gerência de Gestão Orçamentária – AE/GGO (Tesouro Gerencial – 31-12-2015)

3.3.6.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Orçamentária: Codevasf		Código UO: 53201				UGO: 195007			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
1. Despesas de Pessoal									
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	229.644.056,55	205.493.631,52	229.643.144,68	203.452.816,19	2.970.279,37	2.040.815,33	226.134.715,05	203.452.816,19	
13 - Obrigações patronais	86.195.309,88	77.300.082,25	84.857.984,15	76.932.480,87	468.534,44	367.601,38	84.857.984,15	72.117.989,25	
07 - Contrib. a entidades fechadas de Previdência	15.511.744,84	12.000.000,00	15.511.744,84	10.756.053,01	1.243.946,99	1.243.946,99	15.466.847,60	10.756.053,01	
Demais elementos do grupo	9.056.002,90	11.575.318,23	8.985.604,84	9.401.515,68	2.700.631,84	2.173.802,55	8.985.604,84	9.401.515,68	
3. Outras Despesas Correntes									
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	119.842.780,35	103.801.325,49	98.599.152,48	71.920.392,27	35.703.164,74	31.880.933,22	83.526.637,13	70.055.465,43	
37 - Locação de mão de obra	11.009.463,58	12.267.774,83	8.246.054,95	8.492.591,81	3.851.653,78	3.775.183,02	7.653.731,13	8.410.076,86	
30 - Material de Consumo	3.137.397,03	6.252.874,34	2.305.158,38	6.232.635,39	1.496.070,26	20.238,95	2.262.417,35	6.232.635,39	
Demais elementos do grupo	11.476.734,45	14.955.634,89	9.363.904,42	9.626.759,93	7.017.130,04	5.328.874,96	9.311.568,93	9.575.805,02	

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
51 - Obras e instalações	93.399.814,96	416.983.472,27	16.622.674,45	155.098.764,87	439.256.555,94	261.884.707,40	12.010.547,99	108.277.320,53
42 - Auxílios	62.552.469,19	206.490.490,49	284.585,62	74.062.831,50	349.626.656,12	132.427.658,99	0,00	26.254.767,20
39 - Outros Serviços De Terceiros - PJ	26.033.349,67	87.491.431,07	15.934.897,03	29.543.018,14	67.711.917,73	57.948.412,93	15.094.419,20	22.349.589,42
Demais elementos do grupo	34.586.686,96	59.650.543,39	7.379.931,88	18.763.514,54	107.267.931,86	40.887.028,85	7.013.796,21	10.431.969,19

Fonte: Gerência de Gestão Orçamentária – AE/GGO (Tesouro Gerencial – 31-12-2015)

3.3.6.3. Análise Crítica da Realização da Despesa

No Exercício de 2015, a Codevasf recebeu dotação orçamentária autorizada de R\$ 1,104 bilhão. Este valor representa decréscimo de 21% em relação ao ano anterior, sendo que, em 2014, também foi aplicado corte na dotação de 7% em relação a 2013.

É importante ressaltar que houve contingenciamento de 20% dos recursos discricionários (R\$ 28,5 milhões), além de que, no exercício, sucederam remanejamentos de créditos de R\$ 35,9 milhões especialmente para a ação “Administração de Perímetros Públicos de Irrigação”, acolhendo demandas decorridas da incorporação de despesas de manutenção e operação dos perímetros de irrigação do Sistema Itaparica⁷, cujos custos eram absorvidos, até 2013, pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Todavia, mais de R\$ 13 milhões não foram liberados para empenho, compondo o total contingenciado dos recursos discricionários.

Os recursos contingenciados destinavam-se, principalmente, ao custeio de ações finalísticas da Companhia como a gestão de perímetros de irrigação e, também, para despesas necessárias à modernização e manutenção da máquina operacional.

Analisando os números por modalidade de licitação, observa-se que a maior parte das despesas liquidadas se concentrou na modalidade tipo “Concorrência” com R\$ 48,5 milhões no exercício de referência, que comparado ao ano anterior, houve uma forte redução de 69%. Na modalidade RDC, a qual tende agilizar as contratações públicas, houve redução de quase 100%, ou seja, foram liquidados apenas R\$ 20,8 mil ante R\$ 48,2 milhões executados em 2014, reflexo dos cortes orçamentários.

Quanto às modalidades de dispensa e inexigibilidade, foram liquidadas despesas na ordem de R\$ 55,2 milhões. Este valor significativo deve-se, principalmente, ao pagamento de energia elétrica, em sua maioria, dos perímetros do Sistema Itaparica que passaram ser de responsabilidade da Codevasf a partir de 2014.

As informações abaixo se referem à realização da despesa sob a ótica dos grupos despesa e respectivos elementos de despesa.

No exercício de 2015, as despesas de custeio, especificamente às discricionários, exceto emendas parlamentares, foram contingenciadas em R\$ 25,3 milhões, que equivale a 20% do total. Esses recursos destinavam-se, principalmente, ao custeio de ações finalísticas, como por exemplo, a gestão de perímetros de irrigação e despesas necessárias à modernização e manutenção da máquina operacional.

O grupo “Pessoal e Encargos Sociais” teve aumento de 10% na execução de empenhos, tendo o elemento “Vencimentos e Vantagens Fixas” com maior representatividade destes recursos por abranger as despesas com pagamento da folha salarial da Empresa.

As despesas correntes apresentaram aumento de 6% na conta de valores empenhados, influenciadas pelo aumento de 13% nas contratações de serviços de terceiros – Pessoa Jurídica, o qual representa maior volume desse grupo com R\$ 119,8 milhões. Comtemplam, ações decorrentes da prestação de serviços diversos, como por exemplo, manutenção da unidade, pagamento do auxílio alimentação e do serviço de assistência à saúde dos empregados. Enquadra-se, também, despesas com contratos destinados à modernização, manutenção e operação de perímetros públicos de irrigação, inclusive o pagamento de faturas de energia elétrica.

⁷ **Histórico:** Os perímetros de irrigação do Sistema Itaparica estão situados no estado da Bahia e de Pernambuco, cuja implantação remonta à construção do Lago de Itaparica pela Chesf, destinados ao reassentamento de 10,5 mil famílias que moravam na área inundada pela usina à época, sendo a manutenção e operação realizada pela Codevasf, cujos custos de R\$ 60 milhões/ano, em média, eram suportados pela Chesf por meio de convênio, além do pagamento da energia elétrica. No exercício de 2014, foram realizadas medidas visando à transferência dos encargos relacionados ao Programa de Reassentamento de Itaparica para a Codevasf, em conformidade com as determinações emanadas no Acórdão nº 101/2013 – Plenário, entretanto, não houve contrapartida orçamentária e financeira, sendo necessário remanejamento de créditos de ações, comprometendo a sustentabilidade de perímetros.

Os gastos de locação de mão de obras atingiram R\$ 11 milhões, destinados aos contratos de limpeza, conservação e vigilância ostensiva nas unidades da Empresa, bem como em todos os perímetros de irrigação sob gestão da Codevasf.

Quanto aos investimentos realizados pela Empresa (GND-4), tratando dos créditos originários, o total de despesas empenhadas foi R\$ 216,6 milhões, ou seja, diminuição de 72% em relação a 2014, impactado pela redução nas despesas do elemento “51 - obras e instalações”.

Entre as ações executadas, destacaram-se o apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, que atende em sua maioria, as demandas de emendas parlamentares; Estudos do Canal do Sertão Baiano - Eixo Sul, bem como as ações vinculadas ao Programa Agricultura Irrigada, incluindo as obras e/ou serviços de viabilização das etapas para implantação dos perímetros Salitre (BA), Baixio de Irecê (BA) e Pontal (PE); e reabilitação de perímetros públicos de interesse social.

Os números orçamentários evidenciam significativa diminuição no grupo de investimentos em decorrência do cenário econômico, que inviabilizaram iniciar novos projetos e executar parte das obras/serviços ora em andamento.

Apesar das dificuldades para cumprir suas obrigações orçamentárias e financeiras, a Codevasf conseguiu realizar importantes projetos de retorno social, como por exemplo, as ações de apoio a arranjos produtivo local; sistema de abastecimento de água, capacitação de jovens; obras de saneamento básico; e empreendimentos de revitalização de sub-bacias hidrográficas, tendo a sua frente corpo técnico competente e comprometido com bons resultados.

3.3.7. Suprimentos de Fundos, contas Bancárias tipo “B” e Cartões de Pagamento do Governo Federal

3.3.7.1. Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro 3.3.7.1 - Concessão de suprimento de fundos

Valores em R\$ 1,00

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total	
2015	195006	Codevasf – Sede	-	-	4	21.416,74	5.000,00
	195004	Codevasf – 2ª SR/BA	-	-	6	45.663,41	5.000,00
	195002	Codevasf – 3ª SR/PE	-	-	2	17.469,47	3.000,00
	195003	Codevasf – 4ª SR/SE	-	-	4	33.561,08	2.000,00
	195001	Codevasf – 5ª SR/AL	-	-	2	14.792,01	5.000,00
	195012	Codevasf – 7ª SR/PI	-	-	2	819,82	500,00
	195015	Codevasf – 8ª SR/MA	-	-	1	3.882,23	2.000,00
2014	195006	Codevasf – Sede	-	-	4	30.122,38	5.000,00
	195004	Codevasf – 2ª SR/BA	-	-	6	60.152,03	5.000,00
	195002	Codevasf – 3ª SR/PE	-	-	2	13.508,02	5.000,00
	195003	Codevasf – 4ª SR/SE	-	-	6	28.164,33	5.000,00
	195001	Codevasf – 5ª SR/AL	-	-	3	5.424,07	5.000,00
	195012	Codevasf – 7ª SR/PI	-	-	2	1.598,83	5.000,00
	195015	Codevasf – 8ª SR/MA	-	-	1	6.151,48	5.000,00
2013	195006	Codevasf – Sede	-	-	4	28.880,63	5.000,00
	195004	Codevasf – 2ª SR/BA	-	-	5	22.500,03	2.000,00
	195002	Codevasf – 3ª SR/PE	-	-	2	9.155,20	2.000,00
	195003	Codevasf – 4ª SR/SE	-	-	4	28.569,42	2.000,00
	195001	Codevasf – 5ª SR/AL	-	-	2	3.978,25	2.000,00
	195012	Codevasf – 7ª SR/PI	-	-	1	2.048,72	2.000,00
	195015	Codevasf – 8ª SR/MA	-	-	1	3.467,31	2.000,00

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total	
2012	195006	Codevasf – Sede	-	-	4	16.675,64	5.000,00
	195004	Codevasf – 2ª SR/BA	-	-	1	1.325,63	2.000,00
	195002	Codevasf – 3ª SR/PE	-	-	3	11.555,34	2.000,00
	195003	Codevasf – 4ª SR/SE	-	-	3	25.183,21	2.000,00
	195001	Codevasf – 5ª SR/AL	-	-	2	1.980,19	2.000,00
	195012	Codevasf – 7ª SR/PI	-	-	2	1.730,49	2.000,00

Fonte: AA/GFN (Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal)

3.3.7.2. Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro 3.3.7.2 - Utilização de suprimento de fundos

Valores em R\$ 1,00

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	195006	Codevasf – Sede	-	-	5	5.228,61	16.188,13	21.416,74
	195004	Codevasf – 2ª SR/BA	-	-	2	4.610,40	41.053,01	45.663,41
	195002	Codevasf – 3ª SR/PE	-	-	0	0,00	17.469,47	17.469,47
	195003	Codevasf – 4ª SR/SE	-	-	0	0,00	33.561,08	33.561,08
	195001	Codevasf – 5ª SR/AL	-	-	1	1.433,90	13.358,11	14.792,01
	195012	Codevasf – 7ª SR/PI	-	-	0	0,00	819,82	819,82
	195015	Codevasf – 8ª SR/MA	-	-	0	0,00	3.882,23	3.882,23
2014	195006	Codevasf – Sede	-	-	33	2.808,00	27.314,38	30.122,38
	195004	Codevasf – 2ª SR/BA	-	-	39	5.676,00	54.476,03	60.152,03
	195002	Codevasf – 3ª SR/PE	-	-	0	0,00	13.508,02	13.508,02
	195003	Codevasf – 4ª SR/SE	-	-	0	0,00	28.164,33	28.164,33
	195001	Codevasf – 5ª SR/AL	-	-	5	750,00	4.674,07	5.424,07
	195012	Codevasf – 7ª SR/PI	-	-	0	0,00	1.598,83	1.598,83
	195015	Codevasf – 8ª SR/MA	-	-	0	0,00	6.151,48	6.151,48
2013	195006	Codevasf – Sede	-	-	33	3.739,00	25.141,63	28.880,63
	195004	Codevasf – 2ª SR/BA	-	-	26	3.200,00	19.300,03	22.500,03
	195002	Codevasf – 3ª SR/PE	-	-	0	0,00	9.155,20	9.155,20
	195003	Codevasf – 4ª SR/SE	-	-	1	200,00	25.369,42	25.569,42
	195001	Codevasf – 5ª SR/AL	-	-	2	680,00	3.298,25	3.978,25
	195012	Codevasf – 7ª SR/PI	-	-	0	0,00	2.048,72	2.048,72

Fonte: AA/GFN (Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal)

3.3.7.3. Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

A classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência encontra-se disponível no [Quadro 1](#) - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência (Anexo 5).

3.3.7.4. Análise Crítica

O Decreto nº 5.355, de 25/01/2005, institui o Cartão de Pagamentos do Governo Federal, com o objetivo de facilitar o dia a dia da administração federal bem como facilitar o controle das despesas definidas pelo Decreto nº 93.872 como suprimento de fundos.

A Codevasf, com o objetivo de se adequar a norma editou norma regulamentadora⁸ para utilização do cartão de pagamentos com o consequente fechamento das contas tipo B utilizadas anteriormente para suprimento de fundos.

A utilização tem aumentado anualmente em razão do aumento de serviços da Empresa e aumento na demanda por pequenas despesas e de Unidades Descentralizadas. Além disso, em 2015, algumas Superintendências ajustaram os limites da utilização do cartão de acordo com a necessidade.

Para todos os suprimentos fornecidos foram apresentadas as prestações de contas, fato este que se deve ao rigor apresentado pela norma de utilização.

Diante do exposto classificamos benéfica e regular a aplicação dos recursos de suprimentos de fundos com a utilização do cartão de pagamentos do Governo Federal na Codevasf.

3.4. Desempenho Operacional

A Codevasf está inserida no contexto do Plano Plurianual – PPA 2012-2015, atuando em diversos programas temáticos na sua área de atuação, por meio de ações que contribuem para o desenvolvimento regional, buscando atingir metas associadas aos objetivos estratégicos estabelecidos pelo Governo Federal, destacando a execução de ações prioritárias do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do Programa Água para Todos - BSM, além das ações discricionárias voltadas para o desenvolvimento regional.

No período de 2012-2015 foram liquidados R\$ 3,7 bilhões na execução de projetos relacionados aos programas temáticos, que dimensiona de certa forma o desempenho operacional da Empresa. Todavia, muitos obstáculos tiveram que ser superados, outros ainda aguarda desdobramentos que implicam na execução de alguns empreendimentos.

Apesar das dificuldades, a Codevasf foi capaz de responder aos contínuos desafios que se atribui na execução das políticas públicas sob sua responsabilidade no decorrer de longos anos de sua história, suportada por uma infraestrutura robusta e pelo corpo técnico qualificado, mesmo com recursos limitados verificados nos últimos dois anos. Prova disso, reside na execução do Programa Água para Todos com instalação de mais de 220 mil cisternas e outras tecnologias hídricas sociais, por meio de créditos destacados pelo MI.

O desempenho operacional abaixo apresentado baseia-se, portando, nos resultados alcançados no período de vigência do PPA (2012-2015), discriminados por programas, objetivos e metas, dentro do que compete à Empresa na sua área de atuação.

Quadro 3.4.1 - Resultados alcançados – Exercícios 2012 a 2015

Programa	Objetivo	Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012 - 2015	Resultado Alcançado (PPA)	%
2013	0175	Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 82.428 hectares	ha	86.472	3.150	3,6%
		Implementar a regularização fundiária de 30 projetos públicos de irrigação	Perímetro	30	0	0,0%
		Obter a conformidade ambiental de 30 perímetros em fase de operação	Perímetro	30	0	0,0%
		Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 73.815ha	ha	73.815	0	0,0%
		Transferir a gestão de 7 perímetros públicos de irrigação	Unidade	7	0	0,0%

⁸ Norma de Concessão e Uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (N-253) - estabelece critérios e procedimentos que disciplinam a concessão e o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF no âmbito da Codevasf, para pagamento das despesas (Resolução nº 385, de 12 de agosto de 2014).

Programa	Objetivo	Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012 - 2015	Resultado Alcançado (PPA)	%
	0180	Disponibilizar serviços de ATER para 14.371 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação	Produtor	14.371	7.933	55,2%
	0543	Revitalizar 6 empreendimentos de interesse social	Unidade	6	0	0,0%
	0544	Ampliar a área irrigada em 48.690 ha	ha	48.690	0	0,0%
2026	0665	Revitalizar 24 sub-bacias hidrográficas do rio São Francisco	Sub-Bacia	24	13	54,2%
!						
2029	0789	Elaborar planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional.	Unidade	1	0	0,0%
	0840	Famílias beneficiadas nos APLs apoiados (*)	Família	-	10.728	-
2044	0989	Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais	Pessoas	3.000	3.524	117,5%
2051	0479	Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento	Municípios	75	8	10,7%
	0480	Revitalizar infraestruturas hídricas (44 barragens)	Unidade	44	6	13,6%
2052	0567	Implantar 2 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura	Unidade	2	0	0,0%
		Implantar/manutenir 31 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação	Unidade	31	31	100,0%
		Operar e manter 8 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Estações de Piscicultura e Centros de Pesquisa em Aquicultura	Unidade	8	8	100,0%
	0572	Implantar e adequar 3 Unidades de Beneficiamento de Pescado – UBP	Unidade	3	0	0,0%
2068	0355	Implantar obras de saneamento em 486 comunidades rurais, tradicionais e especiais	Localidades	486	256	52,7%
	0610	Beneficiar 28 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos	Municípios	28	28	100,0%
		Beneficiar 35 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares	Municípios	35	10	28,6%
		Contratar R\$ 4,7 milhões para apoio à execução de intervenções de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em municípios com presença de formas inadequadas de disposição final	R\$ (Milhão)	4,7	2,7	57,4%

Programa	Objetivo	Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012 - 2015	Resultado Alcançado (PPA)	%
		Contratar R\$ 1,043 bilhão para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória.	R\$ (Milhão)	1.043	580,7	55,7%
2069	0614	Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água.	Famílias	322.023	226.514	70,4%

Fonte: Relatórios de acompanhamento do PPA 2012-2015 (Unidade de Monitoramento e Avaliação)

(*) No PPA constava a meta “Gerar Postos de Trabalho”, inadequada para as atividades de inclusão produtiva executada pela Codevasf pela impossibilitando de mensuração de acordo com os critérios estabelecidos. Assim, optou-se por acompanhar o número de famílias beneficiadas.

Pelo quadro acima, verifica-se que algumas metas tiveram resultados muito abaixo do previsto. Os baixos índices apresentados devem-se, de maneira geral, a falhas no planejamento, contingenciamento orçamentário e financeiro, processos burocráticos, atraso na regularização fundiária e/ou ambiental e deficiência de pessoal. Com isso, alguns empreendimentos tiveram que ser paralisados.

Tabela 3.4.1 - Relação de obras paralisadas (Dez/2015)

Empreendimento	UF	Município
Estudos Canal do Xingó	BA/SE	Paulo Afonso e Santa Brígida, no Estado da Bahia, e os municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória, no Estado de Sergipe.
Estudos Bacia do Rio Verde	BA/SE	Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia, Gentio do Ouro e Ibipoba.
Canal do Sertão Pernambucano	BA/PE	Casa Nova no estado da Bahia e Petrolina, Afrânio, Dormentes, Santa Cruz e Santa Filomena, Parnamirim, Araripina, Trindade, Ipubi e Ouricuri em Pernambuco.
Estudos Perímetro Irrigado Iuiú	BA	Malhada, Iuiú e Sebastião Laranjeiras.
Estudos Perímetro Irrigado Mocambo-Cuscuzeiro	BA	Santa Maria da Vitória
Perímetros do Canal do Sertão Alagoano	AL	Delmiro Gouveia, Pariconha, Água Branca, Inhapi, São José da Tapera, Monteirópolis, Olho D'Água das Flores, Carneiros, Olivença e Santana do Ipanema.
Barragem Jequitaiá	MG	Jequitaiá, Engenheiro Navarro, Claro dos Poções, Francisco Dumont, Lagoa dos Patos, Várzea da Palma, Pirapora, Buritizeiro, Coração de Jesus, Joaquim Felício, Bocaiúva e Montes Claros.
Estudos Perímetros Irrigados Eixo Norte - Trecho VI	PE	Santa Maria da Boa Vista, Parnamirim e Ouricuri.
Barragem Atalaia	PI	Sebastião Barros
Barragem Tinguis	PI	Brasileira
Perímetro Irrigado Marrecas-Jenipapo	PI	São João do Piauí
Adutora Sudeste	PI	Padre Marcos, Caldeirão Grande, Marcolândia, Francisco Macedo, Belém do Piauí, Jaicós, Alegrete, Vila Nova do Piauí, São Julião e Campo Grande.
Água Para Todos (Implantação de S.A.A)	BA	04 Municípios (atendimento de 46 comunidades rurais)
	PE	05 Municípios (atendimento de 21 comunidades rurais)
	SE	01 Município (atendimento de 3 comunidades rurais)

Empreendimento	UF	Município
Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES	BA	16 empreendimentos
	MA	04 empreendimentos (detalhamento na ficha da ação 10RM)
	MG	12 empreendimentos (detalhamento na ficha da ação 10RM)
	PE	10 empreendimentos (detalhamento na ficha da ação 10RM)
	PI	04 empreendimentos (detalhamento na ficha da ação 10RM)
	SE	08 empreendimentos (detalhamento na ficha da ação 10RM)

Fonte: Balanço do PAC-2 (Dez/2015)

A seguir são apresentadas as realizações mais significativas no exercício de 2015, bem como as dificuldades enfrentadas para o alcance dos objetivos. A execução detalhada será abordada em cada ação orçamentária ([item 3.3.1 - Execução Física das Ações](#)).

Agricultura Irrigada

No exercício de 2015, foram empregados R\$ 74 milhões para continuidade das obras/serviços de implantação de 5 (cinco) perímetros públicos de irrigação, objetivando a conclusão das infraestruturas de uso comum e disponibilização das áreas para ocupação pelos produtores a serem beneficiados.

Destaca-se a conclusão, em novembro de 2015, do perímetro de irrigação Jacaré–Curituba com 3.150ha, no estado de Sergipe. O projeto beneficiará 700 famílias em 134 lotes de produtores familiares de assentamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Outro importante marco foi a realização da licitação da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) objetivando a ocupação das etapas 1 e 2 do Projeto Baixio de Irecê, localizado no estado da Bahia, totalizando 16.477,46 hectares de área irrigável.

Nos perímetros públicos de irrigação em operação, em 2015, foram empregados R\$ 120,2 milhões em ações de modernização, reabilitação, operação e na prestação de serviços de assistência técnica rural aos pequenos produtores rurais.

Todavia, registra que houve redução do limite orçamentário destinado às despesas discricionárias que impactou significativamente a operação, manutenção e recuperação de infraestruturas hídricas dos perímetros de irrigação, tais como suspensão dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para lotes familiares, paralisação de contratos de reabilitação de canais, recuperação de estações de bombeamento, etc., bem como atrasos no pagamento de despesas de custeio, trazendo implicações aos pequenos produtores, e por consequência impossibilidade no alcance das metas relacionadas no Plano Plurianual – PPA, cujas ações da Codevasf contribuem diretamente.

Ao longo dos últimos anos, houve um decréscimo nos recursos investidos em serviços de ATER. Tal fato acarretou a redução expressiva no número de produtores assistidos de 14.371, verificado em 2012, para 7.933 observados no ano de referência desse Relatório.

A transferência da gestão de perímetros públicos de irrigação requer a implementação de diversas ações, entre as quais: modernização da infraestrutura de uso comum, regularização fundiária e ambiental, capacidade de autogestão técnica e administrativa. Somente vencidas essas etapas, os agricultores poderão assumir os encargos financeiros decorrentes da irrigação e estarão conscientizados do seu papel de empresários rurais e para as tarefas de operação e manutenção dos sistemas.

Dessa forma, no período avaliativo, não foi possível realizar a transferência em razão das condicionantes citadas acima, além da não regulamentação da Lei de Irrigação, fundamental para essa iniciativa.

Revitalização

Em 2015, foram empregados R\$ 119,5 milhões na continuidade da execução das obras de saneamento básico e revitalização de bacias hidrográficas, beneficiando cerca de 288.000 pessoas.

Foram concluídos no exercício: 12.346 ligações intradomiciliares, 03 empreendimentos de processos erosivos, 10 sistemas de esgoto sanitário, 01 Aterro sanitário do Consórcio Cigres/AL e 03 sistemas de abastecimento de água, beneficiando 3.000 pessoas em 17 comunidades rurais.

As dificuldades na execução das obras revitalização estão relacionadas ao acompanhamento dos contratos e termos de compromisso em razão do reduzido número de funcionários; problemas fundiários e ambientais, que culminaram na demora de liberação de áreas para implantação de estações elevatórias e estações de tratamento de esgotos; abandono de obras por parte das contratadas; demora na aprovação de aditivos contratuais; projetos básicos mal elaborados; e demora na análise e autorização de serviços por parte de órgãos governamentais.

Oferta de Água

No exercício de 2015, foram empregados R\$ 42 milhões em obras estruturantes de infraestrutura hídrica e estudos de viabilidade para novos empreendimentos. Destaca-se a conclusão do anteprojeto da implantação de diques de contenção e estruturas vertentes na região da baixada Ocidental Maranhense com extensão de 71 km, e Projeto Executivo das adutoras de Dirceu Arcoverde, Lagoa do Barro, Queimada Nova, São Raimundo Nonato e Vila Nova, no estado do Piauí.

Ainda no segmento de oferta de água, deu continuidade a implantação da 2ª etapa da Adutora de Guanambi/BA – Trecho Caetitê-Maniaçu com extensão de 82,9 km de tubulação, sendo alcançados 99% de execução física, que possibilitará o atendimento de 33 mil pessoas; e obras de implantação do sistema de abastecimento de Água de Campo Alegre de Lourdes/BA, que se encontra com 74% de execução, devendo beneficiar 40 mil habitantes.

Ressalta-se que durante o período do PPA foi inaugurada, em 2012, a primeira etapa da Adutora de Guanambi, no estado da Bahia, sendo 67 km da adutora principal e 197 km de adutoras secundárias, possibilitando o abastecimento de aproximadamente 226 mil pessoas em 8 (oito) municípios do estado da Bahia: Malhada, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Guanambi, Candiba, Pindaí, Matina e Caetitê. Os demais empreendimentos que estavam previstos para serem concluídos no período, não foram entregues devido a fatores como problemas orçamentários, financeiros e pendências por parte de órgãos convenientes.

Desenvolvimento Regional

Desde 2012, o Projeto "Rotas de Integração Nacional" foi a principal estratégia de atuação no adensamento de Arranjos Produtivos Locais - APLs. Em 2015, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR/MI, a Codevasf aplicou R\$ 13,7 milhões dos recursos disponibilizados, beneficiando 3.369 famílias.

O Projeto Amanhã, que tem por objetivo a inserção dos jovens no mercado de trabalho, capacitou 599 jovens, ultrapassando a meta nacional prevista para o PPA 2012 – 2015, atingindo um total de 3.524 capacitados.

No setor de Aquicultura e Pesca, cerca de R\$ 4 milhões estão sendo aplicados em ações vinculadas ao Plano Brasil Sem Miséria com a distribuição de kits de aquicultura e pesca em benefício de cerca de 400 famílias de piscicultores.

Em 2015, foram produzidos 17,4 milhões de alevinos e, mantidos 8 (oito) Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura – CIRPA. Esses Centros são polos de capacitação de produtores; de difusão de novas tecnologias; e de produção de alevinos para revitalização do rio e projetos sociais.

A implantação/adequação de 3 Unidades de Beneficiamento de Pescado – UBP não foram realizadas, pois os recursos foram utilizados prioritariamente para o pagamento de serviços de vigilância, visando a preservação dos equipamentos. Ressalta-se que a UBP de Propriá (SE) foi transferida para a iniciativa privada a partir de 2012, e da UBP de Penedo (AL) e UBP de Barreiras (BA), transferidas no final de 2013 para a Prefeitura Municipal de Penedo e para a empresa Bahia Pesca, respectivamente.

Quanto aos centros previstos para serem implantado no PPA 2012 – 2015, nos estados do Maranhão e da Bahia, nunca houve aporte de recursos para execução da meta.

No âmbito do Programa “Água para Todos”, aproximadamente 226 mil famílias rurais foram beneficiadas com as tecnologias de captação de águas em quantidades suficientes à segurança alimentar e nutricional, que corresponde a 70% da meta prevista no PPA, no tocante as ações da Codevasf. O atraso na disponibilização de recursos financeiros e orçamentários, ocorrido no exercício em 2013, impactou negativamente o ritmo de execução das metas.

3.5. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

A Codevasf adota indicadores de desempenho para subsidiar a avaliação dos resultados da execução das ações governamentais e atividades internas, desenvolvidos com base em metodologia própria, e subdivididos em três grupos distintos: ID LOA – Lei Orçamentária Anual, ID Operacionais e ID Gerenciais.

Os indicadores existentes na Codevasf foram elaborados por um grupo de trabalho interno em 2007, em atendimento às determinações do TCU relativas às contas anteriores. Apesar das dificuldades encontradas na aplicação e utilização desses indicadores, entende-se que são importantes para a gestão da Empresa, desde que se avança em mudança comportamental de gestores e empregados, quebrando-se paradigmas para evoluir na maturidade organizacional na gestão de processos e projetos.

No Relatório de Auditoria nº: 201503879/2015/CGU (constatação nº 1.2.3.1 - Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ), a Controladoria Geral da União – CGU identificou deficiências nesses indicadores quanto à apresentação de fórmulas; ausência de metas, de valores de referência, de demonstração da utilização dos dados e da forma de obtenção destes, recomendando o seguinte:

- **Recomendação nº 1:** Readequar o rol de indicadores às necessidades da empresa, considerando o alinhamento dos indicadores ao planejamento da Codevasf, de forma a serem efetivamente utilizados.
- **Recomendação nº 2:** Revisar as fórmulas apresentadas, corrigindo as que se encontrarem incorretas.
- **Recomendação nº 3:** Definir valores de referência e metas para os indicadores que não os contenham.
- **Recomendação nº 4:** Tornar os indicadores acessíveis ao público externo.

A Área de Gestão Estratégica, visando atender às recomendações da CGU, promoveu a readequação dos atributos do rol indicadores junto as áreas responsáveis, prioritariamente as recomendações nº 2 e 3 citadas acima, definindo novo formato de apresentação (vide tabelas abaixo).

Na ocasião ficou previamente acertada a utilização continua dos indicadores a partir de 2016, sob a coordenação da Unidade de Monitoramento e Avaliação, a qual deverá propor metodologia de monitoramento para o efetivo emprego no processo de tomada de decisão da Empresa, bem como auxiliar nos trabalhos de levantamento e compilação de dados, considerando, porém, que boa parte dos dados é obtida nas Superintendências Regionais e há deficiência de informações estruturadas. Por último, não há na Empresa cultura voltada para gestão de resultados ou avaliação de desempenho.

Quanto à Recomendação nº 1, que determina readequar os indicadores às necessidades da empresa, considerando o alinhamento dos indicadores ao planejamento da Codevasf, tem-se a informar que, em 2015, foi elaborado proposta do Termo de Abertura de Projeto – TAP para aprovação dos gestores. Porém, diante de mudança constante ocorrida no nível de Direção; falta de direcionamento organizacional; e incertas quanto ao cenário político, fiscal e econômico, adicionado à necessidade de participação dos empregados representativos de todas as áreas e das Superintendências

Regionais; a revisão do planejamento estratégico está suspensa até a definição da gestão e das novas diretrizes.

A Recomendação nº 4 - Tornar os indicadores acessíveis ao público externo, será atendida com a disponibilização em local próprio no sítio da Codevasf, de fácil acesso aos empregados, órgãos de controle e pela sociedade, além de constar no próprio Relatório de Gestão (<http://www2.codevasf.gov.br/empresa/relatorios-de-gestao>).

3.5.1. Metodologia para Definição dos Indicadores e Avaliação de Resultados

Introdução

A avaliação é um processo que se realiza antes, durante e depois da execução de um programa ou projeto, visando efetuar juízo sobre o valor ou mérito sobre o empreendimento, com o apoio de dados e informações pertinentes, válidos e confiáveis.

Este processo tem como propósito medir os efeitos e impactos, além da relevância dos objetivos, a eficácia no alcance dos objetivos e metas, a eficiência no uso dos recursos, a adequação da organização, a contribuição/participação dos beneficiários e instituições envolvidas e a sustentabilidade da intervenção, propondo recomendações a fim de serem tomadas decisões para melhorar, modificar, reestruturar ou terminar o programa ou projeto.

Indicadores de Desempenho (ID)

Os indicadores de desempenho (ID) são variáveis que ajudam a medir as mudanças, progresso ou resultado de uma ação em relação aos objetivos e metas definidos, num determinado período de tempo. Os indicadores podem ser expressos em percentuais, índices e/ou conceitos, e que facilitam a verificação de mudanças ou a ocorrência dos resultados que se esperam de um programa/ação, ou seja, são as variáveis contra as quais a mudança pode ser medida.

Os indicadores aplicados na Codevasf foram desenvolvidos inicialmente em atendimento ao Acordão TCU nº 614/2002 e Relatório de Auditoria CGU nº 160259 – exercício 2004, apresentados desde então nos relatórios de gestão subdividem em três grupos distintos:

- **Indicadores de Desempenho LOA:** apresenta as metas e resultados na execução das ações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual, sendo avaliados quanto à utilização orçamentária, eficácia e eficiência no alcance das metas.
- **Indicadores Operacionais:** apresenta os resultados na execução dos principais programas de atuação da Codevasf.
- **Indicadores Gerenciais:** apresenta os resultados da gestão de pessoas e de administração de patrimônio e material.

A análise dos resultados, por meio da análise de dados históricos, que permitem verificar a evolução de um programa, da utilização da capacidade produtiva, plena utilização dos recursos financeiros, abrangência no atendimento às demandas de comunidades e segmentos sociais, a que se propõe, possibilitarão a correção de metas, reprogramação de atividades e, principalmente, servirão de subsídios para o planejamento.

Indicadores de Desempenho - ID LOA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) apresenta os Programas de Governo e suas ações, onde estão definidos a dotação orçamentária e a meta a ser alcançada. Ao longo do exercício, a dotação pode sofrer contingenciamentos implicando em menos recursos orçamentários para a obtenção do produto. A meta a ser alcançada pode sofrer alterações (quantidade revisada) em decorrência de fatores diversos como a melhor adequação da LOA às novas prioridades governamentais, mudanças na natureza do produto e ajustes à realidade do mercado.

Para cada uma das ações são calculados os indicadores de desempenho a seguir descritos.

a) Utilização Orçamentária (U)

A relação entre o valor empenhado e o valor descontingenciado é denominada Utilização.

$U = (VE/VD) * 100$, Onde: **U** = Utilização; **VL** = valor liquidado; e **VD** = valor descontingenciado

Considerado os valores aplicados (liquidados) e produto efetivamente realizado no exercício para apuração dos indicadores de eficácia e eficiência para melhor avaliação do desempenho de execução das ações previstas na Lei Orçamentária - Loa. Todavia, devido aos constantes atrasos verificados na liberação de limites orçamentárias e outros fatores relacionados à licitação e contratações, os empenhos geralmente ocorrem no final do ano, inviabilizando a execução das metas físicas e financeiras no exercício corrente, levando a eventuais distorções nos números, ou seja, apresentando resultados abaixo do esperado na realização das metas.

b) Eficácia no alcance das metas (E)

A relação entre a quantidade de produto efetivamente realizada e aquela definida na LOA (ou, se existir, a revisada) é denominada Eficácia. O produto e a meta podem ser revisados, buscando adequações às alterações quantitativas e qualitativas ocorridas durante a execução do orçamento. Quando o valor descontingenciado for inferior ao inicial da LOA e/ou a meta revisada, a ação terá sua quantidade ajustada. A quantidade potencial será estabelecida pela proporcionalidade entre o valor inicial da LOA, a meta revisada e o valor descontingenciado.

$E = (QR/QP) * 100$, Onde:

E = Eficácia; **QR** = quantidade efetivamente realizada; e **QP** = quantidade potencial

c) Eficiência na execução das metas (Ef)

O conceito de Eficiência se define a partir da quantidade de produto efetivamente realizada pela ação com a parcela da sua dotação que foi liquidada e o período em que teve os recursos orçamentários à sua disposição (tempo real). A estes parâmetros reais são estabelecidas proporcionalidades com a quantidade original do produto (ou, se existir, revisada), a dotação descontingenciada e o tempo previamente planejado.

$Ef = ((QR * TP) / (QO * TR)) * (VD / VL) * 100$

Onde: **Ef** = Eficiência; **QR** = quantidade efetivamente realizada; e **QO** = quantidade original (LOA ou, se existir, a revisada).

TR = Tempo Real - é o número de meses restantes para o final do exercício, a contar do 1º descontingenciamento do valor destinado à execução do produto, não considerando recursos inferior a 20% do disponibilizado em função do pequeno impacto na execução da ação.

TP = Tempo Planejado (período de tempo referente ao número de meses do exercício após a aprovação da LOA, sendo considerado 11 meses para o exercício em razão da liberação dos recursos).

VL = Valor Liquidado

VD = Valor Descontingenciado

Definição de Conceituação

Para fins de conceituação, utilizou-se uma adaptação dos parâmetros do Manual de Avaliação do PPA 2004-2007, conforme classificação a seguir:

Nota	Resultado >100% da meta	80% ≤ resultado ≤ 100% da meta	40% ≤ resultado < 80% da meta	Resultado < 40% da meta	Valor Contingenciado
Conceito	Acima do previsto	Dentro do previsto	Abaixo do previsto	Muito abaixo do previsto	Não se aplica

Indicadores de Desempenho Operacionais - ID Operacionais

Após levantamento das principais atividades executadas pela Codevasf, foram priorizados alguns programas, para os quais se definiu um número equilibrado de indicadores que buscam focar seus aspectos essenciais a serem monitorados. A priorização considerou a complexidade dos programas,

a disponibilidade de informações e a escassez de recursos financeiros e de pessoal, bem como o tempo disponível para acompanhamento. Assim, foram desenvolvidos os seguintes indicadores para avaliar as ações executadas pela Codevasf vinculadas a Programas temáticos do Governo Federal:

- Indicadores das ações de capacitação e monitoramento da juventude (Projeto Amanhã).
- Indicadores das ações de inclusão produtiva.
- Indicadores das ações de pesca e aquicultura.
- Indicadores dos serviços de ATER dos perímetros públicos de irrigação.
- Indicadores dos serviços de administração, operação e manutenção dos perímetros de irrigação.

Indicadores de Desempenho Gerenciais - ID Gerenciais

Trata dos indicadores relativos aos processos de gestão de pessoal e administração de patrimônio da Empresa, conforme segue:

- Indicadores sobre recursos humanos.
- Indicadores de administração do patrimônio e material.

Os indicadores desenvolvidos pela Codevasf possuem as seguintes características:

- ✓ **Representatividade:** o indicador deve ser a expressão dos produtos essenciais de uma atividade ou função; o enfoque deve ser no produto: medir aquilo que é produzido, identificando produtos intermediários e finais, além dos impactos desses produtos.
- ✓ **Praticidade:** garantia de que o indicador realmente funciona na prática e permite a tomada de decisões gerenciais. Para tanto, deve ser testado.
- ✓ **Simplicidade:** o indicador deve ser de fácil compreensão e não envolve dificuldades de cálculo ou de uso.
- ✓ **Economicidade:** as informações necessárias ao cálculo do indicador devem ser coletadas e atualizadas a um custo razoável, em outras palavras, a manutenção da base de dados não pode ser dispendiosa.

A elaboração dos indicadores operacionais levou em consideração as atividades de programação, acompanhamento, avaliação e reprogramação, inerentes ao planejamento estratégico. Assim, os indicadores definidos para a avaliação de desempenho dos programas e ações da Empresa basearam-se na execução de uma programação, a partir dos seus objetivos e metas, frente à infraestrutura existente, aos recursos humanos e financeiros disponíveis, ou seja, à capacidade operacional, técnica e financeira.

3.5.2. Resultados dos Indicadores de Desempenho

A seguir são apresentados os resultados dos indicadores das ações executadas pela Codevasf, vinculadas a programas temáticos (ID Operacionais), e os relacionados à condução dos processos internos das áreas administrativas (ID Gerenciais), referente ao exercício de referência, compreendendo as análises dos técnicos das Unidades responsáveis pelo acompanhamento.

Quanto aos indicadores de desempenho orçamentário (ID LOA), esses são apresentados no [Anexo 1 – Tabela 1](#).

Os indicadores relacionados aos serviços de ATER e de administração e operação estão detalhados por perímetro de irrigação no [Anexo 1 \(Tabela 2 a 7\)](#).

Programa: 2044 – Autonomia e Emancipação da Juventude

Tabela 3.5.2.1 - Indicadores operacionais de qualificação social e profissional (Projeto Amanhã)

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Tipo de avaliação	Acumulado ano			% alcançado da meta	Avaliação	Periodicidade	Fontes das informações
				Índice de Referência	Meta	Resultado				
J1 - Jovens Capacitados	= N° de Jovens capacitados no ano	Quant.	Eficácia	500	810	599	74	Abaixo do previsto	Semestral	Informações prestadas pelos coordenadores regionais do Projeto Amanhã
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DOS INDICADORES			MÉTODO DE COLETA DOS DADOS						
J1 - Jovens Capacitados	Cumprimento das metas programadas de capacitação de jovens rurais na Região Nordeste e Norte de Minas			Dados coletados por meio das listas de presença dos alunos dos cursos de capacitação						

Programa: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Tabela 3.5.2.2 - Indicadores das atividades de inclusão produtiva

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Tipo de avaliação	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação	Periodicidade	Fontes das informações
				Índice de Referência	Meta	Resultado				
A1 - Atividades produtivas apoiadas	= Quantidade total de atividades produtivas apoiadas	Unidade	Eficácia	5	6	6	100	Acima do previsto	Semestral	Informações prestadas pelas Superintendências Regionais, SIGEC.
A2 - Famílias beneficiadas nas atividades produtivas apoiadas	= Quantidade total de famílias beneficiadas	Unidade	Eficácia	2.000	2.000	2.969	148	Acima do previsto	Semestral	Informações prestadas pelas Superintendências Regionais, SIGEC.
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DOS INDICADORES			MÉTODO DE COLETA DOS DADOS						
A1 - Atividades produtivas apoiadas	Atividades produtivas apoiadas durante o ano com potencial para promover o desenvolvimento regional			Pelo objeto da ação ocorre o enquadramento em uma atividade produtiva já consolidada						
A2 - Famílias beneficiadas nas atividades produtivas apoiadas	Famílias beneficiadas durante o ano com potencial para promover o desenvolvimento regional.			Preenchimento de fichas dos beneficiários						

Programa: 2052 – Pesca e Aquicultura
Tabela 3.5.2.3 - Indicadores operacionais de desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Tipo de avaliação	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação	Periodicidade	Fontes das informações
				Índice de Referência	Meta	Resultado				
P1 - Produção de formas jovens pelos Centros Integrados	= Quantidade total de formas jovens produzidas	Milhões	Eficácia	13,0	15,0	17	113	Acima do previsto	Semestral	Relatório de atividades dos Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura
P2 - Produção de formas jovens destinadas à recomposição da ictiofauna	= Quantidade de formas jovens produzidas destinadas à recomposição da ictiofauna	Milhões	Eficácia	5	6	3,8	63	Abaixo do previsto	Semestral	Relatório de atividades dos Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura
P3 - Produção de formas jovens destinadas à inclusão produtiva	= Quantidade de formas jovens produzidas destinadas à inclusão produtiva	Milhões	Eficácia	8	6	6,4	107	Acima do previsto	Semestral	Relatório de atividades dos Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura
P4 - Proporção da produção de formas jovens de espécies nativas pelos Centros Integrados	= (Quantidade de formas jovens de espécies nativas produzidas / Quantidade total de formas jovens produzidas) *100	%	Eficácia	40%	50%	46%	92	Dentro do previsto	Semestral	Relatório de atividades dos Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura
P5 - Capacitação de pequenos produtores em técnicas de criação de peixes	= Quantidade de produtores capacitados	Unid.	Eficácia	100	100	0	0	Muito abaixo do previsto	Semestral	Relatórios de atividades das GRR/UDT's das Superintendências Regionais

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DOS INDICADORES	MÉTODO DE COLETA DOS DADOS
P1 -Produção total de formas jovens pelos Centros Integrados	Número total de formas jovens produzidas pelos Centros Integrados durante ano, incluindo espécies nativas e exóticas.	A contagem dos organismos aquáticos produzidos é realizada por meio das seguintes metodologias: contagem individual, amostragem, amostragem por peso ou por contadores eletrônicos.
P2 -Produção de formas jovens destinadas à recomposição da ictiofauna	Número de formas jovens produzidas pelos Centros Integrados durante ano, destinadas às ações de recomposição da ictiofauna (peixamentos).	A contagem dos organismos aquáticos produzidos é realizada por meio das seguintes metodologias: contagem individual, amostragem, amostragem por peso ou por contadores eletrônicos.
P3 Produção de formas jovens destinadas à inclusão produtiva	Número de formas jovens produzidas pelos Centros Integrados durante ano, destinadas às unidades de criação de peixes apoiadas pela Codevasf.	A contagem dos organismos aquáticos produzidos é realizada por meio das seguintes metodologias: contagem individual, amostragem, amostragem por peso ou por contadores eletrônicos.
P4 -Proporção da produção de formas jovens de espécies nativas pelos Centros Integrados	Percentual da produção de espécies nativas em relação ao total de formas jovens produzidas pelos Centros Integrados.	A contagem dos organismos aquáticos produzidos é realizada por meio das seguintes metodologias: contagem individual, amostragem, amostragem por peso ou por contadores eletrônicos.
P5 -Capacitação de pequenos produtores em técnicas de criação de peixes	Pequenos produtores atendidos com capacitação e treinamento em técnicas de criação de peixes em viveiros ou tanques-rede.	A contagem dos produtores capacitados é feita após a conclusão dos cursos

Programa 2013 - Agricultura Irrigada

Tabela 3.5.2.4 - Indicadores operacionais de ATER dos perímetros públicos de irrigação

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Tipo de avaliação	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação	Periodicidade	Fontes das informações
				Índice de Referência	Meta	Resultado				
T1 - Perímetros Públicos de Irrigação atendidos com ATER	= (Quant. de perímetros atendidos com ATER de lotes familiares / Quant. de perímetros com lotes familiares) * 100	%	Eficácia	100	100	44	44	Abaixo do previsto	Mensal	Sistema SIGEC

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DOS INDICADORES	MÉTODO DE COLETA DOS DADOS
T1 - Perímetros Públicos de Irrigação atendidos com ATER	Relação entre perímetros públicos atendidos sobre a quantidade total de perímetros com lotes familiares	Pesquisa no SIGEC

Tabela 3.5.2.5 - Indicadores operacionais relacionados à administração, operação e manutenção dos perímetros de irrigação

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Tipo de avaliação	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação	Periodicidade	Fontes das informações
				Índice de Referência	Meta	Resultado				
O1 - Eficiência operacional	= (Volume fornecido aos irrigantes no ano em 1000m3 / Volume d'água captado pelo Perímetro em 1000m3) * 100	%	Eficiência	73,1	72,2	79,1	109	Acima do previsto	Anual	Relatório de representantes
O2 - Rentabilidade da água fornecida ao produtor	= (Valor bruto da produção anual em R\$ / Volume fornecido aos irrigantes no ano em 1000m3)	(R\$/1000 m3)	Eficiência	1.155,1	1.112,5	1.527,1	137	Acima do previsto	Anual	Relatório de representantes e Relatório de ATER
O3 - Taxa Recebimento tarifa	= (Tarifa d'água K2 recebida no ano em R\$ / Tarifa d'água K2 faturada no ano em R\$) * 100	%	Eficiência	84,7	90,0	87,6	97	Dentro do previsto	Anual	Relatório de representantes
O4 - Autossuficiência financeira	= [(Tarifa d'água K2 recebida no ano em R\$ + Outras receitas recebidas em R\$) / Custo operacional total em R\$] * 100	%	Eficiência	69,0	81,7	66,2	81	Dentro do previsto	Anual	Relatório de representantes
O5 - Inadimplência nas tarifas K2	= [(Taxa de inadimplência informada pelos Distritos x Área irrigada de pequenos produtores no ano em ha + Taxa de inadimplência dos lotes empresariais x Área irrigada empresarial no ano em ha) / Área irrigada total no ano em ha] * 100	%	Eficiência	26,0	10,0	33,6	30	Muito abaixo do previsto	Anual	Relatório de representantes

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DOS INDICADORES	MÉTODO DE COLETA DOS DADOS
O1 - Eficiência operacional	Relação entre o volume d'água fornecido aos irrigantes e o volume total captado nos mananciais de abastecimento do perímetro, indica quanto da água retirada é efetivamente fornecida aos produtores.	Medidores de vazão e hidrômetros
O2 - Rentabilidade da água fornecida ao produtor	Expressa o retorno financeiro bruto por cada 1000 m3 de água fornecida.	Contabilidades dos Distritos e equipes de ATER
O3 - Taxa Recebimento tarifa	Relação entre as tarifas de K2 faturadas e toda receita proveniente de K2 recebida pelo distrito.	Contabilidades dos Distritos
O4 - Autossuficiência financeira	Relação entre todas as receitas dos Distritos no exercício e o seu orçamento anual. Por receitas dos Distritos consideram-se valores recebidos de K2 somado a receita de outras fontes, como aluguel de máquinas e fornecimento de água para outros fins.	Contabilidades dos Distritos
O5 - Inadimplência nas tarifas K2	Relação entre o faturado e recebido no mês da tarifa K2	Contabilidades dos Distritos

2011 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional
Tabela 3.5.2.6 - Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Tipo de avaliação	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação	Periodicidade	Fontes das informações
				Índice de Referência	Meta	Resultado				
R1 - Absenteísmo	= [(Nº de dias das licenças médicas + Nº de dias de faltas não justificadas no ano) / Nº total de funcionários do quadro da Empresa no ano]	Unid.	Eficiência	3,5	5,0	4,4	87	Dentro do previsto	Mensal	Sistema MentoRH
R2 - Perfil Etário	= (Somatório das idades dos funcionários efetivos da Empresa / Nº total de funcionários efetivos do quadro da Empresa no ano)	Unid.	Eficácia	48,0	45,0	49,4	-	-	Mensal	Sistema MentoRH
R3 - Acompanhamento do Quadro de Pessoal - Nível superior	= (Nº de funcionários com cargo de nível superior / Nº total de funcionários do quadro efetivo da Empresa no ano) * 100	%	Eficácia	54%	60,0%	54,5%	91	Dentro do previsto	Mensal	Sistema MentoRH
R4 - Acompanhamento do Quadro de Pessoal - Nível Médio	= (Nº de funcionários com cargo de nível médio / Nº total de funcionários do quadro efetivo da Empresa no ano) * 100	%	Eficácia	25,0%	30,0%	24,5%	82	Dentro do previsto	Mensal	Sistema MentoRH
R5 - Acompanhamento do Quadro de Pessoal - Nível Operacional	= (Nº de funcionários com cargo de nível operacional / Nº total de funcionários do quadro efetivo da Empresa no ano) * 100	%	Eficácia	21%	10,0%	20,9%	209	Acima do previsto	Mensal	Sistema MentoRH
R6 - Níveis Salariais	= (Soma das remunerações mensais / Nº total de funcionários do quadro da Empresa no ano)	R\$	Eficácia	R\$ 9.932,00	R\$ 10.992,00	R\$ 11.129,86	101	Acima do previsto	Mensal	Sistema MentoRH
R7 - Rotatividade (turnover)	= [(Nº de funcionários que se desligaram voluntariamente no ano + Nº de funcionários que se desligaram involuntariamente no ano) / Nº total de funcionários do quadro efetivo da Empresa no ano] * 100	%	Eficácia	1,40%	2,0%	1,2%	167	Acima do previsto	Mensal	Sistema MentoRH
R8 - Disciplina	= (Nº de Processo Administrativo Disciplinar no ano / Nº total de funcionários do quadro efetivo da Empresa no ano) * 100	%	Eficiência	1,1%	1,0%	0,92%	92	Dentro do previsto	Mensal	Acompanhamento PR/CO
R9 - Demandas Trabalhistas	= (Nº de processos trabalhistas contra a empresa / Nº total de funcionários do quadro efetivo da Empresa no ano) * 100	%	Eficácia	5%	6,0%	12,4%	48	Abaixo do previsto	Mensal	Sistema PR/AJ
R10 - Satisfação e Motivação	= [Soma das notas no quesito ótimo e bom / (Nº de funcionários participantes da pesquisa de satisfação x nº de questões da pesquisa)] * 100	%	Efetividade	0	0,0%	0,0%	-	-	Mensal	-
R11 - Acidentes de Trabalho	= (Nº de acidentes de trabalho por ano / Nº total de funcionários do quadro efetivo da Empresa no ano) * 1000	Unid.	Eficácia	7,79	3,0	2,3%	130	Acima do previsto	Mensal	Acompanhamento da Unidade AA/GGP/UBS

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Tipo de avaliação	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação	Periodicidade	Fontes das informações
				Índice de Referência	Meta	Resultado				
R12 - Formação Acadêmica	= (Nº de funcionários com nível superior no ano / Nº total de funcionários efetivos do quadro da Empresa no ano) * 100	%	Eficácia	62,0%	70,0%	63,2%	90	Dentro do previsto	Mensal	Sistema MentoRH
R13 - Educação Continuada	= (Nº total de funcionários capacitados no ano / Nº total de funcionários do quadro total da Empresa) * 100	%	Eficácia	44,0%	40,0%	21,8%	55	Abaixo do previsto	Mensal	Sistema MentoRH e controle da Unidade
R14 - Participações em Capacitações	= (Nº total de participações em capacitações no ano / Nº total de funcionários capacitados no ano)	Unid.	Eficácia	-	2,0	1,5	76	Abaixo do previsto	Mensal	Sistema MentoRH e controle da Unidade
R15 - Desempenho Funcional	= (Nº total de funcionários promovidos por mérito no ano / Nº total de funcionários efetivos do quadro da Empresa no ano) * 100	%	Eficácia	79,0%	50,0%	68,5%	137	Acima do previsto	Mensal	Sistema MentoRH

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DOS INDICADORES	MÉTODO DE COLETA DOS DADOS
R1 - Absenteísmo	Média de ausências dos trabalhadores no processo de trabalho, seja por falta ou atraso, devido a algum motivo interveniente	Extração de dados do sistema MentoRH
R2 - Perfil Etário	Média da idade dos funcionários da empresa (não inclui os empregados s/ vínculo empregatício)	Extração de dados do sistema MentoRH
R3 - Acompanhamento do Quadro de Pessoal - Nível superior	Percentual de empregados contratados com cargo de nível superior na Empresa (não inclui os empregados s/ vínculo empregatício)	Extração de dados do sistema MentoRH
R4 - Acompanhamento do Quadro de Pessoal - Nível Médio	Percentual de empregados contratados com cargo de nível médio na Empresa (não inclui os empregados s/ vínculo empregatício)	Extração de dados do sistema MentoRH
R5 - Acompanhamento do Quadro de Pessoal - Nível Operacional	Percentual de empregados contratados com cargo de nível operacional na Empresa (não inclui os empregados s/ vínculo empregatício)	Extração de dados do sistema MentoRH
R6 - Níveis Salariais	Pagamento médio mensal por empregado	Extração de dados do sistema MentoRH
R7 - Rotatividade (turnover)	Percentual de desligamentos de funcionários da empresa entre os funcionários efetivos	Extração de dados do sistema MentoRH
R8 - Disciplina	Percentual de Processos Administrativos Disciplinares (PAD) entre os funcionários efetivos (não inclui os empregados s/ vínculo empregatício)	Planilha interna da Unidade
R9 - Demandas Trabalhistas	Número de processos trabalhistas contra a empresa por grupo de 100 empregados (não inclui os empregados s/ vínculo empregatício)	Extração de dados do sistema da Assessoria Jurídica - PR/AJ
R10 - Satisfação e Motivação	Nota de satisfação dos empregados	Pesquisa aplica por meio de sistema informatizado baseado na intranet desenvolvido para essa finalidade.
R11 - Acidentes de Trabalho	Número de acidentes de trabalho por grupo de 1000 funcionários efetivos (não inclui os empregados s/ vínculo empregatício)	Planilha de controle de CATs (Comunicação de Acidente de Trabalho)
R12 - Formação Acadêmica	Percentual de funcionários com escolaridade de nível superior na Empresa (não inclui os empregados s/ vínculo empregatício)	Extração de dados do sistema MentoRH
R13 - Educação Continuada	Percentual de funcionários capacitados da Empresa (não inclui os empregados s/ vínculo empregatício e os cedidos)	Extração de dados do sistema MentoRH e planilha de controle da Unidade de Treinamento e Desenvolvimento
R14 - Participações em Capacitações	A média de cursos realizados por funcionários que foram capacitados	Extração de dados do sistema MentoRH e planilha de controle da Unidade de Treinamento e Desenvolvimento
R15 - Desempenho Funcional	Percentual de empregados promovidos por mérito na Empresa	Extração de dados do sistema MentoRH

2011 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional
Tabela 3.5.2.7 - Indicadores gerenciais sobre patrimônio e material

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Tipo de avaliação	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação do indicador	Periodicidade	Fontes das informações
				Índice de Referência	Meta	Resultado				
L1 - Bens inventariados	= Quantidade de bens inventariados no último exercício	Unid.	Eficácia	56.556	56.506	56.501	100	Dentro do previsto	Mensal	Relatório da Comissão de Inventário
L2 - Apuração de bens não localizados em inventários	= N° de bens não inventariados pelas comissões de Inventário do último inventário que efetivamente foram localizados pela Unidade de Patrimônio	Unid.	Eficiência	100	55	52	95	Dentro do previsto	Mensal	Relatório da Comissão de Inventário
L3 - Apuração de bens não localizados e ressarcidos	= N° de bens não localizados pela Unidade de Patrimônio do último inventário que foram ressarcidos ou repostos	Unid.	Eficiência	3	3	3	100	Acima do previsto	Mensal	Processo Administrativo
L4 - Alienação de bens inservíveis nas atividades da Empresa	= N° de bens inservíveis identificados no último inventário objeto de alienação (leilão ou doação)	Unid.	Eficiência	-	-	-	-	-	Mensal	Relatório da Comissão de Inventário e Processos de alienação
L5 - Aquisições de material de consumo por pregão eletrônico	= (Valores contratados para fornecimento de material de consumo adquiridos por Pregão eletrônico / Total gasto com material de consumo no ano) * 100	%	Eficiência	50,0%	40,0%	33,8%	84	Dentro do previsto	Mensal	Processo Administrativo
L6 - Despesas com consumo de material de expediente	= Valor gasto com material de consumo no exercício	R\$	Economicidade	1.737.230,00	1.563.507,00	950.288,00	165	Acima do previsto	Mensal	Processo Administrativo
L7 - Consumo de Energia Elétrica	= Consumo de energia elétrica no exercício	MWh	Economicidade	4	3	4	86	Dentro do previsto	Mensal	Contas de energia elétrica
L8 - Uso de Telefonia	= Gasto com telefonia no exercício	Min	Economicidade	63.779	57.401	72.471	79	Abaixo do previsto	Mensal	Contas de telefonia
L9 - Consumo de Água	= Consumo de água no exercício	m3	Economicidade	96.599	86.939	20.094	433	Acima do previsto	Mensal	Contas de água
L10 - Consumo de Papel (resma)	= Consumo de papel de impressão no exercício	Unid.	Economicidade	440.279	396.251	107.647	368	Acima do previsto	Mensal	Sistema SIAMP

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DOS INDICADORES	MÉTODO DE COLETA DOS DADOS
L1 - Bens inventariados	Bens da Codevasf que efetivamente foram inventariados no exercício	Checagem física de bens
L2 - Apuração de bens não localizados em inventários	Sindicâncias formadas para apuração de bens não localizados no último inventário	Confirmação física da localização
L3 - Apuração de bens não localizados e ressarcidos	Sindicâncias formadas para apuração de bens não localizados no último inventário	Apuração/ reposição
L4 - Alienação de bens inservíveis nas atividades da Empresa	Alienação via leilão de bens considerados inservíveis no último inventário da Empresa (leilão ou doação para entidade de interesse social)	-
L5 - Aquisições de material de consumo por pregão eletrônico	Participação de material de consumo adquiridos na modalidade Pregão Eletrônico comparado ao gasto total com material de consumo no exercício	Busca de dados nos Sistema SIAFI - Conta específica
L6 - Despesas com consumo de material de expediente	Despesas realizadas com aquisição de material de consumo no exercício	Busca de dados nos Sistema SIAFI - Conta específica
L7 - Consumo de Energia Elétrica	Quantidade de energia elétrica consumida no exercício	Análise e controle da conta de energia
L8 - Uso de Telefonia	Quantidade de minutos de telefone utilizados no exercício	Análise e controle da conta de telefonia
L9 - Consumo de Água	Quantidade de água consumida no exercício	Análise e controle da conta de Água
L10 - Consumo de Papel (resma)	Quantidade de papel para impressão consumido no exercício	Busca de dados nos Sistemas: SIAMP e SIAFI

3.5.3. Análise Crítica dos Indicadores de Desempenho

▪ INDICADORES OPERACIONAIS DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL (PROJETO AMANHÃ)

J1 - Jovens Capacitados: A meta não foi cumprida devida aos contingenciamentos orçamentários que ocorreram na ação 4786 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) observado nos últimos exercícios, chegando, em média, a 65% do previsto na Lei Orçamentária Anual. As capacitações realizadas ocorreram devido às parcerias existentes (Senai, Sebrae, Emater, Embrapa, entre outros) e também, foram realizados cursos no Telecentro, localizado no perímetro de irrigação Gorutuba, município de Nova Porteirinha/MG.

▪ INDICADORES OPERACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

P1 - Produção de formas jovens pelos Centros Integrados

Este indicador teve um resultado acima do previsto, em boa parte, graças ao desempenho do Centro Integrado de Itiúba (AL), que teve uma produção de mais de 7 milhões de formas jovens em 2015. Com esta grande contribuição, a produção total dos Centros ficou em 17 milhões, acima do verificado em 2014 e 2013, que foram 12 e 14 milhões, respectivamente.

P2, P3 e P4 - Produção de formas jovens destinadas à recomposição da ictiofauna, os destinados à inclusão produtiva, e Proporção da produção de formas jovens de espécies nativas pelos Centros Integrados

Os Centros Integrados sempre tiveram como prática produzir mais formas jovens de espécies exóticas do que nativas, por conta do domínio da reprodução artificial de espécies como tilápia e tambaqui. Entretanto, nos últimos anos os Centros foram incentivados a produzir maiores quantidades de formas jovens de espécies nativas, não só para as ações de revitalização de rios, como a recomposição de ictiofauna (peixamentos), mas também para o uso dessas espécies na aquicultura comercial e familiar. Ainda estamos abaixo do previsto na utilização dos alevinos para peixamentos (Indicador P2), o que se espera que aumente nos próximos anos, entretanto estamos dentro da meta de que as formas jovens de espécies nativas produzidas pelos Centros representem cerca de 50% da produção total (Indicador P3).

P5 - Capacitação de pequenos produtores em técnicas de criação de peixes

Devido aos contingenciamentos orçamentários ocorrido na ação 212M - Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Rios, Grandes Reservatórios e Canais de Perímetros de Irrigação, não houve capacitação de pequenos produtores em técnicas de aquicultura no ano de 2015.

▪ INDICADORES OPERACIONAIS PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – APLS

A1 - Atividades produtivas apoiadas

Foi sugerida a revisão do produto passando do atual “Nº de Arranjos Produtivos Locais apoiados (unidade)” para “Nº de atividades produtivas apoiadas (unidade)” por representar melhor a efetiva execução das ações demandadas pelos produtores e suas organizações que são implantadas nos territórios e relacionadas diretamente àquelas atividades produtivas identificadas de maior potencial local. Para a definição da meta de 6 (seis) atividades produtivas apoiadas são considerados alguns fatores: número de atividades produtivas potenciais no território trabalhado, demanda e vocação dos atores locais e disponibilidade de recursos orçamentários e humanos para execução das ações de apoio, além das rotas da integração nacional que foram priorizadas pelo Ministério da Integração Nacional. Essas ações possibilitaram o aumento da ocupação e da renda pela possibilidade de diversificação de atividades produtivas desenvolvidas dentro da propriedade agrícola familiar.

A2 – Famílias beneficiadas nas atividades produtivas apoiadas

Foi sugerida a criação do produto “Nº de famílias beneficiadas (unidade)”, por representar a dimensão de pessoas diretamente beneficiadas com a ação, de fácil mensuração, e considerando que a coleta de dados é conduzida pela mesma equipe técnica das Superintendências Regionais e trabalham com o mesmo público alvo: número de atividades produtivas potenciais no território trabalhado demanda e vocação dos atores locais e disponibilidade de recursos orçamentários e humanos para execução das ações de apoio.

Este indicador teve um resultado acima do previsto, considerando que, 2015, foi ano de conclusão das ações de inclusão produtiva, do Plano Brasil Sem Miséria, permitindo um maior número de doações de kits produtivos, possibilitando atingir um número maior de famílias que o previsto.

Como resultado desse apoio continuado à estruturação das atividades produtivas, observa-se a melhor organização dos produtores na condução de seu negócio com impactos positivos: cotização para divisão dos custos de manutenção das unidades de beneficiamento troca de experiências de técnicas de manejo para o aumento da produtividade, participação em eventos técnicos e de comercialização possibilitando a melhoria dos processos produtivos e comercialização da produção.

▪ INDICADORES OPERACIONAIS DE ATER DOS PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) são prestados somente aos pequenos produtores, por meio de contrato com empresas especializadas ou por meio de convênio com instituições estaduais.

Em 2015, a Codevasf disponibilizou serviços de ATER para 7.886 pequenos produtores distribuídos em 14 projetos públicos de irrigação. No entanto, devido à restrição de recursos que ocorre desde 2014, as Superintendências Regionais tiveram seus contratos encerrados no início de 2015, com exceção da 1ª SR/MG.

No caso específico dos projetos públicos de irrigação Gorutuba e Jaíba (1ª SR/MG), os serviços de ATER são prestados pela Emater/MG, por meio de convênio celebrado com a Codevasf, prorrogado por meio de Termo Aditivo para execução em 2015.

Os projetos públicos Senador Nilo Coelho e Bebedouro, da 3ª SR; Curaçá, Mandacaru, Maniçoba e Tourão, da 6ª SR; Boacica e Itiúba, da 5ª SR; e Betume, Cotinguiba/Pindoba e Propriá, da 4ª SR, receberam ATER até o mês de abril de 2015. O projeto Salitre, da 6ª SR, teve o contrato de ATER encerrado no início de abril, totalizando apenas três meses de prestação de serviço de ATER.

Registra-se mais uma vez que, devido à restrição de recursos, os serviços de ATER têm sido prestados de forma descontinuada nos últimos três anos. Em 2013, de um total de 34 projetos, 25 projetos foram contemplados com ATER, em 2014 esse número foi reduzido para 15 e em 2015 para apenas 14 projetos. Além disso, a prestação do serviço de ATER não foi realizada durante os doze meses do ano para esses projetos. Dependendo da SR o serviço de ATER foi prestado em apenas alguns meses do ano, conforme já mencionado nos relatórios anteriores.

A **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER)** e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), e altera a Lei nº 8.666/1993. No seu Artigo 2º estabelece:

“... Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): **serviço de educação não formal, de caráter continuado**, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais...” [grifo nosso]. (BRASIL, Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.)

Entende-se que este tipo de serviço é de caráter contínuo, e uma vez que um de seus principais objetivos não é cumprido - quando o serviço não é prestado, ou é prestado de forma descontínua - a sua eficácia é prejudicada e os seus efeitos, quando ocorrem, dificilmente podem ser medidos.

Nesse contexto, de restrição de recursos e descontinuidade dos serviços prestados, a correta mensuração dos indicadores de desempenho de ATER no ano de 2015 foi dificultada, bem como a comparação dos indicadores entre os anos considerados (2013, 2014 e 2015), pois os projetos que receberam ATER e o período de referência (número de meses) não foram os mesmos.

Dessa forma, os indicadores regularmente utilizados para medir o desempenho dos serviços de ATER, até o exercício de 2014, [Dimensionamento da equipe de ATER (produtor/técnico); Custo anual dos serviços de ATER por produtor assistido (R\$/produtor) e Representatividade do custo da ATER em relação ao Valor Bruto da Produção (%)] não puderam ser calculados, sendo substituídos pelo indicador “T1 - Perímetros Públicos de Irrigação atendidos com ATER”.

Esse indicador representa a porcentagem de projetos públicos de irrigação que possuem lotes familiares atendidos com ATER, ou seja, a razão entre o número de projetos públicos de irrigação atendidos pela ATER e a quantidade total de projetos públicos de irrigação com lotes familiares. A Gerência de Apoio à Produção (AI/GAP) pretende utilizar esse indicador até os serviços ser reestabelecidos na sua totalidade ou até a criação de novos indicadores mais adequados a atual realidade.

A Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, prevê a garantia da ATER aos irrigantes familiares dos projetos público de irrigação. Em seu art. 1º, inciso VI, essa Lei menciona que a ATER é instrumento da Política Nacional de Irrigação, e no seu art. 17 estabelece o seguinte:

“... Art. 17. O poder público garantirá ao agricultor irrigante familiar assistência técnica e extensão rural, em projetos públicos e privados de irrigação. Parágrafo único. As ações de assistência técnica e extensão rural articular-se-ão com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Integração Nacional, observando-se a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010...” (BRASIL, Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013).

Por esse motivo, a meta para o indicador “Perímetros Públicos de Irrigação atendidos com ATER” foi estipulada em 100%, ou seja, prestação de serviço de ATER a todos os projetos públicos de irrigação com irrigante familiar, conforme prevê a Lei (*o poder público garantirá ao agricultor irrigante familiar serviços de ATER em projetos públicos e privados de irrigação*).

Todavia, em 2015, houve a prestação de serviços de ATER em somente 14 dos 34 projetos públicos de irrigação, com lotes familiares, e destes somente 2 (dois), Jaíba e Gortuba, tiveram a prestação desses serviços de ATER de forma integral. Os demais tiveram a vigência desses serviços restrita a 4 (quatro) meses. Tal fato é atribuído à escassez de recursos orçamentários e financeiros.

Enfim, enquanto o indicador “Perímetros Públicos de Irrigação atendidos com ATER” não expressar o estabelecimento integral dos serviços de ATER em todos os projetos públicos de irrigação sob a responsabilidade da Codevasf, a análise dos demais indicadores (abaixo listados) não será possível. Isso porque os indicadores abaixo, na sua concepção, refletem uma situação de prestação integral dos mencionados serviços, que, no ano de 2015, se processou muito aquém dessa expectativa.

Indicadores selecionados para avaliar a ATER, sob o ponto de vista gerencial da Codevasf, nos anos anteriores:

Dimensionamento da equipe de ATER (produtor/técnico) - O parâmetro definido para o dimensionamento da equipe de ATER, para a maioria dos projetos públicos de irrigação da Codevasf, é de 40 a 60 produtores assistidos por técnico nos projetos públicos de irrigação onde predominam culturas permanentes (fruticultura). Nos projetos públicos de irrigação onde predominam culturas temporárias (projetos do Baixo São Francisco), o parâmetro pode ficar

entre 80 a 110. A variação ocorre em função do perfil dos produtores, dos tipos de cultivo, do tamanho médio dos lotes e da distância entre os projetos públicos de irrigação atendidos por uma equipe de ATER.

Custo anual dos serviços de ATER por produtor assistido (R\$/produtor) - O custo anual dos serviços de ATER, por produtor, apresenta ampla variação entre os projetos públicos de irrigação. Isso é em função do perfil dos produtores, tamanho e distância entre lotes e distância entre os projetos públicos de irrigação atendidos por uma equipe de ATER.

Representatividade do custo da ATER em relação ao Valor Bruto da Produção (%) – O cálculo desse indicador não foi possível para os projetos públicos de irrigação da 2ª SR e os do Sistema Itaparica, em razão da ausência dos serviços de assistência técnica e extensão rural e a indisponibilidade de dados de VBP.

▪ INDICADORES OPERACIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS PERÍMETROS

O1 = Eficiência operacional - Este indicador trata da relação entre o volume de água captada e o volume de água fornecido aos irrigantes em cada perímetro irrigado da Codevasf, demonstrando o índice de perdas ocorrido nos processos de condução e distribuição de água nas infraestruturas de uso comum. Os índices de cada Perímetro Irrigado variam conforme o estado de conservação das infraestruturas, tipo de infraestruturas de condução e distribuição (canal ou tubulação), forma de condução (gravidade ou pressurizada), qualidade da gestão das atividades de operação e a existência de dispositivos de medição de vazão.

O2 = Rentabilidade da água - Este indicador expressa qual o retorno financeiro bruto trazido ao produtor para cada 1000 m³ de água fornecido, calculado pela relação entre o valor bruto da produção no perímetro irrigado e o volume de água total fornecido. Os resultados obtidos demonstram que os perímetros que exploram culturas nobres (fruticultura) têm indicador de valor mais alto que aqueles que exploram grãos e cana-de-açúcar.

O3 = Taxa de recebimento de tarifa - Este indicador é obtido pela relação entre o valor total de tarifa d'água faturado pelo valor total recebido, retratando a capacidade de arrecadação em cada perímetro irrigado. Os perímetros de gestão mais organizada e com maior ocupação de suas áreas tendem a obter melhor índice de arrecadação. Os resultados esperados do indicador situam-se em torno de 100%. Valores superiores a indicam superávit de arrecadação, geralmente oriundo do recebimento de créditos em atraso. Valores inferiores a 100 indicam o não recebimento de tarifas e permite vislumbrar grau de dificuldade da administração do Perímetro em manter os serviços prestados aos agricultores.

O4 = Autossuficiência financeira - Este indicador é calculado pela relação entre as receitas provenientes dos serviços prestados pelos Distritos e seu custo operacional, mensurando a dependência de aporte de recursos públicos no financiamento dos custos operacionais. Aqueles perímetros que receberam mais investimentos da Codevasf alcançaram índices mais baixos. Em 2015 os Perímetros que tiveram restrição no suprimento de água tiveram redução do respectivo índice. Os perímetros localizados na região do Baixo São Francisco são de cunho social e requerem aporte significativo de recursos públicos contribuindo para um valor baixo do indicador.

O5 = Inadimplência nas tarifas - Este indicador é calculado pela relação entre o número de contas emitidas e o número de contas pagas, demonstrando a tempestividade no pagamento da tarifa k2 dos perímetros irrigados.

Os Perímetros que mais organizados administrativamente e com maior ocupação de suas áreas tendem a ter menor inadimplência. Os Perímetros que tiveram restrições em 2015 no fornecimento de água aos produtores também tiveram expressiva inadimplência.

▪ ANÁLISE CRÍTICA DOS INDICADORES SOBRE RECURSOS HUMANOS

R1 – Absenteísmo: O absenteísmo foi analisado conforme a fórmula expressa na tabela. No exercício 2015 observa-se um valor abaixo do índice previsto sinalizando queda nos índices de absenteísmo.

R2 - Perfil Etário: O perfil etário da Codevasf gira em torno de 49 anos, não tendo sofrido significativa variação desde 2010, quando a média apurada foi de 47 anos. Observamos um envelhecimento equivalente a um ano em relação ao ano de 2014, decorrente da ausência de contratação de novos empregados.

R3 - Acompanhamento do Quadro de Pessoal – Nível Superior: O índice registrou o patamar de 54,52% de empregados de nível superior, abaixo da meta estabelecida de 60%.

R4 - Acompanhamento do Quadro de Pessoal – Nível Médio: A meta estabelecida para o quantitativo de empregados de nível médio foi revista para 24,49%, abaixo do ano anterior.

R5 - Acompanhamento do Quadro de Pessoal – Nível Operacional: A meta estabelecida para o quantitativo de empregados de nível operacional foi revista para 10%, entretanto o quantitativo de empregados em cargos de nível operacional atingiu o percentual de 20,92%. Desta forma, a meta estabelecida não foi alcançada.

R6 - Níveis Salariais: À exemplo do exercício anterior, a análise deste indicador indica que a meta foi superada, ratificando a necessidade de constante reavaliação dos níveis salariais praticados, em relação aos praticados no mercado.

R7 - Rotatividade (turnover): A Codevasf está sem concurso vigente que possibilite contratações, ocorrendo apenas 01 (uma) contratação por ordem judicial. Ocorreram na Empresa 21 desligamentos, destes, 13 são empregados contratados no último concurso público. A quantidade de desligamentos em 2015 representa uma rotatividade de 1,2%, mantendo a tendência de queda observada em 2014 (1,4%) e 2013 (2,47%).

No ano de 2014, foi implementado na Gerência de Gestão de Pessoas a Entrevista Semiestruturada de desligamento com o objetivo de analisar as causas de rotatividade na Empresa, criar planos de ação para retenção de talentos e colher impressões que os empregados levam da Empresa. Em 2015 o percentual de aplicação do instrumento sofreu queda em relação a 2014, prejudicando a análise.

R8 – Disciplina: No ano de 2015, foi apurado um percentual de 0,92%, alcançando a meta estabelecida pela Codevasf de 1,0%.

R9 - Demandas Trabalhistas: Segundo informação da Assessoria Jurídica, no ano de 2015, foi apurado um percentual de 12% de demandas trabalhistas, acima da meta estabelecida pela Codevasf de 6,0%. Observamos um acréscimo significativo de demandas trabalhistas comparadas ao ano de 2014.

R10 - Satisfação e Motivação: A necessidade de mensuração dos indicadores de satisfação e motivação na Codevasf é reconhecida e tida como importante norteador das ações do Programa de Qualidade de Vida do Trabalho (QVT). Entende-se que a pesquisa de clima organizacional seja a ferramenta mais adequada para a aferição desses indicadores na empresa. Outras ações inseridas no programa também se preocupam com a satisfação e a motivação do empregado, como o Acompanhamento Psicossocial dos empregados que, entre outras questões, busca investigar e intervir em questões de motivação e satisfação relacionadas com o trabalho. Entretanto, tais ações não possuem indicadores mensuráveis para realização dessa análise.

R11 - Acidentes de Trabalho: Após análise dos resultados, verificou-se que o número de acidentes de trabalho ficou abaixo da meta estabelecida, totalizando 4 (quatro) ocorrências. Se comparado ao ano de 2014 (n=13) em números absolutos, a quantidade de acidentes de trabalho reduziu consideravelmente. Isto pode ser um sinalizador da eficiência das ações empreendidas em prevenção de riscos ambientais e de qualidade de vida no trabalho. Ressalta-se que ocorreram muitos acidentes de trajeto, no percurso residência-trabalho e trabalho-residência, influenciados

por questões externas como fatores de transporte público, estradas, entre outros, que diferem totalmente de um acidente de trabalho típico, no ambiente de trabalho. Destaca-se que as ações preventivas, como a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho – SIPAT e a Semana de Qualidade de Vida, realizadas anualmente, bem como as ações do Programa de Qualidade de Vida que ocorrem ao longo do ano, são elementos fundamentais na conscientização dos riscos existentes no ambiente de trabalho, os quais repercutem diretamente na redução de acidentes. O índice de referência de 2014, de 7,79 representa uma retificação do relatório de gestão de 2014, onde constava 13 (número bruto de ocorrências) como índice quando deveria constar o resultado final do cálculo. A fórmula de cálculo, ainda que tenha sido questionada pela CGU, está consonante à Ministério da Previdência. Assim, argumentamos pela manutenção da fórmula anterior para efeito de comparação com o mercado.

Fórmula: = (Nº de acidentes de trabalho por ano / Nº total de funcionários do quadro efetivo da Empresa no ano) * 1000.

Fonte: http://www1.previdencia.gov.br/anuarios/aeat-2006/15_08_01_02_01.asp. Acesso em 26/04/2016

R12 - Formação Acadêmica: Os programas de treinamento e desenvolvimento e a possibilidade de progressão salarial de empregados com formação acadêmica superior à exigida pelo cargo, contribuem para o aumento do grau de profissionalização do quadro de pessoal.

R13 - Educação Continuada: Em relação a este indicador, no ano de 2015, foi prevista uma meta de 40% para capacitação do número total de 1.623 empregados (excetuando-se os afastados e cedidos) do quadro da empresa. Foram realizadas ações de capacitações em congressos, seminários e oficinas, com destaque para os cursos “in company”, com conteúdo programático customizado e para um elevado número de empregados. A meta estabelecida teve 54,5% de cumprimento, correspondente a 21,8% do quadro da Codevasf, com 354 empregados capacitados. O contingenciamento de 80,74% do orçamento para o exercício de 2015 foi o principal fator para não atingimento da meta estabelecida.

R14 - Participação em Capacitações: Em um modelo baseado exclusivamente em ações presenciais, torna-se inviável atingir a maior parte das pessoas na organização, visto que a área de atuação da Codevasf está descentralizada e abrange grande área do território nacional. Por este aspecto, cursos e treinamentos exclusivamente presenciais tornam-se demasiadamente onerosos e, conseqüentemente, em períodos de baixa disponibilidade financeira e orçamentária, há uma grande restrição para capacitar os empregados, como se observou em 2015 e em anos anteriores.

R15 - Desempenho Funcional: No exercício de 2015, a meta foi superada, com a promoção por mérito de 1.189 empregados, distribuídos na Sede e nas Superintendências Regionais. Desta forma, 68,5% do corpo funcional da Codevasf alcançaram desempenho satisfatório em 2015, considerando-se os critérios estabelecidos nos normativos internos da Empresa.

O índice de 68,5% alcançado representa uma variação positiva de 36,8% em relação à meta estabelecida para o exercício de 50%.

Em continuidade ao constante processo de evolução do sistema de progressão salarial e gestão do desempenho de seu corpo funcional, a Codevasf, em 2016, realizará nova revisão Sistemática Anual de Progressão Salarial. O trabalho está em fase de estudos e pretende promover a inclusão de uma dimensão voltada para atingimento de resultados e cumprimento de metas, como fator de pontuação para a progressão salarial, com previsão de implantação em outubro de 2016.

R16 - Desligamentos versus reposição do quadro: A aplicação do indicador “Aposentadoria versus reposição do quadro” na forma proposta na Portaria TCU n. 123/2011 fica prejudicada pelo regime jurídico adotado pela Empresa, posto que os empregados celetistas não são obrigados a se desvincularem após a obtenção da aposentadoria, seja proporcional ou integralmente, ou existem desligamentos pelo PDI não vinculados diretamente à aposentadoria. As contratações são realizadas tendo em vista as expertises necessárias ao desempenho da função da empresa, dentro do quadro autorizado pelo DEST de 1.773 empregados, não se relacionando com a substituição direta dos desligamentos ocorridos.

▪ ANÁLISE CRÍTICA DOS INDICADORES DE PATRIMÔNIO E MATERIAL

L1 - Bens inventariados: Resultado alcançado dentro do previsto indica a satisfatória checagem física dos bens objeto do inventário de bens patrimoniais.

L2 - Apuração de bens não localizados em inventários: Resultado alcançado como dentro do previsto indica a conclusão da regularização e efetiva localização daqueles bens indicados pela Comissão Inventariante como não localizados.

L3 - Apuração de bens não localizados em inventários: Resultado alcançado como acima do previsto revela total regularização com reposição/ressarcimento daqueles bens que persistiram como não localizados após a verificação do índice L2.

L5 - Aquisições de material de consumo por pregão eletrônico: Embora o Resultado alcançado esteja dentro da meta estabelecida, este índice revela a necessidade de buscar superar a meta para que as aquisições por pregão eletrônico sejam em um número cada vez maior.

L6 - Despesas com consumo de material de expediente: O Resultado alcançado abaixo do esperado indica uma redução significativa nas despesas com aquisição de material de expediente, fruto da restrição orçamentária e também busca de economia.

L7 - Consumo de Energia Elétrica: O Resultado alcançado abaixo do esperado indica que o consumo de energia elétrica foi abaixo da meta estabelecida e é fruto do contínuo acompanhamento do consumo e das campanhas internas para economizar.

L8 - Uso de Telefonia: O Resultado alcançado acima do esperado revela aumento no gasto com telefonia e necessidade de maior esforço para redução dos gastos.

L9 - Consumo de Água: O Resultado alcançado abaixo do esperado indica um consumo abaixo do esperado, fruto do esforço para redução do desperdício no uso de água e, conseqüentemente, economia.

L10 - Consumo de Papel (resma): O Resultado alcançado abaixo do esperado indica um consumo abaixo do esperado, fruto do esforço para redução do desperdício no uso de papel e, conseqüentemente, economia.

3.6. Informações Sobre as Ações Relativas ao Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

O Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco (PRBHSF) deriva-se das diretrizes do Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco 2004-2013 (PBHSF)⁹, que tem por objetivo ordenar intervenções de desenvolvimento econômico na Bacia, no contexto de desenvolvimento sustentável, baseado nos princípios técnico, ambiental, econômico e social. É coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI). Institucionalmente, participam do Programa órgãos federais que têm titularidades de segmentos afins ao processo: Ministérios da Cultura, Cidades, Saúde (Funasa), Agricultura (Embrapa), Desenvolvimento Agrário (Incra), Planejamento, Fazenda e Secretaria da Pesca. A Codevasf, responsável institucional pelo desenvolvimento econômico e social da Bacia, é o braço executivo do PRBHSF.

Está sob a gestão executiva da Codevasf, desde 2004, o componente do PBHSF, que consiste na recuperação e conservação hidroambiental da bacia. Em 2007, a mesma concepção foi estendida à bacia do Rio Parnaíba, passando o programa a se intitular PRBHSF-Parnaíba.

⁹ O [Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco](#) traça as diretrizes de aproveitamento integrado da água na bacia, no horizonte de dez anos (Art. 7º, inciso V da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997); sendo, portanto, o instrumento técnico e político da bacia, após aprovado pelo comitê. A versão preliminar do Plano foi elaborada pelo Grupo Técnico de Trabalho - GTT, instituído pelo Comitê através da [Deliberação nº 3 em 3/10/2003](#), com acompanhamento das Câmaras Técnicas de Planos, Outorgas e Câmaras Consultivas Regionais. O GTT foi constituído por representantes da Agência Nacional de Águas - ANA, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf e pelos órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados integrantes da bacia hidrográfica (Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas) e do Distrito Federal, entre outras instituições. <http://www.ana.gov.br/prhbsf/principal.htm>

A recuperação dos passivos ambientais das bacias dos rios São Francisco e do Parnaíba tem como meta de mensuração a melhoria da qualidade e disponibilidade da água, atingindo nível de enquadramento do corpo d'água na classe II, Resolução nº 357 CONAMA, e a gestão hídrica de usos múltiplos (abastecimento d'água para consumo humano, animal e irrigação; geração de energia elétrica; hidrobiologia; navegação; lazer e recreação).

O propósito será atingido cerceando os elementos poluidores despejados nos corpos d'água oriundos de esgotamentos (sanitários e industriais) e resíduos sólidos (lixos domésticos e industriais) e de fenômenos erosivos de áreas de terrenos degradadas. A operacionalização consiste, então, na implementação de empreendimentos de infraestrutura de coleta, tratamento de destinação de esgotos e resíduos sólidos; de recuperação de áreas degradadas; e monitoramento da qualidade e quantidade da água.

Os projetos selecionados do PRBHSF-Parnaíba 2007/2010, considerando os critérios do Plano Decenal de Recursos Hídricos, e pelos ajustes realizados com demais órgãos parceiros do Governo Federal atuantes na BHSF-Parnaíba, a saber, Ministério das Cidades e Funasa (esgoto) e Ministério do Meio Ambiente (lixo).

Com o propósito de implantar indicadores de desempenho do programa, estão previstas ações de monitoramento da qualidade da água, que objetivam verificar se as intervenções nas Bacias (faixas de domínio da calha do rio São Francisco e sub-bacias tributárias) estão gerando os resultados temporais projetados, por meio do indicador de desempenho denominado Índice de Qualidade da Água (IQA). Assim, as variáveis de análises devem retratar os cenários zero (o retrato antes da intervenção, caracterizado no projeto; o que justificou a intervenção), I (intervenções iniciadas), II, III e quantos forem necessários caracterizar, até atingir a meta proposta pelo PRBHSF-Parnaíba, que é o enquadramento do corpo d'água na classe II, Resolução CONAMA 357.

O Programa foi contemplado com recursos do PAC, sendo que os projetos cujo foco é infraestrutura (obras de engenharia civil), são executados, em sua maioria, de forma direta, cumprindo recomendação da coordenação nacional do referido Plano. Tal procedimento visa evitar o risco de atrasos e/ou paralisação das obras, em face das iminentes ameaças dos parceiros (estados ou municípios), estarem em situação irregular quanto ao repasse dos recursos. Para as ações de recuperação de áreas degradadas, cuja natureza não seja de obra de engenharia civil, foram adotadas parcerias para a maioria dos processos, em virtude de sua localização espacial dispersa.

As informações referentes à execução dos projetos, no âmbito do Programa de Revitalização (PRBHSF-Parnaíba), são apresentadas no [Anexo 3](#), sendo:

- [Tabela 1 - Fluxo de recursos](#) aplicado no projeto, as fontes utilizadas e a Execução Orçamentária das rubricas orçamentárias destinadas ao custeio do projeto.
- [Tabela 2 - Lista das licitações](#) realizadas pela Codevasf até o exercício de competência do Relatório, incluindo o nome das empresas contratadas e o objeto das licitações.
- [Tabela 3 - Lista de Contratos](#) assinados pela Codevasf, com discriminação de valores e termos aditivos firmados, motivos para assinatura dos termos aditivos e estágio da execução físico-financeira de cada contrato.
- [Tabela 4 - Lista de Convênios](#), inclusive termos aditivos, ajustes, termos de parceria, ou outros instrumentos congêneres, celebrados para execução do projeto, indicando nome do conveniente, número Siafi/Sincov do convênio, valor, objeto e estágio da execução físico-financeira.

Os instrumentos foram selecionados seguindo critérios pré-definidos de recorte, conforme orientações buscadas junto ao órgão fiscalizador externo:

- Licitações realizadas no exercício de 2015.
- Contratos na situação “em celebração”, “não iniciados”, “em execução”, “em aditamento” ou “paralisados”.
- Contratos “concluídos” ou “rescindidos” no exercício de 2015.

Tabela 3.6 - Ações orçamentárias relacionadas ao Programa de Revitalização - 2015

Programa	Descrição das ações
2068 - Saneamento Básico	10RM - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba
2068 - Saneamento Básico	10RP - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba
2068 - Saneamento Básico	116F - Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água Para Todos
2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos	10ZW - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba
2068 - Saneamento Básico	141J - Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba
2073 - Transporte Hidroviário	12J1 - Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do São Francisco
1460 - Vetor Logístico Nordeste Meridional (*)	10RF - Melhoria da Hidrovia do São Francisco - Trecho Ibotirama – Juazeiro (*)
1305 - Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (*)	8845 - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba (*)
	4540 - Reflorestamento de Nascentes, Margens e Áreas Degradadas do São Francisco (*)
	3429 - Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco (*)
	10RN - Obras de Revitalização e Recuperação nas Bacias do São Francisco e do Parnaíba (*)
	115L - Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Campo Formoso (*)
	7R77 - Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba (*)

(*) Programa/ação descontinuada

Quadro 3.6.2 - Critérios do Plano Decenal de Recursos Hídricos – PBHSF 2004-2013¹⁰

Identificação da ação:					
Título do projeto:					
Localização (UF):					
Demanda orçamentária (R\$):					
Proponente:					
CARACTERIZAÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO			PONTUAÇÃO	
	Saneamento	Edafologia	Gestão Hídrica	Pesos	Total Ptos
PRIORIDADE "A"					
1. AÇÕES (FORMALIZADAS - CV/CT) EM ANDAMENTO EXECUTIVO					
CV/CT que falta empenhar etapas (Etapas: II, III, etc..) orçamentárias complementares.				2,00	-
CV/CT firmado p/ parcela da demanda total da proposta. Falta complemento				1,75	-
2. AÇÕES COMPROMETIDAS EM 2005/2006					-
Desempenhada por motivos de documentação (técnica/Administrativa)				1,50	-
Aprovada pela Diretoria Executiva e não Empenhada por falta de orçamento				1,25	-
TOTAL DE PONTOS					-

¹⁰ Encontra-se em andamento o processo de atualização do Plano Decenal de Recursos Hídricos - PBHSF 2016-2025 (principais opções, investimentos e eixos de atuação) norteará a aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso das águas do rio São Francisco em ações estruturantes em prol da sustentabilidade da Bacia. Em setembro/2015, foi realizado workshop “Análise intertemática do Plano da Bacia do Rio São Francisco (PBHSF)”, promovido pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e com participação de técnicos Codevasf e de outros órgãos ligados a recursos hídricos (MMA, MI, MPA, IBAMA, ANA e Secretarias Estaduais de Recursos Hídricos).

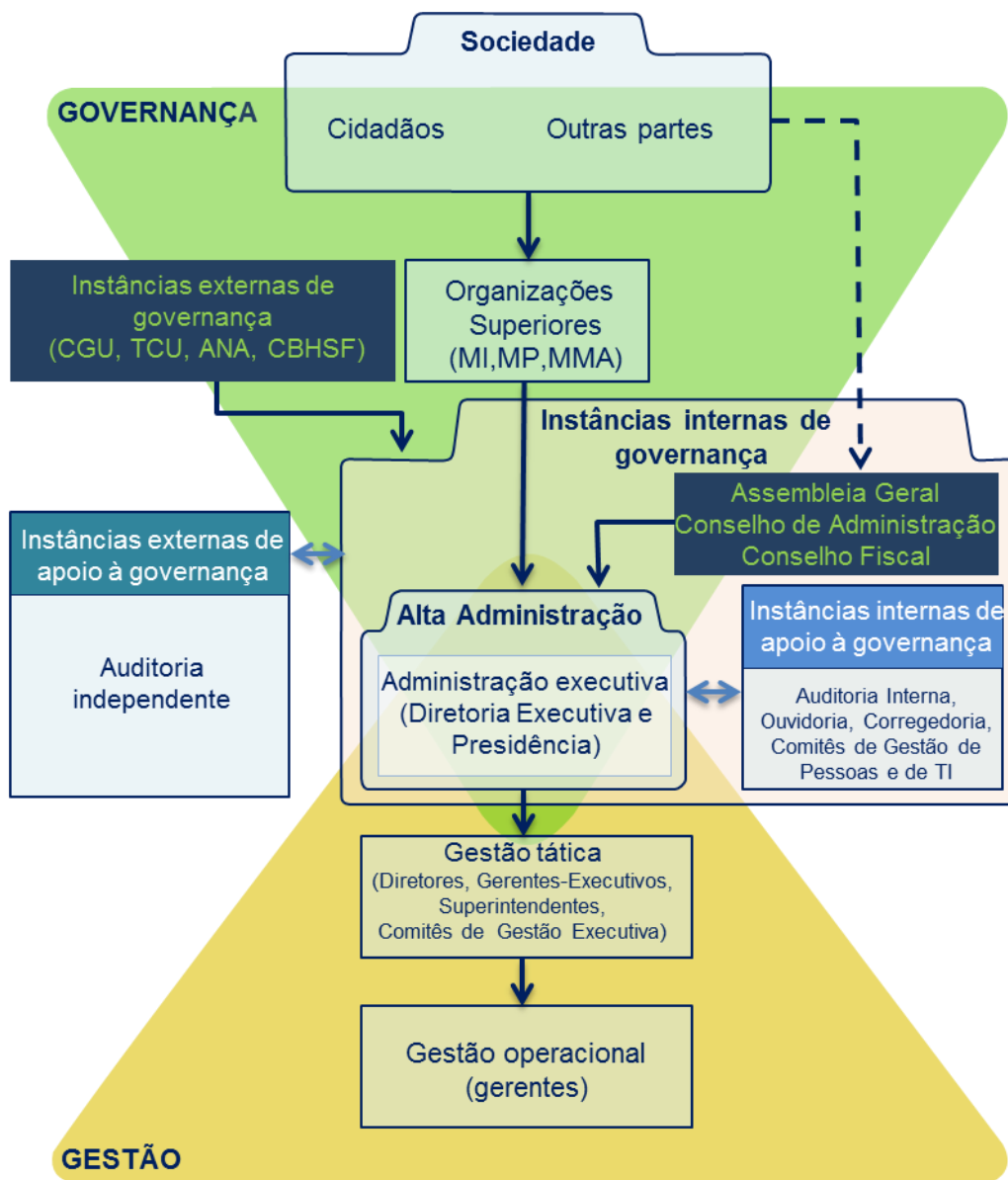
PRIORIDADE "B"					
3. AÇÕES NOVAS					
3.1. Estágio Técnico de formatação da proposta apresentada					
3.1.2. Projeto Básico Executivo				2,00	-
3.1.2. Pré-Projeto				1,50	-
3.1.3. Solicitação de recursos - Plano de Trabalho				1,25	-
3.1.4. Solicitação das ações de revitalização (ofícios, etc...)				1,00	-
3.2. Localização Geográfica na Bacia do São Francisco/estado					
3.2.1. Calha do São Francisco				3,00	-
3.2.1.1. Calha das Sub-bacias Prioritárias "A" (MG - Velhas, Paraopeba, Pará, Verde Grande e Paracatu; BA - Verde Grande, Paramirim, Santo Onofre, Verde e Jacaré, Grande e Salitre; PE - Pontal, Brígida, Moxotó, Ipanema e Pajeú); SE - Betume, Pilões, Jacaré e Prauna; e AL - Ipanema; e Piauí				2,75	-
3.2.1.1.1. Tributário Primário				2,50	
3.2.1.1.2. Tributário Secundário				2,25	
3.2.1.1.3. Tributário Terciário				2,00	
3.2.1.1.4. Tributário Quaternário				1,75	
3.2.1.2. Calha de outras Sub-bacias: MG - Urucuia, Jequitaiá, Abaeté, Indaiá, Pacuí, Pandeiros; BA - Canaíba de Dentro, Pilão Arcado, Rãs, etc...				1,50	-
3.2.1.2.1. Tributário Primário				1,25	-
3.2.1.2.2. Tributário Secundário				1,00	-
3.2.1.2.3. Tributário Terciário				0,75	-
3.2.1.2.4. Tributário Quaternário				0,50	-
3.2.2 Natureza de Fluxo do Curso d'água Perene				2,00	-
3.3. Ações indicadas a partir de diagnósticos na BHSF					
3.3.1. Estudos contratados pelo PRBHSF convergentes com outras ações em execução e/ou previstas para a região (Edafologia, Gestão Hídrica), contexto espacial.				2,00	-
3.3.2. Campanhas de Fiscalização do Ministério Público				2,00	-
4. INDICADORES SOCIAIS					
4.1. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (médio da BHSF - 0,666)					
0,000 - 0,572				2,00	-
0,573 - 0,598				1,75	-
0,599 - 0,622				1,50	-
0,623 - 0,721				1,25	-
> 0,721				1,00	-
4.2. População na Bacia (9.513.567 habitantes em MG, BA, SE, AL e PE).					
0 - 5.000				1,00	-
5.001 - 15.000				1,25	-
15.001 - 30.000				1,50	-
30.001 - 60.000				1,75	-
> 60.000				2,00	-
TOTAL DE PONTOS					-

Fonte: Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas – AR

4. Governança

4.1. Descrição da Estrutura de Governança

A Codevasf é regida por sua lei de criação, Lei nº 6.088/74, por seu Estatuto e Regimento Interno, que norteiam os controles internos, avaliações e correções na organização. Os normativos, as diretrizes, recomendações e deliberações de diferentes instâncias decisórias constituem o arcabouço direcionador de seu processo de governança. O diagrama abaixo representa as diferentes instâncias empregadas na empresa para seu processo deliberativo.



Legenda:
MI: Ministério da Integração Nacional
MP: Ministério do Planejamento
MMA: Ministério do Meio Ambiente
CGU: Controladoria Geral da União
TCU: Tribunal de Contas da União
CBHSF: Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco
TI: Tecnologia da Informação

Para o cumprimento de sua missão institucional como empresa pública dependente do tesouro, a Codevasf atua estritamente alinhada com as diretrizes, planos e políticas definidas pelos vários entes do Governo Federal, em especial aquelas referentes ao seu segmento de atuação, destacando-se as de meio ambiente, recursos hídricos e agricultura irrigada.

Para contribuir com a formulação e implementação dessas políticas públicas e a prestação de serviços de interesse da sociedade, a Empresa conta com uma estrutura clássica de governança que objetiva avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão.

Para implementação das funções de governança visando à definição do direcionamento estratégico, supervisão da gestão; envolvimento das partes interessadas, gerenciamento de riscos estratégicos e conflitos internos, a Codevasf conta com duas instâncias colegiadas de deliberação, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Para exercer as funções de controle, em especial auditar e avaliar o sistema de gestão e promover a *accountability* (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência foram criados o Conselho Fiscal, Auditoria Interna, Corregedoria e Ouvidoria. Por fim, conforme sua natureza jurídica de empresa pública possui uma instância para deliberação sobre todos os negócios relativos ao objeto social da empresa, que é a Assembleia Geral.

Entretanto, são observadas oportunidades de melhoria no processo de governança institucional da empresa em aspectos relativos à conciliação das competências estatutárias e regimentais. Também, deve-se buscar um processo mais democrático e participativo, envolvendo não somente o público interno como também clientes e parceiros, o que contribui para assegurar a manutenção de um equilíbrio entre os objetivos priorizados pela administração, a delegação e os controles, no contexto da estratégia.

Muito embora a Empresa estabeleça critérios e limites financeiros para o exercício das competências regimentais (Resolução nº 944/2015), não dispõe de uma política de alçada consensuada, alinhada segundo bases legais vigentes e amplamente divulgada usufruindo assim de um instrumento de caráter mais amplo em escopo e perene em aplicação.

No que diz respeito à identificação, otimização e ampla divulgação de seus processos de governança, há amplas oportunidades de melhoria, considerando a natureza dos negócios executados pela Empresa e a amplitude de sua área de atuação.

A seguir são discriminadas as principais unidades orgânicas e competências relevantes que integram a estrutura de governança institucional da Codevasf, bem como a base normativa e a forma de atuação:

→ ASSEMBLEIA GERAL

Base Normativa: Artigos 19 e 20 do Estatuto da Codevasf aprovado pelo Decreto nº 8.258/2014.

Atribuições: Além das hipóteses previstas na [Lei nº 6.404, de 1976](#), deverá, também, ser convocada a Assembleia Geral para deliberar sobre as seguintes matérias:

- avaliação de bens do acionista para a formação do capital social;
- aumento de capital social;
- transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da empresa;
- permuta de ações ou outros valores mobiliários;
- eleição e/ou destituição de liquidantes, e julgamento de suas contas;
- eleição e/ou destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes e do Conselho de Administração;
- fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;

- tomada de contas dos administradores e das demonstrações financeiras por eles apresentadas anualmente;
- promoção de ação de responsabilidade civil, a ser movida pela Codevasf contra os administradores, por prejuízos causados ao patrimônio da empresa, conforme o [art. 159 da Lei nº 6.404, de 1976](#);
- reforma do Estatuto Social; e
- alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação de serviços e a constituição de ônus reais sobre eles.

Forma de Atuação: A Assembleia Geral convocada e instalada de acordo com a lei e o estatuto da Empresa tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei, e extraordinariamente, sempre que os interesses da Codevasf exigirem, observados os preceitos legais relativos às convocações e deliberações.

→ Conselho de Administração:

Base Normativa: Artigos 23 e 24 do Anexo do Decreto nº 8.258/2014, que aprovou o Estatuto da Codevasf.

Atribuições:

- aprovar as políticas, diretrizes e prioridades que devem ser observadas na programação e execução das atividades da Codevasf;
- aprovar, após proposta da Diretoria Executiva, acompanhando sua execução, os planos plurianuais e anuais da Codevasf, os programas e projetos especiais e seus orçamentos, e suas reformulações;
- manifestar-se sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social;
- aprovar o Regimento Interno e o Plano Diretor da Codevasf;
- autorizar a transigência, renúncia e desistência de direito e ação, concessão de uso remunerada ou gratuita, doação, oneração, alienação, aquisição e baixa de bens móveis e imóveis, quando qualquer desses atos se referirem a valores superiores a cinco por cento do capital social da Codevasf;
- deliberar sobre proposta de empréstimo a ser apresentada a entidade de financiamento no País ou no exterior;
- aprovar a indicação e destituição do titular da Auditoria Interna;
- conceder férias ou licença de natureza facultativa, ao Presidente da Codevasf;
- autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, e a rescisão dos seus contratos;
- estabelecer e aprovar a sistemática de seu funcionamento;
- examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Codevasf e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração;
- solicitar a realização de estudos estratégicos, de forma a garantir a fundamentação técnica para a tomada de decisões;
- apreciar os resultados mensais das operações da Codevasf;

- reunir-se, ao menos uma vez por ano, sem a presença do Presidente da Codevasf, inclusive para aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria interna - PAINT e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAINT;
- implementar instrumento de avaliação de desempenho dos membros da Diretoria Executiva e do próprio Conselho de Administração a ser regulamentado em regimento interno específico;
- convocar e deliberar sobre assuntos a serem submetidos à Assembleia Geral;
- tomar as contas dos administradores; e
- deliberar sobre os casos omissos no Estatuto Social.

Forma de Atuação: Reunião, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, em qualquer dos casos por convocação do seu Presidente, ou pela maioria de seus membros. As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes e registradas em ata, cabendo ao Presidente o voto ordinário e o de qualidade.

→ Conselho Fiscal:

Base Normativa: Artigos 26 do Anexo do Decreto nº 8.258/2014, que aprovou o Estatuto da Codevasf.

Atribuições:

- fiscalizar os atos de gestão dos administradores da Codevasf e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras, fazendo constar do seu parecer, informações complementares que julgar necessárias e úteis à deliberação do Conselho de Administração;
- opinar sobre propostas da Diretoria Executiva, a serem submetidas ao Conselho de Administração, relativas à modificação do capital social, distribuição de dividendos e destinação do lucro;
- dar ciência aos órgãos de administração e ao Conselho de Administração, recorrendo, se for o caso, ao Ministro de Estado da Integração Nacional, dos erros e de eventuais irregularidades, que constatar no exercício de suas atribuições, praticados contra o patrimônio da Codevasf, para que sejam adotadas as providências necessárias à proteção dos interesses da Empresa;
- analisar, no mínimo, trimestralmente, os balancetes e as demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Codevasf; e
- estabelecer e aprovar a sistemática de seu funcionamento.

Forma de Atuação: Reunião, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por deliberação da maioria de seus membros.

O Conselho Fiscal, mediante comunicação escrita, pode solicitar aos órgãos de administração, cópias das atas de suas reuniões, cópias dos balancetes e das demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e, quando houver, dos relatórios de execução de orçamentos. Pode também, por pedido de qualquer de seus membros, solicitar aos órgãos de administração esclarecimentos ou informações, assim como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais.

Poderá, ainda, para melhor desempenho de suas funções, escolher contador ou firma de auditoria e fixar-lhes honorários, dentro de níveis razoáveis, vigentes na praça e compatíveis com a dimensão e econômica da Codevasf, os quais serão pagos por esta.

→ Auditoria Interna:

Base Legal: Artigo 10 do Regimento Interno da Codevasf, aprovado pela Resolução nº 769/2014 da Diretoria Executiva e pela Deliberação nº 23/2014.

Atribuições:

- elaborar e executar planos periódicos de inspeção das diversas atividades da Empresa, preventiva e corretivamente;
- examinar e emitir parecer acerca da prestação de contas anual e tomada de contas especiais instauradas pela Codevasf;
- prestar apoio logístico aos órgãos de controle externo e ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, quando solicitado;
- fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle das atividades da Empresa; e
- assessorar e orientar preventivamente o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva, o Presidente, os Diretores, os Gerentes-Executivos e os Superintendentes Regionais.

Forma de Atuação: Visitas periódicas as unidades orgânicas da Empresa e por meio de comunicação interna.

→ Corregedoria

Base Legal: Artigo 13 do Regimento Interno da Codevasf, aprovado pela Resolução nº 769/2014 da Diretoria Executiva e pela Deliberação nº 23/2014.

Atribuições:

- planejar, coordenar, organizar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais;
- promover a apuração de responsabilidade de possíveis irregularidades cometidas por empregados da Empresa;
- instaurar ou determinar a instauração de procedimentos e processos administrativos disciplinares no âmbito da Codevasf;
- promover a realização de inspeções preventivas e quando necessário, a requisição de perícias.
- orientar e monitorar a aplicação dos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC pelas unidades orgânicas da Empresa, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais;
- registrar e manter atualizado nos sistemas informatizados do Órgão Central do Sistema de Correição os processos administrativos disciplinares no âmbito da Codevasf; e
- prestar informações referentes aos processos disciplinares da Codevasf ao Órgão Central do Sistema de Correição e propor medidas que visem à definição, padronização, sistematização, racionalização e normatização dos procedimentos operacionais e demais ações para o seu aperfeiçoamento.

Forma de Atuação: O recebimento de informações, pedidos de averiguação e denúncias relacionadas a desvios de conduta, irregularidades, inconformidades legais e descumprimento de diretrizes, políticas, arcabouço legal e normas gerais internas da Empresa visando o cumprimento de sua missão rebatida na forma programas, projetos e atividades uma vez acolhidas em sua procedência são objeto de levantamentos adicionais para evidenciamento de constatações e posteriores apurações na forma da lei.

Na Codevasf a função de confiança/cargo em comissão de “Chefe da Corregedoria” não obteve ainda aprovação no Plano de Funções e Gratificações – PFG pelo Departamento de Coordenação e

Governança das Empresas Estatais – DEST (Ofício nº 852/2012/PR/GB, de 14/12/2012), porém há um assessor da Presidência respondendo pela Corregedoria e, portanto, realizando as atividades de correição na Empresa.

→ Diretoria Executiva:

Base Legal: Artigos 28 do Anexo do Decreto nº 8.258/2014, que aprovou o Estatuto da Codevasf.

Atribuições:

- praticar os atos de gestão da Codevasf;
- cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração;
- autorizar a locação de bens patrimoniais a terceiros e de bens de terceiros para uso da Codevasf;
- aprovar os regimentos internos dos órgãos que compõem a estrutura organizacional da Codevasf;
- autorizar a realização de convênios, acordos, ajustes ou contratos, que constituem ônus, obrigações ou compromissos para a Codevasf;
- colocar à disposição do Conselho Fiscal os documentos previstos no § 1º do Art. 163 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- apreciar o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação do lucro, submetê-los ao Conselho de Administração acompanhado do parecer do Conselho Fiscal;
- aprovar a execução, pela Codevasf, de atividades necessárias à operacionalização de programas e projetos, quando houver impossibilidade de realização pelos órgãos específicos;
- aprovar valores e autorizar a transigência, renúncia e desistência de direito e ação, concessão de uso remunerada ou gratuita, doação, oneração, alienação, aquisição e baixa de bens móveis e imóveis, de valores correspondentes até cinco por cento do capital social;
- apreciar e submeter ao Conselho de Administração as matérias que dependam da sua decisão; e
- estabelecer e aprovar a sistemática de seu funcionamento.

Forma de Atuação: A Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente. Para a tomada de decisões, é necessário um quórum mínimo constituído pelo Presidente da Codevasf ou seu substituto legal e por dois Diretores.

4.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados

A Codevasf é administrada por um Presidente e três Diretores. Com composição e competência estabelecidas no seu Estatuto, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva compõem a organização básica da Companhia.

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são indicados pelos titulares dos órgãos representados no Conselho, dentre servidores brasileiros, residentes e domiciliados no País, de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o exercício do cargo, devendo todas as indicações ser submetidas à prévia aprovação do Presidente da República.

O Presidente da Codevasf é membro nato do Conselho de Administração. O Representante dos empregados é eleito pelos Empregados da Codevasf e Assembleia Geral, com aprovação do Presidente da República. O Presidente e os Diretores são nomeados pelo Presidente da República.

a) Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão da Codevasf, convocada e instalada na forma da lei, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da empresa. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente da Codevasf ou substituto por ele designado e, na ausência de ambos, por pessoa escolhida pelos acionistas presentes.

Os membros do Conselho Fiscal, ou no mínimo um deles, deverão comparecer às reuniões da Assembleia Geral.

Além das hipóteses previstas na Lei nº 6.404, de 1976, deverá, também, ser convocada a Assembleia Geral para deliberar sobre assuntos como aumento de capital social; eleição e/ou destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes e do Conselho de Administração; fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; tomada de contas dos administradores e das demonstrações financeiras por eles apresentadas anualmente; reforma do Estatuto Social.

b) Conselho de Administração

O Conselho de Administração, composto de 7 (sete) membros, é o órgão de deliberação superior da Codevasf e tem a seguinte composição:

- um representante do Ministério da Integração Nacional, que exercerá a Presidência do Colegiado;
- o Presidente da Codevasf;
- um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- um representante do Ministério de Minas e Energia;
- um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- um representante do Ministério dos Transportes; e
- um conselheiro representante dos empregados, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e sua regulamentação.

O Presidente da Codevasf é membro nato do Conselho de Administração, e não poderá acumular o cargo de Presidente do Conselho de Administração, mesmo que interinamente.

Entre suas atribuições, o Conselho de Administração aprova políticas, diretrizes e prioridades que devem ser observadas na programação e execução das atividades da Codevasf; aprova, após proposta da Diretoria Executiva, acompanhando sua execução, os planos plurianuais e anuais da Codevasf, os programas e projetos especiais e seus orçamentos, e suas reformulações; manifesta-se sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social; aprova o Regimento Interno e o Plano Diretor da Codevasf; autoriza a transigência, renúncia e desistência de direito e ação, concessão de uso remunerada ou gratuita, doação, oneração, alienação, aquisição e baixa de bens móveis e imóveis, quando qualquer desses atos se referirem a valores superiores a cinco por cento do capital social da Codevasf; delibera sobre proposta de empréstimo a ser apresentada a entidade de financiamento no País ou no exterior; aprova a indicação e destituição do titular da Auditoria Interna; autoriza e homologa a contratação de auditores independentes, e a rescisão dos seus contratos; estabelece e aprova a sistemática de seu funcionamento; aprecia os resultados mensais das operações da Codevasf; aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria interna - Paint e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - Raint; convoca e delibera sobre assuntos a serem submetidos à Assembleia Geral; toma as contas dos administradores; e delibera sobre os casos omissos no Estatuto Social.

Tabela 4.2.1 - Composição do Conselho de Administração da Codevasf – 31/12/2015

Conselheiro	Representação	Indicação (processo de escolha)
Carlos Antônio Vieira Fernandes – Presidente do Conselho	Ministério da Integração Nacional	Indicado pelo Ministro da Integração Nacional e eleito em Assembleia Geral
Felipe Mendes de Oliveira	Codevasf	Membro nato do Conselho
Miguel Ragone de Mattos	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão	Indicado pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e eleito em Assembleia Geral
Herbert Drummond	Ministério dos Transportes	Indicado pelo Ministério dos Transportes e eleito em Assembleia Geral
Juarez Fiel Alves	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Indicado pelo MAPA e eleito em Assembleia Geral
Domingos Romeu Andreatta	Ministério de Minas e Energia	Indicado pelo MME e eleito em Assembleia Geral
Antenor Ferreira Leite (Titular)	Codevasf	Eleito pelos Empregados da Codevasf e Assembleia Geral
Guiomar Rodrigues de Carvalho (Suplente)	Codevasf	Eleito pelos Empregados da Codevasf e Assembleia Geral

Fonte: Secretária de Órgãos Colegiados – PR/SC

c) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e de igual número de suplentes, sendo:

- um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional; e
- dois indicados pelo Ministério da Integração Nacional.

O Conselho Fiscal elegerá, entre seus membros, o Presidente do Conselho, a quem caberá à representação, organização e coordenação de suas atividades. Somente poderão ser eleitas para o Conselho Fiscal da Codevasf, além dos requisitos mencionados anteriormente, pessoas que possuam nível superior, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

Sua função é fiscalizar os atos de gestão dos administradores da Codevasf e opinar sobre as contas da companhia (demonstrações financeiras, modificação do capital social, distribuição de dividendos e destinação do lucro), emitindo pareceres a respeito. Para isso, o Conselho se reúne ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por deliberação da maioria de seus membros.

Tabela 4.2.2 - Composição do Conselho Fiscal da Codevasf – 31/12/2015

Conselheiro	Representação	Indicação (processo de escolha)
Irani Braga Ramos (Titular)	Ministério da Integração Nacional	Indicado pelo Ministro da Integração Nacional e eleito em Assembleia Geral
Natália Resende Andrade (Suplente)	Ministério da Integração Nacional	Indicado pelo Ministro da Integração Nacional e eleito em Assembleia Geral
Lilian Maria Cordeiro (Titular)	Secretaria do Tesouro Nacional	Indicado pelo Ministério da Fazenda e eleito em Assembleia Geral
Claudio Henrique M. de Souza (Suplente)	Secretaria do Tesouro Nacional	Indicado pelo Ministério da Fazenda e eleito em Assembleia Geral
Osvaldo Garcia (Titular)	Ministério da Integração Nacional	Indicado pelo Ministro da Integração Nacional e eleito em Assembleia Geral
Paulo Roberto V. R. Filho (Suplente)	Ministério da Integração Nacional	Indicado pelo Ministro da Integração Nacional e eleito em Assembleia Geral

Fonte: Secretária de Órgãos Colegiados – PR/SC

d) Diretoria Executiva

A Codevasf é administrada por um Presidente e três Diretores, todos nomeados pelo Presidente da República. A Diretoria Executiva é responsável pela gestão da Companhia e execução das deliberações do Conselho de Administração. Entre suas atribuições, ela aprova regimentos internos dos órgãos que compõem a estrutura organizacional da empresa; autoriza a realização de convênios, acordos, ajustes ou contratos, que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a Codevasf e aprecia as contas da companhia (demonstrações financeiras, modificação do capital social, distribuição de dividendos e destinação do lucro) submetendo-os ao Conselho de Administração.

Tabela 4.2.3 - Composição da Diretoria Executiva da Codevasf – 31/12/2015

Nome	Cargo	Nomeação (processo de escolha)
Felipe Mendes de Oliveira	Presidente	Nomeado pela Presidência da República
Eduardo Jorge de Oliveira Motta	Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas	Nomeado pela Presidência da República
Luís Napoleão Casado Arnaud Neto	Diretor da Área de Gestão de Empreendimentos de Irrigação	Nomeado pela Presidência da República
Luiz Augusto Costa Fernandes	Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura	Nomeado pela Presidência da República

Fonte: Secretária de Órgãos Colegiados – PR/SC

e) Comitês de Gestão Executiva das Superintendências Regionais

O Regimento Interno da Codevasf prevê a figura do Comitê de Gestão Executiva das Superintendências Regionais. São órgãos colegiados de deliberação regional e têm por finalidade descentralizar o processo de tomada de decisões, atuando em conformidade com as diretrizes emanadas pelos Órgãos de Deliberação Superior e de Fiscalização da Empresa. Os Comitês de Gestão Executiva se reúnem semanalmente e compete a eles autorizar a realização de convênios, contratos e instrumentos congêneres, que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a Empresa, dentro de sua alçada de decisão; cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva; autorizar a locação de bens patrimoniais a terceiros e receber bens de terceiros para uso da Empresa, dentro de sua alçada de decisão; autorizar a concessão de água ou sua alteração para fins de uso agropecuário, após manifestação técnica da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação; aprovar doação, dação em pagamento, permuta, alienação e baixa de bens móveis de valores dentro de sua alçada de decisão; aprovar a transferência, desmembramento, devolução e reconhecimento de área não irrigável de lotes agrícolas; e apreciar outros assuntos para os quais seja incumbido pela Diretoria Executiva.

Os comitês estão presentes em todas as Superintendências Regionais da Codevasf e possuem a seguinte composição:

- Superintendente Regional;
- Gerente Regional de Gestão Estratégica;
- Gerente Regional de Administração e Logística;
- Gerente Regional de Revitalização das Bacias Hidrográficas;
- Gerente Regional de Infraestrutura; e
- Gerente Regional de Empreendimentos de Irrigação.

O Superintendente Regional será o Coordenador do Comitê e em seus impedimentos temporais e eventuais será substituído pelo Gerente Regional designado como seu substituto.

4.3. Política de Designação de Representantes nas Assembleias e nos Colegiados de Controladas, Coligadas e Sociedades de Propósito Específico

A Codevasf não designa empregados como representantes em assembleias e colegiados de controladas e sociedades de propósito específico nas quais possui participação.

4.4. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Em conformidade com o artigo 10º Regimento Interno, aprovado pela Deliberação nº 03, de 06 de março de 2013, do Conselho de Administração da Unidade, a Auditoria Interna da Codevasf é composta por, além da gerência, três unidades, quais sejam: a) Unidade de Apoio e Informação; b) Unidade de Acompanhamento e Avaliação de Programas; e c) Unidade de Acompanhamento e Avaliação da Gestão. Atualmente a Auditoria Interna conta com 14 (quatorze) analistas auditores, no total de 15 que é o quadro ideal da Auditoria Interna; 3 (três) chefes de unidade e 1 (um) gerente. A formação profissional dos dezoito técnicos são as seguintes: chefe da Auditoria: contador; chefe da Unidade de Apoio e Informação: administrador; chefe da Unidade de Acompanhamento e Avaliação de Programas: contador; e chefe da Unidade de Acompanhamento e Avaliação da Gestão: engenheiro civil. Os 14 auditores têm as seguintes formações acadêmicas: 3 contadores; 5 administradores; 5 engenheiros civis e 1 economista.

O nome do titular da Auditoria Interna é sugerido pela Presidência da Codevasf, cujo currículo é submetido à apreciação do Conselho de Administração que, se de acordo, encaminha a proposta à Controladoria-Geral da União para avaliação e manifestação.

A Auditoria Interna vincula-se administrativamente ao Conselho de Administração, artigo 9º do Regimento Interno, e se sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos termos do caput do artigo 15 do Decreto nº 3591/2000.

A unidade executa suas atribuições orientada pelo Regulamento de Auditoria aprovado pelo Conselho de Administração, publicada em abril de 2015, com a sua independência e imparcialidade garantidas pela direção superior da Codevasf. Além disso observa, sempre que cabível, as recomendações previstas nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores - ISSAI.

A estratégia de atuação da unidade de auditoria interna está embasada nos seguintes aspectos:

1. mapeamento das políticas públicas afetas à Codevasf, com identificação dos recursos previstos e dos agentes responsáveis, de modo a evidenciar a importância estratégica de cada uma delas, inclusive em relação ao projeto global de governo;
2. realização da hierarquização dos diversos programas governamentais, baseada em critérios de materialidade, relevância e criticidade pretérita.
3. detalhamento das informações envolvendo a descrição dos programas essenciais e a identificação das ações que os compõem;
4. realização da hierarquização no nível das ações de cada programa;
5. avaliação da situação das ações selecionadas, identificando, entre outros itens: objetivos e metas, mecanismos de controle e formas de execução, observando os critérios de amostragem em todas as atividades de auditoria; e
6. verificar a efetividade da atuação da fiscalização de contratos e obras exercida pela Codevasf.

As auditorias realizadas pela Auditoria Interna são demonstradas em relatórios de auditoria, protocolizados e direcionados à área auditada, onde são realizados os ajustes ou correções e,

posteriormente, avaliados pela Auditoria Interna. As constatações e recomendações importantes são comunicadas ao presidente da Codevasf, por meio de relatórios gerenciais.

O Conselho de Administração da Codevasf toma conhecimento, trimestralmente, dos resultados das auditorias realizadas, em decorrência dos relatórios periódicos encaminhados ao colegiado pela Gerência da Auditoria Interna. Nesses relatórios são demonstrados os fatos constatados e os seus respectivos acompanhamentos.

Além dos relatórios trimestrais, a Auditoria Interna direciona, também, ao Conselho de Administração, informações gerenciais que contém os achados relevantes e/ou recorrentes e as providências adotadas, ou em andamento, com vistas à regularização das pendências.

4.5. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O Sistema de Correição do Poder Executivo Federal compreende as atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades, no âmbito do Poder Executivo Federal, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais¹¹.

A Codevasf, em atendimento à recomendação da Corregedoria do Ministério da Integração Nacional, constante do Relatório de Inspeção Correccional daquela unidade, através do Conselho de Administração – CONSAD, por meio da Deliberação nº 07 de 26 de abril de 2012, aprovou a criação de unidade orgânica, denominada Corregedoria, responsável pelas atividades correccionais na Empresa, conforme descrito abaixo nos artigos 13 e 49 do Regimento Interno da Codevasf.

“Art. 13. À Corregedoria compete: planejar, coordenar, organizar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais; promover a apuração de responsabilidade de possíveis irregularidades cometidas por empregados da Empresa; instaurar ou determinar a instauração de procedimentos e processos administrativos disciplinares no âmbito da Codevasf; promover a realização de inspeções preventivas e quando necessário a requisição de perícias; orientar e monitorar a aplicação dos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC pelas unidades orgânicas da Empresa, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais; registrar e manter atualizado nos sistemas informatizados do Órgão Central do Sistema de Correição os processos administrativos disciplinares no âmbito da Codevasf; prestar informações referentes aos processos disciplinares da Codevasf ao Órgão Central do Sistema de Correição e propor medidas que visem a definição, padronização, sistematização, racionalização e normatização dos procedimentos operacionais e demais ações para o seu aperfeiçoamento.”

“Seção VII

Do Corregedor

Art. 49. São atribuições do Corregedor:

I – exercer as atividades de inspeção e correição de forma permanente no âmbito da Codevasf;

II – instaurar ou determinar a instauração de procedimentos e processo administrativos no âmbito da Empresa; e

III – orientar e monitorar a aplicação dos Termos de Ajustamento de Conduta – TAC na Codevasf.”

Objetivando a implementação da Corregedoria, a Codevasf, por meio do ofício nº 852/2012/PR/GB, solicitou ao Ministro de Estado da Integração Nacional que pleiteasse junto ao Departamento de

Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST a inclusão da função de Chefe da Corregedoria no Plano de Funções e Gratificações – PFG da Empresa.

Todavia, considerando que a solicitação acima permanece pendente de autorização por parte do DEST, o Presidente da Codevasf designou uma assessora do quadro da Empresa para responder pelas atribuições de Corregedoria (Decisão nº 919/2015), constantes no Art. 13 do Regimento Interno.

A Assessora da Presidência realiza o controle dos procedimentos disciplinares, objetivando dar maior celeridade aos trabalhos das comissões de sindicância e orientar os trabalhos executados pelas mesmas, assim como também proceder ao saneamento de questões formais, controlar prazos, instaurar procedimentos ainda pendentes, atualizar o sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) e também pretende dar início da estruturação da unidade de Corregedoria (PR/CO).

Na Codevasf, há duas modalidades de procedimentos disciplinares: Investigação Preliminar e Sindicância em conformidade com a norma vigente, aprovada pela Resolução 1.798, de 17 de dezembro de 2009.

No exercício de 2015, as atividades relacionadas à correição foram ampliadas, tendo em vista o trabalho de interação com as demais áreas de empresa, principalmente a Área de Gestão de Pessoas e a Assessoria Jurídica, objetivando a adequação normativa aos casos concretos e procedimentos novos que deverão ser elaborados para atingir uma padronização de controle correcional.

Os processos de Sindicância instaurados foram devidamente registrados (e atualizados) no sistema CGU-PAD bem como os procedimentos de Investigação Preliminar instaurados no âmbito das Superintendências Regionais, os quais a partir de 2015 passaram a ser supervisionados pela Corregedoria.

As investigações preliminares¹² podem ser instauradas no âmbito das Superintendências ou na Sede, sendo do Presidente a competência de julgamento, de acordo com o subitem 4.3.5 da Norma Disciplinar da Codevasf, aprovada pela Norma Disciplinar (Resolução 1.798, de 17 de dezembro de 2009). Os processos de sindicâncias¹³ somente podem ser instaurados e julgados pelo Presidente.

No exercício, foram efetivados 33 procedimentos de sindicância ou de investigações preliminares, correspondendo média mensal de 2,7.

Quadro 4.5 - Quantidade de procedimentos disciplinares - 2015

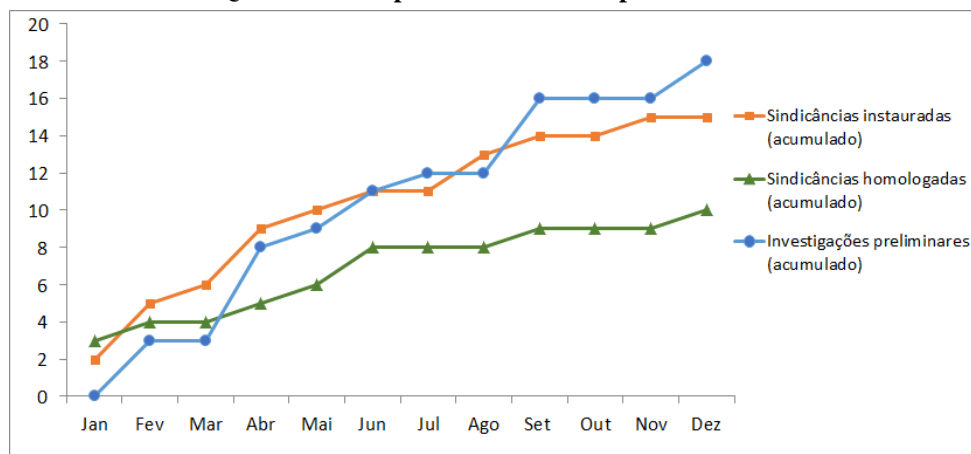
Sindicância		Investigações preliminares
Instauradas	Julgadas no exercício	Julgadas no exercício
15	10	18

¹² **Investigações preliminares** - É um procedimento apuratório sumário que objetiva averiguar a existência de irregularidade(s) praticada(s) por empregado(s) da Codevasf, no âmbito da Empresa, bem como indícios de sua autoria.

¹³ **Sindicância** - É um procedimento que compreende as fases de Instauração, Inquérito Administrativo e Julgamento, destinado a apurar a responsabilidade do empregado por infração praticada no exercício de suas atividades ou que tenha relação com as atribuições da função em que se encontra investido, podendo ensejar na aplicação das penalidades previstas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e nos normativos internos da Codevasf.

Fonte: Norma Disciplinar da Codevasf

Gráfico 4.5 - Quantidade de procedimentos disciplinar – Exercício de 2015



Na seção “Relatórios, Pareceres e Declarações” são informados os processos de procedimentos disciplinar instaurados e processos de procedimentos julgados no âmbito da Codevasf, consubstanciadas no Relatório Anual emitido pelo Sistema CGU-PAD.

4.5.1. Principais Eventos Apurados e Providências (decisões homologadas/julgamentos - 2015)

DECISÃO Nº 011, DE 05/01/2015

Evento: Desaparecimento de materiais armazenados nos centros administrativos de Glória e Rodelas, no estado da Bahia, e no almoxarifado do escritório de Apoio Técnico de Jatobá, no Estado de Pernambuco.

Providências:

- i) Aplicar a pena de rescisão contratual por justa causa ao empregado, prevista no item 4.2.1, alínea “e”, da Norma Disciplinar N-359;
- ii) Aplicar a pena de suspensão, por 5 (cinco) dia ao empregado, prevista no item no item 4.2.1 alínea “b” da Norma Disciplinar N-359; e
- iii) Determinar à 3ª Superintendência Regional e à 6ª Superintendência Regional que promovam conjuntamente a Tomada de Contas Especial a fim de identificar e quantificar a totalidade do dano ao erário, visando ao ressarcimento da Codevasf.

DECISÃO Nº 040 DE 07/01/2015

Evento: Acumulação de cargo/emprego público de empregado da Codevasf.

Providências:

- i) Aplicar pena de rescisão contratual por justa causa ao empregado, prevista no item 4.2.1, alínea “e”, da Norma Disciplinar N-359; e
- ii) Encaminhar cópia do processo nº 59570.000586/2014-02 à Polícia Militar do Piauí.

DECISÃO Nº 072 DE 14/01/2015

Evento: Responsabilidade de quem deu causa ao pagamento da indenização, conforme previsto no parágrafo único do artigo 59 da Lei 8.666/93, referente ao contrato 3.05.08.0016/00, firmado entre a empresa Projotec - Projetos Técnicos Ltda. e a Codevasf, cujo objeto é a execução de serviços técnicos especializados para supervisão e fiscalização das atividades de operação, manutenção, assistência técnica e extensão rural - ATER, elaboração de projetos de irrigação para novos reassentamentos e fiscalização de obras no Sistema Itaparica.

Providência: Arquivamento

DECISÃO N° 334 DE 25/02/2015

Evento: Responsabilidade de quem deu causa ao pagamento indevido de adicional de periculosidade a empregado lotado no Escritório de Santa Maria da Vitória, no âmbito da 2ª Superintendência Regional - 2ª/ESV.

Providência:

- i) Deixou-se de aplicar a pena disciplinar de Advertência, prevista no item 4.2.1, alínea "a", da Norma Disciplinar, ao empregado, em razão de seu desligamento do quadro de empregados da Codevasf; e
- ii) Encaminhar cópia do Relatório Final à Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico para que adote as providências quanto à recomendação constante do item 10 do relatório, referente ao acompanhamento dos pagamentos de adicionais de periculosidade e insalubridade aos empregados que exercem atividades sujeitas ao recebimento desses adicionais.

DECISÃO N° 560 DE 09/04/2015

Evento: Responsabilidade pela conduta de empregado, referente à irregularidade encontrada em diploma apresentado na 5ª Superintendência Regional.

Providência:

- i) Aplicar a pena suspensão por 30 (trinta) dias ao empregado, deixando de aplicar a pena de rescisão por justa causa (item 4.2.6, "b", da N-359), tão somente em razão da ausência de prejuízo ao Erário e da confissão do empregado sindicado em seu interrogatório, consoante termos de fls. 31, 32 e 38 a 40 do processo administrativo nº 59500.001691/2014-84;
- ii) Determinar que a pena disciplinar ora aplicada seja registrada nos assentamentos funcionais do empregado; e
- iii) Determinar que a 5ª Superintendência Regional encaminhe cópia integral do processo à Delegacia da Polícia Federal em Maceió - AL, ante os indícios do cometimento de crime de falsificação de documentos (Código Penal, Parte Especial, Título X, Capítulo III).

DECISÃO N° 686 DE 08/05/2015

Evento: Responsabilidade pela instalação de calhas d'água nas cisternas do Programa Água Para Todos com composição diversa da contratada, durante a execução dos contratos 0.044.00/2013 (Dalka do Brasil LTDA) e 0.084.00/2013 (Fortlev Nordeste Ind. e Com.de Plásticos LTDA), consoante apontado pela Controladoria Geral da União - CGU na Nota Técnica nº 1570/2014/DIINT/DI/SFC/CGU-PR, datada de 17/07/2014, no Relatório de Auditoria nº 201408563/2014/CGU, datado de 11/08/2014, e outros documentos afins.

Providência:

- i) Encaminhar o processo administrativo nº 59500.002008/2014-26 à Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico para a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do parágrafo 87, alínea "b" do Relatório, de acordo com o item 4.4.7 da Norma Disciplinar N-359, aos empregados relacionados nos parágrafos 70, 71, 72 e 73 do item 5.2 do Relatório, exceto ao empregado identificado na alínea "h", parágrafo 71, diante dos motivos expostos na instrução da Assessora da Presidência que responde pela Corregedoria; e
- ii) Encaminhar cópia do Relatório à Coordenação, em Brasília - DF, responsável pelo acompanhamento e monitoramento das ações do Programa Água para Todos, para atender às recomendações constantes do parágrafo 87, alínea "a" e parágrafo 89.

DECISÃO N° 834 DE 12/06/2015

Evento: Responsabilidade pelos fatos relatados no processo nº 59540.000083/2014-86, no âmbito da 4ª Superintendência Regional.

Providência:

- i) Deixar de aplicar a pena disciplinar de advertência prevista na alínea "c" do subitem 4.2.2 da Norma Disciplinar (N-359) em razão do pedido de demissão formulado pela ex-empregada; e
- ii) Sobrestar o feito e restituir o processo nº 59540.000910/2014-31 à 4ª Superintendência Regional para que se aguarde a conclusão do IPL nº 0765/2014-4 SR/DPF/SE.

DECISÃO N.º 840 DE 15/06/2015

Evento: Os fatos relatados no processo administrativo nº 59550.000168/2014-45.

Providência: Arquivamento.

DECISÃO N° 1289 DE 21/09/2015

Evento: Responsabilidade pelos danos causados em bens patrimoniais da Codevasf guardados no Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Gortuba, no âmbito da 1ª Superintendência Regional - 1ª/CIG.

Providência: Arquivamento.

DECISÃO N° 1636 DE 03/12/2015

Evento: Fatos relatados na CI nº 21/2015, constante às fls. 01 a 04 do processo nº 59570.000355/2015-71.

Providência: Aplicar a pena disciplinar de advertência, prevista na Norma Disciplinar da Codevasf (N-359), subitem 4.2.1, alínea "a", ao empregado, conforme "Termo de Indicação", fl. 53, com base nos fatos apurados pela Comissão de Sindicância.

4.6. Gestão de Riscos e Controles Internos

A Codevasf não possui uma metodologia de gestão de riscos e controle interno, e nem uma unidade orgânica específica que trate sobre a temática, mas a empresa vem conseguindo melhorar seus níveis de amadurecimento sobre o assunto. Tanto que está elaborando projeto visando à revisão do seu Planejamento Estratégico Institucional, que proporcionará a empresa uma base estratégica mais sólida para o desenvolvimento de um trabalho sobre gestão de riscos e controle interno mais robusto e de qualidade.

Cabe registrar que a Codevasf vem executando algumas iniciativas relacionadas a gestão de riscos que contribuem para o alcance dos seus resultados:

1. Os gestores da Codevasf seguem as normas constitucionais e legais aplicadas à administração pública: Constituição Federal; Lei nº. 4.320/1964 – Lei de elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei nº. 8.666/1993 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos; Decreto-Lei nº 200/1967; e Normativos internos da Empresa (norma disciplinar N-359, Norma de Material N-451, Norma para Alienação de Bens N-454, etc.).
2. A existência de mecanismos gerais de controles internos, de procedimentos e instruções operacionais de forma setorial.
3. Existência de sistemas de informação que apoiam o processo decisório e de controle interno.
4. Código de Ética formalizado e divulgado na organização.

5. Segregação de funções e atividades, conforme Estatuto e Regimento Interno.
6. Pouca ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da empresa. E quando ocorrem fraudes e desvios é prática da Codevasf instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir os eventuais ressarcimentos ao erário.

Apesar destas iniciativas, a Codevasf não realiza a avaliação de seus riscos de forma contínua, além de não mensurá-los e classificá-los, não havendo clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da Empresa, necessitando de um maior conhecimento em relação ao tema, visto que uma gestão de risco e de controle interno eficiente é fundamental para a mitigação de problemas operacionais e estratégicos, provenientes das decisões dos gestores e de fatores externos a empresa.

A direção da Codevasf, portanto, é o principal agente fomentador da implantação da cultura de gestão de riscos organizacionais. Deverá definir as estratégias e forma de comunicação, e promover meios para o engajamento efetivo de cada empregado na identificação e tratamento dos diversos riscos que podem afetar o negócio da Empresa.

4.7. Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

De acordo com o disposto no art. 18, VII do Estatuto Social da Codevasf, a remuneração global e anual dos administradores é fixada pela Assembleia Geral Ordinária, considerando suas competências, responsabilidades, tempo dedicado às suas funções e o valor dos seus serviços no mercado.

Desta forma, o principal fator de remuneração e que ao mesmo tempo se constitui no principal objetivo da política de remuneração adotada é o desempenho e a evolução da Empresa, conforme planos estabelecidos, tanto no curto como no médio e longo prazo.

O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, tem a competência de analisar e se manifestar quanto à remuneração dos diretores e conselheiros das estatais federais.

Assim, a Codevasf encaminha para esse departamento, anualmente, planilha com valores realizados no período anterior e proposta de remuneração do novo período, para análise se o gasto foi dentro do limite autorizado e se a proposta é adequada às previsões dos gastos futuros.

A composição da remuneração dos dirigentes era limitada ao teto do subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal. A partir do ano de 2015, o reajuste correspondeu ao índice do IPCA de 5% (cinco por cento).

A remuneração dos administradores e dos membros de colegiados é mensal e composta de uma rubrica específica para cada verba, quais sejam:

- ✓ **Honorários:** verba que se refere à remuneração dos administradores;
- ✓ **Participação Conselho Administração/Fiscal:** verba que se refere à remuneração dos membros de colegiado.

Os honorários e as parcelas de 13º salário dos administradores correspondem à remuneração fixada em assembleia, em 2015, no valor de R\$ 31.755,15.

A participação dos membros de colegiados, também fixada em assembleia, corresponde a 10% do valor dos honorários dos administradores, somados a 1/12 do valor mensal, como forma de provisão da gratificação natalina, no montante de R\$ 3.440,14 e pagos mensalmente.

4.7.1. Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos
Quadro 4.7.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Irani Braga Ramos	-	27/04/2015	3.317,29	13.269,14
Francisca Lucileide de Carvalho	-	27/04/2015	3.317,29	13.269,14
Domingos Romeu Andreatta	08/10/2014	-	3.399,20	40.790,34
Juarez Fiel Alves	13/08/2014	-	3.399,20	40.790,34
Herbert Drummond	05/02/2014	-	3.410,36	37.514,01
Carlos Antônio Vieira Fernandes	28/04/2015	-	3.440,15	27.521,20
Miguel Ragone de Mattos	28/04/2015	-	3.440,15	27.521,20
Antenor Ferreira Leite	28/04/2015	-	3.440,15	27.521,20
Guiomar Rodrigues de Carvalho	28/04/2015	-	-	-

CONSELHO FISCAL				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Robson Afonso Botelho Filho (T)	-	27/04/2015	3.317,29	13.269,14
Adriana Melo Alves (T)	-	27/04/2015	3.317,29	13.269,14
Marcos José Rodrigues Miranda (S)	-	27/04/2015	3.276,33	3.276,33
Hamilton Lacerda Alves (S)	-	27/04/2015	3.276,33	3.276,33
Ézio de Lina Freire (S)	-	27/04/2015	3.276,33	3.276,33
Lilian Maria Cordeiro Pinheiro (T)	13/06/2014	-	3.410,36	37.514,01
Cláudio Henrique M. de Souza (S)	28/04/2015	-	-	-
Irani Braga Ramos (T)	28/04/2015	-	3.440,15	27.521,20
Natália Resende Andrade (S)	28/04/2015	-	-	-
Osvaldo Garcia (T)	28/04/2015	-	3.440,15	27.521,20
Paulo Roberto Vanderlei R. Filho (S)	28/04/2015	-	3.440,15	6.880,30

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas / Gerência de Contabilidade

4.7.2. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos
Quadro 4.7.2 - Resumo sintético das remunerações

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Executiva - DEX, Conselho de Administração e Fiscal		
Remuneração dos Administradores	Exercício	
	2015	2014
Número de membros:	15	20
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.608.578,76	1.088.237,04
a) salário ou pró-labore	1.608.578,76	1.088.237,04
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		

Remuneração dos Administradores	Exercício	
	2015	2014
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	1.608.578,76	1.088.237,04
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas - AA/GGP

4.7.3. Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Na Codevasf a remuneração dos administradores e dos membros de colegiado é fixa, e dessa forma não há indicadores a ser levados em consideração na determinação da remuneração.

Apesar de a remuneração ser fixa, registra-se a existência de mecanismo denominado “Instrumento de Avaliação de Desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e de seus membros”, aprovado pela Resolução nº 633 de 25 de junho de 2013 e Deliberação nº 08 de 08 de julho de 2013.

Acrescenta-se, que este instrumento de avaliação tem por objetivo atender ao disposto na Resolução nº 3 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societárias da União – CGPAR, de 31 de dezembro de 2010, e à Deliberação nº 3, de 14 de março de 2012, do Conselho de Administração da Codevasf; e orientar o processo de avaliação da atuação do Conselho de Administração e de seus membros, bem como da Diretoria Executiva – DEX e seus membros, tendo como parâmetro as atribuições legais do Estatuto da Codevasf.

As avaliações foram aplicadas nos âmbitos dos conselhos e seus membros, todavia há espaço para aperfeiçoamento da sistemática e amadurecimento do processo para se obter maior acurácia e refletir adequadamente o desempenho da gestão.

A seguir é apresentada abordagem resumida do mecanismo de avaliação dos órgãos colegiados:

A avaliação de desempenho deverá ser do tipo e interna e escrita, por meio de questionários, sendo aplicada da seguinte forma:

- Membros do Conselho de Administração avaliam a atuação do Conselho de Administração, como colegiado;
- Membros do Conselho de Administração avaliam a atuação da Diretoria Executiva, como colegiado;
- Membros do Conselho realizam a avaliação 360°, ou seja, cada membro avalia a si mesmo e a cada membro do Conselho; e
- Membros da Diretoria Executiva realizam a avaliação 360°, ou seja, cada membro avalia a si mesmo e a cada membro da DEX.

OBS: A avaliação 360° consiste em combinar análises feitas pelo superior, pares e/ou clientes e subordinados, contrastando com a autoavaliação do empregado.

Os responsáveis pela condução das avaliações será o Presidente do Conselho de Administração (avaliação do Conselho, como colegiado e de seus membros, e da Diretoria Executiva, como colegiado); e do Presidente da Diretoria Executiva pela avaliação de seus membros. Competirá a Secretaria de Órgãos Colegiados – PR/SC a apuração das avaliações.

A periodicidade das avaliações será anual, no mês de outubro, sendo que do processo de avaliação só participarão os membros que estiveram presentes em pelo menos 3 (três) reuniões de seus colegiados.

Os instrumentos de avaliação são compostos por questionários intitulados de “Avaliação do Conselho de Administração”, “Avaliação da Diretoria Executiva” e “Avaliação dos Membros do Conselho de Administração/Diretoria Executiva”. Os questionários “Avaliação do Conselho de Administração” e “Avaliação da Diretoria Executiva” são compostos pelos blocos:

Bloco 1 – Gestão dos Negócios e dos Riscos Corporativos.

Bloco 2 – Governança.

Bloco 3 – Dinâmica.

Para cada nota de avaliação corresponde a seguinte classificação de qualidade: 0 - Nunca; 1 - Raramente; 2 - Frequentemente; e 3 – Sempre.

A avaliação de desempenho é obtida por meio da correlação do Resultado Final da Avaliação (RFA) a um determinado conceito, conforme apresentado na Tabela de Conceituação abaixo:

Tabela de Conceituação	
Pontuação	Crterios
0 – 49	Ruim
50 – 69	Regular
70 – 89	Bom
90 – 100	Ótimo

Os instrumentos de avaliação do CONSAD, da DEX e de seus membros, bem como os respectivos formulários de avaliação encontra-se disponível na página da *intranet* da Codevasf, acessível pelo link https://intraplone.codevasf.gov.br/documentos_normativos_referencia/organizacional/.

4.8. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

Até o exercício de 2012, a Empresa não era auditada por auditores independentes, segundo o acórdão TCU nº 419/2010 - Plenário, que diz:

“(…)

9.2.1. o art. 3º da Lei nº 11.638/2007, que prevê a obrigatoriedade de auditoria independente para as sociedades de grande porte, não se aplica às empresas públicas unipessoais, constituídas com capital exclusivo da União, nos termos do inciso II do art. 5º do Decreto-Lei nº 200/67, as quais, desse modo, não são revestidas na forma de sociedade;

9.2.2 as empresas públicas apenas ficam obrigadas a contratar auditoria independente para auditar suas demonstrações contábeis no caso de expressa previsão legal ou estatutária...”

A partir do exercício de 2013, a Empresa passou a ser auditada por auditores independentes, em virtude do parecer nº 0990 – 6.8/2012/PFF/CONJUR-MP/CGU/AGU, processo nº 03800.000792/2012-37, em que a Advocacia Geral da União – AGU concluiu, com fundamento no art. 3º da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que as empresa públicas de grande porte estão obrigadas a contratar auditoria Independente.

A Codevasf realizou certame licitatório, do tipo Global, na modalidade Pregão Eletrônico (menor preço), logrando-se vencedora a empresa Grupo Maciel – Auditoria, Consultoria, Perícia e Assessoria, com sede a Avenida Bastian, 366, Bairro Menino de Deus, Porto Alegre/RS, com registro no CRC RS sob nº 005460/0-O, e no CNPJ sob nº 13.098.174/0001-80, sendo o contrato remunerado em R\$ 47.949,98. O objeto do contrato foi prestação de serviços de auditoria independente o exame das Demonstrações Financeiras da Companhia e o assessoramento sobre as alterações da Lei 6.404/1976.

Em 2015, houve reforço de empenho no valor de R\$ R\$ 1.874,08, perfazendo R\$ 49.824,06. Foi ainda, firmado 1º Termo Aditivo ao contrato, prorrogando seu prazo por 12 meses a partir de 3/3/2015, acarretando acréscimo no contrato de R\$ 22.100,91.

O parecer dos auditores independentes encontra-se na sessão [Relatórios, Pareceres e Declarações](#).

4.9. Informações sobre ações trabalhistas contra a entidade

As informações prestadas abaixo têm por finalidade dá conhecimento sobre a ocorrência de ações trabalhistas contra a Codevasf e o processo de gestão desse tipo de demanda.

As demandas trabalhistas de maior vulto estão previstas no Relatório Anual de Riscos Fiscais, com o valor provável de condenação. O Relatório atende - de maneira ampla - a demanda que é de apresentar as ações em curso. Trata do maior controle que se possui atualmente na Empresa, onde há previsão de orçamento e análise de condenação provável visando à programação orçamentária.

Em tempo futuro essas informações serão extraídas diretamente do Sistema Jurídico - SisJur, considerando que está fase avançada de implantação, onde será possível realizar controle pormenorizado do número de ações, situação processual de cada uma delas, bem como apontamentos de todos os valores pagos, como custas, taxas, emolumentos, depósitos recursais, honorários advocatícios, contando com informações inclusive acerca da existência de bens penhorados para satisfação do crédito.

Quadro 4.9 - Previsão de sentenças judiciais para a elaboração da Proposta Orçamentária Anual – PLOA 2016

Órgão/Unidade	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf		
Grupo de Natureza de Despesa	Ação	Objeto da ação (Plano Orçamentário)	Valor (R\$ 1,00)
GND 1 - Pessoal e Encargos Sociais	0022 - Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	0001-Cumprimento de sentenças judiciais devidas por empresas estatais	23.194.197,00
	0022 - Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	0002-Pagamento de depósitos recursais devidos por empresas estatais.	1.272.358,74
GND 3 - Outras Despesas Correntes	0022 - Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	0002-Depósitos Recursais devidos por Empresas Estatais	3.986.502,31
TOTAL			28.453.058,05

Fonte: Relatório de acompanhamento da Assessoria Jurídica - PR/AJ

4.10. Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais

A Codevasf vem envidando esforços no sentido de aperfeiçoar os controles internos de demandas judiciais, considerando a implantação do Sistema Jurídico - SISJUR, que é de uso obrigatório desde 1º de novembro de 2015, conforme a Decisão nº 1.371, de 6 de outubro de 2015. Trata de sistema informatizado desenvolvido sob a coordenação da Gerência de Tecnologia da Informação, da Área de Gestão Estratégica, que permite o gerenciamento eletrônico dos processos judiciais.

A Assessoria Jurídica e demais Unidades das Superintendências Regionais estão em pleno trabalho de implantação do Sistema. As ações compreendem o cadastramento e acompanhamento de processos judiciais em que a empresa figure como parte e a digitalização dos documentos de ações em curso.

Os processos existentes no acervo da Codevasf (em número estimado de 15 mil - muitos ainda em trâmite) estão sendo tratados via grupo de trabalho, constituído pela Decisão nº 106, de 03 de fevereiro de 2016, de atuação regionalizada e duração de seis meses, tendo por objetivo de se proceder ao cadastramento no SISJUR de todos os processos judiciais existentes.

A expectativa é que essa ferramenta facilite o levantamento de informações mais consistente e de forma rápida, incluindo demonstrativo da evolução do quantitativo de processos trabalhistas

movidos contra a Codevasf, valores pagos por natureza das reclamações, penhoras/valores programados e providências adotadas para tratar e mitigar os riscos associados a esses processos, além da vantagem de apresentar grande parte de documentos em meio digital.

O sistema poderá evoluir para controle de prazos prescricionais dos créditos da Codevasf, considerando que diversas áreas técnicas têm créditos a receber. Atualmente, o jurídico age sobre demanda, ou seja, somente quando instando pelas áreas responsáveis faz análise da prescrição.

Registra-se que será necessário realizar levantamento completo dos processos judiciais nos diversos Tribunais em que a Empresa litiga. E, devido ao contingenciamento de recursos e da escassez de mão de obra, não foi possível realizar o levantamento relativo ao exercício de 2015.

5. Relacionamento com a Sociedade

A Ouvidoria da Codevasf é a área responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e ações desenvolvidas pela empresa. Os trabalhos desenvolvidos no setor prezam por respostas no menor prazo possível, de forma clara, objetiva e precisa para garantir a transparência, integridade e o respeito no trato das informações produzidas e prestadas ao público.

5.1. Canais de Acesso do Cidadão

Canais de Atendimento
<p>Atendimento Telefônico</p> <p>Serviço de atendimento gratuito ideal para situações em que o usuário precisa de uma resposta simples e direta. Disponível de 2ª a 6ª (exceto feriados), das 08h30min às 17h30min. Para acessar este serviço, disque: 0800 610021 ou atendimento telefônico: (61) 2028-4610.</p>
<p>Formulário Eletrônico</p> <p>Canal adequado para a manifestação de dúvidas, reclamações, sugestões, elogios e denúncias. O acesso ao formulário: http://www.codevasf.gov.br/principal/acesso-a-informacao/ouvidoria#FORMULARIO</p>
<p>Serviço de Acesso à Informação</p> <p>Desde a publicação da Lei 12.527, de novembro de 2011, o cidadão tem à sua disposição, no sítio da Codevasf, a seção denominada Acesso à Informação, em que são publicadas diversas informações sobre as atividades desempenhadas pela empresa.</p>
<p>Correspondência</p> <p>Reclamações, denúncias, sugestões, solicitações ou elogios sobre os serviços prestados pela Codevasf também podem ser encaminhados por correspondência para o seguinte endereço: SGAN 601, Conjunto I, sala 418, Ed. Manoel Novaes. Brasília/DF - CEP: 70.830-019</p> <p>A resposta da Ouvidoria poderá ser remetida nas seguintes formas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Endereço postal fornecido; 2. Endereço de correio eletrônico (e-mail).
<p>Atendimento Presencial</p> <p>O cidadão poderá agendar uma conversa pessoal com a Ouvidora da Codevasf, em Brasília. Para tanto, é necessário ligar para 0800 610021 de 2ª a 6ª feira (exceto feriados), das 08h30min às 17h30min, informar nome completo, número de telefone ou endereço de correio eletrônico (e-mail).</p>
<p>Caixa de Comunicação (Urna)</p> <p>Também poderão se manifestar por meio da Caixa de Comunicação instalada na entrada do edifício sede: SGAN 601, Conjunto I, térreo, Ed. Manoel Novaes. Brasília/DF CEP: 70.830-019</p>

5.2. Carta de Serviços ao Cidadão

É um importante instrumento de gestão que visa promover a implementação de políticas administrativas destinadas a aperfeiçoar as atividades desenvolvidas e os serviços prestados ao cidadão.

A Codevasf, como entidade pública, presta diversos serviços à sociedade, os quais estão sujeitos a padrões de qualidade, celeridade e eficiência próprias da ordem democrática. O principal canal de acesso ao cidadão na empresa é a Ouvidoria, unidade administrativa subordinada a Presidência da

Codevasf, localizada na sede da empresa, que recebe solicitações, reclamações, denúncias, bem como sugestões a respeito dos serviços prestados pela Codevasf em toda sua área de atuação.

Todavia, a Ouvidoria não disponibilizou por enquanto “Carta de Serviços ao Cidadão”, a qual está em fase de elaboração pela Área de Gestão Estratégica, de acordo com o decreto nº 6.932/2009, e terá como objetivo informar ao cidadão dos serviços prestados pela empresa, da forma de acessá-los e dos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Destaca-se que a empresa possui uma complexa carteira de empreendimentos e serviços que estão descentralizados em 9 (nove) estados da Federação (AL, BA, CE, GO, MG, PE, PI, MA e SE), sendo assim, devido à elevada capilaridade da Empresa e complexidade dos serviços prestados à sociedade, o trabalho de levantamento e disponibilização de Carta de Serviços ao Cidadão exigirá significativos esforços e tempo para sua conclusão.

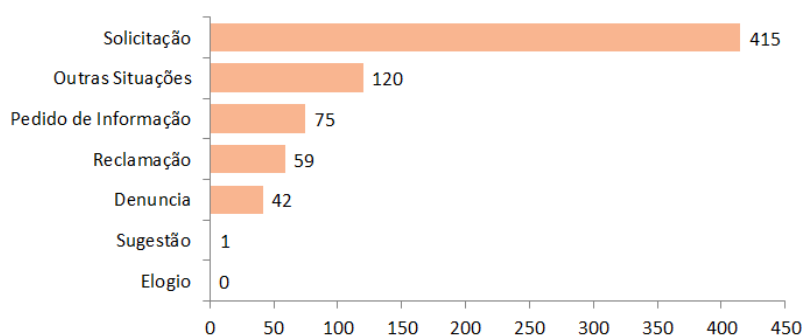
5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

A Ouvidoria da Codevasf não possui mecanismo para medir a satisfação dos serviços oferecidos. Tal demanda foi encaminhada a Gerência de Tecnologia da Informação (AE/GTI), que deverá elaborar formulário de pesquisa sistematizado pelo qual se pretende medir a qualidade dos serviços e/ou produtos oferecidos aos beneficiários/cidadãos.

A pesquisa será realizada para avaliar o grau de satisfação da população beneficiada ou atendida nos canais da Ouvidoria, objetivando identificar os fatores com impactos negativos por região e/ou segmento de atuação e, com isso, subsidiar a administração da empresa na adoção de medidas corretivas e melhorias nos processos de trabalho, políticas e normas, primando pela excelência e referência na prestação de serviços na sua área de atuação.

A Ouvidoria tem verificado a pesquisa de satisfação do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), que demonstra a satisfação dos usuários do serviço de informação com o atendimento prestado pela Codevasf. Porém essa pesquisa não demonstra a realidade da Ouvidoria, pois se limita aos pedidos de informação que entram no canal e-SIC.

Gráfico 5.3 - Demandas recebidas pela Ouvidoria – Exercício 2015



No exercício de 2015, foram registrados 75 requerimentos de informação, sendo todos respondidos no prazo médio de 12 dias. Registra-se que couberam 12 recursos ao chefe imediato e um à autoridade em 2ª instância. As demandas se concentram nos temas de Governo/Política, Economia/finanças e Meio Ambiente/Água, representando mais de 46% das solicitações.

Quanto às demandas recebidas pela Ouvidoria, verifica-se pelo gráfico abaixo que 58% das 712 ocorrências referem-se a algum tipo de solicitação. As tipologias utilizadas pela ouvidoria são: pedido de informação, reclamação, sugestão, denúncia, elogio e outras situações, as quais não estão relacionadas aos serviços prestados pelo SIC.

5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

Desde a publicação da Lei de Acesso a Informação (LAI) nº 12.527, de novembro de 2011, o cidadão tem à sua disposição, no sítio da Codevasf (www.codevasf.gov.br), na seção denominada “Acesso à Informação”, informações sobre o funcionamento e ações executadas pela empresa e, além disso, são disponibilizados na guia “Institucional” os relatórios de gestão, balanços e demonstrativos contábeis e os processos de contas anuais, entre outras, os quais contribuem para a transparência da gestão da empresa junto aos órgãos de controle e da sociedade.

6. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

6.1. Desempenho Financeiro no Exercício

Quadro 6.1 - Resumo por categoria de gasto – Exercício 2015

Valores em R\$ 1,00

Saldo Limite de Saque Anterior a 2015	51.369.821,78	Despesa pagas até 31/12/2015	Despesa a pagar em 31/12/2015	Total da dívida 2015	Percentual de recursos recebidos para pagamento da dívida 2015
Categoria de Gasto	Recursos Recebidos				
C - Outras Despesas Correntes	114.523.449,05	112.196.127,36	138.636.704,50	250.832.831,86	
D - Investimento	409.751.449,82	422.550.936,57	1.182.764.184,98	1.605.315.121,55	
TOTAIS	575.664.720,65	534.747.063,93	1.321.400.889,48	1.856.147.953,41	31,01

Fonte: Tesouro Gerencial (31-12-2015)

Para o desenvolvimento deste item, foi considerado o desempenho financeiro na fonte de recursos detalhada 01000000 – Recursos Ordinários no Órgão da UGE 22203, na Unidade Orçamentária 53202, excetuando-se as despesas com pessoal.

Após a análise das informações levantadas (Despesas empenhadas, liquidadas do exercício e dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Inscritos), verifica-se que os recursos recebidos foram insuficientes para pagamento dos débitos com fornecedores e até mesmo com pequenas despesas de custeio administrativo, pois os recursos financeiros recebidos foi de 31,01% do total de valores a pagar, liberado fracionado mensalmente durante o exercício em análise. Ressalte-se que dos recursos financeiros utilizados para pagamento da dívida, R\$ 51.369.821,78 refere-se a saldo anterior a 2015.

A limitação dos recursos financeiros no Exercício de 2015 implicou em descontinuidade de contratos e paralizações de algumas obras. Como já mencionado na análise crítica do item 3.3.4.1 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores. Esta escassez de recursos é refletida pela menor capacidade de Governo Federal em cumprir seus compromissos assumidos no ano de 2015.

Vale ressaltar que uma das causas para esta ineficiência financeira se deve ao contingenciamento e limitação de recursos pelo Governo Federal através do Decreto nº 8.580/2015 que, “Altera o Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2015”.

6.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

Por se tratar de uma empresa pública, a Codevasf, adota os critérios estabelecidos pela Lei 6.404/76 e suas alterações e à legislação tributária. É integrante do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI desde 1991, onde tem sua execução orçamentária, financeira e contábil executada no SIAFI.

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e IN nº 162/98 e de acordo com a legislação tributária, cujos valores são absorvidos no resultado do exercício.

A avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos e do intangível são realizados pelo valor original ou custo de aquisição, conforme preconiza a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.

6.3. Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

O Governo Federal, por meio da STN/MF, tem se esforçado para que a administração pública federal possa dispor de sistema de custos, que permitam, entre outros, a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária e financeira de responsáveis.

Em 2009, foram iniciados os trabalhos de concepção e implantação do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC, sendo realizados estudos preliminares acerca da integração de sistemas estruturantes, e estudos metodologia de ajuste contábil, pela Coordenação-Geral de Contabilidade da União, da Secretaria do Tesouro Nacional.

O SIC teve sua homologação em março de 2010. Trata de “Data Warehouse” que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal, tal como SIAPE, SIAFI e SIOPE, para a geração de informações. A ferramenta proporcionará melhoria de serviços destinados à população e instrumentos de análise para a eficácia, a eficiência, a economicidade e a avaliação dos resultados do uso recursos públicos.

Em 2011, foi aprovada a Portaria nº 157 que instituiu o “Sistema de Custos do Governo Federal”, tendo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) como órgão central. Também foram criados, no âmbito dos ministérios, os Comitês de Análise e Validação das Informações de Custos.

Os custos relacionados à dimensão física, expressa pelos produtos, programas e ações orçamentárias, são obtidos a partir de dados dos sistemas SIAPE, SIAFI e Siop. Na dimensão monetária são utilizados dados estruturados provenientes da liquidação contábil extraída do SIAFI.

Na Codevasf, ainda não há apuração dos custos dos produtos, programas e ações ofertados à sociedade. Todavia, técnicos da Gerência de Contabilidade deverão participar do curso “Entendendo e Utilizando o SIC - Sistema de Informação de Custos” objetivando a introdução de metodologia de custos e promoção dos ajustes contábeis necessários.

A Empresa espera que esse Sistema possa dar suporte na apuração dos custos dos seus produtos, notadamente, os relacionados ao PISF, permitindo a definição do valor da tarifa D'Água pela Agência Nacional de Água – ANA, órgão fiscalizador e regulatório.

Registra-se que a Gerência de Custos (AD/GEP) é responsável por elaborar, analisar e avaliar composições de custos e orçamentos de bens e serviços. As planilhas de orçamento possibilitam determinar os valores de referência para licitação de obras e serviços de engenharia, bem como subsidiar a gestão de contratos e convênios.

6.4. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis e notas explicativas são apresentadas no [Anexo 4](#), e a declaração do contador responsável com ressalvas sobre os registros contábeis no sistema SIAFI encontra-se na sessão [Relatórios, Pareceres e Declarações](#). Caso ressaltar que essa declaração contempla informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

7. Áreas Especiais da Gestão

7.1. Gestão de Pessoas

A Gerência de Pessoas tem por atribuições planejar, coordenar, controlar, orientar e executar as ações relativas à política e gestão de recursos humanos, para a consecução da missão e objetivos estratégicos da Codevasf.

A Empresa busca a readequação do quadro de pessoal, visando, principalmente, o fornecimento de novas expertises demandadas, por meio da contratação de empregados, via concurso público e incorporação de novos Programas em seu portfólio de projetos, conforme demandado pelo Ministério da Integração Nacional - MI, face ao atendimento aos seus objetivos estratégicos.

Apesar da necessidade de adequação da equipe de pessoal frente aos novos projetos, a exemplo do PISF, e expansão da área de atuação da Empresa, não houve contratações nos últimos 3 (três) anos, ou seja, após a validade do último concurso prorrogado até 10/02/13. Registra-se que este concurso foi objeto da Liminar nº 0000138-64.2013.5.10.0015, impossibilitando, nesse ínterim, iniciar os procedimentos formais para realização de novo concurso. Após a revogação dessa liminar ocorrida em 30/04/15, em razão do cenário econômico brasileiro, as tratativas de contratação foram paralisadas, mas futuramente pretende-se retornar o processo em face de real necessidade de renovação do quadro, agora, principalmente, devido às aposentadorias previstas.

A Gerência de Pessoas procura atualizar e inovar seus instrumentos, como programas de realocação de empregados, entrevistas admissional e demissional, além das normas relacionadas à pessoal, porém ainda não há estudos para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da Unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim.

O quadro de pessoal da Codevasf é controlado mensalmente e refere-se aos cargos efetivos e cargos em comissão, sendo a relação entre estes dois cargos de 1,92%.

7.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

7.1.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Codevasf

A Empresa teve seu quadro de pessoal limitado em 1.773, conforme estabelecido na Portaria nº 17, de 22 de dezembro de 2015, do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST. No final de 2015, a força de trabalho totalizava 1.768 empregados, englobando neste número os empregados efetivos e os ocupantes de cargo comissionado, correspondendo a 99,7% do total aprovado. Nesse limite não são considerados os cargos de Direção nomeados pela Presidência da República, exceto aqueles ocupantes de cargos efetivos na Codevasf. Assim, nos quadros apresentados a seguir serão apresentados sempre em separado.

Quadro 7.1.1.1.1 - Força de trabalho da Empresa – Situação apurada em 31/12/2015

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício ⁽¹⁾	Egressos no Exercício ⁽¹⁾
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos	1.773	1734		
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0		
1.2 Servidores de Carreira	1.773	1734	1 ⁽⁴⁾	21
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	1.773	1734	1 ⁽⁴⁾	21
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-			
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-			
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	2 ⁽⁵⁾	1 ⁽⁵⁾	1 ⁽⁵⁾
2. Servidores com contratos temporários	0	0		
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	42 ⁽²⁾	36 ⁽²⁾		
3.1 Cargos em comissão	42 ⁽²⁾	34 ⁽²⁾		15
3.2 Presidente e Diretores s/ vínculo nomeado pela Presidência da República	4	2 ⁽³⁾	2	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.773	1.734	1	21

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas - AA/GGP

- Notas:** ⁽¹⁾ O quantitativo de ingressos e egressos de empregados contempla todas as entradas e saídas ocorridas durante o ano, cuja variação não necessariamente será igual à variação total de empregados de um exercício para o outro, considerando-se a ocorrência de empregados ingressos e egressos no mesmo ano.
- ⁽²⁾ O quantitativo de funções gratificas está inserido no quadro de servidores de carreira vinculada ao órgão, não sendo contabilizado no total geral para evitar duplicidade.
- ⁽³⁾ Os cargos de Presidente da Codevasf e Diretores das Áreas são de livre nomeação da Presidência da República, de forma tal que não concorrem para a composição do quadro total da Codevasf.
- ⁽⁴⁾ A única contratação que ocorreu no ano de 2015 foi decorrente do processo judicial nº 0000509-71.2014.5.06.0381 – TRT 6ª Região.
- ⁽⁵⁾ Os requisitados do quadro de pessoal da Codevasf são também ocupantes de cargos em comissão, motivo pelo qual não foi contabilizado na soma da linha 1.2 do quadro acima, o que acarretaria duplicidade.

Quadro 7.1.1.1.2 - Força de trabalho distribuída por cargos – Situação apurada em 31/12/2015

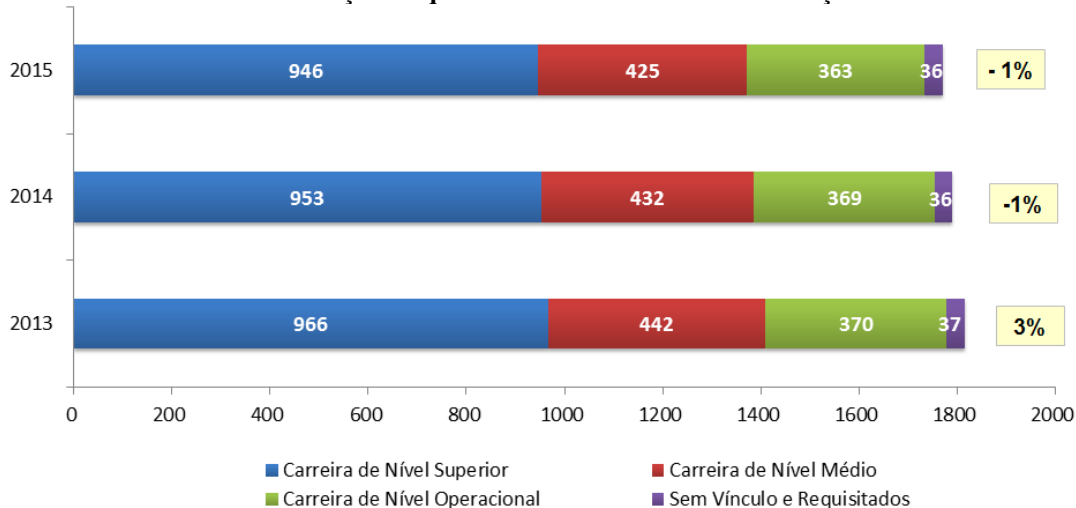
QUADRO DE PESSOAL - CARGOS				
Cargo	2013	2014	2015	Variação 2014-2015 (%)
Carreira de Nível Superior	966	953	946	-0,7%
Assessor Jurídico (*)	49	47	46	-2,1%
Analista em Comunicação (*)	12	12	12	0,0%
Analista em Serviços de Saúde (*)	3	2	2	0,0%
Analista em Desenvolvimento Regional (*)	894	885	878	-0,8%
Técnico Desenvolvimento Regional III	4	4	4	0,0%
Técnico em Desenvolvimento Regional IV	4	4	4	0,0%
Carreira de Nível Médio	442	433	425	-1,8%
Assistente Técnico em Desenvolvimento Regional (*)	434	426	418	-1,9%
Assistente Técnico em Desenvolvimento Regional II	1	1	1	0,0%
Assistente Técnico em Desenvolvimento Regional III	7	6	6	0,0%
Carreira de nível operacional	370	367	363	-1,1%
Auxiliar Operacional em Desenvolvimento Regional (*)	360	359	355	-1,1%
Auxiliar Operacional em Desenvolvimento Regional I	3	3	3	0,0%
Auxiliar Operacional em Desenvolvimento Regional II	7	5	5	0,0%
TOTAIS	1.778	1.754	1.734	-1,1%

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas

(*) Cargos introduzidos pelo Plano de Cargos e Salários – PCS 2009

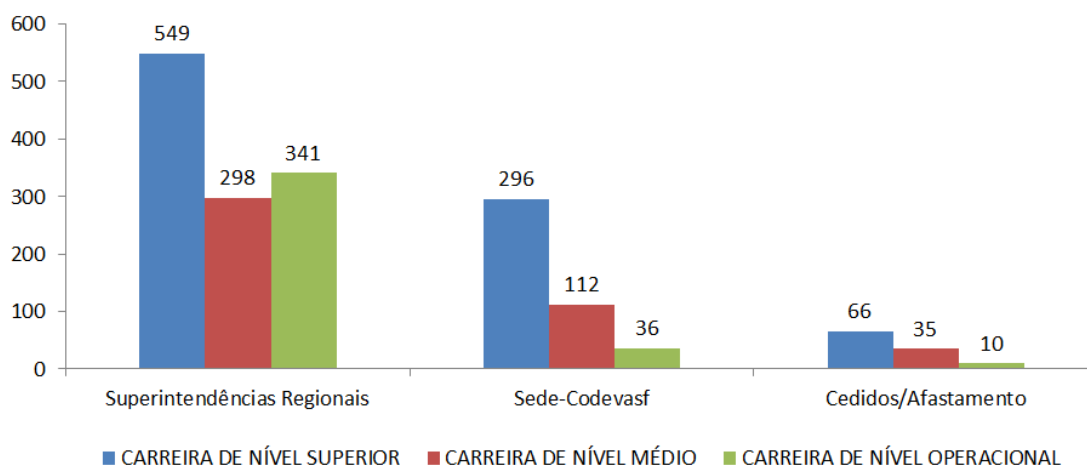
O gráfico a seguir demonstra a evolução da quantidade de empregados efetivos, entre os quais 54% ocupam a carreira de nível superior, 25% a carreira de nível médio e 21% a carreira de nível operacional, praticamente a mesma distribuição percentual do ano de 2014.

Gráfico 7.1.1.1.1 - Evolução do quadro efetivo da Codevasf – Situação em 31/12/2015



A distribuição de empregados efetivos é evidenciada no gráfico a seguir, sendo que 70% da força de trabalho estão distribuídas nas SRs e 30% atendem à Sede ou estão cedidos a outras instituições ou com contrato em suspensão/em afastamento.

Gráfico 7.1.1.1.2 - Distribuição de Empregados efetivos por Lotação – Situação em 31/12/2015



Fonte: Quadro de pessoal efetivo (exceto nomeados e requisitados) - Sistema MentoRH – 31.12.2015

Quadro 7.1.1.1.3 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Área Meio	Área Fim	Cedidos ou Em Afastamento ⁽¹⁾
1. Servidores de Carreira	669	984	81
1.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	669	984	81
1.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0
1.3 Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0
1.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2 ⁽²⁾	0	0
2. Servidores com contratos temporários	0	0	0
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	24	10	0
4. Total (1+2+3)	693	994	81
5. Servidores sem vínculo nomeados pela Presidência da República ⁽³⁾	1	1	0

Fonte: Sistema MentoRH (Gerência de Gestão de Pessoas – AA/GGP)

Notas:

⁽¹⁾ Cedidos ou Em Afastamento - Não Definida a Área de Atuação. Classificação corresponde à impossibilidade de definição de área, com relação aos empregados cedidos ou em situação de afastamento (INSS, Licença Gestante, Suspensão de Contrato, etc.).

⁽²⁾ os requisitados do quadro de pessoal da Codevasf são também ocupantes de cargos em comissão, motivo pelo qual não foi contabilizado na soma total do quadro acima, o que acarretaria duplicidade.

⁽³⁾ Os cargos de Presidente da Codevasf e Diretores das Áreas são de livre nomeação da Presidência da República, de forma tal que não concorrem para a composição do quadro total da Codevasf.

Quadro 7.1.1.1.4 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas (31/12/2015)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	42	34	17	19
1.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	
1.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	
1.3 Cargos em Comissão ⁽¹⁾	42	34	17	17
1.3.1 Sem vínculo – Requisitados	-	2	1	1
1.3.2 Sem vínculo – Designados	-	32	14	14
2. Funções gratificadas	684	585		
2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	684	585	0	2
2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total (1 + 2)	726	621	17	19
4. Servidores sem vínculo nomeados pela Presidência da República ⁽²⁾	-	2	2	2

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas - AA/GGP

Observação: O quantitativo de ingressos e egressos contemplam todas as entradas e saídas ocorridas durante o ano, cuja variação não necessariamente será igual à variação total de empregados de um exercício para o outro. O quantitativo de funções gratificadas está inserido no quadro de servidores de carreira vinculada ao órgão, não sendo contabilizado no total geral para evitar duplicidade.

Notas:

⁽¹⁾ Do quadro autorizado de cargos em comissão e de funções gratificadas, 42 referem-se a cargos em comissão. De acordo com a Portaria nº 017/2015 - DEST/MPOG, as nomeações realizadas pela Presidência da República não são computadas no total de vagas das Funções de Confiança.

⁽²⁾ Os cargos de Presidente da Codevasf e Diretores das Áreas são de livre nomeação da Presidência da República, de forma tal que não concorrem para a composição do quadro total da Codevasf.

7.1.1.1.1. Análise Crítica

Observa-se uma variação no quadro de pessoal da Empresa, reduzido em 1,12% com relação ao fechamento de 2014. A redução deve-se a diversos fatores, tais como:

- ✓ ausência de concurso público vigente que possibilite contratações pela Codevasf. Como já esclarecido, a única contratação que ocorreu no ano de 2015 foi decorrente do processo judicial nº 0000509-71.2014.5.06.0381 – TRT 6ª Região;
- ✓ os desligamentos ocorridos em 2015;
- ✓ cessão de empregados a outros órgãos/empresas públicas, muitas vezes em caráter irrecusável; e
- ✓ decréscimo do limite de quadro de pessoal, ocorrido com a emissão da Portaria-DEST nº 17, de 22 de dezembro de 2015.

Ainda que o cenário apresentado venha acarretando sucessivas reduções na força de trabalho da Codevasf, é possível verificar uma diminuição na rotatividade de pessoal com maior equilíbrio entre os egressos das áreas meio e fim.

a) Concurso Público

A Codevasf realizou concurso público em 2008, para reposição do quadro de empregados. O prazo inicial do certame foi de dois anos contados a partir da data de homologação, tendo sido prorrogado por mais dois anos (Edital nº 01/2010), publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União de 15/12/2010, com validade até 10/02/2013).

Registra-se que, por força da Liminar nº 0000138-64.2013.5.10.0015, o referido prazo de validade do certame foi elástico, mas em julgamento da questão em primeira instância, realizado em 30/04/2015, a referida liminar foi revogada.

Ainda em 2013, pela Decisão nº 1.774 de 14/11/2013, foi constituída Comissão para realização dos trabalhos para viabilização de novo concurso público, destinado a selecionar candidatos para o preenchimento de cargos/área de formação do quadro de pessoal da Codevasf, mas, visto a recente redução do quadro de pessoal dada pela Portaria-DEST nº 17/2015, esse novo concurso público fica por hora prejudicado pelo número ínfimo de vagas a serem ocupadas.

b) Rotatividade de Pessoal (Turnover)

A Codevasf teve um total de 21 desligamentos de empregados efetivos em 2015, sendo que, deste total, 13 são empregados contratados no último concurso público. No total de desligamentos estão contabilizados seis empregados que faleceram em 2015.

A quantidade de desligamentos em 2015 representa uma rotatividade de 0,86%, mantendo a tendência de queda observada em 2014 (1,5%) e 2013 (2,5%).

No ano de 2014, foi implementado na Gerência de Gestão de Pessoas a Entrevista Semiestruturada de desligamento com o objetivo de analisar as causas de rotatividade na Empresa, criar planos de ação para retenção de talentos e colher impressões que os empregados levam da Empresa. Em 2015, o instrumento foi aplicado a uma quantidade reduzida de desligados, sendo a amostra ineficiente, prejudicando, portanto, a análise.

Conforme já mencionado, houve maior equilíbrio entre os egressos da área meio e área fim, o que diferencia da análise dos anos anteriores, em que o egresso da área fim prevalecia em relação o da área meio da Empresa.

c) Plano de Carreiras e Salários - PCS

O Plano de Carreiras e Salários – PCS, implantado em 1/3/2009, pela Resolução nº 152, de 18/02/2009, introduziu novos conceitos e procedimentos, com vistas a restabelecer as possibilidades de carreiras para os empregados da Codevasf, privilegiando a qualificação profissional e o desempenho funcional. Objetivando estruturar os princípios e as normas gerais do conjunto de funções de confiança e gratificadas no âmbito da Codevasf, foi aprovada por meio da Resolução nº 1.097 de 24/9/2009, a implantação do Plano de Funções e Gratificações, com vigência a partir de 1º/9/2009.

Verifica-se que a partir de 2012, ocorreram movimentos por parte dos empregados para aprimoramento do atual Plano de Carreiras e Salários praticado na Codevasf. Discussões internas e a sensibilização do corpo diretivo chegaram à conclusão de que o citado instrumento necessita ser atualizado para que possa atender às novas demandas da Empresa, devidamente alinhado com as políticas e orientações emanadas do governo federal relativas à pessoal e ao desenvolvimento regional, bem como para possibilitar maior capacidade de captação e retenção de profissionais que integram ou que venham integrar o quadro da Codevasf.

A prospecção para a contratação de consultoria para identificar oportunidades de melhoria no PCS ficou sobrestada diante das restrições orçamentárias impostas em 2015.

7.1.1.2. Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

Em janeiro de 2015, em face às restrições orçamentárias do Governo Federal, a Presidência da Codevasf emitiu a Decisão nº 099/2015, que limitou a realização de despesas com diárias, passagens aéreas e outras discricionárias, além de suspender a participação de empregados em seminários, palestras, cursos, congressos e eventos afins, enquanto as referidas restrições perdurassem.

Este cenário impossibilitou a aprovação do Programa de Desenvolvimento Técnico-Gerencial para o exercício 2015, limitando a realização de eventos de capacitação a ações inadiáveis, sendo analisadas caso a caso, conforme sua urgência.

Neste sentido, em cumprimento a requisitos legais e normativos, foram realizados cursos de formação de membros da CIPA (Sede e SRs), cursos de atualização em NR-10, cursos obrigatórios para pilotos da aeronave da Codevasf, além de cursos de atualizações contábeis, bem como atualizações previdenciárias aos conselheiros da Fundação São Francisco de Seguridade Social.

Além das ações acima citadas, outros eventos de capacitação merecem destaque:

Programa de Desenvolvimento de Líderes – PDL 2015

Em dezembro de 2014, a Codevasf e a Fundação ADM assinaram o contrato nº 00.104.00/2014, para prestação de consultoria e realização do Programa de Desenvolvimento de Líderes 2015, visando a capacitação de 300 líderes da empresa, em continuidade à 1ª edição do PDL. Todo o recurso orçamentário para pagamento do contrato foi empenhado no ano de 2014, cabendo ao orçamento de 2015 o custeio logístico do programa. Realizaram-se os 2 (dois) primeiros módulos do Programa, entretanto, por limitações orçamentárias e financeiras, decidiu-se pela suspensão do PDL, a partir de abril de 2015 e, posteriormente, pela rescisão contratual, em outubro do mesmo ano.

Gestão de Portfólio de Projetos – MS Project Professional

Em parceria com a Área de Gestão Estratégica, a Unidade de Desenvolvimento de Pessoas promoveu, no mês de agosto, o curso Gestão de Portfólio de Projetos – MS Project 2013 Professional, com o objetivo de atender a demandas crescentes de órgãos de gestão e controle, que exigem a implantação de metodologia de gestão por projetos nas empresas estatais. O treinamento, ministrado pela empresa Human Power, foi realizado na modalidade “in company” e teve carga-horária total de 44 horas. Ao todo, 14 empregados de todas as Áreas participaram da capacitação.

Prática Introdutória: Tesouro Gerencial e Conceitos Orçamentários

Com o advento de nova ferramenta do Governo Federal para gestão financeira e orçamentária, denominada Tesouro Gerencial, durante o mês de maio de 2015, foi ministrado a Oficina: “Prática Introdutória: Tesouro Gerencial”. Foram realizadas duas turmas com empregados usuários da nova ferramenta, totalizando 25 empregados capacitados de todas as Áreas da empresa, além de uma terceira turma, na qual foram abordados também conceitos de Orçamento Público.

Cursos de Sistemas Corporativos

Incentivando a prática de instrutoria interna, foram realizados cursos sobre novos sistemas corporativos da Codevasf, dentre os quais se destacam o Sistema de Gestão Orçamentária (SIGEO) e Sistema Jurídico (SISJUR), contemplando empregados da Sede e das Superintendências Regionais.

Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC

Em parceria com a Secretaria de Licitações, realizou-se no mês de dezembro o Curso sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), na modalidade “in company”, contemplado 37 empregados da Sede, tendo por objetivo trazer maiores conhecimentos aos empregados que lidam com essa modalidade de contratação. O curso foi transmitido por videoconferência para as Superintendências Regionais.

Pós-graduações

Ocorreram, ainda, participações em cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, com a finalidade de promover o desenvolvimento técnico dos empregados em áreas específicas de interesse da Codevasf.

Análise Geral da Capacitação em 2015

Com a realização das ações acima descritas, a Codevasf foi capaz de promover 539 participações em ações de capacitação e treinar/capacitar 354 empregados no ano de 2015. Em termos orçamentários, estavam previstos dotação de R\$ 954.404,00 à capacitação de empregados, e deste montante, foram contingenciados R\$ 770.577,01, restando para execução apenas R\$ 183.826,99.

Apesar da realização das ações descritas acima, o contingenciamento de cerca de 80% do orçamento limitou consideravelmente o processo de capacitação de empregados, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais.

7.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 7.1.2 - Custo de pessoal por tipologia e cargo nos exercícios de 2014 e 2015

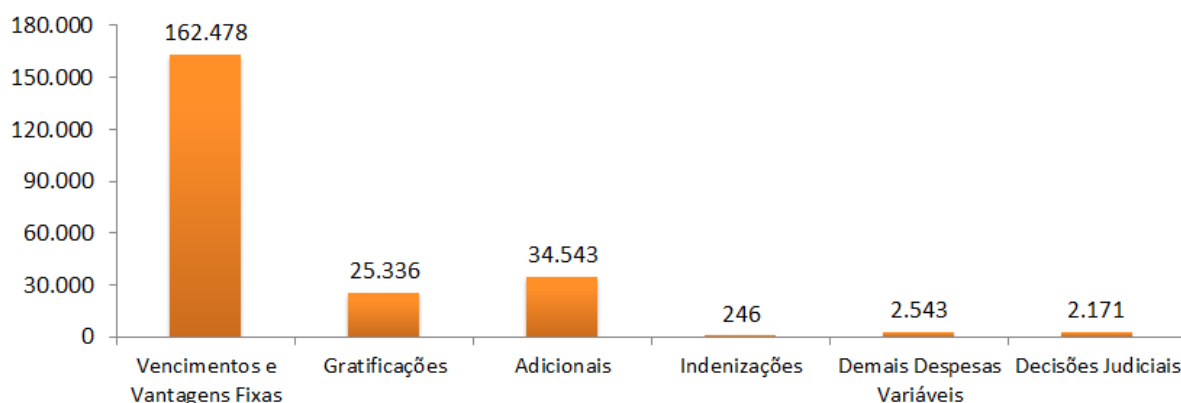
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis				Decisões Judiciais	Total	
		Gratificações	Adicionais	Indenizações	Demais Despesas Variáveis			
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada								
Exercícios	2015	145.627.884	25.336.003	34.531.784	245.592	2.543.142	2.170.790	210.455.195
	2014	144.793.205		30.160.678	422.979	3.399.500	1.970.300	180.746.662
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada								
Exercícios	2015	77.883		11.244				89.127
	2014	58.930						58.930
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)								
Exercícios	2015	4.969.035						4.969.035
	2014	5.564.500						5.564.500
Servidores cedidos com ônus								
Exercícios	2015	11.803.326						11.803.326
	2014	8.255.619		1.732.755				9.988.374
TOTAL CODEVASF								
Totais exercícios	2015	162.478.128	25.336.003	34.543.028	245.592	2.543.142	2.170.790	227.316.683
	2014	158.672.254	0,00	31.893.433	422.979	3.399.500	1.970.300	196.358.466

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas - AA/GGP

Notas: 1) No exercício de referência, não houve despesas com retribuições, gratificações, benefícios assistências/previdenciários (EC 41/2003) e despesas relativas aos exercícios anteriores.

2) Quanto aos ocupados, registra-se que atualmente não há membros de poder e agentes políticos ou servidores com contrato temporário na estrutura da Empresa.

Gráfico 7.1.2 - Custo de pessoal no exercício de 2015 (Valores R\$ mil)



7.1.3. Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

Administração de Conflitos

Os conflitos nas organizações, em alguns momentos podem ser positivos e em outros negativos. A Gestão de Pessoas identifica os conflitos negativos, os quais, em alguns casos, necessitam de intervenção para que possam ser solucionados sem que acarrete prejuízo às equipes e ao desenvolvimento dos trabalhos. A administração de conflitos é realizada por uma equipe multidisciplinar (psicólogos, assistentes sociais e administradores).

Entrevista Admissional

No momento de ingresso do empregado é realizada entrevista com a finalidade de mapear o perfil do empregado e alocá-lo na unidade orgânica mais adequada ao seu perfil. O profissional quando está numa atividade que condiz com o seu perfil, apresenta-se mais motivado e agrega maior valor ao local de trabalho.

Entrevista de Desligamento

A entrevista de desligamento é importante para a Empresa analisar quais fatores e faz perder seus talentos. Quando o empregado solicita desligamento da Codevasf é agendada uma entrevista, ressaltando que o preenchimento deverá ser feito por intermédio do link: <http://pesquisa.codevasf.gov.br>. Através da análise anual destas entrevistas, a Empresa poderá pensar em melhorias para a sua Política de Gestão de Pessoas.

Programa de Realocação de Empregados

A Codevasf está reformulando o Programa com o intuito de institucionalizar critérios e procedimentos para o remanejamento de empregados entre as diversas unidades orgânicas que compõem a estrutura da Companhia, por motivo de transferência ou movimentação, buscando conciliar as necessidades da Empresa e os interesses dos empregados.

Acompanhamento do quadro de Pessoal

A fim de atender ao limite de quadro de pessoal imposto pela Portaria nº 17/2015 – DEST-MP e controlar a movimentação de empregados dentre as unidades organizacionais, são elaborados relatórios periódicos de acompanhamento do quadro de pessoal. Essas informações permitem identificar eventuais concentrações de desligamentos em determinadas unidades organizacionais ou áreas de formação, evidenciando movimentos do mercado de trabalho. Visando mapear os motivos que levam ao desligamento de empregados, desde 2014 são aplicadas entrevistas de desligamento. Também são realizados acompanhamentos de funções gratificadas e cargos em comissão.

Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

É condição determinante para a contratação de candidatos de concurso público a declaração escrita por parte destes da não acumulação de cargo, função ou emprego público e não detenção de aposentadoria, exceto nos casos previstos em lei. Nas hipóteses de acumulação previstas na CF/88 é efetuada a verificação quanto à compatibilidade de horários.

Nos casos de acumulação indevida ou de incompatibilidade de horários, o candidato/empregado é notificado a manifestar-se visando à regularização da situação, em analogia ao caput do artigo 133 da Lei 8.112/1990, antes dos procedimentos de contratação e caso seja empregado são adotados os procedimentos definidos em norma disciplinar interna.

Na Codevasf, não há procedimento para revisão periódica de acumulação de cargos de empregados, ou seja, são apurados os casos de denúncias ou que se tornem conhecidos por outros meios.

7.1.4. Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos
7.1.4.1. Contração de Pessoal de Apoio (serviços de limpeza, higiene e vigilância)
Quadro 7.1.4.1 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – 2015

Unidade Contratante														
Nome: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf														
UG/Gestão: 53.201				CNPJ: 00.399.857/0001-26										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
						Início	Fim	F		M		S		
								P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	Contrato - 0.024.00./2015	Prestação de serviços continuados, conservação, higienização, limpeza e copeiragem nas dependências do escritório de representação da Codevasf em Belo Horizonte - EBH, Minas Gerais	19.448.658/0001-99 – Logos Assessoria e Serviços Ltda.	29/06/2015	29/06/2016	1	1					P
2010	13	O	Contrato - 0.082.00/2010	Prestação dos serviços continuados de jardinagem, para o terreno e dependências do edifício da sede da CODEVASF, localizado no SGAN 601, conjunto I, edifício Deputado Manoel Novaes, em Brasília - DF	06.998.221/0001-87 – CAP Paisagismo, Urbanismo e Comércio Ltda.	14/09/2010	14/09/2015	2	2					E
2010	13	O	Contrato - 0.099.00/2010	Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e operação das instalações elétricas e de combate a incêndio do edifício da sede da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), localizada no SGAN - quadra 601 - conjunto I, edifício Deputado Manoel Novaes, Brasília-DF.	09.226.643/0001-22 – Minasmir Engenharia Comércio Ltda Me	08/11/2011	09/11/2015	2	2					E
2011	1	O	Contrato - 2.050.00/2011	Execução dos serviços continuados de limpeza higienização, conservação, encarregado de manutenção e recepcionista nas dependências da SEDE/LAPA, sob jurisdição da 2ª Superintendência Regional, no Estado da Bahia. Conforme discriminado no ITEM 1, à folha nº 675 (Volume IV), do processo supra, do Edital nº 11/2011 - 2ª SR, modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item.	09.911.986/0001-26 – Bella - Agenciamento de Mão de Obra	04/08/2015	04/08/2016	15	13	2	3		1	A
2011	1	O	Contrato - 5.008.00/2011	Prestação do serviço de limpeza, conservação e higienização das dependências do edifício sede da 5ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada em Penedo, Alagoas.	10.878.081/0001-80 – Portocalle Serviços Gerais Ltda.	01/08/2011	30/06/2016	4	4					P
2011	1	O	Contrato - 5.052.00/2011	Execução de serviços de limpeza, conservação e manutenção de instalações prediais e de estruturas de Produção de alevinos e de pesquisa em aquicultura no Centro Integrado de Recursos Pesqueiros de Itiúba, no município de Porto Real do Colégio - AL, no âmbito da 5ª SR da CODEVASF.	01.182.827/0001-26 – Elimar Prestadora de Serviços em Geral Ltda.	12/12/2011	11/12/2016	10	10					P

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
					(CNPJ)	Início	Fim	F		M		S				
								P	C	P	C	P	C			
2011	1	O	Contrato - 6.011.00/2011	Contratação para execução dos serviços de fornecimento, instalação, supervisão de montagem e testes operacionais de cinco motores de indução trifásico, visando o melhoramento da segurança e eficiência do sistema de captação d'água na EB-1 do Perímetro Irrigado de Maniçoba-BA.	05.567.754/0001-40 – Bahia Security Seg. Privada	15/03/2011	15/03/2016	3	3	1	1					P
2011	2	O	Contrato - 7.023.00/2011	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de vigilância a serem executados de forma contínuo nas dependências do edifício sede da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, em Teresina, no Estado do Piauí.	08.578.865/0001-41 – Havaí Vigilância e Segurança Ltda	30/12/2011	30/03/2016			4	4					P
2012	1	O	Contrato - 4.002.00/2012	O presente contrato tem por objeto a execução dos serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa a ser realizados no Edifício Sede da 4ª Superintendência Regional da Codevasf, localizado na Rodovia Paulo Barreto de Menezes, 2150, Bairro Sementeira, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.	02.030.016/0001-72 – Brasservice Serviços Ltda - ME	01/03/2012	01/03/2015	5	5							E
2012	1	O	Contrato - 4.019.00/2012	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa a serem realizados no prédio do escritório de apoio técnico de Propriá/Se 4a EPR, localizado na Praça Fausto Cardoso n. 09, município de Propriá/Sergipe.	08.843.407/0001-92 – Megaservi Serviços e Locações Ltda	03/12/2012	04/12/2015	2	2							E
2012	1	O	Contrato - 1.144.00/2012	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação, nas dependências do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Três Marias-1º CIT localizado no município de Três Marias /MG.	08.342.488/0001-47 – Meta Assessoria Empresarial MG Ltda.	28/12/2012	28/12/2012	4	4							P
2012	2	O	Contrato - 1.070.00/2012	Prestação de serviços de vigilância armada diurna e noturna nas dependências do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura do Gorutuba - CIRPA, localizado no Perímetro de Irrigação Gorutuba, município de Nova Porteira/MG.	07.534.224/0001-22 – TBI Segurança Ltda	06/08/2012	06/08/2016	4	4							P
2012	2	O	Contrato - 1.003.00/2012	Execução dos serviços de vigilância desarmada motorizada diurna a serem realizados no entorno do lago da Barragem Bico da Pedra localizada nos municípios de Janaúba e Nova Porteira/MG.	07.534.224/0001-22 – TBI Segurança Ltda.	12/03/2012	12/03/2016	2	2							P
2012	2	O	Contrato - 2.015.00/2012	A Prestação dos serviços continuados de vigilância armada em diversas localidades, sob a jurisdição da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado da Bahia, correspondente aos ITENS: ITEM 1 - Escritório de Apoio Técnico de Guanambi - 2º/EGU, ITEM 2 - Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Ceraíma - 2º/CIC e ITEM 3 - Centro de Capacitação em Bases Tecnológicas para o Semiárido - CEBATSA, licitado através do Edital nº 002/2012 - 2ª SR, modalidade Pregão Eletrônico.	11.550.400/0001-97 – DSP Serviços de Segurança	03/07/2012	01/03/2016	10	8		2					P
2012	2	O	Contrato - 4.020.00/2012	A prestação de serviços de vigilância armada e de segurança eletrônica a ser prestados na sede da 4ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada na Av. Beira Mar, n. 2150, Bairro Jardins, Aracaju-SE	16.208.738/0001-89 – Empresa Sergipana de Vigilância Ltda	05/12/2012	05/12/2016	4	4							P

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
						Início	Fim	F		M		S				
								P	C	P	C	P	C			
2013	9	O	Contrato - 8.036.00/2013	Prestação de serviços de 01 (uma) recepcionista, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, para o edifício Sede da 8ª Superintendência Regional da Codevasf.	11.873.594/0001-61 – Are Serviços Ltda - ME	21/11/2013	21/11/2015			1	1					E
2013	1	O	Contrato - 3.002.00/2013	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, jardinagem, copeiragem, recepção e manutenção predial para as dependências da sede da 3ª SR e no Centro de Serviços do CS-03, no Projeto Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE	07.770.857/0001-30 – O Fazendão Serviços Agrícolas Ltda.	23/02/2015	23/02/2016	17	17	1	1					A
2013	1	O	Contrato - 6.011.00/2013	Execução dos serviços de limpeza, conservação, jardinagem, copa, recepção e manutenção predial e elétrica na sede da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.	07.770.857/0001-30 – Fazendão Serviços Agrícola Ltda.	16/09/2013	15/09/2016	2	5		4	2				A
2013	1	O	Contrato - 7.011.00/2013	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza e conservação nas cidades de Teresina, Parnaíba e Oeiras, com a disponibilização de material de consumo, assim como equipamentos e ferramentas adequados à execução dos serviços para atender às necessidades da 7ª Superintendência Regional Codevasf.	05.695.725/0001-65 – Betânia Serviços Gerais	17/06/2013	17/06/2013	8	8							E
2013	1	O	Contrato - 0.076.00/2013	Execução dos serviços de limpeza, conservação, higienização de bens móveis e imóveis, de copeiragem, hidráulica e marcenaria, nas dependências do Edifício Sede da CODEVASF, localizado na SGAN 601, Conjunto I, em Brasília - DF.	04.416.687/0001-00 – Servilimp e Serviços Gerais	17/06/2013	17/06/2016	32	23		9					P
2013	2	O	Contrato - 1.139.00/2013	Execução de serviços de vigilância desarmada diurna e noturna a ser realizada nas dependências do escritório da CODEVASF, localizado no Distrito de Mocambinho, no Perímetro de Irrigação Jaíba/MG.	07.534.224/0001-22 – TBI Segurança Ltda.	13/11/2013	13/11/2016	4	4							P
2013	2	O	Contrato - 2.005.00/2013	Execução serviços continuados de vigilância armada em diversas localidades sob jurisdição da 2ª Superintendência Regional. Grupo 01, licitados através do Edital nº 17/2012 da 2ª SR.	05.567.754/0001-41 – Bahia Security	01/03/2013	02/03/2016	14	10		4					P
2013	2	O	Contrato - 2.004.00/2013	Execução de serviços continuados de vigilância armada em diversas localidades, sob jurisdição da 2ª Superintendência Regional. Grupos 2 e 3, licitados através do Edital nº 17/2012 da 2ª SR.	05.429.384/0001-86 – Boa Sorte Vigilância	01/03/2013	01/03/2016	28	24		4					P
2013	2	O	Contrato - 5.082.00/2013	Contratação de 03 postos de vigilância desarmada diurna e 06 de vigilância armada noturna, 24 horas por dia, de segunda-feira a domingo e feriados, escala 12x36 horas, na sede e em unidades descentralizadas da 5ª/SR.	11.179.264/0007-66 – Preserve Segurança e Transporte de Valores	01/12/2013	30/11/2016	14	14							P
2013	2	O	Contrato - 8.010.00/2013	Execução de serviços de 02 (dois) postos de vigilância armada, 24 (vinte e quatro) horas, incluindo sábados, domingos e feriados nas dependências do Edifício da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, localizado em São Luís - MA.	06.420.079/0001-96 – Atlântica Segurança Técnica Ltda.	30/07/2013	30/07/2014			8	8					P
2013	2	O	Contrato - 0.012.00/2011	Executar serviços de vigilância armada e desarmada nas dependências e no estacionamento externo do Edifício Sede da Codevasf, localizados no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto 1, Brasília - DF.	08.875.253/0001-10 – ASC Service Segurança Ltda.	22/05/2011	22/05/2016	15	8		7					P

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
						Início	Fim	F		M		S				
								P	C	P	C	P	C			
2014	8	O	Contrato - 8.043.00/2014	Prestação de serviço de copeiragem com a disponibilização de material de consumo, assim como as adequados à execução dos serviços para atender às necessidades da 8ª Superintendência Regional da CODEVASF.	11.794.559/0001-57 – O S Souza Transportes e Serviços - ME	31/10/2014	31/10/2015			1	1					P
2014	9	O	Contrato - 7.202.00/2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de recepção, com fornecimento de mão de obra uniformizada, para atender as necessidades de 7ª Superintendência Regional da CODEVASF.	05.483.831/0001-85 – L S L Locações e Serviços Ltda.	03/01/2014	03/01/2016			2	2					E
2014	10	O	Contrato - 0.010.00/2014	Locação de equipamentos reprográficos, digitais, novos, sem uso, não reconicionados e em linha de fabricação, devidamente instalados e conectados em rede, incluindo assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) peças, componentes e acessórios, suprimentos (exceto papel) a ser executada no Edifício Sede da Codevasf.	10.419.289/0001-31 – Marb Serviços Ltda.	15/01/2014	15/02/2017									A
2014	10	O	Contrato - 2.119.00/2014	Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços continuados de reprografia, com locação de mão de obra na função de operador de fotocopidora, nas dependências da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF.	08.610.363/0002-31 – Locopia Comércio de Máquinas e Equipamentos	01/12/2014	01/12/2015			1	1					E
2014	13	O	Contrato - 0.009.00/2014	Prestação de serviços de operação e manutenção preventiva necessários para a execução dos serviços nos equipamentos da central de ar condicionado instalados do Edifício Sede da Codevasf, localizado à SGAN, quadra 601, Lote I, Brasília-DF.	14.457.333/0001-59 – I.N.M da Silva Refrigeração - ME	05/02/2014	09/11/2015	2	2							E
2014	1	O	Contrato - 4.006.00/2014	Execução de serviços de limpeza, conservação, manutenção e higienização interna e externa a serem realizados no prédio do Perímetro Irrigado de Propriá -4ª EPR, situado no município de Propriá, Estado de Sergipe.	11.687.760/0001-35 – R & J Construções, Locações e Serviços de Limpeza Ltda – Me	01/03/2014	01/03/2015	1	1							E
2014	1	E	Contrato - 7.092.00/2014	Prestação de serviço de limpeza e conservação a serem prestados nas dependências da sede da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, em Teresina, e nos Escritórios de Apoio Técnico de Oeiras e Parnaíba.	11.842.881/0001-04 – E R Martins E Cia Ltda.	18/06/2014	15/12/2014	8	8							E
2014	1	O	Contrato - 7.121.00/2014	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação nas cidades de Teresina, Parnaíba e Oeiras, com disponibilização de trabalhadores com dedicação exclusiva, material de consumo, assim como equipamentos e ferramentas adequados à execução dos serviços para atender às necessidades da 7ª Superintendência Regional.	13.909.561/0001-50 – Imediatta Instalações e Serviços Ltda - ME	18/12/2014	12/05/2015	8	8							E
2014	1	O	Contrato - 8.044.00/2014	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação com a disponibilização de material de consumo, assim como equipamentos e ferramentas adequados à execução dos serviços para atender a 8ª SR.	13.519.211/0001-87 – CSG Conservação e Serviços Gerais Ltda	31/10/2014	31/10/2015	6	1		5					E
2014	1	O	Contrato - 1.139.00/2014	Prestação de serviços de limpeza e conservação na sede da 1ª Superintendência Regional localizada em Montes Claros/MG.	04.712.320/0001-25 – Perphil Serviços Especiais Eirelli	29/07/2014	29/07/2016	15	15							P

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
						Início	Fim	F		M		S				
								P	C	P	C	P	C			
2014	1	O	Contrato - 0.069.00/2014	Contratação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização nas dependências internas da área de 308,41 m ² , ocupada pelo Escritório de Representação da CODEVASF em Salvador - PR/ESA, situado na Avenida Ulysses Guimarães, nº 630, Prédio do DNOCS, sala 106, CEP nº 41.213-000, Bairro Sussuarana, Salvador/Bahia.	00.489.078/0001-33 – LOCSERV – Locação de Serviços e Empreendimentos Ltda.	13/11/2014	12/11/2016	1	1							P
2014	2	O	Contrato - 6.013.00/2014	Serviços de vigilância armada, diurna e noturna, na sede da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada em Juazeiro, Estado da Bahia, com 04 (quatro) postos diários sendo: 02 (dois) postos diurnos e 02 (dois) postos noturnos.	07.601.090/0001-15 – Atento Bahia Serviços de Vigilância Patrimonial Ltda.	11/08/2014	10/08/2016	3	1		4					A
2014	2	O	Contrato - 1.098.00/2014	Serviço de vigilância desarmada diurna e noturna na sede da 1ª Superintendência Regional da Codevasf localizada na cidade de Montes Claros/MG.	14.428.415/0001-75 - Ala Segurança Ltda.	02/07/2014	28/12/2016	7	7							P
2014	2	O	Contrato - 1.099.00/2014	Serviço de vigilância desarmada diurna e noturna nas dependências do galpão locado pela 1ª Superintendência Regional da Codevasf localizada na cidade de Montes Claros/MG.	14.428.415/0001-75 - Ala Segurança Ltda.	02/07/2014	05/03/2016	4	4							P
2014	2	O	Contrato - 4.007.00/2014	Prestação de serviços de vigilância desarmada a serem prestados nos 02 (dois) prédios do Escritório de Apoio Técnico da 4ª Superintendência da CODEVASF em Propriá/SE, localizados na Praça Fausto Cardoso nºs 03 e 09, Centro, na cidade de Propriá, Estado de Sergipe.	16.208.738/0001-89 – Empresa Sergipana de Vigilância Ltda	01/03/2014	02/03/2016	4	4							P
2014	2	O	Contrato - 4.025.00/2014	Prestação de serviços de vigilância armada, visando a segurança patrimonial de 08 (oito) prédios do complexo de São Vicente, de propriedade da 4ª Superintendência Regional, localizados nos municípios de Propriá, Estado de Sergipe.	16.208.738/0001-89 – Empresa Sergipana de Vigilância Ltda	04/11/2014	04/11/2016	4	4							P
2015	9	O	Contrato - 8.040.00/2015	Contratação dos serviços de 02 (dois) postos de recepcionistas, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, para o edifício sede da 8ª SR.	08.489.384/0001-60 – Arthos Serviços e Manutenção Ltda - ME	07/12/2015	07/12/2016			2	1			1		A
2015	1	O	Contrato - 4.009.00/2015	Execução dos serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa a ser realizado no edifício Sede da 4ª Superintendência Regional da Codevasf, em Aracaju, Sergipe.	42.040.279/0001-87 – Convic Conservação e Serviços Gerais Eireli	01/06/2015	01/06/2016	4	4							A
2015	1	E	Contrato - 7.002.00/2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação a serem prestados nas dependências da sede da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, em Teresina, e nos Escritórios de Apoio Técnico de Oeiras e Parnaíba.	11.842.881/0001-04 – E R Martins E Cia Ltda.	12/05/2015	08/11/2015	8	8							A
2015	1	O	Contrato - 8.032.00/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação, com a disponibilização de trabalhadores com dedicação exclusiva, material de consumo, assim como dos equipamentos e ferramentas adequados à execução dos serviços no edifício sede da 8ª SR.	13.519.211/0001-87 – Treinamentos e Serviços Ltda - ME	21/10/2015	21/10/2016	5	1		4					A

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.			
					(CNPJ)	Início	Fim	F		M			S		
								P	C	P	C		P	C	
2015	1	E	Contrato - 4.002.00/2015	Serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa a ser realizado no edifício sede da 4ª Superintendência Regional da Codevasf, localizados na Avenida Beira Mar, 2150, Bairro Jardins, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.	08.635.114/0001-10 – RH - Recursos Humanos LTDA	02/03/2015	02/05/2015	4	4						E
2015	1	E	Contrato - 7.024.00/2015	Prestação dos serviços de limpeza e conservação a serem prestados nas dependências da sede da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, em Teresina, e nos Escritórios de Apoio de Oeiras e Parnaíba.	11.842.881/0001-04 – E R Martins E Cia Ltda.	09/11/2015	09/03/2016	8	8						E
2015	2	O	Contrato - 1.044.00/2015	Prestação de serviços de vigilância no CIRPA Três Marias/MG.	08.711.810/0001-68 – Águia Vigilância e Segurança Ltda.	11/05/2015	11/05/2016	4	4						A
2015	2	O	Contrato - 1.185.00/2015	Vigilância desarmada, em horário integral, de segunda a domingo, no canteiro de obras da barragem de Jequitaiá I, localizada no município de Jequitaiá-MG.	07.534.224/0001-22 – TBI Segurança Ltda.	02/09/2015	02/09/2016	4	4						A
2015	2	E	Contrato - 3.038.00/2015	Contratação, por dispensa de licitação e em caráter emergencial, da empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - CNPJ nº 13.343.833/0001-05, objetivando a continuidade dos serviços de vigilância armada para os prédios da Sede da 3ª SR, Galpões do CS - 03 e Estação de Piscicultura de Bebedouro, localizados no Município de Petrolina/PE.	13.343.833/0001-05 – Alforge Segurança Patrimonial Ltda EPP	01/10/2015	01/03/2016			20	20				A
2015	2	E	Contrato - 7.023.00/2015	Prestação de serviços de vigilância armada, a ser executado na nova sede da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada na Avenida Maranhão, nº 1022, Teresina - PI.	08.578.865/0001-41 – Havaí Vigilância e Segurança Ltda.	17/11/2015	17/02/2016			4	4				E

Legenda:
Área:

1. Limpeza e Higiene	5. Vigilância.	9. Recepção.	13. Manutenção e bens imóveis
2. Vigilância Ostensiva.	6. Transportes.	10. Reprografia.	14. Brigadistas
3. Conservação e Limpeza.	7. Informática.	11. Telecomunicações.	15. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
4. Segurança.	8. Copeiragem.	12. Manutenção e bens móveis	16. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Sistema Sigec (Gerência de Patrimônio, Material e Serviços Auxiliares – AA/GSA).

Análise Crítica (locação de mão de obra não abrangida pelo Plano de Cargos)

Os contratos de prestação de serviços, relacionados acima, referem-se à contratação de atividades materiais acessórias ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal da Empresa, não abrangidas pelo plano de cargos, como: serviços de manutenção das unidades (*vigilância patrimonial, limpeza e conservação predial*); e outros serviços gerais (*paisagismo, manutenção de elevadores e condicionador de ar, recepção e reprografia*). Essas contratações representam 20,6% do quadro da Empresa:

Tabela 7.1.4.1.1 - Composição do quadro de pessoal da Codevasf - Exercício 2015

Quadro efetivo da Codevasf		
Cargos	Quant.	% Total
Carreira de nível superior	946	54,60%
Carreira de nível médio	425	24,50%
Carreira de nível operacional	363	20,90%
TOTAIS	1.734	100,00%

Fonte: Sistema Menthor (Gerência de Gestão de Pessoas - AA/GGP)

Tabela 7.1.4.1.2 - Contratação de mão de obra de apoio - Exercício 2015

Quadro de locação de mão de obra		
Formação	Quant.	% Total
Nível superior	1	0,30%
Nível médio	90	25,2%
Nível operacional	266	74,50%
TOTAIS	357	100,00%

Fonte: Sistema Sigec (Gerência de Patrimônio, Material e Serviços Auxiliares – AA/GSA)

7.1.4.2. Contração de Estagiários

O Programa de Estágio da Codevasf, aprovado pela Resolução nº 421 de 12/06/2015, com base na Lei nº 11.788/08, estabelece as orientações gerais para a contratação de estudantes e acompanhamento do estágio, assim como o quadro de vagas com 202 vagas de estágio não obrigatório (remunerado) e 45 vagas de estágio obrigatório (não remunerado).

A operacionalização do Programa de Estágio da Codevasf é realizada pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE por meio do contrato nº 0.208.00/2013, celebrado em 22/01/2014. O instrumento tem a vigência de 12 (doze) meses, sendo prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo. Salienta-se que a contratação de um agente de integração ocorreu por orientação do Conselho Fiscal da Codevasf que considerou mais oportuno investir na contratação de uma instituição especializada. Dessa forma, optou-se pela contratação do CIEE por atender a Sede e todas as Superintendências Regionais.

O contrato estabelece o repasse de recursos ao CIEE para pagamento de bolsa de complementação educacional e auxílio-transporte, além da taxa administrativa fixada no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por estudante, para operacionalização do Programa de Estágio e custeio do seguro de vida previsto em lei.

O quadro abaixo demonstra a distribuição de contratos vigentes com estagiários em cada trimestre, separando-os por nível de escolaridade (médio e superior) e por área de atuação na Empresa (meio e fim).

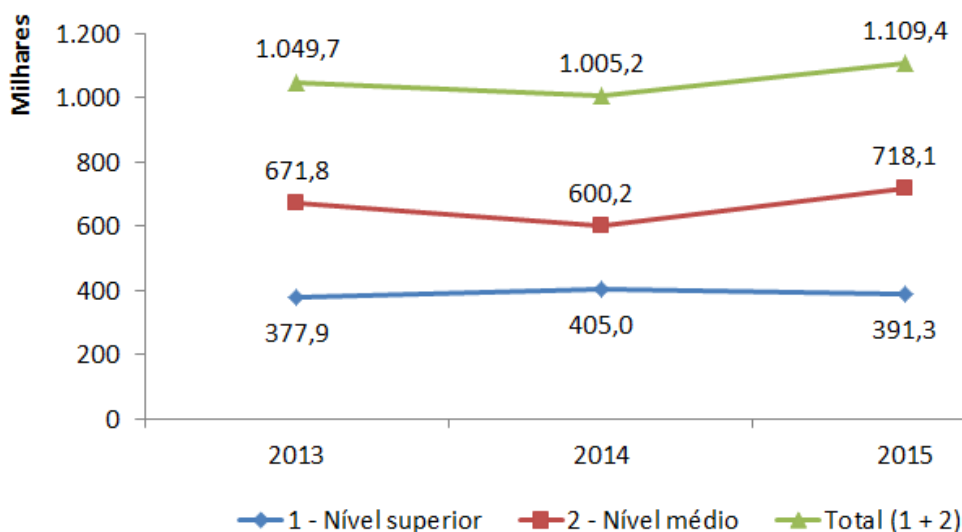
Quadro 7.1.4.2.1 - Composição do quadro de estágio por trimestre – Exercício de 2015

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes (Unid.)				Despesa no exercício (R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1 - Nível superior	72	70	79	70	R\$ 391.341,89
Área fim	21	22	24	21	R\$ 117.187,31
Área meio	51	48	55	49	R\$ 274.154,58
2 - Nível médio	143	148	135	137	R\$ 718.076,12
Área fim	49	61	47	51	R\$ 255.623,72
Área meio	94	87	88	86	R\$ 462.452,40
Total (1 + 2)	215	218	214	207	R\$ 1.109.418,01

Quadro 7.1.4.2.2 - Evolução das quantidades de estagiários e das despesas nos últimos anos (2013 a 2015)

Nível de escolaridade	Quant. de estagiários (unid.)			Despesas com estagiários (R\$)			
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	% Total 2015
1 - Nível superior	88	107	98	R\$ 377.864,00	R\$ 404.980,29	R\$ 391.341,89	35%
2 - Nível médio	182	171	215	R\$ 671.815,99	R\$ 600.193,20	R\$ 718.076,12	65%
Total (1 + 2)	270	278	313	R\$ 1.049.679,99	R\$ 1.005.173,49	R\$ 1.109.418,01	100%

Fonte: Planilhas de acompanhamento (Gerência de Gestão de Pessoas - AA/GGP)

Gráfico 7.1.4.2 - Despesas com estagiários (R\$) – Exercícios 2013 a 2015


Quadro 7.1.4.2.3 - Contratos de prestação de serviços estagiários e menores aprendizes

Unidade Contratante													
Nome: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf													
UG/Gestão: 195006/11.201						CNPJ: 00.399.857/0001-26							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	11	O	Contrato nº 0.089.00/2014	33.583.592/0048-34 - Inspeção São João Bosco - Centro Salesiano do Menor - CESAM	01/10/14	01/10/19			8	8			A
2014	11	O	Contrato nº 0.208.00/2013	61.600.839/0001-55 - Centro de Integração Empresa Escola - CIEE	22/01/14	22/01/19			134	127	68	66	A

Legenda: Área: 11. Apoio Adm.– Menores Aprendizes; Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Fonte: Sistema Sigec (Gerência de Gestão de Pessoas - AA/GGP)

Análise Crítica (contratação de estagiários)

O encaminhamento dos estagiários é realizado pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, considerando a demanda de trabalho apresentada pela área solicitante e o número pré-estabelecido de vagas de nível médio e superior, em atendimento à lei nº 11.788/08.

Os estagiários de nível médio desenvolvem atividades de apoio administrativo e configuram, atualmente, como a maior demanda. Os estágios de nível superior, diz respeito, principalmente, aos seguintes cursos: administração, jornalismo, publicidade, sistema da informação, contabilidade, direito, engenharia civil e ambiental. Mensalmente é encaminhado ao CIEE o valor a ser repassado aos estagiários, após validação das faturas apresentadas.

Em cumprimento à lei nº 11.788/08, os estudantes são avaliados semestralmente, com incentivo à progressão de suas atividades para seu desenvolvimento profissional.

A Codevasf considera o estágio uma oportunidade de proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem dos estudantes, além de permitir a troca de experiências, o que repercute no aperfeiçoamento das atividades da Empresa.

7.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

7.2.1. Gestão da Frota de Veículos

A Codevasf é empresa que atua diretamente no desenvolvimento regional em grande parte da região Nordeste e Norte de Minas, executando programas e ações que impulsionem a economia e a geração de emprego e renda, proporcionando benefícios sociais, ambientais e econômicos, cumprindo com sua missão institucional.

Para fazer frente às demandas da sociedade e determinações do Governo Federal, executa obras e serviços em regiões distantes do Nordeste e Minas Gerais, necessitando, portanto, de frota de veículos para deslocamento dos técnicos designados para fiscalização ou supervisão da execução dos contratos e convênios, contanto, para isso, com 312 veículos em uso (304 próprios e 8 locados de terceiros), distribuídos na Sede e Superintendências Regionais, com idade média de 11 anos de uso.

A Gestão da Frota de Veículos de propriedade da Codevasf é regulamentada por Normativo Interno (Norma de Transporte Terrestre – N 214), que estabelece critérios e procedimentos relativos à administração das atividades de transporte terrestre no âmbito da Codevasf, e, um software próprio, denominado SCVA - Sistema de Controle de Veículo Automotor.

Os custos anuais associados à frota de veículos, no valor de R\$ 1,7 milhão, são referentes a despesas com combustível, despesas com a manutenção e pagamento de taxas e seguro. Os veículos considerados inservíveis, fora de uso ou de recuperação antieconômica são objeto de leilão ou doação em conformidade com a legislação específica e a Norma de Alienação da Codevasf (NOR 454).

A gestão é realizada pela Gerência de Patrimônio, Materiais e Serviços Auxiliares – AA/GSA, na Sede e Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – GRA/USA nas Superintendências Regionais, a qual compete: controlar e executar atividades relacionadas à manutenção e conservação dos bens imóveis e móveis, transporte, reprografia, telecomunicações e segurança.

Tabela 7.2.1.1 - Quantidade de veículos por grupo em uso ou na responsabilidade da Codevasf

Grupo	Quantidade	Km rodados (média ano)	Idade média da frota (anos)	Valor de custos associados (R\$)
Ambulância	1	-	29	-
Automóvel/Passoio	75	545.166	6	300.271,87
Caminhão	40	188.821	12	147.794,03
Camionete/Pick-Up	106	1.550.794	4	970.670,31
Camioneta/Comercial Leve	26	338.589	7	168.687,51
Micro ônibus	12	67.480	8	60.829,62
Motocicleta	44	170.436	8	49.440,26
Total	304	2.861.286	11	1.697.693,60

Tabela 7.2.1.2 - Frota de veículos próprios por unidade

Grupo	1ª SR	2ª SR	3ª SR	4ª SR	5ª SR	6ª SR	7ª SR	8ª SR	SEDE	Total
Ambulância	-								1	2
Automóvel/Passoio	18	10	12	12	8	4	1	1	9	75
Caminhão	12	11	-	10	5	2	-			40
Camionete/Pick-Up	24	27	14	5	7	13	10	4	2	106
Camioneta/Comercial Leve	10	0	1	8	7	-				26
Micro ônibus	2	3	1	2	3	1				12
Motocicleta	4	6		15	17	1	1			44
Total	70	57	28	47	47	21	12	5	12	304

Mesmo com o alto investimento para aquisição de um veículo, o custo final no prazo de sua vida útil é bem menor. Cabe considerar que reverte parte do valor investido para empresa, quando alienado.

Tabela 7.2.1.3 - Frota de veículos próprios e de terceiros

Grupo	Própria	Terceiros	Total
Ambulância	1	-	1
Automóvel/Passoio	75	6	81
Caminhão	40	-	40
Camionete/Pick-Up	106	-	106
Camioneta/Comercial Leve	26	2	28
Micro ônibus	12	-	12
Motocicleta	44	-	44
Total	304	08	312

Fonte: Sistema SIAMP (Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico - AA/GSA)

7.2.1.1. Frota de Veículos Automotores a Serviço da Codevasf e Contratada de Terceiros

A importância dos veículos objetos de contratos de locação é para atender às necessidades que não podem ser realizadas pela frota de veículos próprios.

A frota de veículos locados é justificada pela necessidade que as Superintendências Regionais têm em razão de não poder realizar, por completo, suas atividades pertinentes com a frota de veículos próprios, e por carência de pessoal.

Os veículos são de uso exclusivo das unidades a que se destinam e cada contrato possui um fiscal que acompanha e controla a utilização do serviço de transporte. As despesas associadas à manutenção da frota são de responsabilidade da empresa contratada, exceto os gastos com combustíveis.

Tabela 7.2.1.1.1 - Frota de veículos de terceiros por grupo e Superintendências Regionais

Grupo	1ª SR	4ª SR	5ª SR	Total
Automóvel/Passoio	1	4	1	6
Camioneta/Pick Up	-	-	-	-
Camioneta/Comercial Leve	-	2	-	2
Total	1	6	1	8

Tabela 7.2.1.1.2 - Informações sobre veículos de propriedade de terceiros (km rodados, idade média e custos)

Grupo	Quantidade	Km rodados (média ano)	Idade média da frota (anos)	Valor de custos associados (R\$)
Automóvel/Passoio	6	186.670	1	59.108,49
Camioneta/Pick Up	0			
Camioneta/Comercial Leve	2	126.234	1	39.795,81
Total				98.904,30

Quadro 7.2.1.1 - Frota de terceiros por empresa contratada – Exercício 2015

Nome	CNPJ	Tipo de Licitação	Nº Contrato	Vigência do Contrato		Valor contrato	Valor pago
				Início	Término		
Bicalho Veículos Ltda	10.418.348/0001-57	Dispensa	1.189.00/2014	07/10/14	07/12/14	7.160,00	7.160,00
Livre Locadora de Veículos Ltda	08.088.892/0001-36	Pregão Eletrônico	4.008.00/2015	28/05/15	28/05/16	59.779,925	34.875,68
Reis Transportes Locação e Serviços Ltda	08692885/0001-49	Pregão Eletrônico	4.029.00/2014	03/11/14 03/11/15	03/11/15 03/11/16	31.248,00	31.145,67
Senconsult Locação de Veículos e Contra Ltda	40.888.380/0001-67	Pregão Eletrônico	5.066.00/2012	14/01/13	13/01/17	79.010,51	57772,27
Senconsult Locação de Veículos e Contra Ltda	40.888.380/0001-67	Pregão Eletrônico	5.068.00/2012	14/01/13	13/01/17	143.329,90	136.619,44
TOTAL	-	-	-	-	-	320.528,34	267.573,06

Fonte: Sistema Sigec (Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico - AA/GSA)

7.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais

A Frota de veículos próprios, pertencente ao acervo patrimonial da Codevasf, quando se encontram na situação considerada inservível, fora de uso ou de recuperação antieconômica, é objeto de alienação, cuja forma poderá ser leilão ou doação, em conformidade com a legislação específica (Decreto nº 99.658/90 e Lei nº 8.666/93), bem como Norma de Alienação da Codevasf (NOR 454).

Atualmente, existem 66 veículos considerados inservíveis. As despesas estão relacionadas essencialmente ao pagamento de licenciamento anual, totalizando R\$ 27,7 mil, conforme quadro a seguir:

Tabela 7.2.2 - Veículos considerados inservíveis (em desuso ou recuperação antieconômica)

			Valores R\$ 1,00
Unidade	Quantidade	Despesa (Licenciamento/IPVA/Seguro)	
1A SR	14		8.219,56
2A SR	12		4.788,93
3A SR	10		3.909,13
4A SR	15		5.350,89
5A SR	10		2.173,00
6A SR	2		186,00
7A SR	3		3.081,27
8A SR	0		0
TOTAIS	66		27.708,78

Fonte: Coleta de dados realizada pelas unidades de patrimônio nas Superintendências Regionais (AA/GSA)

7.2.3. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Objetiva analisar a gestão dos bens imóveis classificados como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União.

A Codevasf utiliza 03 (três) imóveis por meio da celebração de Contratos de Cessão de Uso com a Superintendência de Patrimônio da União – SPU, os quais são utilizados nas atividades das respectivas unidades administrativa (7ª SR/Teresina, Escritório de Apoio Técnico de Guanambi – 2ª EGU e Escritório de Representação de Recife - PR/ERE), com valores atualizados de avaliação de R\$ 4.626.681,99, sendo de sua responsabilidade a manutenção do seu estado de conservação e as respectivas atualizações contábeis junto ao SIAFI, conforme detalhamentos abaixo.

Entende-se como bem patrimonial da Codevasf aquele constituído por móveis e imóveis de sua propriedade e se destina à manutenção de suas atividades.

7.2.3.1. Estrutura de Controle e de Gestão do Patrimônio no Âmbito da Codevasf

A gestão do patrimônio da Codevasf é realizada na Sede pela à Gerência de Patrimônio, Material e Serviços Auxiliares-AA/GSA, por meio da Unidade de Patrimônio e Material –AA/GSA/UPM e nas Superintendências Regionais por meio das Unidades Regionais de Serviços Auxiliares - GRA/USA, subordinadas diretamente às Gerencias Regionais de Administração-GRA.

Os procedimentos de controle baseiam-se no documento intitulado “Critérios Gerais para Controle e Responsabilidade sobre os Bens Patrimoniais da Codevasf”, disponibilizado na *intranet*, que tem por finalidade estabelecer os critérios gerais disciplinadores da guarda e responsabilidade sobre os bens patrimoniais de propriedade da Codevasf. Complementarmente, acrescenta-se a Norma para Alienação de Bens (NOR-454), que estabelece os procedimentos gerais, competência e responsabilidades relativas à alienação de bens.

O controle e acompanhamento dos bens móveis, imóveis e de materiais, de propriedade da Codevasf, são realizados no sistema denominado SIAMP - Sistema Integrado de Administração de Materiais e Patrimônio. Para efeito de controle, atendendo recomendação, os imóveis de uso

especial de propriedade da União também foram incluídos no SIAMP e os seus valores de atualização foram lançados em 2015.

Registre-se que os imóveis de uso especial de propriedade da União se encontram devidamente cadastrados no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet, cabendo a Codevasf o completo registro e atualização dos dados.

Cabe ressaltar que se encontram vencidas a atualização da avaliação dos respectivos imóveis no SPIUnet, conforme informações prestadas pela própria SPU (e-mail enviado em abril de 2015), pendente pois do respectivo registro contábil.

As despesas de manutenção e conservação desses bens imóveis são custeadas pela Codevasf. Em 2015, os gastos relacionados aos imóveis da União totalizaram R\$ 87 mil, conforme levantamento realizado pelos empenhos, porém não existem na estrutura da Empresa controles específicos das despesas de manutenção e conservação de bens imóveis de maneira geral.

Os registros contábeis dos imóveis da União sob a responsabilidade devem espelhar as oscilações que porventura ocorra no transcorrer do exercício, como depreciação, avaliação ou reavaliação.

Os riscos relacionados à gestão dos imóveis estão diretamente ligados aos problemas de manutenção e conservação dos mesmos, exigindo contínuo e sistemático acompanhamento administrativo por parte da Empresa.

7.2.3.2. Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União sob Responsabilidade da Codevasf

Quadro 7.2.3.2.1 - Distribuição e características dos bens imóveis de uso especial da União

UG	Localização Geográfica	Quantidade de imóveis – 2015	Atributos e características dos imóveis de uso especial	
			Regime	Estado de conservação
195004	Guanambi – BA	1	3 - Cessão – Adm. Federal Indireta	Bom
195006	Recife – PE	1	3 - Cessão – Adm. Federal Indireta	Bom
195012	Teresina – PI	1	3 - Cessão – Adm. Federal Indireta	Bom
Total		3		

Fonte: Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico - AA/GSA

Quadro 7.2.3.2.2 - Contratos de cessão dos bens imóveis de uso especial da União

Processo	Órgão	Valor (R\$)	Descrição	Objetivo
4911.000357/2007-51	Superintendência de Patrimônio da União do Piauí	3.467.124,75	2º e 3º andar do Bloco 2 do Edifício Sede da Delegacia Federal de Agricultura no Piauí	Dependências da 7ª Superintendência Regional
04941.12257/2011-04	Superintendência de Patrimônio da União da Bahia	949.248,02	Área de 11.251,745 – Imóvel da Rua Deolinda Martins – Guanambi/BA	Dependências do Escritório de Apoio Técnico de Guanambi – 2ª EGU
05014.0079/2001-07	Superintendência de Patrimônio da União em Pernambuco	210.309,22	Área de 174,24 m2 – 1º andar- Edifício Sudene	Dependências do Escritório de Representação de Recife - PR/ERE
TOTAL		4.626.681,99	-	-

Fonte: Sistema SIAMP (Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico – AA/GSA)

7.3. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Na Codevasf os esforços se concentram na elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI¹⁴, quadriênio 2016-2020 para posterior aprovação e publicação, apesar da inexistência na Organização de Plano Estratégico de TI (PETI) vigente, idealmente alinhados ao Plano Estratégico Institucional, de acordo com as boas práticas de governança.

7.3.1. Descrição do Plano Diretor do TI (PDTI)

O PDTI tem por objetivo assegurar que os projetos e ações da TI sejam executados de acordo com um planejamento prévio. Esses projetos e ações devem estar vinculados às metas e objetivos do negócio/estratégia da Codevasf. Trata-se de um processo dinâmico e interativo que busca estruturar de forma estratégica, tática e operacional os sistemas de informação e a infraestrutura de TI. Esse modelo visa oferecer condições favoráveis para o suporte e apoio nas decisões, ações e respectivos processos de negócio.

Entre os pontos fortes do PDTI, está no fato de estabelecer mecanismos que favoreçam a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação da Companhia. Para isso é necessário estabelecer as demandas que direcionem as ações dos funcionários da área de TI. Pode-se afirmar, ainda, que esse Plano visa orientar a empresa no uso correto da tecnologia da informação com foco na gestão.

A implantação do Plano foi acompanhada da realização de estudo de viabilidade necessário para estabelecer ações, metas e indicadores referentes à estrutura e utilização dos recursos de TI, buscando sempre a modernização e eficiência técnica e administrativa. A administração que é preocupada com o planejamento de TI distingue a organização moderna, que habilmente utiliza princípios de racionalização, uniformidade e qualidade, criando políticas voltadas para o sucesso.

O PDTI tem como enfoque operacional o detalhamento dos recursos (configuração/plataforma de hardware e software), sendo também necessário estabelecer:

- ✓ A hierarquização dos projetos a serem desenvolvidos no período coberto pelo Plano;
- ✓ A compatibilização dos projetos implantados e a serem desenvolvidos com as necessidades requeridas em termos de equipamentos e demais recursos de TI;
- ✓ A necessidade de mão-de-obra especializada, para fazer frente aos projetos a serem desenvolvidos, tanto em termos de implementação, como de gerenciamento; e
- ✓ A quantificação econômico-financeira do Plano em termos de configuração dos recursos, pacotes aplicativos e serviços terceirizados, em que a apuração de tais custos deve ser comparada com os benefícios potenciais e o retorno dos investimentos decorrentes da implementação dos projetos previstos.

Esses dados e informações consubstanciarão a definição, em forma ainda não definitiva, do PDTI em termos de objetivos, filosofia e estratégias, prioridade de execução das atividades previstas e recursos humanos a serem alocados.

Com base nestas considerações, pode-se afirmar que a elaboração do PDTI e sua implantação carecem de ajustes nos processos de trabalho. A metodologia a ser utilizada neste projeto contemplará linha de ação complementar ao planejamento propriamente dito, procurando alinhar os objetivos institucionais da TI às estratégias de negócios da Codevasf.

¹⁴ O PDTI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa a atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período, possibilitando alinhar os recursos aplicados em TI, eliminar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos no que é mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado ao cidadão. É uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para o gestor, habilitando-o a agir de forma proativa, contra as ameaças e a favor das oportunidades. Fonte: SISP - Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (<http://www.sisp.gov.br/guiapdti/wiki/Apresentacao>).

O PDTI torna-se, desta forma, um instrumento imprescindível e de fundamental importância para a gestão do processo de informatização da empresa. Em função da rápida evolução da tecnologia e das orientações político-estratégicas do Governo Federal, o Plano deverá ser revisado anualmente, em especial quanto às suas metas e plano de ação para o período posterior.

7.3.2. Informações do Comitê de Tecnologia da Informação (COMTI)

O Comitê de Tecnologia da Informação (COMTI) foi instituído pela Decisão nº 1.771, de 13 de dezembro de 2012, sendo composto de representantes das áreas, da Presidência e das Superintendências Regionais. A sua forma de atuação se encontra em processo de regulamentação, impossibilitando o efetivo funcionamento.

Ao COMTI compete formular e conduzir diretrizes para a Política de Governança de Tecnologia da Informação, bem como propor normas e mecanismos institucionais que possibilite alinhar os investimentos de TI com os objetivos institucionais, priorizar os projetos da área de TI, estabelecer os critérios gerais de definição e alocação dos recursos e dar suporte à atuação e ao funcionamento da área de TI da Codevasf.

Entre as atribuições propostas ao Comitê de TI estão:

- a) Propor políticas de informática alinhadas ao planejamento estratégico de tecnologia da informação;
- b) Propor procedimentos e normas gerais do uso da internet e da intranet no ambiente da Codevasf;
- c) Articular a implantação de programas e projetos que visem a racionalização da aquisição, utilização da infraestrutura, dos serviços e das aplicações de tecnologia da informação e comunicações, no âmbito da Sede e Superintendências Regionais;
- d) Propor diretrizes e estratégias para o planejamento da oferta de serviços e informações, por meio eletrônico e para modernização dos sistemas de informação e comunicação;
- e) Propor políticas de atendimento aos usuários dos recursos de Tecnologia da Informação, internos e externos à Empresa;
- f) Propor padrões de qualidade para as forma eletrônicas de interação;
- g) Estabelecer prioridades de investimentos e alocação de recursos nos diversos projetos e ações de Tecnologia da Informação - TI; e
- h) Propor mecanismos de racionalização de gastos e apropriação de custos na aplicação de recursos em tecnologia da informação e comunicação.

Organizacionalmente o Comitê de TI foi criado para que exerça um papel estratégico, com autonomia para direcionar as principais decisões de TI da Companhia.

7.3.3. Descrição dos Principais Sistemas de Informação da Codevasf

Na tabela que segue abaixo estão discriminados os sistemas de informação em produção ou em desenvolvimento pela Codevasf que permitem o adequado funcionamento das atividades, principalmente das áreas meio. Na sua maioria a definição e elaboração da Arquitetura de Software são realizadas por profissionais do quadro da Empresa, bem como a especificação funcional dos requisitos negociais e não negociais. Além disso, é exigida a transferência de conhecimento dos produtos para não haver ou minimizar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas, que reduz custos de manutenção ou novas funcionalidades, favorecendo agilidade no atendimento de demandas.

Tabela 7.3.3 - Sistemas mantidos em produção ou em desenvolvimento – Dez/2015

Sistema	Unidade Gestora	Responsável Técnico	Responsável da área de negócio	Objetivos	Objetivo e principais funcionalidades	Criticidade para a unidade
INVESTC - Correção de Investimentos	AA/GCB	Chefe da Unidade de Sistemas de Informação.	Gerente da Gerência de Contabilidade (pendente de designação formal)	Auxiliar a contabilidade no controle das contas de investimento da Codevasf, através de relatórios de lançamentos e saldos.	Relatório de lançamentos contábeis, manutenção de dados relativos a índices econômicos e correções monetárias (dólar, INPC, UFIR), manutenção de grupos de conta contábil e de conta contábil, manutenção de locais (Município, região, perímetro, superintendência, projeto ou área de gestão para o qual foi registrado o fato contábil), Importação de dados extraídos do SIAFI.	MÉDIA
Mailing – Sistema de Endereçamento	PR/ACP	Vinícius Lopes Coutinho	Chefe da Assessoria de Comunicação e Promoção Institucional (pendente de designação formal)	Controlar listas para distribuição de mensagens eletrônicas de acordo com o perfil autorizado para acesso.	Inscrição em lista de e-mail, envio de lista de e-mails institucionais, manter lista de e-mails e manter grupos de e-mails.	BAIXA
MentoRH – Sistema Integrado de Gestão de Pessoas	AA/GGP	Luana Coelho Callins (empresa OSM)	Luana Coelho Callins	Sistema licenciado pela empresa Consultoria e Sistemas Ltda – OSM para gerenciar todas as informações tratadas pela área de Gestão de Pessoas, e seus respectivos desdobramentos para demais áreas, gestores e servidores, desde a admissão do servidor até a sua exoneração ou aposentadoria.	Cadastro de empregados e dependentes, registro de afastamentos, folha de pagamento, cadastro de cargos e funções, histórico funcional, saúde ocupacional, treinamento e capacitação etc.	ALTA
SAN – Sistema de Atos Normativos	PR/SC e PR/GB	Andréia Morais	Chefe de Gabinete e Chefe da Secretaria de Órgãos Colegiados (pendente de designação formal)	Dividido em módulos, permite consultar, cadastrar, atualizar, acompanhar e imprimir, de forma descentralizada, os Atos Normativos (Decisões, Determinações, Resoluções e Resoluções Regionais), como também as proposições, pautas e atas das reuniões da Diretoria Executiva e dos Comitês Regionais.	Registro das proposições (da diretoria executiva e dos comitês de gestão executiva das superintendências regionais), gestão das reuniões da diretoria executiva e dos comitês com geração automática das resoluções, criação das atas e pautas. Cadastro de ofício e dos atos da Codevasf: determinações, decisão, ad referendum - atos gerados sem necessidade de reunião. Publicação dos atos da Codevasf aos empregados através do e-mail institucional e do boletim informativo	ALTA
SCA – Sistema de Credenciamento de Acesso	AE/GTI	Marco Túlio N. Silva	Chefe da Unidade de Sistemas de Informação (pendente de designação formal)	Implementar mecanismos de segurança para acesso aos sistemas corporativos, mediante o controle de senhas e perfil de utilização das funcionalidades de todos os sistemas disponibilizados na Intranet.	Manutenção de Usuários, Funções, Aplicações, Grupos, Módulos, Vinculação de funções e módulos às aplicações, vinculação de funções aos grupos, credenciamento de usuários nas aplicações.	MÉDIA
SCV – Sistema de Concessão de Viagem	AA/GCB	Antenor Pereira de Brito	Chefe da Unidade de Execução Contábil (pendente de designação formal)	Operacionalizar de forma sistematizada os procedimentos relativos à concessão de diárias em conformidade com o disposto na Norma de Custeio de Viagem (N-201), efetuando o cálculo dos valores para custeio das despesas de viagens a serviços, conforme estabelecido na referida norma, gerenciando o fluxo de trabalho entre as unidades envolvidas neste processo.	Cadastro de solicitação de autorização de viagem, cadastro do roteiro da viagem, controle do fluxo da autorização de viagem, registro de bilhete de passagem aéreo, prestação de contas, cálculo das despesas da viagem, vínculo das informações orçamentárias e tratamento do arquivo para transparência pública.	ALTA

Sistema	Unidade Gestora	Responsável Técnico	Responsável da área de negócio	Objetivos	Objetivo e principais funcionalidades	Críticidade para a unidade
SCVA – Sistema de Controle de Veículo Automotor	AA/GSA /USA	Antenor Pereira Brito	Chefe da Unidade de Serviços Auxiliares (pendente de designação formal)	Controlar a frota de veículos existentes na Codevasf, apoiando o processo de solicitação de transporte para uso dos empregados.	Cadastrar Veículos, Abastecimento de Veículos, Solicitar Transporte de Veículo, Atendimento a solicitação de veículo, cadastro da manutenção periódica dos veículos, manter seguro, cadastro da garantia e reposição de peças.	BAIXA
SEPAR – Sistema de Emendas Parlamentares – Versão 2	AE	Marco Túlio N. Silva	Assessoria da Área de Gestão Estratégica (pendente de designação formal)	Apoiar a gestão da execução do orçamento referente a emendas parlamentares, efetuando registro da destinação, liberações dos recursos e documentos recebidos. Esta versão implementa melhorias na usabilidade do sistema e funcionalidades complementares identificadas na utilização da versão original	Cadastro de Parlamentares e Autores de Emendas, Cadastro de Emendas, Cadastro de Recursos de Emendas, Importação de dados relativos às emendas por unidade orçamentária, Cadastro e vinculação de documentos autorizativos, Aplicação de recursos de Emendas, Vinculação de projetos e objetos as aplicações de recursos.	ALTA
SGAU – Sistema de Gestão de Atendimento ao Usuário	AE/GTI/ UGT	Vinícius L. Coutinho	Chefe da Unidade de Governança de Tecnologia da Informação (pendente de designação formal)	Apoiar o gerenciamento do parque e da infraestrutura de TI, realizando o registro e acompanhamento do atendimento aos usuários de informática referente a problemas em equipamentos.	Solicitar atendimento de informática, cadastro de estações de trabalho, efetuar atendimento e gerenciar atendimento.	MÉDIA
SGF – Sistema de Gestão Financeira	AA/GFN /UCB	Vinícius Lopes Coutinho	Chefe da Unidade de Gestão de Cobranças (pendente de designação formal)	Apoiar a gerência de finanças na elaboração do boletim financeiro.	Registrar os lançamentos contábeis nas contas cadastradas, cadastro de bancos, agências e contas correntes e gerar boletim financeiro.	MÉDIA
SGP – Sistema de Gestão de Pessoas	AA/GGP	Vinícius Lopes Coutinho	Gerente da Gerência de Gestão de Pessoas (pendente de designação formal)	Sistema de apoio às atividades de gestão de pessoas.	<ul style="list-style-type: none"> - Módulo Cadastro: Integra as bases de dados corporativas ao cadastro de empregados mantido pelo MentoRH; - Módulo de Frequência: Registro da frequência, afastamentos, férias, justificativas de faltas para acompanhamento do cumprimento da jornada de trabalho; - Módulo de Progressão por Mérito: Registro da avaliação de competências corporativas e apuração dos fatores individuais para pontuação com vistas à progressão anual por mérito; - Módulo de Gestão do Conhecimento: Registro pessoal de avaliação de conhecimentos para composição da base de conhecimentos e geração de informações para apoiar a unidade de desenvolvimento de pessoas; - Módulo Benefício Alimentação: Apoio na geração de arquivo de movimentação para a empresa contratada para fornecimento do ticket refeição/alimentação; - Módulo Contrato de Experiência: Registro da avaliação do contrato de experiência para novos empregados; - Módulo de Funções e Gratificações: Registro da designação de empregados, requisitados e sem vínculo para ocupação de funções e gratificações previstas no PFG, de forma integrada com os demais sistemas corporativos, mantendo um histórico destas ocupações. 	ALTA

Sistema	Unidade Gestora	Responsável Técnico	Responsável da área de negócio	Objetivos	Objetivo e principais funcionalidades	Criticidade para a unidade
SGP – Sistema de Gestão de Pessoas Módulo de Progressão por Mérito – Versão 2 <u>(Em desenvolvimento)</u>	AA/GGP /UDP	Fabiana Mara G. Gonçalves	Chefe da Unidade de Desenvolvimento de Pessoas (pendente de designação formal)	Nova versão do Módulo de Progressão por Mérito do Sistema de Gestão de Pessoas para registro da avaliação de competências corporativas e apuração dos fatores individuais para pontuação com vistas à progressão anual por mérito; Esta nova versão incorpora as definições da nova metodologia aprovada de progressão por mérito, automatizando processos referentes à apuração das pontuações individuais, permitindo ainda maior flexibilidade da definição dos critérios e itens a serem apurados.	Cadastro de Sistemática de Progressão Salarial, Progressão Salarial, Fases da Progressão Salarial e Questionários, Gerenciamento de Empregados Avaliados, Cadastro e Gerenciamento de Avaliações, Cadastro e Gerenciamento de Fatores Individuais de Atuação, Análise e Cálculo dos Fatores Individuais de Atuação, Gerenciamento de Empregados Elegíveis a Progressão Salarial, Gerenciamento da Progressão por Mérito, Progressão Por Escolaridade e Progressão por Antiguidade, Análise, Cálculo e Classificação das Progressões.	ALTA
SGPA – Sistema de Gestão de Projetos e Atividades	AE/GPE	Carlos Victor R. dos Anjos	Chefe da Unidade de Apoio ao Planejamento Regional (pendente de designação formal)	O sistema possibilita a gestão da execução e monitoramento dos Empreendimentos, Projetos ou Atividades da Codevasf, permitindo a integração com outros sistemas corporativos que realizam a gestão destes empreendimentos, possibilitando o registro integrado de informações orçamentárias, financeiras e de execução física.	Cadastro de Empreendimentos, Cadastro de Projetos e Atividades (listando as localidades, plano interno e instrumentos vinculados) e Cadastro do Mapa Estratégico (Cadastro de Eixo Estratégico, Objetivo Estratégico e Programa).	ALTA
SIAMP – Sistema Integrado de Administração de Materiais e Patrimônio	AA/GSA /UPM	Vinícius Lopes Coutinho	Chefe da Unidade de Patrimônio e Material (pendente de designação formal)	Executar a gestão de informações no que se refere ao controle e execução das ações relacionadas à administração de bens patrimoniais e de material de consumo, de forma descentralizada, no âmbito da Administração Central e Superintendências da Codevasf.	Entrada de Bens Móveis e Imóveis, Movimentação de Bens, Baixa de Bens, Leilão de Bens, Inventário de Bens, Controle de Grupos de Comissão de Inventário de Bens e Materiais de Consumo, Depreciação de Bens, Entrada de Materiais de Consumo, Requisição de Materiais, Entrega de Materiais, Controle de Estoque, Cálculo de Ressuprimento de Materiais de Consumo e Relatórios Contábeis.	ALTA
SICOB – Sistema de Controle de Cobranças – Versão 2 <u>(Em desenvolvimento)</u>	AA/GFN /UCB	Tatiana Christine S. de Oliveira	Chefe da Unidade de Gestão de Cobrança (pendente de designação formal)	Apoiar as unidades de finanças da Sede e Superintendências Regionais na emissão, recebimento e controle das cobranças referentes à titulação de lotes, parcela de K1 dos perímetros irrigados, permitindo a utilização para outras cobranças utilizadas na empresa.	Gerar cobranças, parcelas e títulos, gerar arquivo de remessa ao banco, receber arquivo de remessa do banco, manter coeficiente de K1, manter tipos de cobrança, manter índice econômico, manter convênio bancário, gerar relatórios contábeis e financeiros.	ALTA

Sistema	Unidade Gestora	Responsável Técnico	Responsável da área de negócio	Objetivos	Objetivo e principais funcionalidades	Criticidade para a unidade
SIG – Sistema Integrado de Gestão	AA/GFN e AI/GAF	Vinícius Lopes Coutinho	Gerente da Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação (pendente de designação formal) Chefe da Unidade de Gestão de Cobrança (pendente de designação formal)	Apoiar a gestão fundiária e orçamentária na emissão, recebimento e controle do cadastro dos lotes e das cobranças referentes à titulação de lotes e parcela de K1 dos perímetros irrigados.	Possui ainda módulo para cadastramento de informações referentes aos perímetros irrigados e a ocupação dos lotes por irrigantes. Cobrança de K1, Cobrança de Lotes, Cobrança Avulsa, Gerenciamento de Títulos, Renegociação, Suspensão de Débitos, Extrato Financeiro, Acompanhamento de Débitos em Processo Judicial, Relatório de Liquidação Diária de Títulos.	ALTA
SIGEC – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos	AE/GPE/ UCC	Ana Paula L. R. Soares	Margarido Correa da Silva	Apoiar as unidades da empresa na gestão dos contratos, convênios e demais instrumentos de execução sob sua responsabilidade, permitindo o acompanhamento financeiro quanto aos empenhos, faturas e pagamentos, e físico quanto à realização das metas físicas estabelecidas. Opera de forma descentralizada e transversal, envolvendo as diversas unidades envolvidas no acompanhamento e execução de contratos, convênios e instrumentos similares.	Cadastro básico de Contratos / Convênios e demais instrumentos de execução; Controle automatizado dos saldos dos empenhos vinculados ao Contrato / Convênio; Acompanhamento das faturas, liberações para pagamento e valor total do Contrato; Acompanhamento da liberação das parcelas e saldos contabilizados no SIAFI referentes à prestação de contas do Convênio; Acompanhamento da Prestação de Contas do Convênio; Cadastro de informações e acompanhamento a cerca da Tomada de Contas Especial (TCE), para Convênios; Controle de recebimento e devolução de cauções de acordo com a exigência contratual; Cadastro dos contratos firmados pelo conveniente para execução do convênio; Acompanhamento Físico do Contrato mediante o Registro Sistematizado de Monitoração dos Empreendimentos com Anexação de Fotos e Documentos em meio Digital; Distribuição dos Recursos Previstos de acordo com os Quantitativos por Localidade; Acompanhamento da Situação dos Empreendimentos por Localidade; Mantém atualizado o Plano Anual de Trabalho com o histórico de monitoração física dos objetos; Integrado ao Sistema de Documentos e Processos Administrativos com vistas ao trâmite e localização; Integrado ao Sistema de Atos Normativos e de Gestão de Pessoas no que se refere às autorizações e designações de fiscais/gestores; Integrado ao Sistema de Material e Patrimônio no que diz respeito aos Itens da Ordem de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço; Cronograma Financeiro para controle da liberação dos recursos mês a mês; Relatório de Cadastramento e de suporte à Gestão; Envio de emails automáticos com alertas diversos sobre o Instrumento em execução.	ALTA

Sistema	Unidade Gestora	Responsável Técnico	Responsável da área de negócio	Objetivos	Objetivo e principais funcionalidades	Criticidade para a unidade
SIGEO – Sistema de Gestão da Execução Orçamentária – Versão 2	AE/GGO	Andreia Morais	Milton Jesus Barbosa Junior	Disponibilizar informações referentes à execução do orçamento sob responsabilidade da Codevasf utilizando as informações obtidas do SIAFI e atualizadas diariamente por meio do processo de extração e importação. Permite a atualização das diversas tabelas de apoio à estrutura orçamentária. Possui ainda um módulo para operacionalização das solicitações de empenho e de descentralização de crédito a serem emitidos no SIAFI.	Manutenção dos dados que compõem a estrutura orçamentária (Categoria Econômica, Modalidade de Aplicação, Modalidade de Licitação, Elemento Despesa, Elemento Despesa Detalhado, Fonte de Recurso, PTRES, Plano Interno, Esfera Orçamentária e Esfera Administrativa, Localizador, Ação, Programa, Programa de Trabalho, Função, Subfunção, Gestão, Plano Orçamentário e Unidade Gestora), processo de solicitação de empenho, gestão das solicitações de empenho realizadas e gestão dos empenhos extraídos do SIAFI (Tesouro Nacional) e validação de conformidade entre a solicitação de empenho e o empenho (SIAFI).	ALTA
SIGESF – Sistema de Gestão Fundiária <u>(Em desenvolvimento)</u>	AI/GAF	Andréia Morais	Gerente da Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação (pendente de designação formal)	Realizar a gestão das informações sobre os assentamentos nos projetos de irrigação, bem como o controle sobre a situação fundiária envolvendo a aquisição de terras e o assentamento de irrigantes.	Registro e controle das propriedades rurais adquiridas pela Codevasf e/ou as pertencentes aos perímetros de irrigação sob a gestão da Codevasf, sendo que o controle começa a partir do ato que autoriza a aquisição da propriedade ou a formação do perímetro de irrigação (decreto) deixando um registro histórico de tudo que aconteceu com a propriedade. Junção das propriedades que irão compor o perímetro de irrigação e depois a decomposição deste perímetro em unidades parcelares (lotes rurais e lotes urbanos). Controle das operações que realizam a regularização fundiária (Concessão de água, Descarte do Lote, Desmembramento do Lote, Unificação de lotes, permuta de lotes, alterações das áreas dos lotes, processos de retomada de lote, gestão dos laudos dos lotes).	ALTA
SISCAE – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Eventos	PR/ACP	Vinícius Lopes Coutinho	Chefe da Assessoria de Comunicação e Promoção Institucional (pendente de designação formal)	Apoiar a gestão dos eventos realizados e/ou patrocinados pela Codevasf.	Cadastro de eventos, controle da planilha de investimentos, ficha de avaliação, cadastro de participante, arquivo de fotos e parecer técnico.	BAIXA
SISJUR – Sistema Jurídico	PR/AJ	Urbano dos Santos S. Filho	Vanessa Costa Tolentino	Apoiar na gestão dos processos jurídicos em trâmite na empresa, realizando o acompanhamento da atividade judicial e o controle dos prazos.	Cadastro do processo judicial, integração com o processo administrativo, cadastro das partes, acompanhamento do andamento do processo, manter despesas/receita processual, estimativa do impacto contábil, manter risco fiscal, cadastro de tribunais e varas.	ALTA
SISPRO – Sistema de Controle da Produção	AI/GAP	Vinícius Lopes Coutinho	Gerente da Gerência de Apoio a Produção (pendente de designação formal)	Possibilitar o cadastramento de dados referentes à produção dos perímetros irrigados, permitindo a obtenção de informações consolidadas para subsidiar a tomada de decisão quanto à atuação da Codevasf na gestão destes perímetros e nas atividades de assistência rural – ATER.	Registro da produção agrícola nos perímetros, registro dos preços pagos ao produtor, cadastro dos centros de custo, cadastro socioeconômico, transferência de dados do PDA (Palm) para o banco de dados corporativo e relatórios de apoio a produção.	BAIXA

Sistema	Unidade Gestora	Responsável Técnico	Responsável da área de negócio	Objetivos	Objetivo e principais funcionalidades	Criticidade para a unidade
SophiA – Sistema Multiusuário de Automação de Biblioteca	AE/GTI/UDI	Nilva Chaves (Empresa Primasoft)	Nilva Chaves	Sistema licenciado pela empresa Primasoft Informática Ltda para registro do acervo bibliográfico, possibilitando controle de empréstimos e aquisição de periódicos, permitindo pesquisas ao acervo existente.	Controle de inventário; controle de aquisições de obras; disseminação seletiva da informação (o usuário recebe notificação sobre a aquisição de determinada obra, conforme seu perfil); visualização unificada das informações de título em padrão AACR2; Banco de classificação para armazenar CDD e CDU vinculadas a assuntos usados na biblioteca.	ALTA
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital	AA/GCB/UER	Urbano dos Santos S. Filho	Chefe da Unidade de Escrituração e Revisão Contábil (pendente de designação formal)	Apoiar a Unidade de Escrituração e Revisão Contábil na coleta de informações de notas fiscais pagas pela Codevasf e na geração do arquivo de Escrituração Digital a ser remetido mensalmente para a Receita Federal	Registro de notas fiscais, gerar arquivo de SPED/CONFIS/PIS e cadastro de empresas.	MÉDIA
SPS – Sistema de Programas Sociais	AR/GDT Água para Todos	Fabiana Mara G. Gonçalves	Jean Wellington R. da Silva e Walber Santana Santos	Apoiar a gestão de programas sociais, mantendo um cadastro de beneficiários e controle do processo de entrega dos benefícios.	Cadastro de Beneficiários de Programas Sociais, Cadastro de Comunidades, Cadastro de Programas, Ações Sociais e Tecnologias, Gerenciamento de Projetos e Metas, Cadastro e Gerenciamento de Benefícios e da Associação de Beneficiários e Benefícios.	MÉDIA
SRD – Sistema de Rastreamento de Documentos	AA/GSA/UAD	Antenor Pereira de Brito	Chefe da Unidade de Acervos Documentais (pendente de designação formal)	Possibilitar o registro e acompanhamento dos trâmites dos documentos e processos que transitam nas diversas unidades organizacionais da Codevasf.	Cadastro de documentos, cadastro de processos, atuação de processos e tramitar processos.	ALTA

Fonte: Gerência de Tecnologia da Informação – AE/GTI

7.3.4. Descrição do Plano de Capacitação do Pessoal de TI

Em 2015, apesar da inexistência de Plano de Capacitação específico para o pessoal de TI, foram realizados 3 (três) treinamentos para 6 (seis) empregados da Empresa, conforme quadro abaixo:

Quadro 7.3.4 - Treinamento de pessoal de TI – Exercício 2015

Treinamento	Descrição	Quantidade
Developing Microsoft SharePoint Server 2013 Core Solutions	Capacitar no desenvolvimento de soluções iterativas no SharePoint Server.	2
Querying Microsoft SQL Server 2012	Adquirir as competências técnicas necessárias para escrever consultas de Transact-SQL para Microsoft SQL Server 2012	3
Gestão de Portfólio de Projetos – MS Project 2013 Professional	Capacitar no uso da ferramenta MS Project 2013 para a gestão de portfólios	1
TOTAL	-	6

7.3.5. Descrição de Quantitativo de Pessoas que Compõe a Força de Trabalho de TI

Tabela 7.3.5.1 - Quantitativo de empregados de TI - Sede

Unidade	Servidores efetivos da carreira de TI	Servidores efetivos de outras carreiras	Terceirizados	Estagiários	Total
Gab-GTI	-	02	-	-	02
USI	-	11	-	01	12
UGI	-	06	07	-	13
UIT	-	07	01	-	08
UDI	-	06	-	-	06
1 – TOTAIS - SEDE	-	32	08	01	41

Tabela 7.3.5.2 - Quantitativo de empregados de TI – Superintendências Regionais

Unidade	Servidores efetivos da carreira de TI	Servidores efetivos de outras carreiras	Terceirizados	Estagiários	Total
1ªSR	-	02	-	-	02
2ªSR	-	02	-	-	02
3ªSR	-	02	-	-	02
4ªSR	-	01	-	-	01
5ªSR	-	02	-	-	02
6ªSR	-	01	-	-	01
7ªSR	-	02	-	-	02
8ªSR	-	01	-	-	01
2 – TOTAIS - SRs	-	13	-	-	13
TOTAIS Codevasf (1+2)	-	45	08	01	54

Fonte: Gerência de Tecnologia da Informação – AE/GTI

7.3.6. Descrição dos Processos de Gerenciamento de Serviços TI Implementados na Unidade

Para o gerenciamento adequado dos serviços de TI é importante a adoção de metodologias para garantir a qualidade dos produtos e serviços de TI. De acordo com o mercado, o ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*) é considerado um agrupamento das melhores práticas utilizadas para o gerenciamento de serviços de tecnologia da informação. A aplicação adequada possibilita que as organizações obtenham um grau de qualidade que possibilite o uso eficaz e eficiente dos sistemas de informação e da infraestrutura de TI.

Os processos abaixo foram implementados na Gerência de Tecnologia da Informação (AE/GTI) visando facilitar a gestão dos serviços de TI:

- a) Registro de ocorrências de erros e/ou evoluções dos sistemas de informação implantados na Codevasf utilizando a ferramenta Mantis, disponível no endereço <http://mantis.codevasf.gov.br>.
- b) Gestão dos contratos de TI é feita por meio do sistema SIGEC. Planilhas e outros documentos são utilizados quando necessários para subsidiar a gestão e fiscalização de determinados contratos.
- c) As demandas por fornecimento de novos serviços ou aquisições de bens de TI são realizadas formalmente por e-mail ou via Circular Interna (CI) na maioria dos casos, sendo priorizados conforme o nível de criticidade, grau de relevância ou antiguidade da demanda levantada, sendo atrelada ao orçamento previsto na maioria das vezes.
- d) Serviço de videoconferência é executado pela empresa Central IT. A Unidade de Governança de Tecnologia da Informação (AE/GTI/UGT) realiza os agendamentos e a Unidade de Infraestrutura e Tecnologia (AE/GTI/UIT) oferece suporte dos equipamentos.
- e) Gestão dos ativos de TI é feita por meio do sistema SGAU complementado por planilhas adicionais para otimizar o controle realizado.

7.3.7. Descrição dos Projetos de TI Desenvolvidos no Período

Tabela 7.3.7 - Projetos desenvolvidos ou desenvolvimentos – 2015/2016

Projeto	Resultados	Planejamento	Valor Orçado	Valor despendido	Prazo Conclusão
Desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão Orçamentária (SIGEO)	Modernizar o processo de emissão de empenhos no âmbito da empresa, permitindo uma melhor gestão das informações orçamentárias.	5.1.3. Ações de sistemas de informação do PDTI	19.095,52	19.095,52	30/10/2015
Implantação do Sistema Jurídico (SISJUR)	Permitir uma melhor gestão sobre os processos judiciais da empresa.	5.1.3. Ações de sistemas de informação do PDTI	-	-	28/09/2015
Pacote de evoluções do Sistema de Programa Social (SPS)	Adequar o sistema as novas necessidades identificadas pelos executores dos programas de governo Água para Todos e Inclusão Produtiva.	5.1.3. Ações de sistemas de informação do PDTI	187.170,83	187.170,83	07/10/2015
Implantação do Sistema de Emendas Parlamentares (SEPAR) – versão 2.0	Modernizar a versão anterior com a inclusão de novos recursos tecnológicos e disponibilizar novos requisitos negocias a aplicação que melhorarão o gerenciamento da liberação de recursos a emendas parlamentares.	5.1.3. Ações de sistemas de informação do PDTI	16.744,00	16.744,00	27/10/2015
Desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão de Projetos e Atividades (SGPA)	Manter uma carteira de projetos da empresa permitindo uma melhor gestão de projetos.	5.1.3. Ações de sistemas de informação do PDTI	-	-	16/04/2015
Atualização da versão do Microstrategy, criação de ambiente de homologação e portabilidade dos projetos para a nova versão.	Atualização do Microstrategy com a correção de bugs e disponibilidade de novos recursos.	5.1.3. Ações de sistemas de informação do PDTI	15.170,00	6.611,25	13/09/2015

Projeto	Resultados	Planejamento	Valor Orçado	Valor despendido	Prazo Conclusão
Implantação de solução para extração de dados do SIAFI	Automatizar a carga de dados orçamentários para os sistemas corporativos da Codevasf.	5.1.3. Ações de sistemas de informação do PDTI	31.390,62	-	05/02/2016
Desenvolvimento do Sistema de Gestão Fundiária (SIGESF)	Melhorar a gestão dos fundiários dos perímetros sobre responsabilidade da Codevasf.	5.1.3. Ações de sistemas de informação do PDTI	191.764,21	191.764,21	02/05/2016
Desenvolvimento do Sistema de Cobrança (SICOB)	Permitir a emissão de títulos para as cobranças sobre responsabilidade da Codevasf.	5.1.3. Ações de sistemas de informação do PDTI	127.826,38	127.826,38	14/03/2016
Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas (Progressão por Mérito)	Permitir realizar a Progressão por Mérito dos empregados com maior agilidade e controle das regras de negócio.	5.1.3. Ações de sistemas de informação do PDTI	195.535,92	195.535,92	20/06/2016
Desenvolvimento do módulo de Doação do Sistema Integrado de Administração de Material e Patrimônio (SIAMP)	Prover agilidade e controle no processo de doações de bens no âmbito da empresa.	5.1.3. Ações de sistemas de informação do PDTI	27.474,80	27.474,80	28/03/2016
Serviço de helpdesk e atendimento aos usuários	Suporte à infraestrutura e usuários de TI	5.1.1 Ações de infraestrutura do PDTI	527.449,65	454.428,53	31/12/2016
Aquisição de 300 Microcomputadores	Substituir estações de trabalho obsoletas e em uso na Sede e das Superintendências Regionais	5.1.1 Ações de infraestrutura do PDTI	1.241.700,00	-	31/12/2016
Aquisição de 10 Scanners de alta produção	Permitir a implantação do sistema PEN-SEI do Governo Federal na Codevasf	5.1.1 Ações de infraestrutura do PDTI	137.000,00	-	31/12/2016
Aquisição de um servidor de armazenamento de dados (Storage)	Permitir a implantação do sistema PEN-SEI do Governo Federal na Codevasf	5.1.1 Ações de infraestrutura do PDTI	124.998,00	-	31/12/2016
Aquisição de cinco Servidores.	Ampliar a capacidade de processamento do datacenter da sede	5.1.1 Ações de infraestrutura do PDTI	196.485,00	-	31/12/2016
Aquisição de 800 Monitores de vídeo	Permitir a implantação do sistema PEN-SEI do Governo Federal na Codevasf	5.1.1 Ações de infraestrutura do PDTI	343.992,00	-	31/12/2016
Contratação de consultoria para elaboração do PDTI 2016/2020.	Elaboração do PDTI 2016/2020	5.1.4 Ações de Governança de TI do PDTI	137.933,28	41.373,72	31/12/2016
Contratação de rede MPLS para interligar: Administração Central, as 8 Superintendências e 4 Escritórios de Representação	Permitir comunicação de dados entre as Unidades descentralizadas da empresa	5.1.1 Ações de infraestrutura do PDTI	851.914,35	856.114,75	13/11/2017
Contratação dos serviços da INFOVIA BRASÍLIA, infraestrutura de rede óptica	Permitir comunicação de dados entre Codevasf e Órgãos do Governo Federal e acesso à Internet	5.1.1 Ações de infraestrutura do PDTI	136.339,38	130.800,00	20/06/2016

Projeto	Resultados	Planejamento	Valor Orçado	Valor despendido	Prazo Conclusão
Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, instalados na Administração Central	Manutenção de equipamentos de informática	5.1.1 Ações de infraestrutura do PDTI	225.850,00	106.517,00	01/10/2016
Contratação de serviço implantação do <i>software</i> Netbackup (solução integrada de backup)	Permitir a execução de backup e armazenamento otimizado de arquivos	5.1.1 Ações de infraestrutura do PDTI	587.575,62	445.451,94	06/07/2016
Serviço de circuito dedicado para acesso à Internet, com gerenciamento proativo	Fornecer acesso à Internet	5.1.1 Ações de infraestrutura do PDTI	118.800,00	117.150,00	21/03/2017
Fornecimento de licenças de uso de sistema multiusuário de automação de bibliotecas incluindo suporte técnico, manutenção e atualização de versões	Dotar a Biblioteca Geraldo Rocha de um instrumento adequado de gestão do acervo	5.1.3. Ações de sistemas de informação do PDTI	9.931,44	9.103,82	18/01/2016
Prestação de serviços de comunicação digital e tecnologia da informação compreendendo o planejamento, concepção, desenvolvimento e a migração de portais corporativos da Codevasf na internet e intranet	Atualização e modernização dos portais corporativos da Codevasf	5.1.3. Ações de sistemas de informação do PDTI	697.000,00	41.510,40	09/07/2016
Prestação de serviços de manutenção de equipamentos e helpdesk para a 2ª SR	Suporte à infraestrutura e usuários de TI	5.1.1 Ações de infraestrutura do PDTI	23.083,30	23.083,30	22/07/2016
Prestação de serviços de manutenção de equipamentos e helpdesk para a 3ª SR	Suporte à infraestrutura e usuários de TI	5.1.1 Ações de infraestrutura do PDTI	86.133,28	48.158,57	04/05/2016
Prestação de serviços de manutenção de equipamentos e helpdesk para a 6ª SR	Suporte à infraestrutura e usuários de TI	5.1.1 Ações de infraestrutura do PDTI	68.025,00	40.813,92	30/07/2016
Total			6.326.382,58	3.086.728,86	

7.3.8. Medidas para Mitigar Eventual Dependência Tecnológica de Empresas Terceirizadas

O quadro funcional de TI da Codevasf é composto em sua maioria por empregados concursados. Desse modo, foi possível estabelecer que a definição e elaboração da Arquitetura de Software a ser utilizada pelos prestadores de serviços no desenvolvimento de novos sistemas são realizadas pelos empregados de carreira da Empresa, bem como especificação funcional dos requisitos negociais e não negociais necessários ao desenvolvimento de novos sistemas de informação demandados.

Aos contratos de prestação de serviço é exigida aos colaboradores/prestadores de serviços a transferência de conhecimento dos produtos entregues aos empregados da Codevasf. Consequentemente, compete aos técnicos validar e verificar negocialmente e tecnologicamente todos os produtos entregues pelos fornecedores. A documentação elaborada pelas empresas terceirizadas dos serviços executados e dos produtos entregues é repassada e validada pela equipe antes dos respectivos pagamentos.

7.4. Gestão Ambiental e Sustentável

7.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental

O Quadro a seguir, denominado Gestão Ambiental, está organizado de forma a se obter um panorama geral sobre a adesão da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

Quadro 7.4.1 - Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
01	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
02	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
03	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
04	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
05	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
06	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
07	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado. http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/acoes-ambientais-1#consumo		-
08	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		-

Considerações Gerais



Em cumprimento ao Decreto nº 7746, de 5 de junho de 2012, o qual regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666 de 1993 e estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e em cumprimento a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, o qual estabelece regras para elaboração dos **Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS)**, a Codevasf, por meio da Decisão nº 451, de 24 de março de 2014, elaborou o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS da Codevasf/Sede e por meio da Resolução nº 1436 de 19 de outubro de 2015 criou a comissão para implantação do PLS.

A construção do Plano de Gestão de Logística Sustentável foi realizada de forma participativa e teve como base a Cartilha da A3P – Agenda Ambiental na Administração pública, no Manual Prático para Uso e Conservação de Água em Prédios Públicos, dentre outros disponibilizados no site do Ministério do Meio Ambiente – MMA.

O PLS está sendo um marco no que diz respeito ao tema responsabilidade socioambiental, ao dar consistência às várias ações já realizadas, além de institucionalizá-las e aprimorá-las, visando à inserção gradativa de ações sustentáveis dentro dos processos e atividade da empresa.

Após todo processo de elaboração, criação da logomarca para identificação e divulgação, o plano foi homologado e publicado no site da empresa.

A comissão de implantação responsável pelas ações descritas no plano iniciou os trabalhos realizando reuniões para criar um plano de ação para cumprimento das ações e metas descritas no PLS. A comissão deverá apresentar resultados e elaborar relatório, conforme previsto nos Artigos 13 e 14 da IN 10/2012:

Art. 13. Os resultados alcançados a partir da implantação das ações definidas no PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL deverão ser publicados semestralmente no site dos respectivos órgãos ou entidades, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores.

Art. 14. Ao final de cada ano deverá ser elaborado relatório de acompanhamento do PLS de forma a evidenciar o desempenho de cada órgão ou entidade, contendo:

I – consolidação dos resultados alcançados; e

II – identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

Parágrafo único. Os relatórios deverão ser publicados no site dos respectivos órgãos ou entidades e encaminhados eletronicamente à Secretaria Executiva da CISAP.

Vale ressaltar que não existem, até o momento, resultados alcançados a partir das ações definidas no PLS, tendo em vista que o referido Plano teve sua aprovação por meio da Resolução nº599/2015, em agosto/2015. E apenas em outubro de 2015, por meio da Decisão 1436/2015 foi instituído o Grupo de Trabalho responsável pela implementação do PLS. Desta forma, foram realizadas reuniões de planejamento para iniciar os trabalhos em janeiro/2016.

As dificuldades estão relacionadas à internalização das práticas de sustentabilidade por parte dos funcionários e colaboradores da empresa. Para uma mudança cultural foram e serão criadas campanhas de sensibilização por meio de oficinas, palestras, exposições, dias temáticos, mostra fotográfica, dentre outros.

No que diz respeito às licitações, os editais e contratos da Codevasf passarão a estabelecer, com base no PLS, critérios de sustentabilidade e exigir a adoção de boas práticas relacionadas ao tema responsabilidade ambiental.

Fonte: Gerência de Meio Ambiente - AR/GMA

7.4.2. Informações Sobre Material de Consumo

A Política Ambiental da Codevasf prevê a adoção de processos tecnológicos que visem estimular as alternativas de produção redutoras de desperdícios, geradoras de produtos com ciclo de vida mais longo e de menor impacto sobre o meio ambiente.

Contudo, as despesas com consumo de materiais e serviços verificado, em 2015, foram de R\$ 2,73 milhões, superando em 25% os gastos do ano anterior, especialmente energia elétrica e telefonia. Este último não se justifica, pois foram realizados significativos investimentos de implantação da telefonia IP (*internet protocol*)¹⁵ a partir de 2013. No geral, não se observa política sistemática visando à redução do consumo de papel, energia e água na Empresa.

Quadro 7.4.2- Consumo de materiais – Exercícios 2014 e 2015

Recurso Consumido	Quantidade		Valor (R\$)	
	Exercícios			
	2015	2014	2015	2014
1 - Energia elétrica (MWh)	3,50	3,87	1.989.784,58	1.493.575,75
2 - Telefonia (min.)	72.471	63.779	382.681,49	222.103,68
3 - Água (m3)	20.094	96.599	283.848,17	349.941,30
4 - Papel (resma)	107.647	440.279	58.432,64	80.192,70
5 - Copos descartáveis (50 e 200 ml)	8.497	10.132	18.549,07	28.835,54
5.1 - Copos descartáveis (água - 200 ml)	4.048	4.464	10.787,09	18.044,11
5.2 - Copos descartáveis (café - 50 ml)	4.449	5.668	7.761,98	10.791,43
TOTAIS (1 a 5)	-	-	2.733.295,95	2.174.648,97

NOTAS:

Papel: quantidade de resmas consumida no ano.

Água: quantidade de água em m³ consumida no ano.

Telefone: quantidade de minutos consumidos no ano.

Energia Elétrica: quantidade de kWh consumidos no ano.

Copos Descartáveis: quantidade de copos (água e café) utilizados no ano - embalagem com 100 unidades.

¹⁵ Telefonia IP é o roteamento de conversação humana usando a Internet ou qualquer outra rede de computadores baseada no Protocolo de Internet, tornando a transmissão de voz mais um dos serviços suportados pela rede de dado (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Voz_sobre_IP). A telefonia IP combina voz, vídeo e dados usando o TCP/IP como um transporte comum, reunindo de forma eficiente esses canais separados em um só. Os clientes que usam a telefonia IP empregam tanto o hardware multimídia existente quanto um telefone conectado a um adaptador RTPC (Fonte: [https://technet.microsoft.com/pt-br/library/cc739825\(v=ws.10\).aspx](https://technet.microsoft.com/pt-br/library/cc739825(v=ws.10).aspx)).

Gráfico 7.4.2 - Consumo de material e serviços – Exercícios 2014 e 2015

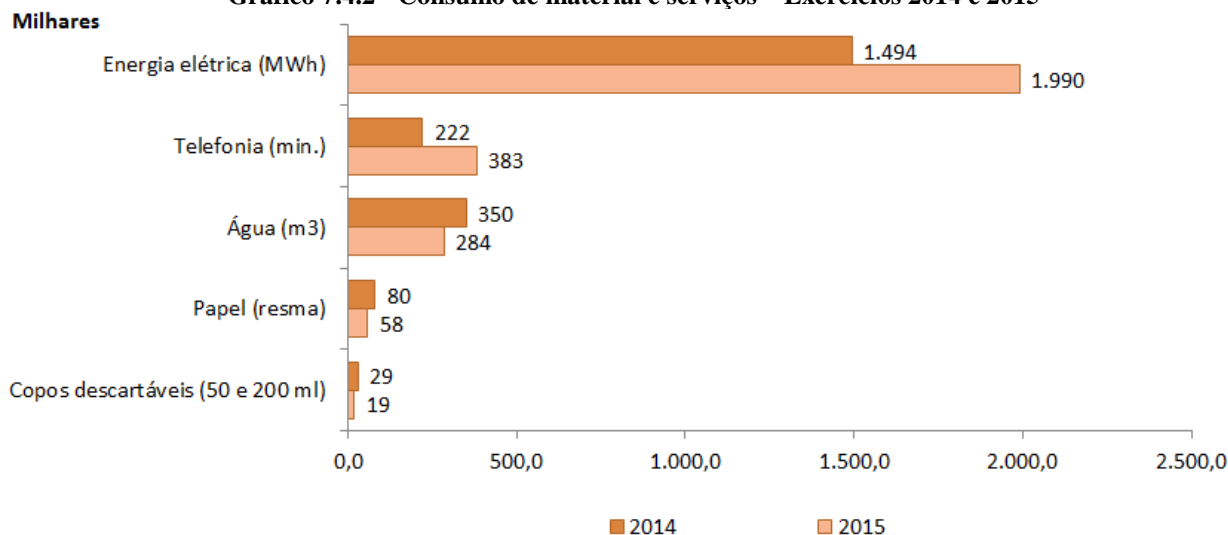


Tabela 7.4.2 - Adesão a programas de sustentabilidade ambiental

Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados
Reciclagem Solidária - MMA - Papel usados	2008	<ul style="list-style-type: none"> Exercícios 2010 a 2011: fornecidos 12 mil quilos de papel (Cooperativa de Reciclagem Trabalho e Produção-Cortrap) Exercício 2013: fornecidos 7 mil quilos de papel (Cooperativa de Reciclagem Trabalho e Produção-Cortrap) Em 2014 e 2015 a coleta tem sido efetuada, porém ainda não foi consolidada pela cooperativa os quantitativos.
Lâmpadas fluorescentes	2010	<ul style="list-style-type: none"> Exercícios de 2010 e 2011: fornecidas 1.840 lâmpadas fluorescentes (Empresa Brasil Recycle Ltda) Exercício de 2013: As lâmpadas não foram direcionadas, devido ao quantitativo mínimo exigido não ter sido atingido. Exercício de 2014: fornecidas 1.1300 lâmpadas fluorescentes (Empresa DMS Recicláveis e Serviços), sendo pago R\$ 1.885,00 para descontaminação. Exercício 2015: Não houve direcionamento em 2015.

Fonte: Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico (AA/GSA/UPM, USA e UAD)

8. Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle

8.1. Tratamento de Determinações e Recomendações dos Órgãos de Controle

A Auditoria Interna da Codevasf, por força regimental, realiza o registro e o acompanhamento das deliberações ou recomendações dos órgãos de controle interno, por meio do documento intitulado Plano de Providências Permanente – PPP, tendo a sua frente a Unidade de Apoio e Informação.

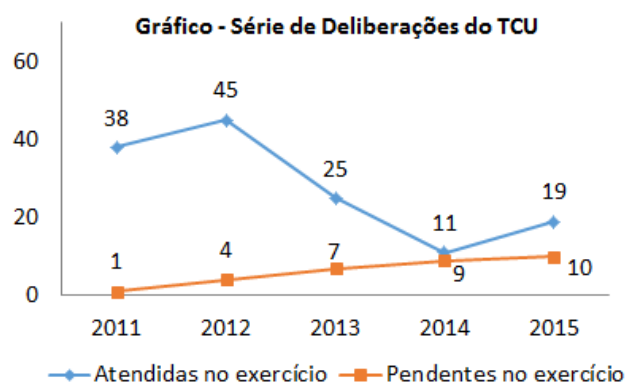
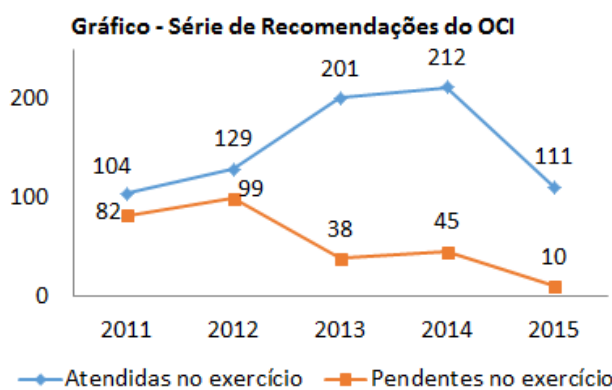
Essas informações são gerenciadas por meio do sistema informatizado próprio, intitulado de SIGA – Sistema de Informações Gerenciais de Auditoria, pelo qual é possível discriminar as constatações e recomendações, providências a serem implementadas, situação das demandas (atendidas ou em acompanhamento) e os respectivos prazos, atribuir área responsável, anexas documentações, e ainda gerar relatórios analíticos.

No exercício de 2015, foram efetuadas 150 determinações e recomendações à Codevasf, das quais 29 determinações foram expedidas pelo Tribunal, e 121 recomendações, expedidas pela CGU, sendo atendidas 87% no decorrer do ano. Os 13% restantes, tratam-se de pendências de implementação relativas àquelas determinações e recomendações que se encontram dentro do prazo estabelecido para manifestação pelo Tribunal ou pela CGU, e até casos como o Acórdão 672/2013 – TCU - Plenário, pendente por decisão judicial.

Quadro 8.1.1 - Série histórica das determinações e recomendações dos órgãos de controle (TCU e CGU)

Ano	Determinações TCU		Recomendações OCI		Total	% Atendidas no exercício
	Atendidas no exercício	Pendentes no exercício	Atendidas no exercício	Pendentes no exercício		
2011	38	1	104	82	225	63%
2012	45	4	129	99	277	63%
2013	25	7	201	38	271	83%
2014	11	9	212	45	277	81%
2015	19	10	111	10	150	87%

Fonte: Auditoria Interna (Plano de providências – sistema Siga)



Nos quadros de deliberações do TCU pendentes de atendimento, apresentados a seguir, encontram-se detalhadas 10 deliberações pendentes de atendimento (9 do exercício de 2015 e uma de 2013).

Quanto as deliberações que devam ser tratadas no Relatório de Gestão Anual por força de acórdão específico, consta o Acórdão nº 5782/2012 – TCU – Plenário, que trata do estágio das providências relativas à transferência definitiva da gestão dos perímetros públicos de irrigação (item 1.3.1.6 do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 190190 da CGU, exercício 2006, e item 32 da instrução da unidade técnica).

O Acórdão nº 3088/2015 – TCU – 2ª Câmara e o Acórdão nº 3125/2015 – TCU – Plenário, consta para que a Codevasf informe as providências adotadas no próximo processo de contas, porém os mesmos foram incluídos no quadro de deliberação pendentes por estarem nessa situação ao final do exercício de 2015.

Quadro 8.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 2015

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa					
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU					
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
TC 014.154/2015-3	Acórdão nº 3316/2015 - Plenário	9.3.1	DE	Ofício nº 0002/2016-TCU/SecexAmbiental	
Data da ciência: 06/01/2016					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Descrição da Deliberação:					
Estudos que indiquem a possibilidade de utilização de fontes alternativas de financiamento, a exemplo do que é feito no programa produtor de água do próprio ministério ou que avaliem a existência de programas ou ações de menor relevância que possam sofrer contingenciamento em favor dos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs);					
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Setor responsável pela implementação					
Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A deliberação encontra-se no prazo estabelecido pelo Tribunal para atendimento, cuja manifestação está sendo providenciada pela área responsável.					
UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa					
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU					
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
TC 014.154/2015-3	Acórdão nº 3316/2015 - Plenário	9.3.2	DE	Ofício nº 0002/2016-TCU/SecexAmbiental	
Data da ciência: 06/01/2016					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Descrição da Deliberação:					
Diagnóstico afeto à sustentabilidade do empreendimento de transposição e ao impacto nos componentes de vazão e qualidade da água do rio, acompanhado das ações previstas para a garantia desses elementos.					
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Setor responsável pela implementação					
Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A deliberação encontra-se no prazo estabelecido pelo Tribunal para atendimento, cuja manifestação está sendo providenciada pela área responsável.					
UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa					
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU					

Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TC 014.154/2015-3	Acórdão nº 3316/2015 - Plenário	9.4	DE	Ofício nº 0002/2016-TCU/SecexAmbiental
Data da ciência: 06/01/2016				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
Descrição da Deliberação:				
Plano de ação que contemple a elaboração e execução de projetos capazes de promover soluções efetivas para toda a região da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF), o desenvolvimento de iniciativas de sensibilização ambiental nas ações de recuperação e a identificação das fontes de recursos destinados à manutenção das ações de recuperação e controle de processos erosivos, que formalize e implemente rotinas de monitoramento de suas iniciativas, que compreendam, entre outras: definição do escopo, do propósito e dos demandantes do sistema de monitoramento e avaliação desde o momento de formulação da política; identificação de indicadores-chave de progresso para os principais objetivos da política; identificação dos principais agentes responsáveis pelo fornecimento e utilização de dados e informações; comunicação regular sobre o progresso da política, mediante relatórios de implementação, às principais partes interessadas; monitoramento e avaliação dos progressos para os principais produtos (deliverables) da implementação; e desenvolvimento de mecanismos para monitorar, avaliar e reportar resultados dos esforços cooperativos.				
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO				
Setor responsável pela implementação				
Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR				
Justificativa para o seu não cumprimento:				
A deliberação encontra-se no prazo estabelecido pelo Tribunal para atendimento, cuja manifestação está sendo providenciada pela área responsável.				
UNIDADE JURISDICIONADA				
Denominação completa				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU				
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TC 027.702/2014-6	Acórdão nº 3125/2015 - Plenário	1.7	RE	Ofício nº 1163/2015-TCU/SeinfraHidroferrovia
Data da ciência: 22/12/2015				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
Descrição da Deliberação:				
Determinar à Codevasf que informe no próximo processo de contas as providências adotadas para agilizar o processo de aplicação de sanções à empresa EGC - Construtora e Obras Ltda., em vista das 26 obras contratadas e abandonadas, bem como adotar as medidas administrativas para buscar o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração e, esgotadas as medidas administrativas sem a elisão do dano, instaurar a devida tomada de contas especial visando apurar os fatos, identificar os responsáveis, quantificar os danos decorrentes das contratações e obter o respectivo ressarcimento, em virtude da não execução integral dos contratos em questão, nos termos dos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa-TCU 71/2012.				
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO				
Setor responsável pela implementação				
Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR				
Justificativa para o seu não cumprimento:				
A Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR, por meio de despacho do dia 29/01/2016, da Secretária Executiva, informa que estão sendo realizadas tratativas junto à Assessoria Jurídica - PR/AJ, e que foi instruído o processo nº 59500.000190/2014-81 que trata do assunto.				

UNIDADE JURISDICIONADA				
Denominação completa				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU				
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TC 027.702/2014-6	Acórdão nº 3125/2015 - Plenário	1.9	RE	Ofício nº 1163/2015-TCU/SeinfraHidroferrovia
Data da ciência: 22/12/2015				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
Descrição da Deliberação:				
Recomendar à Codevasf que envide esforços a fim de solucionar o problema de emancipação dos perímetros públicos irrigados.				
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO				
Setor responsável pela implementação				
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI				
Justificativa para o seu não cumprimento:				
<p>Em 23/03/2013, em atendimento ao Acórdão TCU nº 4.278/2012, foi criado um Grupo de Trabalho composto por servidores da SENIR e da Codevasf, com o intuito de estudar/analisar os desafios da transferência da gestão dos Projetos Públicos Irrigados e propor uma solução definitiva para a questão da efetiva emancipação desses Projetos. O Grupo de Trabalho, ao final de seus estudos, concluiu que, para atingir o estágio de emancipação efetiva dos empreendimentos, algumas ações devem ser realizadas preliminarmente pelos agentes públicos, entre elas as seguintes: regularização ambiental e fundiária dos perímetros; cálculo e aplicação de tarifas de água reais; maximizar a ocupação dos lotes agrícolas e flexibilizar a gestão fundiária (transferências e/ou retomada de lotes em situação irregular ou abandonados). A Codevasf, por meio dos Programas de Transferência de Gestão, vem executando com recursos do PAC diversas ações de revitalização e modernização das infraestruturas de irrigação de uso comum de seus perímetros. Estas ações foram muito prejudicadas nos últimos anos em função dos cortes no orçamento do governo federal. O Plano Plurianual – PPA 2016/2019 prevê a emancipação definitiva dos Perímetros de Irrigação Tourão, Pirapora, Lagoa Grande (Codevasf) e Arroio Duro (MI).</p>				
UNIDADE JURISDICIONADA				
Denominação completa				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU				
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TC 030.583/2013-6	Acórdão nº 3088/2015 - 2ª Câmara	1.7.1.1	DE	Ofício nº 0542/2015 - TCU/SeinfraHidroferrovias, de 29/06/2015.
Data da ciência: 07/07/2015				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
Descrição da Deliberação:				
Reveja as rotinas existentes, aprimorando os controles internos instituídos de modo a assegurar maior eficiência no acompanhamento dos controles.				
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO				
Setor responsável pela implementação				
Área de Gestão Estratégica - AE				
Justificativa para o seu não cumprimento:				
A cultura organizacional presente nas empresas públicas, aliada à baixa maturidade de equipes e gestores no tocante à				

importância dos aspectos entronizados com questões da governança institucional, constituem fortes entraves à construção de iniciativas e soluções transversais perenes de maior efetividade para com os resultados desejados. A Codevasf por meio da Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos da Área de Gestão Estratégica vem fomentando iniciativas e ações no sentido de prover melhoria nos controles estabelecidos de cunho sistêmico e normativo com emprego de tecnologias da informação e padronização de procedimentos e instrumentos normativos que são publicados e amplamente divulgados após sua aprovação pelo colegiado da empresa.

No tocante ao acompanhamento e controle de Contratos e Convênios celebrados pela Empresa, foi institucionalizado em 2007 um sistema aplicativo (SIGEC) que vem sofrendo recorrentes aperfeiçoamentos de ordem sistêmica e normativa, com o intuito de permitir o efetivo acompanhamento dos instrumentos pactuados, auxiliando a gestores o planejamento e controle de processos decisórios de várias procedências. Esse sistema permite o acompanhamento de todas as fases dos instrumentos, desde a celebração até o fim de sua vigência. O acesso às informações produzidas pelo SIGEC é disponibilizado a todos os empregados da empresa e ao público em geral, por meio de relatórios publicados no sítio da Codevasf (http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/sistemas_de_consulta/sigec).

UNIDADE JURISDICIONADA
Denominação completa

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf

DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU

Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TC 030.583/2013-6	Acórdão nº 3088/2015 - 2ª Câmara	1.7.1.2	DE	Ofício nº 0542/2015 - TCU/SeinfraHidroferrovias, de 29/06/2015.

Data da ciência: 07/07/2015

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf

Descrição da Deliberação:

Instaure a devida tomada de contas especial (*Convênio Siafi 624340, firmado com o Município de Riachão das Neves/BA*) visando apurar os fatos, identificar os responsáveis, quantificar os danos decorrentes da contratação e obter o respectivo ressarcimento, em virtude do emprego de R\$ 230.000,00 (valor originário) em uma obra que não foi concluída e que não trouxe o benefício esperado à população, em convênio celebrado com base em projeto sem respaldo de estudos técnico-ambientais que atestassem a sua viabilidade; ou apresente as justificativas para o não cumprimento da recomendação emitida pela CGU no Relatório de Auditoria 201306062, referente ao exercício de 2012.

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO
Setor responsável pela implementação

Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR

Justificativa para o seu não cumprimento:

Justificativas apresentadas pelo não cumprimento - "Instalação de Tomada de Contas Especial":

- 1 - A 1ª etapa do trabalho, a implantação da adutora de água bruta, trecho da Barragem Sarapó a Estação de Tratamento de Água (ETA), de 4,713 km de comprimento, foi concluída com a aplicação dos recursos orçamentários da 1ª Parcela, no valor de R\$ 230.000,00.
- 2 - Os recursos liberados, referentes a 2ª parcela, foram devolvidos pela prefeitura à Codevasf, destinados a sequência das obras: construção da ETA e rede de ligações domiciliares (a partir da ETA).
- 3 - A Prefeitura Municipal de Riachão das Neves sanou as pendências de recolhimento de impostos fiscais, então identificados pela Codevasf, em um primeiro momento.
- 4 - A Codevasf aprovou a prestação de contas da Prefeitura referida no objeto.

Obs: A Codevasf estruturou todo o planejamento técnico para: a) concluir a implantação do Projeto Hidráulico do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água. Etapa II - Construção da ETA e Rede de Ligações Intradomiciliares (da ETA para as residências); e b) Restaurar a capacidade de armazenamento do Reservatório da Barragem Sarapó, e revitalização hidroambiental da bacia do rio Sarapó, à montante da Barragem: da Barragem até sua nascente, com práticas edafológicas pertinentes. A retomada dessas ações aguarda alocação de orçamentos da União para a Codevasf, já quantificados.

UNIDADE JURISDICIONADA
Denominação completa

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf

DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU					
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
TC 029.351/2014-6	Acórdão nº 2562/2015 - Plenário	1.6.1	RE	Ofício nº 945/2015-TCU/SeinfraHidroferrovia	
Data da ciência: 03/11/2015					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Descrição da Deliberação:					
Recomendar ao Ministério da Integração Nacional, à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que elaborem conjuntamente, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, um manual básico de uso, operação e manutenção de canais, ou documento equivalente, que sirva de orientação e/ou normatize manutenções periódicas preditivas, preventivas e corretivas das obras públicas de canais, e no qual sejam estipulados os procedimentos a serem executados e a frequência das inspeções.					
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Setor responsável pela implementação					
Presidência - PR					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura – AD, em atendimento ao despacho da Chefe de Gabinete da Presidência – PR/GB datado de 10/11/2015, indicou em 11/11/2015 o empregado Frederico Rodrigues de Araújo, representando a Área, para compor os trabalhos em conjunto com o DNOCS, sob coordenação do Ministério da Integração Nacional – MI, a fim de atender à recomendação do TCU.					
UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa					
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU					
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
TC 012.387/2012-6	Acórdão nº 672/2013 - Plenário	9.1	DE	Ofício nº 0252/2013-TCU/SecexPrevidência, de 02/04/2013.	
Data da ciência: 05/04/2012					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Descrição da Deliberação:					
Com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, assinar prazo de 90 (noventa) dias para que a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba promova a convalidação da autorização, de 5/1/2012, concedida para a celebração de acordo judicial na Ação Ordinária 4155-62.2011.4.1.3309, em tramitação na Justiça Federal da Bahia - Subseção Judiciária de Guanambi/BA, o que poderá fazer pela juntada ao processo judicial da aprovação da Diretoria Executiva da Codevasf, caso esta entenda pertinente, bem como da delegação de competência ou aprovação dos Ministros de Estado da Advocacia-Geral da União e da Integração Nacional previstas na Lei nº 9.469/1997, caso os titulares das referidas pastas decidam neste sentido.					
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Setor responsável pela implementação					
Assessoria Jurídica - PR/AJ					
Justificativa para o seu não cumprimento:					

Acerca da autorização da Codevasf para celebração de acordo judicial nos autos da Ação Judicial Ordinária nº 4155-62.2011.4.01.3309, que tramita na Justiça Federal da Bahia - Guanambi, de acordo com a competência outorgada pela Lei nº 9.469/97, a Advocacia-Geral da União, por intermédio do Advogado-Geral da União Substituto, Dr. Fernando Albuquerque, exarou o Ofício nº 051/SGCS/AGU, de 29/08/2014, constante nestes autos do processo administrativo nº 00400.009241/2013-34, determinou a revogação da autorização de pagamento anteriormente conhecida, em razão de ter sido o feito judicial sentenciado pela Justiça Federal de Guanambi — mesmo que essa decisão não seja, ainda, definitiva.

Dessa forma, com a negativa de autorização de pagamento pela AGU, falta um dos requisitos exigidos pela Lei Federal nº 9.469/97 para realização do pagamento de R\$ 13.250.425,10 na forma de acordo judicial, pelo que a Assessoria Jurídica da Codevasf sugeriu que fosse aguardado o julgamento final da referida ação judicial de indenização promovida pelo Distrito de Irrigação do Projeto de Estreito (DIPE) em desfavor da Codevasf, que se encontra no TRF - 1ª. Região/DF, para julgamento do Recurso manejado pelo Distrito em questão.

UNIDADE JURISDICIONADA
Denominação completa

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf

DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU

Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TC 006.064/2011-6	Acórdão nº 613/2015 - Plenário	9.2	DE	Ofício nº 0170/2015-TCU/SeinfraAeroTelecom

Data da ciência: 16/04/2015

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf

Descrição da Deliberação:

Determinar à Codevasf que, caso o município de Floriano/PI conserve seu interesse de utilizar recursos federais para custear a segunda e a terceira etapa das obras de esgotamento sanitário, ajuste os critérios de medição propostos para o pagamento dos materiais escavados, em conformidade com as observações contidas no relatório elaborado pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações (peça 194)

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO
Setor responsável pela implementação

Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foi protocolado em 27/10/2015 o Ofício nº 582/2015/PR/GB, solicitando a apreciação e revisão da matéria constante do referido Acórdão, entende-se que não há necessidade de apresentar justificativas de não cumprimento uma vez foram adotadas providências pela Codevasf e aguarda-se manifestação do Tribunal de Contas da União - TCU.

Fonte: Plano de providências – sistema Siga (Auditoria Interna – CONSAD/AU)

Quadro 8.1.3 - Deliberações do TCU que devam ser tratadas no relatório de gestão anual por força de acórdão específico

UNIDADE JURISDICIONADA				
Denominação completa				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU				
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TC 032.587/2011-2	Acórdão nº 5782/2012 - 1ª Câmara	1.8	DE	Ofício nº 2853/2012-TCU/SECEX-4, de 01/10/2012.
Data da ciência: 04/10/2012				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
Descrição da Deliberação:				
Determinar à Codevasf que informe anualmente em seu relatório de gestão o estágio das providências relativas à transferência definitiva da gestão dos perímetros públicos de irrigação (item 1.3.1.6 do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 190190 da CGU, exercício 2006, e item 32 da instrução da unidade técnica).				
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO				
Setor responsável pela implementação				
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI				
Justificativa para o seu não cumprimento:				
O maior entrave para a realização da emancipação dos perímetros é a descontinuidade na liberação dos recursos orçamentários pelos órgãos federais competentes. Com isso, o processo de transferências da gestão dos empreendimentos fica inviabilizado, pois não há como a Codevasf realizar definitivamente as etapas anteriores à emancipação, tais como recuperação das infraestruturas de irrigação de uso comum, regularização fundiária, regularização ambiental, capacitação dos produtores de forma a torná-los aptos para conduzirem os empreendimentos.				

Fonte: Plano de providências – sistema Siga (Auditoria Interna – CONSAD/AU)

8.2. Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

A Codevasf, na busca da conformidade da gestão, tem envidado esforços para apurar responsabilidades envolvendo ilícitos administrativos, especialmente os que resultam em dano ao erário.

Atualmente, a Empresa dispõe de um sistema de controle composto pela Auditoria Interna, Ouvidoria e Corregedoria que buscam atuar de forma sinérgica, apoiando, entre outras atividades, a apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos. Com exceção da primeira que já está plenamente estruturada, as outras duas unidades vêm sendo paulatinamente instrumentalizadas e seus mecanismos de gestão e controle aperfeiçoados. No tocante ao papel da Corregedoria, destaca-se a apuração de responsabilidade de possíveis irregularidades cometidas por empregados da Empresa.

Em 2015, a Corregedoria instaurou 15 processos destinados a apurar a responsabilidade de empregados por infração praticada no exercício de suas atividades, podendo ensejar na aplicação das penalidades previstas na CLT e nos normativos internos da Codevasf. Desse total, foram julgados 10 (dez) processos no exercício de referência, cujos eventos e providências são discriminados no tópico de Governança (*item 4.5 - Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos*) deste Relatório.

Segundo apurou a Corregedoria, após análise dos objetos das sindicâncias julgadas, concluiu-se que 2 (dois) processos acarretaram em dano ao erário, conforme tabela a seguir:

Tabela 8.2 - Processos de sindicâncias com possível dano ao erário – Exercício 2015

Decisão	Evento	Providência
Decisão nº 011 de 05/01/2015	Desaparecimento de materiais armazenados nos centros administrativos de Glória e Rodelas, no estado da Bahia, e no almoxarifado do escritório de Apoio Técnico de Jatobá, no Estado de Pernambuco.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Aplicar a pena de rescisão contratual por justa causa, à empregada, prevista no item 4.2.1, alínea "e", da Norma Disciplinar N-359; 2) Aplicar a pena de suspensão, por 5 (cinco) dias, ao empregado, prevista no item no item 4.2.1 alínea "b" da Norma Disciplinar N-359; e 3) Determinar à 3ª Superintendência Regional e à 6ª Superintendência Regional que promovam conjuntamente a Tomada de Contas Especial a fim de identificar e quantificar a totalidade do dano ao erário, visando ao ressarcimento da Codevasf.
Decisão N.º 334 de 25/02/2015	Responsabilidade de quem deu causa ao pagamento indevido de adicional de periculosidade a empregado lotado no Escritório de Santa Maria da Vitória, no âmbito da 2ª Superintendência Regional - 2ª/ESV.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Deixou-se de aplicar a pena disciplinar de Advertência, prevista no item 4.2.1, alínea "a", da Norma Disciplinar, ao empregado, em razão de seu desligamento do quadro de empregados da Codevasf; 2) Encaminhar cópia do Relatório Final à Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico para que adote as providências quanto à recomendação constante do item 10 do relatório, referente ao acompanhamento dos pagamentos de adicionais de periculosidade e insalubridade aos empregados que exercem atividades sujeitas ao recebimento desses adicionais.

Fonte: Corregedoria da Codevasf

Em todos os demais casos de sindicância julgados pela autoridade competente não houve dano ao erário passível de ser identificado e/ou quantificado em razão do evento apurado ou do resultado da sindicância ser conclusivo pelo arquivamento.

Em 2015, foram remetidos 6 (seis) processos de tomada de conta especiais à CGU, não dispondo, por enquanto, de informações quanto ao envio ao TCU e penalidades aplicadas.

Quadro 8.2.2 - Medidas adotadas em caso de dano ao erário – Exercício 2015

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais									
	Não instauradas			Instauradas					Remetidas à CGU	Remetidas ao TCU
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU						
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos *	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração *			
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
2	-	-	-	-	-	-	-	6	-	

* Especificar razões

Fonte 1: Informações sobre processos de sindicância (Corregedoria)

Fonte 2: Informações sobre TCE (Auditoria Interna, Gerência de Contabilidade, e Área de Gestão Estratégica)

Entretanto, como se trata de uma iniciativa em estágio inicial, principalmente em relação à estruturação da Corregedoria e à necessidade de promover uma efetiva integração entre as unidades, ainda há um longo caminho a serem percorridos para se alcançar níveis mais elevados de maturidade.

Tal constatação fica evidenciada na indisponibilidade de informações de quantitativos e fases referentes às medidas administrativas para caracterização ou elisão de dano abertos na Empresa, possuindo apenas controle dos processos que resultaram na instauração de Tomada de Contas Especial – TCE (mas somente àquelas concluídas pela área responsável e pronta para ser

encaminhada à Controladoria Geral da União – CGU). Por fim, não há conhecimento das TCE's enviadas pela CGU ao TCU, e conseqüente aplicação das penalidades.

Neste sentido, evidencia-se a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de controle por meio do desenvolvimento de um sistema institucional integrado que permita o registro dos eventos e acompanhamento de todas as fases dos processos envolvidos (*sindicâncias, tomadas de contas especiais instauradas, arquivadas, não enviadas ao TCU, dispensadas, remetidas ao TCU, penalidades aplicadas, etc.*), incluindo alçadas de competência dos atores envolvidos conforme atribuições regimentais, bem como melhor compreensão dos procedimentos interno e/ou definição de responsabilidades pela gestão (Auditoria Interna, Gerência de Contabilidade, Unidade de Controle de Contratos e Convênios, Área técnica responsável, etc.).

8.3. Demonstrações da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Codevasf, enquanto empresa pública dependente de recursos do tesouro nacional, obrigatoriamente, deve obedecer toda a legislação em vigor.

8.4. Informações sobre Revisão de Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

O Acórdão TCU nº 2.859/2013, orientou órgãos e entidades do Governo Federal quanto a adoção de medidas necessárias ao ressarcimento de valores relativos à desoneração de encargos sociais em contratos firmados com prestadores beneficiados pelas medidas.

Para atendimento das orientações, a Codevasf estabeleceu, após conciliação das sugestões e análise à cerca do arcabouço legal, as seguintes linhas de ação:

- nas licitações ainda na fase interna (elaboração de edital), seria solicitada a elaboração de novas planilhas orçamentárias contendo a desoneração imposta pela Lei nº 12546/11;
- nas licitações já deflagradas e em processo de contratação, seriam procedidas as contratações e, caso estive na desoneração, o ajuste seria feito mediante apostilamento;
- para os contratos vigentes, seriam levantados os contratos passíveis de desoneração, sendo repassados às respectivas áreas e superintendências regionais para fins de proceder a desoneração dos respectivos contratos; e
- nos contratos já encerrados, deveriam ser apurados os valores eventualmente devidos pelas empresas contratadas e procedida a cobrança administrativa/judicial da dívida.

Em continuidade às ações realizadas em 2015, em que pesem as dificuldades para efetiva realização da análise necessária ao enquadramento nos critérios da desoneração da folha de pagamento, bem como a complexidade da definição da limitação de vantagem a ser obtida que existem situações cuja revisão não se reverterá em vantagens para a administração, até o final de 2015 foram analisados 155 instrumentos, resultando na desoneração de R\$ 1,3 milhão, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 8.4 - Detalhamento sobre os contratos revisados (vigentes e encerrados)

Nº	Objeto	Data Término	Valor Codevasf	Situação do instrumento	Desoneração – Exercício de 2015
2.029.00/2012	Execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação e configuração de softwares em equipamentos de informática, incluindo atendimento ao usuário (Help-desk), suporte à utilização de softwares básicos e de apoio e instalação e manutenção de pontos de rede. Licitados através do Edital nº 30/2012 - 2ª SR, na modalidade Pregão Eletrônico.	26/11/2014	117.597,94	Em Execução	Diferença em favor da Codevasf no montante de R\$ 264,91, Resolução Regional 2ª COGEX nº 195/2014.
4.010.00/2013	O presente Contrato tem por objeto a execução de obras civis de Construção, recuperação e Reforma, visando a Implantação do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Betume - 4ª/CIB, a serem realizados na Estação de Piscicultura de Betume, localizados no município de Neópolis, no Estado de Sergipe correspondente ao Lote I do Edital 022/2012.	10/05/2014	3.224.967,66	Em Execução	Diferença em favor da Codevasf no montante de R\$ 379.602,50, Resolução da DEX nº 745/2015.
4.030.00/2013	O presente contrato tem por objeto a execução das obras e serviços relativos à reforma do galpão e compatibilização do projeto de agricultura agroecológica localizados na área do Projeto Amanhã, no município de Neópolis, Estado de Sergipe.	06/05/2014	80.844,40	Em Execução	Diferença em favor da Codevasf no montante de R\$ 2.892,28, Resolução Regional 4ª COGEX nº 050/2014.
4.004.00/2014	Execução da segunda etapa das obras e serviços relativos aos sistemas de abastecimento de água nas comunidades rurais de Serra do Moreira, Fazenda Júlia e Vitória do São Francisco, situado no município de Porto da Folha/SE.	26/04/2015	1.270.311,13	Em Execução	Diferença em favor da Codevasf no montante de R\$ 30.565,32, Resolução nº 632/2014.
8.039.00/2013	Execução de obras e serviços para instalação de 25 sistemas simplificados de abastecimento de água compreendendo: perfuração de poço tubular, instalação de unidade de bombeamento, reservatório em fibra de vidro com estrutura elevatória, fornecimento de energia (RDR/Grupo Gerador), Abrigo de quadro de comando e/ou Grupo Gerador, cerca de proteção, Rede de distribuição de água e ligações domiciliares, referente ao lote I, em municípios sob a jurisdição da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado do Maranhão.	22/11/2014	3.607.543,58	Em Execução	Diferença em favor da Codevasf no montante de R\$ 140.116,99, Resolução da DEX nº 377/2015.
8.040.00/2013	Execução de obras e serviços para instalação de 23 sistemas simplificados de abastecimento de água compreendendo: perfuração de poço tubular, instalação de unidade de bombeamento, reservatório em fibra de vidro com estrutura elevatória, fornecimento de energia (RDR/Grupo Gerador), Abrigo de quadro de comando e/ou Grupo Gerador, cerca de proteção, Rede de distribuição de água e ligações domiciliares, referente ao lote II, em municípios sob a jurisdição da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado do Maranhão.	22/11/2014	3.102.707,64	Em Execução	Diferença em favor da Codevasf no montante de R\$ 120.509,16, Resolução da DEX nº 379/2015.
8.042.00/2013	Execução de obras e serviços para instalação de 26 sistemas simplificados de abastecimento de água compreendendo: perfuração de poço tubular, instalação de unidade de bombeamento, reservatório em fibra de vidro com estrutura elevatória, fornecimento de energia (RDR/Grupo Gerador), Abrigo de quadro de comando e/ou Grupo Gerador, cerca de proteção, Rede de distribuição de água e ligações domiciliares, referente ao lote IV, em municípios sob a jurisdição da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado do Maranhão.	22/11/2014	4.218.641,36	Em Execução	Diferença em favor da Codevasf no montante de R\$ 340.319,25, Resolução da DEX nº 385/2015.
0.006.00/2013	Execução de obras civis e montagens para construção da Barragem de Aproveitamento Múltiplo de Jequitá I, em concreto compactado a rolo, no município de Jequitá, estado de Minas Gerais.	31/07/2015	59.869.542,44	Em Execução	Diferença em favor da Codevasf no montante de R\$ 250.882,62, Resolução da DEX nº 378/2015.

Fonte: Sistema de Atos Normativos - SAN

8.5. Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

Na Codevasf, as despesas relativas à publicidade legal se destinam a dar conhecimento de editais, decisões, avisos e outras informações da atuação da Empresa, com o objetivo de atender a prescrições legais, não havendo gastos com publicidade institucional, mercadológica ou de utilidade pública.

Tabela 8.5 - Despesas com publicidade legal – Exercício 2015

Valores R\$ 1,00

Subitem Nome	Programa	Ação	Valores Empenhados	Valores Pagos
Serviços de publicidade legal	2013 - Agricultura Irrigada	12OB - Transferência da gestão de Perímetros Públicos de Irrigação	16.863,72	7.340,76
Serviços de publicidade legal	2013 - Agricultura Irrigada	20EY - Administração de Perímetros Públicos de Irrigação	15.904,92	7.458,48
Serviços de publicidade legal	2013 - Agricultura Irrigada	5314 - Implantação do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê com 47.924,5 ha no estado da Bahia	3.223,15	290,34
Serviços de publicidade legal	2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	20N8 - Promoção de Iniciativas para o Aprimoramento da Produção e Inserção Mercadológica - Plano Brasil sem Miséria	6.455,99	2.733,30
Serviços de publicidade legal	2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	219.490,71	22.382,57
Serviços de publicidade legal	2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude	4786 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)	1.500,00	
Serviços de publicidade legal	2051 - Oferta de Água	1851 - Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica	40.000,00	7.549,75
Serviços de publicidade legal	2051 - Oferta de Água	20N4 - Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas	1.712,40	512,40
Serviços de publicidade legal	2051 - Oferta de Água	5308 - Construção da Barragem Jequitaí no Estado de Minas Gerais	182,22	182,22
Serviços de publicidade legal	2052 - Pesca e Aquicultura	2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura	2.500,00	1.700,72
Serviços de publicidade legal	2068 - Saneamento Básico	10RM - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba	4.138,00	
Serviços de publicidade legal	2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	2000 - Administração da Unidade	94.260,59	46.599,71
Serviços de publicidade legal	2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	8785 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	7.284,82	
TOTAIS			413.516,52	96.750,25

Fonte: Tesouro Gerencial (31-12-2015)

Nota: No exercício de 2015, a empresa tinha inscritos em Restos a Pagar R\$ 1,69 milhões relativos às despesas com publicidade, sendo efetuados pagamento de R\$ 419 mil.

ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 - Resultados dos Indicadores de Desempenho

Tabela 1 - Indicadores de desempenho LOA 2015

Programa/Ação	Dotação autorizada	Disponível	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Produto	Unidade de medida	TR	Meta física prevista	Meta reprogramada	Meta física realizada	Indicador	Avaliação
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	7.500.000	5.620.499	5.365.499	5.281.660							Utilização = 95%	Dentro do previsto
Ação: 0022 - Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	7.500.000	5.620.499	5.365.499	5.281.660	-	-	12	0	0	0	Utilização = 95%	Dentro do previsto
2013 - Agricultura Irrigada	210.801.484	114.406.823	114.396.430	88.354.788							Utilização = 100%	Dentro do previsto
Ação: 10BC - Implantação de Projetos de Irrigação	1.287.300	0	0	0	Projeto apoiado	unidade	0	12	0	0	Recursos não disponível	-
Ação: 12FT - Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí	6.300.000	0	0	0	Obra executada	percentual de execução física	0	16	0	0	Recursos não disponível	-
Ação: 12OB - Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação	13.011.396	9.938.098	9.938.098	7.511.151	Perímetro irrigado transferido	unidade	12	12	9	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 140C - Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano no Estado de Alagoas	11.403.000	141.000	138.162	129.064	Projeto executado	percentual de execução física	7	13	0	0	Utilização = 98% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Perímetros Públicos de Irrigação	850.000	619.162	619.130	252.562	Regularização efetivada	unidade	10	8	6	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 1686 - Implantação do Perímetro de Irrigação Marituba com 3.136 ha no Estado de Alagoas	300.000	39.697	35.727	29.727	Projeto executado	percentual de execução física	7	5	1	0	Utilização = 90% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 1692 - Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 31.305 ha no Estado da Bahia	25.200.000	16.097.851	16.097.851	14.484.957	Projeto executado	percentual de execução física	8	8	5	4	Utilização = 100% Eficácia = 80% Eficiência = 122%	Dentro do previsto Dentro do previsto Acima do previsto
Ação: 20EY - Administração de Perímetros Públicos de Irrigação	84.155.103	69.841.373	69.841.373	59.588.568	Perímetro irrigado mantido	unidade	12	19	16	15	Utilização = 100% Eficácia = 94% Eficiência = 101%	Dentro do previsto Dentro do previsto Acima do previsto
Ação: 20WP - Reabilitação de Perímetros Públicos de Irrigação	6.647.823	6.202.424	6.202.424	600.471	Perímetro reabilitado	unidades por ano	8	5	5	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto

Programa/Ação	Dotação autorizada	Disponível	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Produto	Unidade de medida	TR	Meta física prevista	Meta reprogramada	Meta física realizada	Indicador	Avaliação
Ação: 5260 - Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.811,9 ha no Estado de Pernambuco	10.800.000	5.148.414	5.148.413	2.325.962	Projeto executado	percentual de execução física	8	37	18	7	Utilização = 100% Eficácia = 39% Eficiência = 118%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Acima do previsto
Ação: 5314 - Implantação do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê com 47.924,5 ha no Estado da Bahia	16.461.596	6.278.803	6.275.480	3.332.553	Projeto executado	percentual de execução física	8	56	21	11	Utilização = 100% Eficácia = 52% Eficiência = 136%	Dentro do previsto Abaixo do previsto Acima do previsto
Ação: 5322 - Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba no Estado de Minas Gerais	6.300.000	100.000	99.772	99.772	Projeto executado	percentual de execução física	5	32	1	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 5330 - Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro com 2.091 ha no Estado de Pernambuco	2.290.003	0	0	0	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	0	15	0	0	Recursos não disponível	-
Ação: 5348 - Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós com 2.145 ha no Estado da Bahia	2.264.035	0	0	0	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	0	15	0	0	Recursos não disponível	-
Ação: 5354 - Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho com 18.857 ha no Estado de Pernambuco	6.378.987	0	0	0	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	0	10	0	0	Recursos não disponível	-
Ação: 5368 - Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Formoso com 12.048 ha no Estado da Bahia	6.632.752	0	0	0	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	0	68	0	0	Recursos não disponível	-
Ação: 5370 - Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba com 5.286 ha no Estado de Minas Gerais	7.300.000	0	0	0	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	0	24	0	0	Recursos não disponível	-
Ação: 5378 - Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá com 4.350 ha no Estado da Bahia	2.106.366	0	0	0	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	0	12	0	0	Recursos não disponível	-
Ação: 5442 - Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba com 4.293 ha no Estado da Bahia	1.113.123	0	0	0	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	0	25	0	0	Recursos não disponível	-

Programa/Ação	Dotação autorizada	Disponível	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Produto	Unidade de medida	TR	Meta física prevista	Meta repro-gramada	Meta física realizada	Indicador	Avaliação
2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos	15.840.000	11.919.719	11.919.717	958.743							Utilização = 100%	Dentro do previsto
Ação: 10ZW - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba	15.840.000	11.919.719	11.919.717	958.743	Obra concluída	unidade	4	1	1	1	Utilização = 100% Eficácia = 100% Eficiência = 3419%	Dentro do previsto Dentro do previsto Acima do previsto
2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	218.114.239	93.663.314	93.517.539	2.997.367							Utilização = 100%	Dentro do previsto
Ação: 12P6 - Recuperação de 53,5 Km de Estradas Vicinais, no Estado da Bahia	552.000	551.937	551.937	551.937	Obra executada	percentual de execução física	7	1	1	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 20N7 - Provimento de Infraestrutura Produtiva para Arranjos Produtivos Locais - APLs - Plano Brasil sem Miséria	200.000	134.966	133.883	110.801	Arranjo produtivo local apoiado	unidade	11	40	27	1	Utilização = 99% Eficácia = 4% Eficiência = 5%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 20N8 - Promoção de Iniciativas para o Aprimoramento da Produção e Inserção Mercadológica - Plano Brasil sem Miséria	400.000	113.864	112.058	70.229	Tecnologia aplicada	unidade	11	3	1	0	Utilização = 98% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 20N9 - Apoio ao Associativismo e Cooperativismo - Plano Brasil sem Miséria	200.000	51.898	51.418	46.938	Organização apoiada	unidade	11	40	10	0	Utilização = 99% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 20NC - Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais-APLs	180.000	137.573	137.573	128.741	Unidade mantida	unidade	11	2	2	2	Utilização = 100% Eficácia = 100% Eficiência = 107%	Dentro do previsto Dentro do previsto Acima do previsto
Ação: 20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	297.087	0	0	0	-	-	11	0	0	0	Recursos não disponível	-
Ação: 7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	216.285.152	92.673.075	92.530.670	2.088.721	Projeto apoiado	unidade	7	1.016	489	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude	1.500.000	244.225	243.925	192.277							Utilização = 100%	Dentro do previsto

Programa/Ação	Dotação autorizada	Disponível	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Produto	Unidade de medida	TR	Meta física prevista	Meta reprogramada	Meta física realizada	Indicador	Avaliação
Ação: 4786 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)	1.500.000	244.225	243.925	192.277	Jovem capacitado	unidade	11	810	132	599	Utilização = 100% Eficácia = 454% Eficiência = 576%	Dentro do previsto Acima do previsto Acima do previsto
2051 - Oferta de Água	125.777.644	23.977.714	23.976.634	6.860.048							Utilização = 100%	Dentro do previsto
Ação: 10GM - Estudos e Projetos de infraestrutura Hídrica	2.700.000	290.968	290.968	6.184	Estudo realizado	unidade	3	2	0	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 12G5 - Implantação do Sistema Adutor de Guanambi - 1ª Etapa - com 355 km no Estado da Bahia	733.000	0	0	0	Projeto executado	percentual de execução física	0	10	0	0	Recursos não disponível	-
Ação: 13RU - Projeto para Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Paraguaçu, Salitre, Jacuípe, Curaçá-Vargem, Macururê, Tourão-Poções, Itapicuru e Vaza-Barris (Eixo Sul)	13.738.404	13.738.404	13.738.404	5.515.388	Projeto implantado	percentual de execução física	2	100	100	20	Utilização = 100% Eficácia = 20% Eficiência = 274%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Acima do previsto
Ação: 140N - Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas	500.000	410.000	410.000	165.204	Obra apoiada	unidade	3	4	3	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 141H - Construção do Canal do Sertão Pernambucano no Estado de Pernambuco	27.000	10.200	10.200	1.877	Obra executada	percentual de execução física	5	2	1	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 14RP - Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas	4.510.040	0	0	0	Infraestrutura recuperada	unidade	0	22	0	0	Recursos não disponível	-
Ação: 14RX - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Campo Alegre de Lourdes no Estado da Bahia	13.662.000	670.000	670.000	0	Obra executada	percentual de execução física	1	32	2	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 14VI - Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água	10.760.000	1.166.644	1.166.644	284.586	Obra executada	unidade	3	3	0	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 1851 - Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica	56.469.200	5.931.218	5.931.090	344.142	Obra executada	unidade	7	173	83	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 20N4 - Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas	700.000	242.369	241.537	37.074	Infraestrutura mantida	unidade	11	2	1	1	Utilização = 100% Eficácia = 100% Eficiência = 654%	Dentro do previsto Dentro do previsto Acima do previsto

Programa/Ação	Dotação autorizada	Disponível	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Produto	Unidade de medida	TR	Meta física prevista	Meta repro-gramada	Meta física realizada	Indicador	Avaliação
Ação: 5308 - Construção da Barragem Jequitaiá no Estado de Minas Gerais	14.355.000	1.517.911	1.517.790	505.592	Obra executada	percentual de execução física	8	32	3	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 7G88 - Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí	7.623.000	0	0	0	Obra executada	percentual de execução física	0	8	0	0	Recursos não disponível	-
2052 - Pesca e Aquicultura	5.465.726	2.624.757	2.609.330	2.033.175							Utilização = 99%	Dentro do previsto
Ação: 212M - Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Rios, Grandes Reservatórios e Canais de Perímetros de Irrigação	400.000	30.000	29.832	21.138	Produtor capacitado	unidade	11	100	8	0	Utilização = 99% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura	5.065.726	2.594.757	2.579.498	2.012.037	Centro/estação mantido(a)	unidade	11	6	8	8	Utilização = 99% Eficácia = 100% Eficiência = 129%	Dentro do previsto Dentro do previsto Acima do previsto
2068 - Saneamento Básico	113.400.000	50.638.684	50.636.413	8.638.764							Utilização = 100%	Dentro do previsto
Ação: 10RM - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba	90.000.000	47.086.845	47.084.574	8.622.690	Sistema implantado	unidade	6	20	10	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 10RP - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba	4.500.000	0	0	0	Projeto concluído	unidade	0	1	0	0	Recursos não disponível	-
Ação: 116F - Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água Para Todos	14.400.000	2.761.940	2.761.940	16.074	Sistema implantado	unidade	3	7	1	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 141J - Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba	4.500.000	789.899	789.899	0	Obra executada	unidade	3	8	1	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto

Programa/Ação	Dotação autorizada	Disponível	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Produto	Unidade de medida	TR	Meta física prevista	Meta repro-gramada	Meta física realizada	Indicador	Avaliação
2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	405.885.078	400.575.026	399.780.323	382.418.016							Utilização = 100%	Dentro do previsto
Ação: 141M - Construção, Reforma e Ampliação dos Prédios Sede, Superintendências Regionais e Unidades Administrativas da Codevasf	2.000.000	829.723	829.723	0	Projeto executado	unidade	8	14	6	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 2000 - Administração da Unidade	374.648.826	374.433.042	373.777.531	366.669.724	-	-	12	0	0	0	Utilização = 100%	Dentro do previsto
Ação: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	8.988.944	8.988.944	8.988.253	6.802.681	-	-	12	0	0	0	Utilização = 100%	Dentro do previsto
Ação: 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	1.815.225	1.815.225	1.800.000	1.763.563	-	-	12	0	0	0	Utilização = 99%	Dentro do previsto
Ação: 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	109.200	109.200	72.890	19.089	-	-	12	0	0	0	Utilização = 67%	Abaixo do previsto
Ação: 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	20.640.000	20.640.000	20.339.928	18.811.902	-	-	12	0	0	0	Utilização = 99%	Dentro do previsto
Ação: 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	338.595.457	338.379.673	338.084.768	336.746.531	-	-	12	0	0	0	Utilização = 100%	Dentro do previsto
Ação: 2869 - Operação das Linhas de Navegação no Lago de Três Marias	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0	Veículo transportado	unidade	3	80.000	80.000	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Ação: 8785 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC	3.000.000	3.000.000	2.991.692	2.525.958	Projeto apoiado	unidade	11	0	0	0	Utilização = 100% Eficácia = 0% Eficiência = 0%	Dentro do previsto Muito abaixo do previsto Muito abaixo do previsto
Total Geral	1.104.284.171	703.670.760	702.445.810	497.734.838							Utilização = 100%	Dentro do previsto

Fonte: Dados orçamentários: Sistema Siafi (31-12-2015); Dados de execução física: Sistema SIOP (31-12-2015)

Unidade responsável: Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos – AE/GPE

TR - Tempo Real (tempo de disponibilização dos recursos da ação orçamentária em meses)

Tabela 2 - Indicador dos serviços dos perímetros públicos de irrigação atendidos com ATER

Cod.	Indicador / Perímetro	Unidade de Medida	Tipo de avaliação de desempenho	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação do indicador
				Índice de Referência	Meta de desempenho	Resultado alcançado		
T1	Perímetros Públicos de Irrigação atendidos com ATER	%	Eficácia	100	100	44	44	Abaixo do previsto
1ª SR	Gorutuba	%	Eficácia	100,0	100,0	100,0	100	Acima do previsto
1ª SR	Jaíba	%	Eficácia	100,0	100,0	100,0	100	Acima do previsto
1ª SR	Lagoa Grande ^(NA)	%	Eficácia	100,0	100,0	NA	-	-
1ª SR	Pirapora ^(NA)	%	Eficácia	100,0	100,0	NA	-	-
2ª SR	Barreiras Norte ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
2ª SR	Ceraíma ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
2ª SR	Estreito ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
2ª SR	Formosinho ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
2ª SR	Formoso ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
2ª SR	Mirorós ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
2ª SR	Nupeba/Riacho Grande ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
2ª SR	São Desidério/Barreiras Sul ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
3ª SR	Bebedouro ⁽²⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	33,3	33	Muito abaixo do previsto
3ª SR	Nilo Coelho ⁽²⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	33,3	33	Muito abaixo do previsto
4ª SR	Betume ⁽³⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	25,0	25	Muito abaixo do previsto
4ª SR	Cotinguiba/Pindoba ⁽³⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	25,0	25	Muito abaixo do previsto
4ª SR	Propriá ⁽³⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	25,0	25	Muito abaixo do previsto
5ª SR	Boacica ⁽⁴⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	33,3	33	Muito abaixo do previsto
5ª SR	Itiúba ⁽⁴⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	33,3	33	Muito abaixo do previsto
6ª SR	Curaçá ⁽⁵⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	33,3	33	Muito abaixo do previsto
6ª SR	Mandacaru ⁽⁵⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	33,3	33	Muito abaixo do previsto
6ª SR	Maniçoba ⁽⁵⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	33,3	33	Muito abaixo do previsto
6ª SR	Salitre ⁽⁶⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	25,0	25	Muito abaixo do previsto
6ª SR	Tourão ⁽⁵⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	33,3	33	Muito abaixo do previsto
3ª SR	Apolônio Sales ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
3ª SR	Barreiras Bloco 1 ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto

Cod.	Indicador / Perímetro	Unidade de Medida	Tipo de avaliação de desempenho	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação do indicador
				Índice de Referência	Meta de desempenho	Resultado alcançado		
3ª SR	Barreiras Bloco 2 ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
3ª SR	Brígida ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
3ª SR	Fulgêncio ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
3ª SR	Icó-Mandantes ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
3ª SR	Manga de Baixo ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
6ª SR	Glória ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
6ª SR	Pedra Branca ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto
6ª SR	Rodelas ⁽¹⁾	%	Eficácia	100,0	100,0	0,0	0	Muito abaixo do previsto

Notas:

(NA) Não aplicável a utilização desse indicador para projetos públicos de irrigação que possuem somente lotes empresariais.

(1) Projetos públicos de irrigação que não foram contemplados com serviços de ATER em 2015, em função da restrição de recursos orçamentários.

(2) Por escassez de recursos orçamentários, os serviços de ATER foram paralisados em 04/05/2015.

(3) Os serviços de ATER foram suspensos em 02/04/2015

(4) Por escassez de recursos orçamentários, os serviços de ATER foram paralisados em 02/05/2015.

(5) Por escassez de recursos orçamentários, os serviços de ATER foram paralisados em 04/05/2015.

(6) O contrato venceu em 12/04/2015 e, por escassez de recursos orçamentários, não houve o estabelecimento de outro contrato para a manutenção da prestação dos serviços de ATER.

Observação: Para acessar informações complementares sobre este indicador (descrição, fórmula de cálculo e método de coleta de dados) consulte o [item 3.5.2](#)

Tabela 3 - Indicador de eficiência operacional dos perímetros públicos de irrigação

SR.	Indicador / Perímetro	Unidade de Medida	Tipo de avaliação de desempenho	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação do indicador
				Índice de Referência	Meta de desempenho	Resultado alcançado		
Total	O1 - Eficiência operacional	%	Eficiência	73,1	72,2	79,1	109	Acima do previsto
1ª SR	Gorutuba	%	Eficiência	74	72	69,5	97	Dentro do previsto
1ª SR	Lagoa Grande	%	Eficiência	96	72	98,9	137	Acima do previsto
1ª SR	Jaíba	%	Eficiência	95	75	96,1	128	Acima do previsto
1ª SR	Pirapora	%	Eficiência	96	85	96,7	114	Acima do previsto
2ª SR	Barreiras Norte	%	Eficiência	ND	85	ND	-	-
2ª SR	Ceraíma	%	Eficiência	ND	63	ND	-	-
2ª SR	Estreito	%	Eficiência	ND	72	ND	-	-
2ª SR	Formosinho	%	Eficiência	93	72	92,3	128	Acima do previsto
2ª SR	Formoso	%	Eficiência	89	76	98,5	130	Acima do previsto
2ª SR	Mirorós	%	Eficiência	50	76	95,7	126	Acima do previsto
2ª SR	Nupeba/Riacho Grande	%	Eficiência	72	85	83,1	98	Dentro do previsto
2ª SR	São Desidério	%	Eficiência	34	72	36,7	51	Abaixo do previsto
3ª SR	Bebedouro	%	Eficiência	85	72	95,8	133	Acima do previsto
3ª SR	Nilo Coelho	%	Eficiência	93	81	91,7	113	Acima do previsto
4ª SR	Betume	%	Eficiência	37	72	29,8	41	Abaixo do previsto
4ª SR	Cotinguiba	%	Eficiência	48	72	75,0	104	Acima do previsto
4ª SR	Propriá	%	Eficiência	43	72	63,3	88	Dentro do previsto
5ª SR	Boacica	%	Eficiência	59	72	52,5	73	Abaixo do previsto
5ª SR	Itiúba	%	Eficiência	37	72	34,3	48	Abaixo do previsto
6ª SR	Curaçá	%	Eficiência	87	63	98,8	157	Acima do previsto
6ª SR	Curaçá CP2	%	Eficiência	71	63	75,0	119	Acima do previsto
6ª SR	Mandacaru	%	Eficiência	92	63	94,5	150	Acima do previsto
6ª SR	Maniçoba	%	Eficiência	84	63	81,8	130	Acima do previsto
6ª SR	Tourão	%	Eficiência	100	63	100,0	159	Acima do previsto

Notas:

Observação: Para acessar informações complementares sobre este indicador (descrição, fórmula de cálculo e método de coleta de dados) consulte o [item 3.5.2](#)

Tabela 4 - Indicador de rentabilidade da água fornecida ao produtor dos perímetros públicos de irrigação

SR	Indicador / Perímetro	Unidade de Medida	Tipo de avaliação de desempenho	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação do indicador
				Índice de Referência	Meta de desempenho	Resultado alcançado		
Total	O2 - Rentabilidade da água fornecida ao produtor	(R\$/1000 m3)	Eficiência	1.155,1	1.112,5	1.527,1	137	Acima do previsto
1ª SR	Gorutuba	(R\$/1000 m3)	Eficiência	1.676	1.855	2.449	132	Acima do previsto
1ª SR	Lagoa Grande	(R\$/1000 m3)	Eficiência	1.873	1.855	3.435	185	Acima do previsto
1ª SR	Jaíba	(R\$/1000 m3)	Eficiência	567	567	855	151	Acima do previsto
1ª SR	Pirapora	(R\$/1000 m3)	Eficiência	2.015	1.855	2.676	144	Acima do previsto
2ª SR	Barreiras Norte	(R\$/1000 m3)	Eficiência	ND	813	ND	-	-
2ª SR	Ceraíma	(R\$/1000 m3)	Eficiência	ND	813	ND	-	-
2ª SR	Estreito	(R\$/1000 m3)	Eficiência	ND	813	ND	-	-
2ª SR	Formosinho	(R\$/1000 m3)	Eficiência	1.145	813	2.487	306	Acima do previsto
2ª SR	Formoso	(R\$/1000 m3)	Eficiência	832	813	516	63	Abaixo do previsto
2ª SR	Mirorós	(R\$/1000 m3)	Eficiência	783	813	639	79	Abaixo do previsto
2ª SR	Nupeba/Riacho Grande	(R\$/1000 m3)	Eficiência	1.180	813	580	71	Abaixo do previsto
2ª SR	São Desidério	(R\$/1000 m3)	Eficiência	125	813	ND	-	-
3ª SR	Bebedouro	(R\$/1000 m3)	Eficiência	1.831	2.490	3.084	124	Acima do previsto
3ª SR	Nilo Coelho	(R\$/1000 m3)	Eficiência	3.149	2.490	4.413	177	Acima do previsto
4ª SR	Betume	(R\$/1000 m3)	Eficiência	418	386	695	180	Acima do previsto
4ª SR	Cotinguiba	(R\$/1000 m3)	Eficiência	450	386	490	127	Acima do previsto
4ª SR	Propriá	(R\$/1000 m3)	Eficiência	93	386	123	32	Muito abaixo do previsto
5ª SR	Boacica	(R\$/1000 m3)	Eficiência	382	386	254	66	Abaixo do previsto
5ª SR	Itiúba	(R\$/1000 m3)	Eficiência	588	386	800	207	Acima do previsto
6ª SR	Curaçá	(R\$/1000 m3)	Eficiência	2.252	1.729	2.087	121	Acima do previsto
6ª SR	Curaçá CP2	(R\$/1000 m3)	Eficiência	2.355	1.729	1.949	113	Acima do previsto
6ª SR	Mandacaru	(R\$/1000 m3)	Eficiência	1.092	1.729	1.169	68	Abaixo do previsto
6ª SR	Maniçoba	(R\$/1000 m3)	Eficiência	1.215	1.729	1.527	88	Dentro do previsto
6ª SR	Tourão	(R\$/1000 m3)	Eficiência	237	237	314	133	Acima do previsto

NOTA: (ND) Dados não disponíveis

Observação: Para acessar informações complementares sobre este indicador (descrição, fórmula de cálculo e método de coleta de dados) consulte o [item 3.5.2](#)

Tabela 5 - Indicador da taxa recebimento da tarifa de K2 dos perímetros públicos de irrigação

SR	Indicador	Unidade de Medida	Tipo de avaliação de desempenho	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação do indicador
				Índice de Referência	Meta de desempenho	Resultado alcançado		
Total	O3 - Taxa Recebimento da tarifa de k2	%	Eficiência	84,7	90	87,6	97	Dentro do previsto
1ª SR	Gorutuba	%	Eficiência	96	90	90	100	Acima do previsto
1ª SR	Lagoa Grande	%	Eficiência	103	90	99	110	Acima do previsto
1ª SR	Jaíba	%	Eficiência	92	90	89	99	Dentro do previsto
1ª SR	Pirapora	%	Eficiência	94	90	78	87	Dentro do previsto
2ª SR	Barreiras Norte	%	Eficiência	ND	90	ND	-	-
2ª SR	Ceraíma	%	Eficiência	ND	90	ND	-	-
2ª SR	Estreito	%	Eficiência	ND	90	ND	-	-
2ª SR	Formosinho	%	Eficiência	ND	90	ND	-	-
2ª SR	Formoso	%	Eficiência	74	90	64	71	Abaixo do previsto
2ª SR	Mirorós	%	Eficiência	54	90	86	96	Dentro do previsto
2ª SR	Nupeba/Riacho Grande	%	Eficiência	47	90	57	63	Abaixo do previsto
2ª SR	São Desidério	%	Eficiência	95	90	94	104	Acima do previsto
3ª SR	Bebedouro	%	Eficiência	98	90	101	113	Acima do previsto
3ª SR	Nilo Coelho	%	Eficiência	100	90	102	113	Acima do previsto
4ª SR	Betume	%	Eficiência	38	90	63	71	Abaixo do previsto
4ª SR	Cotinguiba	%	Eficiência	68	90	108	120	Acima do previsto
4ª SR	Propriá	%	Eficiência	10	90	48	54	Abaixo do previsto
5ª SR	Boacica	%	Eficiência	102	90	58	64	Abaixo do previsto
5ª SR	Itiúba	%	Eficiência	109	90	124	138	Acima do previsto
6ª SR	Curaçá	%	Eficiência	95	90	93	103	Acima do previsto
6ª SR	Curaçá CP2	%	Eficiência	120	90	104	116	Acima do previsto
6ª SR	Mandacaru	%	Eficiência	92	90	94	104	Acima do previsto
6ª SR	Maniçoba	%	Eficiência	105	90	100	111	Acima do previsto
6ª SR	Tourão	%	Eficiência	101	90	100	111	Acima do previsto

NOTA: (ND) Dados não disponíveis

Observação: Para acessar informações complementares sobre este indicador (descrição, fórmula de cálculo e método de coleta de dados) consulte o [item 3.5.2](#)

Tabela 6 - Indicador de autossuficiência financeira dos perímetros públicos de irrigação

SR	Indicador	Unidade de Medida	Tipo de avaliação de desempenho	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação do indicador
				Índice de Referência	Meta de desempenho	Resultado alcançado		
Total	O4 - Autossuficiência financeira	%	Eficiência	69,0	81,7	66,2	81	Dentro do previsto
1ª SR	Gorutuba	%	Eficiência	75	80	13	16	Muito abaixo do previsto
1ª SR	Lagoa Grande	%	Eficiência	114	100	113	113	Acima do previsto
1ª SR	Jaíba	%	Eficiência	96	90	102	114	Acima do previsto
1ª SR	Pirapora	%	Eficiência	95	100	82	82	Dentro do previsto
2ª SR	Barreiras Norte	%	Eficiência	ND	90	ND	-	-
2ª SR	Ceraíma	%	Eficiência	ND	70	ND	-	-
2ª SR	Estreito	%	Eficiência	ND	70	ND	-	-
2ª SR	Formosinho	%	Eficiência	91	80	91	114	Acima do previsto
2ª SR	Formoso	%	Eficiência	89	90	76	85	Dentro do previsto
2ª SR	Mirorós	%	Eficiência	33	80	28	35	Muito abaixo do previsto
2ª SR	Nupeba/Riacho Grande	%	Eficiência	54	90	62	68	Abaixo do previsto
2ª SR	São Desidério	%	Eficiência	98	80	95	119	Acima do previsto
3ª SR	Bebedouro	%	Eficiência	82	90	84	94	Dentro do previsto
3ª SR	Nilo Coelho	%	Eficiência	78	100	59	59	Abaixo do previsto
4ª SR	Betume	%	Eficiência	31	50	23	45	Abaixo do previsto
4ª SR	Cotinguiba	%	Eficiência	12	50	13	26	Muito abaixo do previsto
4ª SR	Propriá	%	Eficiência	3	50	6	13	Muito abaixo do previsto
5ª SR	Boacica	%	Eficiência	21	50	19	37	Muito abaixo do previsto
5ª SR	Itiúba	%	Eficiência	16	50	9	17	Muito abaixo do previsto
6ª SR	Curaçá	%	Eficiência	72	100	79	79	Abaixo do previsto
6ª SR	Curaçá CP2	%	Eficiência	96	100	109	109	Acima do previsto
6ª SR	Mandacaru	%	Eficiência	94	100	107	107	Acima do previsto
6ª SR	Maniçoba	%	Eficiência	100	100	118	118	Acima do previsto
6ª SR	Tourão	%	Eficiência	100	100	100	100	Acima do previsto

NOTA: (ND) Dados não disponíveis

Observação: Para acessar informações complementares sobre este indicador (descrição, fórmula de cálculo e método de coleta de dados) consulte o [item 3.5.2](#)

Tabela 7 - Indicador inadimplência nas tarifas K2 dos perímetros públicos de irrigação

SR	Indicador	Unidade de Medida	Tipo de avaliação de desempenho	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação do indicador
				Índice de Referência	Meta de desempenho	Resultado alcançado		
Total	O5 - Inadimplência nas tarifas K2	%	Eficiência	26	10	33,6	30	Muito abaixo do previsto
1ª SR	Gorutuba	%	Eficiência	12	10	11	91	Dentro do previsto
1ª SR	Lagoa Grande	%	Eficiência	11	10	12	81	Dentro do previsto
1ª SR	Jaíba	%	Eficiência	15	10	10	97	Dentro do previsto
1ª SR	Pirapora	%	Eficiência	19	10	20	50	Abaixo do previsto
2ª SR	Barreiras Norte	%	Eficiência	ND	10	ND	-	-
2ª SR	Ceraíma (*)	%	Eficiência	ND	10	ND	-	-
2ª SR	Estreito	%	Eficiência	93	10	100	10	Muito abaixo do previsto
2ª SR	Formosinho	%	Eficiência	ND	10	ND	-	-
2ª SR	Formoso	%	Eficiência	34	10	26	38	Muito abaixo do previsto
2ª SR	Mirorós	%	Eficiência	9	10	14	71	Abaixo do previsto
2ª SR	Nupeba/Riacho Grande	%	Eficiência	35	10	48	21	Muito abaixo do previsto
2ª SR	São Desidério	%	Eficiência	43	10	33	30	Muito abaixo do previsto
3ª SR	Bebedouro	%	Eficiência	21	10	20	50	Abaixo do previsto
3ª SR	Nilo Coelho	%	Eficiência	15	10	27	38	Muito abaixo do previsto
4ª SR	Betume	%	Eficiência	13	10	36	28	Muito abaixo do previsto
4ª SR	Cotinguiba	%	Eficiência	29	10	73	14	Muito abaixo do previsto
4ª SR	Propriá	%	Eficiência	10	10	52	19	Muito abaixo do previsto
5ª SR	Boacica	%	Eficiência	44	10	60	17	Muito abaixo do previsto
5ª SR	Itiúba	%	Eficiência	18	10	22	45	Abaixo do previsto
6ª SR	Curaçá	%	Eficiência	21	10	12	81	Dentro do previsto
6ª SR	Curaçá CP2	%	Eficiência	33	10	62	16	Muito abaixo do previsto
6ª SR	Mandacaru	%	Eficiência	20	10	21	49	Abaixo do previsto
6ª SR	Maniçoba	%	Eficiência	47	10	41	24	Muito abaixo do previsto
6ª SR	Tourão	%	Eficiência	4	10	4	252	Acima do previsto

NOTA: (ND) Dados não disponíveis

(*) Ceraíma teve seu fornecimento de água suspenso devido ao baixo nível no seu reservatório (prioridade para o abastecimento urbano de Guanambi).

Observação: Para acessar informações complementares sobre este indicador (descrição, fórmula de cálculo e método de coleta de dados) consulte o [item 3.5.2](#)

Anexo 2 - Dados Complementares de Perímetros Públicos de Irrigação

Quadro 1 - Situação da Emancipação dos Perímetros Irrigados da Codevasf

SR	Perímetros de Irrigação	Área Irrigável (ha)	Organizações Associativistas	Tipo de Administração
1ª SR/MG	Gorutuba	4.734	Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba - DIG	Co-Gestão
	Jaíba	26.030	Distrito de Irrigação do Projeto Jaíba - DIJ	Co-Gestão
	Lagoa Grande	1.538	Associação dos Proprietários Irrigantes da Margem Esquerda do Rio Gorutuba - ASSIEG	Auto-Gestão
	Pirapora	1.236	Associação dos Usuários do Projeto Pirapora - AUPPI	Co-Gestão
2ª SR/BA	Barreiras Norte	1.710	Codevasf	Codevasf
	Ceraíma	408	Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma - COOPERC	Co-Gestão
	Estreito	7.983	Distrito de Irrigação do Projeto Estreito - DIPE	Co-Gestão
	Formosinho	408	Codevasf	Codevasf
	Formoso "A"	7.719	Distrito de Irrigação do Projeto Formoso - DIF	Co-Gestão
	Formoso "H"	4.410	Distrito de Irrigação do Projeto Formoso - DIF	Co-Gestão
	Mirorós	1.852	Distrito de Irrigação do Projeto Mirorós - DIPIM	Co-Gestão
	Nupeba	2.651	Distrito de Irrigação de Nupeba e Riacho Grande - DNR	Co-Gestão
	Riacho Grande	1.590	Distrito de Irrigação de Nupeba e Riacho Grande - DNR	Co-Gestão
	São Desidério	1.718	Distrito de Irrigação São Desidério/Barreiras Sul - DISB	Co-Gestão
3ª SR/PE	Bebedouro	2.418	Distrito de Irrigação do Projeto Bebedouro - DIPIB	Co-Gestão
	Nilo Coelho	18.686	Distrito de Irrigação do Projeto Senador Nilo Coelho - DISNC	Co-Gestão
4ª SR/SE	Betume	2.860	Distrito de Irrigação do Projeto Betume - DIB	Co-Gestão
	Cotinguiba/Pindoba	2.232	Distrito de Irrigação do Projeto Cotinguiba/Pindoba - DICOP	Co-Gestão
	Propriá	1.177	Distrito de Irrigação do Projeto Propriá - DIPP	Co-Gestão
5ª SR/AL	Boacica	2.762	Distrito de Irrigação do Projeto Boacica - DIB	Co-Gestão
	Itiúba	901	Distrito de Irrigação do Projeto Itiúba - DIPI	Co-Gestão
6ª SR/BA	Curaçá	3.342	Distrito de Irrigação do Projeto Curaçá - DIC	Co-Gestão
	Curaçá CP2	939	União dos Produtores do Perímetro Curaçá - UPROPIC	Co-Gestão
	Mandacaru	450	Distrito de Irrigação do Projeto Mandacaru - DIMAND	Co-Gestão
	Maniçoba	4.160	Distrito de Irrigação do Projeto Maniçoba - DIM	Co-Gestão
	Tourão	14.237	Associação dos Usuários do Perímetro Tourão - AUPIT	Auto-Gestão
TOTAL		118.152		

Fonte das informações: Relatórios de acompanhamento da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

Unidade responsável: Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI/GEI

Método de levantamento: Informações da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação da Codevasf.

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não ()

Nota: A Codevasf considera **emancipação** o processo de consolidação da situação socioeconômica dos perímetros irrigados, no qual os usuários (produtores) adquirem a capacidade de gerenciar seus negócios por meio de organizações associativistas e do estabelecimento de parcerias.

Quadro 2 - Medidas para Redução da Inadimplência no Pagamento da Tarifa de Água e na Amortização dos Lotes

Normativos	Assunto
Orientações gerais da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação para as ações de Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação (PAC-2)	Aprimoramento do Instrumento de Delegação da administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum para os Distritos/Organizações de Produtores, iniciando-se pelo Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho - DSNC.
Portaria nº 477, de 11 de julho de 2002, do Ministro da Integração Nacional.	Fixar o mês de junho do ano de 2002, como o último mês de referência para a amortização dos investimentos públicos nas obras de infraestrutura de irrigação de uso comum dos projetos públicos de irrigação de Propriá, Cotinguiba/Pindoba, Betume, Itiúba e Boacica.
Portaria nº 650, de 30 de setembro de 2002, do Ministro da Integração Nacional.	Aprovar os critérios para a fixação da parcela da tarifa de água dos projetos públicos de irrigação correspondente à amortização dos investimentos públicos em infraestrutura de irrigação de uso comum.
Resolução nº 742, de 24 de outubro de 2002, da Diretoria Executiva da Codevasf.	Autorizar a exclusão do nome dos irrigantes do CADIN, cuja inscrição nesse cadastro tenha sido motivada por inadimplência da parcela K1 de tarifa d'água e estabelecer prazo de 90 dias para que esses irrigantes manifestem formalmente seu interesse em repactuar suas dívidas e procedam à repactuação. Os irrigantes que não se manifestarem pela repactuação terão seus nomes novamente inscritos no CADIN.
Fax/DA/SE/nº 230, de 28 de outubro de 2002	Encaminha a Resolução nº 742/2002 aos Superintendentes Regionais.
Carta/Circ./PR/GB nº 049, de 12 de dezembro de 2002, do Presidente da Codevasf aos irrigantes	Informar sobre a Resolução nº 742/2002.
Fax/PR/GB/nº 010, de 11 de fevereiro de 2003, do Presidente da Codevasf aos Superintendentes Regionais	Providências tomadas e a serem implementadas para cumprimento da Carta/Circ./PR/GB nº 049/2002 e Resolução nº 742/2002.
Resolução nº 108, de 19 de fevereiro de 2003	Rerratifica a Resolução nº 742/2002.
Resolução nº 340, de 03 de fevereiro de 2003	Estabelece critérios para repactuação dos débitos dos irrigantes.
Resolução nº 410, de 01 de agosto de 2003	Rerratifica a Resolução nº 340/2003.
Resolução nº 641, de 03 de dezembro de 2003, que	Estabelece critérios para pagamentos de débitos vencidos para os ocupantes dos lotes familiares do Perímetro de Gorutuba-MG.
Resolução nº 654, de 03 de dezembro de 2003	Rerratifica a Resolução nº 340/2003.
Resolução nº 103, de 11 de março de 2004	Autoriza a exclusão dos nomes dos irrigantes do CADIN e estabelece critérios para a repactuação dos débitos dos irrigantes.
Resolução nº 104, de 11 de março de 2004	Autoriza a prorrogação do prazo para a repactuação dos débitos, estabelecido na Resolução 654/2003.
Decisão nº 393 de 20 de maio de 2004	Constitui grupo de trabalho para elaboração de proposta visando o estabelecimento de critérios e parâmetros para repactuação dos débitos dos irrigantes.
Portaria nº 837, de 8 de maio de 2008	Estabelece critérios para renegociação dos débitos de parcelas vencidas, referentes à amortização dos lotes titulados e pagamento de tarifa d'água nos perímetros públicos de irrigação sob jurisdição da Codevasf.
Portaria nº 838, de 8 de maio de 2008	Estabelece critérios para renegociação dos débitos de parcelas vencidas da tarifa de água, relativa à amortização da infraestrutura de irrigação de uso comum (K1), dos agricultores dos projetos públicos de irrigação sob jurisdição da Codevasf.

Normativos	Assunto
Portaria nº 398 de 28/08/2013	<p>Art. 1º Suspender, por 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação desta portaria, a exigibilidade dos débitos inscritos no CADIN referente às parcelas vencidas que dizem respeito à amortização dos lotes titulados e ao pagamento de tarifa d'água K1 (amortização da infraestrutura de irrigação de uso comum) nos Perímetros Públicos de Irrigação, sob a jurisdição da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, mantendo-se as mesmas condições anteriores.</p> <p>Art. 2º Suspender, por 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação desta portaria, a exigibilidade dos débitos que se vencerem no referido lapso temporal, referentes às parcelas de amortização dos lotes titulados e pagamento de tarifa d'água K1 (amortização da infraestrutura de irrigação de uso comum) nos Perímetros Públicos de Irrigação, sob a jurisdição da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, mantendo-se as mesmas condições anteriores.</p> <p>Art. 3º O disposto nesta Portaria, somente, se aplica aos agricultores assentados até a data de publicação deste instrumento.</p>
Portaria nº 182 de 30/07/2015	Portaria nº 182 de 30/07/2015, do Ministro da Integração Nacional, que fixa, para o período de 1º de janeiro a 31 dezembro de 2015, os valores do componente K1 da tarifa d'água.
Portaria Nº 314, de 28 de agosto de 2014	<p>Art. 1º Prorrogar, por mais 12 meses, a Portaria nº 398, de 28 de agosto de 2013, para manter a suspensão de exigibilidade dos débitos inscritos no CADIN referente às parcelas vencidas que dizem respeito à amortização dos lotes titulados e ao pagamento de tarifa d'água K1 (amortização da infraestrutura de irrigação de uso comum) nos perímetros públicos de irrigação, sob a jurisdição da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, bem como manter a suspensão de exigibilidade dos débitos que se vencerem no referido lapso temporal, referentes às parcelas de amortização dos lotes titulados e ao pagamento de tarifa d'água K1 (amortização da infraestrutura de irrigação de uso comum) nos perímetros Públicos de irrigação, sob a jurisdição da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, mantendo-se as mesmas condições anteriores.</p> <p>Art. 2º O disposto nessa Portaria, somente, se aplica aos agricultores assentados até a data de publicação deste instrumento.</p> <p>Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p>
Portaria Nº 210, de 1º de setembro de 2015	<p>Art. 1º - Suspender até 2 de outubro de 2015, a exigibilidade dos débitos inscritos no CADIN, referentes às parcelas vencidas que dizem respeito à amortização dos lotes titulados e ao pagamento da parcela de tarifa d'água correspondente ao uso ou amortização das infraestruturas de irrigação de uso comum dos Projetos Públicos de Irrigação sob a jurisdição do Ministério da Integração Nacional e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.</p> <p>Art. 2º - O disposto nesta Portaria, somente, se aplica aos agricultores assentados até a data de publicação deste instrumento.</p> <p>Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação</p>
Portaria nº 240, de 1º de outubro de 2015	Art. 1º. Autorizar o parcelamento de débitos vencidos, não inscritos em dívida ativa, de pessoas físicas ou jurídicas referentes à tarifa de uso ou amortização das Infraestruturas de irrigação de uso comum dos Projetos Públicos de Irrigação sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, da Companhia de Desenvolvimento dos Vaies do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.
Portaria nº 22, de 1º de março de 2016	<p>Art. 1º. O prazo previsto no art. 4º, § 1, da Portaria MI nº 240/2015, de 1º de outubro de 2015, fica prorrogado até 01 de junho de 2016, a contar da publicação da presente Portaria.</p> <p>Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p>

Fonte das informações: Consulta de Portaria, Resoluções e Decisões referentes a gestão financeira dos perímetros públicos de irrigação.

Unidade responsável: Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI/GEI

Método de levantamento: Publicação no Diário Oficial.

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não ()

Tabela 1 - Taxas de Inadimplência dos Componentes K1 e K2 da Tarifa de Água e da Amortização de Lotes Agrícolas por Perímetro de Irrigação

SR	Perímetro de Irrigação	Taxas de Inadimplência (%)		
		Componente K1 da Tarifa de Água ⁽¹⁾	Componente K2 da Tarifa de Água ⁽²⁾	Amortização de Lotes Agrícolas ⁽³⁾
1ª SR/MG	Gorutuba	38	11	40
	Jaíba	41	10	43
	Lagoa Grande	64	12	0
	Pirapora	12	20	7
2ª SR/BA	Barreiras Norte	23	ND	31
	Ceraíma	20	ND	16
	Estreito	49	100	47
	Formosinho	16	ND	20
	Formoso A e H	51	26	50
	Mirorós	12	14	38
	Nupeba/Riacho Grande	38	48	33
	São Desidério	33	33	37
3ª SR/PE	Bebedouro	47	20	84
	Nilo Coelho	40	27	47
4ª SR/SE	Betume	30	36	50
	Cotinguiba/Pindoba	31	73	62
	Propriá	30	52	52
5ª SR/AL	Boacica	19	60	18
	Itiúba	15	22	20
6ª SR/BA	Curaçá	34	12	37
	Curaçá CP2	20	62	51
	Mandacaru	24	21	62
	Maniçoba	25	41	43
	Tourão	2	4	54
	Salitre	86	ND	45
Média de Inadimplência		32	34	39

DESCRIÇÃO DOS INDICADORES

Indicador	Fórmula de cálculo
¹⁾ Taxa de inadimplência do componente K1 da tarifa d'água ²⁾ Taxa de inadimplência do componente K2 da tarifa d'água ³⁾ Taxa de inadimplência de amortização dos lotes agrícolas	$\text{Taxa de inadimplência} = [1 - (\text{Valor recebido até o vencimento} / \text{Valor faturado})] * 100$

Tipo de componente	Definição do componente
• Componente K1 da tarifa d'água	Amortização da infraestrutura de irrigação de uso comum do perímetro, conforme Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984. Aprovada a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação (<i>pendente de regulamentação</i>).
• Componente K2 da tarifa d'água	Rateio dos custos operacionais dos serviços público de irrigação.
• Amortização dos lotes agrícolas	Pagamento realizado pelo irrigante referente a concessão do lote em função da área e capacidade de pagamento.

Fonte das informações: Relatórios de Operação e Manutenção dos Perímetros e Relatório do financeiro da Codevasf.

Unidade responsável: Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI/GEI

Método de levantamento: Dados contábeis informados pelas gerências dos Distritos que compõe o Relatório do representante da Codevasf no Perímetro e dados do setor financeiro da Codevasf.

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não ()

Nota: (ND) Dados não disponíveis

Tabela 2 - Montante Acumulado de Valores Inadimplidos no Pagamento dos Componentes K1 e K2 - Tarifa de Água e Amortização de lotes agrícolas

SR	Perímetro de Irrigação	Valores Inadimplidos (R\$1,00)		
		Componente K1 da Tarifa de Água	Componente K2 da Tarifa de Água ⁽¹⁾	Amortização de Lotes Agrícolas
1ª SR/MG	Gorutuba	1.937.753	1.935.670	1.696.322
	Jaíba	6.467.562	3.486.788	6.813.598
	Lagoa Grande	906.286	86.056	ND
	Pirapora	197.918	1.204.275	9.532
2ª SR/BA	Barreiras Norte	5.590	ND	2.710.511
	Ceraíma	24.711	358.214	78.154
	Estreito	1.453.319	2.340.865	1.764.463
	Formosinho	40.275	ND	584.136
	Formoso A e H	7.164.244	34.080.921	35.306.796
	Mirorós	211.021	856.020	3.672.382
	Nupeba/Riacho Grande	173.238	11.720.766	3.632.303
	São Desidério	386.439	391.553	104.361
3ª SR/PE	Bebedouro	1.171.387	707.221	249.535
	Nilo Coelho	11.536.273	12.832.747	25.933.064
4ª SR/SE	Betume	564.856	648.782	646.146
	Cotinguiba/Pindoba	523.013	1.128.878	2.457.360
	Propriá	229.677	ND	15.069
5ª SR/AL	Boacica	497.450	998.941	497.301
	Itiúba	104.288	6.042	145.691
6ª SR/BA	Curaçá	1.619.603	2.324.811	1.175.589
	Curaçá CP2	283.293	201.063	1.267.188
	Mandacaru	124.607	40.304	19.222
	Maniçoba	1.725.677	541.022	3.531.976
	Tourão	189.806	417.238	286.025
	Salitre	33.957	ND	51.522
TOTAIS		37.572.243	76.308.179	92.648.246

Fonte das informações: Relatórios de Operação e Manutenção dos Perímetros

Unidade responsável: Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI/GEI

Método de levantamento: Dados contábeis de faturamentos e receitas informados pelas gerências dos Distritos que compõe o Relatório do representante da Codevasf no Perímetro e dados do setor financeiro da Codevasf.

Periodicidade: Mensal

Utilização processo de tomada de decisão: Sim (X) Não ()

Notas:

(ND) Dados não disponíveis.

(1) Refere-se ao passivo do Distrito, desde sua fundação

Tabela 3 - Valores Faturados e Recebidos de K2 por Perímetro de Irrigação – Exercício 2015

SR	Perímetro de Irrigação	Faturado (R\$)	Recebido (R\$)
1ª SR/MG	Gorutuba	1.640.449,40	1.482.359,18
	Lagoa Grande	617.241,37	608.377,26
	Jaíba	15.991.371,09	14.220.871,42
	Pirapora	3.432.912,06	2.676.068,34
2ª SR/BA	Barreiras Norte	ND	ND
	Ceraíma	ND	ND
	Estreito	310.746,80	ND
	Formosinho	ND	ND
	Formoso	14.272.872,45	9.063.454,13
	Mirorós	764.502,57	660.018,43
	Nupeba/Riacho Grande	3.009.402,35	1.701.987,33
	São Desidério	419.177,54	392.868,07
3ª SR/PE	Bebedouro	1.584.734,53	1.606.504,46
	Nilo Coelho	38.270.615,35	39.055.749,89
4ª SR/SE	Betume	705.945,45	447.962,59
	Cotinguiba	226.562,70	243.892,53
	Propriá	252.638,85	121.737,51
5ª SR/AL	Boacica	515.651,54	297.701,00
	Itiúba	129.522,20	160.609,63
6ª SR/BA	Curaçá	4.622.750,87	4.286.626,44
	Curaçá CP2	1.906.639,80	1.990.734,02
	Mandacaru	789.960,25	739.041,44
	Maniçoba	6.775.934,16	6.774.018,53
	Tourão	19.989.692,16	20.042.087,28
TOTAIS		116.229.323,49	106.572.669,48

Fonte das informações: Relatórios de Operação e Manutenção dos Perímetros

Unidade responsável: Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI/GEI

Método de levantamento: Dados contábeis de faturamentos e receitas informados pelas gerências dos Distritos que compõe o Relatório do representante da Codevasf no Perímetro.

Periodicidade: Mensal

Utilização processo de tomada de decisão: Sim (X) Não ()

Nota: (ND) Dados não disponíveis.

Tabela 4 - Montante Reinvestido da Receita de K1 e Montante de Despesas em Operação e Manutenção por Perímetro de Irrigação

SR	Perímetro de Irrigação	Receita de K1 reinvestida	Despesas Codevasf		Despesa AO&M Distrito (c)	Despesa total (a+b+c)
			Reabilitação (a)	AO&M (b)		
1ª SR/MG	Gorutuba	157.383,60	11.588.779,24	7.767,86	2.005.314,89	13.601.861,99
	Lagoa Grande	0,00	0,00	15.000,00	522.100,68	537.100,68
	Jaíba	497.291,22	0,00	229.460,00	14.172.135,59	14.401.595,59
	Pirapora	3.682,75	0,00	4.302,76	3.254.353,52	3.258.656,28
2ª SR/BA	Barreiras Norte	706.849,38	0,00	819.655,63	0,00	819.655,63
	Ceraíma	0,00	0,00	32.415,64	317.119,19	349.534,83
	Estreito	0,00	11.734.645,59	430.123,38	279.710,60	12.444.479,57
	Formosinho	0,00	0,00	35.584,08	349.976,44	385.560,52
	Formoso	115.183,71	0,00	122.788,29	19.668.703,21	19.791.491,50
	Mirorós	926.194,46	0,00	1.500.017,36	834.970,80	2.334.988,16
	Nupeba/Riacho Grande	397.634,86	0,00	1.707.519,95	1.607.465,33	3.314.985,28
	São Desidério	2.948,01	0,00	0,00	455.945,17	455.945,17
3ª SR/PE	Bebedouro	157.128,79	191.616,03	4.302,76	1.773.779,06	1.969.697,85
	Nilo Coelho	1.239.574,11	25.831.319,91	278.085,65	40.259.127,96	66.368.533,52
4ª SR/SE	Betume	0,00	320.506,34	1.469.827,97	512.241,20	2.302.575,51
	Cotinguiba	0,00	320.506,34	1.596.807,16	118.034,56	2.035.348,06
	Propriá	0,00	320.506,34	1.826.485,84	140.344,87	2.287.337,05
5ª SR/AL	Boacica	0,00	306.335,71	1.658.153,18	634.073,68	2.598.562,57
	Itiúba	0,00	1.235.729,78	1.737.036,02	256.074,01	3.228.839,81
6ª SR/BA	Curaçá	229.400,38	0,00	167.720,00	5.582.749,08	5.750.469,08
	Curaçá CP2	0,00	0,00	7.767,86	1.816.428,52	1.824.196,38
	Mandacaru	94.576,89	0,00	7.767,86	682.218,56	689.986,42
	Maniçoba	244.918,08	0,00	147.767,86	5.574.548,07	5.722.315,93
	Tourão	737.384,30	0,00	4.302,76	19.989.580,15	19.993.882,91
TOTAIS		5.510.150,54	51.849.945,28	13.810.659,87	120.806.995,14	186.467.600,29

Fonte das informações: Relatórios de Operação e Manutenção dos Perímetros e Relatório do financeiro da Codevasf.

Unidade responsável: Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI/GEI

Método de levantamento: Consolidação dos dados das despesas anuais informadas pelas Gerências dos Distritos e Representantes da Codevasf, despesas anuais pagas pela Codevasf nos Distritos e informações do setor financeiro da Codevasf quanto aos valores de K1 reinvestidos nos Perímetros.

Periodicidade: Mensal

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não ()

Observação: AO&M: Administração, Operação e Manutenção de Projetos Públicos de Irrigação.

Reabilitação: Modernização e/ou ampliação da infraestrutura de irrigação de uso comum.

Tabela 5 - Amortização dos Investimentos Públicos nas Obras de Infraestrutura de Irrigação de Uso Comum

SR	Perímetro de Irrigação	Valor da Parcela K1 (R\$/ha ano)
1ª SR/MG	Gorutuba	134,25
	Jaíba	134,25
	Lagoa Grande	87,95
	Pirapora	134,25
2ª SR/BA	Barreiras Norte ⁽¹⁾	-
	Ceraíma ⁽¹⁾	-
	Estreito I/III ⁽¹⁾	-
	Formosinho ⁽¹⁾	-
	Formoso A	134,25
	Formoso H	134,25
	Mirorós	134,25
	Nupeba	134,25
	Riacho Grande	134,25
	São Desidério ⁽¹⁾	-
3ª SR/PE	Bebedouro	86,39
	Nilo Coelho	134,25
4ª SR/SE	Cotinguiba/ Pindoba ⁽²⁾	-
	Betume ⁽²⁾	-
	Propriá ⁽²⁾	-
5ª SR/AL	Boacica ⁽²⁾	-
	Itiúba ⁽²⁾	-
6ª SR/BA	Curaçá	134,25
	Maniçoba	134,25
	Mandacaru	86,39
	Tourão	49,63
	Salitre	134,25

Fonte das informações: Origem dos dados: Portaria nº 182 do Ministério da Integração Nacional de 30/7/15.

Unidade responsável: Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI/GEI

Método de levantamento: Publicação no Diário Oficial pelo Ministro da Integração Nacional - MI.

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não ()

Notas:

⁽¹⁾ Perímetros que não possui capacidade de pagamento da tarifa K1.

⁽²⁾ Os perímetros localizados nos estados de Alagoas e Sergipe (baixo São Francisco) estão dispensados do pagamento da tarifa K1. Esses perímetros foram implantados para compensar os danos na produção agrícola em função da contenção das águas pela barragem de Sobradinho, no estado da Bahia, que reduziu significativamente as várzeas inundadas para cultura de arroz.

Tabela 6 - Ocupação dos Perímetros Públicos - Codevasf

SR	Perímetro	Nº Lotes Irrigáveis	Área Irrigável Total (ha)	Lotes Irrigáveis Ocupados ⁽¹⁾				Área Irrigável Ocupada (ha)			
				Familiar	Empresa	Outros	Total	Familiar	Empresa	Outros	Total
1ª	Gorutuba	458	4.734,48	393	65	0	458	2.473,03	2.261,42	0	4.734,45
	Jaíba	2.261	26.029,88	1.824	311	5	2.140	9.277,19	8.004,37	7290	24.571,56
	Pirapora	37	1.236,00	0	37	0	37	0,00	1.236,00	0	1.236,00
	Lagoa Grande	48	1.538,00	0	48	0	48	0,00	1.538,00	0	1.538,00
1ª SR Total		2.804	33.538,36	2.217	461	5	2.683	11.750,22	13.040,00	7290	32.080,01
2ª	Barreiras Norte	155	1.710,21	107	29	5	141	739,14	611,87	50	1.401,33
	Baixio de Irecê	253	17.699,41	216	37	0	253	0	13.433,21	0	13.433,21
	Ceraíma	112	408,19	112	0	0	112	408,19	0,00	0	408,19
	Estreito I	140	494,10	140	0	0	140	494,10	0,00	0	494,10
	Estreito II	68	461,50	68	0	0	68	461,50	0,00	0	461,50
	Estreito III	239	1.173,56	239	0	0	239	1.173,56	0,00	0	1.173,56
	Estreito IV	677	5.844,00	116	0	0	116	638,79	0,00	0	638,79
	P. Formoso	41	407,70	40	1	0	41	327,70	80,00	0	407,70
	Formoso A	871	7.719,44	689	162	19	870	2.951,73	4.692,74	70	7.714,47
	Formoso H	345	4.410,46	254	83	0	337	1.671,67	2.110,40	0	3.782,07
	Mirorós	245	1.852,21	156	30	0	186	830,69	830,19	0	1.660,88
	Nupeba	188	2.650,72	99	50	24	173	551,54	998,60	1.072,29	2.612,43
	Riacho Grande	107	1.590,36	74	20	10	104	524,86	535,65	497,77	1.558,28
São Desidério	314	1.717,95	314	0	0	314	1.717,95	0,00	0	1.717,95	
2ª SR Total		3.755	48.139,82	2.624	412	58	3.094	12.491,41	23.292,66	1.690,37	37.464,44
3ª	Bebedouro	148	2.418,00	115	5	1	121	1.034,00	858,00	0	1.892,00
	Pontal ⁽²⁾		7.811,91								7.811,91
	Nilo Coelho	2.337	18.685,82	2.096	241	0	2.337	12.520,00	6.042,80	0	18.562,80
3ª SR Total		2.485	28.915,72	2.211	246	1	2.458	13.554,00	6.900,80	0	28.266,71
4ª	Betume	753	2.860,00	753	0	0	753	2.860,00	0,00	0	2.860,00
	Cot/Pindoba	475	2.232,00	462	12	1	475	1.918,00	296,00	18	2.232,00
	Propriá	311	1.177,00	311	0	0	311	1.177,00	0,00	0	1.177,00
4ª SR Total		1.539	6.269,00	1.526	12	1	1.539	5.955,00	296,00	18	6.269,00
5ª	Boacica	770	2.761,59	770	0	0	770	2.761,59	0,00	0	2.761,59
	Itiúba	229	900,33	227	0	2	229	888,64	0,00	12	900,33
5ª SR Total		999	3.661,92	997	0	2	999	3.650,23	0,00	12	3.661,92
6ª	Curaçá	288	4.203,54	266	22	0	288	1.817,56	2.385,98	0	4.203,54
	Mandacaru	56	450,16	54	2	0	56	398,66	51,50	0	450,16
	Maniçoba	319	4.160,46	239	80	0	319	1.781,63	2.378,83	0	4.160,46
	Salitre - Etapa I	323	5.098,76	255	67	1	323	1.684,21	2.771,55	643	5.098,76
	Tourão	51	14.237,00	37	14	0	51	189,00	14.048,00	0	14.237,00
6ª SR Total		1.037	28.149,92	851	185	1	1.037	5.871,06	21.635,86	643	28.149,92
TOTAL GERAL		12.619	148.674,74	10.426	1.316	68	11.810	53.271,92	65.155,11	9.653,06	135.892,00

Fonte das informações: Planilhas eletrônicas, sistema de dados.

Unidade responsável: Gerência de Administração Fundiária - AI/GAF

Método de levantamento: Consolidação dos dados das Unidades Regionais de Administração Fundiária - Relatórios do Sistema de Gestão – SIG.

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não ()

Notas: ⁽¹⁾ Lotes Ocupados: Escrituras, contratos de promessa de compra e venda, cessão de uso, concessão de uso

⁽²⁾ Divisão em módulos – CDRU

Tabela 7 - Produção dos Perímetros Irrigados por Ocupação - Codevasf

SR	Perímetros	Área Cultivada Familiar (ha)	Área Cultivada Empresarial (ha)	Área Cultivada Total (ha)	Produção Familiar (T)	Produção Empresarial (T)	Produção Total (T)	VBP Familiar (R\$ Mil)	VBP Empresarial (R\$ Mil)	VBP Total (R\$ Mil)
1ª SR/MG	Gorutuba	1.702	1.638	3.340	26.577	19.707	46.284	38.936	30.300	69.236
	Jaíba	5.294	4.804	10.099	67.458	112.070	179.528	107.973	124.723	232.696
	Lagoa Grande	(NA)	1.093	1.093	(NA)	32.200	32.200	(NA)	50.174	50.174
	Pirapora	(NA)	757	757	(NA)	18.084	18.084	(NA)	36.751	36.751
	Total	6.996	8.292	15.288	94.035	182.060	276.095	146.909	241.948	388.857
2ª SR/BA	Barreiras Norte	(DNI)	345	345	(DNI)	5.038	5.038	(DNI)	3.927	3.927
	Ceraíma	(DNI)	(NA*)	-	(DNI)	(NA*)	-	(DNI)	(NA*)	-
	Estreito	505	(DNI)	505	4.553	(DNI)	4.553	2.756	(DNI)	2.756
	Formoso	(DNI)	3.716	3.716	(DNI)	101.170	101.170	(DNI)	86.067	86.067
	Mirorós	(DNI)	476	476	(DNI)	10.432	10.432	(DNI)	8.518	8.518
	Nupeba/Riacho Grande	(DNI)	467	467	(DNI)	11.963	11.963	(DNI)	8.798	8.798
	Piloto Formoso	325	(NA*)	325	9.338	(NA*)	9.338	8.421	(NA*)	8.421
	São Desidério/Barreiras Sul	(DNI)	(DNI)	-	(DNI)	(DNI)	-	(DNI)	(DNI)	-
Total	830	5.003	5.833	13.892	128.602	142.494	11.176	107.309	118.485	
3ª SR/PE	Bebedouro	954	116	1.071	20.148	1.874	22.023	43.487	3.090	46.577
	Nilo Coelho	15.089	8.139	23.228	402.455	279.737	682.192	577.373	660.253	1.237.626
	Total	16.043	8.255	24.298	422.603	281.611	704.215	620.860	663.343	1.284.203
4ª SR/SE	Betume	4.816	(NA*)	4.816	18.304	(NA*)	18.304	13.728	(NA*)	13.728
	Cotinguiba/Pindoba (1)	2.084	119	2.203	14.295	1.825	16.120	8.697	1.269	9.966
	Propriá (2)	651	(NA*)	651	1.600	(NA*)	1.600	1.200	(NA*)	1.200
	Total	7.551	119	7.670	34.199	1.825	36.024	23.625	1.269	24.894
5ª SR/AL	Boacica	2.299	(NA*)	2.299	73.652	(NA*)	73.652	10.295	(NA*)	10.295
	Itiúba	1.336	(NA*)	1.336	14.133	(NA*)	14.133	6.907	(NA*)	6.907
	Total	3.635	0	3.635	87.785	0	87.785	17.202	0	17.202
6ª SR/BA	Curaçá	2.329	1.323	3.652	67.848	37.640	105.488	55.345	65.212	120.557
	Mandacaru	400	210	610	8.602	22.007	30.608	8.368	1.439	9.807
	Maniçoba	2.703	3.453	6.156	49.369	278.048	327.417	59.982	69.087	129.070
	Salitre	2.572	1.295	3.867	73.087	218.032	291.118	55.353	13.218	68.571
	Tourão	250	14.405	14.655	4.423	1.342.348	1.346.771	5.681	103.963	109.643
	Total	8.254	20.686	28.941	203.328	1.898.075	2.101.402	184.729	252.919	437.648
TOTAIS		43.309	42.356	85.665	855.842	2.492.173	3.348.014	1.004.502	1.266.788	2.271.290

Fonte das informações: Relatório de Produção dos Projetos Público de Irrigação (2015).

Unidade responsável: Gerência de Apoio à Produção - AI/GAP

Método de levantamento: Coleta de dados a campo e coleta de dados no mercado local.

Responsável técnico: Distritos de Irrigação, Representantes da Codevasf e EMATER-MG.

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não ()

Notas: (NA) Não aplicável à utilização desses indicadores para perímetros que possuem somente lotes empresariais.

(NA*) Não aplicável à utilização desses indicadores para perímetros que possuem somente lotes familiares.

(DNI) Dados não informados pela Superintendência/Distrito.

(1) Os dados não incluem a área utilizada e a produção e VBP obtidos com a piscicultura e bovinocultura leiteira.

(2) Os dados não incluem a área utilizada e a produção e VBP obtidos com a piscicultura.

Tabela 8 - Produção dos Perímetros Irrigados por Tipo de Cultura - Codevasf

SR	Perímetros	Culturas Temporárias			Culturas Permanentes			Total		
		Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP (R\$ Mil)	Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP (R\$ Mil)	Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP (R\$ Mil)
1ª SR/MG	Gorutuba	54	356	315	3.286	45.928	68.921	3.340	46.284	69.236
	Jaíba	1.712	16.268	27.635	8.387	163.260	205.062	10.099	179.528	232.696
	Lagoa Grande	-	-	-	1.093	32.200	50.174	1.093	32.200	50.174
	Pirapora	-	-	-	757	18.084	36.751	757	18.084	36.751
	Total	1.766	16.624	27.950	13.522	259.471	360.907	15.288	276.095	388.857
2ª SR/BA	Barreiras Norte	18	180	90	327	4.858	3.837	345	5.038	3.927
	Ceraíma	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)
	Estreito	163	934	446	342	3.620	2.310	505	4.553	2.756
	Formoso	150	1.037	778	3.566	100.132	85.288	3.716	101.170	86.067
	Mirorós	2	7	8	474	10.425	8.511	476	10.432	8.518
	Nupeba/ Riacho Grande	75	512	435	392	11.451	8.363	467	11.963	8.798
	Piloto Formoso	25	338	247	300	9.000	8.174	325	9.338	8.421
	São Desidério/ Barreiras Sul	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)
	Total	432	3.008	2.003	5.401	139.486	116.482	5.833	142.494	118.485
3ª SR/PE	Bebedouro	251	974	621	820	21.049	45.957	1.071	22.023	46.577
	Nilo Coelho	1.594	12.618	11.782	21.633	669.574	1.225.844	23.228	682.192	1.237.626
	Total	1.845	13.592	12.402	22.453	690.623	1.271.801	24.298	704.215	1.284.203
4ª SR/SE	Betume	4.816	18.304	13.728	-	-	-	4.816	18.304	13.728
	Cotinguiba/ Pindoba	1.950	8.085	6.322	254	8.035	3.645	2.204	16.120	22.442
	Propriá	651	1.600	1.200	-	-	-	651	1.600	1.200
Total	7.417	27.989	21.250	254	8.035	3.645	7.671	36.024	37.370	
5ª SR/AL	Boacica	1.357	8.652	5.408	942	65.000	4.887	2.299	73.652	10.295
	Itiúba	1.260	8.820	6.615	76	5.313	292	1.336	14.133	6.907
	Total	2.617	17.472	12.023	1.018	70.313	5.180	3.635	87.785	17.202
6ª SR/BA	Curaçá	78	2.578	1.186	3.574	102.910	119.370	3.652	105.488	120.557
	Mandacaru	164	4.813	4.648	446	25.796	5.159	610	30.609	9.807
	Maniçoba	103	2.623	1.822	6.053	324.794	127.247	6.156	327.417	129.070
	Salitre	1.363	48.326	33.999	2.504	242.793	34.572	3.867	291.118	68.571
	Tourão	100	1.715	2.298	14.555	1.345.056	107.345	14.655	1.346.771	109.643
	Total	1.808	60.054	43.954	27.132	2.041.349	393.694	28.940	2.101.403	437.648
TOTAL	15.885	138.739	119.581	69.781	3.209.276	2.151.709	85.666	3.348.015	2.283.765	

Fonte das informações: Relatório de Produção dos Projetos Público de Irrigação (2015).

Unidade responsável: Gerência de Apoio à Produção - AI/GAP

Método de levantamento: Coleta de dados a campo e coleta de dados no mercado local.

Responsável técnico: Distritos de Irrigação, Representantes da Codevasf e EMATER-MG.

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não ()

Nota: (DNI) Dados não informados pela Superintendência/Distrito.

Tabela 9 - Produção dos Perímetros Irrigados do Sistema Itaparica por Tipo de Cultura

SR	Perímetro	Culturas Temporárias			Culturas Permanentes			Total		
		Área Cultivada (ha)	Produção (t)	VBP (R\$ Mil)	Área Cultivada (ha)	Produção (t)	VBP (R\$ Mil)	Área Cultivada (ha)	Produção (t)	VBP (R\$ Mil)
3 ^a SR/PE	Apolônio Sales	55	296	273	684	20.061	7.617	739	20.357	7.890
	Barreiras Bloco 1	68	358	313	176	4.854	1.615	244	5.212	1.928
	Barreiras Bloco 2	207	2.401	1.387	277	5.881	2.322	484	8.281	3.709
	Brígida	537	2.821	4.823	1.052	7.825	5.624	1.589	10.647	10.447
	Fulgêncio	420	2.643	2.482	5.091	70.730	54.175	5.511	73.373	56.657
	Ico Mandantes	1.546	15.304	12.543	827	23.601	9.544	2.373	38.906	22.087
	Manga de Baixo	90	169	435	17	9	8	107	178	444
	Total	2.922	23.992	22.258	8.124	132.961	80.905	11.046	156.953	103.162
6 ^a SR/BA	Glória	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)
	Pedra Branca	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)
	Rodelas	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)	(DNI)
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte das informações: Relatório de Produção dos Projetos Público de Irrigação (2015).

Unidade responsável: Gerência de Apoio à Produção - AI/GAP

Método de levantamento: Coleta de dados a campo e coleta de dados no mercado local.

Responsável técnico: Distritos de Irrigação, Representantes da Codevasf e EMATER-MG.

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não ()

Nota: (DNI) Dados não informados pela Superintendência/Distrito.

Anexo 3 - Informações sobre o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Tabela 1 - Fluxo de recursos aplicado nos projetos do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e do Parnaíba - 2015

Valores R\$ 1,00

Programa	Ação	Fonte de Recursos	Natureza de Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos	10ZW - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba	100 - Recursos Ordinários	443042 - Auxílios	4.901.624,03	0,00	0,00
			449039 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Op. Int. Orc.	1.121.133,67	26.389,37	26.389,37
			449051 - Obras e Instalações	5.896.959,27	932.353,80	932.353,80
Subtotal				11.919.716,97	958.743,17	958.743,17
2068 - Saneamento Básico	10RM - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba	100 - Recursos Ordinários	443042 - Auxílios	8.632.020,25	0,00	0,00
			444042 - Auxílios	200.000,00	0,00	0,00
			449014 - Diárias - Pessoal Civil	23.919,93	23.919,93	23.919,93
			449030 - Material de Consumo	2.098,21	2.098,21	2.098,21
			449033 - Passagens e Despesas Com Locomoção	30.000,00	0,00	0,00
			449039 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Op. Int. Orc.	2.961.795,97	1.078.118,92	720.497,64
			449047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	616,20	616,20	0,00
			449051 - Obras e Instalações	35.088.413,73	7.396.364,90	6.990.724,10
			449061 - Aquisição de Imóveis	20.000,00	0,00	0,00
			449093 - Indenizações e Restituições	121.571,60	121.571,60	121.571,60
	449139 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Op. Int. Orc.	4.138,00	0,00	0,00		
	116F - Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água Para Todos	100 - Recursos Ordinários	449014 - Diárias - Pessoal Civil	14.025,87	14.025,87	14.025,87
			449033 - Passagens e Despesas com Locomoção	14.416,13	0,00	0,00
			449051 - Obras e Instalações	2.733.497,62	2.048,31	2.048,31
141J - Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba	100 - Recursos Ordinários	443042 - Auxílios	789.899,00	0,00	0,00	
Subtotal				50.636.412,51	8.638.763,94	7.874.885,66
Total Geral				62.556.129,48	9.597.507,11	8.833.628,83

Fonte das informações: Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos – AE/GPE (31-12-2015)

Tabela 2 - Lista das licitações realizadas pela Codevasf do Programa de Revitalização da Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e do Parnaíba

Ano	Licitação - N° Edital	Modalidade Licitação	Tipo	Instrumento - Objeto	Contratado
2015	10/2015	Tomada de Preços	Contrato	Contratação de perícia, diagnóstico e projeto de conclusão e recuperação da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) do município de Sento Sé, no estado da Bahia	05.020.836/0001-71 - Delboni Engenharia LTDA - ME
2015	15/2015	Tomada de Preços	Contrato	Elaboração de perícia na implantação da ETE (projeto licitado x as built) e perícia nas estruturas de concreto armado do Reator Anaeróbico, Diagnóstico do funcionamento hidráulico das unidades, projeto de recuperação/conclusão da ETE, o qual incluirá: urbanização, drenagem, projeto de recuperação das estruturas em concreto armado, instalações elétricas e automação.	16.741.423/0001-00 - Fahma Planejamento e Engenharia Agrícola Ltda

Fonte das informações: Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos – AE/GPE/UCC

Tabela 3 - Lista de Contratos assinados pela Codevasf do Programa de Revitalização da Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e do Parnaíba

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.00.08.0040 - Implantação de sistema de esgotamento sanitário do Município de Remanso - BA, englobando: rede coletora, estações elevatórias de esgoto, Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), emissários/linhas de recalque, ligações domiciliares, detalhamentos construtivos estrutural, elétrico e de travessias, e montagem de equipamentos.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	6.314.777,05	0,00	Termo base	Paralisado	81,0%
Aditivo	0.00.08.0040/01 - 1º Termo Aditivo visa adequação da planilha contratual para ajuste de quantitativos de serviços contratados, bem como inclusão de novos serviços, com acréscimo de R\$ 1.066.189,83, correspondendo a 16,88% do valor original de R\$ 6.341.777,05 passando para R\$ 7.380.966,88.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	1.066.189,83	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	81,0%
Aditivo	0.00.08.0040/02 - 2º Termo aditivo, prorrogar prazo por 180(cento e oitenta) dias, contados a partir de 29/08/2009 a 24/02/2010.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	81,0%
Aditivo	0.00.08.0040/03 - 3º Termo Aditivo, prorrogar prazo por 90(noventa)dias, a partir de 24/02/2010 passando para 25/05/2010.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	81,0%
Aditivo	0.00.08.0040/04 - 4º Termo Aditivo. Adequar a planilha de implantação do sistema de esgotamento sanitário, prorrogando o prazo contratual por 60 (sessenta) dias, a partir de 25 de maio de 2010, passando seu vencimento para 24 de julho de 2010. Aprova novo Cronograma Físico-Financeiro constante às fls. 03 e 04 do presente processo. Ratifica-se todas as demais cláusulas e condições.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	81,0%
Aditivo	0.00.08.0040/05 - 5º Termo Aditivo visa prorrogar o prazo contratual por mais 60 dias, a partir de 25 de julho de 2010, passando o vencimento para 23 de setembro de 2010, e ratificar as demais cláusulas e condições.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	81,0%
Aditivo	0.00.08.0040/06 - 6º Termo aditivo, acrescer valor ao contrato em R\$ 477.164,00 (quatrocentos e setenta e sete mil, cento e sessenta e quatro reais) correspondendo a 7,56% do valor original de R\$ 7.380.966,88 para R\$ 7.858.130,88, ratificar todas as demais cláusulas e condições pactuadas no contrato que não colidirem com as do presente instrumento.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	477.164,00	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	81,0%
Aditivo	0.00.08.0040/07 - 7ª Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por mais 90 (noventa) dias, a partir de 22 de setembro de 2010, passando o vencimento para 21 de dezembro de 2010 e ratificar as demais cláusulas e condições.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	81,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.00.08.0041 - Implantação de sistema de esgotamento sanitário no município de Pilão Arcado - BA, englobando rede coletora, estações elevatórias de esgoto, estação de tratamento de esgoto no âmbito do programa de revitalização das bacias hidrográficas do São Francisco e do Parnaíba e do Programa de aceleração do Crescimento do Governo Federal - PAC	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	8.935.553,18	0,00	Termo base	Paralisado	80,0%
Aditivo	0.00.08.0041/01 - 1º Termo Aditivo visa adequar planilha contratual para ajuste de quantitativos com acréscimo de R\$ 849.618,33,.. referente 9,51% do valor original de R\$ 8.935.553,18, passando para R\$ 9.785.171,51.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	849.618,33	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Paralisado	80,0%
Aditivo	0.00.08.0041/02 - 2º Termo aditivo, adequar planilha contratual, inserir reforço de caução e prorrogar prazo por mais 180(cento e oitenta) dias, a contar do dia 10/03/2009 com vencimento para 06/09/2009.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	80,0%
Aditivo	0.00.08.0041/03 - O 3º Termo Aditivo tem como objetivo prorrogar o prazo do contrato por mais 180 dias a partir de 07/09/2009 e aprovar o novo cronograma físico-financeiro de fls 03 e ratificar suas demais cláusulas.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	80,0%
Aditivo	0.00.08.0041/04 - 4º Termo Aditivo, prorrogar prazo por 30 dias, contados a partir de 05/03/2010, aprovar o novo cronograma físico-financeiro de fls. 03 a 07 e ratificar as suas demais cláusulas e condições.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	80,0%
Aditivo	0.00.08.0041/05 - 5º Termo aditivo, prorrogar prazo por 60(sessenta) dias, contados a partir de 03/04/2010 com término em 02/06/2010 e aprovar o novo cronograma físico-financeiro.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	80,0%
Aditivo	0.00.08.0041/06 - 6º Termo Aditivo, acrescer valor ao contrato no valor de R\$ 863.030,07(oitocentos e sessenta e três mil, trinta reais e sete centavos) , aprovar novo cronograma físico financeiro, inserir reforço de caução e ratificar as demais cláusulas e condições.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	863.030,07	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Paralisado	80,0%
Aditivo	0.00.08.0041/07 - 7º Termo Aditivo, visa prorrogar pelo período de mais 150 (cento e cinquenta dias), a partir de 02 de junho de 2010, passando o seu vencimento para 30 de outubro de 2010. Aprovar o novo cronograma físico-financeiro. Ratificar as demais cláusulas e condições.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	80,0%
Contrato	0.00.08.0044 - Implantação de sistema de esgotamento sanitário do município de Caeté - MG, englobando: rede coletora, estações elevatórias de esgoto, Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), emissários/linhas de recalque, ligações domiciliares, elaboração dos detalhamentos construtivos estrutural e elétrico e de travessias, montagem de equipamentos.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	7.419.284,02	0,00	Termo base	Paralisado	86,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.00.08.0044/01 - 1º Termo aditivo, acréscimo no valor do contrato de R\$ 1.372.367,92, passando de R\$ 7.419.284,02 para R\$ 8.791.651,94. Fls. 09 a 38 com percentual de 18,50% de acréscimo.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	1.372.367,92	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Paralisado	86,0%
Aditivo	0.00.08.0044/02 - 2º Termo Aditivo. Prorrogar o prazo por mais 120 (cento e vinte) dias, a partir de 24/02/2010, até 24/06/2010.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	86,0%
Aditivo	0.00.08.0044/03 - 3º Termo Aditivo visa prorrogar o prazo por 90 (noventa) dias, a partir de 24 de junho de 2010, com vencimento em 22 de setembro de 2010 e ratificar as demais cláusulas e condições.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	86,0%
Contrato	0.00.08.0050 - Implantação de sistema de esgotamento sanitário do município de Malhada/BA, englobando: rede coletora, estações elevatórias de esgoto, Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), emissários/linhas de recalque, ligações domiciliares e montagem de equipamentos.	01.243.443/0001-76 - JV Industria, Serviço, Comércio e Representações Ltda	3.859.920,50	0,00	Termo base	Paralisado	48,0%
Aditivo	0.00.08.0050/01 - 1º Termo aditivo, prorrogar prazo contratual por 180(cento e oitenta) dias, de 03/01/2009 a 02/07/2009, ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original.	01.243.443/0001-76 - JV Industria, Serviço, Comércio e Representações Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	48,0%
Aditivo	0.00.08.0050/02 - 2º Termo aditivo, adequar planilha contratual com acréscimo de R\$ 143.713,99, passando o valor atual para R\$ 4.003.634,49.	01.243.443/0001-76 - JV Industria, Serviço, Comércio e Representações Ltda	0,00	143.713,99	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Paralisado	48,0%
Contrato	0.00.08.0057 - Implantação de sistema de esgotamento sanitário do município de Uruçuí - PI, englobando: detalhamento construtivo estrutural e elétrico e montagem de equipamentos.	26.631.473/0001-80 - Ética Construtora Ltda	7.992.040,49	0,00	Termo base	Em Execução	84,0%
Aditivo	0.00.08.0057/01 - 1º Termo aditivo, crescer valor de R\$ 1.366.882,09(um milhão, trezentos e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta e dois reais e nove centavos), correspondente a 17,10% do valor original de R\$ 7.992.040,49 para R\$ 9.358.922,58, constante às fls. 53 a 67 do processo.	26.631.473/0001-80 - Ética Construtora Ltda	0,00	1.366.882,09	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	84,0%
Aditivo	0.00.08.0057/02 - 2º Termo aditivo visa adequar a planilha contratual com alteração de quantitativos, incluindo novos serviços e ratificando as demais cláusulas e condições, com acréscimo de R\$ 505.802,80, correspondente a 6,33% do valor original, passando o valor contratual de R\$ 9.358.922,58 para R\$ 9.864.725,38. O percentual acrescido ao valor inicial do contrato passa de 17,10% para 23,43%.	26.631.473/0001-80 - Ética Construtora Ltda	0,00	505.802,80	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	84,0%
Aditivo	0.00.08.0057/03 - 3º termo Aditivo visa prorrogar por 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 13 de agosto de 2010, a vencer em 11 de dezembro de 2010, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	26.631.473/0001-80 - Ética Construtora Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	84,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.00.08.0057/04 - 4º Termo aditivo visa prorrogar prazo por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 11/12/2010, passando o vencimento para 09/06/2011. Readequar a planilha, com acréscimo de R\$ 118.162,38 (cento e dezoito mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos), correspondendo a 1,48% do valor original, perfazendo um total aditado de 24,91%. O valor passa de R\$9.864.725,18 (nove milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais e dezoito centavos) para R\$ 9.982.887,56 (nove milhões, novecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos). Aprovar o novo cronograma físico-financeiro	26.631.473/0001-80 - Ética Construtora Ltda	0,00	118.162,38	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	84,0%
Aditivo	0.00.08.0057/05 - 5º Termo aditivo visa prorrogar prazo por 90 (noventa) dias, contados a partir de 09/06/2011, passando para 08/09/2011, ratificar as demais cláusulas e condições.	26.631.473/0001-80 - Ética Construtora Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	84,0%
Aditivo	0.00.08.0057/06 - 6º Termo aditivo, visa prorrogar o prazo por 180 dias, contados a partir de 08/09/2011, com vencimento para 06/03/2012 e ratificar as demais cláusulas e condições.	26.631.473/0001-80 - Ética Construtora Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	84,0%
Aditivo	0.00.08.0057/07 - 7º Termo aditivo visa acrescer valor ao contrato de R\$ 3.965,99 (três mil, novecentos e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos), passando o valor atual de R\$ 9.982.886,56 para R\$ 9.986.852,55 e aprovar novo cronograma físico financeiro.	26.631.473/0001-80 - Ética Construtora Ltda	0,00	3.965,99	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	84,0%
Contrato	0.00.08.0102 - Implantação de sistema de esgotamento sanitário no município de São João da Ponte - MG, englobando a rede coletora, estações elevatórias de esgoto, estação de tratamento de esgoto (ETE), emissários/linhas de recalque, ligações domiciliares, elaboração dos detalhamentos construtivos estrutural e elétrico e montagem de equipamentos.	03.674.001/0001-00 - Sabre Engenharia Ltda	4.300.722,86	0,00	Termo base	Paralisado	72,0%
Aditivo	0.00.08.0102/01 - 1º Termo Aditivo visando aprovar nova planilha, acrescer o valor, e prorrogar o prazo contratual e ratificar as demais cláusulas e condições. Fica acrescido o valor de R\$ 505.483,17	03.674.001/0001-00 - Sabre Engenharia Ltda	0,00	505.483,17	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	72,0%
Aditivo	0.00.08.0102/02 - 2º Termo aditivo, prorrogar prazo de vigência por 120 (cento e vinte) dias a partir de 01/04/2009 passando seu vencimento para 30/07/2009.	03.674.001/0001-00 - Sabre Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	72,0%
Contrato	0.00.08.0231 - Implantação de sistema de esgotamento sanitário, inclusive fornecimento de equipamentos, no Município de Xique-Xique no estado da Bahia.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	17.631.439,29	0,00	Termo base	Paralisado	35,0%
Aditivo	0.00.08.0231/01 - 1º Termo Aditivo visa prorrogar o prazo contratual em 108 dias pelo período de 26/07/2010 a 10/11/2010, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	35,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.00.08.0233 - Execução de obras/serviços ao sistema de esgotamento sanitário, no Município de Canarana, situados na bacia do Rio São Francisco no estado da Bahia.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	5.966.481,52	0,00	Termo base	Paralisado	52,0%
Aditivo	0.00.08.0233/01 - 1º Termo aditivo, prorrogar prazo por 105(cento e cinco) dias, contados a partir de 21/04/2010 com término em 04/08/2010.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	52,0%
Aditivo	0.00.08.0233/02 - 2º Termo Aditivo visa prorrogar o prazo por 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 04 de agosto de 2010, passando seu vencimento para 02 de dezembro de 2010, e ratificar as demais cláusulas e condições.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	52,0%
Contrato	0.00.08.0234 - Execução de obras/serviços e fornecimentos relativos ao sistema de esgotamento sanitário no Município de Morpará no estado da Bahia.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	4.755.422,16	0,00	Termo base	Paralisado	62,0%
Aditivo	0.00.08.0234/01 - 1º Termo aditivo, prorrogar prazo por 30(trinta) dias, contados a partir de 21/04/2010 com término em 21/05/2010.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	62,0%
Aditivo	0.00.08.0234/02 - 2ª Termo Aditivo. Prorroga o prazo por 90 (noventa) dias, contados a partir de 21 de maio de 2010, passando seu vencimento para 19 de agosto de 2010. Aprova novo cronograma físico-financeiro, constante à fl. 06 do processo nº 59560.000515/2010-97. Ratifica as demais cláusulas e condições.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	62,0%
Aditivo	0.00.08.0234/03 - 3º Termo Aditivo visa prorrogar a vigência do prazo contratual em 120 dias contados a partir de 19 de agosto de 2010, passando seu vencimento para 17 de dezembro de 2010, aprovar o novo cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	62,0%
Contrato	0.00.08.0236 - Execução das obras/serviços e fornecimento relativos ao sistema de esgotamento sanitário no Município de Central, no estado da Bahia.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	6.300.000,23	0,00	Termo base	Paralisado	45,0%
Aditivo	0.00.08.0236/01 - 1º Termo Aditivo visa prorrogar o prazo de vigência por mais 105 dias, aprovar novo cronograma físico financeiro, rerratificar a resolução nº 406 de 08/04/2010 e ratificar as demais cláusulas e condições.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	1.209.898,74	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	45,0%
Aditivo	0.00.08.0236/02 - 2º Termo Aditivo visa prorrogar o prazo por 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 04 de agosto de 2010, passando seu vencimento para 02 de dezembro de 2010, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	45,0%
Contrato	0.00.08.0239 - Execução de obras/serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário no Município de Lontra no Estado de Minas Gerais-MG.	21.167.028/0001-98 - Etenge Empresa Técnica de Engenharia Ltda	3.841.335,67	0,00	Termo Base	Paralisado	32,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.00.08.0240 - Execução das obras/serviços ao sistema de esgotamento sanitário no Município de Buritizeiro no estado de Minas Gerais.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	12.546.487,47	0,00	Termo Base	Paralisado	35,0%
Contrato	0.00.08.0242 - Execução de obras/serviços relativos a esgotamento sanitário no Município de Buenópolis no estado de Minas Gerais-MG.	21.167.028/0001-98 - Etenge Empresa Técnica de Engenharia Ltda	4.423.404,78	0,00	Termo base	Paralisado	41,0%
Aditivo	0.00.08.0242/01 - 1º Termo aditivo, acrescer valor ao contrato em R\$ 440.691,83(quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e noventa e um reais e oitenta e três centavos), correspondendo a 9,96% do valor original.	21.167.028/0001-98 - Etenge Empresa Técnica de Engenharia Ltda	0,00	440.691,83	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	41,0%
Contrato	0.00.08.0244 - Execução de obras/serviços relativo ao sistema de esgotamento sanitário no município de Verdelândia/MG.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	3.664.361,32	0,00	Termo base	Paralisado	31,0%
Aditivo	0.00.08.0244/01 - 1º Termo Aditivo visa aprovar o novo cronograma físico-financeiro e prorrogar o prazo por mais 120 dias, a partir de 19 de julho de 2010, passando o seu vencimento para 16 de novembro de 2010, e ratifica as demais cláusulas e condições	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	31,0%
Contrato	0.00.08.0246 - Execução de obras/serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário no Município de Ibiaí no estado de Minas Gerais-MG.	21.167.028/0001-98 - Etenge Empresa Técnica de Engenharia Ltda	4.906.862,58	0,00	Termo base	Paralisado	52,0%
Aditivo	0.00.08.0246/01 - 1º termo Aditivo. Visa readequar a planilha contratual, aprovar novo cronograma físico financeiro, com acréscimo de R\$ 298.400,35 passando valor total para R\$ 5.205.262,93.	21.167.028/0001-98 - Etenge Empresa Técnica de Engenharia Ltda	0,00	298.400,35	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	52,0%
Contrato	0.00.08.0248 - Execução de obras/serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário no Município de Matias Cardoso no estado de Minas Gerais-MG.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	5.016.286,12	0,00	Termo Base	Paralisado	21,0%
Contrato	0.00.08.0251 - Execução de obras/serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário no Município de Icaraí de Minas no estado de Minas Gerais-MG.	21.167.028/0001-98 - Etenge Empresa Técnica de Engenharia Ltda	2.640.493,36	0,00	Termo base	Paralisado	53,0%
Aditivo	0.00.08.0251/01 - 1º Termo aditivo, prorrogar prazo por 147(cento e quarenta e sete) dias, contados a partir de 29/12/2009 com término para 24/05/2010.	21.167.028/0001-98 - Etenge Empresa Técnica de Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	53,0%
Aditivo	0.00.08.0251/02 - Readequar a planilha contratual com alteração de quantitativos e inclusão de novos serviços, com um aumento no valor de R\$ 299.377,71 passando o seu valor total para R\$ 2.939.870,87, prorrogar o prazo, e ratificar as demais cláusulas e condições.	21.167.028/0001-98 - Etenge Empresa Técnica de Engenharia Ltda	0,00	299.377,51	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	53,0%
Contrato	0.00.09.0077 - Execução das obras e serviços relativos aos sistemas de esgotamento sanitário, no Município de Capitólio/Minas Gerais. Lote 01.	06.953.328/0001-09 - Camilo Construções Industriais Ltda	4.668.849,98	0,00	Termo base	Paralisado	54,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.00.09.0077/01 - 1º Termo Aditivo visa readequar a planilha com alteração de quantitativos, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições. Acréscimo de R\$ 117.671,10, que corresponde a 2,52% do valor original do contrato, passando de R\$ 4.668.849,98 para R\$ 4.786.521,08.	06.953.328/0001-09 - Camilo Construções Industriais Ltda	0,00	117.671,10	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Paralisado	54,0%
Aditivo	0.00.09.0077/02 - 2º termo aditivo visa prorrogar prazo por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 14/12/2010 para 12/06/2011, comprovados as quitações de fls. 37 e 39, bem como para com FGTS, de fls. 38, e ratificar as demais cláusulas condições do contrato.	06.953.328/0001-09 - Camilo Construções Industriais Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	54,0%
Aditivo	0.00.09.0077/03 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 180 dias, contados a partir de 12/06/2011, passando seu vencimento para 09/12/2011, e ratificar as demais cláusulas e condições.	06.953.328/0001-09 - Camilo Construções Industriais Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	54,0%
Aditivo	0.00.09.0077/04 - 4º Termo Aditivo visa readequar a planilha com acréscimo de R\$ 1.046.559,84 (um milhão, quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) correspondendo a 22,42% do valor original do contrato, perfazendo um total aditado de 24,94% . O valor do contrato passa de R\$ 4.786.521,08 (quatro milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e vinte e um reais e oito centavos) para R\$ 5.833.080,93 (cinco milhões, oitocentos e trinta e três mil, oitenta reais e noventa e três centavos), aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	06.953.328/0001-09 - Camilo Construções Industriais Ltda	0,00	1.046.559,84	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Paralisado	54,0%
Aditivo	0.00.09.0077/05 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 120 dias, contados a partir de 09/12/2011, passando seu vencimento para 07/04/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	06.953.328/0001-09 - Camilo Construções Industriais Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	54,0%
Contrato	0.00.09.0080 - Execução das obras e serviços de esgotamento sanitário no Município de São Gonçalo do Abaeté, compreendendo o lote 07.	21.167.028/0001-98 - Etenge Empresa Técnica de Engenharia Ltda	3.896.052,64	0,00	Termo Base	Paralisado	32,0%
Contrato	0.00.09.0083 - Execução das obras e serviços relativos aos sistemas de esgotamento sanitário, no município de Francisco Dumont no Estado de Minas Gerais.	21.167.028/0001-98 - Etenge Empresa Técnica de Engenharia Ltda	3.299.426,80	0,00	Termo Base	Paralisado	15,0%
Contrato	0.00.09.0099 - Execução das obras e serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário no Município de Rio Acima - MG	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	6.088.605,55	0,00	Termo Base	Paralisado	0,0%
Contrato	0.00.09.0106 - Execução das obras e serviços de implantação do sistema de esgotamento sanitário da Cidade de Ponto Chique - MG.	02.109.175/0001-67 - T&T Engenharia, Irrigação e Sistemas de Automação Ltda - Epp	8.446.238,06	0,00	Termo base	Paralisado	37,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.00.09.0106/01 - 1º termo aditivo, visa readequar a planilha com acréscimo de R\$ 17.958,80 (dezesete mil, novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos) que correspondem a 0,21% do valor original do contrato, passando o valor do mesmo de R\$ 8.446.238,06 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e seis centavos) para R\$ 8.464.196,86 (oito milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, cento e noventa e seis reais e oitenta e seis centavos), prorrogar o prazo contratual por 111 (cento e onze) dias, contados a partir de 05/01/2011, passando o seu vencimento para 26/04/2011, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	02.109.175/0001-67 - T&T Engenharia, Irrigação e Sistemas de Automação Ltda - Epp	0,00	17.958,80	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	37,0%
Aditivo	0.00.09.0106/02 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de execução do contrato por 120 dias, a partir de 27/04/2011, passando o seu vencimento para 25/08/2011, e ratificar as demais cláusulas e condições.	02.109.175/0001-67 - T&T Engenharia, Irrigação e Sistemas de Automação Ltda - Epp	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	37,0%
Aditivo	0.00.09.0106/03 - 3º Termo Aditivo, visa readequar a planilha, com acréscimo de R\$ 242.216,98 (duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e dezesseis reais e noventa e oito centavos), o que corresponde a 2,87% do valor original, perfazendo um total aditado de 3,08%, o valor passa de R\$ 8.464.196,86 (oito milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, cento e noventa e seis reais e oitenta e seis centavos) para R\$ 8.706.413,84 (oito milhões, setecentos e seis mil, quatrocentos e treze reais e oitenta e quatro centavos), sendo que como reforço de caução à garantia inicialmente prestada, a Contratada integralizará o montante de 5% do valor aditado, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	02.109.175/0001-67 - T&T Engenharia, Irrigação e Sistemas de Automação Ltda - Epp	0,00	242.216,98	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	37,0%
Aditivo	0.00.09.0106/04 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de execução do contrato por 120 dias, a partir de 25/08/2011, passando o seu vencimento para 23/12/2011, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	02.109.175/0001-67 - T&T Engenharia, Irrigação e Sistemas de Automação Ltda - Epp	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	37,0%
Contrato	0.00.09.0115 - Apoio à fiscalização e supervisão técnica das obras dos sistemas de esgotamento sanitários, nos Municípios de Bodocó, Buíque, e Cabrobó - 2ª etapa, Calumbi, Exu, Ibirimir, Iguaracy, Itacuruba, Mirandiba, Moreilândia e Santa Terezinha.	07.321.709/0001-38 - JM Engenheiros Consultores Ltda	6.372.975,83	0,00	Termo base	Em Execução	82,0%
Aditivo	0.00.09.0115/01 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo por 12 meses, contados a partir de 11 de maio de 2011, passando o seu vencimento para 11 de maio de 2012, e ratificar as demais cláusulas e condições.	07.321.709/0001-38 - JM Engenheiros Consultores Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	82,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.00.09.0115/02 - 2º termo aditivo visa readequar a planilha contratual, com alteração de quantitativos, com acréscimo de R\$ 1.354.427,40 o que corresponde a 21,25% do valor original do contrato. O valor do contrato passa dos atuais R\$ 6.372.975,83 para R\$ 7.727.403,23 e ratificar as demais cláusulas e condições.	07.321.709/0001-38 - JM Engenheiros Consultores Ltda	0,00	1.354.427,40	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	82,0%
Aditivo	0.00.09.0115/03 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo do contrato por 02 meses, contados a partir de 11/05/2012, passando seu vencimento para 11/07/2012, readequar a planilha contratual com alteração de quantitativos, com acréscimo de R\$ 237.239,01, que corresponde a 3,73% do valor original do contrato, perfazendo um total de 24,98% do valor total do contrato aditado, passando o valor atual do Contrato de R\$ 7.727.403,23 para R\$ 7.924.642,24, e ratificar demais cláusulas e condições.	07.321.709/0001-38 - JM Engenheiros Consultores Ltda	0,00	237.239,01	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	82,0%
Contrato	0.00.09.0133 - Execução de obras e serviços de esgotamento sanitário no Lote 02 - Município de Rodelas.	03.641.903/0001-40 - EGC Construtora e Obras Ltda	6.635.223,27	0,00	Termo Base	Paralisado	14,0%
Contrato	0.00.09.0150 - Execução das obras e serviços de esgotamento sanitário no Município de Ourulândia, no Estado da Bahia. Lote 01	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	6.399.553,95	0,00	Termo base	Paralisado	83,0%
Aditivo	0.00.09.0150/01 - 1º Termo aditivo visa aprovar novo cronograma físico-financeiro, readequar a planilha contratual para ajustes de quantitativos de serviços para efetuar acréscimo de R\$974.605,59 correspondendo a 15,23% do valor contratual, passando o valor do contrato de R\$6.399.553,95 para R\$7.374.159,54, alocar os recursos e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	974.605,59	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Paralisado	83,0%
Aditivo	0.00.09.0150/02 - 2º termo aditivo visa prorrogar o prazo contratual por 120 (cento e vinte) dias, contado a partir de 13/02/2011, com vencimento para 13/06/2011 e aprovar o novo cronograma físico-financeiro.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	83,0%
Aditivo	0.00.09.0150/03 - 3º Termo Aditivo, visa readequar planilha contratual, com acréscimo de R\$ 571.506,22 (quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e seis reais e vinte e dois centavos), que correspondem a 8,93% (oito vírgula noventa e três por cento) do valor original do contrato, perfazendo um total aditado de 24,16%. Com este acréscimo, o valor do contrato passa de R\$ 7.374.159,54 (sete milhões, trezentos e setenta e quatro mil, cento e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) para R\$ 7.945.665,76 (sete milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos), aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	571.506,22	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Paralisado	83,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.00.09.0150/04 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 120 dias contados a partir de 13/06/2011, passando o seu vencimento para 11/10/2011, aprovar o cronograma físico-financeiro, e ratificação das demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	83,0%
Aditivo	0.00.09.0150/05 - 5º Termo aditivo visa prorrogar o prazo por 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 11/10/2011, passando o seu vencimento para 08/02/2012. II - Aprovar o novo cronograma físico-financeiro	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	83,0%
Aditivo	0.00.09.0150/06 - 6º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 120 dias, contados a partir de 08/02/2012, passando seu vencimento para 07/06/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	83,0%
Aditivo	0.00.09.0150/07 - 7º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual, com supressão de R\$ 372,03 equivalentes a -0,01% do valor originalmente contratado., onde esta supressão, o valor total passa de R\$ 7.945.665,76 para R\$ 7.945.293,73, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	-372,03	Readequar a planilha orçamentária e decrescer valor	Paralisado	83,0%
Aditivo	0.00.09.0150/08 - 8º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 120 dias contados a partir de 07/06/2012, passando seu vencimento para 05/10/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	83,0%
Contrato	0.00.09.0151 - Execução das obras e serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário no Município de Umburanas, no Estado da Bahia. Lote 02	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	6.196.388,99	0,00	Termo base	Paralisado	85,0%
Aditivo	0.00.09.0151/01 - 1º Termo Aditivo visa readequar a planilha contratual com acréscimo de R\$ 496.951,89 (quatrocentos e noventa e seis mil, novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e nove centavos), que correspondem a 8,02% do valor original contratado, passando o valor atual de R\$ 6.196.388,99 (seis milhões, cento e noventa e seis mil, trezentos e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos) para R\$ 6.693.340,88 (seis milhões, seiscentos e noventa e tres mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos), aprovar novo cronograma físico-financeiro e retificar demais cláusulas e condições do contrato.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	496.951,89	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Paralisado	85,0%
Aditivo	0.00.09.0151/02 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência contratual por 120 dias, a partir de 13/02/2011, passando o vencimento para 13/06/2011, aprovar no cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	85,0%
Aditivo	0.00.09.0151/03 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 120 dias, contados a partir de 13/06/2011, passando o seu vencimento para 11/10/2011, aprovar o novo cronograma físico-financeiro e ratificação das demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	85,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.00.09.0151/04 - 4º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual, com acréscimo de R\$ 664.111,0, o que correspondem a 10,70% do valor original do contrato, perfazendo um total aditado de R\$ 6.693.340,88 para R\$ 7.357.451,94, aprovar o novo cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	664.111,06	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	85,0%
Aditivo	0.00.09.0151/05 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 120 dias, contados a partir de 11/10/2011, passando seu vencimento para 08/02/2011/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	85,0%
Aditivo	0.00.09.0151/06 - 6º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 120 dias, contados a partir de 08/02/2012, passando seu vencimento para 07/06/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	85,0%
Aditivo	0.00.09.0151/07 - 7º Termo aditivo visa prorrogar prazo por 120 (cento e vinte) dias, contados a partir 07/06/2012, passando seu vencimento para 05/10/2012 e aprovar novo cronograma físico financeiro	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	85,0%
Aditivo	0.00.09.0151/08 - 8º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual, com supressão de R\$ 273,85, que corresponde a -0,01% do valor total do contrato, erfazendo um total aditado de 18,73%, com esta supressão, o valor total passa de R\$ 7.357.451,94 para R\$ 7.357.178,09, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	-273,85	Readequar a planilha orçamentária e decrescer valor	Paralisado	85,0%
Contrato	0.00.09.0175 - Execução das obras e serviços relativos ao projeto de revitalização da microbacia do Riacho do Tigre, no Município de Paulo Afonso/BA. Lote 03 : Aterro compactado : 170m³ Escavação mecânica em solo : 800m³.	02.109.175/0001-67 - T&T Engenharia, Irrigação e Sistemas de Automação Ltda - Epp	4.449.691,55	0,00	Termo Base	Em Execução	15,0%
Ordem de Fornecimento	0.0004/2014 - Fornecimento de combustíveis e lubrificantes para abastecimento da aeronave prefixo PT-VGE de propriedade da CODEVASF.	34.274.233/0001-02 - Petrobras Distribuidora S.A	73.378,12	0,00	Termo Base	Em Execução	1,0%
Ordem de Fornecimento	0.0009/2013 - Fornecimento de combustíveis / lubrificantes para abastecimento da aeronave PT-VGE de propriedade da codevasf	02.532.141/0009-38 - AEROPREST COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	43.936,58	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Contrato	0.003.00/2010 - Implantação do esgotamento sanitário no Município de Cabrobó/PE - 2ª Etapa	05.008.316/0001-43 - Construtora Dois Irmãos Ltda.	2.860.821,27	0,00	Termo base	Paralisado	68,0%
Aditivo	0.003.01/2010 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo do contrato por 120 dias, contados a partir de 21 de abril de 2011, passando o seu vencimento para 19 de agosto de 2011, e ratificar as deamis cláusulas e condições.	05.008.316/0001-43 - Construtora Dois Irmãos Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	68,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.003.02/2010 - 2º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual, com acréscimo de R\$ 641.956,60 (seiscentos e quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos), o que corresponde a 22,44% (vinte dois vírgula quarenta e quatro por cento) do valor original do contrato. O valor do contrato passa de R\$ 2.860.821,27 (dois milhões, oitocentos e sessenta mil, oitocentos e vinte e um reais e vinte e sete centavos) para R\$ 3.502.777,87 (três milhões, quinhentos e dois mil, setecentos e setenta e sete reais e oitenta e sete centavos), aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas.	05.008.316/0001-43 - Construtora Dois Irmãos Ltda.	0,00	641.956,60	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	68,0%
Aditivo	0.003.03/2010 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do contrato por 120 dias, contados a partir de 19/08/2011, passando seu vencimento para 16/12/2011, aprovar novo cronograma físico financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.008.316/0001-43 - Construtora Dois Irmãos Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	68,0%
Aditivo	0.003.04/2010 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar por 180 dias a partir de 16/12/2011, estendendo sua vigência até 12/06/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.008.316/0001-43 - Construtora Dois Irmãos Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	68,0%
Aditivo	0.003.05/2010 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por mais 90 dias, contados a partir de 12/06/2012, passando seu vencimento para 09/09/2012, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.008.316/0001-43 - Construtora Dois Irmãos Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	68,0%
Ordem de Fornecimento	0.0034/2014 - Fornecimento de combustíveis e lubrificantes para abastecimento da aeronave prefixo PT-VGE da CODEVASF.	73.507.162/0004-37 - Oeste Comercial Combustíveis para Aviação Ltda	41.136,04	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Contrato	0.004.00/2012 - Contratação de empresa especializada de gerenciamento de viagens (Travel Management Company - TMC) para prestação de serviços de viagens, incluindo a locação de veículos e aeronaves, executados por meio de ferramenta on line de autoagendamento (self-booking), para o atendimento às necessidades de deslocamento de empregados e convidados eventuais no desempenho das atividades institucionais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, na Sede e Superintendências Regionais	05.120.923/0001-09 - Aerotur Serviços de Viagens Ltda EPP	3.165.170,88	0,00	Termo base	Em Execução	70,0%
Aditivo	0.004.01/2012 - 1º Termo Aditivo, prorrogar o prazo de vigência por mais 12 meses, com vigência a partir de 09/02/2013, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.120.923/0001-09 - Aerotur Serviços de Viagens Ltda EPP	0,00	3.165.170,88	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	70,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.004.02/2012 - 2º Termo aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do contrato por 12 meses, contados a partir de 09/02/2014, realizar alteração quantitativa contratual, onde o quantitativo inicialmente estimado de 06 fretamentos de helicópteros e de 06 fretamentos de aeronaves, num total de 12, será alterado/substituído para 04 fretamentos de helicópteros e 08 fretamentos de aeronaves, num total de 12 fretamentos anuais, e ratificar demais cláusulas e condições do contrato, que não colidam com as deste instrumento.	05.120.923/0001-09 - Aerotur Serviços de Viagens Ltda EPP	0,00	3.165.170,88	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	70,0%
Aditivo	0.004.03/2012 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 09/02/2015, passando o seu vencimento para 09/02/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.120.923/0001-09 - Aerotur Serviços de Viagens Ltda EPP	0,00	3.165.170,88	Prorrogar o prazo de vigência contratual e acrescer valor	Em Execução	70,0%
Contrato	0.007.00/2010 - Execução das obras e serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário no Município de Campo Formoso, no Estado da Bahia.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	14.032.527,91	0,00	Termo base	Paralisado	56,0%
Aditivo	0.007.01/2010 - 1º Termo Aditivo visa readequar a planilha contratual, com acréscimo de R\$ 1.415.773,59 (hum milhão, quatrocentos e quinze mil, setecentos e setenta e três reais e cinquenta e nove centavos) que correspondem a 10,09% do valor original do contrato, passando o valor atual de R\$ 14.032.527,91 (quatorze milhões, trinta e dois mil, quinhentos e vinte e sete reais e noventa e um centavos), para R\$ 15.448.301,50 (quinze milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, trezentos e um reais e cinquenta centavos), aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	1.415.773,59	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	56,0%
Aditivo	0.007.02/2010 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar a vigência do prazo contratual por 180 dias, a partir de 18 de abril de 2011, passando o vencimento para 15 de outubro de 2011, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	56,0%
Aditivo	0.007.03/2010 - 3º Termo aditivo visa prorrogar prazo por 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 17/12/2011 passando para 14/06/2012 e ratificar as demais cláusulas do contrato	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	56,0%
Contrato	0.011.00/2010 - Serviços relativos ao sistema de abastecimento de água, nas comunidades rurais de Amargosa, Angico, Barra da Parateca, Bebedouro, Frota, Garças, Moreira/Cabacinha, Queimadas e Três Ilhas no Município de Carinhanha, BA.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	4.793.750,00	0,00	Termo base	Em Execução	81,0%
Contrato	0.011.00/2014 - Execução de obras e serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário, no município de Matias Cardoso, Estado de Minas Gerais.	00.184.497/0001-45 - CINAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA NACIONAL LTDA - ME	11.131.915,50	0,00	Termo Base	Em Execução	21,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.011.00/2015 - Prestação de Serviço de Manutenção preventiva e corretiva de veículos por meio de cartão magnético para atender às necessidades da frota de veículos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, na Sede em Brasília/DF, nos Escritórios de Representação e nas Superintendências Regionais.	03.506.307/0001-57 - Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HAAG S.A	486.329,77	0,00	Termo Base	Em Execução	24,0%
Aditivo	0.011.01/2010 - 1º Termo aditivo visa prorrogar prazo contratual por 90 (noventa) dias a partir de 25/01/2011, passando seu vencimento para 24/04/2011, aprovar novo cronograma físico-financeiro.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	81,0%
Aditivo	0.011.02/2010 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 120 dias, contados a partir de 24/04/2011, passando o seu vencimento para 21/08/2011, e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	81,0%
Aditivo	0.011.03/2010 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 90 dias, contados a partir de 21/08/2011, passando seu vencimento para 18/11/2011, aprovar nova planilha contratual, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	81,0%
Aditivo	0.011.04/2010 - 4º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual com acréscimo de R\$ 1.017.506,74 (um milhão, dezessete mil, quinhentos e seis reais e setenta e quatro centavos), que corresponde a 21,23% do valor inicial. O valor total do contrato passa de R\$ 4.793.750,00 (quatro milhões, setecentos e noventa e três mil e setecentos e cinquenta reais) para R\$ 5.811.256,74 (cinco milhões, oitocentos e onze mil, duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e quatro centavos), aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	1.017.506,74	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	81,0%
Aditivo	0.011.05/2010 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 120 (cento e vinte) dias a partir de 18/11/2011, passando seu vencimento para 16/03/2012, aprovar nova planilha contratual, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	81,0%
Aditivo	0.011.06/2010 - 6º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por mais 90 dias, contados a partir de 16/03/2012, passando o vencimento para o dia 13/06/2012, aprovar novo cronograma físico financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	81,0%
Aditivo	0.011.07/2010 - 7º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por mais 120 dias, contados a partir de 13/06/2012, passando o vencimento para o dia 10/10/2012, aprovar novo cronograma físico financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	81,0%
Contrato	0.017.00/2015 - Execução dos serviços de Recuperação Mínima e Provisória de Trafegabilidade da Estrada de acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra em São Roque de Minas, Minas Gerais.	65.118.747/0001-94 - Maquenge Máquinas e Engenharia Ltda.	2.221.330,49	0,00	Termo Base	Em Execução	42,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.019.00/2014 - Execução das obras, serviços e fornecimento de materiais, para implantação da 3ª etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Cabrobó, no Estado de Pernambuco.	12.574.539/0001-33 - Construtora Venâncio Ltda	4.668.664,07	0,00	Termo base	Em Execução	71,0%
Aditivo	0.019.01/2014 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 180 dias, contados a partir de 08/02/2015, passando o seu vencimento para 14/09/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	12.574.539/0001-33 - Construtora Venâncio Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	71,0%
Aditivo	0.019.02/2014 - 2º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária contratual, com acréscimo de R\$ 1.167.006,98, em serviços e materiais, equivalente a 24,99% do valor original do contrato, e supressão de R\$ 441.517,83, equivalente a 9,45% do valor do contrato original, prefazendo uma aumento de R\$ 725.489,15, equivalente a 15,54% do contrato original, passando seu valor de R\$ 4.668.664,07 para R\$ 5.394.153,22, prorrogar o prazo de vigência pelo período de 115 dias, de 07/08/2015 para 30/11/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	12.574.539/0001-33 - Construtora Venâncio Ltda	0,00	725.489,15	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	71,0%
Aditivo	0.019.03/2014 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência contratual por 180 dias, estendendo sua vigência de 30/11/2015 para 28/05/2016, e ratificar demais cláusulas e contratuais.	12.574.539/0001-33 - Construtora Venâncio Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	71,0%
Ordem de Serviço	0.0195/2013 - Solicitação de impressão	03.462.349/0001-33 - Copiadora Universitária Ltda - ME	895,70	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Contrato	0.023.00/2010 - Construção de sistema de abastecimento de água nas comunidades rurais de Caiçaras, Campos Novos, Arrasta-Pé, Olho d'Água do Paulo e Nambebé, no município de Paulo Afonso, Estado da Bahia.	00.739.391/0001-60 - Danluz Indústria, Comércio e Serviços Ltda	3.535.352,32	0,00	Termo base	Paralisado	69,0%
Aditivo	0.023.01/2010 - 1º Termo aditivo prorrogar prazo contratual por 180 (cento e oitenta dias) dias, a partir de 11/01/2011, passando seu vencimento para 09/07/2011. Readequar planilha contratual com acréscimo de R\$ 19.135,53 (dezenove mil, cento e trinta e cinco reais e cinquenta e três centavos), que corresponde a 0,54% do valor inicial, que passa de R\$ 3.535.352,32 (três milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos), para R\$ 3.554.487,85 (três milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), aprovar o novo cronograma físico-financeiro.	00.739.391/0001-60 - Danluz Indústria, Comércio e Serviços Ltda	0,00	19.135,53	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	69,0%
Ordem de Fornecimento	0.0246/2014 - Fornecimento de combustíveis e lubrificantes de aviação.	34.274.233/0001-02 - Petrobras Distribuidora S.A	2.130,36	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.025.00/2014 - Avaliação, revisão atualização e conclusão do Projeto Básico dos Sistemas de Abastecimento de Água em comunidades rurais difusas, no município de São Romão, no Estado de Minas Gerais, a saber: captações superficiais ou profundas, redes de distribuição, travessias, elevatórias de água bruta e tratada, linhas de recalque, adutoras, estação de tratamento de água e ligações prediais.	13.372.492/0001-98 - ARH Projetos e Consultorias Ltda - Me	253.309,21	0,00	Termo base	Concluído	97,0%
Aditivo	0.025.01/2014 - Prorrogação de vigência, aprovação do novo cronograma físico-financeiro e ratificação das demais cláusulas contratuais.	13.372.492/0001-98 - ARH Projetos e Consultorias Ltda - Me	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	97,0%
Aditivo	0.025.02/2014 - 2º Termo Aditivo, visa aprovar nova planilha contratual, com o decréscimo de valor na ordem de R\$ 523,47, que corresponde a -0,21% do valor inicial do contrato, que passa de R\$ 253.309,21 para R\$ 252.785,74, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.372.492/0001-98 - ARH Projetos e Consultorias Ltda - Me	0,00	-523,47	Readequar a planilha orçamentária e decrescer valor	Concluído	97,0%
Contrato	0.030.00/2010 - Elaborar projetos básicos, executivos de obras de infra-estrutura do Sistema Integrado de Recursos Sólidos Urbanos, visando possibilitar o licenciamento ambiental, até a licença de instalação das obras que compõem o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos na UGR 13 e UGR 14, na região de Itaparica/Moxotó/Agreste, PE.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	839.902,32	0,00	Termo base	Paralisado	85,0%
Aditivo	0.030.01/2010 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar a vigência do prazo contratual em 60 dias, contados a partir de 30 de novembro de 2010, passando seu vencimento para 29 de janeiro de 2011. Aditar novo cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	85,0%
Aditivo	0.030.02/2010 - 2º Termo Aditivo visa prorrogar o prazo contratual por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 29/01/2011, passando seu vencimento para 29/05/2011.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	85,0%
Aditivo	0.030.03/2010 - 3º Termo aditivo visa prorrogar prazo por 90 (noventa) dias, a partir de 29/05/2011 passando para 27/08/2011 e acrescer valor de R\$ 115.173,22 (cento e quinze mil, cento e setenta e três reais e vinte e dois centavos), o que corresponde a 13,71% do valor original de R\$ 839.902,32 para R\$ 955.075,54 e aprovar o novo cronograma físico-financeiro	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	0,00	115.173,22	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	85,0%
Aditivo	0.030.04/2010 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 120 dias, contados a partir de 27/08/2011, passando seu vencimento para 25/12/2011, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	85,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.030.05/2010 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual de vigência por 120 dias, a partir de 25/12/2011, passando seu vencimento para 23/04/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro, ratificar as demais cláusulas e condições, e ratificar demais cláusulas e condições.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	85,0%
Contrato	0.036.00/2013 - Elaboração da adequação e revisão dos projetos hidráulicos, arquitetônico, civil, elétrico e estrutural das unidades da estação de tratamento de esgoto, emissário de recalque final e estação elevatória de reunião do projeto básico de implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Xique-Xique/Bahia.	32.690.778/0001-66 - UFC - Engenharia Ltda	253.731,93	0,00	Termo Base	Paralisado	0,0%
Contrato	0.037.00/2012 - Execução das obras e serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário no Município de Ubaí, Estado de Minas Gerais, considerando como vencedora a empresa Maquenge - Máquinas e Engenharia Ltda., com a proposta no valor de R\$ 12.508.255,67 (doze milhões, quinhentos e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos).	65.118.747/0001-94 - Maquenge Máquinas e Engenharia Ltda.	12.508.255,67	0,00	Termo base	Concluído	100,0%
Contrato	0.037.00/2013 - Execução de obras e serviços relativos à complementação do sistema de esgotamento sanitário no município de Paineiras no Estado de Minas Gerais.	03.367.118/0001-40 - Construtora Sinarco Ltda	3.350.362,95	0,00	Termo base	Concluído	91,0%
Aditivo	0.037.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária com alteração nos quantitativos, mantendo inalterado o valor global do contrato, aprovar nova planilha orçamentária contratual, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e readequar demais cláusulas e condições.	65.118.747/0001-94 - Maquenge Máquinas e Engenharia Ltda.	0,00	0,00	Readequar a planilha orçamentária sem acrescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	0.037.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa aditar o valor de R\$ 408.161,17, correspondendo a um percentual de acréscimo de 12,18%, passando o valor do contrato de R\$ 3.350.362,95 para R\$ 3.758.524,12, e ratificar demais cláusulas e condições.	03.367.118/0001-40 - Construtora Sinarco Ltda	0,00	408.161,17	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Concluído	91,0%
Aditivo	0.037.02/2012 - 2º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, com alterações nos quantitativos, mantendo inalterado o valor global do contrato, visando conceder aditivo contratual no valor de R\$ 1.438.594,39, passando o valor contratual de R\$ 12.508.255,67, para R\$ 13.946.850,06, o que equivale a 11,50% de acréscimo sobre o valor originalmente contratado, aprovar a nova planilha orçamentária contratual, aprovar o novo cronograma físico, e ratificar demais cláusulas e condições.	65.118.747/0001-94 - Maquenge Máquinas e Engenharia Ltda.	0,00	1.438.594,39	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	0.037.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 83 dias, contados a partir de 08/08/2014, passando o seu vencimento para 30/10/2014, e ratificar demais cláusulas e condições.	03.367.118/0001-40 - Construtora Sinarco Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	91,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.037.03/2013 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 120 dias, contados a partir de 30/10/2014, passando o seu vencimento para 27/02/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	03.367.118/0001-40 - Construtora Sinarco Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	91,0%
Contrato	0.038.00/2010 - Sistema de abastecimento de água, nas comunidades rurais no Município de Poço Redondo, no Estado de Sergipe-SE. Lote 1: Comunidades de Curalinho, Djalma Cesário, Carlito Maia, Todos Iguais, Nelson Mandela, Madre Tereza de Calcutá, Maria Bonita I e II, Assentamento Cajueiro, Povoado Cajueiro, Povoado Jacaré e Jacaré Curitiba V, no Município de Poço Redondo.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	5.240.004,39	0,00	Termo base	Em Execução	81,0%
Contrato	0.038.00/2013 - Execução de obras e serviços relativos à recuperação de estradas e acessos ao Parque Nacional da Serra da Canastra no município de São Roque de Minas-MG.	11.366.252/0001-55 - GPO-Gestão de Projetos e Obras LTDA	51.376.733,46	0,00	Termo base	Rescindido	4,0%
Aditivo	0.038.01/2010 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 180 dias, contados a partir de 14/05/2011, passando o seu vencimento para 10/11/2011, e ratificar as demais cláusulas e condições.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	81,0%
Aditivo	0.038.02/2010 - 2º Termo Aditivo, visa readequar a planilha, com acréscimo de R\$ 585.365,19 (quinhentos e oitenta e cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais e dezenove centavos), o que corresponde a 11,17% do valor original, passando o valor de R\$ 5.240.004,39 (cinco milhões, duzentos e quarenta mil, quatro reais e trinta e nove centavos) para R\$ 5.825.369,58 (cinco milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	585.365,19	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	81,0%
Aditivo	0.038.03/2010 - 3º Termo Aditivo, prorrogar o prazo contratual por 180 dias a partir de 10/11/2011, passando seu vencimento para 07/05/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	81,0%
Aditivo	0.038.04/2010 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 90 dias a partir de 07/05/2012, passando seu vencimento para 04/08/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	81,0%
Aditivo	0.038.05/2010 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por mais 120 dias, contados a partir de 04/08/2012, passando seu vencimento para 02/12/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	81,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.038.06/2010 - 6º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por mais 120 dias, contados a partir de 02/12/2012, passando seu vencimento para 31/03/2013, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	81,0%
Aditivo	0.038.07/2010 - 7º Termo Aditivo, visa prorrogar por 60 dias, contados a partir de 31/03/2013, passando o seu vencimento para 29/05/2013, readequar a planilha contratual com acréscimo de R\$ 465.654,30, que corresponde a 8,89% do atual do contrato, totalizando um aumento percentual de 20,06%, passando o seu valor de R\$ 5.825.369,58 para R\$ 6.291.023,88, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	465.654,30	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	81,0%
Aditivo	0.038.98/2013 - Autorizar, com base nos pareceres técnicos nº 03/2014, nº 19/2014 e nº 076/2014 da 1ª GRR/USA, nos pareceres jurídicos nº 69/2014, nº 606/2014 da PR/AJ, no despacho da AR/GSA (fls. 602 a 603) e no despacho do PR/GB, a rescisão unilateral do contrato 0.038.00/2013, celebrado com a GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda., que tem por objeto a execução das obras e serviços relativos à recuperação de estradas e acessos no Parque Nacional da Serra da Canastra, no Município de São Roque de Minas, no Estado de Minas Gerais. II - Autorizar a aplicação de penalidades previstas na cláusula 10 do contrato: a) Multa no valor de R\$ 5.197.020,77 (cinco milhões, cento e noventa e sete mil, vinte reais e setenta e sete centavos), b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codevasf pelo prazo de 2 (dois) anos	11.366.252/0001-55 - GPO-Gestão de Projetos e Obras LTDA	0,00	0,00	Termo de Rescisão	Rescindido	4,0%
Contrato	0.041.00/2012 - Execução de serviços de locação de 01 veículo para apoio às atividades da equipe técnica do Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos da América - USACE, onde o prazo de execução dos serviços é de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.	12.842.700/0001-02 - OMEGA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	103.790,00	0,00	Termo base	Em Execução	95,0%
Aditivo	0.041.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 30/04/2015, passando o seu vencimento para 30/04/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	12.842.700/0001-02 - OMEGA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	0,00	103.790,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual e acrescer valor	Em Execução	95,0%
Contrato	0.042.00/2014 - Execução de serviços de elaboração de projeto básico, projeto executivo de engenharia e estudos específicos para licenciamento ambiental, até a emissão da licença prévia, possibilitado a implantação das obras para um sistema Integrado dos Recursos Sólidos Urbanos na bacia hidrográfica do rio São Francisco, referente ao Lote 1, Estado de Alagoas.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	451.703,98	0,00	Termo Base	Concluído	0,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.043.00/2014 - Execução de serviços de elaboração de projeto básico, projeto executivo de engenharia e estudos específicos para licenciamento ambiental, até a emissão da licença prévia, possibilitado a implantação das obras para um sistema Integrado dos Recursos Sólidos Urbanos na bacia hidrográfica do rio São Francisco, referente ao Lote 3, Estado de Sergipe.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	608.321,58	0,00	Termo Base	Em Execução	12,0%
Contrato	0.044.00/2014 - Execução de serviços de elaboração de projeto básico, projeto executivo de engenharia e estudos específicos para licenciamento ambiental, até a emissão da licença prévia, possibilitado a implantação das obras para um sistema Integrado dos Recursos Sólidos Urbanos na bacia hidrográfica do rio São Francisco, referente ao Lote 2, Estado de Pernambuco.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	520.639,68	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Contrato	0.048.00/2014 - Execução de obras e serviços relativos ao sistema de abastecimento, em comunidades rurais difusas no município de Paratinga, no Estado da Bahia. Início da vigência a partir da Ordem de Serviço dada pelo fiscal a fl. 1170 do processo administrativo e anexo na sub aba anexos do instrumento.	08.366.615/0001-48 - C.T.A Empreendimentos Ltda.	5.800.000,00	0,00	Termo Base	Paralisado	27,0%
Contrato	0.049.00/2014 - Execução de obras e serviços relativos aos sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais difusas no município de Pão de Açúcar, no Estado de Alagoas.	07.919.599/0001-00 - IMPERATRIZ POÇOS E IRRIGAÇÕES LTDA	7.899.801,52	0,00	Termo Base	Em Execução	15,0%
Contrato	0.05.08.0214 - Execução das obras e serviços ao sistema de esgotamento sanitário do município de Jacaraci - Bahia, englobando: rede coletora convencional, rede coletora condominal, estações elevatórias de esgoto, estação de tratamento de esgoto, linhas de recalque, ligações domiciliares e montagem de equipamentos.	07.225.466/0001-34 - Diagonal Construtora Ltda	3.097.496,17	0,00	Termo base	Paralisado	88,0%
Aditivo	0.05.08.0214/01 - O 1º Termo Aditivo tem por objeto prorrogar prazo do contrato por 130 dias a partir de 25/10/2009, estendendo sua vigência para 03/03/2010.	07.225.466/0001-34 - Diagonal Construtora Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	88,0%
Aditivo	0.05.08.0214/02 - 2º Termo aditivo, prorrogar prazo por 77(setenta e sete)dias, contados a partir de 04/03/2010 a 15/05/2010.	07.225.466/0001-34 - Diagonal Construtora Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	88,0%
Aditivo	0.05.08.0214/03 - 3º Termo Aditivo visa readequar a planilha, com acréscimo de R\$ 459.834,78 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos), o que corresponde a 14,85% do valor original, passando o seu valor de R\$ 3.097.496,17 (três milhões, noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e dezessete centavos) para R\$ 3.557.330,95 (três milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentos e trinta reais e noventa e cinco centavos). Aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	07.225.466/0001-34 - Diagonal Construtora Ltda	0,00	459.834,78	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Paralisado	88,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.05.08.0214/04 - 4º Termo aditivo, prorrogar prazo por 199 (cento e noventa e nove) dias, a partir de 15/05/2010 com vencimento em 30/11/2010, e ratifica as demais cláusulas e condições.	07.225.466/0001-34 - Diagonal Construtora Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	88,0%
Aditivo	0.05.08.0214/05 - 5º Termo Aditivo visa readequar a planilha com acréscimo de R\$ 303.137,11 (trezentos e três mil, cento e trinta e sete reais e onze centavos, o que corresponde a 9,78% do valor original, perfazendo um total aditado de 24,63%. O valor passa de R\$ 3.557.330,95 (três milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentos e trinta reais e noventa e cinco centavos), para R\$ 3.860.468,06 (três milhões, oitocentos e sessenta mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e seis centavos) e ratificar as demais cláusulas e condições.	07.225.466/0001-34 - Diagonal Construtora Ltda	0,00	303.137,11	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	88,0%
Aditivo	0.05.08.0214/06 - 6º Termo aditivo visa prorrogar prazo por 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 30/11/2010 a 30/03/2011, ratificar as demais cláusulas e sub cláusulas.	07.225.466/0001-34 - Diagonal Construtora Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	88,0%
Contrato	0.05.09.0052 - Serviços de elaboração dos projetos básicos e executivos de engenharia e estudos ambientais para possibilitar o licenciamento ambiental, até a licença de instalação, das seguintes obras, agrupadas em lotes, que compõem o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos nas bacias hidrográficas do rio São Francisco e do Parnaíba, lote 2 (Estado da Bahia, com 20 municípios) são eles: Irecê, atendendo 18 municípios: Barra do Mendes, Barro Alto, B. de Macaúbas, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipuiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibai, Xique-Xique. Juazeiro, atendendo 2 municípios: Juazeiro e Sobradinho	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	534.368,32	0,00	Termo base	Paralisado	90,0%
Aditivo	0.05.09.0052/01 - 1º Termo aditivo, prorrogar prazo por 90 (noventa) dias, a partir de 31/03/2010 com término em 29/06/2010.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	90,0%
Aditivo	0.05.09.0052/02 - 2º Termo aditivo visa prorrogar o prazo por 90 dias, contados a partir de 29/06/2010 com término em 27/09/2010 e aprovar novo cronograma físico financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições. Readequação da planilha com acréscimo de R\$ 52.484,16, correspondendo a 9,82% do valor original, passando o valor de R\$ 534.368,32 para R\$ 586.852,48.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	0,00	52.484,16	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	90,0%
Aditivo	0.05.09.0052/03 - 3º Termo Aditivo visa prorrogar o prazo contratual por 90 (noventa) dias, a partir de 27/09/2010, passando seu vencimento para 26/12/2010, aprovar o novo cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	90,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.05.09.0052/04 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual, passando seu vencimento de 06/10/2011, para 28/03/2012, e ratificar demais cláusulas e condições.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	90,0%
Contrato	0.05.09.0054 - Elaboração de projetos de engenharia e estudos ambientais de obras de infra-estrutura de sistemas integrados de resíduos sólidos urbanos nas bacias hidrográficas dos Rios São Francisco e Paranaíba. Referente ao lote 4, (Estados: Piauí e Maranhão, com 35 municípios)a saber: Maranhão, 3 municípios: Caxias, Coelho Neto e Duque Bacelar. Piauí , 32 municípios: Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves, Ilha Grande Luís Correia, Murici dos Portelas, Parnaíba, Barras, Batalha, Brasileira, Campo Largo do Piauí, Domingos Mourão, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Lagoa de São Francisco, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Milton Brandão, Morro do Chapéu do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios, Pedro II, Piracuruca, Piripiri,Porto, São João da Fronteira, São João do Arraial e São José do Divino.	40.610.677/0001-66 - Geotechnique Consultoria e Engenharia Ltda	1.373.185,37	0,00	Termo base	Paralisado	30,0%
Aditivo	0.05.09.0054/01 - 1º Termo aditivo, prorrogar prazo por 90(noventa) dias, contados a partir de 01/04/2010 com término em 30/06/2010.	40.610.677/0001-66 - Geotechnique Consultoria e Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	30,0%
Aditivo	0.05.09.0054/02 - 2º Termo Aditivo. Prorroga a execução pelo prazo de 160 (cento e sessenta) dias contados a partir de 30/06/2010, passando seu vencimento para 07/12/2010. Ratifica as demais cláusulas e condições.	40.610.677/0001-66 - Geotechnique Consultoria e Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	30,0%
Aditivo	0.05.09.0054/03 - 3º termo aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência pelo período de 90 (noventa) dias contados a partir de 07 de dezembro de 2010 e a vencer em 07 de março de 2011 e ratificar as demais clausulas e condições.	40.610.677/0001-66 - Geotechnique Consultoria e Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	30,0%
Contrato	0.051.00/2010 - Execução de obras e serviços relativos aos sistemas de esgotamento sanitário, no município de Madeiro localizado no Estado do Piauí.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	5.080.924,19	0,00	Termo base	Paralisado	58,0%
Aditivo	0.051.01/2010 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 180 dias, contados a partir de 28/06/2011, passando seu vencimento para 25/12/2011, e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	58,0%
Aditivo	0.051.02/2010 - 2º Termo aditivo visa prorrogar prazo por 90 (noventa) dias, contados a partir de 25/12/2011, passando para 24/03/2012 e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	58,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.051.03/2010 - 3º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual, com acréscimo de R\$ 925.184,15, que corresponde a 18,21% do valor original do contrato, passando o valor atual de R\$ 5.080.924,19, para R\$ 6.006.108,34, prorrogar o prazo do contrato por 90 dias, contados a partir de 25/03/2012, passando o seu vencimento para 23/06/2012.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	925.184,15	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Paralisado	58,0%
Aditivo	0.051.04/2010 - 4º Termo aditivo visa prorrogar prazo por 130 (cento e trinta) dias contados a partir de 23/06/2012, passando para 31/10/2012, aprovar o novo cronograma físico financeiro	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	58,0%
Contrato	0.053.00/2010 - Execução das obras e serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário nos municípios do Estado do Piauí, distribuídos em 02 (dois) lotes, sendo no caso presente, o Lote 02, Município de Joca Marques, do estado do Piauí.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	4.539.120,02	0,00	Termo base	Em Execução	70,0%
Aditivo	0.053.01/2010 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha com acréscimo de R\$ 720.076,28 (setecentos e vinte mil, setenta e seis reais e vinte e oito centavos), o que corresponde a 15,86% do valor original, que passa de R\$ 4.539.120,02 (quatro milhões, quinhentos e trinta e nove mil, cento e vinte reais e dois centavos), para R\$ 5.259.196,30 (cinco milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, cento e noventa e seis reais e trinta centavos), prorrogar o prazo de vigência por 180 dias, a partir de 28/03/2011, passando o vencimento para 25/09/2011, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar as demais cláusulas e condições do Contrato.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	720.076,28	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	70,0%
Aditivo	0.053.02/2010 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 180 dias, contados a partir de 25/09/2011, passando o seu vencimento para 23/03/2012, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	70,0%
Aditivo	0.053.03/2010 - 3º Termo Aditivo, visa aprovar nova planilha contratual com acréscimo de R\$ 154.001,13, o que corresponde a 3,39% do valor do contrato, perfazendo um total aditado equivalente a 19,26%, passando o valor atual de R\$ 4.539.120,02 para R\$ 5.413.197,43, prorrogar o prazo contratual por 90 dias, contados a partir de 23/03/2012, passando o seu vencimento para 21/06/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	154.001,13	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	70,0%
Aditivo	0.053.04/2010 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 132 dias contados a partir de 21/06/2012, passando seu vencimento para 31/10/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	17.155.458/0001-12 - Soenge Construtora LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	70,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.056.00/2010 - Execução de obras e serviços relativos aos sistemas de esgotamento sanitário (2ª etapa) do município de Tasso Fragoso, no Estado do Maranhão. 1.1. A descrição pormenorizada das obras/serviços constam do Anexo I do Edital, Projeto básico, desenhos e especificações técnicas constam do Anexo II do Edital e Planilha de orçamentação de obras / serviços e fornecimentos constam do Anexo III do Edital.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	4.258.530,58	0,00	Termo base	Em Execução	92,0%
Aditivo	0.056.01/2010 - 1º Termo aditivo, prorrogar o prazo por 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir de 04/04/2011, passando o seu vencimento para 30/11/2011 e aprovar o novo cronograma físico-financeiro.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	92,0%
Aditivo	0.056.02/2010 - 2º Termo Aditivo visa readequar a planilha contratual com acréscimo de R\$ 527.086,41 correspondente a 12,38% do valor original do contrato, passando o valor do contrato de R\$ 4.258.530,58 para R\$ 4.785.616,99, aprovar o novo cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	527.086,41	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	92,0%
Aditivo	0.056.03/2010 - 3º Termo Aditivo, visa readequar a planilha, com acréscimo de R\$ 457.695,54 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), que corresponde a 10,75% do valor original, perfazendo um total aditado de 23,13%. O valor passa de R\$ 4.785.616,99 (quatro milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e dezesseis reais e noventa e nove centavos) para R\$ 5.243.312,53 (cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil, trezentos e doze reais e cinquenta e três centavos), prorrogar o prazo contratual por 180 dias, contados a partir de 30/11/2011, passando seu vencimento para 28/05/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	457.695,54	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	92,0%
Aditivo	0.056.04/2010 - 4º Termo Aditivo, visa readequar planilha contratual com acréscimo de R\$ 77.437,24, que corresponde a 1,82% do valor original do contrato, perfazendo um total aditado de 24,95%, onde o valor do contrato passa de R\$ 5.243.312,53, para R\$ 5.320.749,77, prorrogar o prazo contratual por 90 dias, contados a partir de 28/05/2012, passando seu vencimento para 26/08/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	77.437,24	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	92,0%
Contrato	0.058.00/2013 - Execução de obras e serviços relativos aos sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais difusas, no município de Casa Nova no Estado da Bahia.	13.578.869/0001-60 - MRM Construtora Ltda.	17.239.999,16	0,00	Termo base	Em Execução	90,0%
Aditivo	0.058.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 180 dias, contados a partir de 25/12/2014, passando o seu vencimento para 22/06/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.578.869/0001-60 - MRM Construtora Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	90,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.058.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 180 dias, contados a partir de 22/06/2015, passando o seu vencimento para 20/12/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.578.869/0001-60 - MRM Construtora Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	90,0%
Contrato	0.062.00/2013 - Execução das obras e serviços relativos à complementação do sistema de esgotamento sanitário no município de Arcos - MG.	18.287.532/0001-17 - LAMAR ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	15.936.323,24	0,00	Termo base	Em Execução	67,0%
Aditivo	0.062.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual com acréscimo de R\$ 184.260,00, que corresponde a 1,16% do valor original do contrato que passa de R\$ 15.936.323,24, para 16.120.583,24, e ratificar demais cláusulas e condições.	18.287.532/0001-17 - LAMAR ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	0,00	184.260,00	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	67,0%
Aditivo	0.062.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa ditar o valor em R\$ 1.475.746,40, em razão de readequação da planilha orçamentária, passando de R\$ 16.120.583,24 para 17.596.329,64, que equivale a 10,42% do valor originalmente contratado, prorrogar o prazo do instrumento por mais 248 dias, passando a vigência de 25/05/2015 para 28/01/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	18.287.532/0001-17 - LAMAR ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	0,00	1.475.746,40	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	67,0%
Contrato	0.064.00/2013 - Execução de obras e serviços para conclusão da implantação do Sistema de Abastecimento de Água nas comunidades rurais de Campos Novos, Arrasta-Pé, Namberé e Olho D'Água do Paulo, em Paulo Afonso-BA, dentro da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, com início de vigência em 17/06/2013, por um período de 300 dias, com término de vigência em 12/04/2014.	05.786.268/0001-14 - CRITÉRIO ENGENHARIA LTDA	3.013.941,47	0,00	Termo base	Em Execução	56,0%
Aditivo	0.064.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar a vigência do prazo por 90 dias contados a partir de 12/04/2014, passando o vencimento para 10/07/2014, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.786.268/0001-14 - CRITÉRIO ENGENHARIA LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	56,0%
Aditivo	0.064.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 150 dias, contados a partir de 10/07/2014, passando o seu vencimento para 06/12/2014, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.786.268/0001-14 - CRITÉRIO ENGENHARIA LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	56,0%
Aditivo	0.064.03/2013 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 90 dias, contados a partir de 06/12/2014, passando o seu vencimento para 05/03/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.786.268/0001-14 - CRITÉRIO ENGENHARIA LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	56,0%
Aditivo	0.064.04/2013 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 90 dias, contados a partir de 05/03/2015, passando o seu vencimento para 02/06/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.786.268/0001-14 - CRITÉRIO ENGENHARIA LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	56,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.064.05/2013 - 5º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual com acréscimo de quantitativos e serviços, no valor de R\$ 284.346,28, equivalente a 9,43% do valor inicial do contrato, que é de R\$ 3.013.941,47, passando o seu valor para R\$ 3.298.287,75, prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 60 dias, contados a partir de 02/06/2015, passando o seu vencimento para 31/07/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.786.268/0001-14 - CRITÉRIO ENGENHARIA LTDA	0,00	284.346,28	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	56,0%
Aditivo	0.064.06/2013 - 6º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 150 dias, contados a partir de 31/07/2015, passando o seu vencimento para 28/12/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.786.268/0001-14 - CRITÉRIO ENGENHARIA LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	56,0%
Contrato	0.065.00/2012 - Execução de obras e serviços relativos à complementação e implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Caeté, no estado de Minas Gerais. com o prazo de execução de 900 dias contados a partir da data de assinatura do contrato.	02.109.175/0001-67 - T&T Engenharia, Irrigação e Sistemas de Automação Ltda - Epp	15.213.077,30	0,00	Termo base	Em Execução	59,0%
Aditivo	0.065.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, com alterações nos quantitativos, permanecendo inalterado o valor global do contrato, aprovar novo cronograma físico financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	02.109.175/0001-67 - T&T Engenharia, Irrigação e Sistemas de Automação Ltda - Epp	0,00	0,00	Alterar a planilha orçamentária, com alteração de quantitativos e inclusão de novos itens, sem alteração de valor	Em Execução	59,0%
Aditivo	0.065.02/2012 - 2º Termo Aditivo, visa eadequar a planilha orçamentária com decréscimo no valor de R\$ 249.368,39, o que corresponde a um percentual de 1,64% do valor original do contrato, somado com o decréscimo do 1º Termo Aditivo de 11,36%, totaliza o percentual de decréscimo ao instrumento em 13,00%, acréscimo no valor de R\$ 2.042.748,64, correspondendo a um percentual de 13,43% do valor contratual, somado com o percentual de acréscimo do 1º Termo Aditivo de 9,53%, totalizando o percentual de acréscimo ao instrumento em 22,96%, tendo o valor aditivado em R\$ 1.793.380,25, passando o valor do contrato de R\$ 15.213.077,30 para R\$ 17.006.457,55, prorrogar o prazo de vigência e aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	02.109.175/0001-67 - T&T Engenharia, Irrigação e Sistemas de Automação Ltda - Epp	0,00	1.793.380,25	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	59,0%
Contrato	0.067.00/2012 - Execução de obras e serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário no Município de Rio Acima, Estado de Minas Gerais.	00.808.782/0001-90 - SOMA ENGENHARIA CIVIL LTDA	18.189.200,11	0,00	Termo Base	Paralisado	2,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.068.00/2012 - Execução das obras e serviços relativos à implantação dos sistemas de esgotamento sanitário no Município de Canapi (Lote 01), no Estado de Alagoas, onde o prazo de vigência é contado a partir da assinatura da Ordem de Serviço emitida pela Codevasf com eficácia após a publicação no Diário Oficial, por um período de 540 dias.	41.167.347/0001-00 - Cony Engenharia Ltda	6.349.656,76	0,00	Termo base	Em Execução	34,0%
Aditivo	0.068.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 360 dias, contados a partir de 08/10/2014, passando o seu vencimento para 03/10/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	41.167.347/0001-00 - Cony Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	34,0%
Aditivo	0.068.02/2012 - 2º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual com decréscimo no valor de R\$ 463.877,61, do valor inicialmente contratado, sendo -12,30% de decréscimo e 4,99% de acréscimos, portanto, dentro do limite de 25% de acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras/serviços, passando dos atuais R\$ 6.349.656,76 para R\$ 5.885.789,51, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	41.167.347/0001-00 - Cony Engenharia Ltda	0,00	-463.877,61	Readequar a planilha orçamentária e decrescer valor	Em Execução	34,0%
Contrato	0.069.00/2012 - Execução das obras e serviços relativos à implantação dos sistemas de esgotamento sanitário no Município de Carneiros (Lote 02), no Estado de Alagoas. onde o prazo de vigência é contado a partir da assinatura da Ordem de Serviço emitida pela Codevasf com eficácia após a publicação no Diário Oficial, por um período de 540 dias.	14.081.122/0001-64 - SALHIAH ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E GERENCIAMENTO LTDA	5.054.173,05	0,00	Termo base	Em Execução	77,0%
Aditivo	0.069.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa aditar o valor contratual em R\$ 366.434,96, passando o valor contratado de R\$ 5.054.173,05, para R\$ 5.420.608,01, correspondendo a um percentual de acréscimo de 7,25%, sem alteração do prazo contratual, e ratificar demais cláusulas e condições.	14.081.122/0001-64 - SALHIAH ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E GERENCIAMENTO LTDA	0,00	366.434,96	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	77,0%
Aditivo	0.069.02/2012 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 240 dias, contados a partir de 16/10/2014, passando o seu vencimento para 13/06/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	14.081.122/0001-64 - SALHIAH ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E GERENCIAMENTO LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	77,0%
Aditivo	0.069.03/2012 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 90 dias, contados a partir de 13/06/2015, passando o seu vencimento para 10/09/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	14.081.122/0001-64 - SALHIAH ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E GERENCIAMENTO LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	77,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.069.04/2012 - 4º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual, sem alteração de valor, resultante de um decréscimo de quantitativos no valor de R\$454.370,16 , que corresponde a - 8,99% de redução ao contrato, e um acréscimo de quantitativos no valor de R\$454.370,16 , que corresponde a 8,99% de aumento ao contrato, mantendo o contrato no valor de R\$5.420.608,01, onde o total acumulado no 1º e 4º termos aditivos, representam 16,24% de aumento e 8,99% de redução ao contrato, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	14.081.122/0001-64 - SALHIAH ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E GERENCIAMENTO LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária sem acrescer valor	Em Execução	77,0%
Aditivo	0.069.05/2012 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 90 dias, contados a partir de 10/09/2015, passando seu vencimento para 08/12/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	14.081.122/0001-64 - SALHIAH ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E GERENCIAMENTO LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	77,0%
Aditivo	0.069.06/2012 - 6º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 90 dias, contados a partir de 08/12/2015, passando o seu vencimento para 06/03/2016, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	14.081.122/0001-64 - SALHIAH ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E GERENCIAMENTO LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	77,0%
Contrato	0.070.00/2014 - Execução das obras e serviços relativos ao sistema de abastecimento de água, em comunidades rurais difusas, englobando captações de água bruta, adutoras de água bruta, adutoras de água tratada, estações elevatórias de água bruta, estações elevatórias de água tratada, estações de tratamento de água, reservatórios, redes de distribuição e ligações prediais. no município de Ibotirama, Bahia.	00.388.547/0001-06 - PACTO PROJETOS & OBRAS LTDA	6.691.528,37	0,00	Termo base	Concluído	100,0%
Aditivo	0.070.01/2014 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual com acréscimo e supressões de quantitativos e serviços à planilha orçamentária, com acréscimo no valor de R\$ 219.804,68, o que corresponde a um percentual absoluto de 3,28% do valor inicialmente contratado, sendo 7,35% de decréscimo e 10,63% de acréscimos, portanto, portanto dentro do limite de 25% de acréscimo ou supressões que se fizerem nas obras/serviços, passando dos atuais R\$ 6.691.528,37 para R\$ 6.911.333,05, e readequar demais cláusulas e condições.	00.388.547/0001-06 - PACTO PROJETOS & OBRAS LTDA	0,00	219.804,68	Readequar planilha orçamentária para acrescer valor e inclusão de novos serviços	Concluído	100,0%
Aditivo	0.070.02/2014 - 2º Termo Aditivo, visa readequar planilha contratual, sendo 7,294% de acréscimos, correspondendo a um valor de R\$ 488.130,27 , e 7,295% de decréscimos, correspondendo a um valor de R\$ 488.173,09 , acarretando num decréscimo no valor de R\$ 42,93 , perfazendo um total aditado de 18,30% de acréscimo, e 14,64% de decréscimo, passando o valor do contrato de R\$ 6.936.821,45 para R\$ 6.936.778,52, e ratificar demais cláusulas e condições.	00.388.547/0001-06 - PACTO PROJETOS & OBRAS LTDA	0,00	-42,93	Readequar a planilha orçamentária e decrescer valor	Concluído	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.071.00/2012 - Execução de obras e serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário no município de Cacimbinhas (Lote I), Estado de Alagoas, onde o prazo de vigência é contado a partir da data registrada na Ordem de Serviço, após a publicação no diário Oficial.	41.167.347/0001-00 - Cony Engenharia Ltda	6.683.415,57	0,00	Termo base	Em Execução	70,0%
Aditivo	0.071.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 365 dias, contados a partir de 30/12/2014, passando o seu vencimento para 29/12/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	41.167.347/0001-00 - Cony Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	70,0%
Aditivo	0.071.02/2012 - 2º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, com acréscimo no valor de R\$ 1.005.999,99 , representando 15,05% do valor contratado e com decréscimo no valor de R\$ 1.260.769,65 , que representa 18,86% do valor contratado inicialmente. Desta forma o valor da planilha orçamentária do contrato passa de 6.683.415,57 para R\$ 6.428.645,91, prorrogar o prazo contratual por mais 180 dias, passando seu vencimento de 29/12/2015 para 27/06/2016, e ratificar demais cláusulas contratuais.	41.167.347/0001-00 - Cony Engenharia Ltda	0,00	-254.769,66	Prorrogar o prazo de vigência contratual e decrescer valor	Em Execução	70,0%
Contrato	0.072.00/2012 - Execução de obras e serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário no município de Olhos D'Água do Casado, (Lote II), no Estado de Alagoas, onde o prazo de vigência é contado a partir da data registrada na Ordem de Serviço, após a publicação no diário Oficial.	14.081.122/0001-64 - SALHIAH ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E GERENCIAMENTO LTDA	6.252.868,71	0,00	Termo base	Em Execução	32,0%
Aditivo	0.072.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 180 dias, contados a partir de 09/01//2015, passando o seu vencimento para 08/07/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	14.081.122/0001-64 - SALHIAH ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E GERENCIAMENTO LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	32,0%
Aditivo	0.072.02/2012 - 2º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual com decréscimo no valor de R\$ 174,89, resultante de um acréscimo de quantitativos no valor de R\$ 1.113.129.66, que corresponde a 18,12%, e de decréscimo de quantitativos no valor de R\$ 1.133.304,55, que corresponde a -18,12%, passando dos atuais R\$ 6.252.868,71, para R\$ 6.252.693,82, readequar a planilha contratual, prorrogar a vigência do prazo do contrato por mais 90 dias contados a partir de 08/07/2015, passando o vencimento para 08/10/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	14.081.122/0001-64 - SALHIAH ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E GERENCIAMENTO LTDA	0,00	-174,89	Prorrogar o prazo de vigência contratual e decrescer valor	Em Execução	32,0%
Aditivo	0.072.03/2012 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar a vigência do prazo do contrato por mais 150 dias, contados a partir de 09/10/2015, passando o vencimento para 06/03/2016, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	14.081.122/0001-64 - SALHIAH ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E GERENCIAMENTO LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	32,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.075.00/2011 - Prestação de assistência técnica ao longo do Rio São Francisco, em regime de tempo integral, com especialistas nas áreas hidráulica, geotécnica, dragagem e engenharia de construção, incluindo outras especialidades a serem requeridas pela CODEVASF, com experiência em estabilização de margens de rio, controle de erosão, dragagem, escavação em rocha e navegação, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014	- United States Army Corpus of Engineers - USACE	11.853.696,00	0,00	Termo base	Em Execução	100,0%
Aditivo	0.075.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa formalizar a data real de início do contrato de 05/03/2012 e as correspondentes alterações no Cronograma Estimado de Pagamento, e reafirma as Notas 3 e Referência continuada do contrato, onde esta oferta expira em 30/06/2012	- United States Army Corpus of Engineers - USACE	0,00	0,00	Alteração/Correção de cláusula contratual	Em Execução	100,0%
Aditivo	0.075.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visando prorrogar o prazo de vigência por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir de 04/03/2015, passando seu vencimento para 04/03/2016.	- United States Army Corpus of Engineers - USACE	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	100,0%
Contrato	0.084.00/2014 - Contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento de cartão de combustível mediante sistema eletrônico com utilização de cartões magnéticos ou chip, para abastecimento dos veículos a serviço da CODEVASF, sendo este, gasolina, etanol, óleo diesel comum, diesel s-10 e lubrificantes, Brasília-DF.	03.506.307/0001-57 - Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HAAG S.A	2.060.701,09	0,00	Termo base	Em Execução	35,0%
Aditivo	0.084.01/2014 - 1º Termo Aditivo, visa a inclusão de R\$ 346.106,51 correspondente a 16,80% , visando a inclusão no Item Lubrificantes de filtro de óleo e bujão de escoamento com anel de vedação, filtro de ar, filtro de combustível, Arla32 e lavagem completa (motor e lataria), onde o valor do Contrato passará de R\$ 2.060.701,09 para R\$ 2.406.807,60, e ratificar demais cláusulas e condições.	03.506.307/0001-57 - Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HAAG S.A	0,00	346.106,51	Readequar planilha orçamentária para crescer valor e inclusão de novos serviços	Em Execução	35,0%
Aditivo	0.084.02/2014 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 21/10/2015, passando o seu vencimento para 21/10/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	03.506.307/0001-57 - Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HAAG S.A	0,00	2.406.807,60	Prorrogar o prazo de vigência contratual e crescer valor	Em Execução	35,0%
Contrato	0.086.00/2014 - Execução de serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica de contratos e convênios das obras e ações, no âmbito do programa de recuperação e controle de processos e erosivos, no Estado de Minas Gerais, na área de abrangência da 1ª SR.	81.188.542/0001-31 - STCP - Engenharia de Projetos Ltda	5.665.235,77	0,00	Termo Base	Não Iniciado - aguardando a ordem de serviço	0,0%
Contrato	0.090.00/2014 - Contratação de serviços de versão e tradução de textos técnicos de engenharia de obras fluviais em português do Brasil para o inglês dos Estados Unidos da América e deste para o português do Brasil, para a Codevasf, Brasília-DF.	07.044.313/0002-71 - Renata dos Santos Costa - ME - Sun Languages	349.950,00	0,00	Termo Base	Em Execução	16,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.098.00/2014 - Execução de serviços de avaliação, revisão, atualização e conclusão do projeto básico dos sistemas de abastecimento de água nas comunidades rurais no município de Itacarambí, no Estado de Minas Gerais.	17.387.713/0001-52 - TECISAN - TÉCNICA DE ENGENHARIA CIVIL E SANITÁRIA LTDA	191.981,43	0,00	Termo base	Em Execução	61,0%
Aditivo	0.098.01/2014 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 120 dias, contados a partir de 15/09/2015, passando o vencimento para 13/01/2016, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.387.713/0001-52 - TECISAN - TÉCNICA DE ENGENHARIA CIVIL E SANITÁRIA LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	61,0%
Contrato	0.100.00/2014 - Execução das obras e serviços relativos à complementação e implantação do sistema de esgotamento sanitário do município de São Felix do Coribe, no Estado da Bahia.	05.463.160/0001-90 - KLEPER CONSTRUTORA LTDA	14.421.762,32	0,00	Termo Base	Rescindido	0,0%
Contrato	0.101.00/2010 - Executar obras e serviços relativos ao sistema de abastecimento de água em comunidades rurais, nas localidades de Ponta D'Água, Volta da Serra, Cajuí, Pau D'Árco, Retiro de Cima, Brejo de Fora, Vila Brejo de Fora, Picarrão, Brejo de Dentro, Café da Rosa, Mulungú, Piri, Traíra, Riacho dos Paes, Tombador, Retiro de Baixo, Aldeia, Pascoal, Limoeiro, Itapera e Capeado, no Município Sento Sé-BA.	11.630.923/0001-43 - Maf Projetos e Obras Ltda	17.428.016,46	0,00	Termo base	Em Execução	98,0%
Contrato	0.101.00/2013 - Execução das obras e serviços relativos à complementação e implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Serra do Ramalho, no estado da Bahia.	01.152.782/0001-47 - VAN TERRA TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	4.661.235,43	0,00	Termo base	Concluído	100,0%
Aditivo	0.101.01/2010 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 180 dias contados a partir de 12/10/2011, passando seu vencimento para 08/04/2012, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar as demais cláusulas e condições.	11.630.923/0001-43 - Maf Projetos e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	98,0%
Aditivo	0.101.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do contrato por 150 dias contados a partir de 02/04/2014, passando o vencimento para 02/09/2014, e ratificar demais cláusulas e condições.	01.152.782/0001-47 - VAN TERRA TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	100,0%
Aditivo	0.101.02/2010 - 2º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual com decréscimo de R\$ 219.949,11 (duzentos e dezenove mil, novecentos e quarenta e nove reais e onze centavos), que corresponde a - 1,26% do valor inicial, que passa de R\$ 17.428.016,46 (dezesete milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, dezesseis reais e quarenta e seis centavos) para R\$ 17.208.067,35 (dezesete milhões, duzentos e oito mil, sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	11.630.923/0001-43 - Maf Projetos e Obras Ltda	0,00	-219.949,11	Readequar a planilha orçamentária e decrescer valor	Em Execução	98,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.101.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 90 dias, contados a partir de 02/09/2014, passando o seu vencimento para 02/12/2014, e ratificar demais cláusulas e condições.	01.152.782/0001-47 - VAN TERRA TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	100,0%
Aditivo	0.101.03/2010 - 3º Termo aditivo visa prorrogar prazo por 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 08/04/2012, passando seu vencimento para 05/08/2012, aprovar novo cronograma físico financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições do contrato	11.630.923/0001-43 - Maf Projetos e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	98,0%
Aditivo	0.101.03/2013 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 90 dias, contados a partir de 02/12/2014, passando o seu vencimento para 02/03/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	01.152.782/0001-47 - VAN TERRA TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	100,0%
Aditivo	0.101.04/2010 - 4º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual, com alteração de quantitativos, com acréscimo de R\$ 3.391.300,61, correspondendo a 19,46% do valor original de contrato, perfazendo um total aditado de 18,20%, passando seu valor total de R\$ 17.208.067,35, para R\$ 20.599.367,96, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	11.630.923/0001-43 - Maf Projetos e Obras Ltda	0,00	3.391.300,61	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	98,0%
Aditivo	0.101.04/2013 - 4º Termo Aditivo, visa aditar o valor do contrato em R\$ 1.099.771,48, correspondente ao aumento de 23,59% em relação ao valor original, em razão da readequação planilha, passando o valor de R\$ 4.661.235,43 para R\$ 5.761.006,91, prorrogar o prazo contratual por 90 (noventa) dias, a partir de 02/03/2015, passando o seu vencimento para 31/05/2015, e ratificar as demais cláusulas e condições.	01.152.782/0001-47 - VAN TERRA TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	0,00	1.099.771,48	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	0.101.05/2010 - 5º termo aditivo visa prorrogar o prazo contratual por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 05/08/2012, passando o seu vencimento para 02/12/2012, aprovar o novo cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	11.630.923/0001-43 - Maf Projetos e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	98,0%
Aditivo	0.101.05/2013 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 90 dias, contados a partir de 31/05/2015, passando o seu vencimento para 30/08/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	01.152.782/0001-47 - VAN TERRA TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	100,0%
Aditivo	0.101.06/2010 - 6º Termo aditivo visa prorrogar o prazo contratual por 90 (noventa) dias, a partir de 02/12/2012, passando seu vencimento para 01/03/2013 e aprovar o novo cronograma físico-financeiro	11.630.923/0001-43 - Maf Projetos e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	98,0%
Aditivo	0.101.07/2010 - 7º Termo Aditivo, visa prorrogar a vigência do prazo contratual por noventa dias contados a partir de 01/03/2013, passando seu vencimento para 29/05/2013, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	11.630.923/0001-43 - Maf Projetos e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	98,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.101.08/2010 - 8º Termo aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 60 dias, a partir de 29/05/2013, passando o seu vencimento para 27/07/2013, readequar a planilha contratual com acréscimo de 859.126,33, que corresponde a 4,93% do valor inicial, que passa de R\$20.599.367,96 para R\$ 21.458.494,29 o percentual acrescido passa de 18,20% para 23,13%, aprovar o novo cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	11.630.923/0001-43 - Maf Projetos e Obras Ltda	0,00	859.126,33	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	98,0%
Aditivo	0.101.09/2010 - 9º Termo Aditivo, visa prorrogar a vigência do prazo contratual por 120 dias, a partir de 27/07/2013, passando seu vencimento para 23/11/2013, e ratificar as demais cláusulas e condições.	11.630.923/0001-43 - Maf Projetos e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	98,0%
Aditivo	0.101.10/2010 - 10º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência contratual por 90 dias, contados a partir de 23/11/2013, passando seu vencimento para 20/02/2014, e ratificar demais cláusulas e condições.	11.630.923/0001-43 - Maf Projetos e Obras Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	98,0%
Aditivo	0.101.11/2010 - 11º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual com acréscimo de R\$ 360.127,88, que corresponde a 2,07% do valor inicial do contrato, que passa de R\$ 21.458.494,29 para R\$ 21.818.622,17, o percentual acrescido em relação ao valor inicial atualizado do contrato, passa de 21,85% para 23,80%, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	11.630.923/0001-43 - Maf Projetos e Obras Ltda	0,00	360.127,88	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	98,0%
Contrato	0.107.00/2013 - Execução dos serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica de contratos e termos de compromisso e ação social das obras de esgotamento sanitário, e das obras intradomiciliares no Estado de Minas Gerais.	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	17.984.850,46	0,00	Termo base	Em Execução	65,0%
Aditivo	0.107.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 13 meses, a partir de 01/12/2015, passando o fim da vigência para 01/01/2017, adequar a planilha contratual, sendo 7,40% de acréscimo, correspondendo a um valor de R\$ 1.331.633,72, e 1,21% de decréscimo, correspondendo a um valor de R\$ 217.378,78, acarretando num acréscimo ao valor inicial de R\$ 1.114.254,94, passando o valor do contrato de R\$ 17.984.850,46 para R\$ 19.099.105,40, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas contratuais.	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	19.099.105,40	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	65,0%
Contrato	0.109.00/2013 - Execução de obras e serviços relativos aos sistemas de abastecimento de água, em comunidades rurais difusas, no município de Muquém de São Francisco, Estado da Bahia.	04.209.889/0001-72 - Emajo Empreendimentos Ltda	7.082.980,66	0,00	Termo base	Em Execução	93,0%
Aditivo	0.109.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 180 dias, contados a partir de 24/12/2014, passando o seu vencimento para 21/06/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	04.209.889/0001-72 - Emajo Empreendimentos Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	93,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.109.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 90 dias, contados a partir de 21/06/2015, passando o seu vencimento para 20/09/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	04.209.889/0001-72 - Emajo Empreendimentos Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	93,0%
Aditivo	0.109.03/2013 - 3º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual com decréscimo no valor de - R\$ 168.867,52 , que corresponde a - 2,39% , resultante de um acréscimo de quantitativos no valor de R\$ 810.480,32 , que corresponde a 11,44% , e de decréscimo de quantitativos no valor de - R\$ 979.347,84 , que corresponde a -13,83% , passando dos atuais R\$ 7.082.980,66 para R\$ 6.914.113,34, prorrogar o prazo contratual por 90 dias, a partir de 20/09/2015, passando o seu vencimento para 19/12/2015, provar o novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	04.209.889/0001-72 - Emajo Empreendimentos Ltda	0,00	-168.867,52	Prorrogar o prazo de vigência contratual e decrescer valor	Em Execução	93,0%
Contrato	0.126.00/2013 - Execução de obras e serviços relativos à complementação e implantação do sistema de esgotamento sanitário, no município de Jequitaiá, no Estado de Minas Gerais.	65.118.747/0001-94 - Maquenge Máquinas e Engenharia Ltda.	7.105.307,48	0,00	Termo base	Concluído	99,0%
Aditivo	0.126.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo, readequar a planilha contratual, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	65.118.747/0001-94 - Maquenge Máquinas e Engenharia Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	99,0%
Aditivo	0.126.02/2013 - Prorrogação do prazo de vigência contratual em 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 21/01/2015, passando seu vencimento para 07/03/2015. Aprovação do novo cronograma físico-financeiro.	65.118.747/0001-94 - Maquenge Máquinas e Engenharia Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	99,0%
Aditivo	0.126.03/2013 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 90 dias, contados a partir de 07/03/2015, passando o seu vencimento para 05/06/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	65.118.747/0001-94 - Maquenge Máquinas e Engenharia Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	99,0%
Aditivo	0.126.04/2013 - 4º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária com acréscimo de quantitativos que representam o valor de R\$ 298.726,44, correspondendo à um percentual de 4,20%, somado com o percentual de acréscimo do 1º Termo Aditivo de 8,95%, totaliza o percentual de acréscimo ao instrumento em 13,15%, e um decréscimo de quantitativo no valor de R\$ 172.618,20, correspondendo à um percentual de 2,43%, somado com o decréscimo do 1º Termo Aditivo de 8,95%, totaliza o percentual de decréscimo ao instrumento em 11,38%, passando o valor contratual de R\$ 7.105.307,48 para R\$ 7.231.415,72, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	65.118.747/0001-94 - Maquenge Máquinas e Engenharia Ltda.	0,00	126.108,24	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Concluído	99,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.145.00/2013 - Execução de serviços de Licenciamento Ambiental e Acompanhamento das condicionantes, bem como apoio à fiscalização e supervisão técnica do contrato da obra de recuperação de estradas e acessos no Parque Nacional da Serra da Canastra, Estado de Minas Gerais.	92.930.643/0001-52 - ECOPLAN - Engenharia Ltda	4.342.717,81	0,00	Termo Base	Paralisado	1,0%
Contrato	0.146.00/2013 - Execução dos serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica das obras dos sistemas de esgotamento sanitário, incluindo verificação topográfica, serviços de laboratório de solos e concreto, relatórios fotográficos das obras, análise dos detalhamentos de construtivos necessários às obras, pré-operação dos sistemas e projeto as built, nos municípios de Chorrocho, Curaçá, Rodelas, Plião Arcado, Mirangaba, Remanso, Jeremoabo e Santa Brígida, no Estado da Bahia.	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	7.552.140,55	0,00	Termo base	Em Execução	86,0%
Aditivo	0.146.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 06 meses, contados a partir de 05/05/2015, passando o seu vencimento para 05/11/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	86,0%
Aditivo	0.146.02/2013 - 2º Termo aditivo, visa aprovar a readequação da planilha orçamentária inicial, com um decréscimo no valor de R\$ 496.887,15 que virá a corresponder a -6,58% do valor original de contrato passando de R\$ 7.552.140,55 para R\$ 7.055.253,39, aprovar novo cronograma físico-financeiro.	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	-496.887,15	Readequar a planilha orçamentária e decrescer valor	Em Execução	86,0%
Contrato	0.167.00/2013 - Aquisição de 01 (uma) licença ArcGIS Desktop Advanced, com extensões do módulo Spatial Analyst 3D Analyst e Geostatistical Analyst, bem como atualização por um período de 36 meses, conforme termos das propostas apresentada pela contratada.	67.393.181/0001-34 - Imagem Geosistemas e Comercio Ltda	142.382,26	0,00	Termo Base	Em Execução	20,0%
Contrato	0.169.00/2013 - Aquisição de 2 (duas) licenças de software (ArcGIS versão 10) e a aquisição de 4 (quatro) extensões do módulo 3D Analyst e Spatial Analyst do referido software (ArcGIS), bem como atualização dos softwares, nos termos da proposta apresentada pela contratada.	67.393.181/0001-34 - Imagem Geosistemas e Comercio Ltda	305.753,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Contrato	0.183.00/2013 - Serviços de apoio às ações de garantia de Regularidade Ambiental dos empreendimentos da Codevasf, visando o atendimento às especificações ambientais, requisitos ou exigências estabelecidas na legislação ambiental em condicionantes de licenças ambientais e/ou em normas específicas dos órgãos licenciadores.	07.939.296/0001-50 - 35.795.210/0001-06 - Agrar Consultoria e Estudos Técnicos S/C Ltda - Arcadis Logos S/A	16.108.724,51	0,00	Termo Base	Em Execução	55,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	0.195.00/2013 - Execução de obras, serviços e fornecimentos relativos à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Brejo Grande, Estado de Sergipe, que constarão basicamente: I - serviços auxiliares, administração da obra, II - rede coletora, interceptor, linha de recalque, emissário, III - ramais prediais, IV - estações elevatórias de esgoto (EEE), V - estação de travamento de esgoto (ETE).	12.260.240/0001-04 - Mobicon Construtora Ltda.	3.697.537,36	0,00	Termo base	Em Execução	80,0%
Aditivo	0.195.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 120 dias, contados a partir de 27/03/2015, passando o seu vencimento para 25/07/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	12.260.240/0001-04 - Mobicon Construtora Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	80,0%
Aditivo	0.195.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa desonerar a folha de pagamento passando o valor do contrato de R\$ 3.697.537,36 para R\$ 3.587.021,12, readequar a planilha contratual com acréscimo de serviços no valor de R\$ 211.231,82, que representa 5,89% do valor da planilha orçamentária pactuada com preços desonerados de R\$ 3.587.021,12, passando o seu valor para R\$ 3.798.252,94, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	12.260.240/0001-04 - Mobicon Construtora Ltda.	0,00	100.715,58	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	80,0%
Aditivo	0.195.03/2013 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 120 dias, contados a partir de 25/07/2015, passando o seu vencimento para 22/11/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	12.260.240/0001-04 - Mobicon Construtora Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	80,0%
Aditivo	0.195.04/2013 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 120 dias, contados a partir de 22/11/2015, passando o seu vencimento para 21/03/2016, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	12.260.240/0001-04 - Mobicon Construtora Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	80,0%
Contrato	0.209.00/2013 - Execução das obras e serviços remanescentes dos Sistemas de Esgotamento Sanitário das cidades de Joca Marques e Madeiro, conforme planilhas e especificações técnicas/projeto básico, que são partes integrantes da Concorrência 66/2013.	06.721.294/0001-27 - DANTEC CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA.	4.528.313,81	0,00	Termo base	Em Execução	99,0%
Aditivo	0.209.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 120 dias, contados a partir de 29/10/2014, passando o seu vencimento para 26/02/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	06.721.294/0001-27 - DANTEC CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	99,0%
Aditivo	0.209.02/2013 - Readequação da planilha orçamentária com acréscimo de R\$ 822.014,62 (oitocentos e vinte e dois mil, quatorze reais e sessenta e dois centavos), equivalente a 18,15 % do valor contratado, aprovação do novo cronograma físico-financeiro e ratificação das demais cláusulas e condições pactuadas.	06.721.294/0001-27 - DANTEC CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA.	0,00	822.014,62	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	99,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.209.03/2013 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 120 dias, contados a partir de 26/02/2015, passando o seu vencimento para 26/06/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro e ratificar demais cláusulas e condições.	06.721.294/0001-27 - DANTEC CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	99,0%
Aditivo	0.209.04/2013 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 120 meses, contados a partir de 26/06/2015, passando o seu vencimento para 21/10/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	06.721.294/0001-27 - DANTEC CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	99,0%
Aditivo	0.209.05/2013 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 60 meses, contados a partir de 24/10/2015, passando o seu vencimento para 23/12/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	06.721.294/0001-27 - DANTEC CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	99,0%
Aditivo	0.209.06/2013 - 6º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual, com alteração de quantitativos, com acréscimo de R\$ 306.977,70 , que corresponde a 6,78% do valor original do contrato, perfazendo um total de acréscimo de 24,93% , e com decréscimo de R\$ 273.912,48 , que corresponde a 6,05% de decréscimo do contrato, passando o valor total do contrato passa de R\$ 5.350.328,44 para R\$ 5.383.393,66, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar as demais cláusulas e condições pactuadas.	06.721.294/0001-27 - DANTEC CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA.	0,00	33.065,22	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	99,0%
Contrato	1.003.00/2012 - Execução dos serviços de vigilância desarmada motorizada diurna a serem realizados no entorno do lago da Barragem Bico da Pedra localizada nos municípios de Janauba e Nova Porteirinha/MG.	07.534.224/0001-22 - TBI - Segurança Ltda	90.799,92	0,00	Termo base	Em Execução	36,0%
Aditivo	1.003.01/2012 - Repactuação dos valores constantes na cláusula sexta do contrato original nos termos previstos na cláusula nona.	07.534.224/0001-22 - TBI - Segurança Ltda	0,00	5.390,16	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	36,0%
Aditivo	1.003.02/2012 - Prorrogação do prazo de vigência por mais doze meses e acréscimo de valor ao contrato.	07.534.224/0001-22 - TBI - Segurança Ltda	0,00	96.190,08	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	36,0%
Aditivo	1.003.03/2012 - Repactuação dos valores constantes da Cláusula Sexta do contrato original de acordo com análise de repactuação.	07.534.224/0001-22 - TBI - Segurança Ltda	0,00	19.125,68	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	36,0%
Aditivo	1.003.04/2012 - Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e acréscimo de valor ao contrato.	07.534.224/0001-22 - TBI - Segurança Ltda	0,00	115.011,12	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	36,0%
Aditivo	1.003.05/2012 - Retificação da cláusula terceira do 4º termo aditivo.	07.534.224/0001-22 - TBI - Segurança Ltda	0,00	0,00	Alteração/Correção de cláusula contratual	Em Execução	36,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	1.003.06/2012 - Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses com repactuação e acréscimo de valor ao contrato originário.	07.534.224/0001-22 - TBI - Segurança Ltda	0,00	120.421,56	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para crescer valor	Em Execução	36,0%
Ordem de Serviço	1.0233/2014 - Serviço de manutenção no veículo Parati, placa HEH-9897, lotado na 1ª/GRR.	14.437.373/0001-39 - Centro Automotivo Ideal Ltda	200,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Ordem de Serviço	1.0255/2014 - Serviço de manutenção do veículo Ranger, placa HKU-5399, lotado na 1ª/GRR.	04.001.940/0001-56 - Chaparral Moc Autopeças Ltda - Me	200,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Ordem de Serviço	1.0263/2014 - Serviço de manutenção do veículo Gol, placa HAT-5887, lotado na 1ª/GRR.	14.437.373/0001-39 - Centro Automotivo Ideal Ltda	210,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Ordem de Serviço	1.0316/2014 - Serviço de manutenção do veículo Gol, placa HAT-5887, lotado na 1ª/GRR.	14.437.373/0001-39 - Centro Automotivo Ideal Ltda	60,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Ordem de Serviço	1.0336/2012 - AQUISIÇÃO DE TERRENO.	030.927.736-16 - José Gilberto Pereira de Silqueira	18.660,50	0,00	Termo Base	Paralisado	0,0%
Ordem de Serviço	1.0337/2012 - Aquisição de imóvel no município de Ponto Chique/MG, pertencente à Agropecuária Florestal Nova Era Ltda, destinado a implantação de dique de contenção de cheias do Rio São Francisco.	25.126.624/0001-80 - Agropecuária e Florestal Nova Era LTDA	61.469,89	0,00	Termo Base	Paralisado	0,0%
Ordem de Serviço	1.0339/2012 - AQUISIÇÃO DE TERRENO	268.302.726-53 - 268.307.366-68 - Antonio Adão Veloso Clementino - Nelson Veloso Clementino	89.351,97	0,00	Termo Base	Paralisado	0,0%
Ordem de Serviço	1.0340/2012 - LAVRATURA DE DOCUMENTOS	009.793.336-87 - ALVARO PRATES NETO	3.574,63	0,00	Termo Base	Paralisado	0,0%
Ordem de Serviço	1.0341/2012 - Despesas com registros de EPCV, referente a aquisição de imóveis em Ponto Chique/MG - Resoluções 661,662 e 672/12.	115.491.226-49 - José Noberto Rodrigues	3.574,63	0,00	Termo Base	Paralisado	0,0%
Ordem de Serviço	1.0354/2012 - indenização pelo uso de imóvel pela codevasf no município de São Gonçalo do Abaeté.	037.669.776-87 - Izaltino Pereira da Silva	16.740,00	0,00	Termo Base	Paralisado	0,0%
Ordem de Fornecimento	1.0361/2014 - Aquisição de peças para o veículo Parati, placa HEH-9897 lotado na 1ª/GRR.	14.437.373/0001-39 - Centro Automotivo Ideal Ltda	311,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Ordem de Fornecimento	1.0545/2014 - Aquisição de 01 (um) pressostato duas vias para o veículo Ranger, placa HKU-5933, lotado na 1ª/GRR.	12.009.611/0001-80 - Ar Moc - Ar Condicionado Automotivo Ltda - ME	150,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Ordem de Fornecimento	1.0552/2014 - Aquisição de peças visando a manutenção do veículo Gol placa, HAD-5887, lotado na 1ª/GRR.	14.437.373/0001-39 - Centro Automotivo Ideal Ltda	560,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	1.081.00/2011 - Execução das obras, serviços e fornecimentos relativos ao sistema de esgotamento sanitário no município de Matias Cardoso/MG.	21.667.142/0001-87 - Mecanorte Construções e Empreendimentos Ltda.	10.429.167,33	0,00	Termo Base	Paralisado	13,0%
Contrato	1.081.00/2014 - Serviço de atualização de projeto básico de engenharia , possibilitando a verificação, avaliação, retificação de serviços e a conclusão dos sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais, no município de Ponto Chique, no estado de Minas Gerais, contemplando: captações superficiais ou profundas , redes de distribuição, travessias, elevatória de água bruta e tratada, linhas de recalque, adutoras, estação de tratamento de água e ligações prediais.	13.372.492/0001-98 - ARH Projetos e Consultorias Ltda - Me	197.760,24	0,00	Termo base	Concluído	99,0%
Aditivo	1.081.01/2014 - Prorrogação de prazo por 90 dias e readequação orçamentária com decréscimo de R\$ 1.052,72.	13.372.492/0001-98 - ARH Projetos e Consultorias Ltda - Me	0,00	-1.052,72	Prorrogar o prazo de vigência contratual e decrescer valor	Concluído	99,0%
Aditivo	1.081.02/2014 - Prorrogação do prazo de vigência por mais 90 (noventa) dias e aprovar novo cronograma físico-financeiro.	13.372.492/0001-98 - ARH Projetos e Consultorias Ltda - Me	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	99,0%
Contrato	1.082.00/2014 - Avaliação, Revisão, Atualização e conclusão de projetos básicos dos sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais nos municípios de Buritizeiro, Manga e Moema, localizados no estado de Minas Gerais.	13.372.492/0001-98 - ARH Projetos e Consultorias Ltda - Me	120.256,74	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Contrato	1.097.00/2014 - Distribuição da publicidade legal impressa e/ou eletrônica da 1ª SR.	09.168.704/0001-42 - Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC	130.000,00	0,00	Termo base	Em Execução	74,0%
Aditivo	1.097.01/2014 - Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e acréscimo de valor ao contrato original.	09.168.704/0001-42 - Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC	0,00	130.000,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual e acrescer valor	Em Execução	74,0%
Contrato	1.125.00/2014 - Execução dos serviços de atualização e revisão da concepção dos sistemas de esgotamento sanitário da cidade de São João das Missões, localizada no estado de Minas Gerais.	13.372.492/0001-98 - ARH Projetos e Consultorias Ltda - Me	227.083,78	0,00	Termo base	Em Execução	100,0%
Aditivo	1.125.01/2014 - Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 (cento e oitenta) dias e aprovar o novo cronograma físico-financeiro.	13.372.492/0001-98 - ARH Projetos e Consultorias Ltda - Me	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	100,0%
Contrato	1.133.00/2012 - Locação de imóvel urbano destinado ao armazenamento de materiais e equipamentos adquiridos pela 1ª/SR da Codevasf localizado em Montes Claros/MG.	006.703.046-70 - Raquel Rodrigues Cunha	108.000,00	0,00	Termo base	Em Execução	85,0%
Aditivo	1.133.01/2012 - Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e alteração do valor contratual.	006.703.046-70 - Raquel Rodrigues Cunha	0,00	114.514,80	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	85,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	1.133.02/2012 - Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e alteração do valor contratual.	006.703.046-70 - Raquel Rodrigues Cunha	0,00	119.053,92	Prorrogar o prazo de vigência contratual e acrescer valor	Em Execução	85,0%
Contrato	1.156.00/2012 - Prestação de serviços de vigilância desarmada diurna e noturna, em turnos de 12X 36 horas, em galpão alugado pela Codevasf para guarda de bens adquiridos com recursos do Programa Água para Todos e de Emendas Parlamentares, localizado na rua Florianópolis nº 138, bairro Santa Terezinha em Montes Claros/MG.	03.108.004/0001-86 - Alpha Vigilância e Segurança Ltda	147.499,68	0,00	Termo base	Rescindido	69,0%
Aditivo	1.156.01/2012 - Repactuação dos valores constantes da Cláusula Sexta do contrato original, nos termos previstos pela Cláusula Nona, de acordo com análise da repactuação e prorrogação do prazo contratual constante da Cláusula Quinta.	03.108.004/0001-86 - Alpha Vigilância e Segurança Ltda	0,00	194.136,96	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Rescindido	69,0%
Contrato	1.188.00/2014 - Execução dos serviços de retirada de tubos de PVC nos filtros das estações de tratamento de esgoto dos municípios de Quartel Geral e Tiros e fornecimento e instalação de bioanéis nos municípios de Quartel Geral, Tiros e Francisco Sá, localizados no estado de Minas Gerais.	65.118.747/0001-94 - Maquenge Máquinas e Engenharia Ltda.	145.943,41	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Contrato	1.195.00/2015 - Obras, serviços e fornecimentos relativos à recuperação do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura do Gorutuba, localizado no município de Nova Porteirinha-MG.	02.943.209/0001-14 - Konquista Construtora Ltda.	4.997.618,04	0,00	Termo Base	Não Iniciado - aguardando a ordem de serviço	0,0%
Contrato	1.355.00/2013 - Elaboração de projeto básico de engenharia visando a verificação, avaliação retificação de serviços e a conclusão do sistema de esgotamento sanitário na cidade de Bambuí - MG.	04.684.385/0001-04 - Desenvolvimento de Projetos e Consultoria Ltda - DESPRO	472.493,17	0,00	Termo base	Concluído	100,0%
Aditivo	1.355.01/2013 - Prorrogação de prazo de vigência por mais cento e vinte dias.	04.684.385/0001-04 - Desenvolvimento de Projetos e Consultoria Ltda - DESPRO	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	100,0%
Contrato	2.005.00/2014 - A execução das obras e serviços relativos ao Sistema de Abastecimento de Água - SAA, em comunidades rurais difusas localizadas no município de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia. Licitados através do Edital nº 76/2013 - 2ª SR, modalidade Concorrência. Comunidades a serem atendidas: Pedras, Retiro, Capão de Areia, Cocho, Bebedouro e Lagoa dos Patos.	01.604.536/0001-89 - AÇO 50 Engenharia e Empreendimentos Ltda	2.269.378,10	0,00	Termo base	Em Execução	90,0%
Aditivo	2.005.01/2014 - 1º Termo Aditivo - visa a prorrogação do prazo de vigência contratual por 60 (sessenta) dias.	01.604.536/0001-89 - AÇO 50 Engenharia e Empreendimentos Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	90,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	2.076.00/2013 - A distribuição pela Contratada da publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse da Contratante, obedecidas às determinações contidas no art. 25, caput, da Lei 8.666, no art. 8º, inciso VII, e § 2º, inciso II, da Lei nº 11.652, da Lei nº 6.650, da Lei 4.680, do Decreto nº 6.555, do Decreto nº 57.690, e nas demais normas complementares específicas, principalmente as diretrizes e orientações técnicas do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SECOM.	09.168.704/0001-42 - Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC	500.000,00	0,00	Termo Base	Em Execução	30,0%
Contrato	2.112.00/2014 - Execução das obras e serviços relativos ao sistema abastecimento de água em Comunidades Rurais de Moreira, Cabacinha, Bebedouro, Amargosa, Frotas, Garças, Queimadas, Angico Três Ilhas e Barra de Parateca no município de Carinhanha no Estado da Bahia, abrangência da 2ª SR.	04.209.889/0001-72 - Emajo Empreendimentos Ltda	4.424.881,99	0,00	Termo Base	Em Execução	68,0%
Contrato	3.014.00/2012 - Apoio à fiscalização e detalhamento executivo relativos às implantações de esgotamentos sanitários dos municípios de Araripina e Ouricuri	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	7.269.889,00	0,00	Termo Base	Concluído	68,0%
Contrato	3.019.00/2011 - Implantação do esgotamento sanitário de Ouricuri-PE	08.162.448/0001-13 - Imobiliária Rocha Engenharia Ltda	31.334.059,90	0,00	Termo base	Concluído	73,0%
Aditivo	3.019.01/2011 - Readequar as planilhas orçamentárias com alteração de quantitativos e inclusão de novos serviços com acréscimo de R\$ 2.618.351,36 (dois milhões, seiscentos e dezoito mil, trezentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos), correspondentes a um incremento de 8,36% (oito vírgula e trinta e seis por cento), do valor original, que passará de R\$ 31.334.059,90 (trinta e um milhões, trezentos e trinta e quatro mil, cinquenta e nove reais e noventa centavos) para R\$ 33.952.411,26 (trinta e três milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e onze reais e vinte e seis centavos).	08.162.448/0001-13 - Imobiliária Rocha Engenharia Ltda	0,00	2.618.351,36	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Concluído	73,0%
Aditivo	3.019.02/2011 - Readequar as planilhas orçamentárias, com acréscimo de R\$ 4.668.588,16, que passa de R\$ 33.952.411,26 para R\$ 38.620.999,42, aprovar o novo cronograma fisco-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	08.162.448/0001-13 - Imobiliária Rocha Engenharia Ltda	0,00	4.668.588,16	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Concluído	73,0%
Aditivo	3.019.03/2011 - O presente termo visa aditar o contrato para adequar as planilhas orçamentárias, prorrogar o seu prazo de vigência e ratificar as demais cláusulas e condições.	08.162.448/0001-13 - Imobiliária Rocha Engenharia Ltda	0,00	544.427,81	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Concluído	73,0%
Contrato	3.036.00/2013 - Execução das obras e serviços relativos à construção e conclusão dos sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Bodocó, Exú e Trindade - PE (Lote I CN 017/2011).	35.389.170/0001-94 - Construtora Cassi Ltda	23.455.018,38	0,00	Termo base	Em Execução	58,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	3.036.01/2013 - O termo aditivo visa aditar o contrato para prorrogar o seu prazo de execução da obra de Trindade por mais 182 (cento e oitenta e dois) dias, passando o seu vencimento de 02/09/2014 para 03/03/2015, mantida a vigência do contrato até o seu vencimento 02/09/2015 e aprovar o novo Cronograma Físico/Financeiro. (Res. nº 549/2014).	35.389.170/0001-94 - Construtora Cassi Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	58,0%
Aditivo	3.036.02/2013 - Retificar a Cláusula Segunda - PRAZO, do seu Primeiro Termo Aditivo e ratificar as demais cláusulas e condições. RETIFICAÇÃO: Alterada a redação da Cláusula Segunda - PRAZO, do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 3.036.00/2013, para onde se lê: mantida a vigência do contrato até seu vencimento em 30/07/2015, leia-se mantida a vigência do Contrato até seu vencimento em 02/09/2015, pois o prazo da execução dos serviços inicia-se da Ordem de Serviço 02/09/2013. PRAZO: Igualado o prazo da execução da obra e serviços relativos à implantação do sistema de esgotamento no município de Trindade ao prazo de vigência do Contrato, cujo vencimento é em 02/09/2015.	35.389.170/0001-94 - Construtora Cassi Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	58,0%
Aditivo	3.036.03/2013 - Prorrogar o seu prazo contratual e ratificar as demais cláusulas e condições. VALOR: Acréscimo de R\$ 4.406.253,95, passando de R\$ 23.455.018,38 para R\$ 27.861.272,33.	35.389.170/0001-94 - Construtora Cassi Ltda	0,00	4.406.253,95	Prorrogar o prazo de vigência contratual e acrescer valor	Em Execução	58,0%
Contrato	3.037.00/2013 - Execução de obras e serviços relativos à construção e conclusão de sistemas de esgotamento sanitários dos Municípios de Buíque e Santa Terezinha (Lote III - CN 017/2011) estado de Pernambuco.	35.389.170/0001-94 - Construtora Cassi Ltda	14.506.327,04	0,00	Termo Base	Em Execução	32,0%
Contrato	3.04.09.0024 - Contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, help desk e instalação/configuração de softwares em equipamentos de informática instalados na 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, com endereço na Rua Presidente Dutra, nº 160, centro, Petrolina, Pernambuco, (CEP 56.304-230)	35.699.925/0001-57 - José Ednaldo Alves ME	72.636,00	0,00	Termo base	Concluído	100,0%
Aditivo	3.04.09.0024/01 - 1º Termo Aditivo - Aditar o presente contrato para alterar o seu valor e ratificar as demais cláusulas. Ao valor do contrato é acrescida a quantia de R\$ 1.216,00, correspondente a 04 parcelas mensais de R\$ 304,00, vigentes de 30/06/2010 a 29/10/2010, quando está previsto o final do contrato.	35.699.925/0001-57 - José Ednaldo Alves ME	0,00	1.216,00	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Concluído	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	<p>3.04.09.0024/02 - 2º TA - Rerratificar a cláusula terceira do seu primeito termo aditivo, ficando com a seguinte redação, onde se lê: Os recursos do aditivo correrão à conta dos PTRES e Planos de Trabalhos seguintes: 027345 - 18.544.0515.1851.0026, 034698 e 18.544.0515.1851.0162, 034699 e 16.544.0515.1851.0164, 52619 e 15.244.1025.7K66.0090, 021287 e 22.333.1025.6424.0001, 04088 e 04.122.0750.2000.0001, 021298e 20.607.0379.5260.0026, 021291 e 18.544.1305.10RM.0001, 021293 e 18.544.1305.10ZW0001, 031827 e 10.606.0379.2B69.0001, leia-se: os recursos do termo aditivo correrão à conta dos Programas de Trabalho seguintes:</p> <p>18.544.0515.1851.0026 - Construção e Recuperação de Obras de Infraestrutura Hídrica no Estado de Pernambuco, PTRES 027345, categoria 4, sob gestão da 3ª Superintendência Regional, 18.544.0515.1851.0162 - Construção e Recuperação de Obras de Infraestrutua Hídrica na 3ª Superintendência Regional de Petrolina no Estado de Pernambuco, PTRES 034698, categoria 4, sob gestão da 3ª Superintendência Regional, 18.544.0515.1851.0164 - Construção e Recuperação de Obras de Infraestrutura Hídrica em municípios no Estado de Pernambuco, PTRES034699, categoria 4, sob gestão da 3ª Superintendência Regional, 15.244.1025.7K66.0090 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Petrolina (PE), PTRES 521619, categoria 3, sob gestão da 3ª Superintendência Regional, 22.333.1025.6424.0001 - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais - Nacional, PTRES 021287, categoria3 sob gestão da 3ª Superintendência Regional,04.122.0750.2000.0001 - Administração da Unidade - Nacional, PTRES 004088, categoria 3, sob a gestão da 3ª Superintendência Regional, 20.607.0379.5260.0026 - Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal, com 7.862 ha, no Estado de Pernambuco, PTRES 021298, categoria 3, sob a gestão da 3ª Superintendência Regional, 18.544.1305.10RM.0001 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba, PTREs 021291, categoria 4, sob gestão da 3ª Superintendência Regional, 18.544.1305.10ZW.0001 - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba - Nacional, PTRES 021293, categoria 4, sob gestão da 3ª Superintendência Regional, 10.606.0379.2B69.0001 - Promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER Nacional, PTRES 031827, categoria 3, sob gestão da 3ª Superintendência Regional e ratificar as demais cláusulas.</p>	35.699.925/0001-57 - José Ednaldo Alves ME	0,00	0,00	Alteração/Correção de cláusula contratual	Concluído	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	3.04.09.0024/03 - 3º Termo Aditivo - Aditar o presente contrato, para alterar o seu prazo e valor e ratificar as demais cláusulas. Ao prazo do CT são acrescidos mais 12 (doze) meses, contados a partir de 30 de outubro de 2010, ficando seu termo final previsto para o dia 30 de outubro de 2011. Ao valor do CT é acrescida a quantia de R\$ 80.380,80, correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 6.698,40, vigentes de 30/10/2010 a 30/10/2011.	35.699.925/0001-57 - José Ednaldo Alves ME	0,00	80.097,12	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	3.04.09.0024/04 - Aditar o CT, acrescentando em valor a quantia de R\$ 547,04, totalizando R\$ 2.735,20, referente ao excedente de serviços a serem executados de 30/05/2011 a 29/10/2011. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento original, que não colidam com as estabelecidas neste termo.	35.699.925/0001-57 - José Ednaldo Alves ME	0,00	2.735,20	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	3.04.09.0024/05 - Prorrogar o prazo de vigência e ratificar as demais cláusulas.	35.699.925/0001-57 - José Ednaldo Alves ME	0,00	92.895,00	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para crescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	3.04.09.0024/06 - Manter o prazo contratual, retificar a cláusula terceira do 5º TA, as fls. 835, onde se lê 3,8 % da repactuação, leia-se 4,58%. Onde se lê valor global de R\$ 92.895,00, leia-se R\$ 93.579,72.	35.699.925/0001-57 - José Ednaldo Alves ME	0,00	684,72	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	3.04.09.0024/07 - Alterar o seu valor em R\$ 94.904,52, prorrogar o seu prazo de vigência em 12 meses, contados a partir de 30 de outubro de 2012, ficando com o seu termo final previsto para o dia 30 de outubro de 2013 e ratificar as demais cláusulas e condições.	35.699.925/0001-57 - José Ednaldo Alves ME	0,00	97.302,84	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para crescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	3.04.09.0024/08 - O presente termo visa aditar o contrato para prorrogar o seu prazo de vigência e ratificar as demais cláusulas e condições.	35.699.925/0001-57 - José Ednaldo Alves ME	0,00	98.283,48	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para crescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	3.04.09.0024/09 - Reajustamento dos preços do Contrato, no valor de R\$ 98.283,48, é reajustado passando seu valor para R\$ 100.420,56, correspondendo a um valor mensal de R\$ 8.368,38 referente a manutenção preventiva, corretiva, instalação e configuração de softwares em equipamentos de informática da 3ª SR/CODEVASF	35.699.925/0001-57 - José Ednaldo Alves ME	0,00	2.137,08	Aprovar nova planilha orçamentária para crescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	3.04.09.0024/10 - O presente termo visa aditar o contrato para prorrogar o seu prazo de vigência, em caráter excepcional e ratificar as demais cláusulas e condições.	35.699.925/0001-57 - José Ednaldo Alves ME	0,00	52.341,36	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para crescer valor	Concluído	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	3.043.00/2014 - Execução de obras e serviços relativos à 2ª etapa do sistema de abastecimento de água das comunidades rurais de Poço dos Cavalos e Ingazeira no município de Itacuruba, Manguinhos, Assentamento Barro Vermelho, Riacho dos Bois, Poço do Angico e Assentamento Eloita no Município de Cabrobó, Piancó, Salão, Vila Nova, Mundo Novo, Serrinha, Logradouro, Lagoinha e Barriguda no município de Petrolândia, Morro dos Macacos, espinheiro, Barrocão, Olho D'água do Julião e Pankararu no Município de Tacaratu e Cacheado, Caldeirão, Bem Querer, Camaratu, Umburana, Santa Rita e Bananeiras no Município de Jatobá, todos no Estado de Pernambuco.	06.721.294/0001-27 - DANTEC CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA.	11.382.694,55	0,00	Termo base	Em Execução	40,0%
Aditivo	3.043.01/2014 - prorrogar o seu prazo de vigência, readequar sua planilha de preços e ratificar as demais cláusulas e condições. PRAZO: 12 meses, contados a partir de 13 de janeiro de 2016, ficando seu termo final previsto para dia 13 de janeiro de 2017.	06.721.294/0001-27 - DANTEC CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	40,0%
Contrato	3.044.00/2014 - Execução de obras de serviços relativos 2ª etapa do sistema de abastecimento de água das comunidades de Nova Descoberta e Assentamento Mansueto de Lavor, Petrolina/PE.	07.349.469/0001-80 - Focus Construções Ltda.	3.334.255,57	0,00	Termo base	Em Execução	55,0%
Aditivo	3.044.01/2014 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 120 dias, contados a partir de 10/01/2015, passando o seu vencimento para 09/05/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	07.349.469/0001-80 - Focus Construções Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	55,0%
Aditivo	3.044.02/2014 - O presente termo visa aditar o contrato para prorrogar o seu prazo de vigência, aprovar seu novo cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	07.349.469/0001-80 - Focus Construções Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	55,0%
Aditivo	3.044.03/2014 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por mais 210 dias, contados a partir de 05/11/2015, passando o vencimento para 02/06/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	07.349.469/0001-80 - Focus Construções Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	55,0%
Contrato	3.063.00/2014 - Execução das obras e serviços relativos à extensão da rede de energia trifásica e montagem de subestação de 45 kVA para as estações elevatórias de esgoto do Sistema de Esgotamento Sanitário, no Município de Cedro-PE	09.569.553/0001-34 - Domingo & Rodrigues Ltda - ME	71.038,78	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Contrato	3.083.00/2014 - Execução das obras para suprimento de energia elétrica às obras dos sistemas de abastecimento de água, no Município de Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Belém do São Francisco e Floresta, no Estado de Pernambuco.	10.734.424/0001-33 - CERPEL - Cooperativa de Energia, Comunicação e Desenvolvimento de Petrolina e Região	125.549,74	0,00	Termo base	Em Execução	35,0%
Aditivo	3.083.01/2014 - Prorrogar o seu prazo de vigência e ratificar as demais cláusulas e condições.	10.734.424/0001-33 - CERPEL - Cooperativa de Energia, Comunicação e Desenvolvimento de Petrolina e Região	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	35,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	3.086.00/2014 - Fornecimento e instalação de sistema de automação através de telemetria nos Sistemas de Abastecimento de Água de Nova Descoberta, Mansueto de Lavor e Cristália, no Município de Petrolina - PE	17.278.957/0001-05 - MATTOS E LAURIA AUTOMAÇÃO LTDA - ME	135.982,62	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Contrato	4.004.00/2014 - Execução da segunda etapa das obras e serviços relativos aos sistemas de abastecimento de água nas comunidades rurais de Serra do Moreira, Fazenda Júlia e Vitória do São Francisco, situado no Municípios de Porto da Folha, no Estado de Sergipe.	18.153.367/0001-00 - MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	1.289.657,37	0,00	Termo base	Em Execução	95,0%
Aditivo	4.004.01/2014 - Fica por esse instrumento readequada a planilha orçamentária contratual com decréscimo de R\$ 19.346,24 passando o valor inicial do contrato de R\$ 1.289.657,37 para R\$ 1.270.311,13.	18.153.367/0001-00 - MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	0,00	-19.346,24	Readequar a planilha orçamentária e decrescer valor	Em Execução	95,0%
Aditivo	4.004.02/2014 - O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do contrato nº 4.004.00/2014 por mais 120 (cento e vinte) dias contados a partir de 27/12/2014.	18.153.367/0001-00 - MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	95,0%
Aditivo	4.004.03/2014 - O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo por 120 dias a partir de 25/04/2015, passando seu vencimento para 23/08/2015 e readequar planilha contratual.	18.153.367/0001-00 - MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	0,00	-44.550,57	Prorrogar o prazo de vigência contratual e decrescer valor	Em Execução	95,0%
Aditivo	4.004.04/2014 - Fica por esse instrumento prorrogado o prazo contratual por 90 (noventa) dias a partir de 23/08/2015, passando seu vencimento para 22/11/2015 e readequação da planilha orçamentária com contratual com acréscimos e supressões dos serviços, totalizando um decréscimo no valor de R\$ 556,72 (quinhentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos).	18.153.367/0001-00 - MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	0,00	-556,72	Prorrogar o prazo de vigência contratual e decrescer valor	Em Execução	95,0%
Contrato	4.005.00/2010 - Fornecimento de serviços de ligações telefônicas via linhas diretas, fixo comutado local, de fixo para fixo e de fixo para móvel, oriundas do Estado de Sergipe para a mesma cidade ou para cidades circunvizinhas que não caracterizem degraus tarifários, bem como os serviços de ligações telefônicas via central PABX e linhas diretas, fixo comutados de longa distância inter-regional e intra-regional, de fixo para fixo e de fixo para móvel oriundas do Estado de Sergipe para os demais Estados da Federação do Brasil a serem prestados à 4ª Superintendência Regional, no Estado e Sergipe, objeto dos itens 02 e 03 do Edital 02/2010, a serem prestados à 4ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado de Sergipe.	33.000.118/0001-79 - Telemar Norte Leste S.A.	42.019,96	0,00	Termo base	Concluído	77,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	4.005.01/2010 - O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a cláusula do Contrato nº 4.005.00-2010, que trata do valor, para acrescer ao seu valor inicial a quantia de R\$ 10.504,99 (dez mil, quinhentos e quatro reais e noventa e nove centavos) equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual, mantendo o preço unitário iniciais, passando o valor do contrato de R\$ 42.019,96 (quarente e dois mil dezenove reais e noventa e seis centavos) para R\$ 52.524,95 (cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos).	33.000.118/0001-79 - Telemar Norte Leste S.A.	0,00	10.504,99	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Concluído	77,0%
Aditivo	4.005.02/2010 - O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do Contrato nº 4.005.00-2010 por mais 12(doze) meses, contados a partir de 22/06/2011.	33.000.118/0001-79 - Telemar Norte Leste S.A.	0,00	52.524,95	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Concluído	77,0%
Aditivo	4.005.03/2010 - O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar por mais 12 (doze) meses a partir de 22/ 06/2012, o prazo do contrato nº 4.005.00/2010, e alterar o valor contratual em decorrência de reajuste, aumentando seu valor em 3,83%, passando o valor anual de R\$ 52.524,95 para R\$ 54.536 ,48, em obediência , justificativa se autoriza o constantes do processo nº 59540.000325/2011-9 .	33.000.118/0001-79 - Telemar Norte Leste S.A.	0,00	54.536,48	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Concluído	77,0%
Aditivo	4.005.04/2010 - O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar por mais 12 (doze) meses a partir de 22/06/2013, o prazo do contrato nº 4.005.00/2010, e alterar o valor contratual em decorrência de reajuste, aumentando seu valor em 5,125%, passando o valor anual de R\$ 54.536,48 para R\$ 55.152,00 , em obediência , justificativa se autoriza o constantes do processo nº 59540.000325/2011-99.	33.000.118/0001-79 - Telemar Norte Leste S.A.	0,00	55.152,00	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Concluído	77,0%
Aditivo	4.005.05/2010 - O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar por mais 12 (doze) meses a partir de 22/06/2014, o prazo do contrato nº 4.005.00/2010, e alterar o valor contratual em decorrência de reajuste, aumentando seu valor em 5,963%, passando o valor anual de R\$ 55.152,00 para R\$ 58.440,71, em obediência , justificativa se autoriza o constantes do processo nº 59540.000325/2011-99.	33.000.118/0001-79 - Telemar Norte Leste S.A.	0,00	58.440,71	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Concluído	77,0%
Contrato	4.008.00/2014 - Execução da complementação das obras e serviços relativos à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Ilha das Flores, no Estado de Sergipe.	13.114.190/0001-10 - Exatto Construções Ltda - ME	3.946.654,19	0,00	Termo base	Em Execução	14,0%
Aditivo	4.008.01/2014 - Fica por esse instrumento prorrogado o prazo do contrato nº 4.008.00/2014 por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar de 09/07/2015, passando seu vencimento para 06/11/2015.	13.114.190/0001-10 - Exatto Construções Ltda - ME	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	14,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	4.010.00/2013 - Execução de obras civis para construção, recuperação e reforma, visando a Implantação do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Betume - 4ª/CIB, a serem realizados na Estação de Piscicultura de Betume, localizados no município de Neópolis, no Estado de Sergipe referente ao LOTE I do Edital 022/2012.	13.958.897/0001-02 - EMBRATEC - Empresa Brasileira de Terraplanagem e Construções Ltda.	3.224.967,66	0,00	Termo base	Em Execução	20,0%
Aditivo	4.010.01/2013 - Aditar o Contrato 4.010.00/2013, que tem por objeto a execução de obras civis para construção, recuperação e reforma, visando a Implantação do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Betume - 4ª/CIB, a serem realizados na Estação de Piscicultura de Betume, localizados no município de Neópolis, no Estado de Sergipe referente ao LOTE I do Edital 022/2012, prorrogando seu prazo e ratificando as demais cláusulas e condições.	13.958.897/0001-02 - EMBRATEC - Empresa Brasileira de Terraplanagem e Construções Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	20,0%
Aditivo	4.010.02/2013 - Fica por esse instrumento prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) o prazo do contrato nº 4.010.00/2013 a contar de 04/01/2015 passando seu vencimento para 02/07/2015.	13.958.897/0001-02 - EMBRATEC - Empresa Brasileira de Terraplanagem e Construções Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	20,0%
Aditivo	4.010.03/2013 - O presente Termo Aditivo visa prorrogar o prazo do contrato nº 4.010.00/2013 por mais 180 (cento e oitenta) dias , a contar de 02/07/2015, passando seu vencimento para 28/12/2015.	13.958.897/0001-02 - EMBRATEC - Empresa Brasileira de Terraplanagem e Construções Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	20,0%
Aditivo	4.010.04/2013 - O presente instrumento visa ajustar o valor contratual devido a desoneração de encargos sociais e impostos BDI, passando o valor do contrato de R\$ 3.224.967,66 para R\$ 3.131.413,54, o que corresponde a um decréscimo de 2,90%.	13.958.897/0001-02 - EMBRATEC - Empresa Brasileira de Terraplanagem e Construções Ltda.	0,00	-473.156,62	Readequar a planilha orçamentária e decrescer valor	Em Execução	20,0%
Aditivo	4.010.05/2013 - O presente Termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do contrato nº 4.010.00/2013 por mais 180 dias a contar de 28/02/2015, passando seu vencimento para 24/06/2016 e aprovar novo cronograma físico-financeiro.	13.958.897/0001-02 - EMBRATEC - Empresa Brasileira de Terraplanagem e Construções Ltda.	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	20,0%
Contrato	4.011.00/2013 - O presente Contrato tem por objeto a execução de obras civis de Construção, recuperação e Reforma, visando a Implantação do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Betume - 4ª/CIB, a serem realizados na Estação de Piscicultura de Betume, localizados no município de Neópolis, no Estado de Sergipe correpondente ao LOTE II do Edital 022/2012.	09.522.594/0001-75 - Alê Construções e Locação Ltda	824.772,09	0,00	Termo base	Em Execução	99,0%
Aditivo	4.011.01/2013 - O Presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o contrato nº 4.011.00/2013, para readequar a planilha orçamentária, com acréscimo de R\$ 127.008,86 passando o valor do Contrato de R\$ 824.772,09 para R\$ 951.780,95 e inclusão de novos itens e ratificar as demais cláusulas e condições.	09.522.594/0001-75 - Alê Construções e Locação Ltda	0,00	127.008,86	Readequar planilha orçamentária para crescer valor e inclusão de novos serviços	Em Execução	99,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	4.011.02/2013 - Fica por esse instrumento, prorrogado o prazo contratual por 90 (noventa) dias a partir de 10/01/2014, passando o vencimento para 09/04/2014.	09.522.594/0001-75 - Alê Construções e Locação Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	99,0%
Aditivo	4.011.03/2013 - O 3º Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do contrato nº 4.011.00/2013 por 60 dias contados a partir de 29/07/2014 e readequar planilha orçamentária com alteração de quantitativos e inclusão de novos itens, aprovar o cronograma físico-financeiro e ratificar as demais cláusulas e condições.	09.522.594/0001-75 - Alê Construções e Locação Ltda	0,00	165.044,97	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	99,0%
Contrato	4.012.00/2013 - Execução dos serviços de consolidação dos Projetos Básicos de Engenharia e elaboração de Projetos Executivos, possibilitando a verificação, avaliação e retificação de serviços da conclusão dos sistemas de esgotamento sanitário nas cidades de Malhada dos Bois, Japoatã e Cedro de São João, no Estado de Sergipe.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	263.718,48	0,00	Termo base	Concluído	35,0%
Aditivo	4.012.01/2013 - O presente Termo Aditivo visa prorrogar o prazo do Contrato nº 4.012.00/2013 por mais 90 (noventa) dias a contar de 17/10/2013.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	35,0%
Aditivo	4.012.02/2013 - Execução de serviços de consolidação dos projetos básicos de engenharia e elaboração dos projetos executivos, possibilitando a verificação, avaliação e retificação de serviços de conclusão dos sistemas de esgotamento sanitário nas cidades de Malhada dos Bois, Japoatã e Cedro de São João, no Estado de Sergipe, para prorrogar o seu prazo e retificar as demais cláusulas de condições.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	35,0%
Aditivo	4.012.03/2013 - Prorrogar por mais 90 (noventa) dias o prazo do contrato contados a partir de 24/04/2014.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	35,0%
Contrato	4.019.00/2013 - Execução dos serviços de consolidação do Projeto Básico de Engenharia e elaboração de Projeto Executivo, possibilitando a verificação, avaliação e retificação de serviços da conclusão do sistema de esgotamento sanitário na cidade de Aquidabã, no Estado de Sergipe.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	219.739,09	0,00	Termo base	Concluído	40,0%
Contrato	4.019.00/2014 - Locação de um imóvel comercial situado na Rua João Dias Guimarães s/n, zona rural, município de Aquidabã/SE, destinado ao armazenamento de materiais (tubos).	04.891.916/0001-30 - DISLAC - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS LÁCTEOS LTDA.	24.000,00	0,00	Termo Base	Rescindido	33,0%
Aditivo	4.019.01/2013 - Prorrogar por mais 60 dias, a partir de 15/02/14, a execução de serviços de consolidação dos projetos básicos de engenharia e elaboração dos projetos executivos, possibilitando a verificação, avaliação e retificação de serviços de conclusão dos sistemas de esgotamento sanitário da cidade de Aquidabã, no estado de Sergipe.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	40,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	4.019.02/2013 - O presente termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do Contrato 4.019.00/2013 por mais 90 (noventa) dias contados a partir de 1704/2014.	02.479.401/0001-00 - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	40,0%
Ordem de Fornecimento	4.0200/2014 - Aquisição de cartucho de tonner para impressora Brother DCP 8085 DN da 4ª GRR.	08.139.775/0001-54 - Alldoc Equipamentos de Informática Ltda	2.430,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Ordem de Fornecimento	4.0202/2014 - Aquisição de cartuchos para impressora Plotter da 4ª GRR.	06.250.521/0001-83 - Apparato Equipamentos Ltda - Epp	1.017,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Contrato	4.024.00/2014 - Fornecimento de combustível- gasolina comum 30.000 litros e óleo diesel S10 15.000 litros, visando abastecimento da frota de veículos que serve a sede da 4ª Superintendência Regional, localizada na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe.	18.161.324/0001-77 - RIO MAR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA	123.975,00	0,00	Termo Base	Concluído	16,0%
Contrato	5.007.00/2012 - Distribuição, pela Contratada, da publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse da contratante.	09.168.704/0001-42 - Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC	140.000,00	0,00	Termo Base	Em Execução	62,0%
Contrato	5.020.00/2014 - Elaboração de projeto básico para ampliação, reforma e adequação do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura do Itiúba, no município de Porto Real do Colégio, Alagoas.	05.786.381/0001-08 - Hmmelo Projetos e Consultoria Ltda	282.396,46	0,00	Termo base	Em Execução	21,0%
Aditivo	5.020.01/2014 - Prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais 120 (cento e vinte) dias, passando seu vencimento de 01/11/2015 para 01/03/2015, e da execução dos serviços por mais 120 (cento e vinte) dias, passando seu vencimento de 28/10/2015 para 25/02/2016, sem alteração de valor.	05.786.381/0001-08 - Hmmelo Projetos e Consultoria Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	21,0%
Carta Contrato	5.042.00/2013 - Fornecimento de 30.000 litros de óleo diesel B S 10 para uso nos veículos de propriedade da CODEVASF utilizados na sede da 5ª Superintendência Regional.	12.396.339/0005-61 - Posto Grande Rio II - Distr de Veículos Confiança Ltda	73.500,00	0,00	Termo base	Concluído	100,0%
Aditivo	5.042.01/2013 - Prorrogação de prazo contratual por mais 05 (cinco) meses.	12.396.339/0005-61 - Posto Grande Rio II - Distr de Veículos Confiança Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Concluído	100,0%
Contrato	6.009.00/2013 - Execução de obras, serviços de engenharia e fornecimentos referentes à complementação do sistema de abastecimento de água da localidade de Lagoa Grande, no município de Sobradinho, Estado da Bahia.	02.725.652/0001-19 - PPV Serviços e Construções Ltda	300.484,61	0,00	Termo base	Paralisado	40,0%
Aditivo	6.009.01/2013 - Prorroga prazo por mais 120 (cento e vinte) dias	02.725.652/0001-19 - PPV Serviços e Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	40,0%
Aditivo	6.009.02/2013 - Prorroga prazo por mais 90 (noventa) dias.	02.725.652/0001-19 - PPV Serviços e Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	40,0%
Aditivo	6.009.03/2013 - Prorrogar prazo por mais 90 (noventa) dias.	02.725.652/0001-19 - PPV Serviços e Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	40,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	6.010.00/2012 - Execução das obras, serviços e fornecimento complementares relativos aos sistemas de esgotamento sanitário na sede do Município de Mirangaba-Ba.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	6.638.372,67	0,00	Termo base	Em Execução	95,0%
Aditivo	6.010.01/2012 - Prorrogar prazo por mais 120 (cento e vinte) dias e acrescentar o valor de R\$ 658.437,67 (seiscentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e sete centavos) resultante da readequação da planilha contratual original, com alteração de quantitativos, correspondendo a um acréscimo de 9,92%.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	658.437,67	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	95,0%
Aditivo	6.010.02/2012 - Prorrogar o prazo por mais 90 (noventa dias).	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	95,0%
Aditivo	6.010.03/2012 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 120 dias, contados a partir de 19/01/2015, passando o seu vencimento para 19/05/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	95,0%
Aditivo	6.010.04/2012 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 120 dias, contados a partir de 19/05/2015, passando o seu vencimento para 17/09/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	95,0%
Aditivo	6.010.05/2012 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 90 dias, contados a partir de 18/09/2015, passando o seu vencimento para 16/12/2015, aprovar novo cronograma físico-financeiro, e ratificar demais cláusulas e condições.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	95,0%
Ordem de Serviço	6.0100/2014 - PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO ATRAVÉS DA IMPRENSA NACIONAL	04.196.645/0001-00 - Fundo de Imprensa Nacional	45.990,83	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Contrato	6.011.00/2012 - Execução das obras, serviços e fornecimentos complementares relativos aos sistemas de esgotamento sanitário na sede do município de Rodelas-BA	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	9.709.906,21	0,00	Termo base	Em Execução	82,0%
Aditivo	6.011.01/2012 - Alterar o valor do contrato nº 6.011.00/2012, firmado em 03 de outubro de 2012, para execução das obras, serviços e fornecimentos complementares relativos aos sistemas de esgotamento sanitário na sede do município de Rodelas-BA, acrescentando o valor de R\$ 1.023.175,43 (Um milhão, vinte e três mil, cento e sessenta e cinco reais e quarenta e três centavos), resultante de readequação de planilha contratual original, com alteração de quantitativos e inclusão de novos materiais, correspondendo a um acréscimo relativo de 10,54%.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	1.023.175,43	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	82,0%
Aditivo	6.011.02/2012 - Prorrogar o contrato por mais 180 (cento e oitenta) dias corridos.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	82,0%
Aditivo	6.011.03/2012 - Prorrogar o contrato por mais 90 (noventa) dias corridos.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	82,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	6.011.04/2012 - Prorrogar o prazo de vigência por mais 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir de 22 de março de 2015.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	82,0%
Aditivo	6.011.05/2012 - Prorrogação do prazo por mais 120 (cento e vinte) dias e aprovar o novo cronograma físico-financeiro do contrato nº 6.011.00/2012, firmado em 03 de outubro de 2012, para execução das obras, serviços e fornecimentos complementares relativos aos sistemas de esgotamento sanitário da sede do município de Rodelas, no Estado da Bahia.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	82,0%
Aditivo	6.011.06/2012 - Prorrogar os prazos e aprovar o novo cronograma físico-financeiro do contrato.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	82,0%
Ordem de Serviço	6.0129/2013 - Serviços de publicação no Diário Oficial da União	04.196.645/0001-00 - Fundo de Imprensa Nacional	139.792,97	0,00	Termo Base	Em Execução	100,0%
Contrato	6.016.00/2012 - Distribuição pela contratada, da publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse da contratante.	09.168.704/0001-42 - Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC	400.000,00	0,00	Termo Base	Em Execução	41,0%
Carta Contrato	6.037.00/2013 - Execução de serviços de desassoreamento da calha do rio Salitre, no trecho compreendido entre os Povoados do Junco e Passagem do Sargento, no município de Juazeiro-BA.	35.398.247/0001-92 - Construções e Serviços Ltda - CM	75.976,61	0,00	Termo Base	Em Execução	100,0%
Ordem de Serviço	7.0023/2013 - Fornecimento de energia elétrica das estações elevatórias de esgoto do sistema de esgotamento sanitário do município de Parnarama - MA.	06.272.793/0001-84 - Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	61.960,38	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Contrato	7.005.00/2011 - Execução de serviços relativos ao apoio a fiscalização e supervisão técnica de obras de sistema de esgotamento sanitário, nos municípios de: Luzilândia, Porto Alegre do Piauí, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, Uruçuí, Floriano e Oeiras, no Estado do Piauí, e Alto Parnaíba, Araiões, Brejo, Coelho Neto, Magalhães Almeida, Nova Iorque, Parnarama e Santa Quintéria do Maranhão, no Estado do Maranhão.	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	1.898.918,34	0,00	Termo base	Em Execução	95,0%
Aditivo	7.005.01/2011 - Readequar a planilha contratual, com acréscimo de R\$305.676,24, que corresponde a 16,10% do valor original do contrato, passando de R\$1.898,918,34 para R\$ 2.204.594,58.	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	305.676,24	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	95,0%
Aditivo	7.005.02/2011 - 1 - Prorrogação do prazo contratual por mais 03 (três) meses, e 2 - Readequação da planilha contratual, com aumento de quantitativos no valor de R\$ 167.556,22 (cento e sessenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e dois centavos).	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	167.556,22	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	95,0%
Aditivo	7.005.03/2011 - Prorrogação do prazo contratual por mais 04 (quatro) meses.	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	762.949,41	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	95,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	7.005.04/2011 - Prorrogação do prazo contratual por mais 04 (quatro) meses.	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	762.949,41	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	95,0%
Aditivo	7.005.05/2011 - Aditar o contrato com vistas a: a) Prorrogar o prazo contratual por 04 (quatro) meses, a partir de 18/06/2013, passando o vencimento para 18/10/2013, b) Inserir no objeto do contrato os municípios de Floriano e Oeiras, no Estado do Piauí, e c) Readequar a planilha contratual com acréscimo de R\$ 762.949,41 (setecentos e sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos).	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	762.949,41	Readequar planilha orçamentária para acrescer valor, inclusão de novos serviços e prorrogar o prazo contratual	Em Execução	95,0%
Aditivo	7.005.06/2011 - Aditar o contrato com vistas a: a) Prorrogar o prazo contratual por mais 04 (quatro) meses, b) Readequar a planilha contratual com acréscimo de R\$ 762.949,41 (setecentos e sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos)	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	762.949,41	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	95,0%
Aditivo	7.005.07/2011 - Aditar o contrato com vistas a: a) Prorrogar o prazo contratual por mais 04 (quatro) meses, b) Readequar a planilha contratual com acréscimo de R\$ 762.949,41 (setecentos e sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos)	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	762.949,41	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	95,0%
Aditivo	7.005.08/2011 - Aditar o contrato com vistas a: a) Prorrogar o prazo contratual por mais 04 (quatro) meses, b) Readequar a planilha contratual com acréscimo de R\$ 762.949,41 (setecentos e sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos)	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	762.949,41	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	95,0%
Aditivo	7.005.09/2011 - Aditar o contrato com vistas a: a) Prorrogar o prazo contratual por mais 04 (quatro) meses, b) Readequar a planilha contratual com acréscimo de R\$ 558.571,24 (quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos)	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	558.571,24	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	95,0%
Aditivo	7.005.10/2011 - a) Prorrogar o prazo contratual por mais 04 (quatro) meses, b) Aprovar a planilha contratual à folha 1973 do processo nº 59570.001136/2010-03	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	558.571,24	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	95,0%
Aditivo	7.005.11/2011 - 11º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por mais 4 meses, contados a partir de 18/06/2015, passando seu vencimento para 18/10/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	95,0%
Aditivo	7.005.12/2011 - Aditar o contrato visando prorrogar o prazo contratual por mais 4 meses, contados a partir de 18/10/2015, passando seu vencimento para 18/02/2016, aprovar a planilha contratual constante à fl. 2079, dos autos do processo administrativo nº 59570.001136/2010-03 e ratificar demais cláusulas e condições do contrato original.	91.806.844/0001-80 - Beck de Souza Engenharia Ltda	0,00	341.960,08	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	95,0%
Ordem de Serviço	7.0053/2014 - Pagamento referente as faturas da Imprensa Nacional.	04.196.645/0001-00 - Fundo de Imprensa Nacional	20.742,71	0,00	Termo Base	Concluído	0,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	7.007.00/2012 - Execução das obras e serviços relativos à implantação dos sistemas de esgotamento sanitário - 2ª etapa, na cidade de Luzilândia, no Estado do Piauí.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	4.777.351,24	0,00	Termo base	Paralisado	33,0%
Aditivo	7.007.01/2012 - 1. Readequar a planilha contratual, com aumento de quantitativos no valor de R\$623.381,02, que corresponde a 13,05%, passando o total de R\$4.777.351,24 para R\$5.400.732,26. A planilha contratual passa a ser constante às fls. 12 a 17 do processo. 2. Prorrogar o prazo contratual por 180 dias, a partir de 26/05/2013, passando o seu vencimento para 27/11/2013, 3. Aprovar o novo cronograma físico-financeiro, constante à fl. 28 do processo.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	623.381,02	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	33,0%
Aditivo	7.007.02/2012 - Prorrogar o prazo por mais 180 (cento e oitenta) dias.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	33,0%
Contrato	7.009.00/2012 - Execução das obras e serviços relativos à implantação dos sistemas de esgotamento sanitário - 2ª etapa, na cidade de Magalhães de Almeida, no Estado do Maranhão.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	2.487.846,81	0,00	Termo base	Paralisado	53,0%
Aditivo	7.009.01/2012 - Aditar o convênio com vistas a: I - Readequar a planilha contratual, com acréscimo de R\$ 350.418,01 (trezentos e cinquenta mil, quatrocentos e dezoito reais e um centavo), que corresponde a 14,09% (quatorze vírgula zero nove por cento) do valor contratual, passando o valor do contrato de R\$ 2.487.846,81 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos) para R\$ 2.838.264,82 (dois milhões, oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos). A planilha contratual passa a ser constante às folhas 02 a 06 do processo nº 59570.000229/2013-55. II - Prorrogar o prazo contratual por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 13/04/2013, passando o seu vencimento para 10/10/2013. III - Aprovar o novo cronograma físico-financeiro constante à folha 07 do processo nº 59570.000229/2013-55.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	350.418,01	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	53,0%
Aditivo	7.009.02/2012 - Aditar o contrato com vistas a: a) Prorrogar o prazo contratual por 180 (cento e oitenta) dias, b) Aprovar o novo cronograma físico-financeiro.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	53,0%
Contrato	7.010.00/2012 - Execução das obras e serviços relativos à implantação dos sistemas de esgotamento sanitário - 2ª etapa, na cidade de Santa Quitéria, no Estado do Maranhão.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	5.332.535,25	0,00	Termo base	Paralisado	64,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	7.010.01/2012 - Aditar o contrato, objetivando: I - Readequar a planilha contratual, com acréscimo de R\$ 644.223,05 (seiscentos e quarenta e quatro mil, duzentos e vinte e três reais e cinco centavos), que corresponde a 12,08% (doze vírgula zero oito por cento) do valor contratual, passando o valor do contrato de R\$ 5.332.535,25 (cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos) para R\$ 5.976.758,30 (cinco milhões, novecentos e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos). A planilha contratual passa a ser a constante às fls. 02 a 06 do processo nº 59570.000228/2013-19. II - Prorrogar o prazo contratual por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 13/04/2013, passando o seu vencimento para 10/10/2013. III - Aprovar o novo cronograma físico-financeiro constante à fl. 07 do processo nº 59570.000228/2013-19.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	644.223,05	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Paralisado	64,0%
Aditivo	7.010.02/2012 - Aditar o contrato com vistas a: a) Prorrogar o prazo contratual por 180 (cento e oitenta) dias, b) Aprovar o novo cronograma físico-financeiro.	01.004.897/0001-94 - Opsis Operação de Sistemas de Engenharia Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Paralisado	64,0%
Contrato	7.015.00/2012 - Execução das obras e serviços relativos à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário - 2ª etapa, na cidade de Ribeiro Gonçalves-PI, correspondente ao Lote 01.	10.833.345/0001-80 - Mata Azul Construtora Ltda	5.247.137,94	0,00	Termo base	Em Execução	99,0%
Aditivo	7.015.01/2012 - Aditar o contrato com vistas a: I - Readequar a planilha contratual, com acréscimo de R\$ 891.723,12 (oitocentos e noventa e um mil, setecentos e vinte e três reais e doze centavos), que corresponde a 16,99% (dezesseis vírgula noventa e nove por cento) do valor contratual, passando este de R\$ 5.247.137,94 (cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e sete reais e noventa e quatro centavos) para R\$ 6.138.861,06 (seis milhões, cento e trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e um reais e seis centavos). A planilha contratual passa a ser a constante às fls. 02 a 08 do processo nº 59570.001374/2012-72. II - Prorrogar o prazo contratual por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 31/05/2013, passando o seu vencimento para 27/11/2013. III - Aprovar o novo cronograma físico-financeiro constante à fl. 09 do processo nº 59570.001374/2012-72.	10.833.345/0001-80 - Mata Azul Construtora Ltda	0,00	891.723,12	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	99,0%
Aditivo	7.015.02/2012 - Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 120 dias.	10.833.345/0001-80 - Mata Azul Construtora Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	99,0%
Aditivo	7.015.03/2012 - Presente aditivo objetiva: a) Readequação da planilha contratual, com acréscimo de serviços, no valor de R\$ 223.155,38 (duzentos e vinte e três mil, cento e cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos), b) Prorrogação do prazo por mais 90 (noventa) dias, c) Aprovação do cronograma físico-financeiro constante às fls. 11.	10.833.345/0001-80 - Mata Azul Construtora Ltda	0,00	223.155,38	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	99,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	7.015.04/2012 - Prorrogar o prazo contratual por 90 (noventa) dias.	10.833.345/0001-80 - Mata Azul Construtora Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	99,0%
Contrato	7.016.00/2012 - Execução das obras e serviços relativos à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário - 2ª etapa, na cidade de Uruçuí-PI, correspondente ao Lote 02.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	6.834.484,51	0,00	Termo base	Em Aditamento	93,0%
Aditivo	7.016.01/2012 - Aditivar o contrato com vistas a: I - Readequação da planilha contratual, com aumento de quantitativos no valor de R\$ 50.954,00 (cinquenta mil e novecentos e cinquenta e quatro reais), que corresponde a 0,74% (zero vírgula setenta e quatro por cento) do valor contratual, perfazendo um total aditado de 0,74% (zero vírgula setenta e quatro por cento). Com este acréscimo, o valor total passa de R\$ 6.834.484,51 (seis milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) para R\$ 6.885.438,51 (seis milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos), II - Prorrogação do prazo contratual por 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 01/06/2013, passando o seu vencimento para 27/11/2013, e III - Aprovação do novo cronograma físico-financeiro.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	50.954,00	Aprovar nova planilha orçamentária para acrescer valor	Em Aditamento	93,0%
Aditivo	7.016.02/2012 - Prorrogar o prazo de vigência por mais 120 (cento e vinte) dias.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Aditamento	93,0%
Aditivo	7.016.03/2012 - Aditar o contrato com objetivo de: a) readequação da planilha contratual com acréscimo de R\$ 413.026,08 (quatrocentos e treze mil, vinte e seis reais e oito centavos), b) prorrogar o prazo por mais 120 (cento e vinte) dias, e c) aprovar o novo cronograma físico-financeiro	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	413.026,08	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Aditamento	93,0%
Aditivo	7.016.04/2012 - Prorrogar o prazo por mais 120 (cento e vinte) dias.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Aditamento	93,0%
Aditivo	7.016.05/2012 - Prorrogar o prazo por mais 120 (cento e vinte) dias.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Aditamento	93,0%
Aditivo	7.016.06/2012 - Prorrogar o prazo por mais 120 (cento e vinte) dias.	06.866.305/0001-67 - Nabla Construções Ltda	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Aditamento	93,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	CNPJ - Contratada	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Contrato	8.003.00/2013 - Distribuição, pela contratada, da publicidade legal impressa e ou eletrônica de interesse do contratante obedecidas às determinações contidas no art.8º, inciso VII, e parágrafo 2º, inciso II, da Lei nº 11652, de 07 de abril de 2008, na Lei nº 6.650, de 23 de maio de 1979, na Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, no Decreto nº 6.555, de 08 de setembro de 2008, no Decreto nº 57.690, de 1º de fevereiro de 1966, e nas demais normas complementares específicas, principalmente as diretrizes e orientações técnicas do sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal -SICOM.	09.168.704/0001-42 - Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC	10.000,00	0,00	Termo base	Em Execução	95,0%
Aditivo	8.003.01/2013 - prorrogar por mais 12 meses.	09.168.704/0001-42 - Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC	0,00	10.000,00	Prorrogar o prazo contratual e readequar a planilha orçamentária para acrescer valor	Em Execução	95,0%
Aditivo	8.003.02/2013 - prorrogar por mais 12 meses.	09.168.704/0001-42 - Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC	0,00	10.000,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual e acrescer valor	Em Execução	95,0%
Ordem de Fornecimento	8.0033/2013 - Aquisição de GPS OUTDOOR , para fiscalização de obras e serviços do PAC, no âmbito da 8ª Superintendência Regional da CODEVASF, em São Luis No Maranhão	08.839.155/0001-28 - IGABAM PRESENTES E INFORMÁTICA	3.600,00	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Contrato	8.042.00/2014 - Locação de imóvel para estocagem e guarda dos materiais do Sistema de esgotamento sanitário no município de Coelho Neto.	02.418.305/0001-43 - J.A.Rocha Filho Serviços	23.700,00	0,00	Termo base	Em Execução	92,0%
Aditivo	8.042.01/2014 - 1º Termo aditivo do contrato de locação de imóvel para estocagem e guarda dos materiais do Sistema de esgotamento sanitário no município de Coelho Neto.	02.418.305/0001-43 - J.A.Rocha Filho Serviços	0,00	30.119,73	Prorrogar o prazo de vigência contratual e acrescer valor	Em Execução	92,0%
Contrato	8.050.00/2014 - Elaboração de projeto executivo para adequação e melhorias do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Nova Iorque no Estado do Maranhão, contemplando descrição da situação atual do sistema de esgotamento sanitário existente, melhorias na rede e nas duas estações elevatórias existentes e definição de um novo emissário de lançamento dos efluentes sanitários tratados.	05.887.900/0001-16 - LUMINAR CONTABILIDADE E INCORPORACOES LTDA - ME	19.115,00	0,00	Termo base	Em Execução	98,0%
Aditivo	8.050.01/2014 - prorrogar por mais 30 dias.	05.887.900/0001-16 - LUMINAR CONTABILIDADE E INCORPORACOES LTDA - ME	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência contratual	Em Execução	98,0%

Fonte das informações: Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos – AE/GPE/UCC

Tabela 4 - Lista de Convênios assinados pela Codevasf do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e do Parnaíba

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Convênio	0.00.07.0014 - Execução de obras de esgotamento sanitário de Parnamirim - PE, objetivando a implantação do sistema de esgotamento sanitário, compreendendo rede condominial, rede coletora, estações elevatórias e emissário e lagoa de estabilização.	11.361.235/0001-25 - Prefeitura Municipal de Parnamirim	Nº Siafi: 620729	7.052.974,04	0,00	Termo Base	Em Execução	95,0%
Aditivo	0.00.07.0014/01 - O 1º Termo Aditivo retifica a cláusula sexta e ratifica as demais cláusulas. As despesas decorrente da execução deste convênio correrão à conta do programa de trabalho nº 18.512.1305.10RM.0101 - Implantação, Ampliação, ou Melhoria dos Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário	11.361.235/0001-25 - Prefeitura Municipal de Parnamirim	Nº Siafi: 620729	0,00	0,00	Alteração/Correção de cláusula contratual	Em Execução	95,0%
Aditivo	0.00.07.0014/02 - 2º Termo aditivo , prorrogar prazo de 12(doze) meses, a partir de 24/12/2008, ficando ratificadas as demais cláusulas.	11.361.235/0001-25 - Prefeitura Municipal de Parnamirim	Nº Siafi: 620729	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	95,0%
Aditivo	0.00.07.0014/03 - 3º Termo aditivo, prorrogar prazo por 12(doze) meses, contados a partir de 24/12/2009, com término para 24/12/2010.	11.361.235/0001-25 - Prefeitura Municipal de Parnamirim	Nº Siafi: 620729	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	95,0%
Aditivo	0.00.07.0014/04 - 4º termo aditivo visa prorrogar o prazo do convênio por 12 (doze) meses, a partir de 24/12/2010, passando seu vencimento para 24/12/2011.	11.361.235/0001-25 - Prefeitura Municipal de Parnamirim	Nº Siafi: 620729	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	95,0%
Aditivo	0.00.07.0014/05 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogação do prazo de vigência por 12 meses, a partir de 24/12/2011 até 23/12/2012.	11.361.235/0001-25 - Prefeitura Municipal de Parnamirim	Nº Siafi: 620729	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	95,0%
Aditivo	0.00.07.0014/06 - 6º termo aditivo visa readequar a planilha orçamentária (fls. 597 a 622), com acréscimo de R\$ 1.599.417,46 sendo R\$ 1.551.434,94 do concedente e R\$ 47.982,52 do conveniente, passando o valor do convênio de R\$ 7.052.974,04 para R\$ 8.652.391,50, aprovar o novo plano de trabalho e ratificar as demais cláusulas e condições.	11.361.235/0001-25 - Prefeitura Municipal de Parnamirim	Nº Siafi: 620729	0,00	1.599.417,46	Readequar o plano de trabalho e acrescer valor	Em Execução	95,0%
Aditivo	0.00.07.0014/07 - 7º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo do Convênio por 12 meses , a partir de 24/12/2012, estendendo a vigência até 24/12/2013, e ratificar demais cláusulas e condições.	11.361.235/0001-25 - Prefeitura Municipal de Parnamirim	Nº Siafi: 620729	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	95,0%
Aditivo	0.00.07.0014/08 - 8º Termo Aditivo, visa prorrogar o Convênio por 06 meses, contados a partir de 24/12/2013, passando seu vencimento para 24/06/2014, e ratificar demais cláusulas e condições.	11.361.235/0001-25 - Prefeitura Municipal de Parnamirim	Nº Siafi: 620729	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	95,0%
Aditivo	0.00.07.0014/09 - 9º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 06 meses, contados a partir de 24/06/2014, passando o seu vencimento para 24/12/2014, e ratificar demais cláusulas e condições.	11.361.235/0001-25 - Prefeitura Municipal de Parnamirim	Nº Siafi: 620729	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	95,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.00.07.0014/10 - 10º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 06 meses, contados a partir de 24/12/2014, passando o seu vencimento para 24/06/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	11.361.235/0001-25 - Prefeitura Municipal de Parnamirim	Nº Siafi: 620729	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	95,0%
Aditivo	0.00.07.0014/11 - 11º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 02 meses, contados a partir de 24/06/2015, passando o seu vencimento para 24/08/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	11.361.235/0001-25 - Prefeitura Municipal de Parnamirim	Nº Siafi: 620729	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	95,0%
Convênio	0.00.07.0017 - Implantação de sistema de esgotamento sanitário na sede do município de Brasilândia de Minas - MG, compreendendo a rede coletora, ligações domiciliares, interceptores, emissários, elevatória e estação de tratamento de esgoto.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 626295	11.254.607,09	0,00	Termo Base	Em Execução	96,0%
Aditivo	0.00.07.0017/01 - 1º Termo aditivo visa retificar a Cláusula Sétima, aprovar Plano de Trabalho e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 626295	0,00	0,00	Alteração/Correção de cláusula contratual e aprovação de novo plano de trabalho	Em Execução	96,0%
Aditivo	0.00.07.0017/02 - O 2º Termo Aditivo visa prorrogar o seu prazo contratual e ratificar as demais cláusulas por 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 08/11/2009, passando o seu vencimento para 07/05/2010.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 626295	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	96,0%
Aditivo	0.00.07.0017/03 - 3º Termo Aditivo. Prorroga o prazo contratual por mais 180 dias contados a partir de 07/05/2010, passando o seu vencimento para 03/11/2010 e ratifica demais cláusulas e condições	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 626295	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	96,0%
Aditivo	0.00.07.0017/04 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do convênio por 180 dias, contado a partir de 03 de novembro de 2010, passando o seu vencimento para 02 de maio de 2011 ratificar as demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 626295	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	96,0%
Aditivo	0.00.07.0017/05 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 300 dias, contados a partir de 02/05/2011, passando o seu vencimento para 26/02/2012, e ratificar todas as demais cláusulas.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 626295	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	96,0%
Aditivo	0.00.07.0017/06 - 6º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do convênio por 300 dias, contados a partir de 26/02/2012, passando o seu vencimento para 22/12/2012, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 626295	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	96,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.00.07.0017/07 - 7º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo do convênio por 304 dias, contados a partir de 22/12/2012, passando seu vencimento para 22/10/2013, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 626295	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	96,0%
Aditivo	0.00.07.0017/08 - 8º Termo aditivo, visa readequar a planilha orçamentária com decréscimo de valor, prorrogar o prazo por mais 364 dias a partir de 22/10/2013, passando seu vencimento para 22/10/2014 e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 626295	0,00	-554.099,60	Prorrogar o prazo de vigência e decrescer valor	Em Execução	96,0%
Aditivo	0.00.07.0017/09 - Prorrogação do prazo de vigência do instrumento por 592 dias, a contar de 22/10/2014, passando seu vencimento para 05/06/2016. Readequação da planilha orçamentária com redução de R\$351.700,38, passando o valor do convênio de R\$10.700.507,49 para R\$ 10.348.807,11, sendo R\$8.279.045,69 por conta da Codevasf e R\$ 2.069.761,42 de contrapartida da COPASA. Aprovação do novo plano de trabalho e ratificação das demais cláusulas.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 626295	0,00	-351.700,38	Aprovar novo plano de trabalho, prorrogar o prazo de vigência e decrescer valor	Em Execução	96,0%
Convênio	0.00.07.0041 - Implantação de infra-estrutura para a conservação e revitalização de sub-bacias hidrográficas componentes da bacia do rio São Francisco, porção mineira.	18.715.573/0001-67 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA	Nº Siafi: 628194	19.188.657,48	0,00	Termo Base	Em Execução	38,0%
Aditivo	0.00.07.0041/01 - 1º Termo Aditivo, alterar o valor com acréscimo de R\$ 11.008.816,53, sendo R\$ 9.793.177,24, de responsabilidade da CODEVASF, e R\$ 1.215.639,29, a título de contrapartida da conveniente e ratificar as demais cláusulas e condições.	18.715.573/0001-67 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA	Nº Siafi: 628194	0,00	11.008.816,53	Readequar o plano de trabalho e acrescer valor	Em Execução	38,0%
Aditivo	0.00.07.0041/02 - 2º Termo Aditivo, visa a prorrogação do prazo de vigência por 2 (dois) anos, a partir de 27/06/2011, passando o seu vencimento para 27/06/2013 e ratificar as demais cláusulas e condições.	18.715.573/0001-67 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA	Nº Siafi: 628194	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	38,0%
Aditivo	0.00.07.0041/03 - 3º Termo Aditivo, visa aprovar novo Plano de Trabalho constante às folhas 578 a 584., e ratificar demais cláusulas e condições.	18.715.573/0001-67 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA	Nº Siafi: 628194	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho	Em Execução	38,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.00.07.0041/04 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 02 anos, a partir de 27/06/2013, passando seu vencimento para 27/06/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	18.715.573/0001-67 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA	Nº Siafi: 628194	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	38,0%
Aditivo	0.00.07.0041/05 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 02 anos, contados a partir de 27/06/2015, passando o seu vencimento para 27/06/2017, e ratificar demais cláusulas e condições.	18.715.573/0001-67 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA	Nº Siafi: 628194	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	38,0%
Convênio	0.00.07.0057 - Implantação de sistema de esgotamento sanitário no município de Floriano -PI, rede coletora, estações elevatórias de esgoto, linhas de recalque, emissários, estação de tratamento de esgoto e ligações domiciliares	06.554.067/0001-54 - Prefeitura Municipal de Floriano	Nº Siafi: 622107	26.001.087,23	0,00	Termo Base	Em Execução	90,0%
Aditivo	0.00.07.0057/01 - 1º Termo Aditivo. Aprova o novo Plano de Trabalho que passa a ser constante às fls. 1730 a 1732 do processo nº 59570.000872/2007-31. Ratifica as demais cláusulas e condições.	06.554.067/0001-54 - Prefeitura Municipal de Floriano	Nº Siafi: 622107	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho	Em Execução	90,0%
Aditivo	0.00.07.0057/02 - 2º Termo Aditivo. Visa aditar o prazo do convênio em 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir de 29/08/2010, passando o vencimento para 29/08/2011 e ratificar as demais cláusulas e condições	06.554.067/0001-54 - Prefeitura Municipal de Floriano	Nº Siafi: 622107	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	90,0%
Aditivo	0.00.07.0057/03 - Aprovar o novo Plano de Trabalho e ratificar as demais cláusulas e condições.	06.554.067/0001-54 - Prefeitura Municipal de Floriano	Nº Siafi: 622107	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho	Em Execução	90,0%
Aditivo	0.00.07.0057/04 - O 4º termo aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do Convênio por 1 (um) ano, contados a partir de 29/08/2011, passando seu vencimento para 29/08/2012.	06.554.067/0001-54 - Prefeitura Municipal de Floriano	Nº Siafi: 622107	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	90,0%
Aditivo	0.00.07.0057/05 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 180 dias, contados a partir de 29/08/2012, passando seu vencimento para 25/02/2013, e ratificar demais cláusulas e condições.	06.554.067/0001-54 - Prefeitura Municipal de Floriano	Nº Siafi: 622107	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	90,0%
Aditivo	0.00.07.0057/06 - 6º Termo Aditivo, visa prorrogar o convênio por mais 360 dias, a partir de 25/02/2013, passando o seu vencimento para 20/02/2014, e ratificar demais cláusulas e condições.	06.554.067/0001-54 - Prefeitura Municipal de Floriano	Nº Siafi: 622107	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	90,0%
Aditivo	0.00.07.0057/07 - 7º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo por mais 90 dias, contados a partir de 20/02/2014, passando seu vencimento para 21/05/2014, e ratificar todas as demais cláusulas e condições.	06.554.067/0001-54 - Prefeitura Municipal de Floriano	Nº Siafi: 622107	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	90,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.00.07.0057/08 - 8º Termo Aditivo, visa prorrogar o convênio por mais 01 ano , contado a partir de 21/05/2014, passando o seu vencimento para 21/05/2015, e ratificar as demais cláusulas e condições.	06.554.067/0001-54 - Prefeitura Municipal de Floriano	Nº Siafi: 622107	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	90,0%
Aditivo	0.00.07.0057/09 - 9º Termo Aditivo, visa aditar o valor do convênio em R\$ 22.220.896,46 , sendo R\$ 21.998.687,50 por parte da Codevasf e R\$ 222.208,96 a contrapartida da Prefeitura, passando o valor de convênio de R\$ 26.001.087,23 para R\$ 48.221.983,69 , sendo R\$ 47.739.763,85 por parte da Codevasf e R\$ 482.219,84 a contrapartida da Prefeitura, prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 365 dias, contados a partir de 21/05/2015, passando o seu vencimento para 20/05/2016, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	06.554.067/0001-54 - Prefeitura Municipal de Floriano	Nº Siafi: 622107	0,00	22.220.896,46	Aprovar novo plano de trabalho, prorrogar o prazo de vigência e acrescer valor	Em Execução	90,0%
Termo de Compromisso	0.00.09.0091 - Construção do aterro sanitário no Município de Olho d'Água das Flores	08.992.184/0001-25 - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos - CIGRES	Nº Siafi: 666630	3.041.998,76	0,00	Termo Base	Concluído	96,0%
Aditivo	0.00.09.0091/01 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar a vigência do prazo por 6 meses, a partir de 27/06/2011, passando o vencimento para 27/12/2011, e ratificar as demais cláusulas e condições.	08.992.184/0001-25 - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos - CIGRES	Nº Siafi: 666630	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	96,0%
Aditivo	0.00.09.0091/02 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar a vigência do prazo por 06 (seis) meses, a partir de 27/12/2011, passando o vencimento para 27/06/2012, e ratificar as demais cláusulas e condições.	08.992.184/0001-25 - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos - CIGRES	Nº Siafi: 666630	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	96,0%
Aditivo	0.00.09.0091/03 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar a vigência do prazo por 06 meses, a partir de 27/06/2012, passando o vencimento para 27/12/2012, e ratificar demais cláusulas e condições.	08.992.184/0001-25 - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos - CIGRES	Nº Siafi: 666630	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	96,0%
Aditivo	0.00.09.0091/04 - visando prorrogar o prazo do Termo de Compromisso por 06 (seis) meses, a partir de 27/12/2012, passando seu vencimento para 27/06/2013.	08.992.184/0001-25 - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos - CIGRES	Nº Siafi: 666630	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	96,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.00.09.0091/05 - 5º termo aditivo, visa prorrogação de prazo por 180 dias, a partir de 27/06/2013, passando o seu vencimento para 24/12/2013, readequação da planilha, com acréscimo de R\$ 136.649,65, proveniente da utilização dos rendimentos de aplicação financeira e saldo de empenho da Codevasf, e III - Inclusão do item 7.1.3, na cláusula sétima, com a seguinte redação: Apresentar os seguintes documentos relativos às parcelas já liberadas por ocasião da liberação da parcela pretendida: a) movimentação financeira completa do período do Termo de Compromisso, com extratos bancários emitidos desde a data inicial da sua movimentação financeira, até o mês em que está sendo prestada as contas (cópias ou originais), b) comprovação dos pagamentos, por meio da identificação das transferências bancárias (cópias ou originais), c) documentos licitatórios válidos, contendo assinatura dos responsáveis, utilizados para formalizar a aquisição de materiais e serviços (cópias ou originais), e) os aditamentos assinados efetuados no decorrer da vigência do Termo de Compromisso (cópias ou originais).	08.992.184/0001-25 - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos - CIGRES	Nº Siafi: 666630	0,00	136.649,65	Aprovar novo plano de trabalho, prorrogar o prazo de vigência e acrescer valor	Concluído	96,0%
Aditivo	0.00.09.0091/06 - Prorrogação da vigência do prazo por mais 90(noventa) dias, passando seu vencimento de 25/12/2013 para 24/03/2014.	08.992.184/0001-25 - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos - CIGRES	Nº Siafi: 666630	0,00	-47.487,93	Prorrogar o prazo de vigência e decrescer valor	Concluído	96,0%
Aditivo	0.00.09.0091/07 - 7º Termo Aditivo, visa prorrogar a vigência do prazo por 90 dias, a partir de 25/03/2014, passando o vencimento para 23/06/2014, e ratificar demais cláusulas e condições.	08.992.184/0001-25 - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos - CIGRES	Nº Siafi: 666630	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	96,0%
Aditivo	0.00.09.0091/08 - 8º Termo Aditivo, visa aprovar novo Plano de Trabalho, com redução do valor de R\$ 3.131.160,48, para R\$ 3.102.058,76, criar nova 4ª a ser liberada no valor de R\$ 107.547,93, prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 270 dias, contados a partir de 24/06/2014, passando o seu vencimento para 24/03/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	08.992.184/0001-25 - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos - CIGRES	Nº Siafi: 666630	0,00	-29.101,72	Aprovar novo plano de trabalho, prorrogar o prazo de vigência e decrescer valor	Concluído	96,0%
Aditivo	0.00.09.0091/09 - 9º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 120 dias, contados a partir de 25/03/2015, passando o seu vencimento para 22/07/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	08.992.184/0001-25 - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos - CIGRES	Nº Siafi: 666630	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	96,0%
Aditivo	0.00.09.0091/10 - 10º Termo Aditivo, visa prorrogar a vigência do Termo por 158 dias, contados a partir de 23/07/2015, passando o vencimento para 28/12/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	08.992.184/0001-25 - Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos - CIGRES	Nº Siafi: 666630	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	96,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Termo de Compromisso	0.010.00/2011 - Executar intervenção de contenção de processos erosivos e mitigação de impactos ambientais negativos nos Municípios de Muquém do São Francisco, Malhada, e Sítio do Mato no Estado da Bahia.	13.937.032/0001-60 - Governo do Estado da Bahia	Nº Siafi: 673355	33.543.802,04	0,00	Termo Base	Em Execução	70,0%
Termo de Compromisso	0.010.00/2013 - Complementação do sistema de esgotamento sanitário da sede do município de Gentio de Ouro, no Estado da Bahia, conforme Plano de Trabalho.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Não informado	94.386,30	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.010.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa aprovar novo plano de trabalho com decréscimo de R\$ 261.316,59, passando o valor total do Convênio de R\$ 33.543.802,04 para R\$ 33.282.485,45, sendo R\$ 30.189.421,84 por parte da Concedente, e R\$ 3.093.063,61 a título de contrapartida da Conveniente, prorrogar o prazo de vigência em 13 meses, com início em 30/11/2012, e término em 30/12/2014, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.937.032/0001-60 - Governo do Estado da Bahia	Nº Siafi: 673355	0,00	-261.316,59	Readequar o plano de trabalho e decrescer valor	Em Execução	70,0%
Aditivo	0.010.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 24/05/2014, passando o seu vencimento para 23/05/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Não informado	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.010.02/2011 - 2º Termo aditivo, visa prorrogação do prazo de vigência do instrumento por 15 (quinze) meses, a partir de 30/12/2014, passando seu vencimento para 30/03/2016.	13.937.032/0001-60 - Governo do Estado da Bahia	Nº Siafi: 673355	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	70,0%
Aditivo	0.010.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 23/05/2015, passando o seu vencimento para 22/05/2016, aprovar o novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Não informado	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.010.03/2011 - 3º Termo aditivo, visa adequações das planilhas orçamentárias, ajustes de quantitativos e inclusões e exclusões de serviços necessários à execução do objeto do convênio, incorrendo em acréscimo de R\$ 1.697.839,31 ao valor do instrumento, passando seu valor de R\$ 33.282.485,45 para R\$ 34.980.324,76, autorizar a utilização dos rendimentos da aplicação financeira do valor do convênio para cobrir as despesas acrescidas em função dos ajustes das planilhas orçamentárias, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.937.032/0001-60 - Governo do Estado da Bahia	Nº Siafi: 673355	0,00	1.697.839,31	Aprovar novo plano de trabalho, prorrogar o prazo de vigência e acrescer valor	Em Execução	70,0%
Termo de Compromisso	0.011.00/2011 - Implantação, ampliação e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no Município de Petrolina e Agrovilas no Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho.	09.769.035/0001-64 - Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	Nº Siafi: 667320	65.000.000,00	0,00	Termo Base	Em Execução	95,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.011.01/2011 - 1º Termo Aditivo visa retificar as expressões Convênio por Termo de Compromisso, bem como as expressões Concedente e Conveniente por Compromitente e Compromissária, respectivamente e prorrogar o prazo de vigência por 17 meses, contados a partir de 31/07/2013.	09.769.035/0001-64 - Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	Nº Siafi: 667320	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	95,0%
Aditivo	0.011.02/2011 - 2º Termo Aditivo visa aprovar replanejamento com acréscimo de valor na planilha da executora e aprovar o novo Plano de Trabalho a fim de incluir as novas metas porém sem aumento de valor do Termo de Compromisso, e ratificar demais cláusulas e condições.	09.769.035/0001-64 - Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	Nº Siafi: 667320	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho	Em Execução	95,0%
Aditivo	0.011.03/2011 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 31/12/2014, passando o seu vencimento para 31/12/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	09.769.035/0001-64 - Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	Nº Siafi: 667320	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	95,0%
Aditivo	0.011.04/2011 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 31/12/2015, passando o seu vencimento para 31/12/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	09.769.035/0001-64 - Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	Nº Siafi: 667320	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	95,0%
Termo de Compromisso	0.012.00/2011 - Implantar o sistema de esgotamento sanitário nos municípios de Amarante, Guadalupe, Ilha Grande, Murici dos Portelas, Porto e União, no Estado do Piauí, sendo o valor total de R\$ 92.703.069,06 (noventa e dois milhões, setecentos e três mil, sessenta e nove reais e seis centavos), com R\$ 88.067.915,60 (oitenta e oito milhões, sessenta e sete mil, novecentos e quinze reais e sessenta centavos) correspondente à participação financeira da concedente e R\$ 4.635.153,46 (quatro milhões, seiscentos e trinta mil, cento e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos) referente à contrapartida do Conveniente.	06.845.747/0001-27 - Agespisa - Água e Esgoto do Piauí S/A	Nº Siafi: 667310	92.703.069,06	0,00	Termo Base	Em Execução	94,0%
Aditivo	0.012.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, com acréscimo de R\$ 15.852.498,67, passando o valor do termo de compromisso de R\$ 92.703.069,06, para R\$ 108.555.567,73, sendo R\$ 103.127.789,34 da concedente e R\$ 5.427.778,39 da proponente, a título de contrapartida. prorrogar o prazo de vigência por 180 dias, a partir de 15/11/2013, passando o vencimento para 13/05/2014, e ratificar demais cláusulas e condições.	06.845.747/0001-27 - Agespisa - Água e Esgoto do Piauí S/A	Nº Siafi: 667310	0,00	15.852.498,67	Readequar o plano de trabalho e crescer valor	Em Execução	94,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.012.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa aprovação do incremento do valor de R\$ 742.692,45, passando o valor do Termo de Compromisso de R\$ 108.555.567,73, para R\$ 109.298.260,18, sendo R\$ 103.741.088,29, o valor do repasse da Codevasf, e R\$ 5.557.171,89, a contrapartida da compromissária, aprovar o plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	06.845.747/0001-27 - Agespisa - Água e Esgoto do Piauí S/A	Nº Siafi: 667310	0,00	742.692,45	Readequar o plano de trabalho e acrescer valor	Em Execução	94,0%
Aditivo	0.012.03/2011 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 01 ano, contado a partir de 13/05/2015, passando o seu vencimento para 13/05/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	06.845.747/0001-27 - Agespisa - Água e Esgoto do Piauí S/A	Nº Siafi: 667310	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	94,0%
Termo de Compromisso	0.013.00/2013 - Execução das ligações intradomiciliares e dos módulos sanitários no sistema de esgotamento sanitário na zona urbana do município de Itaguaçu da Bahia no Estado da Bahia.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675222	372.227,05	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Termo de Compromisso	0.015.00/2011 - Execução das obras de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Afogados da Ingazeira, no Estado de Pernambuco, incluindo o gerenciamento das obras.	09.769.035/0001-64 - Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	Nº Siafi: 667392	27.000.000,00	0,00	Termo Base	Em Aditamento	55,0%
Aditivo	0.015.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa retificar, as expressões Convênio por Termo de Compromisso, bem como as expressões Concedente e Conveniente por Compromitente e Compromissária, respectivamente, prorrogar o prazo contratual por 12 meses a partir de 31/12/2013, passando o seu vencimento para 31/12/2014, e readequar a planilha com acréscimo de R\$ 10.741.441,57, passando o valor anual para R\$ 37.741.441,57, sendo R\$ 30.991.441,57 correspondente à participação financeira da compromitente e R\$ 6.750.000,00 referente à contrapartida da compromissária.	09.769.035/0001-64 - Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	Nº Siafi: 667392	0,00	10.741.441,57	Alteração/Correção de cláusula contratual e prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	55,0%
Aditivo	0.015.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 31/12/2014, passando o seu vencimento para 31/12/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	09.769.035/0001-64 - Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	Nº Siafi: 667392	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	55,0%
Termo de Compromisso	0.016.00/2013 - Execução de complementação e/ou implantação do sistema de esgotamento sanitário da sede urbana do Município de Iupuiara, no Estado da Bahia, conforme Plano de Trabalho constante às fls. 07/09, do processo nº 59500.002397/2012-28, que passa a integrar o Termo de Compromisso.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674619	166.075,05	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.016.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do presente Termo de Compromisso por mais 12 meses, contados a partir de 29/04/2014, passando o seu vencimento para 29/04/2015, incluir no instrumento original a Cláusula 12 - Do Prazo, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674619	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.016.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 29/04/2015, passando o seu vencimento para 29/04/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674619	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Termo de Compromisso	0.020.00/2012 - Complementação do sistema de esgotamento sanitário, com obras, serviços e aquisições, no Município de Bom Despacho, no Estado de Minas Gerais.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674418	3.303.238,34	0,00	Termo Base	Em Execução	70,0%
Aditivo	0.020.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 360 dias, contados a partir de 26/07/2014, passando o seu vencimento para 21/07/2015, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674418	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	70,0%
Aditivo	0.020.02/2012 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 180 dias, contados a partir de 21/07/2015, passando o seu vencimento para 17/01/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674418	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	70,0%
Termo de Compromisso	0.021.00/2012 - Execução das ligações intradomiciliares e das ações sociais do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Bom Despacho - MG	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674232	256.698,05	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Aditivo	0.021.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa aprovar novo Plano de Trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674232	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho	Concluído	100,0%
Aditivo	0.021.02/2012 - 2º termo aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 12 meses contados a partir de 20/10/2013, passando seu vencimento para 29/10/2014.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674232	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	0.021.03/2012 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 04 meses, contados a partir de 29/10/2014, passando o seu vencimento para 26/02/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674232	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Termo de Compromisso	0.022.00/2012 - Execução das ligações intradomiciliares e das ações sociais do Sistema de Esgotamento Sanitário na zona urbana do Município de São Roque de Minas, no Estado de Minas Gerais,	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 673715	637.159,28	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Aditivo	0.022.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 673715	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho	Concluído	100,0%
Aditivo	0.022.02/2012 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo em 16 meses, a partir de 07/01/2014, passando seu vencimento para 07/05/2015, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 673715	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	0.022.03/2012 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 06 meses, a partir de 07/05/2015, passando o seu vencimento para 07/11/2015, sem alteração de valor, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 673715	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Termo de Compromisso	0.023.00/2011 - Apoio à implementação do Programa de Desenvolvimento Florestal sustentável da Região do Araripe em Pernambuco, tendo como objetivos específicos a elaboração do zoneamento agroecológico da região do Araripe, na escala de 1:10.000, elaboração e implementação de planos de manejo florestal demonstrativos, elaborar e implementar 15 projetos pilotos de recuperação de áreas degradadas, realização de oficinas de capacitação técnica, e, atração de investimentos.	10.572.055/0001-20 - Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco - SARA-PE	Nº Siafi: 669433	6.444.659,46	0,00	Termo Base	Em Execução	7,0%
Aditivo	0.023.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 24 meses, contados a partir de 23/09/2014, passando o seu vencimento para 23/09/2016, aprovar novas planilhas orçamentárias e ratificar demais cláusulas e condições.	10.572.055/0001-20 - Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco - SARA-PE	Nº Siafi: 669433	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	7,0%
Termo de Compromisso	0.027.00/2012 - Execução das ligações intradomiciliares e das ações sociais do sistema de esgotamento sanitário da zona urbana de município de Mirabela/MG, conforme plano de trabalho às fls. 63/65 do processo 59510.001023/2012-76, que passa a integrar o presente Termo de Compromisso.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 673989	506.863,49	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Aditivo	0.027.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa aprovar novo Plano de Trabalho e ratificar as demais cláusulas e condições. 2º Termo Aditivo, aprovou novo Plano de Trabalho, aditou o prazo e ratificou as demais cláusulas.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 673989	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho	Concluído	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.027.02/2012 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por mais 16 meses, a partir de 23/01/2014, passando o seu vencimento para 31/05/2015, aprovar novo Plano de Trabalho e ratificar as demais cláusulas.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 673989	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	0.027.03/2012 - 3º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 673989	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho	Concluído	100,0%
Termo de Compromisso	0.028.00/2012 - Implantação do sistema de esgotamento sanitário no Município de São Gonçalo do Abaeté, Estado da Minas Gerais, conforme Plano de Trabalho.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 677440	6.266.428,67	0,00	Termo Base	Em Execução	50,0%
Aditivo	0.028.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, com redução de 1,96% do valor original do Termo de Compromisso, sendo o decréscimo de R\$ 123.063,53, passando o valor do instrumento de R\$ 6.266.428,67, para R\$ 6.143.365,53, sendo R\$ 5.743.365,53, referenda à Codevasf e R\$ 400.000,00, de contrapartida da COPASA, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 677440	0,00	-123.063,14	Readequar o plano de trabalho e decrescer valor	Em Execução	50,0%
Aditivo	0.028.02/2012 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 365 dias, contados a partir de 05/07/2015, passando o seu vencimento para 05/07/2016, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 677440	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	50,0%
Termo de Compromisso	0.029.00/2012 - Execução das ligações intradomiciliares do sistema de esgotamento sanitário do Município de Tanque Novo, no Estado da Bahia, conforme Plano de Trabalho.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Não informado	989.299,26	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Termo de Compromisso	0.030.00/2014 - Execução da complementação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Caturama, no Estado da Bahia, conforme Plano de Trabalho.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 680452	170.757,76	0,00	Termo Base	Em Execução	36,0%
Aditivo	0.030.01/2014 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 20/01/2015, passando o seu vencimento para 20/01/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 680452	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	36,0%
Termo de Compromisso	0.031.00/2012 - Execução de ligações intradomiciliares do sistema de esgotamento sanitário do Município de Caturama, no Estado da Bahia.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 673990	446.779,66	0,00	Termo Base	Em Aditamento	0,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.031.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do presente Termo, por mais 8 meses, contados a partir de 01/02/2014, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 673990	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	0,0%
Aditivo	0.031.02/2012 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 01/10/2014, passando o seu vencimento para 01/10/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 673990	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	0,0%
Termo de Compromisso	0.032.00/2012 - Execução de complementação e/ou implantação do sistema de esgotamento sanitário no Município de Canarana, Estado da Bahia,	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674068	8.055.473,27	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.032.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do presente Termo por mais 510 dias, contados a partir de 01/02/2014, passando seu vencimento para 25/06/2015, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674068	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.032.02/2012 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 25/06/2015, passando o seu vencimento para 25/06/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674068	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Termo de Compromisso	0.033.00/2012 - Execução de complementação e/ou implantação do sistema de esgotamento sanitário no Município de Central, Estado da Bahia,	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674071	7.701.279,96	0,00	Termo Base	Cancelado	0,0%
Aditivo	0.033.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do presente Termo por mais 510 dias, contados a partir de 01/02/2014, passando seu vencimento para 25/06/2015, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674071	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Cancelado	0,0%
Termo de Compromisso	0.034.00/2012 - Execução de complementação e/ou implantação do sistema de esgotamento sanitário no Município de Jeremoabo, Estado da Bahia,	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674127	7.442.100,23	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.034.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do presente Termo por mais 510 dias, contados a partir de 01/02/2014, passando seu vencimento para 25/06/2015, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674127	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.034.02/2012 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 25/06/2015, passando o seu vencimento para 25/06/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674127	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Termo de Compromisso	0.035.00/2012 - Execução de complementação e/ou implantação do sistema de esgotamento sanitário no Município de Morpará, Estado da Bahia,	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674067	4.053.201,82	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.035.01/2012 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do presente Termo por mais 510 dias, contados a partir de 01/02/2014, passando seu vencimento para 25/06/2015, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674067	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Termo de Compromisso	0.040.00/2011 - Construção de módulos sanitários domiciliares (com vaso sanitário, lavatório PVC, tanque de lavar roupa, chuveiro, ligação para rede coletora de esgoto) e ligações para a rede coletora de esgotamento sanitário na zona urbana do Município de Morada Nova de Minas - MG.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674935	457.880,00	0,00	Termo Base	Em Aditamento	95,0%
Aditivo	0.040.01/2011 - 1º Termo aditivo visa readequar a planilha orçamentária, com acréscimo de R\$ 385.955,06 (trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e seis centavos). O valor passa de R\$ 457.880,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e oitenta reais) para R\$ 843.835,06 (oitocentos e quarenta e três mil, oitocentos e trinta e cinco reais e seis centavos), sendo R\$ 759.451,56 (setecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e seis centavos) da concedente e R\$ 84.383,50 (oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos) da proponente, a título de contrapartida, aprovar o novo Plano de Trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674935	0,00	385.955,06	Readequar o plano de trabalho e acrescer valor	Em Aditamento	95,0%
Aditivo	0.040.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por mais 173 dias, contados a partir de 09/12/2012, passando o vencimento para 31/05/2013, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674935	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	95,0%
Aditivo	0.040.03/2011 - 3º Termo aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 214 dias, passando seu vencimento para 31/12/2013, aprovar novo plano de trabalho e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674935	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	95,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.040.04/2011 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 12 meses, contados a partir de 31/12/2013, passando seu vencimento para 31/12/2014, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas .	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674935	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	95,0%
Aditivo	0.040.05/2011 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 04 meses, contados a partir de 31/12/2014, passando o seu vencimento para 30/04/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674935	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	95,0%
Aditivo	0.040.06/2011 - 6º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 06 meses, contados a partir de 30/04/2015, passando o seu vencimento para 30/10/2015, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674935	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	95,0%
Aditivo	0.040.07/2011 - 7º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 02 meses, contados a partir de 30/10/2015, passando seu vencimento para 30/12/2015, aprovar a readequação da planilha sem alteração de valor, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674935	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	95,0%
Termo de Compromisso	0.043.00/2011 - Construção de módulos sanitários domiciliares (com vaso sanitário, lavatório PVC, tanque de lavar roupa, chuveiro, ligação para rede coletora de esgoto) e ligações para a rede coletora de esgotamento sanitário na zona urbana do Município de Três Marias - MG.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674165	1.639.578,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Aditivo	0.043.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária com decréscimo de R\$1.350.728,84, passando o valor do termo de compromisso de R\$ 1.639.578,00, para R\$ 288.849,16, sendo R\$ 259.964,24 da Concedente e R\$ 28.884,92 da Proponente, a título de contrapartida, aprovar novo plano de trabalho e ratificar as demais cláusulas.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674165	0,00	1.350.728,84	Readequar o plano de trabalho e decrescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	0.043.02/2011 - 2º Termo aditivo visa prorrogar o prazo de vigencia por mais 387 dias, contados a partir de 09/12/2012, passando seu vencimento para 31/12/2013 e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674165	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	0.043.03/2011 - 3º termo aditivo - visa prorrogar o prazo de vigencia por 12 meses, contados a partir de 21/12/2013, passando seu vencimento para 21/12/2014.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674165	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.043.04/2011 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 04 meses, contados a partir de 30/12/2014, passando o seu vencimento para 30/04/2015, readequar a planilha orçamentária, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674165	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	0.043.05/2011 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 06 meses, contados a partir de 30/04/2015, passando o seu vencimento para 30/10/2015, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674165	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Termo de Compromisso	0.044.00/2011 - Execução de ligações intradomiciliares para a rede coletora de esgotamento sanitário na zona urbana, cujos ocupantes dos domicílios domésticos integrem o Cadastro Único do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, no Município de Canápolis-BA, valor total do contrato é de R\$ 437.308,84 com a contrapartida da EMBASA de R\$ 43.730,87, com início de vigência em 15/12/2011, com o prazo de 360 dias.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672597	437.308,84	0,00	Termo Base	Em Aditamento	25,0%
Aditivo	0.044.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 360 dias, contados a partir de 08/12/2012, passando o seu vencimento para 02/12/2013, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672597	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	25,0%
Aditivo	0.044.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por mais 365 dias, a partir de 02/12/2013, passando o vencimento para 02/12/2014, e ratificar as demais cláusulas e condições do Termo de Compromisso.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672597	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	25,0%
Aditivo	0.044.03/2011 - Prorrogação do prazo de vigência do instrumento por 12 (doze) meses, contados a partir de 02/12/2014, passando seu vencimento para 02/12/2015.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672597	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	25,0%
Termo de Compromisso	0.045.00/2011 - Construção de módulos sanitário domiciliares (com vaso sanitário, lavatório PVC, tanque de lavar roupa, chuveiro, ligação para rede coletora de esgoto) e ligações para a rede coletora de esgotamento sanitário, na zona urbana do Município de Várzea da Palma - MG	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674070	3.749.872,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Aditivo	0.045.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, com decréscimo de R\$ 1.262.000,78 onde o valor do Termo de Compromisso passa de R\$ 3.749.872,00 para R\$ 2.487.871,22, sendo R\$ 2.239.084,10 da concedente e R\$ 248.787,12 da proponente a título de contrapartida, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674070	0,00	1.262.000,78	Readequar o plano de trabalho e decrescer valor	Concluído	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.045.02/2011 - 2º Termo aditivo visa prorrogar prazo por 387 (trezentos e oitenta e sete) dias contados a partir de 09/12/2012 passando para 31/12/2013, e aprovar novo plano plano de trabalho e ratificar as demais cláusulas e condições	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674070	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	0.045.03/2011 - 3º Termo aditivo - visa prorrogar prazo por 365 dias contados a partir de 31/12/2013, passando seu vencimento para 31/12/2014, e aprovar novo plano plano de trabalho e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674070	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	0.045.04/2011 - Prorrogação do prazo de vigência do instrumento por 04 (quatro) meses, contados a partir de 31/12/2014, passando seu vencimento para 30/04/2015.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674070	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	0.045.05/2011 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 06 meses, contados a partir de 30/04/2015, passando o seu vencimento para 30/10/2015, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674070	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	0.045.06/2011 - 6º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, sem alteração de valor, resultante do acréscimo de R\$ 636.626,13 e do decréscimo de mesmo valor. O valor total do instrumento permanece em R\$ 2.487.871,22 , sendo R\$ 2.239.084,10 da concedente e R\$ 248.787,12 da proponente a título de contrapartida, prorrogar o prazo contratual em 02 meses, contados a partir de 30/10/2015, passando o seu vencimento para 30/12/2015, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 674070	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Termo de Compromisso	0.047.00/2011 - Execução de ligações intradomiciliares para a rede coletora de esgotamento sanitário na zona urbana , cujos ocupantes dos domicílios domésticos integrem o Cadastro Único do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, no Município de Ibotirama-BA, valor total do contrato é de R\$ 2.385.182,13 com a contrapartida da EMBASA de R\$ 238.518,21, com início de vigência em 15/12/2011, com o prazo de 360 dias.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672598	2.385.182,13	0,00	Termo Base	Em Execução	40,0%
Aditivo	0.047.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 360 dias, contados a partir de 08/12/2012, passando seu vencimento para 02/12/2013, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672598	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	40,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.047.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por mais 365 dias, contados a partir de 02/12/2013, passando o seu vencimento para para 02/12/2014, e ratificar demais cláusulas e condições do Termo de Compromisso.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672598	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	40,0%
Aditivo	0.047.03/2011 - Prorrogação do prazo de vigência do instrumento por 12 (doze) meses, a partir de 02/12/2014, passando seu vencimento para 02/12/2015.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672598	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	40,0%
Aditivo	0.047.04/2011 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 02/12/2015, passando o seu vencimento para 02/12/2016, aprovar no Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672598	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	40,0%
Termo de Compromisso	0.048.00/2011 - Execução de ligações intradomiciliares para a rede coletora de esgotamento sanitário na zona urbana , cujos ocupantes dos domicílios domésticos integrem o Cadastro Único do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, no Município de Ipujiara-BA, valor total do contrato é de R\$ 1.010.010,13 com a contrapartida da EMBASA de R\$ 101.001,01, com início de vigência em 15/12/2011, com o prazo de 360 dias.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672601	1.010.010,13	0,00	Termo Base	Em Aditamento	36,0%
Aditivo	0.048.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 360 dias, contados a partir de 08/12/2012, passando o seu vencimento para 02/12/2013, aprovar novo plano de trabalho e ratificar as demais cláusulas.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672601	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	36,0%
Aditivo	0.048.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do instrumento por mais 365 dias, contados a partir de 02/12/2013, passando o seu vencimento para 02/12/2014, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672601	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	36,0%
Aditivo	0.048.03/2011 - Prorrogação do prazo de vigência do instrumento por 12 (doze) meses, a partir de 02/12/2014, passando seu vencimento para 02/12/2015.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672601	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	36,0%
Termo de Compromisso	0.049.00/2011 - Conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo repasse de recursos, pela Codevasf à COPASA, para complementação e/ou implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de Espinosa-MG, com o valor total de R\$ 30.000.000,00, sendo que R\$ 27.000.000,00 correspondente à participação financeira da Codevasf, e R\$ 3.000.000,00 referente à contrapartida da COPASA-MG, vigência de 02 anos contados a partir da data de sua assinatura.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671711	30.000.000,00	0,00	Termo Base	Em Execução	30,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Termo de Compromisso	0.049.00/2013 - Construção de módulos sanitários domiciliares (com vaso sanitário, lavatório PVC, tanque de lavar roupa, chuveiro, ligação para rede coletora de esgoto) e ligações para rede coletora de esgotamento sanitário na zona urbana do município de Várzea Nova no Estado da Bahia.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675085	3.045.729,41	0,00	Termo Base	Em Execução	41,0%
Aditivo	0.049.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha contratual com acréscimo de R\$ 6.524.108,32, passando o valor total de R\$ 30.000.000,00, para R\$ 36.524.108,32, sendo R\$ 32.871.697,49 da Codevasf, e R\$ 3.652.410,83, da conveniente, a título de contrapartida da Copasa, prorrogar o prazo de vigência por 36 meses, contados a partir de 16/12/2013, passando seu vencimento para 16/12/2016, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar todas as demais cláusulas, disposições e condições pactuadas ni Termo de Compromisso.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671711	0,00	6.524.108,32	Aprovar novo plano de trabalho, prorrogar o prazo de vigência e acrescer valor	Em Execução	30,0%
Aditivo	0.049.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675085	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	41,0%
Aditivo	0.049.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 17/06/2015, passando o seu vencimento para 17/06/2016, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675085	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	41,0%
Termo de Compromisso	0.050.00/2011 - Conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo repasse de recursos, pela Codevasf à COPASA, para complementação e/ou implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de Francisco Dumont-MG, com o valor total de R\$ 4.000.000,00, sendo que R\$ 3.600.000,00 correspondente à participação financeira da Codevasf, e R\$ 400.000,00 referente à contrapartida da COPASA-MG, vigência de 02 anos contados a partir da data de sua assinatura.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671712	4.000.000,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Termo de Compromisso	0.050.00/2013 - Execução de ligações intradomiciliares e dos módulos sanitários no sistema de esgotamento sanitário na zona urbana do município de Gentio do Ouro, no Estado da Bahia, com o prazo de vigência de 12 meses, contados da assinatura do presnte Termo.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675086	683.464,31	0,00	Termo Base	Em Execução	36,0%
Aditivo	0.050.01/2011 - 1º Termo aditivo, visa readequar a planilha orçamentaria, aprovar o novo plano de trabalho e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671712	0,00	1.193.454,12	Readequar o plano de trabalho e acrescer valor	Concluído	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.050.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 18/06/2014, passando o seu vencimento para 17/06/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675086	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	36,0%
Aditivo	0.050.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 07 meses, contados a partir de 16/12/2013, passando o seu vencimento para 16/07/2014, aprovar novo Plano de Trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671712	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	0.050.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 17/06/2015, passando o seu vencimento para 17/06/2016, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675086	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	36,0%
Aditivo	0.050.03/2011 - 3º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, com acréscimo de R\$ 198.274,21 , passando o valor de R\$ 5.193.454,12 para R\$ 5.391.728,33 , sendo R\$ 4.835.827,03) da concedente e R\$ 555.901,30 da proponente, a título de contrapartida, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671712	0,00	198.274,21	Readequar o plano de trabalho e acrescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	0.050.04/2011 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 90 dias, contados a partir de 16/12/2014, passando o seu vencimento para 15/03/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671712	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	0.050.05/2011 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 169 dias, contados a partir de 15/03/2015, passando o seu vencimento para 31/08/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671712	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Termo de Compromisso	0.051.00/2011 - Execução de ligações intradomiciliares para a rede coletora de esgotamento sanitário na zona urbana , cujos ocupantes dos domicílios domésticos integrem o Cadastro Único do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, no Município de Iuiú-BA, valor total do contrato é de R\$ 932.936,36 com a contrapartida da EMBASA de R\$ 93.293,64, com início de vigência em 15/12/2011, com o prazo de 360 dias.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672602	932.936,36	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Termo de Compromisso	0.051.00/2013 - Execução das ligações intradomiciliares e dos módulos sanitários no sistema de esgotamento sanitário na zona urbana do Município de Glória no Estado da Bahia.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675089	362.158,54	0,00	Termo Base	Em Execução	50,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.051.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 360 dias, contados a partir de 08/12/2012, passando o seu vencimento para 02/12/2013, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672602	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.051.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675089	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	50,0%
Aditivo	0.051.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 17/06/2015, passando o seu vencimento para 17/06/2016, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675089	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	50,0%
Termo de Compromisso	0.052.00/2011 - Conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo repasse de recursos, pela Codevasf à COPASA, para complementação e/ou implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de Juvenília-MG, com o valor total de R\$ 5.000.000,00, sendo que R\$ 4.500.000,00 correspondente à participação financeira da Codevasf, e R\$ 500.000,00 referente à contrapartida da COPASA-MG, vigência de 02 anos contados a partir da data de sua assinatura.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671710	5.000.000,00	0,00	Termo Base	Em Execução	89,0%
Termo de Compromisso	0.052.00/2013 - Execução das ligações intradomiciliares e módulos sanitários do Sistema de Esgotamento Sanitário na zona Urbana do município de Morro do Chapéu no Estado da Bahia.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674914	3.937.978,40	0,00	Termo Base	Em Execução	36,0%
Aditivo	0.052.01/2011 - 1º Termo aditivo visa readequar a planilha, com acréscimo de R\$ 1.831.920,64, passando o valor de R\$ 5.000.000,00 para R\$ 6.831.920,64 sendo R\$ 6.148.724,58 da Codevasf e R\$ 683.196,06 da COPASA, a título de contrapartida. A nova planilha orçamentária passa a ser anexada às folhas 142 a 190 e aprovar o novo Plano de Trabalho às folhas 137 a 139 do processo nº59500.001868/2011-08. ratificar as demais cláusulas e condições do contrato original	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671710	0,00	1.831.920,64	Readequar o plano de trabalho e crescer valor	Em Execução	89,0%
Aditivo	0.052.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 14/06/2014, passando o seu vencimento para 13/06/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674914	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	36,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.052.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 07 meses, contados a partir de 16/12/2013, passando o seu vencimento para 16/06/2014, aprovar novo Plano de Trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671710	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	89,0%
Aditivo	0.052.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 13/06/2015, passando o seu vencimento para 13/06/2016, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 674914	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	36,0%
Aditivo	0.052.03/2011 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 12 meses, contados a partir de 16/06/2014, passando o vencimento para 16/06/2015, aprovar novo Plano de Trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671710	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	89,0%
Aditivo	0.052.04/2011 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 16/06/2015, passando o seu vencimento para 16/06/2016, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671710	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	89,0%
Termo de Compromisso	0.053.00/2011 - Conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo repasse de recursos, pela Codevasf à COPASA, para complementação e/ou implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de Lontra-MG, com o valor total de R\$ 6.500.000,00, sendo que R\$ 5.850.000,00 correspondente à participação financeira da Codevasf, e R\$ 650.000,00 referente à contrapartida da COPASA-MG, vigência de 02 anos contados a partir da data de sua assinatura.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671716	6.500.000,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Aditivo	0.053.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, com decréscimo de R\$ 257.366,17, passando o valor do Termo de Compromisso de R\$ 6.500.000,00 para R\$ 6.242.633,83, sendo R\$ 5.618.370,45 da Concedente e R\$ 624.263,38 da Conveniente, a título de contrapartida, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671716	0,00	-257.366,17	Readequar o plano de trabalho e decrescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	0.053.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 05 meses, contados a partir de 16/12/2013, passando seu vencimento para 16/05/2014, aprovar novo Plano de Trabalho e ratificar e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671716	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	0.053.03/2011 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 7 meses, contados a partir de 16/05/2014, passando o vencimento para 16/12/2014, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671716	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.053.04/2011 - 4º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671716	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho	Concluído	100,0%
Aditivo	0.053.05/2011 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 06 meses, contados a partir de 16/12/2014, passando o seu vencimento para 16/06/2015, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671716	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	0.053.06/2011 - 6º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 76 dias, contados a partir de 16/06/2015, passando o seu vencimento para 31/08/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671716	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Termo de Compromisso	0.054.00/2011 - Conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo repasse de recursos, pela Codevasf à COPASA, para complementação e/ou implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de Pedras de Maria da Cruz-MG, com o valor total de R\$ 3.000.000,00, sendo que R\$ 2.700.000,00 correspondente à participação financeira da Codevasf, e R\$ 300.000,00 referente à contrapartida da COPASA-MG, vigência de 02 anos contados a partir da data de sua assinatura.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671713	3.000.000,00	0,00	Termo Base	Em Execução	62,0%
Aditivo	0.054.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha, com acréscimo de R\$ 1.692.403,04, passando o valor de R\$ 3.000.000,00 para R\$ 4.692.403,04, sendo R\$ 4.223.162,74 da CODEVASF e R\$ 469.240,30 da conveniente, a título de contrapartida, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671713	0,00	1.692.403,04	Readequar o plano de trabalho e acrescer valor	Em Execução	62,0%
Aditivo	0.054.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 07 meses, contados a partir de 16/12/2013, passando o seu vencimento para 16/07/2014, aprovar novo Plano de Trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671713	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	62,0%
Aditivo	0.054.03/2011 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 17 meses, contados a partir de 16/07/2014, passando o seu vencimento para 16/12/2015, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671713	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	62,0%
Aditivo	0.054.04/2011 - 4º Termo Aditivo, visa, prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 16/12/2015, passando o seu vencimento para 16/12/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671713	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	62,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Termo de Compromisso	0.056.00/2011 - Conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo repasse de recursos, pela Codevasf à COPASA, para complementação e/ou implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de São João da Ponte-MG, com o valor total de R\$ 7.000.000,00, sendo que R\$ 6.300.000,00 correspondente à participação financeira da Codevasf, e R\$ 700.000,00 referente à contrapartida da COPASA-MG, vigência de 02 anos contados a partir da data de sua assinatura.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671720	7.000.000,00	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Termo de Compromisso	0.056.00/2013 - Gerenciamento e fiscalização das obras de complementação dos sistemas de esgotamento sanitários nos Municípios de Botuporã, Central, Canarana, Malhada, Morpará, Jacaraci, Jeremoabo e Palmas de Monte Alto e a execução de ligações intradomiciliares, em diversos sistemas de esgotamento sanitário das Unidades Regionais da EMBASA de Caetitê, de Barreiras, Irecê, Itaberaba, Paulo Afonso e Senhor do Bonfim, no Estado da Bahia.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675451	9.368.393,68	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.056.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, com decréscimo de R\$ 2.104.344,43, passando o valor do Termo de Compromisso de R\$ 7.000.000,00 para R\$ 4.895.655,57, sendo R\$ 4.406.090,02 correspondentes à participação da Codevasf e R\$ 489.565,55 referentes à contrapartida da COPASA, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671720	0,00	- 2.104.344,43	Readequar o plano de trabalho e decrescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	0.056.01/2013 - 1º Termo Aditivo, tem como objeto incluir as Cláusulas de Contração de Terceiros, Pagamentos, Glosa de Despesas, Restituição de Recursos, Prestação de Contas e Publicidade, bem como, ratificar as demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675451	0,00	0,00	Alteração/Correção de cláusula contratual	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.056.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por mais 06 meses, contados a partir de 16/12/2013, passando o seu vencimento para 16/06/2014, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671720	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	0.056.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 24 meses, contados a partir de 19/07/2014, passando o seu vencimento para 16/07/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675451	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.056.03/2011 - Prorrogação do prazo de vigência, aprovação do novo plano de trabalho e ratificação das demais cláusulas.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671720	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.056.04/2011 - 4º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 04 meses, contados a partir de 16/06/2015, passando o seu vencimento para 14/10/2015, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671720	0,00	52.861,19	Aprovar novo plano de trabalho, prorrogar o prazo de vigência e acrescer valor	Concluído	100,0%
Termo de Compromisso	0.057.00/2011 - Execução de ligações intradomiciliares para a rede coletora de esgotamento sanitário na zona urbana, cujos ocupantes dos domicílios domésticos integrem o Cadastro Único do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, no Município de Luís Eduardo Magalhães-BA, valor total do contrato é de R\$ 2.062.870,86 com a contrapartida da EMBASA de R\$ 206.287,09, com início de vigência em 15/12/2011, com o prazo de 360 dias.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672605	2.062.870,86	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.057.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 360 dias, contados a partir de 08/12/2012, passando seu vencimento para 02/12/2013, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672605	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.057.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por mais 365 dias, com início a partir de 02/12/2013, passando seu vencimento para 02/12/2014, e ratificar demais cláusulas e condições do Termo de Compromisso.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672605	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Termo de Compromisso	0.058.00/2011 - Conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo repasse de recursos, pela Codevasf à COPASA, para complementação e/ou implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de Verdelândia-MG, com o valor total de R\$ 3.500.000,00, sendo que R\$ 3.150.000,00 correspondente à participação financeira da Codevasf, e R\$ 350.000,00 referente à contrapartida da COPASA-MG, vigência de 02 anos contados a partir da data de sua assinatura.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671718	3.500.000,00	0,00	Termo Base	Em Execução	15,0%
Aditivo	0.058.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha com acréscimo no valor de R\$ 2.425.206,89, passando o valor de R\$ 3.500.000,00 para o valor de R\$ 5.925.206,89, sendo R\$ 5.558.218,09, correspondentes à participação da Codevasf e R\$ 566.669,30 referentes à contrapartida da COPASA, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671718	0,00	2.425.206,89	Readequar o plano de trabalho e acrescer valor	Em Execução	15,0%
Aditivo	0.058.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 15 meses, contados a partir de 16/12/2013, passando seu vencimento para 16/03/2015, aprovar novo Plano de Trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671718	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	15,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.058.03/2011 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 24 meses, contados a partir de 16/03/2015, passando o seu vencimento para 17/03/2017, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671718	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	15,0%
Termo de Compromisso	0.059.00/2011 - Conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo repasse de recursos, pela Codevasf à COPASA, para complementação e/ou implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de Itacarambí-MG, com o valor total de R\$ 4.000.000,00, sendo que R\$ 3.600.000,00 correspondente à participação financeira da Codevasf, e R\$ 400.000,00 referente à contrapartida da COPASA-MG, vigência de 02 anos contados a partir da data de sua assinatura.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671731	4.000.000,00	0,00	Termo Base	Em Execução	80,0%
Aditivo	0.059.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, com acréscimo de R\$ 4.118.939,23, passando o valor do Termo de Compromisso de R\$ 4.000.000,00 para R\$ 8.118.939,23, sendo R\$ 7.394.848,73 da CODEVASF e R\$ 724.090,50,	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671731	0,00	4.118.939,23	Readequar o plano de trabalho e acrescer valor	Em Execução	80,0%
Aditivo	0.059.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 07 meses, contados a partir de 16/12/2013, passando o seu vencimento para 16/05/2014, aprovar novo Plano de Trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671731	0,00	0,00	Alteração/Correção de cláusula contratual e aprovação de novo plano de trabalho	Em Execução	80,0%
Aditivo	0.059.03/2011 - 3º Termo aditivo, visa alterar a planilha orçamentária com decréscimo de valor, prorrogação de vigência, aprovação de novo Plano de Trabalho, e ratificação das demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671731	0,00	-601.962,55	Prorrogar o prazo de vigência e decrescer valor	Em Execução	80,0%
Aditivo	0.059.04/2011 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 90 dias, contados a partir de 16/12/2014, passando o seu vencimento para 15/03/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671731	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	80,0%
Aditivo	0.059.05/2011 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 169 dias, contados a partir de 15/03/2015, passando o seu vencimento para 31/08/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671731	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	80,0%
Termo de Compromisso	0.060.00/2011 - Execução de ligações intradomiciliares para a rede coletora de esgotamento sanitário na zona urbana, cujos ocupantes dos domicílios domésticos integrem o Cadastro Único do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, no Município de Muquém do São Francisco-BA, valor total do contrato é de R\$ 152.290,24 com a contrapartida da EMBASA de R\$ 15.229,02, com início de vigência em 15/12/2011, com o prazo de 360 dias.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672606	152.290,24	0,00	Termo Base	Em Aditamento	60,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.060.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 360 dias, contados a partir de 08/12/2012, passando seu vencimento para 02/12/2013, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672606	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	60,0%
Aditivo	0.060.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por mais 365 dias, contados a partir de 02/12/2013, passando o seu vencimento para 02/12/2014, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672606	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	60,0%
Aditivo	0.060.03/2011 - Prorrogação do prazo de vigência do instrumento por 12 (doze) meses, contados a partir de 02/12/2014, passando seu vencimento para 02/12/2015.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672606	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	60,0%
Termo de Compromisso	0.061.00/2011 - Conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo repasse de recursos, pela Codevasf à COPASA, para complementação e/ou implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de Manga-MG, com o valor total de R\$ 9.000.000,00, sendo que R\$ 8.100.000,00 correspondente à participação financeira da Codevasf, e R\$ 900.000,00 referente à contrapartida da COPASA-MG, vigência de 02 anos contados a partir da data de sua assinatura.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671708	9.000.000,00	0,00	Termo Base	Em Execução	73,0%
Aditivo	0.061.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, com acréscimo de R\$ 6.914.864,17, passando o valor do termo de compromisso de R\$ 9.000.000,00 para R\$ 15.914.864,17, sendo R\$ 14.690.773,67 da Concedente e R\$ 1.224.090,50 da Conveniente, a título de contrapartida, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671708	0,00	6.914.864,17	Readequar o plano de trabalho e acrescer valor	Em Execução	73,0%
Aditivo	0.061.02/2011 - 2º termo aditivo- visa prorrogar o prazo de vigência por mais 09 (nove) meses, contados a partir de 16/12/2013, passando o seu vencimento para 16/09/2014, aprovar novo plano de trabalho e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671708	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	73,0%
Aditivo	0.061.03/2011 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 10 meses, contados a partir de 16/09/2014, passando o seu vencimento para 16/07/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671708	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	73,0%
Aditivo	0.061.04/2011 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 9 meses, contados a partir de 16/07/2015, passando o seu vencimento para 16/04/2016, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671708	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	73,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Termo de Compromisso	0.063.00/2011 - Conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo repasse de recursos, pela Codevasf à COPASA, para complementação e/ou implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de Presidente Juscelino-MG, com o valor total de R\$ 1.800.000,00, sendo que R\$ 1.620.000,00 correspondente à participação financeira da Codevasf, e R\$ 180.000,00 referente à contrapartida da COPASA-MG, vigência de 02 anos contados a partir da data de sua assinatura.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671724	1.800.000,00	0,00	Termo Base	Concluído	12,0%
Aditivo	0.063.01/2011 - 1º Termo de compromisso, visa readequar a planilha orçamentária com acréscimo de R\$ 1.515.456,69, passando o valor do Termo de Compromisso de R\$ 1.800.000,00, para R\$ 3.315.456,69, sendo R\$ 2.983.911,02, a cargo da concedente e R\$ 331.545,67, a título de contrapartida da proponente, aprovar novo plano de trabalho, prorrogar o prazo por mais 02 meses, a partir de 16/12/2013, passando seu vencimento para 16/02/2014 e ratificar as demais cláusulas.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671724	0,00	1.515.456,69	Readequar o plano de trabalho e acrescer valor	Concluído	12,0%
Aditivo	0.063.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do Termo de Compromisso por 13 meses, a partir de 16/02/2014, passando o seu vencimento para 16/03/2015, aprovar no Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671724	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	12,0%
Aditivo	0.063.03/2011 - 3º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária com acréscimos, decréscimos. e/ou inclusões de quantitativos, sem alteração de valor, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671724	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho	Concluído	12,0%
Termo de Compromisso	0.064.00/2011 - Conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo repasse de recursos, pela Codevasf à COPASA, para complementação e/ou implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de Prudente de Morais-MG, com o valor total de R\$ 4.500.000,00, sendo que R\$ 4.050.000,00 correspondente à participação financeira da Codevasf, e R\$ 450.000,00 referente à contrapartida da COPASA-MG, vigência de 02 anos contados a partir da data de sua assinatura.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671709	4.500.000,00	0,00	Termo Base	Em Execução	16,0%
Aditivo	0.064.01/2011 - 1º termo aditivo - visa prorrogar o prazo de vigência por 15 meses, contados a partir de 16/12/2013, passando seu vencimento para 16/03/2015, aprovar o novo plano de trabalho e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671709	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	16,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.064.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária com acréscimo de R\$ 5.603.464,00 , passando o valor do convênio de R\$ 4.500.000,00 para R\$ 10.103.464,00 , sendo R\$ 9.329.373,50 da concedente e R\$ 774.090,50 do conveniente, a título de contrapartida, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671709	0,00	5.603.464,00	Readequar o plano de trabalho e acrescer valor	Em Execução	16,0%
Aditivo	0.064.03/2011 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 564 dias, contados a partir de 16/03/2015, passando o seu vencimento para 30/09/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671709	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	16,0%
Termo de Compromisso	0.065.00/2011 - Execução de ligações intradomiciliares para a rede coletora de esgotamento sanitário na zona urbana , cujos ocupantes dos domicílios domésticos integrem o Cadastro Único do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, no Município de Santa Brígida-BA, onde o valor total do contrato é de R\$ 918.927,44 com a contrapartida da EMBASA de R\$ 91.880,83, com início de vigência em 15/12/2011, com o prazo de 360 dias.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672608	918.808,27	0,00	Termo Base	Em Aditamento	7,0%
Aditivo	0.065.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 360 dias contados a partir de 08/12/2012, passando o seu vencimento para 02/12/2013, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672608	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	7,0%
Aditivo	0.065.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 365 dias, contados a partir de 03/12/2013, passando o seu vencimento para 02/12/2014, e ratificar as demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672608	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	7,0%
Aditivo	0.065.03/2011 - Prorrogação do prazo de vigência do instrumento por 12 (doze) meses, contados a partir de 02/12/2014, passando seu vencimento para 02/12/2015.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672608	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	7,0%
Termo de Compromisso	0.066.00/2011 - Conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo repasse de recursos, pela Codevasf à COPASA, para complementação e/ou implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de Taquaraçu de Minas-MG, com o valor total de R\$ 2.300.000,00, sendo que R\$ 2.070.000,00 correspondente à participação financeira da Codevasf, e R\$ 230.000,00 referente à contrapartida da COPASA-MG, vigência de 02 anos contados a partir da data de sua assinatura.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671722	2.300.000,00	0,00	Termo Base	Concluído	9,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.066.01/2011 - 1º Termo aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, prorrogar o prazo de vigência, aprovar o novo plano de trabalho e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671722	0,00	2.043.870,32	Aprovar novo plano de trabalho, prorrogar o prazo de vigência e acrescer valor	Concluído	9,0%
Aditivo	0.066.02/2011 - 2º Termo aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, prorrogar o prazo de vigência por 457 dias, contados a partir de 16/03/2014, passando o vencimento para 16/06/2015, retificação da cláusula sexta - dos recursos e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671722	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	9,0%
Aditivo	0.066.03/2011 - 3º Termo Aditivo, visa aprovar nova planilha orçamentaria, com acréscimos, decréscimos e inclusão de quantitativos e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671722	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho	Concluído	9,0%
Termo de Compromisso	0.067.00/2011 - Conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo repasse de recursos, pela Codevasf à COPASA, para complementação e/ou implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de Varzelândia-MG, com o valor total de R\$ 6.300.000,00, sendo que R\$ 5.670.000,00 correspondente à participação financeira da Codevasf, e R\$ 630.000,00 referente à contrapartida da COPASA-MG, vigência de 02 anos contados a partir da data de sua assinatura.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671719	6.300.000,00	0,00	Termo Base	Em Aditamento	100,0%
Aditivo	0.067.01/2011 - 1º termo aditivo visa readequar a planilha orçamentária com acréscimo no valor de R\$2.980.866,46 , passando o valor do termo de compromisso de R\$ 6.300.000,00 para R\$ 9.280.866,46 sendo R\$ 8.326.775,96 correspondentes à participação da Codevasf e R\$ 954.090,50 referentes à contrapartida da COPASA e ratificar as demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671719	0,00	2.980.866,46	Readequar o plano de trabalho e acrescer valor	Em Aditamento	100,0%
Aditivo	0.067.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 105 dias, contados a partir de 16/12/2013, passando o seu vencimento para 31/03/2014, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671719	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	100,0%
Aditivo	0.067.03/2011 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 90 dias, contados a partir de 01/04/2014, passando o seu vencimento para 30/06/2014, aprovar novo Plano de Trabalho e e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671719	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	100,0%
Aditivo	0.067.04/2011 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 30/06/2014, passando o seu vencimento para 30/06/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671719	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.067.05/2011 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 6 meses, contados a partir de 30/06/2015, passando o seu vencimento para 30/12/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671719	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	100,0%
Aditivo	0.067.06/2011 - 6º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, sem alteração de valor, resultante do acréscimo de R\$ 307.389,91 e do decréscimo de mesmo valor. O valor total do instrumento permanece em R\$ 9.280.866,46, sendo R\$ 8.326.775,96 correspondente à participação da CODEVASF e R\$ 954.090,50 referente à contrapartida da COPASA.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671719	0,00	0,00	Readequar planilha orçamentária	Em Aditamento	100,0%
Termo de Compromisso	0.068.00/2011 - Conjugação de esforços para desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo repasse de recursos, pela Codevasf à COPASA, para complementação e/ou implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do Município de Capitão Enéas-MG, com o valor total de R\$ 16.000.000,00, sendo que R\$ 14.400.000,00 correspondente à participação financeira da Codevasf, e R\$ 1.600.000,00 referente à contrapartida da COPASA-MG, vigência de 02 anos contados a partir da data de sua assinatura.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671730	16.000.000,00	0,00	Termo Base	Em Execução	100,0%
Aditivo	0.068.01/2011 - 1º Termo aditivo visa readequar a planilha, com decréscimo de R\$ 3.873.031,87, passando o valor de R\$ 16.000.000,00 para R\$ 12.126.968,13 sendo R\$ 11.153.816,04 da Concedente e R\$ 973.152,09 da Conveniente, a título de contrapartida. A nova planilha orçamentária passa a ser a constante às folhas 78 a 102 do processo administrativo, e aprovar o novo Plano de Trabalho	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671730	0,00	- 3.873.031,87	Readequar o plano de trabalho e decrescer valor	Em Execução	100,0%
Aditivo	0.068.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 05 meses, contados a partir de 16/12/2013, passando o seu vencimento para 16/05/2014, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671730	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	100,0%
Aditivo	0.068.03/2011 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 229 dias, contados a partir de 16/05/2014, passando o seu vencimento para 31/12/2014, aprovar novo Plano de Trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671730	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	100,0%
Aditivo	0.068.04/2011 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 396 dias, contados a partir de 01/07/2015, passando o seu vencimento para 31/07/2016, aprovar nova planilha orçamentária e novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 671730	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Termo de Compromisso	0.070.00/2011 - Conjugação de esforços para o desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo o repasse de recursos, pela Codevasf à Secretaria do Estado de Infraestrutura - SEINFRA, para complementação e/ou implantação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Belo Monte, no Estado de Alagoas.	12.294.708/0001-81 - Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	Nº Siafi: 673284	5.065.143,98	0,00	Termo Base	Em Execução	8,0%
Aditivo	0.070.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do instrumento por mais 02 anos, contados a partir de 16/02/2014, passando o seu vencimento para 12/02/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	12.294.708/0001-81 - Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	Nº Siafi: 673284	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	8,0%
Termo de Compromisso	0.071.00/2011 - Conjugação de esforços para o desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo o repasse de recursos, pela Codevasf à Secretaria do Estado de Infraestrutura - SEINFRA, para complementação e/ou implantação do sistema de esgotamento sanitário do Município de São Braz, no Estado de Alagoas.	12.294.708/0001-81 - Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	Nº Siafi: 673286	8.315.683,98	0,00	Termo Base	Em Execução	31,0%
Termo de Compromisso	0.071.00/2013 - Execução da complementação das obras de esgotamento sanitário na zona urbana do município de Jacaraci - BA.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675171	2.299.297,88	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.071.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do instrumento por mais 18 meses, contados a partir de 30/09/2013, e ratificar demais cláusulas e condições.	12.294.708/0001-81 - Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	Nº Siafi: 673286	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	31,0%
Aditivo	0.071.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 20/07/2014, passando o seu vencimento para 19/07/2015, aprovar novo cronograma de trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675171	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.071.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 18 meses, contados a partir de 30/03/2015, passando o seu vencimento para 30/09/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	12.294.708/0001-81 - Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	Nº Siafi: 673286	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	31,0%
Aditivo	0.071.02/2013 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 19/07/2015, passando o seu vencimento para 19/07/2016, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 675171	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Termo de Compromisso	0.072.00/2011 - Conjugação de esforços para o desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo o repasse de recursos, pela Codevasf à Secretaria do Estado de Infraestrutura - SEINFRA, para complementação e/ou implantação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Piaçabuçu, no Estado de Alagoas	12.294.708/0001-81 - Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	Nº Siafi: 673138	15.650.008,87	0,00	Termo Base	Em Execução	11,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.072.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 30 meses, contados a partir de 29/06/2014, passando o seu vencimento para 29/12/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	12.294.708/0001-81 - Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	Nº Siafi: 673138	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	11,0%
Termo de Compromisso	0.073.00/2011 - Conjugação de esforços para o desenvolvimento de atividades de interesse comum abrangendo o repasse de recursos, pela Codevasf à Secretaria do Estado de Infraestrutura - SEINFRA, para complementação e/ou implantação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Delmiro Gouveia, no Estado de Alagoas	12.294.708/0001-81 - Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	Nº Siafi: 672400	19.967.344,58	0,00	Termo Base	Em Execução	23,0%
Aditivo	0.073.01/2011 - 1º Termo Aditivo visa aditar o contrato 0.073.00/2011, que tem por objeto a complementação e/ou implantação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Delmiro Gouveia, no Estado de Alagoas, para prorrogar a vigência e ratificar as demais cláusulas e condições pactuadas.	12.294.708/0001-81 - Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	Nº Siafi: 672400	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	23,0%
Termo de Compromisso	0.076.00/2011 - Conjugação de esforços para o desenvolvimento de atividades de interesse comum, abrangendo o repasse de recursos pela Codevasf a Embasa, para a complementação e/ou implantação do sistema de esgotamento sanitário da sede do Município de Ibotirama, no Estado da Bahia	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672383	117.710,47	0,00	Termo Base	Em Execução	60,0%
Aditivo	0.076.01/2011 - 1º termo aditivo, visa prorrogar o prazo contratual por 12 (doze) meses, contados a partir de 22/03/2013, passando o seu vencimento para 22/03/2014.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672383	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	60,0%
Aditivo	0.076.02/2011 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 23/03/2014, passando o seu vencimento para 22/03/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672383	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	60,0%
Aditivo	0.076.03/2011 - 3º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 22/03/2015, passando o seu vencimento para 22/03/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 672383	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	60,0%
Termo de Compromisso	0.077.00/2013 - Execução de complementação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Iuiú, Estado da Bahia.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Não informado	229.392,51	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Termo de Compromisso	0.125.00/2013 - Execução de obras complementares de energização das unidades do sistema de esgotamento sanitário no Município de Capitão Enéas, no Estado de Minas Gerais.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 676489	205.139,21	0,00	Termo Base	Em Aditamento	0,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.125.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 05 meses, a partir de 15/07/2014, passando seu vencimento para 15/12/2014, e ratificar de 3 mais cláusulas e condições.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 676489	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	0,0%
Aditivo	0.125.02/2013 - Prorrogação do prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses.	17.281.106/0001-03 - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - COPASA	Nº Siafi: 676489	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	0,0%
Termo de Compromisso	0.132.00/2013 - Execução de complementação e/ou implantação do sistema de esgotamento sanitário no Município de Tanque Novo, Estado da Bahia, conforme Plano de Trabalho.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 678805	3.407.423,91	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.132.01/2013 - Prorrogação do prazo de vigência do instrumento por 12 (doze) meses.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 678805	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Termo de Compromisso	0.137.00/2013 - Execução do sistema de esgotamento sanitário no Município do Chorrochó, no Estado da Bahia.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 677436	5.758.688,90	0,00	Termo Base	Em Execução	4,0%
Termo de Compromisso	0.141.00/2013 - Implantação de sistema de esgotamento sanitário no Município de Caetité, Estado da Bahia.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 677863	13.971.238,76	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.141.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por mais 1050 dias, contados a partir de 13/08/2015, passando o seu vencimento para 28/06/2018, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 677863	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Termo de Compromisso	0.147.00/2013 - Construção de uma base física descentralizada no Município de Porto Real do Colégio/AL, aquisição de bens e materiais permanentes, manutenção das instalações e contratação de equipe técnica de apoio para o fortalecimento do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas.	12.958.179/0001-73 - Instituto do Meio Ambiente-AL	Nº Siafi: 677603	1.236.436,61	0,00	Termo Base	Em Execução	60,0%
Termo de Compromisso	0.157.00/2013 - Execução das ligações intradomiciliares e módulos sanitários domiciliares dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de Ilha Grande, Porto, Murici dos Portelas, Guadalupe, União, Amarante, Madeiro, Joça Marques, Luzilândia, Santa Filomena, Ribeiro Gonçalves, Uruçui, Oeiras e Floriano, no Estado do Piauí.	06.553.481/0001-49 - Governo do Estado do Piauí	Nº Siafi: 677865	40.942.972,32	0,00	Termo Base	Em Execução	5,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.157.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 450 dias, contados a partir de 18/03/2015, passando o seu vencimento para 10/06/2016, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	06.553.481/0001-49 - Governo do Estado do Piauí	Nº Siafi: 677865	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	5,0%
Termo de Compromisso	0.180.00/2013 - Execução de serviços relativos ao apoio à Fiscalização e Supervisão Técnica das obras dos sistemas de esgotamento sanitário, incluindo verificação topográfica, serviços de laboratório de solos e concreto, relatório fotográfico das obras, nos municípios de Amarante, Ilha Grande, Muricí dos Portelas, Porto, União, Floriano, Luzilândia, Oeiras, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, Uruçuí, Porto Alegre, Joca Marques e Madeiro no Estado do Piauí.	06.845.747/0001-27 - Agespisa - Água e Esgoto do Piauí S/A	Não informado	6.501.792,84	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Aditivo	0.180.01/2013 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 12 meses, contados a partir de 17/02/2015, passando o seu vencimento para 17/02/2016, aprovar novo plano de trabalho e ratificar demais cláusulas e condições.	06.845.747/0001-27 - Agespisa - Água e Esgoto do Piauí S/A	Não informado	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	0,0%
Termo de Compromisso	0.216.00/2013 - Complementação do sistema de esgotamento sanitário no município de Campo Formoso, no Estado da Bahia, conforme Plano de Trabalho.	13.504.675/0001-10 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA - EMBASA	Nº Siafi: 677946	13.604.402,16	0,00	Termo Base	Em Execução	0,0%
Convênio	0.93.08.0069 - Implantação de aterro sanitário com participação dos municípios de Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco no Estado de Minas Gerais.	07.975.391/0001-09 - Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos - ECOTRES	Nº Siafi: 666384	4.388.285,39	0,00	Termo Base	Em Execução	99,0%
Aditivo	0.93.08.0069/01 - 1º Termo Aditivo, prorrogar o prazo de vigência do Convênio por 07 meses, contados a partir de 19 de julho de 2009.	07.975.391/0001-09 - Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos - ECOTRES	Nº Siafi: 666384	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	99,0%
Aditivo	0.93.08.0069/02 - 2º Termo aditivo, prorrogar prazo por 7(sete) meses, contados a partir de 19/02/2010.	07.975.391/0001-09 - Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos - ECOTRES	Nº Siafi: 666384	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	99,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.93.08.0069/03 - 3º Termo aditivo visa prorrogar o prazo contratual por 07 (sete) meses, contados a partir de 19 de setembro de 2010, passando seu vencimento para 19 de abril de 2011 e ratificar as demais cláusulas e condições.	07.975.391/0001-09 - Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos - ECOTRES	Nº Siafi: 666384	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	99,0%
Aditivo	0.93.08.0069/04 - 4º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do Convênio por mais 07 meses, contados a partir de 19 de abril de 2011, passando seu vencimento para 19 de novembro de 2011, e ratificar as demais cláusulas e condições.	07.975.391/0001-09 - Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos - ECOTRES	Nº Siafi: 666384	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	99,0%
Aditivo	0.93.08.0069/05 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por mais 07 meses, contados a partir de 19/11/2011, aprovar novo plano de trabalho e ratificar as suas demais cláusulas e condições.	07.975.391/0001-09 - Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos - ECOTRES	Nº Siafi: 666384	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	99,0%
Aditivo	0.93.08.0069/06 - 6º Termo Aditivo, visa readequar a planilha orçamentária, passando o valor do Convênio de R\$ 4.388.285,39, para R\$ 4.065.347,25, sendo R\$ 3.862.079,89 da concedente, e R\$ 203.267,36 a título de contrapartida pelo convenente, prorrogar o prazo de vigência do Convênio por mais 2 meses, contados a partir de 19/06/2012, aprovar novo plano de trabalho, e ratificar demais cláusulas e condições.	07.975.391/0001-09 - Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos - ECOTRES	Nº Siafi: 666384	0,00	-322.938,14	Readequar o plano de trabalho e decrescer valor	Em Execução	99,0%
Aditivo	0.93.08.0069/07 - 7º Termo aditivo visa prorrogar prazo por 06 (seis) meses, contados a partir de 19/08/2012, ratificar as demais cláusulas e subcláusulas	07.975.391/0001-09 - Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos - ECOTRES	Nº Siafi: 666384	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	99,0%
Aditivo	0.93.08.0069/08 - 8ª Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do Convênio por seis meses, contados a partir de 19 de fevereiro de 2013 passando o seu vencimento para 19 de agosto de 2013, readequar a planilha orçamentária, alterando o valor do convênio de R\$ 4.065.347,25 para R\$ 4.517.430,58, sendo R\$ 4.168.871,12 da Codevasf e R\$ 348.559,46 da conveniente e aprovar o novo plano de trabalho.	07.975.391/0001-09 - Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos - ECOTRES	Nº Siafi: 666384	0,00	452.083,33	Prorrogar o prazo de vigência e crescer valor	Em Execução	99,0%
Aditivo	0.93.08.0069/09 - 9º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 04 meses, a partir de 19/08/2013, passando o vencimento para 19/12/2013, e ratificar demais cláusulas e condições.	07.975.391/0001-09 - Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos - ECOTRES	Nº Siafi: 666384	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	99,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0.93.08.0069/10 - 10º Termo aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 04 meses, a partir de 19-12-2013, passando seu vencimento para 19-04-2014	07.975.391/0001-09 - Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos - ECOTRES	Nº Siafi: 666384	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	99,0%
Convênio	000070062 - Implantar infra-estrutura de apoio à produção de mudas para recuperação de áreas degradadas na bacia hidrográfica do Parnaíba. As obras, serviços ou aquisições serão executados nas condições constantes do Plano de Trabalho, onde é parte integrante o projeto básico. A aprovação do projeto básico ou termo de referência é condição para liberação da primeira parcela dos recursos a cargo da CODEVASF.	05.440.385/0001-21 - Associação de Reposição Florestal do Estado do Piauí - PIAUÍFLORA	Nº Siafi: 660425	1.518.139,01	0,00	Termo Base	Em Execução	86,0%
Aditivo	0000700621 - Prorrogar prazo, considerando retardo na liberação total dos recursos financeiros.	05.440.385/0001-21 - Associação de Reposição Florestal do Estado do Piauí - PIAUÍFLORA	Nº Siafi: 660425	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	86,0%
Aditivo	0000700622 - 2º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do convênio por 12 meses, contados a partir de 06/05/2012, passando seu vencimento para 06/05/2013, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.440.385/0001-21 - Associação de Reposição Florestal do Estado do Piauí - PIAUÍFLORA	Nº Siafi: 660425	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	86,0%
Aditivo	0000700623 - 3º termo aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência do convênio por 12 (doze) meses, passando o seu vencimento de 06/05/2013 para 06/05/2014 e ratificar as demais cláusulas e condições.	05.440.385/0001-21 - Associação de Reposição Florestal do Estado do Piauí - PIAUÍFLORA	Nº Siafi: 660425	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	86,0%
Aditivo	0000700624 - 4º Termo Aditivo, prorrogar o prazo de vigência do convênio por 12 meses, contados a partir de 06/05/2014, passando o seu vencimento para 06/05/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.440.385/0001-21 - Associação de Reposição Florestal do Estado do Piauí - PIAUÍFLORA	Nº Siafi: 660425	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	86,0%
Aditivo	0000700625 - 5º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 06 meses, contados a partir de 06/05/2015, passando o seu vencimento para 06/11/2015, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.440.385/0001-21 - Associação de Reposição Florestal do Estado do Piauí - PIAUÍFLORA	Nº Siafi: 660425	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	86,0%
Aditivo	0000700626 - 6º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência com acréscimo de 06 meses, contados a partir de 06/11/2015, passando o seu vencimento para 04/05/2016, e ratificar demais cláusulas e condições.	05.440.385/0001-21 - Associação de Reposição Florestal do Estado do Piauí - PIAUÍFLORA	Nº Siafi: 660425	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	86,0%
Termo de Compromisso	003080070 - Implantação de infraestruturas para conservação e revitalização de sub-bacias hidrográficas componentes da Bacia do Rio São Francisco, na porção mineira.	17.291.105/0001-40 - Fundação Rural Mineira - RURALMINAS	Nº Siafi: 667982	19.998.041,56	0,00	Termo Base	Em Execução	44,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	0030800701 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por 36 meses e ratificar demais cláusulas e condições.	17.291.105/0001-40 - Fundação Rural Mineira - RURALMINAS	Nº Siafi: 667982	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	44,0%
Termo de Compromisso	4.008.00/2011 - Implantação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Itabi/SE.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 668409	7.354.302,50	0,00	Termo Base	Em Aditamento	40,0%
Aditivo	4.008.01/2011 - 1º Termo aditivo visa prorrogar o prazo por mais 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de 20/05/2013, estendendo sua vigência até 11/11/2014.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 668409	0,00	0,00	Inclusão de novos valores para conveniente	Em Aditamento	40,0%
Aditivo	4.008.02/2011 - O presente termo aditivo visa aprovar novo Plano de Trabalho com acréscimo de R\$ 1.717.962,81 (um milhão, setecentos e dezessete mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 668409	0,00	1.717.962,81	Readequar o plano de trabalho e acrescer valor	Em Aditamento	40,0%
Aditivo	4.008.03/2011 - O presente Termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do Termo de Compromisso por mais 415 (quatrocentos e quinze) dias contados a partir de 11/11/2014 , passando seu vencimento para 31/12/2015.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 668409	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	40,0%
Aditivo	4.008.04/2011 - O presente Termo Aditivo visa dar nova redação ao caput do TERMO DE COMPROMISSO 4.008.00/2011, firmado em 07/11/2011, para substituir a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado de Sergipe - SEDURB, pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano - SEINFRA, em decorrência da edição da Lei nº 7.950, de 29/12/2014, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica da administração pública estadual - Poder Executivo.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 668409	0,00	0,00	Alteração/Correção de cláusula contratual	Em Aditamento	40,0%
Termo de Compromisso	4.009.00/2011 - Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de São Francisco, Estado de Sergipe	13.128.798/0012-56 - 13.128.798/0026-51 - Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável - SEINFRA - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 668412	3.479.233,31	0,00	Termo Base	Em Aditamento	16,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	4.009.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo por mais 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de 20/05/2013, estendendo sua vigência até 11/11/2014.	13.128.798/0012-56 - 13.128.798/0026-51 - Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável - SEINFRA - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 668412	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	16,0%
Aditivo	4.009.02/2011 - Fica por esse instrumento prorrogado o prazo do Termo de Compromisso nº 4.009.00/2011 por 415 (quatrocentos e quinze) dias, contados a partir de 11/11/2014, estendendo sua vigência até 31/12/2015.	13.128.798/0012-56 - 13.128.798/0026-51 - Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável - SEINFRA - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 668412	0,00	3.896.821,35	Aprovar novo plano de trabalho, prorrogar o prazo de vigência e acrescer valor	Em Aditamento	16,0%
Aditivo	4.009.03/2011 - O presente termo Aditivo tem por objeto da nova redação ao Termo de Compromisso, para substituir a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado de Sergipe-SEDURB pela Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano-SEINFRA.	13.128.798/0012-56 - 13.128.798/0026-51 - Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável - SEINFRA - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 668412	0,00	0,00	Alteração/Correção de cláusula contratual	Em Aditamento	16,0%
Termo de Compromisso	4.010.00/2011 - Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Pacatuba, Estado de Sergipe	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 668416	8.427.996,47	0,00	Termo Base	Em Aditamento	19,0%
Aditivo	4.010.01/2011 - 1º Termo aditivo, visa a prorrogação do prazo de vigência por mais 540 dias, contado a partir de 20/05/2013, estendendo sua vigência até 11/11/2014.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 668416	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	19,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	4.010.02/2011 - O presente termo aditivo visa aprovar novo Plano de Trabalho com decréscimo de R\$ 1.146.971,29 (um milhão, cento e quarenta e seis mil novecentos e setenta e um reais e vinte e nove centavos)	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 668416	0,00	1.146.971,29	Readequar o plano de trabalho e decrescer valor	Em Aditamento	19,0%
Aditivo	4.010.03/2011 - O presente Termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do Termo de Compromisso por mais 415 (quatrocentos e quinze) dias contados a partir de 11/11/2014 , passando seu vencimento para 31/12/2015.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 668416	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Aditamento	19,0%
Aditivo	4.010.04/2011 - O presente Termo Aditivo tem por objeto dar nova redação ao caput do TERMO DE COMPROMISSO 4.010.00/2011, firmado em 08/12/2011, para substituir a SEDURB pela SEINFRA, como interveniente, em decorrência da edição da Lei nº 7.950, de 29/12/2014, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica da Administração Pública Estadual - Poder Executivo.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 668416	0,00	0,00	Alteração/Correção de cláusula contratual	Em Aditamento	19,0%
Termo de Compromisso	4.011.00/2011 - Complementação do Sistema de abastecimento de água (SAA) para atendimento ao Assentamento Josenilton Alves II, Zona Rural, município de Gararu, situado no Baixo São Francisco, no Estado de Sergipe, conforme Plano de Trabalho constante das folhas 20 a 23 , aprovado pela Resolução Regional nº 051, datada de 16 de dezembro de 2011, do Comitê de Gestão Executiva da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF, constante das fls. 55 do processo administrativo nº 59540.001368/2011-91.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 671427	217.744,34	0,00	Termo Base	Concluído	100,0%
Aditivo	4.011.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por mais 270 (duzentos e setenta) dias, a partir de 26 de Abril 2012.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 671427	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Aditivo	4.011.02/2011 - 2º Termo Aditivo visa prorrogar o prazo de vigência por mais 270 (duzentos e setenta) dias, a partir de 20 de Janeiro de 2013, adequar a planilha orçamentária com um acréscimo de R\$ 54.479,36, alterando o valor original de R\$ 217.744,34 para R\$ 272.223,70 e ratificar as demais cláusulas e condições.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 671427	0,00	54.479,36	Prorrogar o prazo de vigência e acrescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	4.011.03/2011 - Tem por objeto alterar cláusula terceira do Termo de Compromisso n. 4.011.00/2011, para prorrogar o seu prazo de vigência por mais 365 dias, a partir de 16 de outubro de 2013, aprovando também seu novo Plano de Trabalho, prevendo novo cronograma.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 671427	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	4.011.04/2011 - O 4º Termo aditivo tem como objeto readequar planilha orçamentária com acréscimo de R\$ 17.505,18 e prorrogar o prazo por mais 150 (cento e cinquenta) dias a partir de 16/10/2014.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 671427	0,00	17.505,18	Aprovar novo plano de trabalho, prorrogar o prazo de vigência e acrescer valor	Concluído	100,0%
Aditivo	4.011.05/2011 - O presente Termo tem por objeto a Prorrogação por mais 90(noventa) dias do Termo de Compromisso nº 4.011.00/2011, contado a partir de 14 de março de 2015.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 671427	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Concluído	100,0%
Termo de Compromisso	4.012.00/2011 - O presente termo de compromisso tem por objeto a complementação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) para atendimento dos Povoados Crioulo e Lagoa Seca e regularização do abastecimento dos povoados Serraria e Pontal, todos localizados no município de Amparo do São Francisco - SE, situado no Baixo São Francisco, no Estado de Sergipe, conforme Plano de Trabalho constante das fls. 02 a 05, aprovado pela Resolução Regional nº 053, datada de 16 de dezembro de 2011, do comite de Gestão Executiva da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF, constante das fls. 109 do processo administrativo nº 59540.001391/2011-86/4aSR/CODEVASF.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 671165	155.531,28	0,00	Termo Base	Rescindido	0,0%
Aditivo	4.012.01/2011 - 1º Termo aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por mais 270 (duzentos e setenta) dias, a partir de 03 de Maio 2012, com fim de vigência em 27 de janeiro de 2013.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 671165	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Rescindido	0,0%
Aditivo	4.012.02/2011 - 2º Termo aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por mais 270 (duzentos e setenta) dias, a partir de 27 de janeiro de 2013 com fim de vigência em 23 de outubro de 2013, readequar a planilha orçamentária com acréscimo de R\$ 84.844,21, alterando o valor original de R\$ 155.531,28 para R\$ 240.375,49 e ratificar as demais cláusulas e condições.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 671165	0,00	84.844,21	Prorrogar o prazo de vigência e acrescer valor	Rescindido	0,0%
Aditivo	4.012.03/2011 - Alterar cláusula terceira do Termo de Compromisso, firmado em 05 de janeiro de 2012, prorrogando seu prazo de vigência por mais 365 dias, a partir de 23 de outubro de 2013, aprovando seu novo Plano de Trabalho, prevendo novo cronograma.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 671165	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Rescindido	0,0%
Aditivo	4.012.04/2011 - O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do Termo de Compromisso nº 4.012.00/2011 por mais 365 dias contados a partir de 23/10/2014, aprovando também novo Plano de Trabalho prevendo novo cronograma.	13.128.798/0012-56 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico- SEDURB	Nº Siafi: 671165	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Rescindido	0,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Termo de Compromisso	7.001.00/2011 - Implantação de rede de monitoramento quali e quantitativo da água nos grandes reservatórios da bacia do Parnaíba.	12.176.046/0001-45 - Secretaria de Meio Ambiente - SEMAR	Nº Siafi: 667366	1.782.085,91	0,00	Termo Base	Em Execução	14,0%
Aditivo	7.001.01/2011 - Prorrogar prazo, considerando retardo na liberação total dos recursos financeiros.	12.176.046/0001-45 - Secretaria de Meio Ambiente - SEMAR	Nº Siafi: 667366	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	14,0%
Aditivo	7.001.02/2011 - Alterar aprovações no Projeto Básico, inclusive nas planilhas orçamentárias, e aprovar novo Plano de trabalho sem alteração do valor total ou do prazo do Termo de Compromisso.	12.176.046/0001-45 - Secretaria de Meio Ambiente - SEMAR	Nº Siafi: 667366	0,00	0,00	Aprovar novo projeto básico e plano de trabalho	Em Execução	14,0%
Termo de Compromisso	7.002.00/2011 - Demarcação topográfica, levantamento físico, agrícola e jurídico, bem como realização de ações de educação ambiental e comunicação social na região social na região do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba.	12.176.046/0001-45 - Secretaria de Meio Ambiente - SEMAR	Nº Siafi: 667363	4.516.565,19	0,00	Termo Base	Em Execução	31,0%
Aditivo	7.002.01/2011 - 1º Termo aditivo, visa prorrogar prazo, considerando retardo na liberação total dos recursos financeiros.	12.176.046/0001-45 - Secretaria de Meio Ambiente - SEMAR	Nº Siafi: 667363	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	31,0%
Aditivo	7.002.02/2011 - 2º Termo aditivo, visa prorrogar prazo, considerando retardo na liberação total dos recursos financeiros.	12.176.046/0001-45 - Secretaria de Meio Ambiente - SEMAR	Nº Siafi: 667363	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	31,0%
Aditivo	7.002.03/2011 - Prorrogar prazo, considerando retardo na liberação total dos recursos financeiros.	12.176.046/0001-45 - Secretaria de Meio Ambiente - SEMAR	Nº Siafi: 667363	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	31,0%
Termo de Compromisso	7.003.00/2011 - Contenção de área de 131 ha de dunas localizadas no perímetro urbano do município de Ilha Grande, Estado do Piauí, além do perímetro de 6.405 m, por meio de biocoberturas.	12.176.046/0001-45 - Secretaria de Meio Ambiente - SEMAR	Nº Siafi: 667364	1.863.200,67	0,00	Termo Base	Em Execução	99,0%
Aditivo	7.003.01/2011 - 1º Termo Aditivo, visa aprovar novo plano de trabalho com acréscimo de R\$ 290.733,26, cujos recursos correrão à conta do conveniente, e ratificar demais cláusulas e condições.	12.176.046/0001-45 - Secretaria de Meio Ambiente - SEMAR	Nº Siafi: 667364	0,00	290.733,26	Inclusão de novos valores para conveniente	Em Execução	99,0%
Aditivo	7.003.02/2011 - 2º termo aditivo, visa prorrogar o prazo de vigência por mais 24 (vinte e quatro) meses, aprovar o novo plano de trabalho, permanecendo inalterado o valor total do termo de compromisso e ratificar as demais cláusulas e condições.	12.176.046/0001-45 - Secretaria de Meio Ambiente - SEMAR	Nº Siafi: 667364	0,00	0,00	Aprovar novo plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	99,0%

Tipo	Instrumento - Objeto	Contratada / Conveniente	Nº SIAFI/ SICON V	Valor Codevasf original	Valor aditado	Motivo do Termo Aditivo	Situação	% execução
Aditivo	7.003.03/2011 - a) Rerratificar, com base no Parecer Jurídico nº 051/2015 do processo nº 59570.00134/2010-38, a Resolução nº n461, de 16 de maio de 2013, da Diretoria Executiva, a fim de que seja corrigida a contagem de prazo, ou seja, onde se lê: ?contados a partir de 11/06/2013 passando seu vencimento para 11/06/2016?, leia-se: ?contados a partir de: 22/06/2013 passando seu vencimento para 22/06/2015?, b) Autorizar, com base no parecer técnico nº 11/2015-7ª GRR/UMA, no Parecer Jurídico nº 051/2015 e na Nota Técnica nº 10/2015-AR/GSA/UFC a celebração do 3º termo aditivo, visando prorrogação do prazo de vigência por mais doze meses contados a partir de 22/06/2015, passando seu vencimento para 22/06/2016	12.176.046/0001-45 - Secretaria de Meio Ambiente - SEMAR	Nº Siafi: 667364	0,00	0,00	Alteração/Correção de cláusula contratual	Em Execução	99,0%
Termo de Compromisso	7.004.00/2011 - Construção de 128 módulos sanitários domiciliares (com vaso sanitário, lavatório PVC, tanque de lavar roupa, chuveiro, ligação para rede coletora de esgoto) e 58 ligações para a rede coletora de esgotamento sanitário na zona urbana do município de Porto Alegre do Piauí - PI	01.613.513/0001-30 - Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Piauí	Nº Siafi: 667810	452.292,19	0,00	Termo Base	Em Execução	45,0%
Aditivo	7.004.01/2011 - 1º Termo aditivo, prorrogar prazo de vigência para 28-08-2013, considerando retardo na liberação total dos recursos financeiros.	01.613.513/0001-30 - Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Piauí	Nº Siafi: 667810	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	45,0%
Aditivo	7.004.02/2011 - 2º Termo aditivo, prorrogar prazo de vigência para 23-08-2014, considerando retardo na liberação total dos recursos financeiros.	01.613.513/0001-30 - Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Piauí	Nº Siafi: 667810	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	45,0%
Aditivo	7.004.03/2011 - Aprovar a alteração de metas do termo de compromisso, decorrentes da necessidade de ajustar o projeto básico à realidade de campo, com a diminuição da quantidade de módulos sanitários domiciliares, passando de 128 para 80, aumento das ligações aos módulos, passando de 58 para 80, e inclusão de duas novas metas: 102 ligações a residências existentes e manutenção do sistema de esgotamento sanitário por 10 meses, sem modificar o objeto e os valores conveniados, conforme novo plano de trabalho.	01.613.513/0001-30 - Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Piauí	Nº Siafi: 667810	0,00	0,00	Alteração/Correção de cláusula contratual e aprovação de novo plano de trabalho	Em Execução	45,0%
Aditivo	7.004.04/2011 - Prorrogar prazo, considerando retardo na liberação total dos recursos financeiros.	01.613.513/0001-30 - Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Piauí	Nº Siafi: 667810	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	45,0%
Aditivo	7.004.05/2011 - Prorrogar prazo, considerando retardo na liberação total dos recursos financeiros.	01.613.513/0001-30 - Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Piauí	Nº Siafi: 667810	0,00	0,00	Prorrogar o prazo de vigência	Em Execução	45,0%

Fonte das informações: Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos – AE/GPE/UCC

Anexo 4 - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Balanco Patrimonial Realizado em 31 de dezembro de 2015

(em Reais)

Ativo	Notas	Dezembro/15	Dezembro/14	Passivo	Notas	Dezembro/15	Dezembro/14
<u>CIRCULANTE</u>		<u>1.348.645.927,11</u>	<u>1.871.936.152,24</u>	<u>CIRCULANTE</u>		<u>677.604.254,58</u>	<u>570.617.815,01</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	<u>72.513.989,71</u>	<u>83.207.992,47</u>	Obrigações Trabalhistas, Previd. Assist.	10	<u>30.286.245,04</u>	<u>31.003.846,11</u>
Bancos Conta Movimento		53.497.408,82	59.981.769,23	Pessoal		23.162.931,22	20.019.525,43
Aplicações Financeiras		19.016.580,89	23.226.223,24	INSS		5.225.467,60	9.382.858,05
Créditos a Curto Prazo	05	<u>52.635.334,92</u>	<u>43.201.303,82</u>	Entidades de previd. Privada e Complementar		44.897,24	0,00
Faturas/duplicatas		52.635.334,92	43.201.303,82	FGTS		1.852.948,98	1.601.462,63
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	06	<u>1.223.496.602,48</u>	<u>1.745.526.855,95</u>				
Adiantamentos Concedidos		1.087.321.467,60	915.205.620,03	Fornecedores e Contas a pagar	11	<u>296.229.582,20</u>	<u>251.763.725,81</u>
Tributos a Recuperar/Compensar		5.105.371,17	4.617.393,15	Fornecedor Nacional		296.229.582,20	251.763.725,81
Credito por Danos ao Patrimônio		127.538.072,92	82.356.855,91				
Ajustes para Perdas de Créd. por Danos ao Patrimônio		-127.538.072,92	-82.346.690,01	Obrigações Fiscais	12	<u>3.664.982,98</u>	<u>3.613.580,81</u>
Depósitos Restituíveis e Valores		835.234,70	314.115,93	Recursos Fiscais		3.664.982,98	3.613.580,81
Outros Créditos a Rec. Valores		129.649.227,38	824.502.555,08				
Estoque		551.666,29	684.165,86	Demais Obrigações	13	<u>347.423.444,36</u>	<u>284.236.662,28</u>
Semoventes		31.620,00	192.840,00	Consignações	13 a	18.542.073,98	13.514.036,46
Assinaturas e Anuidades a Apropriar		2.015,34	0,00	Outras Obrigações	13 b	328.881.370,38	270.722.625,82
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>540.021.153,80</u>	<u>112.943.550,69</u>	<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>3.201.038.590,75</u>	<u>2.319.193.258,75</u>
Realizável a Longo Prazo	07	<u>60.521.815,91</u>	<u>80.037.664,92</u>	Obrigações a Longo Prazo	14	<u>3.201.038.590,75</u>	<u>2.319.193.258,75</u>
Faturas/Duplicatas		8.945.763,01	14.850.199,20	Provisões a Longo Prazo		22.794.265,50	74.802.477,96
Depósito Restituíveis e Valores Vinculados		9.426.809,86	4.784.157,14	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		3.178.244.325,25	2.244.324.912,76
Outros Créditos a Rec. Valores		37.071.968,66	55.411.975,35	Depósitos de Terceiros		0,00	65.868,03
Títulos Públicos - Letras Especiais		5.077.274,38	4.991.333,23	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	15	<u>-1.989.975.764,42</u>	<u>-904.931.370,83</u>
Investimentos	08	<u>3.829.037,60</u>	<u>3.829.037,60</u>	Capital Social		40.128.672,70	40.128.672,70
Imobilizado	09	<u>475.670.300,29</u>	<u>29.072.847,35</u>	Reservas de Capital		8.898.625,73	8.898.625,73
Bens Móveis		14.712.284,84	14.117.439,60	Reservas de Lucros		415.171,85	415.171,85
Depreciação		-9.280.720,78	-7.925.739,91	Reserva de Reavaliação		36.865,24	38.840,92
Bens Imóveis		489.805.750,39	41.826.674,38	Prejuízos acumulados	15 e	<u>-2.039.455.099,94</u>	<u>-954.412.682,03</u>
Depreciação		-19.567.014,16	-18.945.526,72	Prejuízos do Exercício Anteriores		-954.408.768,96	-29.977.102,67
Intangível		<u>0,00</u>	<u>4.000,82</u>	Prejuízos do Exercício		-1.085.046.330,98	-924.435.579,36
TOTAL DO ATIVO		<u>1.888.667.080,91</u>	<u>1.984.879.702,93</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>1.888.667.080,91</u>	<u>1.984.879.702,93</u>

FELIPE MENDES DE OLIVEIRA
 Presidente

CPF: 013.958.073-53

LUIS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO

Diretor

CPF: 239.274.374-68

EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA

Diretor

CPF: 223.426.564-91

LUIZ AUGUSTO COSTA FERNANDES

Diretor

CPF: 611.421.311-49

ELIO CITON

Contador CRC-DF 5.822

CPF: 928.179.128-53

Demonstração de Resultado do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015

(em Reais)

Contas	Notas	2015	2014
RECEITA BRUTA DAS VENDAS E SERVIÇOS		<u>16.633.717,26</u>	<u>3.326.259,56</u>
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		16.633.717,26	3.326.259,56
RECEITA LÍQUIDA		<u>16.633.717,26</u>	<u>3.326.259,56</u>
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS		0,00	0,00
LUCRO BRUTO		<u>16.633.717,26</u>	<u>3.326.259,56</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		(1.247.858.430,56)	(1.447.169.146,94)
ADMINISTRATIVAS		(1.247.858.430,56)	(1.447.169.146,94)
Pessoal e Encargos Sociais		(342.927.153,85)	(308.249.032,00)
Material de Consumo		(4.311.144,43)	(4.180.003,98)
Diárias		(1.979.740,77)	(2.517.625,44)
Serviços de Terceiros - Pessoa Física		(99.807,56)	(282.060,48)
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		(139.298.199,28)	(121.101.495,77)
Depreciação		(2.086.977,62)	(1.894.711,21)
Tributária		(964.198,51)	(706.363,64)
Indenizações e Restituições		(2.582.107,51)	(285.618,20)
Outras Despesas/Receitas		(753.609.101,03)	(1.007.952.236,22)
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS		<u>(1.231.224.713,30)</u>	<u>(1.443.842.887,38)</u>
Despesas Financeiras		(319.704.541,44)	(141.038.414,99)
Receitas Financeiras		3.963.600,61	4.388.990,55
RESULTADO ANTES DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		(1.546.965.654,13)	(1.580.492.311,82)
Subvenção de Custeio		459.794.378,00	653.787.476,42
GANHOS de CAPITAL		<u>2.124.945,15</u>	<u>2.269.104,71</u>
Alienação de Bens		2.163.474,03	2.406.376,73
Custos dos Bens Baixados		(38.528,88)	(137.272,02)
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO P/C.SOCIAL E IRPJ		(1.085.046.330,98)	(924.435.730,69)
LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.085.046.330,98)	(924.435.730,69)
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE 1000 AÇÕES		(27.039,18)	(23.036,79)

FELIPE MENDES DE OLIVEIRA

Presidente

CPF: 013.958.073-53

EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA

Diretor

CPF: 223.426.564-91

LUIZ AUGUSTO COSTA FERNANDES

Diretor

CPF: 611.421.311-49

LUIZ NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO

Diretor

CPF: 239.274.374-68

ELIO CITON

Contador CRC-DF 5.822

CPF: 928.179.128-53

Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício 2015

(em Reais)

DESCRIÇÃO	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) líquido	(1.085.046.330,98)	-924.435.730,69
Aplicado/Obtido nas/das Atividades Operacionais:	3.913,07	537.042.604,86
Depreciação e amortização	2.086.977,62	1.894.711,21
Prejuízo (lucro) na venda e/ou baixa de bens do imobilizado	0,00	71.926,14
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulante:		
Duplicatas a receber	599.037.040,14	-732.033.142,56
Estoques	293.719,57	-208.599,50
Outros créditos curto e longo prazo	(10.149.417,47)	4.292.228,09
Fornecedores	(223.250.875,50)	265.700.053,39
Impostos a recolher	596.341,02	3.068.641,96
Salários e encargos sociais	25.471.753,42	404.135,18
Provisões	(26.189.354,49)	1.626.721,47
Outros débitos/contas a pagar - curto e longo prazo	278.173.985,32	3.441.188,29
Caixa líquido obtido/ (aplicado) das/nas atividades operacionais	(438.972.248,28)	-839.135.262,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-448.573.921,25	-2.720.250,56
Outros	-1.975,68	-1.975,68
Caixa líquido obtido/ (aplicado) nas/das atividades de investimentos	(448.575.896,93)	-2.722.226,24
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	0,00	0,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	933.919.412,49	834.311.273,09
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	933.919.412,49	834.311.273,09
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES	46.371.267,28	(7.546.215,31)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	26.142.722,43	33.688.937,74
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	72.513.989,71	26.142.722,43

FELIPE MENDES DE OLIVEIRA EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA LUIZ AUGUSTO COSTA FERNANDES

Presidente

CPF: 013.958.073-53

Diretor

CPF: 223.426.564-91

Diretor

CPF: 611.421.311-49

LUIZ NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO

Diretor

CPF: 239.274.374-68

ELIO CITON

Contador CRC-DF 5.822

CPF: 928.179.128-53

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício de 2015

(em Reais)

COMPONENTES	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO DE ABERTURA		40.128.672,70	9.313.797,58	40.816,60	4.463.748,45	(571.483.304,65)	(517.536.269,32)
Ajuste de Exercícios Anteriores						536.976.011,35	536.976.011,35
Provisões para IRPJ/CSLL							0,00
Realizações de reservas:							0,00
Reavaliação				(1.975,68)		1.975,68	0,00
Lucros a Realizar					(4.528.214,95)	4.528.214,95	0,00
Reserva de Capital:							0,00
Reserva de Transf. p/aumento Capital			0,00				0,00
Doação e Subvenções							0,00
Lucro Líquido do Exercício					64.466,50	(924.435.579,36)	(924.371.112,86)
Destinações propostas							0,00
Reserva legal							0,00
Dividendos							0,00
SALDO EM 31.12.14		40.128.672,70	9.313.797,58	38.840,92	0,00	(954.412.682,03)	(904.931.370,83)
Ajuste de Exercícios Anteriores	15.e.1					1.937,39	1.937,39
Provisões para IRPJ/CSLL							0,00
Realizações de reservas:							0,00
Reavaliação	15.e.1			(1.975,68)		1.975,68	0,00
Lucros a Realizar	15.c.1		(415.171,85)		415.171,85		0,00
Reserva de Capital:							0,00
Reserva de Transf. p/aumento Capital							0,00
Doação e Subvenções							0,00
Lucro Líquido do Exercício	15.e.2					(1.085.046.330,98)	(1.085.046.330,98)
Destinações propostas							0,00
Reserva legal							0,00
Dividendos							0,00
SALDO EM 31.12.15		40.128.672,70	8.898.625,73	36.865,24	415.171,85	(2.039.455.099,94)	(1.989.975.764,42)

FELIPE MENDES DE OLIVEIRA

Presidente

CPF: 013.958.073-53

EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA

Diretor

CPF: 223.426.564-91

LUIZ AUGUSTO COSTA FERNANDES

Diretor

CPF: 611.421.311-49

LUIZ NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO

Diretor

CPF: 239.274.374-68

ELIO CITON

Contador CRC-DF 5.822

CPF: 928.179.128-53

Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2015 - Acordão TCU 23/2008 - Conciliação das Demonstrações Contábeis

ATIVO				PASSIVO			
Lei 6.404/76		Lei 4.320/64		Lei 6.404/76		Lei 4.320/64	
<u>CIRCULANTE</u>	<u>1.348.645.927,11</u>	<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>1.348.645.927,11</u>	<u>CIRCULANTE</u>	<u>677.604.254,58</u>	<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>677.604.254,58</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	72.513.989,71	Caixa e Equivalentes de Caixa	72.513.989,71	Obrigações Trabalhistas, Previd. Assist.	<u>30.286.245,04</u>	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<u>30.286.245,04</u>
Bancos Conta Movimento	53.497.408,82			Pessoal	23.162.931,22		
Aplicações Financeiras	19.016.580,89			INSS	5.225.467,60		
				Entidades de previd. Priv. e Complementar	44.897,24		
Créditos a Curto Prazo	52.635.334,92	Créditos a Curto Prazo	52.635.334,92	FGTS	1.852.948,98		
Faturas/Duplicatas	52.635.334,92	Clientes	52.635.334,92				
				Fornecedores e Contas a pagar	296.229.582,20	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	296.229.582,20
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.223.496.602,48	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.222.911.300,85	Fornecedor Nacional	296.229.582,20		
Adiantamentos Concedidos	1.087.321.467,60			Obrigações Fiscais	3.664.982,98	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	3.664.982,98
Tributos a Recuperar/Compensar	5.105.371,17			Recursos Fiscais	3.664.982,98		
Credito por Danos ao Patrimônio	127.538.072,92						
Ajustes p/ Perdas de Créd. por Danos ao Pat.	-127.538.072,92			Demais Obrigações	347.423.444,36	Demais Obrigações a Curto Prazo	347.423.444,36
Depósitos Restituíveis e Valores	835.234,70			Consignações	18.542.073,98		
Outros Créditos a Rec. Valores	129.649.227,38			Outras Obrigações	328.881.370,38		
Estoque	551.666,29	Estoques	583.286,29				
Semoventes	31.620,00						
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	2.015,34	VPDs Pagas Antecipadamente	2.015,34				

ATIVO				PASSIVO			
Lei 6.404/76		Lei 4.320/64		Lei 6.404/76		Lei 4.320/64	
NÃO CIRCULANTE	540.021.153,80	ATIVO NÃO CIRCULANTE	540.021.153,80	NÃO CIRCULANTE	3.201.038.590,75	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.201.038.590,75
Realizável a Longo Prazo	60.521.815,91	Ativo Realizável a Longo Prazo	60.521.815,91	Obrigações a Longo Prazo	3.201.038.590,75	Provisões de Longo Prazo	22.794.265,50
Faturas/Duplicatas	8.945.763,01	Créditos a Longo Prazo	8.945.763,01	Provisões a Longo Prazo	22.794.265,50	Demais Obrigações a Longo Prazo	3.178.244.325,25
Depósito Restituíveis e Valores Vinculados	9.426.809,86	Clientes	8.945.763,01	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	3.178.244.325,25		
Outros Créditos a Rec. Valores	37.071.968,66	Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	46.498.778,52	Depositos de Terceiros	0,00	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.878.642.845,33
Títulos Públicos - Letras Especiais	5.077.274,38	Investimentos e Aplicações Temporárias a LP	5.077.274,38	-			
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-1.989.975.764,42	Patrimônio Social e Capital Social	40.128.672,70
Investimentos	3.829.037,60	Investimentos	3.829.037,60	Capital Social	40.128.672,70	Reservas de Capital	8.898.625,73
		Participações Permanentes	3.829.037,60	Reservas de Capital	8.898.625,73	Reservas de Lucros	415.171,85
		Participações Avaliadas p/Método da Equiv.Pat.	3.795.774,09	Reservas de Lucros	415.171,85	Demais Reservas	36.865,24
		Participações Avaliadas pelo Método de Custo	33.263,51	Reserva de Reavaliação	36.865,24	Resultados Acumulados	-2.039.455.099,94
				Prejuízos acumulados	-2.039.455.099,94	Resultado de Exercícios Anteriores	-954.410.706,35
Imobilizado	475.670.300,29	Imobilizado	475.670.300,29	Prejuízos do Exercício Anteriores	-954.408.768,96	Resultado do Exercício	-1.085.046.330,98
Bens Móveis	14.712.284,84	Bens Móveis	5.431.564,06	Prejuízos do Exercício	-1.085.046.330,98	Ajustes de Exercícios Anteriores	1.937,39
Depreciação	-9.280.720,78	Bens Móveis	14.712.284,84				
Bens Imóveis	489.805.750,39	(-)Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-9.280.720,78			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-1.989.975.764,42
Depreciação	-19.567.014,16						
		Bens Imóveis	470.238.736,23				
		Bens Imóveis	489.805.750,39				
		(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-19.567.014,16				
ATIVO	1.888.667.080,91	TOTAL DO ATIVO	1.888.667.080,91	PASSIVO	1.888.667.080,91	TOTAL PASSIVO	1.888.667.080,91

FELIPE MENDES DE OLIVEIRA
Presidente
CPF: 013.958.073-53

EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA
Diretor
CPF: 223.426.564-91

LUIZ AUGUSTO COSTA FERNANDES
Diretor
CPF: 611.421.311-49

LUIS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO
Diretor
CPF: 239.274.374-68

ELIO CITON
Contador CRC-DF 5.822
CPF: 928.179.128-53

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Elaboradas em 31 de dezembro de 2015
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, alterada pela Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000, Lei nº 12.040, de 1º de outubro de 2009, Lei nº 12.196, de 14 de janeiro de 2010, e de acordo com art. 4º da Lei 6.088/74, tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos vales dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, podendo, para esse efeito, coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor em articulação com os órgãos federais competentes.

NOTA 02 - IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PCASP

A partir de 01 de janeiro de 2015, foi implantado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, com o objetivo de viabilizar o processo de convergências das Normas Internacionais e facilitar a consolidação das contas públicas nos três níveis de Governo, com a elaboração do Balanço do Setor Público Nacional - BSPN.

NOTA 03 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela CODEVASF para o registro das operações e elaboração das demonstrações contábeis são assim resumidas:

- a) as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com os dispositivos constantes da Lei 6.404/76 e suas alterações, e a legislação tributária. Obedecem ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, no qual a CODEVASF é integrante desde o exercício de 1991;
- b) os estoques de almoxarifado estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição e os semoventes ao preço de mercado praticado em 31/12/2015;
- c) o imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e IN nº 162/98 e de acordo com a legislação tributária, cujos valores são absorvidos no resultado do exercício;
- d) a Companhia deixou de constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa, por não ter expectativa de perdas no recebimento das contas a receber, tendo em vista que seus créditos somente deixarão de ser recebidos por decisão judicial, nos termos da legislação vigente. Além disso, os créditos a receber desta empresa não se enquadram nas regras da constituição das perdas nos recebimentos, dedutíveis na apuração do lucro real, conforme ART. 9º da Lei nº. 9.430 de 27/12/1996 e art. 46º. da IN/SRF/Nº. 390/2004.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Banco Conta Movimento	53.497.408,82	59.981.769,23
Aplicações Financeiras	19.016.580,89	23.226.223,24
TOTAIS	72.513.989,71	83.207.992,47

a) Caixa e Equivalentes de Caixa, engloba, além das disponibilidades propriamente ditas, valores que possam ser convertidos em dinheiro, no curto prazo, sem riscos. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e devem ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

NOTA 05 - CRÉDITOS A CURTO PRAZO

	2015	2014
Faturas/Duplicatas	52.635.334,92	43.201.303,82
TOTAIS	52.635.334,92	43.201.303,82

a) Faturas/Duplicatas a Receber

Esta conta representa os créditos da CODEVASF junto aos usuários dos perímetros irrigados implantados no vale do São Francisco, decorrentes da cobrança de tarifa d'água K-1, conforme estabelece o inciso I do art. 43º do Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984 e inciso II do art. 28º da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.

NOTA 06 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

	2015	2014
a) Adiantamentos Concedidos	1.087.321.467,60	915.205.620,03
b) Tributos a Recuperar/Compensar	5.105.371,17	4.617.393,15
c) Créditos por Danos ao Patrimônio	127.538.072,92	82.356.855,91
d) Depósitos Restituíveis e Valores	835.234,70	314.115,93
e) Outros Créditos a Receber	129.649.227,38	824.502.555,08
f) Ajuste Para Perdas Créditos. Apurados	-127.538.072,92	-82.346.690,01
g) Estoques	551.666,29	684.165,86
h) Semoventes	31.620,00	192.840,00
i) Assinaturas e Anuidades Apropriar	2.015,34	0,00
TOTAIS	1.223.496.602,48	1.745.526.855,95

a) Adiantamentos Concedidos

Compreende as antecipações concedidas a pessoal, tais como antecipação de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias, Adiantamentos Transferências Voluntarias e outros, além da entrega de numerário a terceiros sem vinculação específica ao fornecimento de bens ou serviços.

b) Tributos a Recuperar/Compensar

Esta conta representa o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro, COFINS, PIS e Imposto de Renda Retido na Fonte, Líquido a serem compensados.

c) Créditos por Danos ao Patrimônio

Os valores registrados nesta conta, refere-se aos créditos inscritos no grupo contábil diversos responsáveis apurados, em virtude da apuração e do respectivo registro de responsabilidades por danos ao erário, uma vez apurados no processo de Tomada de Contas Especial - TCE, de acordo com a macro função/SIAFI de nº. 021138 - Diversos Responsáveis. A qual temos como conta retificadora Ajuste para Perdas Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - item "f"

d) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Registra os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo.

e) Outros Créditos a Receber

Compreende a outros créditos e valores realizáveis no curto prazo, advindos de direitos obtidos junto a diversos devedores, referente a Títulos a Receber conforme inciso I do art. 28º da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 e os créditos por cessão de pessoal.

f) Ajuste de Perdas para Créditos Apurados

Conta Retificadora da Conta Créditos por danos ao Patrimônio item “c”. Compreende o ajuste de perdas estimadas com não recebimento de valores referentes a demais créditos e valores a curto prazo, por inadimplência de terceiros e outras.

g) Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

h) Semoventes

Refere-se ao registro do valor dos animais adquiridos e destinados a pesquisa da entidade.

i) Assinaturas e Anuidades a apropriar

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviços à entidade ocorrerão no curto prazo. Refere-se às assinaturas e anuidades a apropriar.

NOTA 07 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:

	2015	2014
a) Faturas/Duplicatas	8.945.763,01	14.850.199,20
b) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.426.809,86	4.784.157,14
c) Outros Créditos a Receber	37.071.968,66	55.411.975,35
d) Títulos Públicos – Letras Especiais	5.077.274,38	4.991.333,23
TOTAIS	60.521.815,91	80.037.664,92

a) Faturas/Duplicatas

Esta conta representa os créditos realizáveis a longo prazo da CODEVASF junto aos usuários dos perímetros irrigados implantados no vale do São Francisco, decorrentes da cobrança de tarifa d’água, conforme estabelece o inciso I do art. 43º do Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984 e inciso II do art. 28º da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.

b) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Representam depósitos em juízo, em grau de recurso, decorrentes de ações trabalhistas movidas por empregados e ex-empregados contra a CODEVASF, como também os depósitos compulsórios referentes a combustíveis e veículos.

c) Outros Créditos a Receber

Compreendem os outros créditos e valores realizáveis após os doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, referente a Títulos a Receber conforme inciso I do art. 28º da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.

d) Títulos Públicos – Letras Especiais

Representa o valor total das ações da CELG, C. DOURADA, ENERGIPE, COMIG e CELPE vendidas, que foram convertidas em NTN's através das Portarias - STN nºs 59 e 63/98, em cumprimento ao Programa Nacional de Desestatização – PND, Instituído pelo Decreto nº 10687, de 02/03/1994.

NTNP	TITULO	VENCIMENTO	EMPRESA
NTNP	740100	15.02.2016	ENERGIPE
NTNP	740100	04.12.2016	COMIG
NTNP	000000	01.01.2030	TRACTABEL
NTNP	000000	01.01.2030	ELETOBRAS
NTNP	740100	01.01.2020	CELPE

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

O valor de R\$ 3.829.037,60 (três milhões oitocentos e vinte e nove mil trinta e sete reais e sessenta centavos), referem-se as participações societárias com base na Lei 6.088 de 16/07/1974 art. 9, inciso I, avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, que ainda não foram alienadas.

Cabe esclarecer que por força do Decreto nº 1.068 de 02 de março de 1994 e Lei nº 9.491 de 09 de setembro de 1997, que instituiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento, as participações acionárias da CODEVASF foram transferidas ao BNDES para alienação no mercado de ações e o seu resultado transformado em NTN-P (Notas do Tesouro Nacional) a serem resgatadas após 15 anos, conforme legislação, à medida que forem sendo alienadas. Além de amparadas no referido Decreto, estas alienações foram autorizadas pelas Resoluções Internas nº 215 de 23 de julho de 1999 e nº 401 de 02 de setembro de 1999, nas Deliberações nº 009 de 28 de junho de 1999 e nº 011 de 04 de outubro de 1999.

A maior parte dessas participações foram comercializadas entre 1997 e 2002 e o BNDES mantém as ações ainda não negociadas custodiadas no Banco do Brasil S/A

NOTA 09 – IMOBILIZADO

	2014	ADIÇÕES	BAIXAS	2015
Bens Imóveis	41.826.674,38	447.979.689,29	613,28	489.805.750,39
Dep. Bens Imov.	(18.945.526,72)	(621.915,84)	428,40	(19.567.014,16)
Bens Moveis	14.117.439,60	788.425,14	193.579,90	14.712.284,84
Dep. Moveis	(7.925.739,91)	(1.459.814,73)	104.833,86	(9.280.720,78)
Total Imobilizado	55.944.113,98	448.768.114,43	(194.193,18)	504.518.035,23
Total Depreciado	(26.871.266,63)	(2.081.730,57)	105.262,26	(28.847.734,94)
Saldo Líquido	29.072.847,35	446.686.383,86	(88.930,92)	475.670.300,29

a) Em virtude do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, os bens de Projetos da Codevasf, controlados no plano de contas “passivo compensado” no exercício 2014, passaram, a partir de 2015, a serem contabilizados nas contas de Infraestrutura, Obras em andamentos e Bens de Uso Comum do Povo, o que acarretou um aumento de 971,04% nas adições acima.

b) TAXA DE DEPRECIÇÃO

A companhia utiliza taxas de depreciação por categoria do bem, conforme Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99.

NOTA 10 – OBRIGAÇÃO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E ASSISTENCIAL.

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios os quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como: aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais com vencimento no curto prazo.

NOTA 11 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR.

Compreende as obrigações a curto prazo junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

Compreende as obrigações da empresa com o governo relativo a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

NOTA 13 – DEMAIS OBRIGAÇÕES
a) Consignações

Os Recursos da União referem-se aos valores a serem recolhidos aos cofres públicos, oriundos das retenções de tributos controlados pela Receita Federal do Brasil referente à Imposto de Renda Retido na Fonte, CSLL, COFINS, PIS/PASEP, retido de fornecedores de material e serviços, Imposto Sobre Serviço – ISS, Contribuições ao INSS - GPS.

b) Outras Obrigações

Compreende outras obrigações não classificáveis em grupos específicos, com vencimento no curto prazo.

	2015	2014
a) Diárias a Pagar	767,70	0,00
b) Convênios e Instrumentos Congêneres	328.880.601,56	267.650.863,86
c) Valores Diferidos	1,12	0,00
d) Indenizações, restituições e compensações	0,00	3.120,00
e) Restos a Pagar	0,00	3.068.641,96
TOTAIS	328.881.370,38	270.722.625,82

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

	2015	2014
a) Provisões a Longo Prazo	22.794.265,50	74.802.477,96
b) AFAC	3.178.244.325,25	2.244.324.912,76
TOTAIS	3.201.038.590,75	2.319.127.390,72

a) Provisões a Longo Prazo (Riscos de Passivos Contingentes)

Os passivos contingentes são riscos cuja materialização depende de eventos futuros, que podem ou não se concretizar. Dessa forma, a obrigação financeira não é certa e previsível. Dentre os passivos contingentes, destacam-se as demandas judiciais, ou seja, ações no Judiciário contra a Administração Pública Federal.

O passivo contingente advindo das demandas judiciais pode ser classificado quanto à probabilidade de ocorrência. Dessa forma, a classificações dos riscos são conforme a probabilidade de perda das ações, dividida em três níveis:

I – **Prováveis:** são as situações em que existem grandes chances de perdas eminentes;

II – **Possíveis:** são situações que se encontram em uma faixa mediana de probabilidade de perda.

III – **Remotas:** são as situações em que as perdas eventuais possuem pequenas chances de ocorrerem.

O detalhamento das principais causas judiciais previstas que formam o passivo contingente do exercício de 2015/2016 está elencado na planilha abaixo.

A perda contingente deve ser provisionada sempre que: **(1) for provável** que eventos futuros e/ou a experiência passada venham a confirmar a diminuição do valor de realização ou de recuperação de um ativo ou a existência de um passivo; e **(2) a perda** puder ser razoavelmente estimada.

De acordo com informações prestadas pela Assessoria Jurídica – PR/AJ, a empresa tem demandas judiciais com classificação de Riscos Fiscais em Prováveis e Possíveis que representa **R\$ 135.876.728,82** (cento e trinta e cinco oitocentos e setenta e seis mil setecentos e vinte e oito reais e oitenta e dois centavos), sendo de Natureza Trabalhista, discriminados em: Plano Econômico, Verbas Trabalhistas, Indenizações por danos morais, Diferença Salariais, Jornada de trabalho de Advogados, Engenheiros e Jornalistas, Representação Subsidiária, PFG - Diferença de Gratificação, Incorporação de Função, Plano de Cargos - Dispersão, Verbas Trabalhistas, Adicional de Periculosidade, de Insalubridade, por Tempo de Serviço e Acidente de Trabalho. Os Riscos Fiscais de Natureza Cíveis estão discriminados em: Atraso de Pagamento, Reequilíbrio Econômico Financeiro, Inexecução Contratual, Desapropriação, Indenização por Morte, Inundação, Perda de Cultura, por danos Morais e Multa Ambiental, de Natureza Tributária discriminada em: ISS, ITR, IPTU e Execução Fiscal.

O registro da Provisão para Contingência Passiva: Tributária, Trabalhista e Cível, foi realizada conforme Relatório de Anexos de Riscos Fiscais da PR/AJ, constante do processo **59500.002811/2013-80**:

NATUREZA	CLASSIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO
- Trabalhista	PROVÁVEL	6.921.303,26
- Cíveis	PROVÁVEL	15.867.428,00
- Tributárias	PROVÁVEL	5.534,24
Subtotal Provável		22.794.265,50
- Trabalhista	POSSÍVEL	44.562.457,49
- Cíveis	POSSÍVEL	59.845.243,12
-Tributárias	POSSÍVEL	8.674.762,71
Subtotal Possível		113.082.463,32
TOTAL		135.876.728,82

b) AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital é oriundo dos recebimentos de recursos provenientes da União, seu principal acionista, para suas operações de investimentos, em conformidade com a Macro função/STN 021122 – Participação da União no Capital das Empresas, Nota Conjunta nº 013/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN, Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público – MCASP, NBC TG 39 e demais Legislações vigentes.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado da CODEVASF, no valor de R\$ 40.128.672,70, é representado por 40.128.672 Ações Ordinárias Nominativas sem valores nominais, pertencentes integralmente a União.

b) Reservas de Capital

	2015	2014
Reservas de Doações e Subvenções	8.898.625,73	8.898.625,73
TOTAL	8.898.625,73	8.898.625,73

c) Reservas de Lucros

	2015	2014
Reservas de Incentivos Fiscais	415.171,85	415.171,85
TOTAL	415.171,85	415.171,85

c.1 Em virtude do novo plano de contas, a Reserva de Incentivos fiscais teve seu saldo transferido do grupo Reserva de Capital para o grupo Reservas de Lucros.

d) Demais Reservas

	2015	2014
Reserva de Reavaliação	36.865,24	38.840,92
TOTAL	36.865,24	38.840,92

e) Resultados Acumulados

	2015	2014
Prejuízo de Exercício Anteriores	(954.408.768,96)	(29.977.102,67)
Prejuízos do Exercício	(1.085.046.330,98)	(954.435.579,36)
TOTAL	(2.039.455.099,94)	(954.412.682,03)

e.1 Prejuízo de Exercícios Anteriores

Houve redução do prejuízo de exercícios anteriores no valor R\$ 3.913,07, em virtude dos registros:

- R\$ 1.937,39 - Ajustes de Exercícios anteriores
- R\$ 1.975,68 - Reserva de Reavaliação.

e.2 Prejuízo do Exercício

Cabe ressaltar que a Codevasf é uma empresa 100% dependente, e os recursos recebidos são para a manutenção da empresa (custeio) e aplicação nos projetos delegados pelo Governo Federal (investimento).

Também, em virtude do novo plano de contas, gerou muitos ajustes contábeis, principalmente nas contas de Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, ocasionando impacto direto no resultado da empresa

NOTA 16 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

De acordo com o que estabelece o Art. 2º da Lei nº 8.852, de 04 de fevereiro de 1994, foram pagas as seguintes remunerações mensais (base dezembro/2014) a empregados e administradores, nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos:

a) – Dirigentes

REMUNERAÇÃO		
ESPÉCIE	MAIOR	MENOR
- Honorários	31.755,15	0,00
- 13º Salário (01/13)	2.646,26	0,00
- Quantidade - 04		
TOTAL	34.401,41	0,00

B) – Empregado (Administrativo)

REMUNERAÇÃO		
ESPÉCIE	MAIOR	MENOR
- Salário	32.684,56	2.773,35
- Gratificação	7.667,24	1.916,95
- Adicional T. Serviço	11.439,59	138,66
- 13º Salário (01/13)	4.315,94	402,41
- Quantidade – 1.371		
TOTAL	56.107,33	5.231,37

C) – Empregado (Operacional)

REMUNERAÇÃO		
ESPÉCIE	MAIOR	MENOR
- Salário	2.507,79	1.281,17
- Gratificação	0,00	0,00
- Adicional T. Serviço	877,72	64,05
- 13º Salário (01/13)	282,12	112,10
- Quantidade – 363		
TOTAL	3.667,63	1.457,32

NOTA 17 – ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A CODEVASF é patrocinadora de dois planos de previdência complementar para seus empregados: 1) Plano de Benefícios I, com características de “benefício definido” (BD), CNPB N° 1981.0010-18, fechado para ingresso de novos participantes; 2) Plano de Benefícios II, com características de “contribuição definida” (CD), aprovado pela portaria MPS/PREVIC/DITEC N° 310, de 31/05/2013, CNPB N° 2013.0008-47. Ambos os planos são administrados pela Fundação São Francisco de Seguridade Social, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, classificada como entidade fechada de previdência complementar.

Esses Planos de Benefícios têm por finalidade suplementar os benefícios de aposentadoria dos empregados concedidos pela previdência social (INSS).

A CODEVASF, para o plano BD, contribui mensalmente, com uma parcela correspondente a 8,31 % do total da folha de salários dos empregados participantes, nos termos das Leis Complementares n° 108 e 109, de 29/05/2001. Para o plano CD, contribui mensalmente com percentuais incidentes sobre o salário de cada empregado participante, sendo que esses percentuais são de livre escolha do participante, variando de 2%, a 8%.

FELIPE MENDES DE OLIVEIRA
Presidente
CPF: 013.958.073-53

EDUARDO JORGE DE MOTTA
Diretor
CPF: 223.426.564-91

LUIS AUGUSTO C. FERNANDES
Diretor
CPF: 611.421.311-49

LUIS NAPOLEÃO DE C. A. NETO
Diretor
CPF: 239.274.374-68

ELIO CITON
CONTADOR CRC-DF 5.822
CPF: 928.179.128-53

Anexo 5 - Suprimento de Fundos

Quadro 1 - Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Gestora (UG)		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
195006	Codevasf – Sede	30	03 combustíveis e Lubrif. p/ outras finalidades	594,00
			07 gêneros de alimentação	440,00
			16 material de expediente	945,31
			17 material de processamento de dados	1.760,28
			21 material de copa e cozinha	507,52
			22 material de limpeza e prod. de higienização	128,41
			24 material para manutenção de bens imóveis/instalações	7.982,45
			26 material elétrico e eletrônico	798,97
			29 material p/ áudio, vídeo e foto	40,34
			39 material para manutenção de veículos	1.186,64
			46 material bibliográfico	397,40
		33	05 locomoção urbana	1.127,28
		39	01 assinaturas de periódicos e anuidades	198,83
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	1055,00
			17 manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	1.375,84
			19 manutenção e conservação de veículos	66,08
			20 manut. e cons.de b.moveis de outras naturezas	129,82
			27 suporte de infraestrutura de T.I.	500,00
			47 serviços de comunicação em geral	78,20
			58 serviços de telecomunicações	127,65
			63 serviços gráficos e editoriais	236,80
			66 serviços judiciários	1.126,92
			78 limpeza e conservação	200,00
83 serviços de cópias e reprodução de documentos	133,00			
95 manutenção e conservação. Equip. de processamento de dados	280,00			
195004	Codevasf – 2ª Superintendência Regional	30	04 gás e outros materiais engarrafados	953,00
			07 gêneros de alimentação	1.868,30
			16 material de expediente	5.749,61
			18 materiais e equipamentos para uso veterinário	150,00
			21 material de copa e cozinha	1.188,41
			22 material de limpeza e prod. de higienização	3.323,46
			23 uniformes, tecidos e aviamentos	30,00
			24 material para manutenção de bens imóveis/instalações	7.560,95
			25 material para manutenção de bens móveis	205,00
			26 material elétrico e eletrônico	8.005,84
			28 material de proteção e segurança	30,97
			39 material para manutenção de veículos	5.256,72
			42 ferramentas	804,81
		36	22 manutenção e conservação de bens imóveis	800,00
		39	05 serviços técnicos profissionais	60,00

Unidade Gestora (UG)		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	4.108,75,
			17 manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	780,00
			19 manutenção e conservação de veículos	2.678,97
			47 serviços de comunicação em geral	616,50
			58 serviços de telecomunicações	7,46
			66 serviços judiciários	393,10
			74 fretes e transportes de encomendas	129,50
			83 serviços de cópias e reprodução de documentos	961,66
195002	Codevasf – 3ª Superintendência Regional	30	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	1.228,39
			06 alimentos para animais	4.208,34
			13 material de caça e pesca	1.234,63
			16 material de expediente	1.513,75
			17 material de processamento de dados	120,00
			21 material de copa e cozinha	676,19
			24 material para manutenção de bens imóveis/instalações	3.737,10
			25 material para manutenção de bens móveis	265,00
			26 material elétrico e eletrônico	425,00
			39 material para manutenção de veículos	1.193,86
		39	04 direitos autorais	320,00
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	1.053,21
			19 manutenção e conservação de veículos	1.179,00
			23 festividades e homenagens	315,00
195003	Codevasf – 4ª Superintendência Regional	30	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	320,00
			03 combustíveis e Lubrif. p/ outras finalidades	20,00
			04 gás e outros materiais engarrafados	468,95
			06 alimentos para animais	30,00
			07 gêneros de alimentação	943,65
			09 material farmacológico	140,00
			11 material químico	127,60
			16 material de expediente	1.076,30
			17 material de processamento de dados	2.475,95
			21 material de copa e cozinha	1.050,35
			22 material de limpeza e prod. de higienização	2.696,65
			24 material para manutenção de bens imóveis/instalações	3.140,32
			25 material para manutenção de bens móveis	1.417,34
			26 material elétrico e eletrônico	1.701,30
			28 material de proteção e segurança	194,00
			35 material laboratorial	576,81
39 material para manutenção de veículos	4.814,80			
42 ferramentas	170,60			
44 material de sinalização visual e outros	115,00			

Unidade Gestora (UG)		Classificação do Objeto Gasto				
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total		
		39	16 manutenção e conservação de bens imóveis	625,00		
			17 manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	1.948,00		
			19 manutenção e conservação de veículos	2.697,00		
			20 manutenção e consumo de bens móveis de outras naturezas	324,00		
			63 serviços gráficos e editoriais	706,00		
			74 fretes e transportes de encomendas	430,00		
			83 serviços de cópias e reprodução de documentos	1.187,25		
			95 manutenção, conservação de equipamentos de processamento de dados	3.519,00		
195001	Codevasf – 5ª Superintendência Regional	30	05 explosivos e munições	43,74		
			07 gêneros de alimentação	1.579,85		
			16 material de expediente	222,00		
			17 material de processamento de dados	581,70		
			21 material de copa e cozinha	26,30		
			22 material de limpeza e prod. de higienização	1.296,42		
			24 material para manutenção de bens imóveis/instalações	6.802,63		
				39	26 material elétrico e eletrônico	179,95
					39 material para manutenção de veículos	1.212,32
					05 serviços técnicos profissionais	7,00
					16 manut. e conservação de bens imóveis	1075,50
					18 serviços de estacionamento de veículos	520,00
					19 manutenção e conservação de veículos	1.027,50
					63 serviços gráficos e editoriais	223,00
195012	Codevasf – 7ª Superintendência Regional	30	07 gêneros de alimentação	210,60		
			21 material de copa e cozinha	398,50		
			24 material para manutenção de bens imóveis/instalações	210,72		
195015	Codevasf – 8ª Superintendência Regional	30	16 material de expediente	220,74		
			19 material de acondicionamento e embalagem	420,14		
			21 material de copa e cozinha	85,48		
			22 material de limpeza e produtos de higienização	351,74		
			24 material para manutenção de bens imóveis/instalações	823,56		
			25 material para manutenção de bens móveis	48,00		
			26 material elétrico e eletrônico	453,35		
			28 material de proteção e segurança	113,02		
			30 material para comunicações	203,00		
			39 material p/ manutenção de veículos	780,00		
			50 bandeiras, flâmulas e insígnias	270,80		
		39			20 manut. e cons.de b.móveis de outras naturezas	90,00
47 serviços de comunicação em geral	22,40					

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Ficha Técnica**Realização:****Área de Gestão Estratégica****Gerente-Executivo**

Sérgio Paulo de Miranda

Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos**Gerente**

Maurício Pietro da Rocha

Equipe técnica:

Márcio Jânderson Guedes de Carvalho

Margareth Viana

Carla Roberta Alves dos Santos

Carpegiane Sodré de Araújo

Cristiano Augusto Hummel Mendes

Contato:

E-mail: ae.gpe.uav@codevasf.gov.br

Tel.: 61 3312-4730/4875

Ouvidoria:

E-mail: ouvidoria@codevasf.gov.br

Tel.: 61 2028-4610

Brasília, abril de 2016